

Murad Jorge Mussi Vaz

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM FLORIANÓPOLIS:  
AS PRAÇAS E A VIDA URBANA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira.

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vaz, Murad Jorge Mussi

A produção do espaço público em Florianópolis : as praças  
e a vida urbana / Murad Jorge Mussi Vaz ; orientador,  
Elson Manoel Pereira - Florianópolis, SC, 2016.  
486 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências


1. Geografia. 2. Florianópolis. 3. Praças. 4. Espaços  
públicos. I. Pereira, Elson Manoel. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

Murad Jorge Mussi Vaz


**A produção do espaço público em Florianópolis:  
As praças e a vida urbana**


Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do  
Título de "Doutor em Geografia", e aprovada em sua forma final  
pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.


Florianópolis, 25 de setembro de 2015.

  
Prof. Dr. Aloysio Martins de Araujo Júnior  
Coordenador do PPGG/UDESC


**Banca Examinadora:**


  
Prof. Dr. Elson Manoel Pereira  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
Profa. Dra. Leila Christina Duarte Dias  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
Prof. Dr. Nelson Poplaj Vaz  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
Profa. Dra. Maria Inês Sugai  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
Prof. Dr. João Farias Kovati  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

  
Profa. Dra. Lisete Assen de Oliveira  
Universidade do Vale do Itajaí





Dedico este trabalho às diversas pessoas com quem compartilhei momentos singulares em espaços públicos de diferentes conotações, sobretudo àquelas que reconhecem, no espaço público, a possibilidade e a essência da vida coletiva.



## AGRADECIMENTOS

Sempre que tenho a oportunidade de ler um trabalho acadêmico, detenho-me na dedicatória e nos agradecimentos. Aprecio esse momento da leitura antevendo e, talvez, atrasando um pouco o que estará nas páginas seguintes. Acho tocante o fato de os trabalhos científicos e acadêmicos, que contribuem para avanços pontuais em um processo incessante de construção do conhecimento, possam ser dedicados a pessoas que pouco conhecem de suas teorias, mas que, geralmente, vivenciam muitos de seus apontamentos. Apesar de se dizer que o trabalho de pesquisa é solitário, a enorme lista de pessoas mencionadas nos agradecimentos, de uma forma geral, mostra como o saber humano avança a partir das trocas e que os pesquisadores nunca estão sozinhos (ao menos eu estive rodeado de gente durante todo o tempo).

Agradeço a meu orientador, Elson Manoel Pereira, cuja trajetória, que acompanho desde 2004, me fez admirar, e cujos questionamentos me fizeram avançar. Agradeço à professora Leila Christina D. Dias, por cada pequena e grande contribuição, de geografia e de vida, de discussões e correções. À professora Maria Inês Sugai, pelas contribuições na qualificação e na banca final, e nas conversas em momentos diversos. À professora Lisete T. A. de Oliveira e ao professor Nelson P. Vaz, pelas contribuições na banca e cujos trabalhos foram não só inspiradores como também fundamentais às minhas reflexões. E ao professor João F. Rovati, por ter aceitado contribuir em minha banca final.

Agradeço às secretárias do programa de pós, Marli, Renata e Helena, por todas as vezes que liguei buscando informações que já estavam no sítio do programa e por todo o suporte necessário ao andamento de uma empreitada como esta, bem como a todos professores, amigos e colegas do programa de pós.

Aos queridos amigos que fiz no IPUF, Jeanine, André e Sabrina, sempre solícitos a todas as minhas questões, e ao seu Nivaldo; além do apoio incondicional da Maria de Fátima e do Vinícius, da biblioteca.

À arquiteta e urbanista Marisa, da FLORAM, pelas longas conversas, e ao Flávio, da Secretaria do Continente, pelo apoio e companhia na visitação das praças do continente. Ao pessoal da Casa da Memória e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pelo acervo fotográfico e disposição em contribuir com a pesquisa. Ao pessoal dos arquivos da SUSP, da Câmara Municipal e da Secretaria de Obras, pelos dados fornecidos. À D. Zena e à Márcia da FloripAmanhã.

A todos os amigos e colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo apoio nos mais diversos momentos. E a todos meus alunos, com quem aprendo todos os dias.

À FAPESC, por ter financiado o primeiro ano desta pesquisa, com uma bolsa que permitiu dedicação às disciplinas, e a UFFS.

Fazer um trabalho de campo quando se mora no interior de outro estado requer diversas moradas, camas, sofás, chuveiros e cafés. Assim a vida me permitiu trocas com pessoas especiais, que me abriram não só suas casas mas seu cotidiano. Agradeço a todas e a cada uma delas. À Deisiane Delfino, ao Luciano Balança, ao Leandro Negoceki, à Vanessa Casarim, à Vanessa Dorneles, à Ticiania V. Silva e à Rita Vasconcelos, por todo carinho e atenção.

À Juçara Spinelli e ao Tiago Carginin, pela parceria, amizade e pelas leituras e correções. À Daniella Reche, à Josicler O. Alberton, ao Emerson Penso, à Mariana Claro, à Juliana Dreher e à Nathália Bernardinetti, por serem quem são.

À Maria Helena Lenzi, Melissa Laus Mattos e Pedro Murara: muito obrigado! Agradeço, sobretudo, à minha família!

## RESUMO

Ao buscar compreender como as noções de cidadania e de espaço público podem ser lidas e interpretadas na cidade, este trabalho se ampara em um olhar para os espaços públicos florianopolitanos, notadamente as praças, em sua localização e condições atuais, buscando versar sobre sua inserção ao longo da história. O processo de criação das praças foi analisado por meio de periodização, localização e interpretação dos espaços existentes atualmente, ilustrando e embasando a discussão a respeito da dupla concepção de espaço público – espaço físico e lugar de trocas – e sua relação com a cidadania e o acesso à cidade. Adotou-se o método progressivo-regressivo, a partir do qual a descoberta de cada praça permitiu um outro olhar para o conjunto. Essa abordagem permitiu a visualização da intrínseca conexão entre os espaços públicos de uso coletivo e os processos de ocupação urbana, numa relação direta e recíproca com a apropriação ou a obsolescência desses espaços. A produção do espaço urbano de Florianópolis reflete a mediação de diversas ordens resultantes de processos socioeconômicos e culturais espacializados, ratificando a assertiva de que o espaço urbano não é neutro, pois sua trajetória de consolidação é marcada por disputas, conflitos, avanços e resistências. Intenta-se demonstrar que o conceito de praça – em plena transformação –, ao ser espacializado, retrata a fragmentação da cidade e do urbano, além de uma homogeneização abstrata e acrítica. No entanto, sob o enfoque da análise geográfica, o conceito de praça abre novos caminhos para futuras pesquisas que podem elucidar a lógica de construção urbana sob a égide de diversos interesses, voltando o olhar para objetos empíricos não explorados. Espera-se não somente contribuir com um panorama atualizado das praças florianopolitanas mas também (e sobretudo) incitar a reflexão sobre as mudanças nos espaços públicos e a necessidade de novas abordagens sobre conceitos já consolidados. Sem pretender uma resposta direta, cabe questionar se (e sob quais características) ainda é possível considerar a praça como sinônimo de encontro e trocas na cidade.

**Palavras-chave:** Praça. Florianópolis. Espaço público. Produção do espaço urbano.



## ABSTRACT

Seeking to comprehend how the understanding of citizenship and public space can be read and interpreted within the city, the present theses object of study is the public space of *Florianópolis*, State of *Santa Catarina*, Brazil, focusing on its squares. Among the range of relevant factors to classify these spaces, are their location and current condition for usage. This study aims to understand the role played by these spaces along *Florianópolis*' history. The implantation process of the studied spaces was analyzed through periodization, location, and understanding of the mentioned spaces. This analysis provided the study with a solid base to begin the discussion about the two main factors we are interested in when talking about public space: the physical condition of the space itself, and its importance as an urban agent that connects people. Additionally, the existing relation between public space and the access to the city was taken into consideration. By exploring the "progressive-regressive" method, every finding for each specific space provided a set of information which composed a broader look at the city's network of public spaces. This approach allowed to look at the intrinsic connection between public spaces intended for collective use, and the dynamic of urban land occupation. These two variables are directly and reciprocally related to the utilization of public spaces by citizens or the obsolescence of those spaces. The city of *Florianópolis* is a mediation of a set of factors resulted from socioeconomic and cultural processes associated to its location in the urban environment. This confirms the assertive of the public space not being neutral, assuming that its trajectory is influenced by conflicts, achievements and resistance. This study also shows that the definition of squares – in constant transformation –, presents the fragmentation of the city when it is spatialized, in addition, it shows an abstract homogenization. However, when seen through the lens of the geographic analysis, the concept of square directs us to different paths to be pursued in future studies, which can elucidate the logic of the urban construction under the aegis of multiple interests. These studies would then look at empirical objects not explored yet. This theses is expected not only to contribute with an updated panorama of *Florianópolis*' public space – limited to plazas and squares –, but also bring to discussion the changes occurred to

the public space along its history. The need for a new approach to disseminated concepts is also brought to discussion with the analysis of real cases. Yet missing a clear answer, we are going to ask if, and under which circumstances, plazas and squares can be considered as a place for people to interact with each other within the city.

**Keywords:** Square. *Florianópolis*. Public Space. Production of Urban Space.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Early Sunday Morning.....	28
Figura 2 - Rua 28 de Setembro, Florianópolis, década de 1930.....	28
Figura 3 - Imagem da área central prevista. ....	29
Figura 4 - Projeto para o Largo do Mercado. ....	30
Figura 5 - Praça Clara E. Abr. Soares .....	32
Figura 6 - Praça Guilherme F. ....	32
Figura 7 - Praça Breno P. Valadares. ....	32
Figura 8 - Praça Etelvina Luz.....	32
Figura 9 - O miramar ontem e hoje: para refletir. ....	34
Figura 10 - O Miramar atualmente.....	34
Figura 11 - Mapa da evolução histórica e dos sítios arqueológicos de Florianópolis. ....	74
Figura 12 - Festa do Divino Espírito Santo, na década de 1950, na Trindade. ....	80
Figura 13 - Festa do Divino no Ribeirão da Ilha. ....	81
Figura 14 - Canalização da Rua Tenente Silveira, 1909. ....	88
Figura 15 - Jardim São Luis, década de 1920. ....	91
Figura 16 - Praça Lauro Muller, antes da construção do hotel.....	91
Figura 17 - Feira e campo onde atualmente localiza-se o Shopping Beira-Mar, Avenida Mauro Ramos.....	92
Figura 18 - Área da atual Praça Getúlio Vargas, em 1917.....	93
Figura 19 - Ponte do Vinagre, Avenida Hercílio Luz. ....	94
Figura 20 – Avenida Hercílio Luz, 1923.....	95
Figura 21 - Praça Nossa Senhora de Fátima.....	103
Figura 22 - Praça Marcílio Dias início dos anos 2000. ....	104
Figura 23 - Praça Tancredo Neves, década de 1970. ....	120
Figura 24 - Praça Tancredo Neves atualmente.....	120
Figura 25 - Vista do Estreito. ....	150
Figura 26 - Zoneamento do Plano de 1955. ....	157
Figura 27 - Jogo de dominó e curió na Rua Felipe Schmidt. ....	165
Figura 28 - Manifestação em frente à CMF. ....	165
Figura 29 – Palhoça.....	166
Figura 30 - Projeto para Beira-Mar Continental.....	166
Figura 31 - Comércio local.....	172
Figura 32 – Imagem do Centro Cívico.....	172
Figura 33 – Proposta de áreas verdes e praças no PD de 1952. ....	177
Figura 34 - Praças identificadas até meados da década de 1950, englobando Agronômica, Saco dos Limões e Trindade.....	178

Figura 35 - O papel do plano (permanente) na vida urbana.....	180
Figura 36 - Modelo de ocupação.....	194
Figura 37 - Mapa dos Conjuntos Habitacionais do AUF.....	200
Figura 38 - Vista panorâmica da cidade.....	245
Figura 39 - Praça Maior de Chinchon, Espanha.....	251
Figura 40 - Igreja Nossa Senhora das Necessidade.....	259
Figura 41 - Vista geral da Praça Getúlio Vargas.....	260
Figura 42 - Praça Clara Eulina de Abreu Soares.....	260
Figura 43 - Vista parcial da praça Santos Dumont, década de 1960...	262
Figura 44 - Praça Santos Dumond Atual.....	263
Figura 45 - Vista geral da Praça Roldão da Rocha Pires .....	263
Figura 46 - Praça Macário da Rocha, Sambaqui.....	264
Figura 47 - Ponta do Sambaqui.....	264
Figura 48 - Vista geral da praça Dona Chiquinha.....	266
Figura 49 – Curió.....	266
Figura 50 - A Igreja que olha o mar e a ilha, Nossa Senhora de Fátima. .....	267
Figura 51 - Praça (Jardim) Nossa Sra. de Fátima.....	268
Figura 52 - Bica de onde ainda jorra água.....	270
Figura 53 - Igreja Nossa Senhora da Conceição, por Rodrigo de Haro (1996).....	271
Figura 54 - Praça Bento Silvério, em 2002.....	272
Figura 55 - Praça Bento Silvério, em 2013.....	273
Figura 56 - Praça Pio XII.....	274
Figura 57 - Praça Renato Antônio de Souza.....	274
Figura 58 - Quadras e áreas infantis em frente ao mar.....	276
Figura 59 – A Figueira.....	279
Figura 60 - Largo da Catedral década de 1970 – estacionamento.....	281
Figura 61 - Largo da Catedral em 1906.....	281
Figura 62 – Palco para o Natal no Largo da Catedral.....	282
Figura 63 - Largo da Catedral.....	282
Figura 64 - Projeto implantando no início dos anos 2000 IPUF.....	282
Figura 65 - Praça Fernando Machado, ao fundo Miramar, antes do aterro.....	283
Figura 66 - Monumento ao Miramar.....	283
Figura 67 - Banheiro Público.....	283
Figura 68 - Praça Pereira Oliveira.....	285
Figura 69 - Praça Pereira Oliveira.....	285
Figura 70 - Praça Getúlio Vargas.....	286
Figura 71 - Pracinha do Avião - Largo Benjaimn Constant.....	287

Figura 72 - Praça Hercílio Luz.....	287
Figura 73 - Belvedere da Praça Hercílio Luz.....	287
Figura 74 - Praça Etelvina Luz.....	288
Figura 75 - Largo Fagundes.....	288
Figura 76 - Praça Floriano Peixoto/Esteves Junior.....	290
Figura 77 - Praça Esteves Jr.....	291
Figura 78 - Banca de Revistas na Praça dos Namorados.....	291
Figura 79 - Desenho original do piso da Praça dos Namorados delimitando áreas de uso, 1972.....	292
Figura 80 - Hotel ao fundo da Praça Lauro Muller.....	293
Figura 81 - Pergolado da Praça Rep. da Grécia.....	294
Figura 82 - Vista geral da Praça Rep. da Grécia.....	294
Figura 83 - Quiosque comercial na década de 1980.....	294
Figura 84 - Projeto para a Avenida Beira-Mar Continental, década de 1980.....	295
Figura 85 - Praça Gov. Celso Ramos.....	297
Figura 86 - Projeto de reforma da Praça Gov. Celso Ramos.....	298
Figura 87 - Praça Prof. Seixas Neto, 2013.....	300
Figura 88 - Rótula que originou a Praça Prof. Seixas Neto.....	300
Figura 89 - Praça do Rotary.....	301
Figura 90 - Praça "Chico Mendes.....	301
Figura 91 - Praça D. Pedro I.....	303
Figura 92 - Loteamento que deu origem à Praça Gilberto G. Fonseca.....	304
Figura 93 - Praça Gilberto G. Fonseca.....	304
Figura 94 - Praça Gilberto G. Fonseca.....	304
Figura 95 - Praça Olívio Amorim.....	305
Figura 96 - Praça Olívio Amorim.....	305
Figura 97 - Praça Jornalista Teixeira da Rosa.....	306
Figura 98 - Praça Construtor José Mendonça.....	306
Figura 99 - Praça da Bandeira, década de 1970.....	307
Figura 100 - Cartazes de manifestação, Pça Tancredo Neves.....	308
Figura 101 - Praça Tancredo Neves.....	308
Figura 102 - Praça da França.....	309
Figura 103 - Praça da França.....	309
Figura 104 - “Praça na Avenida do Antão”.....	309
Figura 105 - “Praça na Avenida do Antão”.....	309
Figura 106 - Conjunto de Praças.....	311
Figura 107 - Bairro Itaguaçu: contrastes socioeconômicos espacializados a partir da análise do grão.....	314

Figura 108 - Proposta do PD de 1952 para as áreas verdes da área continental.....	315
Figura 109 - Praça Marcílio Dias, 2013.....	316
Figura 110 - Localização dos loteamentos aprovados no Continente, de 1940 a 1992.....	317
Figura 111 - Proposta de lazer do Projeto CURA I.....	320
Figura 112 - Praça João Batista Vieira.....	326
Figura 113 - Praça Bento Silvério.....	326
Figura 114 - Praça dos Navegantes, antes da implantação da Beira-Mar Continental.....	327
Figura 115 - Praia do Bom Abrigo, década de 1950.....	330
Figura 116 - “Largo do Bom Abrigo”.....	330
Figura 117 - Equipamento na Praia de Itaguaçu.....	331
Figura 118 - Coqueiros vista da Ponte Hercílio Luz, década de 1930.....	332
Figura 119 - Praça sem denominação na rua Dr. Abel Capela.....	332
Figura 120 - Praça Arilindo Phillippi.....	333
Figura 121 - Praça Naval, pronta antes dos edifícios vizinhos.....	334
Figura 122 - Proximidade entre as praças.....	334
Figura 123 - Praça Willian Silva Pereira de Sousa.....	335
Figura 124 - Praça sem denominação – rótula.....	336
Figura 125 - Praça Arno Schaffer.....	336
Figura 126 - Localização das Praças Arno Schaffer e João Demaria Cavalazzi.....	337
Figura 127 - Praça Mestre Dica.....	338
Figura 128 - Vista parcial da quadra e lanchonete.....	339
Figura 129 - Vista da Praça Professor Ângelo Ribeiro.....	340
Figura 130 - Praça dos Navegantes – usos anteriores ao aterro.....	341
Figura 131 - Praça dos Navegantes atual.....	341
Figura 132 - Em frente ao muro da penitenciária, década de 1930/40.....	349
Figura 133 - Pracinha da Penitenciária.....	349
Figura 134 - Praça Miroslau Woloski.....	350
Figura 135 - Vista geral da Praça Atilio Ferreira.....	352
Figura 136 - Vista geral e equipamentos esportivos.....	353
Figura 137 - Praça Irmã Maria Teresa Kock.....	354
Figura 138 - Praça Breno Pinheiro Valadares.....	355
Figura 139 - Loteamento implantado na década de 1970.....	356
Figura 140 - Praça Edson Pereira do Nascimento.....	356
Figura 141 - Vista geral da Praça Caiçara.....	357
Figura 142 - Projeto da Praça Miguel Ângelo Sedrez.....	358
Figura 143 - Praça Miguel Ângelo Sedrez.....	359

Figura 144 - Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi.....	360
Figura 145 - Área infantil na Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi. ....	360
Figura 146 - Praça na Rua Itapiranga. ....	360
Figura 147 - AVL no Jardim Baía Norte.....	361
Figura 148 - Praça em frente ao conjunto Panorama / “Praça Monte Cristo” / “Praça do Big”.....	363
Figura 149 - Praça em frente ao Conjunto Panorama.....	363
Figura 150 - Localização das praças Chico Mendes 01 e 02.....	366
Figura 151 - Praça Chico Mendes 01. ....	366
Figura 152 - Área de inserção conjunto Sapé.....	369
Figura 153 - Projeto Sapé, original. ....	370
Figura 154 - Projeto Sapé atualmente. Em amarelo perímetro inicial, em vermelho as áreas de uso público visitadas. ....	370
Figura 155 - Praça Jardim Atlântico.....	371
Figura 156 - Praça do Conselho Comunitário do Sapé. ....	372
Figura 157 - Projeto do Loteamento.....	373
Figura 158 – Vista geral da Praça Osni Ferreira. ....	374
Figura 159 - Praça Abdon Batista. ....	375
Figura 160 - Praça “das Areias”.....	378
Figura 161 - Praças no loteamento Açores.....	379
Figura 162 - Praça Alfredo ALberto Munhoz.....	381
Figura 163 - “Praça dos Dourados”.....	382
Figura 164 - “Praça dos Dourados”.....	382
Figura 165 - Manifestação em frente à Praça XV. ....	392
Figura 166 - Cartazes na Praça Tancredo Neves.....	393
Figura 167 - Intervenção na Praça Gov. Celso Ramos.....	393
Figura 168 - Manifestação por não destruição de praça.....	394



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Manifestações do Urbanismo.....	37
Quadro 2 – Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1940 e 1950.	107
Quadro 3 - Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1960 e 1970.....	115
Quadro 4 - Órgãos públicos estaduais criados por períodos. ....	116
Quadro 5 - Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1980 a 2010.....	130
Quadro 6 - Ocupação das áreas balneárias. ....	133
Quadro 7 - Parques infantis no AUF. ....	200
Quadro 8 - Avanços do PD aprovado em 1997.....	220
Quadro 9 - Pontos de comércio em áreas públicas.....	221
Quadro 10 - Padrões para áreas verdes de lazer. ....	223
Quadro 11 - Principais dispositivos legais e documentos que regeram a produção do espaço florianopolitano. ....	242
Quadro 12 - Espaços públicos da área central.....	253
Quadro 13 - Acréscimo de áreas públicas centrais, a partir dos anos 2000.....	255
Quadro 14 - Caracterização atual das praças resultantes do Projeto CURA I. ....	322





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACI - Áreas comunitárias institucionais  
ACOJAR - Associação Comunitária Jardim Santa Mônica  
AIS - Área de Interesse Social  
AJIN - Associação dos Proprietários e Moradores do Jurerê Internacional  
AMPIMS - Associação dos Moradores da Praia do Itaguaçu, Meio e Saudades  
APO - Avaliação pós ocupação  
ARP - Área Residencial Predominante  
AST - Área do Sistema Viário e de Transporte  
AVL - Área Verde de Lazer  
AVV - Área Verde do Sistema Viário  
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
BNH - Banco Nacional de Habitação  
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento  
CEAU - Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo  
CELESC - Centras Elétricas de Santa Catarina  
CEPON - Centro de Pesquisas Oncológicas  
CIAM - *Congrès International d'Architecture Moderne*  
CIC - Centro Integrado de Cultura  
CMDU - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano  
CMF - Câmara Municipal de Florianópolis  
CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana  
COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina  
COMCAP - Companhia Melhoramentos da Capital  
CSU - Centro Social Urbano  
CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada  
ESPLAN - Escritório Catarinense de Planejamento Integrado  
EUA - Estados Unidos da América  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FLORAM - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis  
FMIS - Fundo Municipal de Integração Social  
HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia  
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil  
IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários  
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina  
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONG - Organização não governamental  
OP - Orçamento participativo  
PD - Plano Diretor  
PDAMF - Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis  
PDC - Plano Diretor do Campeche  
PLANASA - Plano Nacional de Saneamento  
PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis  
PROCENTRO - Programa Nacional de Centro Sociais Urbanos  
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados  
SC - Santa Catarina  
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SFH - Sistema Federal de Habitação  
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção e Mobiliário  
SODE - Sociedade Pró-desenvolvimento do Estreito  
SUSP - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos  
TELES - Telecomunicações de Santa Catarina  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina  
UEP - Unidade Especial de Planejamento  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZUP - Zona de Urbanização Prioritária

## SUMÁRIO

<b>MOTIVAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>35</b>
1.1 ENTENDENDO O MÉTODO E CARACTERIZANDO A TESE .....	54
<b>2 A CIDADE E O URBANO: FLORIANÓPOLIS .....</b>	<b>61</b>
2.1 FLORIANÓPOLIS: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE E O ESPAÇO PÚBLICO .....	61
<b>2.1.1 Do centro às freguesias: entre os adros sagrados e os rossios profanos .....</b>	<b>71</b>
2.1.1.1 Em breve .....	81
<b>2.1.2 Alterações na cidade e na vida urbana: a dinamização da área central .....</b>	<b>82</b>
2.1.2.1 Em breve .....	97
<b>2.1.3 A crença no planejamento: as primeiras décadas do século XX.....</b>	<b>98</b>
2.1.3.1 Em breve .....	110
<b>2.1.4 Entre as décadas de 1960 e 1970: o “milagre” econômico brasileiro .....</b>	<b>111</b>
2.1.4.1 Em breve .....	126
<b>2.1.5 Do final do século XX ao século XXI: acirra-se a ocupação, melhora-se a imagem.....</b>	<b>127</b>
2.1.5.1 Em breve .....	146
<b>2.1.6 Um olhar para o continente .....</b>	<b>150</b>
<b>3 URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO: DISCURSO E PENSAMENTO NO ESPAÇO, SOBRE O ESPAÇO E DO ESPAÇO URBANO FLORIANOPOLITANO.....</b>	<b>161</b>
3.1 DAS INTENÇÕES AUTORAIS AO CIENTIFICISMO E AO TECNOCRATISMO.....	167
3.2 MUDANÇA NA MANEIRA DE PLANEJAR? .....	208
<b>3.2.1 O Plano Diretor de 2014.....</b>	<b>230</b>

<b>4</b>	<b>FLORIANÓPOLIS: A PLURALIDADE SOCIOESPACIAL ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS.....</b>	<b>245</b>
4.1	PARA CONTEXTUALIZAR.....	247
4.2	UM OLHAR PRÓXIMO ÀS PRAÇAS.....	257
<b>4.2.1</b>	<b>As praças e os núcleos históricos.....</b>	<b>257</b>
4.2.1.1	Entre aspas nº 1: Os tanques de Santo Antônio – o espaço público abandonado.....	269
4.2.1.2	A Lagoa da Conceição.....	270
<b>4.2.2</b>	<b>Rumo ao Centro.....</b>	<b>277</b>
4.2.2.1	Da Praça XV aos jardins, largos e <i>promenades</i> .....	278
4.2.2.2	A avenida Beira-Mar Norte: de jardins para a elite às áreas remanescentes do sistema viário.....	289
4.2.2.3	Alguns outros exemplos de praças centrais.....	302
4.2.2.4	As praças da Hercílio Luz: da canalização do rio à homogeneização da paisagem.....	304
4.2.2.5	A tentativa de criação do Centro Cívico e os remanescentes do sistema viário e do Parque Dias Velho.....	306
4.2.2.6	As “praças” da Conselheiro Mafra.....	311
<b>4.2.3</b>	<b>O Continente: constituição urbana e suas praças.....</b>	<b>312</b>
4.2.3.1	Entre aspas nº 2: Nem sempre o desenho é responsável pela apropriação.....	325
4.2.3.2	O Projeto CURA II: a década de 1980.....	327
<b>4.2.4</b>	<b>Praças de Loteamentos e conjuntos habitacionais: segunda metade do século XX.....</b>	<b>343</b>
4.2.4.1	Entre aspas nº 3: sobre o teor das reformas.....	356
4.2.4.2	Praças dos conjuntos habitacionais: continente e ilha 361	
4.2.4.3	A ocupação das áreas balneárias.....	375
4.3	QUEM TEM DIREITO À CIDADE E À PRAÇA?.....	384
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>407</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>417</b>

<b>ANEXO A - Fluxograma do processo de adoção de praças .....</b>	<b>445</b>
<b>ANEXO B - Mapas do Projeto Cura Continente .....</b>	<b>447</b>
<b>APÊNDICE A: Apontamentos e dados a partir do <i>Prefeitura nos Bairros</i> e do <i>Orçamento Participativo</i> .....</b>	<b>451</b>
<b>APÊNDICE B: Caderno de Mapas.....</b>	<b>459</b>



## MOTIVAÇÃO

“A praça! A praça é do povo  
 Como o céu é do condor  
 É o antro onde a liberdade  
 Cria águias em seu calor.  
 Senhor!... pois quereis a praça?  
 Desgraçada a população  
 Só tem a rua de seu [...]”

*O Povo ao Poder*, Castro Alves.

Há várias maneiras de retratar a cidade, subjetiva ou objetivamente, conforme a intenção e o propósito de tal representação. Assim o fazem o artista e o urbanista<sup>1</sup>: fotografam, pintam, descrevem-na textualmente, em tabelas, em gráficos ou em mapas – modos de representar o espaço urbano, de criar uma narrativa sobre ele e de interpretar o que se passa na vida urbana. Interpretações.

Há uma profusão de conteúdos em cada fotografia tirada, em cada paisagem pintada, em cada poesia escrita, as quais representam espaços menores dentro da trama urbana e refletem as relações espacializadas na ótica de quem produz determinada obra.

Que relação pode existir entre *Early Sunday Morning*<sup>2</sup> (1930), de Edward Hooper (Figura 1), e a foto da antiga Rua 28 de Setembro (Figura 2)<sup>3</sup>, atual Vidal Ramos, em Florianópolis, ambas da década de 1930? O que acontecia no mundo na década de 1930, nos EUA e em Florianópolis?

---

<sup>1</sup> Entendido não apenas como o profissional formado em urbanismo mas também aquele que pensa e intervém na cidade.

<sup>2</sup> “*On the upper-right corner of the picture, the dark brown passage of paint suggests the side of a large building and indicates the possible encroachment of the corporate world on this sunny block.*” E “[...] *a painting that can either be taken as a quiet and peaceful scene of small businesses that are closed or considered a comment on the Depression.*” (Expressões e imagem disponíveis em: <<http://www.edwardhopper.net/early-sunday-morning.jsp>>. Acesso em: 22 ago. 2014).

<sup>3</sup> Imagem disponível em: <<http://pt.slideshare.net/MensagensVirtuais/mercado-publico-de-florianopolis>>. Acesso em: 23 set. 2014.

Figura 1 - Early Sunday Morning.



Fonte: Ver nota de rodapé nº 2.

Figura 2 - Rua 28 de Setembro, Florianópolis, década de 1930.



Fonte: Ver nota de rodapé nº 3.

Uma pacata rua norte-americana num domingo ensolarado ou o pequeno comércio fomentado logo após a crise de 1929. A nostalgia marcada no quadro de um tempo entreguerras, enquanto a mancha no canto direito remonta a um arranha-céu – passado e presente<sup>4</sup>. Não estão representados, literalmente, os efeitos da grande crise, mas o vazio na rua expressa o sentimento de incerteza, de abandono, de uma manhã de domingo. A igreja no fundo da foto, já reformada, a rua e o passeio, uma

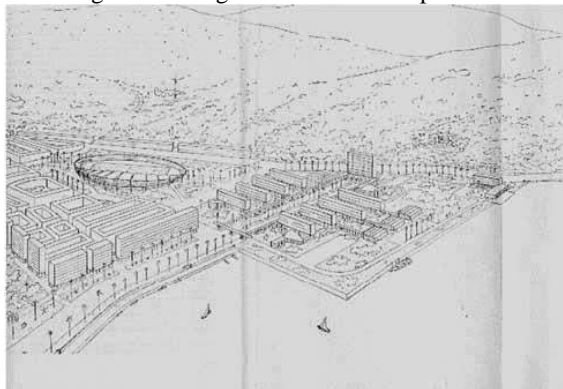
<sup>4</sup> Ver nota de rodapé nº 2.



cidade que se consolida em sua ligação entre ilha e continente, entre bruxas e boi de mamão. Uma ponte inaugurada, que não aparece, mas transparece na representação de uma capital que se conforma em meio a um país em transformação. E o que não está no quadro nem na foto? O que não coube (ou não foi retratado) nas paisagens abarcadas pelo pincel do artista e pelas lentes do fotógrafo? Essas representações da cidade, ao expressar também o contexto, remontam à mediação entre diversas ordens que, em determinado momento e em certa medida, espacializam-se na cidade e representam a relação entre o próximo e o distante<sup>5</sup>. Justificam-se tais parcialidades pois se trata da visão subjetiva do pintor ou do fotógrafo, portanto os recortes podem ser realizados conforme a intenção e a interpretação pessoal de cada um.

Seguem mais duas imagens de Florianópolis (Figuras 3 e 4):

Figura 3 - Imagem da área central prevista.



Fonte: Paiva (1952).

<sup>5</sup> “[...] há que se esclarecer que o próximo e o distante, na obra de Lefebvre não seriam dimensões numéricas, quantitativas que em termos do tempo significariam duração e do espaço distâncias materiais, escalas cartográficas, correlações físicas restritas ao assim chamado mundo material. Ao contrário, de um ponto de vista filosófico, que busca uma abordagem unitária da realidade o próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social . que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido. Entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo.” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 22). “A ordem próxima aparece, considerando-se o exposto até aqui, sobretudo como resultante da condensação de sucessivas aproximações. Não é, portanto, uma ordem dada, auto-evidente, mas uma ordem construída; socialmente construída por um ininterrupto jogo de distanciamentos e aproximações que findam por configurar arranjos espaço-temporais específicos.” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 26).

Figura 4 - Projeto para o Largo do Mercado.



Fonte: Premiados (2010).

A primeira alude ao Plano Diretor concebido para a cidade na década de 1950, enquanto a segunda é de um projeto premiado para o Largo do Mercado, na primeira década do século XXI. Assim como o quadro de Hopper e a foto da Rua 28 de Setembro, ambas estão imbuídas da visão pessoal daqueles que as conceberam, mas guardam entre si uma diferença essencial.

O resultado de um concurso público ou a materialização do planejamento urbano influenciam diretamente a dimensão cotidiana da vida urbana, não lhes cabendo, portanto, abstrações ou um rigor formal que não transcenda o que se concebe abstratamente como vida urbana. Advindos de pesquisas e teorias, esses projetos influenciam diretamente o acesso à cidade em sua possibilidade de fruição e de participação nas tomadas de decisão.

O primeiro par de imagens representa a visão subjetiva, enquanto o segundo, objetivamente, retrata aquilo que será (ou seria) construído como espaço urbano, coletivo e, em certa medida, público, pois existem usuários na fotomontagem. De um lado, no que concerne à vida urbana e à produção do espaço público por parte de técnicos e de políticos, a tese que ora se delineia fundamenta-se no segundo par de imagens; de outro, no que diz respeito à apreensão dos espaços para o cotidiano, além da técnica e da teoria urbanas, este trabalho se orienta pelo primeiro par de imagens.

Ao seguir esse delineamento, a pesquisa foi motivada por deslocamentos cotidianos em Florianópolis, longos em tempo e em distância. Buscou-se caminhar pela cidade, portanto, com o olhar atento àquilo que existe mas não está legível nem aparente na forma materializada, ou seja, aos elementos expressos nessa forma como resultantes de processos que induziram tal conformação<sup>6</sup>. Essa *démarche* requer uma abertura e uma abstração em dupla acepção.

A primeira se refere à dimensão legível e visível que, através da forma, pode, em certa medida, não revelar seu conteúdo. O olhar é permeado de informações recebidas previamente e filtra, hierarquiza e classifica o visível. Uma abertura do olhar gerada, portanto, não na certeza do formal, mas na incerteza daquilo que não se mostra em primeiro momento: a vida urbana secretada consoante a dinâmica urbana. A abstração está presente e é necessária para buscar o que ultrapassa a forma construída.

A segunda abertura se dá no campo do conhecimento, na interpretação da cidade como espaço para o cotidiano programado e suas possibilidades de subversão<sup>7</sup>. Assim, um único campo do saber não seria responsável pela leitura do fenômeno urbano, como também por respostas às contradições que nele se evidenciam. Não deve haver certezas quando se pensa sobre a cidade: ainda há muito por ser descoberto. Teorias e modelos, práticas institucionais e aparatos técnicos têm sido revistos ao longo da história. A abstração é necessária para ir além do que preconizam os órgãos públicos, as diversas ciências que estudam a cidade e o urbano e os modelos até agora adotados.

Trata-se, portanto, de uma viagem intraFlorianópolis, sem perder de vista a dimensão externa à cidade. As praças, como espaços para a vida urbana pública, correspondem à complexidade das assertivas apresentadas, não como artefatos de desenho urbano, nem como imagens, mas na pluralidade de materializações encontradas em meio

---

<sup>6</sup> “Ao estudar o fato urbano sob o único ângulo de uma morfologia [...] perdemos em contrapartida a capacidade de compreender o conteúdo desta morfologia ou, em outras palavras, escapa-nos a ideia mesma de vida urbana.” (GOMES, 2002, p. 19).

<sup>7</sup> “O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação. [...] Fábrica de preconceitos, essa natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação, o cotidiano também é o lugar da descoberta. Aí o homem se recusa a reproduzir como certos os comportamentos impostos pela sociedade de massa.” (SANTOS, 2014, p. 71). “Na esfera do cotidiano se entrelaçam a alienação e a percepção do mundo, no dia a dia das pessoas algumas atitudes são pragmaticamente exercidas, outras propiciam a reflexão.” (QUEIROGA, 2001, p. 212).

aos percursos, nas contradições reconhecidas no trabalho de campo, na construção fragmentada do espaço urbano.

Figura 5 - Praça Clara E. Abr. Soares



Figura 6 - Praça Guilherme F.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 7 - Praça Breno P. Valadares.



Figura 8 - Praça Etelvina Luz.



Fonte: Acervo do autor.

As imagens acima retratam quatro praças de Florianópolis. Cada imagem apresenta, através de seu conteúdo visual e legível, possíveis e diversas interpretações, mas elas também permitem, em certa medida, seu reconhecimento como praça, como espaço público, como cidade e urbano. Todavia, olhar para a foto não significa compreender suas dinâmicas. Esse reconhecimento advém não somente pelo que está contido dentro da linha divisória que marca o “chão” – o perímetro da praça – mas também, e sobretudo, pela sua conjuntura de existência. Mais do que quatro espaços com usos específicos, essas imagens

resgatam o tempo, configurando-se, portanto, em relações espaço-temporais ou tempo-espaciais.

Para Lefebvre (2008, p. 71), “[...] o espaço é tão-somente um médium, meio e mediação, instrumento e intermediário, mais ou menos apropriado, ou seja, favorável. Ele jamais tem existência ‘em si’, mas remete a alguma coisa outra [...]”, isto é, o tempo.

Portanto, materializando O ESPAÇO em espaço urbano, cada uma dessas praças corresponde a materializações específicas em dados momentos, e, apesar das décadas decorridas desde sua construção, ainda estão presentes na trama urbana, seja física ou socialmente.

Essas quatro imagens foram escolhidas dentre muitas: mais de 1000 fotos nesse vagar pela cidade. Aquelas que não estão nesse quadro compreendem terrenos sem uso, áreas do sistema viário; outras mostram áreas apropriadas por associações, fechadas por muros; algumas retratam crianças em equipamentos infantis; outras, feiras de artesanato e produtos alimentícios; algumas mostram espaços em desuso; noutras aposentados jogando dominó, curiosos na gaiola, prostitutas e michês, mendigos e moradores de rua; áreas de esporte, lazer e contemplação; áreas sem uso ou com uso intenso. São frutos da obra humana desde o século XVIII até o XXI, estão presentes nos mais variados bairros e distritos da cidade – da ilha ao continente, de conteúdo socioeconômico diverso – e representam, de certa forma, o espaço para a vida urbana em Florianópolis, retratando a cidade como uma prática (Figuras 9 e 10). Esse espaço é diverso e plural, mas, ao mesmo tempo, homogêneo.

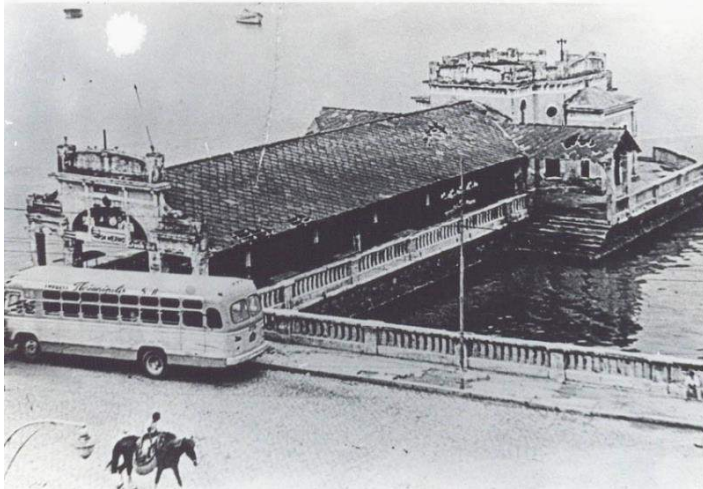
Como arquiteto, urbanista e professor de arquitetura e urbanismo, questiono, constantemente, a práxis e a teoria arquitetônica e urbanística e a construção da cidade e dos espaços públicos para além da prancheta e dos dados quantitativos. Questiono algo que está além e é, ao mesmo tempo, suporte dessa prática e desse pensar – como a necessidade de entender a vida urbana e sua materialização. Não encontrei, na trajetória de construção desta tese, respostas específicas, mas outras questões, que, se não apresentam certezas, assumem incertezas como pontos de partida para a construção do urbano. Além disso, percebi outra forma de entender a cidade: através do estudo da produção do espaço público e do fenômeno urbano como realidades ainda não plenamente compreendidas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Espero ter contribuído com uma resposta inicial que incitou a escolha pelo objeto de pesquisa. A pergunta havia sido feita pela pesquisadora Rita Dione Cunha, em sua tese, quando estudou as áreas de lazer do perímetro central da cidade: “No caso de Florianópolis, em particular, tornou-se um excitante desafio para explicar o tão reduzido número de áreas de lazer existentes

“A cidade não é apenas uma linguagem mas uma prática.”  
(LEFEBVRE, 2009, p. 101)

Figura 9 - O miramar ontem e hoje: para refletir.



Fonte: Salim (2011).

Figura 10 - O Miramar atualmente.



Fonte: Damião (2014c).

---

(ou será o tamanho?), que faz um forasteiro indagar: onde estão as praças da cidade?”  
(CUNHA, 2002, p. 2) .

## 1 INTRODUÇÃO

“Eu olho pedra e só vejo pedra. Não consigo ver além.”

Adélia Prado

“Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. — Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?, pergunta Kublai Khan. — A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra, responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: — Por que falar das pedras? Só o arco me interessa. Polo responde: — Sem pedras o arco não existe.”

*Cidades invisíveis*, Ítalo Calvino.

A cidade é feita por homens ou é feita para os homens? Essa pergunta, aproximada a um exercício retórico, apesar de simples, não pode ser respondida de maneira unívoca – a cidade tem sido, ao longo da história, mais do que o habitat humano. Simboliza, agrega e segrega, comunica e é consolidada para além da descrição das funções vinculadas à vida urbana. A cidade é um espaço de culto, de encontro, de trocas, de habitat, de visualização, de proteção ao meio externo, mas não só. Não pode ser explicada por suas funções específicas, pois também se soma à construção simbólica que transcende a dimensão física e se baseia na dimensão das relações humanas – dos homens entre si e dos homens com o espaço.

Essas relações, ditas urbanas, são permeadas de mensagens, através da consolidação e da vivência do tempo e do espaço na cidade. O urbano é, assim, mais ou menos, “a obra dos cidadãos em lugar de se impor a eles como um sistema, como um livro já acabado.” (LEFEBVRE, 2009, p. 71-72)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> “Entre os sistemas de significações, há margem para se estudar com maior atenção (crítica) o sistema dos arquitetos. Acontece frequentemente que os homens de talento acreditam estar no âmago do conhecimento e da experiência quando na verdade permanecem no âmago de um sistema de grafismo, de projeção para o papel, de visualizações. Com os arquitetos, de seu lado, tendendo para um sistema de significações que frequentemente chamam de ‘urbanismo’, não é impossível que os analistas da realidade urbana, agrupando seus dados fragmentados, constituam um sistema de significações um pouco diferente, que eles também chamam de urbanismo e cuja programação eles confiam às máquinas.” (LEFEBVRE, 2009, p. 71). Indo

No entanto, a compreensão do urbano como sistema, como um “livro já acabado”, tem permeado a prática que concerne ao planejamento e à intervenção urbana. Estudos que dizem respeito à forma urbana, ou seja, à materialidade como resultado (atual e existente) e como proposta (a forma futura), não devem ser a única base para o pensar e o intervir sobre a cidade<sup>10</sup>, traduzida como a possibilidade de, formalmente, solucionar os problemas agravados com o processo de urbanização pós-revolução industrial. Seria a simplificação através da racionalização, de soluções técnicas, o “urbanismo de homens de boa vontade” – expressão apresentada por Henri Lefebvre. O quadro 1, adaptado de Lefebvre (2009, p. 30-32), apresenta, de forma

---

além, pode-se buscar o autor na *Advertência* de sua obra *O Direito à Cidade*. Henri Lefebvre (2009, p. 9) argumenta: “[...] muito provavelmente cada leitor já terá em mente um conjunto de ideias sistematizadas ou em vias de sistematização. Muito provavelmente, cada leitor procura um ‘sistema’ ou encontrou o seu ‘sistema’. O sistema está na moda, tanto no pensamento quanto nas terminologias e na linguagem. Ora, todo sistema tende a aprisionar a reflexão, a fechar os horizontes.”

<sup>10</sup> Sobre as diversas acepções de forma urbana, baseamo-nos no livro *A Revolução Urbana*, de Henri Lefebvre, que desenvolve um capítulo sobre a forma urbana. Em sua nota de fim (n° 3), o autor informa: “Essa teoria da forma envolve e desenvolve a análise do Direito à Cidade [...]. Nesse livro, a cidade é compreendida como: a) objeto (espacial); mediação (entre a ordem próxima e a ordem distante); obra (análoga à obra de arte, modelada por um grupo). Já a forma unifica esses três aspectos. Aqui o ‘direito à cidade’ torna-se o direito à centralidade, a não ser posto à margem da forma urbana, a não ser no que concerne às decisões e à ação do poder.” (LEFEBVRE, 2008, p. 175). Buscando amparo em outros autores, Vicente del Rio (1990), ainda que aborde o Desenho Urbano, resgata a dimensão processual dessa prática, ressaltando que “A forma é uma expressão política.” (DEL RIO, 1990, p. 117). Em seu item *Agora, um caminho aberto*, o autor mostra a necessidade de o urbanista entender a “consciência de nosso papel social.” Tratando de desenho urbano, o autor trata da cidade. José Lamas, por sua vez, apresenta um compêndio sobre a morfologia urbana ao longo da história e analisa diversos autores que trataram do tema cidade. Recupera-se, desse autor: “A dependência maior que o urbanismo e o desenho revelam em relação aos sistemas políticos e econômicos, e o fracasso das tentativas de controlar a cidade como objeto finito – ou peça de arquitetura – concorreram também para a crise da urbanística, em parte desmotivando as energias criativas do desenho urbano e dando ao objeto arquitetônico isolado um excessivo grau de autonomia e importância no debate profissional.” (LAMAS, 2000, p. 24). No entanto, o autor confere ao processo de planejamento a dimensão da forma, entendendo-a como “o resultado da produção voluntária do espaço.” Ampliando o conceito de forma: “As formas não têm apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos.” (LAMAS, 2000, p. 28). Cabe ao arquiteto essa síntese. Cabe questionar, no entanto: “Essa abordagem do desenho da cidade dentro da disciplina arquitetônica não invalida que as formas urbanas dependam da sociedade que as produz e das condições históricas, sociais, econômicas e políticas em que a sociedade gera o seu espaço e o habita, e o arquiteto o desenha. Porém, nunca será demais reivindicar um determinado grau de autonomia para a produção arquitetônica. **A cidade não é um simples produto determinista dos contextos econômicos, políticos e sociais: ela é também o resultado de teorias e posições culturais e estéticas dos arquitetos urbanistas.**” (LAMAS, 2000, p. 31, grifo nosso)



simplificada, as principais manifestações do urbanismo de acordo com o racionalismo operacional, identificadas pelo autor<sup>11</sup>.

Quadro 1 - Manifestações do Urbanismo.

<b>Tendência</b>	<b>Quem são?</b>	<b>O que pretende?</b>	<b>Como se veem?</b>	<b>Resultados</b>
1. “O urbanismo de homens de boa vontade”	“Arquitetos, escritores”	“Quer se construir ‘em escala mundial’, para os ‘homens’.”	“Médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais”	“Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num formalismo (adoção de modelos que não têm nem conteúdo nem sentido) ou num estetismo (Adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como razão para o apetite dos consumidores).”
2. “O urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal). “	Técnicos, administradores	“Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o ‘fator humano”	“Se pretende científico”	“Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando da existência social as próprias ruínas daquilo que foi a Cidade.”
3. “O urbanismo dos promotores de vendas”	O mercado imobiliário e seus diversos agentes	“Eles o concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro”	“O fato é que eles não vendem mais moradias ou um imóvel, mas sim <i>urbanismo</i> ”	“O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada.” “A cotidianidade parece um conto de fadas.”

Fonte: Adaptado de Lefebvre (2009, p. 30-32).

<sup>11</sup> “[...] não existe uma marcha única, unitária de reflexão urbanística, mas diversas tendências referenciáveis a em relação a esse racionalismo operacional. Dentre essas tendências, umas se afirmam contra as outras pelo racionalismo, levando-o até formulações extremas.” (LEFEBVRE, 2009, p. 30).

Apesar de certa defasagem temporal, desde a escrita do texto de Lefebvre até o momento presente, e das intenções em se atingir processos participativos no planejamento urbano a partir da década de 1990, essas três maneiras de conceber e praticar o urbanismo ainda estão presentes em Florianópolis na atualidade e serão retomadas oportunamente ao longo da tese. Cabe retomar as questões relativas ao urbanismo dos homens de boa vontade (incluindo aí, também, os técnicos): corresponde a um urbanismo técnico, com fórmulas e modelos, com muitas certezas e poucas perguntas. Constata-se que houve, ao longo da história da cidade, a “formulação” de modelos simplificadores, ou teorias baseadas no entendimento da forma, do desenho e da distribuição das funções – uma reorganização social a partir do espaço projetado. Dentre outros, destaca-se a loquaz descrição, apresentada na *Carta de Atenas*, do que deveria ser uma cidade contemporânea, com suas quatro funções primordiais<sup>12</sup>: circular, trabalhar, habitar e recrear. Essa relação de quatro funções é lógica e corresponde a uma cidade com distribuição equânime de recursos e acessos. Essa cidade seria feita para O Homem. Esse homem, abstrato<sup>13</sup>, universal, com as mesmas necessidades e sonhos em todo o globo, seria contemplado nesse modelo, inclusive através da possibilidade “de mitigação do repouso e de práticas saudáveis ao corpo e mente” em suas grandes áreas verdes de recreação e contemplação. Mas não há homem abstrato, talvez haja na ficção ou no cinema<sup>14</sup>; e não há recriação espacial de relações sociais que se amparem somente na projeção espacial – mesmo que ela busque estabilidade e equilíbrio.

E mais: esse modelo “corbusiano”, racionalista, foi apropriado pelo capital hegemônico, de modo que os resultados, ao longo do século XX, foram questionáveis, gerando cidades desmembradas em suas funções vitais e com prejuízo para a vida urbana<sup>15</sup>. Contudo, mesmo a partir das críticas à cidade modernista, os resultados subsequentes não

---

<sup>12</sup> Com isso, não se pretende minorar a importância do documento *A Carta de Atenas (La Charte d'Athènes, 1943)*, que, ao longo do século XX, encontrou perversas materializações de suas ideias. Muito das ideias de seu principal autor, Le Corbusier, podem ser encontradas em sua obra *L'Urbanisme*, cuja primeira edição é de 1925 e cujo título em português, traduzido para *Planejamento Urbano*, pode ser criticado. “É sintomático, por exemplo, que o livro *Manière de penser l'urbanisme* [...] tenha sido publicado no Brasil sob o título *Planejamento Urbano*.” (SOUZA, 2008, p. 56). Similar referência aparece em Rizzo (1993, p. 12).

<sup>13</sup> “[...]os aspectos utópicos presentes nas descrições da Ville Radieuse por Le Corbusier indicam também a crença em um novo homem: puro, em equilíbrio com a natureza, capaz de viver em espaços racionalizados e transparentes.” (ABRAHÃO, 2008, p. 66).

<sup>14</sup> Uma interessante crítica pode ser encontrada no filme *Mon Oncle*, de Jacques Tati, através da família do Sr. Arpel.

<sup>15</sup> Chandigarh na Índia, Le Villes Nouvelles francesas e Brasília são alguns exemplos.

conseguiram antever soluções espaciais que fossem além de um certo rigor formal, tanto na leitura quanto na proposta de planejamento e desenho da cidade.

Se relacionarmos a dimensão da forma urbana com o conceito de “dimensão prático-sensível” de Lefebvre – a cidade –, ainda resta o aprofundamento da “dimensão das relações” – o urbano. A redução de um a outro pode ser prejudicial à compreensão do todo:

Se considerarmos a cidade como obra de certos agentes “históricos” e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obras sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria ser modelada, sem **uma realidade prático-sensível**, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. Insistimos muito neste ponto, metodológica e teoricamente importante. **Há, portanto, uma ocasião em uma razão para se distinguir a morfologia material da morfologia social.** Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre **a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico** – e, por outro lado, o **‘urbano’, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas** pelo pensamento. Todavia, esta distinção se revela perigosa, e a denominação proposta não é manejada sem risco. (LEFEBVRE, 2009, p. 54-55, grifo nosso).

Soma-se a esse processo de redução das relações pelas formas uma alteração radical no que concerne à cidade: a alteração do valor de uso pelo valor de troca.

Em que consiste o valor de uso da cidade? Na possibilidade de um “lugar de livre fruição” (LEFEBVRE, 2009, p. 14, 82), participação nas decisões e apropriação – na constituição da própria vida urbana. De

certa maneira, essa vida urbana, densa e complexa, foi obliterada quando submetida a uma organização, uma lógica que visa à “estabilidade e ao equilíbrio” e que acaba por destruir os “objetos repertoriados”.

Essa inflexão no pensar sobre a cidade tem possibilitado a volta do olhar ao cotidiano, ao sujeito, ao espaço público<sup>16</sup>. Por esse motivo, estudos como o de Ângelo Serpa (2011), Eugenio Queiroga (2001)<sup>17</sup>, Rogério Leite (2004), Paulo Cesar da Costa Gomes (2002), Eduardo Yázigi (2000), Rita Dione Cunha (2002)<sup>18</sup>, entre outros, recorrem à

---

<sup>16</sup> Essa é uma categoria que abrange uma miríade de possibilidades e que vem sendo aplicado sob diversas acepções. Ao escrever seu artigo *As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria*, Adrian Lavalle (2005, p. 7) ressalta que “Não é recurso raro iniciar a especificação conceitual do espaço público a partir da ambiguidade de seus significados presentes na fala cotidiana, ilustrando assim seu caráter complexo ou multidimensional e os diversos problemas nele envolvidos; representação de interesses gerais; controle social do poder; acesso irrestrito ou aberto a instâncias, lugares e fluxos; processos de comunicação socialmente relevantes; determinação democrática de fins coletivos; criação e expansão de direitos; institucionalização de benefícios; organização da sociedade por vias endógenas; para listar apenas alguns dos problemas mais recorrentes na literatura dos últimos anos.” Ao analisar os usos do vocábulo “público”, ao longo de sete séculos, em língua castelhana, o autor resgata que suas acepções definem-se em oposição ao privado, conforme suas variações históricas e contextualizadas. “Assim, cada uma das três dimensões do ‘público’ se encontra em tensão com constelações paralelas de sentidos no mundo do ‘privado’: público *versus* privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; público *versus* propriedade ou interesse particular; e público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito. À ideia do ‘público’ pertencem, em contrapartida, três sentidos opostos: privado *versus* vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito; privado *versus* vida política, associada a decisões vinculantes, a cursos de ação obrigatórios sobre problemas da comunidade e, em geral, ao interesse público; e privado *versus* publicidade ou exposto à luz pública.” (LAVALLE, 2005, p. 9). “À medida que os três campos semânticos recém-expostos continuam a vigorar, a despeito do rezeamento de ênfases em cada sentido ao longo desses séculos todos, os resultados da exploração linguística também apontam para a pertinência de se pensar no espaço público a partir da confluência de diferentes dimensões a englobarem: (i) o social, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na ‘arte da associação’ ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos – as grandes urbes –; (ii) o político, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e (iii) o comunicativo, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo.” (LAVALLE, 2005, p. 16).

<sup>17</sup> O trabalho de Eugênio Queiroga, ao buscar Milton Santos, serviu de referência a este trabalho. Nele, encontramos paralelos para diversas reflexões aqui empreendidas. A relação entre a ordem próxima e a ordem distante, de Lefebvre, corresponde, conforme nossa leitura, à ordem local e à ordem global, de Milton Santos, abordadas pelo autor (QUEIROGA, 2001, p. 47-48).

<sup>18</sup> A tese de Rita Dione Cunha (2002), intitulada *Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis*, foi fundamental para amparar nossa pesquisa. Desde questionamentos apontados pela autora, informações relativas à evolução da área central de

escala aproximada da dimensão cotidiana para o entendimento do espaço público e do acesso à cidade, ainda que com diferentes abordagens e objetos empíricos.

Uma crítica interessante ao excesso de programação e de racionalização da vida e do cotidiano, no século XX, pode ser encontrada na obra do cineasta francês Jacques Tati, tanto em *Mon Oncle* (1958) quanto em *Play Time* (1967). De ar nostálgico, mas com humor, as obras reforçam a espontaneidade, a fruição, o jogo e a descoberta na cidade, a materialização espacial de possibilidades em detrimento do excesso de programação e do ideal de vida urbana – a redução preconizada pela “cegueira”, marcada pelo “cegante” e pelo “cegado”:

O que olhamos na verdade não enxergamos. Quantas pessoas percebem “perspectivas”, ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos. Não podem saltar do *cotidiano* – fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo dos produtos da indústria – para o *urbano*, que se libertaria desses determinismo e coações. Não sabem construir uma paisagem. Compondo e propondo uma ideia da feiura e da beleza especificamente urbanas. A realidade urbana, antes de nascer e se afirmar, se vê *reduzida*, de um lado, pelo *rural* (os subúrbios compostos por casas ajardinadas, os espaços ditos verdes) e, de outro, pelo *cotidiano* industrial (as moradias funcionais, as vizinhanças, as relações, os trajetos monótonos e obrigatórios), *cotidianidade* submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial. [...] O cegante [os conhecimentos que se adotam dogmaticamente] e o cegado [o desconhecido] são complementares na cegueira. (LEFEBVRE, 2008, p. 36, itálicos do original).

Em sua trajetória histórica, ainda que objeto de abstração em momentos específicos, a cidade tem correspondido à materialização das relações humanas entre si e do homem com o meio, através de relações

---

Florianópolis, culminando em diversos apontamentos e conclusões relativos às praças e áreas de lazer. Em diversos momentos, encontramos convergência de reflexões e de conclusões que nos serviram de base e contribuíram com nossas reflexões, ainda que dada a diferença de recorte e a defasagem temporal.

socioeconômicas, culturais e de produção, que se referem à produção do espaço, o que induz à ideia de que a cidade é **feita pelo homem**, em suas relações, voltando ao questionamento inicial. E o homem, conforme diferentes arranjos sociais, não espacializou suas relações ao longo da história da mesma maneira, seja por características físicas do sítio, por suas tradições e cultura ou, sobretudo, por seu modo de produção<sup>19</sup> e seus desdobramentos consolidados através das diferentes formações socioespaciais.

O entendimento da cidade deve ser feito tendo como pano de fundo a sociedade urbana em processo de constituição, portanto, movimento. Significa, na perspectiva geográfica, pensar a cidade a partir da espacialidade das relações sociais em sua natureza social e histórica. (CARLOS, 2001, p. 90).

Além das formas edificadas, as relações humanas são responsáveis, em sua multiplicidade, pela possibilidade de conformação e compreensão do espaço, notadamente do espaço urbano. Dentre todas as significações dadas ao espaço, a conotação ora utilizada refere-se ao espaço urbano (poderia ser a representação do espaço abstrato da matemática, do espaço conceitual das projeções econômicas, do espaço desmaterializado das relações das redes virtuais, etc.). Entretanto, o cerne aqui é a cidade e o urbano em sua materialização; portanto, a definição de espaço que traduz de maneira apropriada a perspectiva adotada nesta tese refere-se ao espaço geográfico<sup>20</sup>, ou seja, a cidade e o espaço urbano à luz do conceito de espaço geográfico. Segundo Milton

---

<sup>19</sup> “Muitas designações metafóricas contidas na obra de Marx foram fetichizadas pelos seus vulgarizadores e transformadas em conceitos. O mais notório deles, o de modo de produção, é utilizado pelo próprio Marx de modo elástico e, às vezes, impreciso. Quando se trata de modo de produção capitalista, ora refere-se ao processo de trabalho, ora ao processo de valorização, para ter uma certa conotação antropológica, referindo-se ao modo de fazer, mais no sentido de um procedimento cultural do que no de uma referência estrutural” (MARTINS, 1996, p. 16).

<sup>20</sup> “Quanto à categoria espaço, devemos à geografia a humanização do conceito, aliás o espaço é objeto fundante da geografia. O espaço humano, concreto, vivido, banal é o mesmo para qualquer disciplina que dele trate. O espaço do homem, conceituado pela geografia, não é ‘propriedade particular’ dos geógrafos, ainda que o denominem, por vezes, espaço geográfico. Não existe um espaço da economia, outro da sociologia, outro da história e etc., o espaço do homem é um só. O conceito de espaço produzido pela geografia pode ser compreendido como uma contribuição desta às demais ciências sociais. Evidentemente, compreendido o conceito ele se tornará operativo em formas distintas, respeitadas as diferentes epistemologias de cada disciplina.” (QUEIROGA, 2001, p. 2). Indo além, “[...] Milton Santos retoma a questão do espaço como instância e desenvolve [...] as noções de forma, função processo e estrutura como categorias do espaço.” (QUEIROGA, 2001, p. 42).

Santos, esse conceito pode ser entendido através da relação entre o sistema de ações e o sistema de objetos (SANTOS, 2006, p. 65).

Tal conceito é balizador das reflexões que se seguem, afinal, a cidade, em sua morfologia física, é constituída de áreas edificadas e interstícios (formas materiais) e, em sua morfologia social, de relações (o conteúdo e as ações). Nas análises realizadas nesta tese, a relação entre forma e conteúdo, entre ações e objetos, será o caminho para a compreensão da forma, da função, da estrutura e das relações vinculadas a esses elementos<sup>21</sup>.

Conforme dito anteriormente, ao longo de sua trajetória como habitat humano, a cidade e o urbano, materialização e relações, têm não apenas correspondido à edificação de relações socioeconômicas mas também expressado a própria estrutura e os processos vinculados aos diferentes modos de produção ao longo da história (LEFEBVRE, 2008). A construção da cidade também resulta das políticas públicas vinculadas aos diferentes modelos urbanos (MASSIAH, 2013), cuja análise, se realizada sob a ótica da formação socioespacial (SANTOS, 2006), permite a compreensão de cada contexto particular a partir de elementos locais e exteriores: “Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização.” (SANTOS, 2006, p. 86). Esse arranjo – a cidade – representa uma sedimentação em diversas camadas de sonhos, aspirações, lutas, conflitos, ideologias, usos e contrausos, consensos e revoluções (CARLOS, 2001).

Entre as edificações e seus interstícios espaciais, há mais do que sua aparência imediata, existe a mediação de diversas ordens<sup>22</sup>: nas relações entre os grupos, de dominação ou subversão, na configuração e no arranjo espacial, seja por modelos urbanos ou ocupações “espontâneas”, na sua relação com as políticas públicas, os discursos e as representações, nas relações intrínsecas ao modo de produção e seus

---

<sup>21</sup> Sem nos aprofundarmos na noção de forma-conteúdo, cabe ressaltar que: “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.” (SANTOS, 2006, p. 2006).

<sup>22</sup> “A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a mediação.” (LEFEBVRE, 2009, p. 52).

desdobramentos nas formações socioespaciais. Essa mediação é cristalizada também, mas não somente, em formas edificadas e em vazios. Edifícios institucionais, habitacionais, espaços públicos coletivos e infraestrutura urbana compõem essa cristalização formal. Sendo espaços edificados, traduzem a vida urbana ou sua possibilidade e projeção<sup>23</sup>. Nessa perspectiva, o que se propõe como base para o presente estudo é olhar a cidade, em seu caráter de mediação das mais diversas ordens – entre a ordem próxima e a ordem distante –, sobre um espaço eminentemente urbano: a praça. Mas não a praça como elemento conceitual, ideia ou partido gerador, nem somente como desenho ou projeto, mas **as praças e cada praça** (ou quase) que existem numa cidade específica, Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina, insular e continental, turística, universitária – a “Ilha da Magia”.

Numa primeira aproximação, o olhar volta-se para o que se passa no cotidiano, na vida urbana, sendo responsável pelas representações que demarcam a cidade e o urbano em âmbito próximo – pelas práticas sociais e espaciais<sup>24</sup>. Há algo nessa dimensão que não está totalmente visível, mas que a compõe e permite sua subversão: a apropriação (ou dominação) que os diversos grupos fazem desses elementos.

A ordem distante interfere na ordem próxima, na construção da cidade e do urbano, que se reiteram em processo<sup>25</sup>. A construção do espaço urbano é, portanto, mediação. Sendo mediação, o espaço urbano não é neutro, e as ações que sobre ele incorrem não são inocentes<sup>26</sup>. Esse

---

<sup>23</sup> “Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. Apoderar-se delas para as dizer, para expô-las pela via – ou pela voz – dos edifícios, dos monumentos, e também pelas ruas, praças, pelos vazios pela teatralização espontânea dos encontros que nela se desenrolam [...]” (LEFEBVRE, 2009, p. 68).

<sup>24</sup> “O cotidiano para Lefebvre integraria o que poderíamos chamar de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem.” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 23).

<sup>25</sup> “É na inter-relação entre a reprodução do cotidiano e da totalidade que podemos encontrar os primeiros traços da correlação entre uma ordem próxima e uma ordem distante, que interagem, entre si – na medida em que historicamente, mesmo antes do capitalismo, a reprodução da família (relações sociais de reprodução) interferiria na divisão social do trabalho e na organização social (relações de produção) e vice-versa [...]” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 23). Indo além: “As interfaces engendradas pelo “enfrentamento” entre ordem próxima e ordem distante, antes de se constituírem como óbices, tornam-se facilitadores metodológicos para a compreensão do processo de espacialização, isto é, da produção do espaço.” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 25).

<sup>26</sup> “*La lutte de classes, aujourd’hui plus que jamais, se lit dans l’espace.*” (LEFEBVRE, 2000b, p. 68). Encontramos respaldo também, conforme nosso entendimento, em Limonad e Lima (2003, p. 27): “Lefebvre advoga que o espaço contém as relações sociais, daí podemos depreender a natureza do espaço socialmente produzido, uma vez que as relações sociais não são inocentes quanto às suas intencionalidades.”



argumento demonstra que “o espaço é político” (LEFEBVRE, 2008, p. 48)<sup>27</sup>. Essas ações são perceptíveis, também, na materialização espacial, na localização dos grupos, na ordem dos investimentos, na imagem construída, nos edifícios e nos logradouros.

Essa é uma das assertivas a serem retomadas ao longo de toda a narrativa que se segue neste trabalho. Ao preconizar as possibilidades de espacialização e reorganização do espaço, mesmo que pontuais, as figuras 3 e 4, apresentadas no item Motivação, interferem diretamente nas relações concernentes à morfologia urbana, isto é, ao acesso à cidade no que se refere a seus espaços públicos. Esse é outro ponto fundamental para a trajetória do pensamento aqui apresentado: as alterações, os projetos, as projeções e as reformas realizadas no espaço urbano não são isolados, refletem ideias e ideologias que estão subentendidas – e, às vezes, claramente expressas – nessas ações.

Volta-se à praça. A praça como elemento constituinte da morfologia urbana. A morfologia urbana, nesse sentido, é entendida sob dupla acepção: social e material. No que tange ao social, através da dimensão não materializada de suas relações, o urbano – condição intrínseca à vida nas cidades, traduzindo-se em ação, em diálogo e discussão, em ação política<sup>28</sup>. No que tange ao físico, através de suas instituições, de suas construções, sejam públicas ou privadas, de seus arranjos físicos, de seus espaços abertos e das diversas gradações do acesso. Há mais conteúdo no abandono ou na apropriação de uma praça do que revela sua imagem. Percebe-se, em certa instância, o acesso e o direito à cidade, e revela-se a lógica de construção que lhe é subjacente. Tem sido assim ao longo da trajetória das cidades, ressignificando-se o direito à ela:

---

<sup>27</sup> “[...] o espaço revela sua natureza, aquilo que ele sempre foi: a) um espaço político, lugar e objeto das estratégias; b) uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, e, por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do tempo-espaço.” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). Através do processo de transformação, segundo o autor.

<sup>28</sup> Cabe aqui uma nota referente ao conceito de política de Hannah Arendt (2002): “A política baseia-se na pluralidade dos homens” e “A política trata da convivência entre diferentes”. No prefácio da obra *O que é Política*, Kurt Sontheimer esclarece: “A compreensão da política para a qual Hannah Arendt quer abrir nossos olhos e por ela é vinculada com as ideias da liberdade e da espontaneidade humanas, para a qual deve haver um espaço para o desenvolvimento, quer dizer, um espaço para a política, está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça apenas a organização e a garantia da vida dos homens” (Trecho do prefácio da obra de Arendt (2002), por Kurt Sontheimer). Arendt tem sido utilizada como base para discussão em diversos estudos relativos ao espaço público, como espaço para ação política e dialogada, incluindo os utilizados no presente trabalho. O espaço, “ilusoriamente neutro e não político, constitui o objeto (objetivo) [daqueles que pensam sobre a cidade].” (LEFEBVRE, 2008, p. 148).

*La culture politique est une culture urbaine. La culture politique des places mêle l'utopie et le réalisme. Au Moyen Âge, la résistance au féodalisme affirmait déjà "l'air de la ville rend libre". La révolution urbaine à venir pourra porter des valeurs renouvelées, celles des libertés et de la démocratie. La nouvelle révolution donnera son sens au droit à la ville.* (MASSIAH, 2013, p. 60).

A partir do século XVIII, a urbanização marca uma inflexão e uma ruptura na cultura urbana (MASSIAH, 2013, p. 48) – o que denota “uma revolução urbana” em acontecimento, mas ainda não totalmente compreendida como fenômeno. Anterior e de formação mais ampla que o processo de planejamento e o próprio urbanismo, a materialização da cidade traduz, em seus diversos elementos, as dinâmicas e disputas, e somente a compreensão desse processo poderá levar a um direito à cidade, transcendendo o olhar pontual e suas consequentes intervenções.

Voltemos à epígrafe desta tese, da poetisa Adélia Prado: “eu olho pedra e só vejo pedra”. Muitas práticas e teorias foram desenvolvidas ao longo do tempo para sanar problemas urbanos pontuais, as quais, a partir do século XIX e adentrando o século XX, ganharam expressão internacional – universal – e apropriações perversas pelo capital hegemônico<sup>29</sup>, como as células de habitação, as cidades-jardins, os conjuntos habitacionais, a monofuncionalidade urbana, entre outras (o cegante). O livro de Françoise Choay (2010), *L'Urbanisme utopies et réalités: Une anthologie*, apresenta esses modelos e teorias. O olhar para além do pontual, das certezas em modelos, do não-observado em dados e abstrações, é entendido aqui como uma das possibilidades para se pensar sobre a cidade (o cegado) – “são as pedras que conformam o arco”, no dizer de Calvino (1990). O olhar pontual, fragmentado e direcionado, que não compreende o fenômeno como um todo, nem suas particularidades: o cegante e o cegado.

O cegante é a fonte luminosa (conhecimento e/ou ideologia) que projeta o fecho de luz, que ilumina alhures. O cegado é o olhar ofuscado; é também a zona deixada na sombra. De um lado uma via se

---

<sup>29</sup> “Is it conceivable that the exercise of hegemony might leave space untouched? Could space be nothing more than the passive locus of social relations, the milieu in which their combination takes on body, or the aggregate of the procedures employed in their removal? The answer must be no.” (LEFEBVRE, 1991b, p. 11).

abre à exploração; de outro, há uma barreira a romper, uma sanção a transgredir. (LEFEBVRE, 2008, p. 38).

A “pedra do arco” escolhida como objeto de análise, conforme dito anteriormente, é a praça, a praça como espaço aberto de uso coletivo e de acesso irrestrito. Esses espaços abertos, não edificados, têm correspondido, ao longo do tempo, a valores explícitos e implícitos, a códigos de acesso e conduta e a relações morfológicas urbanas que remetem às diversas tipologias do espaço edificado. Públicos e/ou privatizados, são discursos vinculados a comportamentos, condutas e subversões concernentes à vida urbana. No prefácio da obra de Sun Alex (2008, p. 10), Vargas apresenta:

A praça, em sua origem latina, caracteriza-se como espaço de encontro e convívio, urbano por natureza. Espaço este que se conforma por várias aberturas no tecido urbano que direcionam naturalmente os mais diversos fluxos, em busca dos, também, mais diversos usos, que imprimem a esse espaço o caráter de lugar e ponto central de manifestação da vida pública. É, em sentido amplo, o espaço para a troca.

Infere-se, portanto, que não se pode falar na praça, mas nas praças, como espaços abertos de uso público<sup>30</sup>. Atualmente chamados de públicos, em sua condição de livre acesso, esses espaços materializam-se nas mais variadas formas e têm sido utilizados como objetos empíricos de análise para a relação e constituição dos grupos que compõem a cidade, em seu âmbito de ação política através da esfera pública ou a partir de sua dimensão espacial formal e locacional – os “espaços públicos urbanos”:

A construção e a disseminação de uma concepção de espaço público urbano que procura atribuir a esse espaço uma realização sociopolítica é recorrente nas reflexões de arquitetos e urbanistas e pesquisadores dos mais diversos campos do conhecimento que tinham e, muitos ainda têm como perspectiva, tornar a cidade e sua sociedade mais humana e indistintamente democrática. (ABRAHÃO, 2008, p. 177).

---

<sup>30</sup> Em diversos momentos ao longo do texto, sobretudo no que concerne à legislação florianopolitana, serão abordadas as Áreas Verdes de Lazer, pois conforme o avançar da legislação no século XX, são prioritariamente essas áreas, remanescentes de processos de ocupação e loteamento, que conformam as praças.

Na escala intraurbana, as praças se constituem como um *locus* propício à **razão comunicativa, quer na dimensão cotidiana, quer na esfera da ação política** (*vita activa*), principalmente nos territórios dos pobres e nas áreas centrais da cidade. (QUEIROGA, 2001, p. 217, grifo nosso).

A relação entre esfera pública e espaço público materializado é estreita, sob determinada ótica, torna-se inseparável, o que denota a construção unívoca desses espaços públicos consoantes ao espaço social e à relação de comunicação entre os grupos<sup>31</sup>. Em sua tese de doutorado, *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*, Eugênio Queiroga demonstra como a razão instrumental (de dominação) na escala da megalópole não consegue sublimar a ação comunicativa na escala local, da praça. Para tanto, fundamenta-se, entre outros autores, em Habermas (2003) e Arendt (2002):

A ação comunicativa, ao ser concebida como uma forma de razão própria da condição de liberdade alcançada a partir da modernidade, permite-nos refletir sobre campos potenciais desta razão. Habermas afirma ser a razão comunicativa própria ao mundo da vida (o mundo vivido: objetivo, social e subjetivo) e não da esfera “sistêmica”, do Estado e da economia, regido pela razão instrumental. A condição de liberdade dos participantes da ação comunicativa nos permite uma aproximação à noção de liberdade de Hannah Arendt. Para ela a liberdade da *vita activa*, da ação política, exercida, portanto, na esfera de vida pública. Pode-se, então, afirmar que a razão comunicativa tem como campo primordial a esfera da vida pública. (QUEIROGA, 2001, p. 35).

---

<sup>31</sup> Entre os estudos que têm como base a discussão sobre o espaço público sob diferentes acepções, mas com um paralelo no embasamento tanto em Arendt quanto em Habermas, citamos Gomes (2002), Leite (2004), Abrahão (2008), Serpa (2011) e Souza (2013). Vaz (1991, p. 43-46) apoia-se em Habermas para empreender a discussão acerca do espaço público florianopolitano. Cabe ressaltar a seguinte assertiva de Serpa (2011, p. 15-16): “[...] mas é evidente a dificuldade de muitos pesquisadores quando se trata de relacionar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana e os aspectos formais e estruturais dos espaços públicos ‘concretos’. Dialeticamente, forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, autorreferentes e historicamente determinados. Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre o tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão ‘concretude’ à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo [...]”

Os espaços públicos materializados têm sido objeto de investigação sob diversos enfoques<sup>32</sup>. Desde a categorização funcional até estudos formais e projetuais, passando pelas perspectivas históricas e geográficas, esses olhares variados têm admitido a criação de taxonomias conforme funções, tamanhos, formas, usos, acessos, etc. No que concerne às praças florianopolitanas, ainda que não se baseie em categorias, a análise e as descrições empreendidas no presente trabalho permitem relacionar alguns desses aspectos, favorecendo a compreensão das praças como resultantes de escolhas e apropriações em meio à trama urbana. Desse modo, as praças não podem ser analisadas somente como pontos de contato entre homem e natureza em meio às edificações, conforme vêm sendo publicado em matérias publicitárias e em alguns dispositivos legais.

Se, na ótica da presente pesquisa, as praças não são analisadas apenas em sua conformação física ou como pontos de contato entre homem e natureza, tendo sido ressignificadas ao longo da trajetória da cidade conforme as relações socioeconômicas, a questão que se coloca é a seguinte: como a condição atual das praças em Florianópolis reflete a produção do espaço público ao longo da história, materializando a relação entre as diversas ordens que atravessam o espaço<sup>33</sup>, ressignificando seus usos e configuração espacial e incidindo sobre o acesso à cidade?

Relacionada diretamente às discussões relativas ao espaço urbano, essa questão ampara o objetivo geral deste trabalho: Com base na ideia de que o espaço urbano não é neutro, pretende-se relacionar o modo de pensar e intervir na cidade, em cada momento distinto, com os processos socioeconômicos que se desdobram sobre o espaço urbano e o configuram, através da trajetória de usos e localizações das praças em Florianópolis, culminado com sua configuração atual. Esse objetivo amplo tornou-se possível a partir dos objetivos específicos que lhe suportam e lhe compõem, para os quais se delinearão o segundo e o terceiro capítulos, sendo o primeiro capítulo esta introdução.

---

<sup>32</sup> Referenciais também são, no âmbito de estudos nacionais sobre praças, as obras de Sun Alex (2008) e Robba e Macedo (2010).

<sup>33</sup> “[...] poderíamos acrescentar que o espaço é atravessado, pois, por múltiplas ordens, que se emblematizam nos extremos da ordem próxima e da ordem distante. Evidentemente, não são abolidas as ordens intermediárias. É um complexo jogo interescalar que se faz acompanhar de um igualmente complexo jogo de representações. Não se trata apenas da linguagem do espaço, mas como nos alerta o próprio Lefebvre (1986: 46) dos discursos *sobre o espaço* (grifo no original).” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 30). Os autores se louvam, nesse trecho, em *La Production de L'espace* (LEFEBVRE 1986), que em nossa bibliografia é referenciado como Lefebvre (2000b).

O primeiro objetivo específico visa analisar a formação da cidade de Florianópolis à luz do conceito de espaço geográfico, no que concerne às relações sociais e econômicas materializadas no espaço urbano. Assume-se a ideia de que o conhecimento acerca da cidade e dos espaços públicos não pertence a uma disciplina nem a um campo de conhecimento específico. Sendo assim, a possibilidade de entendimento do processo de urbanização, à luz do conceito de espaço geográfico, amplia as fronteiras conceituais do que, convencionalmente, chama-se urbanismo e permite um questionamento sobre o papel do arquiteto/urbanista como profissional técnico e teórico responsável por conceber e projetar o espaço urbano. Assim, são retomados tanto o pensamento de Henri Lefebvre, em suas críticas ao Urbanismo, quanto os questionamentos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980), que busca embasamento na Antropologia para discutir a prática dos arquitetos e urbanistas como profissionais do Urbanismo. Esses dois autores (entre outros a serem apresentados) fundamentam uma leitura crítica sobre os principais documentos legais que incidiriam na estruturação urbana de Florianópolis.

Soma-se a essa reflexão um segundo objetivo: compreender as praças como elementos representativos de um discurso vinculado ao urbano, negando, portanto, o desenho urbano e o traço projetual como únicos elementos fomentadores da urbanidade. Esse objetivo, no que se refere à construção do espaço urbano, amplia a discussão do primeiro objetivo para elementos vinculados à vida urbana como um todo, incluindo a moradia e as instituições, alcançando a distribuição da infraestrutura e dos serviços. Assim, a construção do espaço não apenas reflete um descompasso entre o traço projetual e o espaço vivido como atinge a relação entre os diversos agentes que estão vinculados à construção do espaço urbano, como o Estado, a sociedade civil, os diversos grupos dissidentes e os grupos hegemônicos e seus diversos interesses, reforçando a ideia de que a apropriação e os usos dos espaços não se vinculam somente ao seu projeto e à sua inserção no seu entorno imediato.

Esse objetivo complementar resgata mas não supre a lacuna teórica que representa a dificuldade de relação entre as diversas ciências (ou disciplinas) que estudam o espaço urbano em sua forma concreta: a cidade. A especialização do conhecimento – seu parcelamento, conforme Henri Lefebvre – tem ocasionado um descompasso entre o fenômeno urbano e as possibilidades de leitura vislumbradas, sobretudo a partir do século XIX, que estão fundadas, majoritariamente, na não

compreensão do alcance do fenômeno urbano como um todo e em seus processos. Assim, cada uma das ciências, entre as quais a Geografia, as Ciências Sociais, a Filosofia, o Urbanismo e o Direito, têm realizado suas pesquisas, análises e conclusões, mas as frágeis relações entre os resultados de cada uma delas têm gerado efeitos parciais no entendimento do fenômeno urbano. Tal parcialidade é observada cotidianamente nas cidades, nas respostas dadas aos problemas urbanos<sup>34</sup> ou no direcionamento dessas respostas conforme interesses específicos. Além disso, essa parcialidade é menos fruto da fragmentação das disciplinas, ela resulta, sobretudo, da estrutura socioeconômica em consolidação. Vale ressaltar que o planejamento e o pensar sobre o urbanismo foram discutidos, também, com base nas leituras de Yves Chalas (1998; 2001).

Assim, através do segundo capítulo da tese, *Urbanismo e Planejamento: discurso e pensamento – no espaço, sobre o espaço e do espaço*, aprofunda-se a discussão sobre o urbanismo e a cidade vinculados ao discurso sobre o pensar e o planejar, utilizando-se como referencial empírico os dispositivos legais desenvolvidos ao longo do século XX em Florianópolis e algumas matérias e campanhas divulgadas em veículos de comunicação.

Tanto o primeiro quanto o segundo capítulo elucidam processos que contribuíram para a constituição atual dos espaços públicos locais, os quais são apresentados no capítulo 3. Nesse capítulo, o item 3.3 – *Quem tem direito à praça e à cidade* – discute a relação entre cidadania e espaços públicos em âmbito local, refletindo sobre a assertiva de Michael Brill (1989, p. 27), “*It seems possible, but silly, to say that all life in public is what public life is*”, que ressignifica as situações encontradas na pesquisa e induz à reflexão sobre quais as relações existentes entre as praças visitadas e o sentido de vida pública.

O terceiro capítulo corresponde, portanto, ao terceiro objetivo específico – conhecer e discutir a estrutura atual das praças de Florianópolis, mapeando-as e caracterizando-as com base nas listas do IPUF e da FLORAM, mas ampliando essas listas através da pesquisa de campo e das diversas consultas aos técnicos do urbanismo. As praças foram agrupadas em quatro conjuntos maiores: i) as praças dos núcleos históricos; ii) as praças da área central; iii) as praças dos loteamentos e conjuntos habitacionais; e iv) as praças da área continental. Cabe

---

<sup>34</sup> “O urbano só pode ser confiado a uma estratégia que ponha em primeiro plano a problemática do urbano, a intensificação da vida urbana, a realização efetiva da sociedade urbana (isto é, de sua base morfológica, material, prático-sensível).” (LEFEBVRE, 2009, p. 88).

ressaltar que há pontos de sombreamento entre esses grupos, de modo que tal divisão se deu para facilitar a compreensão da relação entre os processos, os diversos momentos e a localização das praças.

A pesquisa empírica iniciou-se com as primeiras anotações, que partiram de uma definição estreita do plano diretor de 1997. Essa caracterização revelou-se plural, pois tanto terrenos baldios quanto áreas ociosas e rótulas do sistema viário, passando-se por áreas apropriadas livremente e praticamente não dotadas de mobiliário – de maneira bastante resumida –, foram encontrados nesse rol<sup>35</sup>. A construção de um mapa com os pontos marcados e os perfis definidos, inexistente em Florianópolis, revelou as características da construção do espaço urbano no que concerne às praças, para além dos dados oficiais.

Esse terceiro capítulo apresenta a ideia de cidadania discutida no presente trabalho, embora distante de esgotar esse amplo conceito, além de sua vinculação ao espaço urbano, amparando uma breve discussão entre cidadania e direito à cidade em Florianópolis.

Ao invés de privilegiar somente o desenho ou o projeto, a análise das praças centrou-se em seu reconhecimento, sua caracterização, sua localização e sua distribuição. Para além das tabelas, dos gráficos e das fotos aéreas, resgata-se as campanhas e as mídias de espacialização do objeto praça, dando-se menor importância às áreas geometrizadas, matemáticas e quantificáveis e maior destaque à situação atual desses espaços públicos, o que se mostra mais revelador que os números oficiais no que diz respeito às suas condições físicas e de implantação. Por isso as caminhadas pela cidade, as viagens intraFlorianópolis, as leituras acerca da trajetória das praças na cidade. A análise constitui-se a partir da descrição do que foi encontrado na ilha e no continente, apresentando dados levantados e acervo fotográfico, amparando as considerações feitas nos quatro capítulos, da introdução à conclusão.

Tal reconhecimento das praças corresponde a uma demanda prática premente daqueles que trabalham com os espaços públicos urbanos florianopolitanos. Além disso, revela, por um lado, a complexidade vinculada à vida urbana em suas dimensões sociais e

---

<sup>35</sup> “[...] a praça, como subespaço, será não apenas fruto de seu sistema de objetos (entorno edificado, área livre em si e seus diversos elementos – pisos, mobiliário, vegetação, água, etc.), mas da interação indissociável deste com o sistema de ações. Só há praça se ela se presta ao encontro no âmbito da esfera de vida pública. Desta forma, vários logradouros oficialmente denominados praça não o são, outros se ‘pracializam’ em determinados momentos de apropriação pública, outros são híbridos entre praça e jardim, entre praça e edifício [...]” (QUEIROGA, 2001, p. 9). Também apresentado no Levantamento das Áreas Públicas de Florianópolis, realizado pelo IPUF (1998a), demonstrando que os técnicos dessa instituição estão cientes desse panorama.



espaciais e, por outro, os erros que decorrem de taxonomias herméticas, criadas com base num estrito senso técnico, que não consegue contemplar as peculiaridades de inserção individual de cada uma das praças, as quais conformam um conjunto de espaços públicos diversos entre si, não somente em desenho urbano e diferença de investimentos mas também, e sobretudo, na sua localização, nas suas funções e na sua caracterização. “O lugar, mais do que o desenho das praças, associados a esta ou aquela corrente estética, são [sic] os principais responsáveis pelo ‘sucesso’ ou ‘fracasso’ das praças.” (QUEIROGA, 2001, p. 176).

Finaliza-se esta introdução pela hipótese: de que o reconhecimento das praças e a periodização de sua implantação em Florianópolis, a partir do entendimento da relação intrínseca entre as diversas ordens que são mediadas na cidade (incluindo a próxima e a distante), permitem a compreensão da conformação urbana florianopolitana no que concerne aos interesses que interferem na produção do espaço urbano, incidindo sobre o acesso físico e simbólico, portanto, no próprio entendimento da cidadania.

Essa hipótese corrobora a relação entre a criação das praças, suas possibilidades de uso e apropriação e os aspectos da segregação espacializada ao longo do tempo. “A segregação, [...] com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 2009, p. 97).

Destarte, o próprio conceito plural de praça, e suas apropriações, é sintomático e poderia ser identificado (mas não esgotado) com a análise do perfil das praças de uma cidade real, especialmente no que concerne à multiplicidade de fatores inerentes à sua localização, função, apropriação e discursos, ou seja, em suas características morfológicas, de significado e de inserção, relacionando-os ao amparo legal e textual (discursivo) que lhe faz referência<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> “Ao longo dos tempos, com a evolução das cidades, alterou-se significativamente o papel da praça na urbe; todavia o caráter social que sempre a caracterizou, permaneceu e permanece como sua mais intrínseca qualidade.” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 10). “Frequentemente, falamos de formas que parecem permanentes no tempo: de praças, por exemplo, espaços abertos entre o casario, espaços estes que podem ser encontrados desde a Antiguidade até os dias atuais. Ao assim procedermos, estamos abdicando da análise que nos mostraria a verdadeira dialética entre espaço e sociedade. Para insistir no mesmo exemplo, basta ver que uma cidade contemporânea dispõe de diversas praças, nem todas apresentando as mesmas dinâmicas sociais ou o mesmo conteúdo. A cidade é uma forma necessária a um certo gênero de associação humana, e suas mudanças são condições para que esta associação se transforme. Assim uma análise geográfica do espaço urbano deve imperativamente ser nutrida da

Dessa maneira, reconhecer tais espaços a partir da visita e da experimentação possibilitou a discussão acerca da pluralidade do termo praça e uma crítica ao discurso que se apropria da Arquitetura e do Urbanismo, através da justificativa do acesso à cidade, para basear propostas que não se efetivam ao longo do tempo, especialmente no que se refere à construção de espaços públicos como inerentes à vida urbana – “os lugares mais democráticos urbanos”<sup>37</sup>:

É nos espaços privilegiados das praças das cidades que vem à luz a multiplicidade da sociedade, seus dramas, o confronto entre direitos e cidadania. Condensam-se as diferentes experiências sociais, exacerbam-se os conflitos, percepções e ambiguidade: o todo reitera-se em suas partes [...] **o lugar mais democrático urbano.** (MAGNOLI *apud* ROBBIA; MACEDO, 2010, p. 10, grifo nosso).

## 1.1 ENTENDENDO O MÉTODO E CARACTERIZANDO A TESE

“*Thresholds of sociability*” foi a expressão utilizada por Henri Lefebvre (1991b), em seu livro *The production of space*, ao analisar as circunstâncias observadas na produção de habitações suburbanas e cidades novas, levando ao “[...] *point beyond which survival would be impossible because all social life would have disappeared. Internal and invisible boundaries began to divide space [...]*” (LEFEBVRE, 1991b, p. 316). Entende-se que esses “limiares da sociabilidade”<sup>38</sup>, quando

---

disposição locacional dos objetos espaciais confrontados com o comportamento social que aí tem lugar.” (GOMES, 2002, p. 19-20).

<sup>37</sup> “O lugar, então, se configura como a expressão mais nítida de uma ordem local, encarada como aquela que se define, sobretudo pelas relações de proximidade, pela copresença, por um cotidiano compartilhado, enfim, por um feixe de relações que se organiza no espaço vivido e compreende principalmente a esfera de reprodução da família (referente às necessidades biofisiológicas) (LEFEBVRE, 1991) e corresponderia à escala da habitação, do abrigo, do lar. Já a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção seriam mediadas pelo espaço percebido das práticas espaciais e regidas pelo espaço concebido das representações do espaço (LEFEBVRE, 1991), que corresponderiam, por sua vez, respectivamente à escala do lugar, do território e do global. Entrelaçam-se, assim, em sua abordagem os três momentos da reprodução social, muitas vezes abordados de modo fragmentado por outros autores propiciando que a ordem próxima e a ordem distante emergja simultaneamente.” (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 25). Os autores referem-se a Lefebvre (1991) como à obra *The Production of Space*, que em nossa bibliografia é citada como Lefebvre (1991b) e em sua versão francesa Lefebvre (2000b).

<sup>38</sup> No prefácio de Abrahão (2008, p. 13), Maria Cristina da Silva Leme busca em Lefebvre a base para o seguinte argumento: “Sua crítica se dirige à crença manifesta pelos urbanistas sobre a possibilidade de tanto projetar a hierarquia técnica de atividades econômicas como

analisados à luz do espaço urbano, podem ser aqui associados a dois conceitos-chave: cidadania, como conceito e prática, e urbanismo, como possibilidade de leitura e intervenção na cidade. A cidadania tem sido um conceito bastante ventilado nos últimos anos<sup>39</sup> e está na “moda”, assim como o urbanismo<sup>40</sup>. Ser um conceito **ventilado** ou estar na **moda** implica que ambos, cidadania e urbanismo, têm sido foco de estudos, discussões e, em nosso entendimento, constituído o cerne do debate acerca da expressão “acesso à cidade”, temática que será retomada no item 4.3 desta tese.

Relacionar, portanto, dois termos que estão “em moda” – cidadania e urbanismo –, concordando com Lefebvre, significa que se está chegando aos “limiares da sociabilidade” na cidade (e não somente nos subúrbios<sup>41</sup> e nas cidades novas), a partir de um olhar para a praça como espaço de encontro e de confronto. Essa perspectiva permeou a construção e o desenvolvimento do processo de pesquisa. Como? Através de um reconhecimento acerca do processo histórico de construção das praças em Florianópolis, sob a égide do acesso e de ideologias que lhes estão vinculados em diferentes períodos, partindo do reconhecimento do que existe atualmente. Uma abordagem lefebvriano-marxista, baseada em um método progressivo-regressivo<sup>42</sup>.

Um duplo movimento impõem-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: *regressivo* (do virtual ao atual, do atual ao passado) e *progressivo* (do superado e do *finito* ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo). (LEFEBVRE, 2008, p. 31, grifo do original).

---

reproduzir, através do projeto, a estrutura social complexa de uma cidade histórica. A ausência de vida social e perda de sociabilidade são alguns dos elementos que as pesquisas revelam quando se assiste à segregação levada às suas últimas consequências.”

<sup>39</sup> Maria Covre (2003), em sua obra *O que é Cidadania?*.

<sup>40</sup> Lefebvre alude que o termo urbanismo está na moda em seu livro *O Direito à Cidade*, escrito na década de 1960: “O Urbanismo [...] está na moda. As questões e reflexões urbanísticas saem dos círculos dos técnicos, dos especialistas, dos intelectuais que pretendem estar na vanguarda dos fatos. Passam para o domínio público através de artigos de jornais e de livros de alcance e ambição diferentes. Ao mesmo tempo, o urbanismo torna-se ideologia e prática. E, no entanto, as questões relativas à Cidade e à realidade urbana não são plenamente conhecidas e reconhecidas; ainda não assumiram politicamente a importância e o significado que têm no pensamento (na ideologia) e na prática [...]” (LEFEBVRE, 2009, p. 9-10).

<sup>41</sup> “Espaços do socialismo real”, expressão de Limonad e Lima (2003, p.18).

<sup>42</sup> “Sem os procedimentos progressivos e regressivos (no tempo e no espaço) da análise, sem esses múltiplos recortes e fragmentações, é impossível conceber a ciência do fenômeno urbano. Entretanto, os fragmentos não constituem um conhecimento. Cada descoberta no âmbito das ciências parcelares permite uma análise nova do fenômeno total.” (LEFEBVRE 2008, p. 52, grifo do original).

Para tornar mais lúcida a aplicação de tal método, encontrou-se em Martins (1996) uma interpretação esclarecedora: três momentos, que foram trilhados ao longo da presente pesquisa. O “primeiro momento” resultou *do e no* trabalho de campo, a partir da complexidade horizontal (tanto das relações sociais quanto das práticas espaciais) observada no conjunto dos espaços visitados:

A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Esse é o momento descritivo do método. Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como etnógrafo. (MARTINS, 1996, p. 21).

A partir de então, a pesquisa documental e bibliográfica, tanto em fontes primárias quanto secundárias, e a periodização através de fotos aéreas conduziram ao “segundo momento”, para o qual a relação entre a sociedade e a conformação física de Florianópolis foi fundamental, centrado em sua trajetória histórica que culminou no arranjo atual:

O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. [...] O que num primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas [...]. (MARTINS, 1996, p. 21).

Ao “terceiro momento” coube a compreensão dos arranjos atuais, sem desconsiderar o segundo momento – da trajetória histórica –, sobretudo no que concerne às contradições e confrontos encontrados na materialização espacial presente.

O terceiro momento da dialética de Lefebvre é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, mas “elucidado, compreendido, explicado”. [...] Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao

contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. (MARTINS, 1996, p. 22).

Cada um desses “momentos” vinculados ao método correspondeu a diferentes técnicas de pesquisa, a qual caracterizamos como um estudo de caso de abordagem qualitativa.

A primeira incursão à cidade foi realizada sem seguir qualquer listagem. Em duas semanas, ilha e continente foram visitados com o olhar “de estrangeiro”, na busca por praças e situações de “parcialidades”<sup>43</sup>. Reunidas as primeiras impressões, iniciou-se um levantamento mais estruturado. Durante as visitas de campo, foi realizado um vasto levantamento fotográfico com o preenchimento de fichas catalográficas, enquanto breves entrevistas – não estruturadas – foram realizadas quando encontrados usuários de tais espaços, o que não constituiu um universo expressivo, mas serviu para compreender elementos pontuais daqueles espaços. Para essas visitas, foi utilizada, como ponto de partida, uma lista e um mapeamento cedidos pelo IPUF. Também foram realizadas consultas ao arquivo da CMF, a fim de se conhecer os documentos legais de denominação das praças, pois muitos apresentam justificativas, históricos e croquis de localização.

Em paralelo, houve a consulta ao site da ONG FloripAmanhã, à lista de espaços públicos fornecida pela FLORAM e ao sítio da PMF, onde foram encontrados registros de praças que não constavam na lista do IPUF. Esse processo resultou no aprofundamento dos trabalhos de campo, com o objetivo de visitar os espaços que iam sendo descobertos e de revisitar a CMF, com a finalidade de recuperar mais documentos legais. No que concerne à área continental, as visitas foram acompanhadas pelo técnico da Secretaria do Continente responsável e orientadas pela listagem fornecida pelo mesmo órgão. Convém salientar que, no continente, também foram descobertas praças com o auxílio de matérias publicadas em sítios e na análise dos mapas dos Projetos CURA (PMF, 1976; IPUF, 1978b; 1985).

Iniciou-se, então, o segundo momento do método, no qual todas as áreas visitadas foram mapeadas e caracterizadas, havendo a necessidade de traçar o encaminhamento histórico de sua localização e a periodização comparativa entre a consolidação dos espaços públicos e a consolidação do processo de urbanização de Florianópolis. Foram

---

<sup>43</sup> “[...] situações de ‘parcialidade’ poderão ocorrer, eventualmente, em ruas, avenidas, descampados e até em edifícios” (QUEIROGA, 2011, p. 57).

consultadas fontes primárias e secundárias, num constante cruzamento com os conceitos acionados na revisão bibliográfica. Realizaram-se, ainda, longas reuniões com técnicos do IPUF, com a arquiteta da FLORAM e com o técnico da Secretaria do Continente, a fim de esclarecer as dúvidas persistentes. Visitas a campo utilizando fichas de caracterização foram retomadas em diversos momentos, conforme as descobertas avançavam, além das conversas realizadas com os responsáveis da ONG FloripAmanhã.

Cabe enfatizar que a periodização e muitas informações importantes, especialmente no que concerne aos espaços públicos da área central insular (tanto do capítulo 1 quanto do capítulo 3), foram retiradas de Cé (1998) e Cunha (2002) e complementadas com novos espaços agregados à área central. Quando não foram encontrados dados nas fontes e nas referências bibliográficas, a periodização da ilha e do continente foi realizada sobre a análise das fotos aéreas e mosaicos que constam no sítio de geoprocessamento da PMF e no acervo do IPUF. Para a periodização, durante o processo de pesquisa, foram consideradas algumas possibilidades de datação. Nos centros históricos, as áreas mais antigas foram consideradas concomitantes à ocupação e às igrejas; nas áreas centrais, conforme os processos de reforma, de ocupação e de loteamento – até o fim do século XX, de acordo com Cé (1998) e Cunha (2002)<sup>44</sup> – e, mais recentemente, segundo fotos aéreas e dados obtidos no IPUF; já nos bairros, balneários e demais localidades da ilha, optou-se por fontes de dados secundários (trabalhos científicos e acadêmicos, livros e dados fornecidos pelos órgãos públicos) e, quando esses documentos não foram encontrados, utilizou-se fotos aéreas e/ou datação dos loteamentos. Na área continental, foram obtidas fotos aéreas e datas de loteamentos a partir de Soares (1991), além de realizadas visitas com o técnico da Secretaria do Continente.

Entre a origem dos loteamentos e a criação efetiva de praças em suas AVL há, em determinados casos, uma decalagem temporal. Para minimizar essas diferenças, quando não foram encontrados dados específicos para a criação das praças, a periodização se dá por períodos abrangentes de mais de uma década, escolha que não compromete a análise. Sobre a periodização, cabe buscar em Queiroga (2008, p. 58) um elemento norteador:

---

<sup>44</sup> Sobre o documento do IPUF (1998b), Cunha ressalta que, na área central: “[...] o ano de criação das praças nem sempre coincidia exatamente com a real época de sua construção, o que podia estar ligado a fatos como intervenções e reformas ou até mesmo a oficialização do espaço e posse do mesmo pelo Município.” (CUNHA, 2002, p. 103). Observamos processos semelhantes em toda a ilha e no continente.

[...] todas as praças existentes são praças do presente, a despeito de algumas, terem sido construídas há séculos. O passado, como prático-inerte participa do presente, mas é o sistema de ações que ao se realizar caracteriza a praça no tempo presente.

Num terceiro momento, a reconstrução da trajetória da cidade, da legislação – com análise dos dispositivos legais –, do pensamento urbanístico e da inserção das praças como processos concomitantes fundamentou e elucidou as reflexões finais, amparadas em mapeamentos e apontamentos comparados com outros trabalhos acadêmicos, demonstrando a necessidade de vários retornos ao referencial teórico.

A construção e o delineamento do aporte teórico foi constante e concomitante ao trabalho de campo. Destarte, optou-se por não se constituir um item referente ao referencial teórico, mas pela sua dispersão ao longo da narrativa. A partir dos conceitos que amparam a discussão, os diversos autores foram sendo chamados para interlocução em momentos específicos e, muitas vezes, em mais de um item do texto, reforçando as ideias defendidas pela pesquisa e permitindo uma reflexão entre teoria e empiria. Conceitos e ideias-chave foram inseridos e relacionados, desde a relação entre a cidade e o urbano, o espaço geográfico, o planejamento urbano e a própria noção de praça, do geral ao específico.

Todo esse desenvolvimento colaborou para a compreensão do primeiro termo apresentado neste subcapítulo. Esses “limiaries da sociabilidade” foram traduzidos como a criação de espaços distintos para grupos diferentes<sup>45</sup>, o que, em certa medida, representa uma fragmentação social traduzida espacialmente, não apenas como reflexo de desdobramentos contemporâneos mas também como processo consolidado historicamente. Cabe ressaltar, no entanto, que foi observado, em paralelo, um processo de homogeneização das praças e equipamentos.

*La lutte des classes? Elle intervient dans la production de l'espace, production dont les classes, fractions et groupes de classes sont les agents. La lutte de classes, aujourd'hui plus que jamais, se lit dans l'espace. A vrai dire, seule elle empêche l'espace abstrait de s'étendre à la planète en gomant littéralement les différences; seule elle a une capacité différentiante, celle de*

---

<sup>45</sup> Conforme Serpa (2011, p. 39).

*produire des différences qui ne soient pas internes à la croissance économique considérée comme stratégie, 'logique' et 'système' (différences induites ou tolérées). Les formes de cette lutte sont beaucoup plus variées que jadis. en font partie, biensûr, les actions politiques des minorités.* (LEFEBVRE, 2000b, p. 68).

A primeira abordagem desta pesquisa partia do pressuposto de que seriam encontradas várias praças com características diversas, conforme as lógicas de investimento e visualização, as quais foram localizadas. Presumia-se, também, que existiriam praças com recursos da iniciativa privada, próximas a grandes investimentos, o que se confirmou. Áreas desassistidas de áreas públicas foi outra assertiva conhecida e reforçada pelas visitas a campo. Mas, no que concerne à discussão central, esse não foi seu principal elemento desvelado.

A questão remonta também a um discurso projetual que não corresponde ao vivido. Não se fomenta o espaço público somente pelo projeto, pois seu conceito, conforme já dito, é assumido no presente trabalho sob dupla acepção (político e urbano). As observações e o trabalho de campo indicam um caminho aberto para o pensar e a construção de efetivos espaços públicos. Ao somar as leituras retomadas a partir do referencial teórico, aproximam-se tais espaços de uma “utopia”, ou seja, espaços que nunca foram materializados – “o lugar do alhures”. Segundo Lefebvre (2008, p. 118): “Não esqueçamos a u-topia: o não-lugar, o lugar daquilo que não acontece e não tem lugar, o lugar do alhures.”



## 2 A CIDADE E O URBANO: FLORIANÓPOLIS

Este capítulo compreende uma breve discussão acerca do processo de ocupação de Florianópolis, à luz da consolidação de sua morfologia urbana – física e social –, em seus diversos momentos. Ao mesmo tempo, resgata o conceito de espaço público segundo os autores que fundamentaram a discussão. Os espaços públicos e sua dinâmica são agrupados em períodos, permitindo compreender a relação entre a conformação da cidade e a inserção desses espaços, buscando manter a relação diacrônica entre os objetos e as conformações espaciais em curso até o presente.

*En effet, l'historique et ses conséquences, le "diachronique", l'étymologie des lieux c'est-à-dire ce qui s'y passe en modifiant les endroits et places, tout cela vient s'inscrire dans l'espace. Le passé a laissé ses traces, ses inscriptions, écriture du temps. Mais cet espace est toujours, aujourd'hui comme jadis, un espace présent donné comme un tout actuel, avec ses liaisons et connexions en acte. De sorte que la production et le produit se présentent comme deux côtés inséparables et non comme deux représentations séparables. (LEFEBVRE, 2000b, p. 47).*

### 2.1 FLORIANÓPOLIS: A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE E O ESPAÇO PÚBLICO

Da Praça XV – a mais central e antiga – até a Praça Maria Faceira, no Carianos, ainda em projeto, ou à Praça Alfredo Alberto Munhoz, nos Ingleses, inaugurada em 2013, decorrem quase quatro séculos de ocupação urbana e construção de espaços públicos. Decorrem quase quatro séculos de diferentes maneiras de **espacializar, conceber e intervir nos** e **os** espaços públicos. Abordar Florianópolis, desde 1673<sup>46</sup> até o presente, em algumas páginas, é um exercício de escolhas. Para a trajetória da construção do espaço público em Florianópolis, à luz de sua trajetória histórico-geográfica, partiu-se do empírico e do teórico; do presente para o passado<sup>47</sup>, e novamente deste para aquele; da praça da

<sup>46</sup> Fundação da Póvoa de Nossa Senhora de Desterro (CECCA, 1996, p. 42). Conforme Oliveira (1999, p. 29), a origem da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro se dá em 1714.

<sup>47</sup> “O espaço é a acumulação desigual de tempos. O momento passado está morto como ‘tempo’, não porém como ‘espaço’. Se quisermos apreender o presente como história [...],

atualidade – plural em acepções – à praça sacra (e profana) das primeiras igrejas, num resgate da própria “história do espaço” e da maneira como foi produzido<sup>48</sup>.

Florianópolis, no período colonial, tornou-se capital da Capitania de Santa Catarina, criada no início do século XVIII. O então povoado de N. S. do Desterro ascendeu à posição de vila. No período Imperial, foi a capital da Província de Santa Catarina. Em consequência, tornou-se cidade como todas as capitais de províncias do Brasil. Por fim, no período republicano, foi e continua sendo a capital do Estado de Santa Catarina. (FACCIO, 1997, p. 59).

Florianópolis tem sido classificada como cidade de expressivo setor terciário, despontando como balneário turístico a partir da segunda metade do século XX e, ao mesmo tempo, consolidando-se como a capital do estado de Santa Catarina<sup>49</sup>, com todo o seu aparato institucional, político e administrativo<sup>50</sup>. Ambos são aspectos de fundamental importância na consolidação de seu espaço urbano. São imprescindíveis no tocante à construção e à possibilidade de entendimento das práticas sociais e espaciais. Este é um ponto referencial.

A construção da imagem da vida urbana, analisada sob o prisma de seus espaços públicos, portanto, tem sido influenciada sobremaneira pelo forte apelo turístico da cidade a partir do final do século XX, seja pelas praias, seja pela tentativa de manter lendas e estórias locais ou, ainda, pelos investimentos estatais e institucionais na cidade, consolidando-a como capital ao longo do século passado. No discurso contemporâneo, de projetos vinculados à adoção e/ou fomento de praças, há pontos que aludem à recuperação das praças e de áreas de encontro, como estratégia potencial para a prática da cidadania, mas, por outro lado, apontam a falta de conhecimento sobre o real, havendo a

devemos ver o passado como algo que encerra as raízes do presente. A compreensão do agora e aqui, a atualidade em sua dupla dimensão espacial e temporal.” (SANTOS, 2007, p. 14-15)

<sup>48</sup> “*Si l’espace (social) intervient dans le mode de production, à la fois effet, cause et raison, il change avec ce mode de production. Facile à comprendre: il change avec ‘les sociétés’. Si l’ont veut s’exprimer ainsi. Donc il y a une **histoire de l’espace**. comme du temps, comme des corps, comme de la sexualité, etc. Histoire encore à écrire.*” (LEFEBVRE, 2000b, p. XXII).

<sup>49</sup> Entre outros, Vaz (1991), Pereira (1992), Sugai (1994), CECCA (1996), Lago (1996), Faccio (1997), Oliveira (1999), Marcon (2000), Santos (2009), etc.

<sup>50</sup> “Por ser a capital político-administrativa do Estado e abrigar as sedes dos órgãos públicos, este setor (o terciário) sempre foi um grande gerador de empregos, até mesmo pela facilidade de contratação.” Entra em certo declínio a partir de 1988, segundo o IPUF (1996, p. 1).

premente necessidade de reconhecer as próprias condições nas quais se encontram esses locais<sup>51</sup>. Para essa compreensão e reconhecimento, cabe questionar sob qual lógica e quais eram as intenções nos determinados momentos em que foram implantados esses espaços e seu rebatimento atual<sup>52</sup>.

Fundamental, porém, é a constatação de que a vida urbana florianopolitana não pode ser resumida nem constricta a apenas duas “vocações” ou “funções” – turismo e capital de estado –, embora seja por elas influenciada. Em ambas estão presentes processos que influenciam a construção das cidades sob a égide do capitalismo: na pressão do capital imobiliário, na localização dos diversos grupos, na ordem dos investimentos, no valor de troca da terra, eclipsando o valor de uso, nas escolhas que são feitas a partir do que mostrar e do que esconder por meio da imagem, nas escolhas e nos rumos que são delineados através dos documentos legais, nos conflitos entre os grupos, etc. Enfim, todos fatores referentes à construção do espaço público – urbano (materialização) e político (esfera pública)<sup>53</sup> – em sua dinâmica territorial, por meio da consolidação da morfologia urbana “fundadora de sua condição urbana”.

[...] a cidade é também, sem dúvida, um fenômeno de origem político-espacial, e a manifestação deste caráter se revela em sua dinâmica territorial. Em outros termos, a ordem espacial da cidade, isto é, sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são os elementos fundadores da condição urbana (GOMES, 2002, p. 15-16).

Ampliando a discussão entre cidade e espaço público, uma das contribuições fundamentais de Sérgio Abrahão, em sua obra *Espaço Público: do urbano ao político*, está justamente em apresentar tanto os principais autores de vertentes do pensamento que discutiram o espaço

---

<sup>51</sup> O Caderno do Projeto “Viva a Praça”, lançado em 2013, apresenta a necessidade de reconhecer tais espaços na cidade. Versão em “.pdf” cedida pelo IPUF em 2013.

<sup>52</sup> Para um panorama da trajetória das praças brasileiras, em termos de usos, funções e desenhos ao longo da história, indica-se Robba e Macedo (2010).

<sup>53</sup> A obra de Sérgio Abrahão é aqui utilizada por contribuir com a discussão acerca do espaço público, inclusive ao denominá-lo urbano e/ou político: “O objetivo do presente livro é identificar a origem e entender, no âmbito do urbanismo, o processo de construção e disseminação da concepção de espaço público urbano no Brasil, que utiliza atributos de concepções de espaço público modelados no campo das ciências sociais e políticas. A essas últimas passaremos, simplifcadamente, a chamar de ‘espaço público político’” (ABRAHÃO, 2008, p. 17). O autor diferenciou-os dos espaços públicos materializados, chamando-os de “espaços públicos urbanos”.

público em sua dimensão de esfera pública quanto sua materialização ao longo do século XX, por projetos arquitetônico-urbanos com base nas mais variadas interpretações. Segundo o autor, essa passagem do pensamento ao projeto “não foi mediatizada por nenhuma teoria urbana” (ABRAHÃO, 2008, p. 16). Tal constatação pode ser demonstrada, empiricamente, através do descompasso entre o pensar e o intervir nas áreas de uso público e coletivo.

Assim, falar de espaços públicos em Florianópolis, por um lado, ultrapassa a materialização e o desenho de suas praças e espaços de uso comum e coletivo, resgatando a possibilidade de encontro (ou não) entre os diversos grupos, revelando seus conflitos<sup>54</sup>; e, por outro, demonstra profundamente como a lógica estatal vinculada à urbanização e ao planejamento esteve atrelada a interesses de grupos dominantes. Portanto, em Florianópolis, como em outras cidades, a produção do espaço público não pode ser estudada sem que se entendam as relações políticas e socioeconômicas, com aporte de outros campos de conhecimento, para que possam ser rompidos os limites técnicos e projetuais, conforme aponta Leme na apresentação do livro de Sérgio Abrahão (2008, p. 11): “É recorrente entre arquitetos e urbanistas atribuir ao projeto a potencialidade de transformação social e política. Sérgio inverte esta equação e investiga as raízes da relação entre espaço e relações políticas e sociais”.

Dada a diversidade de materializações encontradas em Florianópolis, somente para o termo “praça”, e visando compreender qual o papel e o significado desses espaços na cidade contemporânea, especificamente em Florianópolis, buscou-se entender para quem se destinam e qual sua função na cidade:

*What is public open space? Who is “the public” it is intended to serve? And are the traditional forms of parks, plazas, and playgrounds relevant to late twentieth century life? (MARCUS, 1989, p. 5).  
[...] while a rich public life is generally considered desirable, it is seldom actually*

---

<sup>54</sup> “Onde há vida pública há discussão e conflitos” (GOMES, 2002, p. 9). E “[o]s atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública. Para Habermas, o espaço público é o lugar do discurso político. Para que esse ‘lugar’ opere uma atividade pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma copresença de indivíduos. A transmutação do indivíduo em público ocorre pelo princípio da publicidade, capacidade de apresentar sua razão em público sem obstáculos, confrontá-la à opinião pública e instituir um debate. Para que isso ocorra, esse diálogo deve ser veiculado por meio de uma linguagem comum, uma língua pública, que é parte de uma cultura pública.” (GOMES, 2002, p. 160).

*described. There may even be an underlying and simple assumption that what happens in public spaces is public life. The literature generally bypasses descriptions of public life, and seemingly has no systematic structure within which to talk about it. These writings tend to leave aside the question of what public life is, and what is for?* (BRILL, 1989, p. 26).

Se a compreensão do espaço público transcende praças e espaços de encontro, se não é no projeto de arquitetos e urbanistas, apenas, que se deve amparar o presente estudo, buscar-se-á definir primeiro o espaço público como um conceito maior que o da formalização em si, mas como reflexo do processo de reconfiguração e seus efeitos sobre o espaço urbano, a partir da alteração de relações socioeconômicas e seus desdobramentos<sup>55</sup>. Assim, em Florianópolis, diversas pequenas cidades surgem na mesma cidade, entre o centro cotidiano e tradicional, os núcleos de ocupação açoriana, a área continental – entre áreas mais valorizadas e áreas repositórias de conjuntos habitacionais –, as áreas ocupadas clandestinamente, os balneários de ocupação relativa à segunda metade do século XX, os balneários mais recentes, a área em torno das universidades e instituições, enfim, uma infinidade de características socioeconômicas e espaciais diversas, que datam de diferentes momentos e apresentam diferentes graus de abertura à apropriação, de acesso e de contradições, demarcando distintas concepções de “espaços públicos”, os quais não são compartilhados ao mesmo tempo por todos os moradores de Florianópolis:

Episódios dramáticos que acompanham a evolução da cidade afetam não uniformemente seus habitantes, eventual ou rotineiramente. Em outros termos, a qualidade de vida urbana é desfrutada por muitos mas não pela totalidade, pelo menos em termos de grau. E, as contradições, que se opõem à qualidade de vida, fustigam a

---

<sup>55</sup> A obra de Lavalley é fundamental para discutir o conceito de espaço público: “Amplio conjunto de fenômenos associados à chamada globalização, às políticas de ajuste estrutural pro-mercado implantadas pelo mundo afora no último quartel do século XX e, sobretudo, aos seus efeitos sobre o espaço urbano e sobre os padrões de intervenção do Estado, tem suscitado enorme atenção em torno do público - das implicações da profunda reconfiguração histórica em curso. Entrementes, as dificuldades da sua definição conceitual persistem, mesmo a despeito de a literatura voltada para a análise das transformações recentes ter crescido vertiginosamente, informando com competência a nossa compreensão dos múltiplos deslocamentos ocorridos na linha divisória entre o público e o privado.” (LAVALLE, 2005, p. 3).

muitos, e não a todos com a mesma intensidade. [...] todos poderão admitir que a cidade é um complexo geográfico, social, econômico, cultural, de arquitetura e de funcionalidade que impõe, necessariamente, divisão de trabalho e hierarquias em todos os aspectos da vida que nela tem lugar [...] (LAGO, 1996, p. 32).

Há, portanto, diversos espaços públicos que, por suas características e localização, diminuem seu potencial de encontros e de trocas. Seus projetos não conseguem ir além do pontual e específico, ratificando o questionamento de que “... estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?” (SERPA, 2011, p. 39).

Buscando responder a tal indagação, o capítulo 3 apresenta a descrição dos espaços visitados, enquanto no presente capítulo retomase o histórico da evolução urbana de Florianópolis, buscando relacioná-lo com as praças. Através desses dois itens, discute-se como bons projetos nem sempre resultam em boas praças, conforme pontua Eugênio Queiroga (2001, p. 203), e, também, como houve uma alteração nas funções desses espaços ao longo do tempo, dada a própria alteração nas práticas espaciais e nas práticas sociais, demonstrando como a **praça** tem caminhado para **as praças**. Em Florianópolis, poucos foram os momentos em que se atingiu um espaço público que tenha sido mais do que a consolidação de diversos espaços urbanos de usos coletivos:

Os limites e diferenças entre um *espaço urbano* e um *espaço público* podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre *espaço* e *sociabilidade pública*, entendendo aqui essa *sociabilidade* de modo amplo, como práticas interativas – conflitivas ou não – que ocorrem na vida cotidiana pública. Como já pude sugerir em capítulo anterior, uma noção de *espaço público* que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que se estaria referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescindia de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando, portanto, há uma convergência entre as categorias *espaço* e *ação*, podemos entender que se tem um espaço público, formado da intersecção entre espaço urbano e esfera pública, construtos dos quais se

retira, respectivamente, as categorias que lhe são constitutivas: *espaço* e *ação*. Essa intersecção não resulta de um mero somatório de categorias distintas, mas deve ser compreendida como resultante da convergência prática entre o exercício de uma sociabilidade pública e os espaços que por ela são construídos, nunca dados *a priori*. (LEITE, 2004, p. 287, itálicos do original).<sup>56</sup>

Para ilustrar tal discussão, há dois quadros no caderno de mapas anexo a esta tese, nos quais se apresentam os 150 espaços que foram visitados entre ilha e continente. No Quadro 2, esses espaços estão separados por bairros/distritos e por períodos, enquanto na Tabela 1 foca-se nas demais informações, evidenciando-se a relação intrínseca entre a consolidação da área central, por meio de obras que preconizaram a construção de espaços públicos, e de seus desdobramentos nos demais bairros e distritos. Somados ao mapa geral de periodização (caderno de mapas - prancha 1), os quadros ilustram como, pelo contexto socioeconômico e político, com desdobramentos através dos dispositivos legais e do direcionamento da ocupação, existiram momentos mais profícuos na produção desses espaços e momentos de certa estagnação. Para tornar mais evidente a dispersão das praças na trama urbana, há uma periodização com base na localização, expressa no caderno de mapas (prancha 2).

Há muitos espaços que não constam nesses quadros, embora façam parte de reservas de áreas públicas. Nesse sentido, cabe salientar que há grande quantidade de loteamentos aprovados a partir dos anos 2000, contabilizados com base em tabela fornecida pela SUSP<sup>57</sup>, e de loteamentos aprovados entre 1977 e 2014, que, conforme a legislação vigente, possuem áreas que deverão ser revertidas em espaços públicos<sup>58</sup>, incrementando numericamente esses dados. Contudo, quando se cruzam os dados referentes aos loteamentos estudados por Lisete de Oliveira (1999) e a atual oferta de áreas públicas, reconhece-se

---

<sup>56</sup> Desse autor resgata-se a expressão de contra-usos, fundamental para a compreensão de “[...] não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de apropriação política dos lugares, que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos.”(LEITE, 2004, p. 318). O autor estudou o processo de *gentrification*, que não significa, no fim do espaço público, mas na sua retomada a partir de contra-usos que demonstra a politizam as diferenças.

<sup>57</sup> Gerada em 24 de agosto de 2014.

<sup>58</sup> Nem todas as áreas públicas advindas para loteamentos tornam-se praças, devendo também ser vinculadas ao sistema viário e a áreas comunitárias institucionais.

haver “muitos metros quadrados de áreas verdes” não aproveitados, os quais deveriam ter sido revertidos em áreas públicas ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000<sup>59</sup>. Espaços que se tornaram ociosos por falta de uso ou que foram incorporados pela iniciativa privada e revendidos como lotes.

No Quadro 1 do caderno de mapas, o foco volta-se também para usos e denominação legal, evidenciando que, nem sempre, as áreas denominadas legalmente como praças efetivamente o são, ao mesmo tempo que esses quesitos são reveladores da pluralidade de equipamentos e possibilidades de usos vinculados ao termo praça. Sua análise deve ser feita em paralelo com os mapas separados por distritos e por bairros, nos quais estão apresentados todos os espaços visitados.

Os parágrafos acima evidenciam como os dados quantitativos<sup>60</sup> não traduzem a diferença entre espaços urbanos e espaços públicos. Essa tradução e reconhecimento só foi possível através de visita e análise dos espaços do existentes, que estão para além dessas listagens.

Para melhor compreender o encaminhamento histórico que relaciona a construção do espaço urbano e das praças como espaços públicos florianopolitanos, iniciar-se-á com três assertivas que balizam a discussão central desse item, baseadas no artigo *La crise urbaine face aux nouvelles politiques urbaines*, de Gustave Massiah (2013).

A primeira resgata que “O direito à cidade é um direito territorial. [...] É a convergência dos direitos que dá sentido ao direito à cidade.” (MASSIAH, 2013, p. 58, tradução nossa). Historicamente, a localização e os arranjos dos grupos foi consolidada intencionalmente, negando o “direito à cidade” para muitos, algo que se evidencia na consolidação da trama florianopolitana<sup>61</sup>. Cabe ressaltar que “O direito à cidade é assim o caminho de uma práxis urbana fundada na repolitização do espaço” (CUNHA *et al.*, 2003, p. 86).

A segunda aponta que “as políticas urbanas dependem de situações específicas [...] que não podem [em dados momentos] ser

---

<sup>59</sup> Entre os anexos de Oliveira (1999, p. 212 a 216), constam tabelas da década de 1940 a 1996, que mostram as porcentagens de praças e áreas verdes para cada loteamento aprovado em cada década.

<sup>60</sup> “O fato de se conceberem as áreas públicas sem a submissão a um plano de conjunto do desenho da cidade, mas dependentes de decisões isoladas de localização, parte do pressuposto quantitativo de solo livre, sem que sua qualificação para o uso público esteja, desde o princípio, claramente designada.” (PIMENTA, 2005, p. 45).

<sup>61</sup> Tal argumento ratifica a assertiva de Gomes (2002), que relaciona cidadania à matriz territorial, e as relações de cidadania preconizadas em Santos (2014), ambos a serem discutidos no subcapítulo 4.3.



reduzidas a somente uma sociedade”, e que, “a cada modelo de desenvolvimento corresponde um modelo urbano” (MASSIAH, 2013, p. 48, tradução nossa). Vale dizer que a análise do processo de ocupação do solo em Florianópolis, ou a “urbanização”, em sentido amplo, é reflexo dos momentos socioeconômicos e políticos locais e dos desdobramentos dos momentos nacionais (e internacionais). Ou seja, trata-se de uma relação intrínseca entre a formação de um sistema de objetos e sua relação com um sistema de ações que colaboraram para a conformação física e a distribuição da população na trama urbana. Através da prancha 1, que define uma periodização (estimada) dos espaços públicos com suas funções, consegue-se distinguir os tipos de ocupação adotados e os espaços públicos implantados conforme interesses específicos.

Por fim, a terceira assertiva alude à Florianópolis contemporânea, “através do espelho”<sup>62</sup>, na qual “uma cidade real é estruturada pela articulação estratificada de diferentes modelos urbanos que marcaram sua história” (MASSIAH, 2013, p. 48, tradução nossa). Por isso, o método regressivo-progressivo resgata a cidade, em seus diversos momentos que conformam o presente, e a alteração de significados vinculada aos espaços públicos florianopolitanos.

Portanto, ao analisar a trajetória da construção das praças à luz dessas três assertivas, resgata-se a sua influência (relação) na tríade lefebvriana que ampara o entendimento do espaço: o espaço vivido, o concebido e o percebido<sup>63</sup>.

Identificando os três momentos da produção do espaço como: a) as práticas espaciais; b) as representações do espaço; e c) os espaços de representação, o autor dialetiza seu método avaliando a intrincada trama que se estabelece entre os três momentos. (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 24).

O “espaço percebido” relaciona-se às práticas espaciais. Para sua leitura foram utilizados o reconhecimento atual e o histórico das diferentes materializações que originaram as praças, à luz dos diferentes períodos e momentos de construção urbana, com base no entendimento

<sup>62</sup> Alusão ao título da obra *Florianópolis do outro lado do espelho* (PIMENTA, 2005).

<sup>63</sup> “As reflexões de Lefebvre são sem dúvida fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte. A triplicidade ou tríade Lefebvriana é também uma característica subjacente à estrutura espacial da esfera pública urbana [...]” (SERPA, 2011, p. 19).

de que: “A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço. [...] Em análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre em se decifrando seu espaço”; são, portanto, próprias a cada formação sócio espacial (LEFEBVRE, 2000b, p. 42, 48, tradução nossa).

O “espaço concebido” – as representações do espaço – concerne às relações de produção, à ordem, ao espaço dos planejadores, urbanistas e tecnocratas (LEFEBVRE, 2000b, p. 43 e 48). Foram estudados os Planos Diretores incidentes sobre Florianópolis e alguns dispositivos legais apresentados no capítulo 3.

O “espaço vivido” – os espaços de representação – é o espaço dos usuários, dos habitantes, dos escritores, dos filósofos<sup>64</sup>. “*Il decouvre l’espace physique en utilisant symboliquement ses objets.*” (LEFEBVRE, 2000b, p. 49). O espaço do cotidiano, das trocas e também da subversão. Diversos foram os espaços de representação simultâneos e/ou que se sucederam na trajetória florianopolitana, sucintamente expostos nos próximos itens.

É no desdobramento das práticas espaciais e das representações, consoante os distintos espaços e tempos a eles correspondentes, que se vislumbra a importância da dialógica instituída entre a ordem próxima e a ordem distante. (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 25).

Da mesma forma que as representações do espaço não aniquilam os espaços de representação e as práticas espaciais, mas se articulam entre si, também, segundo Lefebvre, poder-se-ia dizer que “o mundial não abole o local”, pois a implicação e imbricação dos espaços sociais entre si é uma lei, pois a perspectiva que acarreta é de envolvimento, englobamento [...] (LIMONAD; LIMA, 2003, p. 29).

---

<sup>64</sup> Ao apresentar da obra de Vaz (1991, p.11) Hélio Romito de Almeda resgata a importância dessa dimensão nos estudos urbanos: “Na literatura especializada do urbanismo e do planejamento urbano, são poucas as obras que tratam do espaço vivido. Mais ainda limitada é a temática desse universo científico de conhecimento se, ao aspecto da vida em seu cotidiano, junta-se a variável de espaço comum, também chamado de espaço público. Menos contraditórias ainda são os escritos que, no lugar da macroanálise e da temática generalizada, descem ao particular do espaço ultralimitado de um ‘pedaço da cidade’ com seus logradouros, ruas, praças, jardins e lugares vários por onde ‘corre’ a vida urbana, ‘seiva’ que realimenta continuamente o sistema urbano.”

### **2.1.1 Do centro às freguesias: entre os adros sagrados e os rossios profanos**

No período colonial, a formação das cidades brasileiras vinculava-se à Igreja e/ou ao Estado. Para os primeiros arraiais, possuir uma capela colocava-os em grau de importância e lhes conferia possibilidade de reconhecimento como vila (MARX, 1991). O terreiro em frente à capela, espaço sacro e profano, era também o espaço para a vida pública – espaço de representação fundamental naquele momento. Assim se formaram as primeiras praças vinculadas às igrejas.

No decorrer da história, a secularização do Estado acrescenta novos edifícios, públicos e privados, mas vinculados a um espaço comum – ainda a praça –, novas práticas espaciais que se consolidam, ampliando o conteúdo do espaço vivido. Muitas instituições se abrigavam à sombra das torres da Igreja, mantendo o valor social e econômico dos lotes lindeiros e centrais<sup>65</sup>. Outras conformavam novas praças, embora persistindo em manter o espaço coletivo vinculado à edificação<sup>66</sup>, como os Largos da Alfândega e do Mercado em Florianópolis.

Permaneceu esquecido, ou bastante desconsiderado, o fato de que, entre nós, até um século atrás, a Igreja esteve ligada ao Estado. Em consequência, os reflexos dessa realidade institucional não têm sido devidamente relacionados com a organização inicial, com a expansão ao longo de mais de quatrocentos anos e com a consolidação da nossa rede de cidades. E, no entanto, não só o Estado, em diferentes épocas, tomou a iniciativa de estabelecer novos assentamentos, como também o fez à revelia de uma atenção devida e propugnada para com a Igreja. Também a população estabeleceu e procurou oficializar novos povoados, não só acatando instrumentos normativos eclesiásticos, como utilizando-os para garantir e ampliar seu lugar ao sol. (MARX, 1991, p. 17).

---

<sup>65</sup> “Inicialmente, nas cidades brasileiras, as praças centrais eram os espaços da Igreja e das instituições públicas.” (QUEIROGA, 2001, p. 151).

<sup>66</sup> “A expansão e o adensamento urbanos se deram em torno desses marcos [templos e casas religiosas], ainda que novos elementos de cunho leigo sobreviessem e constituíssem outros polos de interesse.” (MARX, 1991, p. 12-13).

Em seu período colonial, o Brasil esteve atrelado ao modo extrativista, remetendo as riquezas extraídas a Portugal. Em Florianópolis, o objetivo da ocupação portuguesa, no entanto, voltava-se à manutenção e à proteção da rota comercial. Afinal, desde o século XVI, portugueses e espanhóis aportavam na ilha, um importante entreposto entre o Rio de Janeiro e o sul da colônia. Sua fundação com propósitos militares não fomentou o desenvolvimento de subsídios econômicos que permitissem um crescimento urbano com a consolidação da cidade<sup>67</sup> (SOUZA, 2010, p. 24). Assim, desde o início de sua trajetória, ainda no Brasil colônia, dependeu economicamente de investimentos governamentais (SOUZA, 2010, p.24). Em sua ocupação territorial durante esse período, a ilha teve dois momentos significativos:

O primeiro, através da doação de sesmarias para bandeirantes, e o segundo, em meados do século XVIII, com a imigração açoriana promovida pela Coroa Portuguesa. A elevação a Vila, em 1726, integra o primeiro momento. (OLIVEIRA, 1999, p. 28).

Com o intuito de ocupar e proteger a ilha, sob a égide do Estado e com influência da Igreja, a formação da rede de núcleos acontece, em seu primeiro momento, em torno da área central, dos fortes e das áreas de produção agrícola (com base na migração açoriana); num segundo momento, a rede de núcleos parte das povoações iniciais para as áreas mais distantes – as freguesias –, cuja vida comum acontecia entre as áreas comunais e em torno de capelas e igrejas. Para além da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, em torno da praça hoje denominada Praça XV, a ocupação distribui-se, a partir de 1746, entre ilha e continente, em diversas freguesias<sup>68</sup>. Na ilha: Nossa Senhora da

<sup>67</sup> “As razões que motivaram a imigração, nesse período, foram: povoar para conquistar, manter as tropas militares e aliviar a pressão demográfica no Arquipélago dos Açores, com escassez de terras agriculturáveis. Os imigrantes açorianos recrutados eram, na sua ampla maioria, camponeses ou pescadores pobres. Os lotes coloniais, que receberam ao chegar, além de muito pequenos, foram mal distribuídos. E ainda, acrescentando a todas essas dificuldades e privações, os açorianos nas terras catarinenses sofreram mais agudamente o peso do ‘estatuto colonial’, expresso nos constantes recrutamentos para atividades militares e embargos de mercadorias para manter as tropas, atendendo à função central dessa área: a defesa e expansão do domínio português no extremo sul.” (SILVA, 1978, p. 55 *apud* FACCIIO, 1997, p. 19).

<sup>68</sup> “Alcançada uma certa população, um arraial, uma capela ou arrabalde de um centro maior tinha o direito de aspirar e efetivamente pleiteava o reconhecimento institucional de sua importância crescente. Como se poderia manifestar, da parte dos poderes da sociedade organizada, esse reconhecimento? Por meio da elevação da categoria de sua simples capela [...] a outro patamar, patamar antes de tudo de cunho religioso, já agora, contudo, eivado de um cunho civil explícito hoje menosprezado: a ereção, no lugarejo, da ‘capela’, em paróquia, cujo nome tradicional foi freguesia e que constituía o módulo da organização eclesiástica, como que

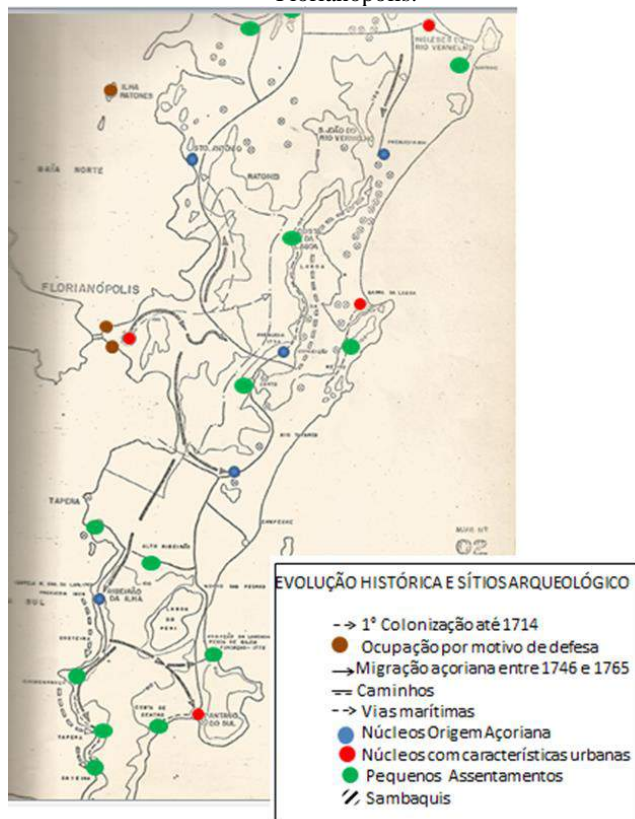
Conceição, na Lagoa da Conceição; Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha; Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa; a Igreja São Francisco de Paula, em Canasvieiras; a Igreja São João Batista, em São João do Rio Vermelho; a Capela de Sant'Ana, na Armação; a Capela Sagrado Coração de Jesus, nos Ingleses do Rio Vermelho, entre outras<sup>69</sup>. Convém frisar que, na ilha, havia núcleos de ocupação, entrepostos e ancoradouros, como se vê na figura 11.

---

a sua unidade territorial. No entanto, com implicações diretas de compromisso com o Estado, como mencionamos anteriormente, tão decisivas quanto arrolar e arquivar os dados relativos à vida da comunidade [...]” (MARX, 1991, p. 26-27).

<sup>69</sup> Essa lista de capelas e igrejas foi construída a partir de Vaz (2008, p. 42) e CECCA (1996, p. 45), que trazem uma lista da ocupação açoriana nas freguesias e também no interior da ilha, como no Saco dos Limões, na Costeira, no Pantanal, no Córrego Grande, no Itacorubi, entre outros. Outra referência que apresenta dados sobre as freguesias é encontrada em Cruz (2010), especialmente no que concerne às igrejas que se tornaram pontos turísticos. Também há uma descrição da ocupação por açorianos em Oliveira (1999, p.35). Generalizar a ocupação e os diferentes produtos em cada um desses núcleos pode levar à perda de particularidades e a uma visão estreita sobre um rico processo cultural.

Figura 11 - Mapa da evolução histórica e dos sítios arqueológicos de Florianópolis.



Fonte: Adaptado de IPUF (1984, mapa 02).

Ribeirão da Ilha na costa sudoeste, Lagoa da Conceição no centro Leste, Santo Antônio de Lisboa, na costa noroeste foram localidades onde se colocaram os primeiros grupos de açorianos. Destas os colonos se expandiram formando Ratonas, Canasvieiras e Rio Vermelho. (OLIVEIRA, 1999, p. 32).

Além das provisões régias e de indicações de sítio e localização vindas da Igreja, que demarcavam as primeiras linhas da área central nos locais ocupados, resgata-se que, nas freguesias, o território foi ocupado com os moradores e sua produção agrícola em pequena escala, com a pesca para subsistência das famílias e com o objetivo de povoar

para manter a ocupação, gerando excedentes para comercialização com a área central.

Os imigrantes açorianos, que em suas ilhas de origem eram tanto pescadores como agricultores, trouxeram consigo, inclusive, a orientação de como proceder com a urbanização de seus povoados, que sempre se desenvolviam ao redor de uma praça retangular em cujo lado menor se localizava a igreja. Modelo que encontramos bem definido em Ribeirão da Ilha e São João do Rio Vermelho. (IPUF, 1984, n.p.).

Com o avançar da ocupação, engenhos de farinha começam a produzir para exportação, enquanto a pesca vinculava-se mais à subsistência, uma vez que, no início do século XX, a pesca de baleia passa a ser mais praticada por baleeiros norte-americanos. Além disso, também se produzem cana-de-açúcar e seus derivados nos engenhos rudimentares e “algum gado” (CECCA, 1996, p. 46, 49).

Nesses núcleos, os adros e os rossios em frente às igrejas – mais tarde praças – e as áreas comunais tornavam-se as áreas para usos coletivos. Muitas dessas freguesias desenvolveram agricultura e outras atividades, comercializando entre si e com o centro da cidade, tanto as localizadas à beira mar quanto as do interior da ilha. O porto de Santo Antônio era o mais movimentado das freguesias, recebendo, inclusive, navios estrangeiros:

A freguesia de Santo Antônio de Lisboa [...] para Virgílio Várzea era uma aprazível “cidadezinha, pela sua pitoresca praça ornada de prédios construídos como os de certos arrabaldes antigos da capital, e pela sua disposição em três ou quatro ruas cheias de casas unidas ou separadas apenas por pequenas hortas e jardins, que não existem em outros sítios. (CECCA, 1996, p. 53).

Tanto a Lagoa quanto Santo Antônio de Lisboa desenvolveram-se como núcleos. A primeira, inclusive, cultivando plantações de linho, com produção de toalhas e tecidos que se espalharam por toda a ilha.

Algumas praças existentes atualmente, em conjunto com antigas igrejas, são remanescentes dessa forma de ocupação: a Praça Clara Eulina de Abreu Soares, situada em São João do Rio Vermelho; a Praça Getúlio Vargas, em Santo Antônio de Lisboa; e a Praça Hermínio Silva, no Ribeirão da Ilha (ver capítulo 3). Há, ainda, a Praça Edith Gama Ramos, em frente à igreja de Canasvieiras, hoje descaracterizada como praça, o mesmo ocorrendo com a igreja Nossa Senhora de Sant’Ana, na

Armação (1772). Soma-se a essas, a partir do século XIX, a praça em frente à Igreja da Santíssima Trindade, no bairro da Trindade, denominada mais tarde Praça Santos Dumont. Todas representativas do vazio em frente à igreja<sup>70</sup>.

Além de uma igreja destacada pelas alturas, pelo próprio sítio urbano, o arraial passava a contar com a sua valorização pelo espaço livre em volta. Estava definida a ocupação de algum ponto topograficamente privilegiado e um espaço aberto de expressão relativa. (MARX, 1991, p. 23).

À época, a provisão régia já determinava a futura configuração:

No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para praça de 500 palmos de face, e em um dos lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais. (CABRAL, 1950, p. 30 *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 34).

No tocante à implantação do edifício religioso e pelas normas da Provisão Régia<sup>71</sup>, o espaço vazio conformava-se às regras ditadas pela própria Igreja. A laicização do entorno da igreja, da apropriação do “nosso chão: do sagrado ao profano<sup>72</sup>, rende à cidade uma área possível de usos coletivos. Assim, desenvolve-se a comunidade, novas construções são agregadas ao entorno desse espaço e novas possibilidades de usos e apropriações se somam: “Mais sutil, e de implicações imediatas e futuras muito maiores, é o adro, outra exigência muito antiga e nem sempre passível de cumprimento.” (MARX, 1991, p. 23).

---

<sup>70</sup> “Em volta da capela, embrião das nossas cidades, foram construídos paulatinamente o casario e as edificações que compunham uma freguesia, arraial ou vila. Tal estrutura de formação das cidades coloniais foi também a força geradora dos primeiros espaços livres públicos brasileiros: os adros das igrejas. O espaço deixado em frente aos templos é justamente o espaço de formação da praça. Conforme a povoação cresce, o adro da igreja se consolida como um elo entre a comunidade e a paróquia, o mais importante polo da vila e o centro da vida sacra e mundana, pois atrai para o seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio.” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 19).

<sup>71</sup> “Desta maneira os assentamentos foram identificados pela praça e pela igreja que permaneceram e se transformaram num dos espaços públicos e coletivos mais significativos das comunidades, atraindo para seu entorno, outros usos coletivos e públicos, como escola, posto de saúde e centro comunitário, secularizando o espaço sagrado das praças onde se colocavam o cruzeiro.” (OLIVEIRA, 1999, p. 36).

<sup>72</sup> Referência ao título da obra *Nosso chão: do sagrado ao profano*, de Murilo Marx (1989).



Dessa maneira, formaram-se os primeiros conjuntos de edificações, como residências, comércios, igrejas e capelas, entre ruas sinuosas e interstícios – concomitantemente às áreas abertas –, que no decorrer da história transformam-se em praças, como são conhecidas hoje em Florianópolis.

Ao se analisar tais processos, resgata-se que a concessão de sesmarias e de glebas aos açorianos não se relaciona especificamente à ideia de um “espaço concebido”. As práticas espaciais, nesse momento, através das quais o espaço está organizado entre sacro e profano, entre moradia e áreas de produção nas freguesias, entre a zona portuária, o mercado e zonas de moradia muito próximas na área central, induzem a uma pluralidade com difíceis fronteiras entre áreas privadas, comuns e públicas.

Somente em sua primeira ocupação, na área central e nas freguesias, os espaços eram partilhados e sua sedimentação consolida áreas que atravessariam a história e seriam reapropriadas como imagens, o que permite a existência de formas pretéritas com novos usos. É uma alteração no “espaço percebido”, que diminui sua percepção como espaço público, na aceção de acesso físico e simbólico, porquanto se tornam áreas turísticas, como os centros históricos de Santo Antônio e do Ribeirão da Ilha.

O surgimento (ou criação) de poucas praças nos séculos XVIII e XIX, ainda como áreas de uso vinculado ao cotidiano e não “embelezadas”, num primeiro momento, retrata a ocupação e o domínio de Portugal sobre sua colônia<sup>73</sup>.

Assim, as praças Clara Eulina de Abreu Soares, em São João do Rio Vermelho, e Hermínio Silva, na Freguesia do Ribeirão, atravessam os séculos XIX e XX mantendo-se próximas à escala de seus núcleos de origem, com atividades cotidianas de lazer, vinculadas ou não à Igreja. São pequenas praças de bairro com mobiliário simples. Ao mesmo

---

<sup>73</sup> No “diagnóstico” publicado pelo IPUF, em 1984, para o Plano Diretor dos Balneários e interior da ilha, há informações relevantes no que concerne à formação de espaços públicos urbanos fora do perímetro central. Quanto às praças, o documento faz alusão à praça existente em frente à Igreja no Ribeirão, “uma praça retangular tipicamente açoriana”. Não fala em praça, mas fala no largo em frente à Igreja da Lagoa da Conceição. A Igreja de São Sebastião do Mato de Dentro, no Campeche, também possui um largo que deveria ser preservado para usos de lazer da população. “O fato de não existirem praças na Barra é satisfatoriamente compensado pela ampla faixa de areia junto à foz do canal, onde acontecem inclusive as festas locais”. Na costa leste e sul: “Verifica-se a existência de apenas 3 (três) praças públicas: uma em São João do Rio Vermelho, em frente à igreja, de pequeno porte e sem nenhum equipamento de lazer para a comunidade. Uma pequena praça na Lagoa da Conceição, e a terceira praça em Ribeirão da ilha em frente à Igreja.” (IPUF, 1984, n.p.).

tempo, as praças Roldão da Rocha Pires e Getúlio Vargas, em Santo Antônio de Lisboa, começam a se “moldar” a novas demandas. Enquanto a Praça Roldão da Rocha Pires, antiga rua calçada, torna-se um calçadão de pedestres no último quartel do século XX (portanto, praça em seus usos), a Praça Getúlio Vargas é reformada.

São processos observados e consolidados ao longo do século XX, sobretudo numa aproximação entre a cidade que se consolida e o turismo. As praças passam a ter outros usos agregados, deixando de ser discutidas somente no âmbito de áreas de “estar” e de “encontro”. A vida urbana cotidiana passa a ser influenciada por demandas exógenas de criação de atividades vinculadas à valorização do patrimônio, não somente no âmbito do resgate histórico, mas, sobretudo, no que concerne ao fomento de atividades econômicas, como a gastronomia, fenômeno também presente no Ribeirão e em Santo Antônio. Tal processo coincide, inclusive, com a inclusão de Florianópolis na Rede Mundial de Cidades Criativas, categoria Gastronomia, pela Unesco (FLORIANÓPOLIS, 2014).

Importa resgatar que mesmo os dispositivos legais começam a demonstrar a necessidade de equipar tais áreas para a atividade turística. Conforme o diagnóstico para o PD dos balneários (IPUF, 1984), ainda no final da década de 1970, “Santo Antônio de Lisboa, com sua pracinha pitoresca e algumas casas açorianas, sua situação à beira-mar é uma lembrança da época colonial” (IPUF, 1984, n.p.). Era, no momento do levantamento, um bairro residencial, com 83% de população fixa (entre as décadas de 1970 e início de 1980). À época do documento, a localidade apresentava “um comércio de atendimento apenas local” (IPUF, 1984, n.p.), contraponto atual com as galerias, cafés e restaurantes de cunho turístico. Sambaqui apresentava uma população veranista de 63%, “[...] e isto reclama **melhores condições de infraestrutura turística**. Como os demais balneários, não tem vida própria, contando com um pequeno comércio local de bares e armazéns, um restaurante e lanchonete de atendimento à população flutuante [...]” (IPUF, 1984, n.p., grifo nosso). Já Cacupé era composta por dois pequenos núcleos, com população residente de 50%. Desse modo, conclui-se que, nas três localidades, já era expressiva a quantidade de população não residente.

No que concerne à Trindade (conhecida como Trás do Morro), André Fabiano Voigt (2011) resgata a memória do bairro, mostrando que, desde o século XIX, o adro da Igreja era o espaço onde se realizava a festa da Santíssima Trindade (desde 1857). Segundo o autor, a partir

da segunda metade do século XVIII, já se encontravam aí instalados açorianos, sendo o núcleo a rota de ligação entre o centro de Desterro e a Lagoa da Conceição. Em 1853, a localidade tornou-se a freguesia da Santíssima Trindade, desmembrada da Paróquia da Capital, assumindo sua capela o *status* de matriz da localidade. O bairro desenvolveu-se ao longo do tempo, mantendo a Festa da Santíssima Trindade, conhecida como Festa da Laranja. A instalação da UFSC, a partir da metade do século XX, contribuiu para alterações no local, sobretudo com o crescimento da ocupação, embora a praça continue como espaço para o cotidiano e para a festa.

As praças servem como espaço para procissões, romarias, festas e brincadeiras, transformando-se entre o cotidiano e os dias festivos, nos quais as hierarquias são rompidas, ainda que momentaneamente.<sup>74</sup> As praças atuam no exercício de sua função primordial de espaço público: a vida pública, coletiva, ritualística e eventual ou banal e cotidiana. A consolidação dos espaços de encontro nos núcleos antigos é percebida tanto no discurso quanto na prática. Reminiscências foram resgatadas em diálogos com moradores, para os quais as praças representam o espaço vivido através do cotidiano<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> “*La fête reste l’un des moments privilégiés au cours des quels le group social localisé peut mettre en scène ses différences (souvent sur un ton parodique, d’une manière plaisante ou édulcorée, parfois codée). Tout simplement parce que les cacher relèvait à la longue d’une hypocrisie intenable, de l’imposture et de la mystification: ‘Faute avouée à demi pardonée’ dit l’aphorisme. De fait, l’exposition dans la fête (le carnaval en particulier) des inégalités, des contradictions et des travers sociaux, permet à la société de s’enpurifier. Elle les résoud symboliquement et repart sur un autre pied. Les festivités, une fois achevées, le retour à l’ordre prouve l’efficacité de cette catharsis.*” (DI MÉO, 2001, p. 28).

<sup>75</sup> Não foi utilizada a técnica de entrevistas com os usuários, mas, em várias praças visitadas, usuários narraram recorrentemente experiências, percepções e memórias com relação aos espaços visitados.

Figura 12 - Festa do Divino Espírito Santo, na década de 1950, na Trindade.



Fonte: Disponível em:

<[https://www.flickr.com/photos/florianopolis\\_memorias/13677878164/](https://www.flickr.com/photos/florianopolis_memorias/13677878164/)>.

Acesso em: 2 ago. 2015.

Reforça-se, no entanto, que a apropriação pela atividade turística, a partir do final do século XX e do início do XXI, ao transformar o espaço vivido cotidiano em cenários de recriação da imagem colonial da cidade, ao mesmo tempo que busca inserir novos usos voltados para o consumo, poderá, em certa medida, alterar o caráter público dos espaços reconhecidos por sua trajetória histórica, contrapondo-se à seguinte assertiva, que tem sido válida para as praças dos núcleos históricos florianopolitanos:

A praça – até esse momento chamada de largo, terreiro e rossio – era **o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários estratos sociais**. Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos seu poder, e os pobres, sua pobreza. **Era um espaço polivalente**, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 22, grifo nosso).

Figura 13 - Festa do Divino no Ribeirão da Ilha.



Fonte: Disponível em:

<[https://www.flickr.com/photos/florianopolis\\_memorias/13677878164/](https://www.flickr.com/photos/florianopolis_memorias/13677878164/)>.

Acesso em: 2 ago. 2015.

#### 2.1.1.1 Em breve<sup>76</sup>

os rossios, adros e o cotidiano

Os núcleos de ocupação da ilha remontam a um cotidiano simples, baseado em atividades portuárias e militares no centro urbano, assim como de produção agrícola e algum comércio nas freguesias. As praças, muitas ainda rossios em frente aos adros das igrejas, são espaços com múltiplos conteúdos – do sagrado ao profano –, no momento em que o ritmo de vida da ilha é cadenciado num tempo lento. O espaço vivido prevalece sobre o concebido, ainda que houvesse determinadas normas eclesiásticas e ou temporais a serem seguidas na implantação dos sítios.

Espaços plurais em sua essência, alguns atravessaram o século mantendo-se com suas funções originais, outros assumiram novos

---

<sup>76</sup> Neste primeiro capítulo, ao final de cada subitem, foram adicionados tópicos intitulados “em breve”, que correspondem à ideia central de cada seção do trabalho.

papéis vinculados às atividades que foram sendo agregadas com a evolução da cidade<sup>77</sup>.

### **2.1.2 Alterações na cidade e na vida urbana: a dinamização da área central<sup>78</sup>**

A dinâmica urbana de Florianópolis vai sendo marcada por alterações que se acentuam a partir do final do século XIX e percorrem o século XX. Remontando às primeiras áreas coletivas, além dos largos e rossios das freguesias, a vida pública, em sua essência, tinha como cenário as áreas do porto, a praça em frente à Igreja Matriz e o entorno do Mercado, além do entorno do Campo do Manejo e suas ruas.

O porto e as travessas que desciam na sua direção contribuíram para o desenvolvimento do comércio junto à Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra) e para a formação do casario da atual Rua Francisco Tolentino. Também a Alfândega e depois o Mercado, voltados ao mar, “giravam” em torno do Porto. A praça marcava a referência cívica e religiosa com a Igreja da Matriz (1753) na sua cota mais alta e de frente para o mar, onde desde a fundação havia uma capela. Nos lados da praça, ergueram-se a Casa de Câmara e Cadeia (1771), a atual Câmara dos Vereadores, e a Casa do Governo (1740), atual Palácio Cruz e Sousa. (OLIVEIRA, 1999, p. 44).

Mais além do estricto perímetro central, em alguns trechos que se iam configurando com a ocupação do espaço, consolidavam-se áreas que perdurariam pelo século XX.

Até o séc. XIX, as áreas públicas de praças e de largos estiveram atreladas a movimento da população no processo de expansão da cidade. Por exemplo, a Praça Esteves Júnior e o Largo São Sebastião foram fruto do aumento demográfico na

---

<sup>77</sup> Cunha (2002, p. 332), ao falar das praças que analisou em sua pesquisa, aponta que: “As praças mais antigas da área central comercial e histórica conseguiram se adaptar à transformação do entorno e à mudança de grupos usuários.”

<sup>78</sup> Em Cunha (2002) encontra-se minuciosa descrição da consolidação da área central florianopolitana, resgatando também a trajetória das praças e espaços públicos. Muitas das informações relativas às praças aqui citadas foram retiradas de seu trabalho. As reformas nas áreas centrais, largos, desmembramentos de chácaras, alterações no sistema viário, bem como as praças que surgiram sobre fortes foram descritas pela autora e também por Cé (1998). As diferentes nomenclaturas dadas ao longo do tempo a essas praças também foram extraídas das autoras.

faixa litorânea e da ocupação do solo nas áreas da Praia de Fora e adjacências. O mesmo se deu com relação ao Largo Municipal (atual Pça Getúlio Vargas) no antigo Bairro do Mato Grosso e com relação ao Largo da Princesa (Lgo. Benjamim Constant) com o desmembramento das velhas chácaras, fazendo surgir novas áreas residenciais. (CUNHA, 2002, p. 152-153).

Essa dinamicidade no movimento locacional da população e as intervenções por ela ocasionadas configuram, “nas duas primeiras décadas do século XX, características das modernas cidades brasileiras” (CECCA, 1996, p. 102). A partir da década de 1930, Florianópolis perde sua função de entreposto marítimo, não apresentando “o mesmo processo de urbanização das principais capitais brasileiras” (OLIVEIRA, 1999, p. 47). No entanto, a cidade aumenta seu comércio a partir da Revolução de 1930, e “passa a sofrer influências de políticas estaduais e federais, cujos impactos provocaram alterações significativas na vida da população local” (CECCA, 1996, p.102). Observa-se “um impulso a partir da segunda metade do século XX”, o que Vaz chamou de “segunda fase do período rodoviário” (CECCA, 1996, p. 102). Cabe enfatizar que, entre o final do século XIX e o início do XX, há certo desenvolvimento do parque industrial do estado, com cidades que começam a se dinamizar:

Nesse período, o território catarinense ampliou a sua área de povoamento, antes restrita ao litoral. As regiões Norte, Vale do Itajaí e Sul receberam significativos contingentes populacionais com a chegada de imigrantes, principalmente alemães e italianos. Nessas regiões, no final do século XIX, iniciou-se um processo de industrialização. Na primeira metade do século XX, as regiões do Vale do Itajaí e Nordeste do estado, centralizadas pelas cidades de Blumenau e Joinville, haviam desenvolvido um parque industrial bastante razoável, integrando-se no processo de industrialização do país. (FACCIO, 1997, p. 14).

Portanto, ao mesmo tempo que o interior atinge certo desenvolvimento, Florianópolis não prescinde dos investimentos estatais<sup>79</sup>, sofrendo alterações físicas para conformar-se como capital.

---

<sup>79</sup> “Desde a década de 30, a economia urbana de Florianópolis vinha sendo apoiada, quase exclusivamente, na função de sede de governo; tal função não alterou substancialmente a dinâmica urbana da cidade até a década de 60.” (FACCIO, 1997, p. 14).

Ao analisar os melhoramentos na área central da cidade, é importante destacar dois elementos-chave: a busca pela expulsão dos pobres<sup>80</sup> e as reformas físicas para valorização imobiliária, ambos interligados com desdobramentos na estrutura socioespacial florianopolitana e com modelos advindos de outras capitais. Trata-se de alterações que tiveram desdobramentos no cotidiano da cidade, no espaço vivido como resultado do espaço projetado, ou seja, os “espaços de representação” – vividos – começam a sofrer alterações conforme o delineamento de “representações do espaço” – planos que traçam diretrizes espaciais – configurando-se, portanto, novas “práticas espaciais” com alterações no próprio espaço percebido.

O Rio da Bulha – espaço das lavadeiras – é canalizado (1920)<sup>81</sup>; os campos para as brincadeiras do boi passam a ser ocupados; as casas antes habitadas pelos pobres começam a ser demolidas, abrindo espaço para o mercado imobiliário. As próprias relações sociais, baseadas entre os diversos grupos que habitavam o centro, seus arrabaldes e interstícios – funcionários, militares, comerciantes, lavadeiras, escravos libertos, quitadeiras –, foram sendo rompidas, pois naquele momento ainda não havia separação entre moradia e comércio. Os “melhoramentos” não tinham somente intenções pontuais de “reconstruir” o espaço urbano e público, eles estavam alinhados a modelos externos de limpeza e higienização, constituindo-se num golpe na diversidade dos espaços públicos.

Esse processo indica que, a partir do século XIX, a área central começa a ser concebida e estruturada por meio de planos. O plano apresentado à Câmara em 1846 revelava uma primeira preocupação com o embelezamento<sup>82</sup> e com obras públicas, criando algumas praças e ruas novas, regidas pelo Código de Posturas Municipais de Florianópolis. Como já se mencionou, os espaços passam a ser concebidos. Dos rossios avança-se para os jardins “públicos”. Das ruas sujas passa-se às áreas para *promenades* e *footings*.

O plano previa a valorização de imóveis privados na orla. Esse processo é concomitante ao “crescimento de uma camada social mais

---

<sup>80</sup> O processo de expulsão dos pobres na área central é detalhado por André Santos (2009) em sua tese. As obras de higienização e melhoramentos também são analisadas em Cunha (2002).

<sup>81</sup> Souza (2010, p. 33-34) e Passos e Orofino ([200?]).

<sup>82</sup> Informações sobre o Plano de 1846 foram extraídas de Cunha (2002, p. 121, 122). “O termo embelezamento não correspondia apenas a uma imposição de novos valores estéticos, mas também encobria uma série de estratégias da classe dominante, como, por exemplo, a erradicação da classe trabalhadora das áreas centrais das cidades, que passaram a ocupar as áreas de morro e de periferia.” (SOUZA, 2010, p. 32-33).



privilegiada” (SUGAI, 1994) e foi sendo traduzido em intervenções urbanas, ainda que pontuais. Naquele momento, conforme Sugai (1994), a separação entre comércio e habitação ainda é incipiente. Esse mesmo processo se deu, segundo a autora, com a separação entre moradias de diversas classes sociais em fins do século XVIII, acirrando-se com o passar do tempo, o que mereceu aprofundado estudo de André Santos (2009). Tanto a leste quanto a oeste da praça principal, logo após as quadras mais valorizadas, havia cortiços. A oeste da praça também se localizavam a zona de prostituição, o cemitério e despejos de lixo. Essa área começa a despertar o interesse da população de alta renda a partir da metade do século XIX, impulsionada mais tarde pela construção da ponte Hercílio Luz (SUGAI, 1994, p. 18-20)<sup>83</sup>. A autora também descreve a escolha da elite local por deslocar suas habitações em direção ao norte, próximo aos fortes que deram lugar às atuais Praça Esteves Júnior e Praça dos Namorados. Retoma-se, portanto, a segregação em suas três características: espontânea, voluntária e programada. Esse processo demonstra a primeira alteração estrutural nos espaços públicos urbanos florianopolitanos, com a localização da população e as intervenções voltadas para a estruturação urbana pela ação do Estado<sup>84</sup> e com base nas escolhas da elite local.

Esses primeiros planos urbanísticos desenvolvidos no Brasil fazem parte do chamado urbanismo sanitário, que vai ser um dos modelos de intervenção do Estado no início do século XX.

---

<sup>83</sup> Entretanto, o desenvolvimento que se esperava não se concretizou imediatamente após sua construção. A ponte favoreceu a expansão imobiliária que já se verificava no Estreito, “mas com repercussões graduais em sua estrutura e na mobilidade residencial.” (SUGAI, 1994, p.14).

<sup>84</sup> “Há inúmeras referências nas fontes históricas, de uma crescente intolerância contra os que trabalhavam nas ruas nos serviços braçais, contra os pobres, os negros, mestiços, degradados, enjeitados, doentes, vadios, ciganos, prostitutas e mendigos. Todos os que não se encaixavam na ‘civilização adiantada’ da classe ‘branca’ dos burgueses, comerciantes, políticos, das ‘forças vivas’, dos ‘homens bons’ da sociedade. Assim como os revolucionários, socialistas, comunistas, anarquistas eram o problema e alvo das repressões positivistas e os adeptos da recente república, os pobres e tudo que envolvia a pobreza na cidade, passou a ser considerado o problema, o atraso, a sujeira, a doença para o ‘progresso, a modernidade e a ordem’. As críticas aos bairros pobres feitas pelos jornais, às posturas e leis do governo e os desejos sanitaristas, revelavam o anseio de apagar a herança material da época colonial e imperial. Expressavam a intolerância à convivência próxima à pobreza e o desejo de construir uma cidade ‘moderna’, para poucos bons, com os pobres expulsos. Aos pobres, apenas esmolas que os seletos cidadãos ainda cultivavam da forte cultura cristã de piedade e caridade do século XIX. A referência mais antiga que encontramos do desejo e plano de separação por condição social, entre os considerados cidadãos e os pobres em Desterro, é de 1881, numa ‘Fala’ do presidente da Província João Rodrigues Lhopes à assembleia provincial, sobre a ‘necessidade’ da construção de um asilo para isolar os mendigos.” (SANTOS, 2009, p. 39).

Esses planos aliavam o projeto de saneamento a um projeto urbanístico. (SOUZA, 2010, p. 31).

O espaço concebido através de normas e planos altera tanto as práticas espaciais quanto os espaços de representação, pois começam a ser criadas áreas para chácaras e passeios de classes mais abastadas, ao mesmo tempo que são preconizadas obras de higienização e de embelezamento, reconfigurando o arranjo da cidade<sup>85</sup>. O espaço público começa a ter outros usos e sentidos, e as praças tornam-se áreas de lazer passivo. De povoado com funções militares e entreposto comercial, Florianópolis passa a ser a capital de um estado cujo modelo urbano corresponde a anseios estéticos de uma “burguesia em ascensão”.

Analisando tal relação entre intervenções realizadas pelo Estado, a construção de áreas públicas e ocupação urbana, Cunha (2002, p. 54) constata que há três períodos nos quais se intensifica a produção de espaços públicos (na área central, objeto de seu estudo): a segunda metade do século XIX; as duas primeiras décadas do século XX; e as três últimas décadas dos novecentos, resultados de estruturas urbanas com variados fins. Ao ampliarmos a área estudada para a parte continental e para o restante da ilha, ratifica-se, através de outras ações públicas e privadas, a mesma observação, embora com novos interesses que vão sendo agregados, sejam eles turísticos, de acolhimento de migrantes, de especulação imobiliária, entre outros. Essa ampliação em áreas públicas materializa-se com a criação de conjuntos habitacionais, áreas de aterro, legislação com porcentagem das áreas de loteamento e obras estruturantes. São modos diferentes de intervenção e ocupação, conforme a conjuntura local e a nacional.

Ao olhar mais especificamente as obras na cidade, da Colônia à República Velha, surge a necessidade de novos “espaços de representação” para uma burguesia ascendente. “Esse período [imperial e primeira república] corresponde a um momento de grandes transformações no cenário político e econômico brasileiro com a Proclamação da República” (SOUZA, 2010, p. 29), alterando, de certo modo, a vida urbana.

Segundo Souza (2010), em sua dissertação de mestrado, dois momentos são cruciais para a economia florianopolitana nesse período: o “auge do desenvolvimento da atividade portuária” e “sua crise na virada do século”. Tanto a Guerra do Paraguai quanto a busca por portos

---

<sup>85</sup> Essas alterações, especificamente em áreas públicas e em praças, foram detalhadas por Cunha (2002), especialmente no âmbito da estrutura urbana material e social, e por Santos (2009). Também há referências em Sugai (1994) e Souza (2010).

com maior profundidade, para receber navios a vapor de maior calado, influenciam esse processo. A cidade passa a sofrer uma série de intervenções urbanas com a ação estatal<sup>86</sup>.

Em 1909, se inicia na cidade de Florianópolis um grande investimento em obras de saneamento. Foram implantadas redes de água e esgoto, além de uma adutora e um reservatório situado no Morro da Cruz. Diferentemente das ações do período colonial da Vila de Desterro, que faziam parte de determinações pré-estabelecidas pelo Império, as ações do período Republicano representavam ações pontuais que visavam melhorias nas condições sanitárias da cidade, de acordo com as ações do planejamento urbano brasileiro desse período. Em 1911, o governador Vidal Ramos contratou o Engenheiro Luiz José da Costa para orçar, projetar e coordenar as obras de saneamento da cidade. O engenheiro foi indicado pelo Prof. Saturnino de Brito, que não pôde, na época, assumir a execução da obra (SOUZA, 2010, p. 32).

Essas ações não deixariam incólumes dois pontos de encontro e de trocas fundamentais à vida urbana e pública de Florianópolis naquele momento: o mercado e a praça. O mercado novo, construído em fins do século XIX, foi reposicionado, distanciando-se da praça central. Segundo Santos (2009, p. 325): “No novo mercado construído em 1898 a elite da cidade estabeleceu normas para limitar a presença de ‘indesejáveis’, os mendigos que afastavam o padrão da cidade almejada pelos ricos [...]”.

---

<sup>86</sup> Também corroboram os estudos de CECCA (1996), Cunha (2002), Santos (2009), Souza (2010), entre outros.

Figura 14 - Canalização da Rua Tenente Silveira, 1909.



Fonte: Disponível em:

<<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>>.

Acesso em: 15 ago. 2015.

Ainda não consolidada formalmente, mas pelos usos, a “praça” central, conhecida como o espaço público florianopolitano, recebeu várias denominações: Praça Barão de Laguna, Praça do Palácio e, finalmente, Praça XV, já com um caráter de jardim, dotado com muitas plantas e árvores. Essa alteração torna-a um local por excelência para a *promenade* e o lazer das elites locais.

No início, o largo era praticamente relegado à plebe, que utilizava a praça para o comércio, pela manhã, mas também para algum divertimento. Segundo CABRAL (1979, p. 205), a distração do povo, entre “reisados, batuques, serenatas e cavalhadas”, era muito restringida pelas “Posturas” da época. Quando, no entanto, a Praça XV assumiu ares sofisticados e ganhou jardins cercados, as classes favorecidas que, até então, se divertiam nos salões de suas casas ou dos clubes privados, passaram a fazer do *footing* vespertino uma rotina de lazer. Aos poucos, a segregação

social se estabelecia através da diferenciação do horário de permanência da praça. Ainda nas palavras de CABRAL (*apud*) e CORADINI (1995), a população mais pobre passeava nas calçadas que circundavam a praça, enquanto a elite apreciava o movimento nos jardins, ouvindo a música do coreto. (CUNHA, 2002, p. 155).

Esse processo finaliza o século XIX e inicia o século XX com as obras de higienização e embelezamento, criando praças nos moldes românticos dos jardins ingleses e afastando os pobres através das moradias. Falar, portanto, do espaço público em seu caráter de acesso irrestrito, algo bastante discutido a partir da segunda metade do século XX, remonta às imagens criadas e consolidadas de um pretense espaço público de acesso irrestrito não tão expressivo em Florianópolis naquele momento<sup>87</sup>. Uma certa nostalgia por um passado reconstruído que intenta resgatar um espaço vivido que não passa de uma representação. Assim o são a Praça 17 de Novembro – atual Getúlio Vargas – e os pequenos jardins públicos<sup>88</sup> que surgem, louvando-se em similares na capital nacional – o Rio de Janeiro<sup>89</sup> – e em São Paulo, que, por sua vez, são reminiscências de jardins e de áreas públicas românticas europeias.

A cidade de Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX, já realizava grandes obras urbanas. Apesar de possuir apenas 41.338 habitantes em 1920 (IBGE), a capital realizou obras de melhoramentos e saneamento, assim como as grandes capitais brasileiras estavam executando (SOUZA, 2010, p. 18).

As praças ajardinadas são “um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros”, alterando sua função. Segundo Robba e Macedo (2010, p. 29), o mercado passa a ocupar um edifício e a praça torna-se “um belo cenário ajardinado, destinado às atividades de

---

<sup>87</sup> Essa é a leitura, da presente pesquisa, no que concerne à assertiva de Henri Lefebvre, de que a vida urbana e o fenômeno urbano ainda estão por ser descobertos, em sua dimensão de espaço vivido, cotidiano, como desdobramento da relação entre a ordem próxima e a ordem distante. Conforme apontado por Michael Brill (1989), a vida urbana vai além do que se passa nos espaços públicos.

<sup>88</sup> Cunha (2002) apresenta todas as áreas públicas de uso coletivo e sua trajetória, da construção ao desaparecimento, localizadas na área central e no bairro Agrônômica, até a década de 1990. Muitas das informações com relação à origem, denominações e usos das praças apresentadas neste item e no item 4.2.2 foram retiradas de seu trabalho.

<sup>89</sup> “Além disso, a Primeira República foi um período marcado por ações governamentais de reforma urbana. Nas grandes cidades, como Rio de Janeiro, foram realizados importantes projetos de reconstrução do espaço urbano que influenciaram as ações governamentais em outras capitais do país” (FACCIO, 1997, p. 24).

recreação e voltado ao lazer contemplativo, à convivência da população e ao passeio”. O ponto principal da discussão acerca do espaço público **passa a representar normas de conduta e comportamentos**<sup>90</sup>.

Da praça e do adro, conformados como espaços de representação do sagrado e, ao mesmo tempo, do profano e do cotidiano, delineiam-se áreas para diferentes funções: as praças semelhantes a jardins e ruas calçadas, como a Felipe Schmidt – para contemplação e lazer passivo –, e áreas onde há uma efervescência maior em torno de discussões e trocas, como o Largo da Alfândega e o entorno do mercado.

A criação de praças e jardins estende-se, na década de 1920, para o local onde atualmente há a confluência das Avenidas Beira Mar Norte e Mauro Ramos, aglutinando novas áreas num perímetro ampliado. Ou seja, uma aproximação entre as áreas residenciais compostas por chácaras e espaços públicos. Assim foi construído o Jardim Dias Velho (CUNHA, 2002, p. 163, 283), local onde ficava o antigo forte São Luís – finalmente demolido após um período em desuso.

Na praça São Luiz o Governo do Estado desapropriou algumas casas para a construção do Jardim Dias Velho, que será futuramente um dos mais pitorescos e agradáveis logradouros públicos, com largo à vista para encanto do espírito. (REPÚBLICA, 1921 *apud* SANTOS, 2009, p. 543).

Nas proximidades desse local, onde havia um espaço coletivo para futebol e feiras, encontram-se, atualmente, o Beira-Mar Shopping e a Praça Lauro Muller.

---

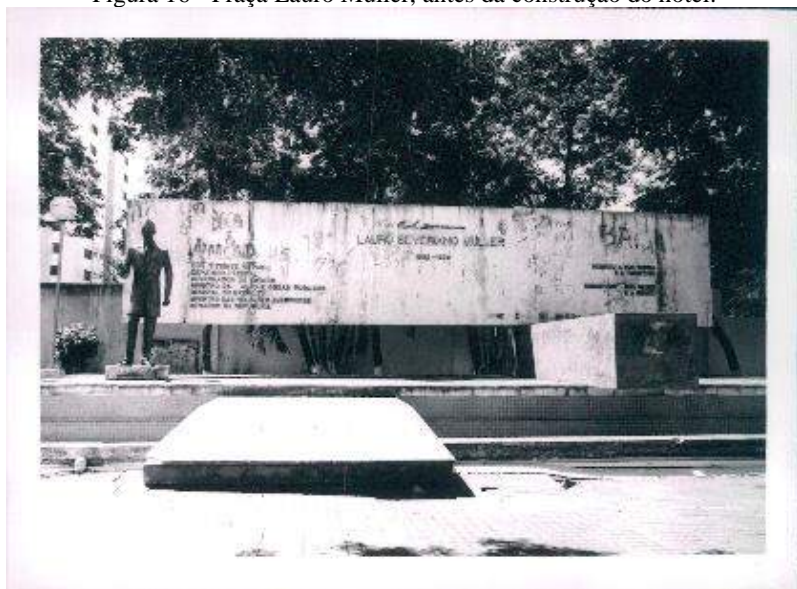
<sup>90</sup> Ainda que a partir de diferentes abordagens, Gomes (2002) e Souza (2013) analisam a relação entre normatização e espaço público na cidade contemporânea.

Figura 15 - Jardim São Luis, década de 1920.



Fonte: Acervo da Casa da Memória, identificado a partir de Santos (2009).

Figura 16 - Praça Lauro Muller, antes da construção do hotel.



Fonte: Acervo Casa da Memória.

Figura 17 - Feira e campo onde atualmente localiza-se o Shopping Beira-Mar, Avenida Mauro Ramos.



Fonte: Acervo Casa da Memória.

Entre as “reformas” a serem destacadas, cita-se a Praça 17 de Novembro, atual Praça Getúlio Vargas (1933) (Figura 18), um antigo largo municipal (CUNHA, 2002, p. 161). Segundo Robba e Macedo (2010, p. 32-33), entre as praças criadas ou reformadas nesse período, em âmbito nacional, “predomina o lazer contemplativo”. Tais espaços eram “ainda construídos segundo os padrões ecléticos.” No dizer do autor, “praças ajardinadas”, cujo modelo foi mantido até a década de 1950.

Também nesse momento as ruas e praças mais importantes passam a receber tratamento de jardim, sendo ornadas com canteiros de árvores e flores ornamentais. Como era de se esperar, o sucesso do processo de ajardinamento da cidade é enorme, e algumas praças coloniais mais antigas e tradicionais recebem vegetação e tratamento de jardim, perdendo algumas de suas peculiaridades como largo, pátio e terreiro. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 26).



Figura 18 - Área da atual Praça Getúlio Vargas, em 1917.



Fonte: Disponível em:

<[https://www.flickr.com/photos/florianopolis\\_memorias/13677878164/](https://www.flickr.com/photos/florianopolis_memorias/13677878164/)>.

Acesso em: 15 out. 2015.

Nos primeiros 30 anos do séc. XX, as alterações no traçado viário aproximaram a configuração do centro com a sua situação atual. Ou seja, apareceram novos eixos viários para reforçar as ligações do centro histórico com outros bairros e, em 1913, é instalada a rede de esgotos de Florianópolis. Duas grandes inovações no traçado viário com a abertura da Rua Presidente Coutinho (fazendo a ligação Leste-Oeste do polígono central) e a construção da Avenida Hercílio Luz trouxeram grandes contribuições à expansão urbana da área de estudo. Esta última, considerada para a época uma moderna avenida de extensa largura, fez valorizar as margens do rio convertido em canal e atravessava, na maior parte do seu trajeto, os fundos de chácaras antigas. Só mais tarde, com a valorização imobiliária, é que os terrenos foram cedendo lugar aos edifícios atuais (CUNHA, 2002, p. 99).

As obras no “canal” (Rio da Bulha, figura 20), visando não somente ao embelezamento mas também à higienização e à expulsão dos pobres das áreas centrais, não foram acontecimentos particulares à

realidade florianopolitana, mas refletia um processo presente em outros contextos urbanos<sup>91</sup>.

Florianópolis moderna e saneada, fonte da Bulha entre as ruas João Pinto e José Jaques trajeto em que ainda existem casebres anti-higiênicos. A municipalidade já começou a desapropriar os prédios necessários ao alargamento daquela zona. Já tiveram início os trabalhos de demolição do casarão situado entre as ruas João Pinto e Tiradentes e de duas casas localizadas no Beco Irmão Joaquim. (REPÚBLICA, 1919 *apud* SANTOS, 2009, p. 539).

Figura 19 - Ponte do Vinagre, Avenida Hercílio Luz.



Fonte: Disponível em: <<http://www.desterrohoje.com.br/index.php/group-holder/centro/outros-locais/outros-locais/ponte-do-vinagre--2012.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

---

<sup>91</sup> Sobre a abertura da Avenida Central, no Rio de Janeiro: “Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-o com simpatia de a ‘Regeneração’. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do ‘bota-abaixo’, já que não estavam previstas quaisquer indenizações [...] Só lhes cabia arrebancar suas famílias, juntar os parques bens que possuíam e sumir de cena. [...] se puseram a montar com eles toscos barracões nas encostas íngremes dos morros [...]” (Morais & Sevchenko, 1998, p. 23 *apud* ROBBA, 2010, p. 28).

Figura 20 – Avenida Hercílio Luz, 1923.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Ao analisar essas áreas sem olhar para as alterações na esfera da vida cotidiana, sem considerar a separação entre os grupos que constituem chácaras e jardins na Praia de Fora<sup>92</sup>, em paralelo aos grupos que vivem um cotidiano bastante simples e de subsistência nos arredores do centro e nas freguesias, pode-se incorrer num desconhecimento acerca do próprio resultado das práticas incidentes sobre a cidade atualmente. Sobretudo porque isso altera práticas espaciais, ressignificando os espaços de representação de diversos grupos, mais compartimentados e com forte influência de “representações do espaço” – abstrato –, que se consolidou através de um plano diretor extremamente rigoroso em termos de forma urbana na década de 1950<sup>93</sup>, de um plano tecnocrático na década de 1970, e de um plano na década de 1990 que sofreu diversas emendas<sup>94</sup> em sua lei de zoneamento,

---

<sup>92</sup> “A localização dos bairros dividia a cidade em áreas residenciais diferenciadas principalmente pelo nível social da população [...]. As chácaras dos antigos bairros da Praia de Fora e Mato Grosso eram propriedade da elite que geralmente tinha comércio ou negócio no centro da cidade. Nos bairros centrais como Tranqueira, Toca e Figueira moravam as classes menos privilegiadas e até marginalizadas. Assim, a área da Praça XV e suas adjacências sempre foram mais acessíveis para a população menos favorecida de um modo geral [...]” (CUNHA, 2002, p.156).

<sup>93</sup> “O poder público visava utilizar o planejamento como instrumento do desenvolvimentismo e como forma de garantir a acumulação do capital pelas classes dominantes.” (SOUZA, 2010, p. 57).

<sup>94</sup> “[...] em detrimento da visão geral que deve ter um plano diretor, leis específicas, que legislam no particular, são acrescentadas à legislação urbanística da cidade em um número

mostrando-se frágil em face da permissividade e dos interesses particulares. Os dois primeiros planos (1950 e 1970) seguiram as propostas de um “planejamento físico-territorial clássico”, submetido à “racionalidade instrumental”. O plano elaborado na década de 1950 era de caráter “apriorístico”, enquanto o da década de 1970 estava vinculado a um “modelo sistêmico” e era fundamentado em leituras e diagnósticos para a compreensão da “realidade”<sup>95</sup>.

Ao retomar as alterações e distanciar-se do pontual, cabe questionar: quais eram as intenções e os modelos de espaços públicos então para essas décadas? Para uma nova República? Urgia modernizar o país. A abertura de *boulevards* e a influência crescente dos jardins urbanos, que na cidade colonial brasileira estavam restritos às habitações e às casas religiosas, começa a tornar-se evidente, tanto nos jardins públicos quanto privados, com as casas afastadas das divisas, podendo receber jardins frontais e laterais expostos à rua<sup>96</sup>. Esse processo é ampliado com o discurso proveniente de “campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Reformas foram feitas para transformar a cidade colonial em cidade republicana.” (ROBBA, MACEDO, 2010, p. 27). Ou seja, novas práticas espaciais, outro caráter para os espaços públicos, novos usos – a construção de uma outra imagem para as cidades, mais modernas e menos vinculadas à colônia e ao império, aptas a sediar o “ideal republicano”.

Nos primeiros 20 anos do séc. XX, o saneamento e embelezamento urbanos foram metas prioritárias para os dirigentes das grandes cidades e uma onda de transformação dos antigos centros com a construção de novos espaços públicos, bem como a criação de novas áreas urbanas foi instaurada. O conceito do público se elevou na escala de valores urbanísticos e começava-se a evidenciar a importância do espaço para o povo. MACEDO (1999) afirma que, a partir dos anos 30, o crescimento progressivo e a ocupação dos espaços livres pelas massas aliados aos novos programas urbanísticos fizeram as cidades do séc. XIX se transformar em metrópoles e grandes cidades do séc. XX. Esse grande progresso fez com que os espaços livres públicos assumissem novos papéis

---

muito grande.” (PEREIRA, 1992, p. 132). O autor apresenta alguns casos entre as páginas 132 e 133. Cabe ressaltar o trabalho de Fagundes (2008).

<sup>95</sup> Expressões baseadas na obra *Mudar a Cidade*, de Marcelo Lopes de Souza (2008).

<sup>96</sup> Baseado em Robba e Macedo (2010, p. 23, 34).

com a maior diversidade de funções e atividades que passaram a abrigar (como as recreacionais, prática de esportes e outras, bem diferentes da função de contemplação a que estavam relegados até então). (CUNHA, 2002, p. 19-20).

A citação acima é importante porque revela certa intenção na expressão “espaços públicos para as massas” – um discurso ainda bastante utilizado –, em detrimento de uma prática e de um pensar vinculados a um olhar ampliado, abrangendo também a habitação e a implantação da infraestrutura imbuídas de ideias higienistas, em que a segregação espacial se torna evidente. A importância da citação acima vincula-se paralelamente aos “novos papéis e diversidade de funções dos espaços públicos, que foram agregados ao longo do século XX.

#### 2.1.2.1 Em breve

“Antigamente a cidade era o mundo, hoje o mundo é uma cidade”

Lewis Mumford.

O país deixa o período imperial e passa à República Velha buscando equilibrar-se entre as exportações de gêneros primários e as importações, numa linha bastante tênue.

As cidades consolidam sua imagem vinculada à modernidade através de melhoramentos e embelezamentos que, em certa medida, fortalecem fisicamente a fragmentação social. Nesse momento, Florianópolis oscila entre as atividades portuárias e os investimentos estatais, implantando também reformas, mas não atinge um alto grau de urbanização. A vida urbana é marcada, portanto, entre ímpetos modernizantes e o tempo cadenciado da vida ilha.

Ao mesmo tempo que as praças centrais caracterizam-se como espaços representativos da vida urbana pretendida na capital, outras, como *promenades* e pontos de encontro, compõem cenários para edifícios institucionais, como a Praça Pereira Oliveira e a Praça Getúlio Vargas; algumas representam pequenos oásis urbanos em frente ao mar, como a Esteves Jr. e a Praça dos Namorados, além de jardins urbanos, como o Largo Benjamin Constant – passando por intervenções públicas de reformas e criação de alguns novos espaços. Outros espaços são vinculados às cariocas ou fontes, como o atual Largo Fernando Machado, que são frequentados por maior diversidade de público, restando aos pobres as ruas, o entorno do mercado, as áreas baldias

remanescentes e o perímetro da Praça XV (os espaços públicos citados são apresentados no capítulo 4).

### 2.1.3 A crença no planejamento: as primeiras décadas do século XX

Concomitantemente e logo após a transição entre o Império e a República no Brasil, o mundo vivia um contexto conturbado. A crise de 1929<sup>97</sup> e o período entreguerras iniciam um processo que culminaria com a inserção do dólar em âmbito mundial – logo no pós-segunda guerra –, acentuado pela necessidade de reconstruir a Europa e com os EUA assumindo a hegemonia no tocante aos dividendos do financiamento da guerra. Nos países ditos desenvolvidos, adota-se o modelo fordista no qual o “*modele urbain du mouvement moderne correspond au modèle fordiste. Le mouvement moderne traduit, dans l’architecture et l’urbanisme, la rationalité de la transformation sociale.*” (MASSIAH, 2013, p. 49). Esse “modelo fordista” – vigente no hemisfério norte ocidental e também na URSS, até meados da década de 1980 – consolida o urbanismo e a arquitetura modernos, tanto com relação aos modelos utilizados na produção de grandes subúrbios americanos quanto na construção de cidades novas na Europa, reforçando o espaço concebido em detrimento do espaço vivido.

No Brasil, inicia-se um período desenvolvimentista com a crença no planejamento técnico e científico como instrumento que poderia superar, de alguma forma, o período recessivo advindo da crise do café, e, em Florianópolis, proveniente do declínio portuário.

Portanto, as décadas de 1930 e 1940 são marcadas por grande recessão em âmbito internacional, configurada na Crise de 1929, no período final da Primeira Guerra Mundial e no início da Segunda<sup>98</sup>. Esse contexto desdobra-se, em âmbito nacional brasileiro, com maior intervenção estatal e, no âmbito local florianopolitano, com um rearranjo espacial:

---

<sup>97</sup> “A crise de 1929 determinou o esgotamento do modelo econômico que tinha orientado a nossa inserção – como país colonizado – no mercado internacional, por intermédio da exportação de matérias-primas.” (SADER, 2010, p. 12). Complementa-se o panorama com: “O café, principal produto de exportação do país, vinha desde o final do século XIX sofrendo constantes crises agravadas pela dificuldade de expansão dos índices de exportação, que ficaram praticamente estagnados durante os 30 primeiros anos do século XX e com as consequências de uma superprodução. Frente a essa situação a economia brasileira necessita se refazer sobre novas bases, criando um sistema de produção capaz de suprir as necessidades da população. (PRADO JUNIOR, 1985).” (SOUZA, 2010, p. 37).

<sup>98</sup> A partir de Souza (2010, p. 37).

Em Florianópolis, este período corresponde ao momento de diversificação dos investimentos imobiliários do setor de alta renda, que estava ocupando as áreas litorâneas do continente e as áreas ao norte da península central. Também corresponde ao período de construção da Avenida Mauro Ramos, que fazia a ligação da baía sul com a baía norte da península central; e a anexação do Distrito do Estreito ao município de Florianópolis. (SOUZA, 2010, p. 37).

Há, nesse ponto, mais uma inflexão relativa à representação do espaço, antes pontual e vinculada aos planos higienistas e de embelezamento, que passam a ser pensados sob a égide da técnica e do cientificismo. O planejamento estatal [não somente urbano] torna-se uma premissa para o desenvolvimento do país<sup>99</sup>.

Instaura-se o predomínio de um novo discurso, onde as lideranças políticas e sociais não utilizam mais os planos como justificativa para as obras executadas, como nos planos de melhoramentos, mas como um instrumento moderno e científico que traz diretrizes para solução de diversos problemas da cidade. (SOUZA, 2010, p. 38).

Conforme Massiah (2013, p. 50), trata-se do “*modèle de développement des indépendances nationales et l’espace centré des États*”. Esse modelo característico dos países da América Latina, segundo o autor, buscava a liberação econômica, baseado nas indústrias pesadas, de base, na modernização da agricultura (que gerou grandes excedentes populacionais), buscando a formação de um Estado forte.

O processo resultante desse modelo, no que diz respeito à urbanização, vinculou-se à implantação de “grandes equipamentos”, transportes e redes de infraestrutura, associando-se a questão habitacional ao Estado (que ficou aquém das demandas) – as políticas públicas vão ao encontro dessas intenções. No entanto, segundo Massiah (2013), resultou numa “explosão da urbanização”, agravando os contrastes socioeconômicos e incidindo em grande informalidade nas cidades, com forte ocupação das periferias.

Os espaços de representação concebidos começam a se tornar cada vez mais abstratos e distantes do espaço vivido, da cidade informal que cresce. O mesmo acontece com a concepção de seus espaços

---

<sup>99</sup> “O planejamento emergiu como função específica de Estado a partir da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.” (MORETTI, 2012, p. 1).

públicos, cada vez mais vinculados a um desenho que não condiz com sua aplicabilidade no plano real, nem com sua função social, culminado com os esquemas apresentados no plano diretor florianopolitano da década de 1950 (analisado no capítulo 3). O exemplo brasileiro de maior expressão desse modelo é Brasília, uma cidade com alto grau de abstração projetual e que, no decorrer de sua implantação, mostrou-se extremamente excludente.

Essas constatações remetem às três assertivas de Massiah (2013) citadas no início do capítulo: o direito à cidade tem uma matriz territorial; as políticas urbanas estão vinculadas a um modelo urbano; e o espaço físico vai-se consolidando sobre diferentes modelos que se sobrepõem. Para o caso estudado nesta tese, cabe ampliar a reflexão através das escolhas pela localização dos diversos grupos e pelos interesses dos promotores imobiliários, direcionando a urbanização da ilha.

Portanto, não somente o Estado foi – e é – um agente produtor do espaço urbano, mas, conforme Correa (1995), também o são: os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. A fragmentação espacial torna-se mais acirrada quando os promotores imobiliários se confundem com as famílias tradicionais da ilha e do estado, elegendo os principais eixos de ocupação, os quais são ratificados por ações estatais através da consolidação da infraestrutura urbana no decorrer do século XX.

Se o primeiro quartel do século XX assistiu à produção de áreas públicas concomitantemente ao processo de consolidação da trama urbana na área central, segundo planos e projetos em menor abrangência, a partir do segundo quartel ocorre um decréscimo evidente no surgimento de novas praças, como se pode ver nos mapas e nos quadros do caderno de mapas.

Em paralelo, nesse momento, ocorrem os processos migratórios, com densa ocupação da área continental<sup>100</sup> e grande número de loteamentos no Estreito: entre 1940 e 1950, o número de loteamentos no continente foi maior que no perímetro central na ilha (SUGAI, 1994, p. 50). No continente, o interesse seguia tanto em áreas balneáveis para veraneio de grupos com maior renda quanto em habitação de moradia de classes médias e com menor poder aquisitivo, além do entorno da área central insular para as classes abastadas, seguindo a linha já delineada

---

<sup>100</sup> Convém salientar que o Distrito do Estreito, antes pertencente ao município de São José, é anexado a Florianópolis em 1944.



desde o século XIX. Ao mesmo tempo, acirra-se o interesse turístico e imobiliário sobre as terras comunais<sup>101</sup> da região norte da ilha, que já apresentavam alguns traços de ocupação desde a década de 1920, sobretudo com o advento das práticas de banho de mar como lazer. (SUGAI, 1994, p. 34, 36). Na década de 1930, “[o] mar estava deixando de ser, principalmente, local de serviço e meio de transporte para transformar-se em lugar de lazer socializado.” (FERREIRA, 1993, p. 7)<sup>102</sup>.

Essa migração não é particular a Florianópolis. Durante o século XX, as principais cidades catarinenses passam por um processo de urbanização, fortemente marcado por um movimento migratório composto por migrantes de origens diversas<sup>103</sup>.

O crescimento urbano de Blumenau, Joinville, Florianópolis e outras cidades catarinenses obedece a transferências espontâneas, de origens certamente próximas, mas também de origens inespecíficas. [...] Se estes aportes sociais de migrantes dotados de atributos qualitativos são indicadores que as cidades apresentam condições promocionais ao sistema de funções, nelas se acentuam, também e por outro lado, características de desigualdades sociais que, inclusive chegam a pressupor ou revelar traços do que se chamaria por componentes de exclusão urbana ou inchaço. (LAGO, 1996, p. 11).

Esse processo, que denota alterações em âmbito nacional, acentuado após a Revolução de Trinta, quando, no dizer de Vaz (1991, p. 46), devido à imigração europeia e fomentando a “migração interna”,

<sup>101</sup> “A urbanização balneária na ilha iniciou-se, portanto, pela ocupação de áreas que eram usadas como complementares das atividades rurais, as quais, desde 1930, vinham sendo substituídas pela pesca embarcada, resultando na menor intensidade de uso dos campos comuns, o que facilitou sua apropriação privada e a perda de seu caráter de uso coletivo” (OLIVEIRA, 1999, p. 90).

<sup>102</sup> Segundo Ferreira (1993, p. 5), no século XIX, o banho de mar não era prática usual em Florianópolis, inclusive causava escândalo, pois o mar era visto como local de serviço e meio de comunicação, além de despejos de dejetos. Para o autor, a prática do banho de mar em Florianópolis tornou-se mais evidente a partir de 1930, “quando passou-se a montar toda uma estrutura balneária” – “praia sempre existiu [...]”, mas começou a ser utilizada de outra forma.

<sup>103</sup> “As décadas de 1930/1940, importante fase de transição política/econômica do país como um todo, teve seus reflexos no Estado de Santa Catarina. Inicia-se a partir daí com algum significado o processo de urbanização e se consolida ao nível atual de divisão do trabalho regional. Joinville e Blumenau conseguem inserir-se no processo de substituição de importações no país; o Sul define-se como zona de exploração carbonífera; Lages como centro pecuário, extrativo e comercial do Planalto; o meio e o extremo Oeste encontram-se em franca ocupação pelo extravasamento da fronteira agrícola gaúcha.” (FAYET, 1977, p. 16).

“o Estado passou a contar com a hegemonia do capital industrial” e as cidades da região centro-sul começaram a criar condições de vida melhores”. É um momento em que o estado de Santa Catarina também passa a investir com maior intensidade em infraestrutura, buscando consolidar-se e ampliar o processo de industrialização, sobretudo na década de 1950 (FACCIO, 1997, p. 61).

Enquanto nesse período, setores produtivos do Vale do Itajaí e do Nordeste do Estado se desenvolviam e participavam cada vez mais da dinâmica do mercado nacional, a capital se mantinha isolada do eixo econômico do Estado, tanto por seu atraso econômico, quando por sua deficiência de conexões rodoviárias com as demais regiões do estado. Com a pavimentação da rodovia BR-116, situada no Planalto Central, e que efetuou a conexão entre o estado de Santa Catarina e o estado do Paraná, através das cidades de Lages e Mafra, Florianópolis passou também a ficar deslocada do então eixo rodoviário de Santa Catarina. A ponte Hercílio Luz, continuava sendo, desde a década de 20, o único acesso rodoviário à ilha de Santa Catarina no início da década de 50 e a ligação entre a cidade e o interior do Estado era feita por apenas três rodovias.” (SOUZA, 2010, p. 19).

Destarte, com a função portuária enfraquecida, nas primeiras décadas do século XX a “involução econômica” florianopolitana é evitada por meio de investimentos estatais que a conformam como “cidade essencialmente administrativa”. Conforme CECCA (1996, p. 209), se, fisicamente, a cidade estava isolada, foi beneficiada por “sua condição de núcleo administrativo de SC”, através do “desenvolvimento econômico geral do Estado”.

Os acontecimentos nacionais e estaduais impactam e se traduzem nos espaços urbanos florianopolitanos. A área central passa por uma série de reformas, ao mesmo tempo que as freguesias permanecem praticamente isoladas, até o “segundo surto modernizante (vivido a partir dos anos 60)” (CECCA, 1996, p. 211).

A fase desenvolvimentista representou a hegemonia do circuito mercantil (isto é, a progressiva integração da economia local à economia capitalista de mercado) e consequentemente desestruturação da economia de autossuficiência dos pobres (do circuito não

mercantil): estes são transformados em mão-de-obra marginalizada. Especialmente, isto traduziu-se na expulsão dos pobres para cada vez mais longe: para os morros, para o Continente, para os municípios vizinhos (política de progressiva segregação) (CECCA, 1996, p. 210).

Há, nesse contexto, três constatações fundamentais: o centro consolida-se e passa por um processo acirrado de verticalização; as áreas livres passam por reformas, ao mesmo tempo que as áreas balneárias em seu entorno próximo, sobretudo nas praias de Balneário e Coqueiros (SUGAI, 1994). Os núcleos de ocupação açoriana nas freguesias continuam em “outro tempo”, com pouco impacto, até o momento em que passam a ser buscados como áreas residenciais e turísticas (PIMENTA, 2005). Por fim, existe uma densificação da área continental, através de processos de loteamento ocorridos a partir da década de 1940 (ver item 2.1.6).

Apesar da acirrada ocupação da área continental, somente duas praças foram construídas nesse período: a Praça Nossa Senhora de Fátima, no Estreito (Figura 21), por demanda de urbanização em antiga área em frente à Igreja, reivindicada pela população local; e a Praça Marcílio Dias (Figura 22), em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, que havia sido transferida do centro insular para o continente. Ou seja, os espaços públicos vinculam-se ao mar, a áreas comuns e baldias e às áreas tradicionais do centro da cidade. Um segundo momento de densificação do continente acontece após a década de 1970<sup>104</sup>, quando o distrito sede insular está bastante valorizado.

Figura 21 - Praça Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

<sup>104</sup> Faccio (1970, p. 139).

Figura 22 - Praça Marcílio Dias início dos anos 2000.



Fonte: Casa da Memória.

O processo de expansão de áreas residenciais, cada vez mais expressivo a partir da década de 1940, tanto em áreas privadas, como nas antigas chácaras, quanto em terras comunais, na ilha e no continente, reflete não somente a realidade florianopolitana mas também a brasileira, através de loteamentos – legais ou clandestinos –, resignificando os espaços públicos. Em linhas gerais, no país:

A ideia da construção de loteamentos urbanos alterou significativamente o modo de estruturação do espaço livre. A cidade colonial tinha suas praças configuradas pelas edificações do entorno e, sem elas, a praça perderia seu significado. Na cidade ou bairro planejado, no entanto, o traçado viário e o arruamento predeterminavam a localização da chamada praça, mesmo que sua estrutura morfológica, definida por edifícios ao seu redor, viesse a configurar-se depois de anos. A necessidade de ruas para a passagem de veículos entre os edifícios do entorno e a praça também alterou a sua relação com a comunidade lindeira. A praça adquiriu outros significados na cidade moderna. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 34).

Convém alertar, no entanto, que a assertiva acima não se traduzia diretamente em Florianópolis, dada a expressiva quantidade de

loteamentos ilegais e sem determinações jurídicas específicas no caso das áreas públicas. Além disso, a ocupação da ilha, que historicamente foi “[...] marcada pela lógica de apropriação e do uso, mais do que da propriedade da terra” (OLIVEIRA, 1999, p. 52), gerou uma forma específica de ocupação, cujo desenho dos loteamentos preconizava formas lineares<sup>105</sup>.

A segunda assertiva de Robba e Macedo, de que as praças passam a ser definidas pelo traçado dos loteamentos, só adquire maior significado a partir da década de 1970, quando a reserva de áreas públicas em áreas loteadas torna-se uma prerrogativa legal, tanto através de lei municipal (1215/74, 1330/75 e 1516/77) quanto federal (6766/79)<sup>106</sup>. Oliveira (1999, p. 19, 120)<sup>107</sup> reforça que, através da

---

<sup>105</sup> “A estrutura fundiária predominante no Município de Florianópolis tem sua origem nas antigas parcelas coloniais que iam do mar até os divisores de águas ou travessões. No decorrer dos séculos essas terras foram sendo subdivididas consecutivamente no sentido longitudinal, resultando no atual padrão de glebas estreitas... Essa estrutura fundiária arcaica produziu uma ocupação linear, do tipo espinha de peixe, ao longo das antigas estradas gerais que demandavam o norte, o sul, e leste da ilha e as pontes do Continente. Com a redução da largura das glebas, a tradição dos pais dividirem longitudinalmente as propriedades para os herdeiros foi sendo substituída pela abertura de longas servidões com desmembramento de lotes na transversal.” (IPUF, 1996, p. 24).

<sup>106</sup> A lei 6766/79, que rege o parcelamento do solo para fins urbanos, foi um avanço no que concerne ao entendimento e à regulação do parcelamento. No entanto, somente os parâmetros legais não foram suficientes para regular o valor da terra e as diferentes formas de valorização inerentes à dinâmica do mercado. Ao prefaciá-la, a obra *Estatuto da Cidade: os desafios da cidade justa*, Renato Saboya tece um breve, mas importante, comentário ao Estatuto e refere-se à lei 6766/79: “Outro aspecto crucial que ficou à margem dos avanços trazidos pelo Estatuto da Cidade diz respeito ao parcelamento do solo, atualmente em discussão na forma do PL 3057/2000. Os dispositivos constantes na atual lei de parcelamento são claramente insuficientes para lidar com a complexidade dos processos contemporâneos de desenvolvimento urbano, vide o caso dos condomínios fechados. Além disso, os critérios de desenho espacial, diretamente ligados às formas de parcelar o solo e conceber o sistema viário, não são contemplados pela lei 6766/99, salvo raras exceções pontuais que, entretanto, são dispositivos que não costumam ser obedecidos. A importância de aspectos de desenho não deve ser menosprezada, uma vez que possui influência direta em aspectos de mobilidade, acessibilidade, integração e segregação socioespacial e impactos sobre o meio ambiente. A forma e tamanho dos lotes condicionam as tipologias edilícias que ali podem ser construídas, assim como a forma, tamanho e posicionamento das áreas verdes e institucionais têm impacto direto sobre a utilização e acessibilidade dessas áreas pela população. Nesse sentido, o Estatuto da Cidade também mostrou-se deficiente, visto que seus instrumentos de indução do crescimento e desenvolvimento urbanos mantêm-se ao nível das generalizações quantitativas, e não avançam em critérios de desenho mais adequados do que os existentes atualmente.” (SABOYA, 2012).

<sup>107</sup> “As principais formas de parcelamento urbanístico são o loteamento, o desmembramento e o remembramento. O loteamento, legislado em nível nacional desde 1937, é a forma de parcelamento urbanístico mais importante porque implica na construção de novos lotes, novas quadras, novos arruamentos, praças ou áreas livres que amplia, completa ou modifica o traçado da cidade. **Este conjunto de ruas, praças e áreas livres é incorporado ao domínio público**

ocupação do solo com loteamentos e condomínios, articulam-se as relações (e tensões) entre o espaço público e o espaço privado, inclusive no que se refere aos lotes, às ruas e às praças. Uma questão a ser destacada com relação aos loteamentos clandestinos atuais é a não transferência dos 35% para áreas públicas no distrito sede, e 45% nas demais, dado que tanto resulta na dificuldade de estruturação urbana quanto gera elevados custos para a PMF em caso de desapropriação (IPUF, 1996, p. 26). Outra prática recorrente é a ocupação e a apropriação de áreas comuns, processo iniciado desde a ocupação e loteamento das terras comunais: “Seja o lindeiro que avança sobre o bem público, o concessionário que se eterniza no local, ou seja o grupo organizado que o invade [...]” (IPUF, 1996, p. 28)<sup>108</sup>.

A terceira assertiva também é observada em Florianópolis, pois algumas praças foram denominadas antes mesmo da ocupação do seu entorno<sup>109</sup>.

O quadro 2 apresenta os dados relativos à aprovação de loteamentos e condomínios entre as décadas de 1940 e 2010, em Florianópolis<sup>110</sup>.

Dados levantados por Oliveira, (1999, p. 184) mostram a década de 1950 como a que mais aprovou loteamentos. Entretanto, o maior número de lotes ocorreu na década de 1970, enquanto a década de 1980 foi a que apresentou maior área. Complementando esses dados, entre 2000 e 2012, foram aprovados 37 loteamentos, ou seja, só é menor em número que a década de 1950, e em área passa de 622 hectares, superando a década de 1980 (453he). Já entre as décadas de 1940 e 1950, não foram aprovados condomínios. Os dados desse quadro serão analisados por períodos em outros itens, mas cabe aqui o breve resumo que segue.

---

**da cidade, razão que o diferencia substancialmente das demais formas de parcelamento urbano pois através do loteamento se amplia o espaço público da cidade.”** (OLIVEIRA, 1999, p. 17, grifo nosso). Mesmo que, segundo a autora, o número de loteamentos legais seja pequeno em relação ao processo de ocupação de Florianópolis.

<sup>108</sup> Esse processo é observado nas praças, pois grande parte dos comerciantes estabelecidos nessas áreas não paga aluguel ou a contrapartida é bastante defasada (Conforme entrevista).

<sup>109</sup> Podem ser citadas, dentre outras, algumas praças no Santa Mônica e no Pântano do Sul.

<sup>110</sup> O número de loteamentos entre as décadas 1940 e 1990 resultou da somatória dos dados encontrados em Oliveira (1999, p. 184) e Sugai (1994). O número de loteamentos entre 2000 e 2012 foi levantado diretamente na SUSP, contemplando ilha e continente. O número de condomínios da ilha, no entanto, entre 1970 e 1996, foi retirado de Oliveira (1999); e o de condomínios da ilha, entre 2000 e 2007, de Gebara (2008). Os dados de condomínio do continente foram todos retirados da última autora citada.

Os primeiros loteamentos aprovados ainda na década de 1940, tanto na ilha quanto no continente, são, em sua maioria, próximos ao Distrito Sede, sendo 22 na ilha e 13 no continente<sup>111</sup>. Aqueles que estavam situados fora do perímetro central, “utilizando a estrutura de caminhos vicinais existentes que faziam a volta ao morro”, correspondem aos atuais bairros da Agrônômica, Saco dos Limões e Trindade (OLIVEIRA, 1999).

Quadro 2 – Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1940 e 1950.

Ano	Loteamento			Condomínio		
	Ilha	Contin.	T	Ilha	Contin.	T
1940	22	17	39	-	Dno	-
1950	46	57	103	-	Dno	-
1960	32	22	55	-	Dno	-
1970	27	20	47	3	-	3
1980	22	8	30	70	1	71
1990-1996	9	dno*	9	26	1	27
2000-2012	35	2	37	127 <sup>112</sup>	1**	128

Fonte: SUGAI (1994), Oliveira (1999), Gebara (2008) e SUSP (2014).

\* dno: dado não obtido; \*\* entre 2000 e 2007.

Um cruzamento com a prancha 1, criada com base na pesquisa (caderno de mapas), revela que, nesses bairros, há uma baixa incidência de praças. Na Agrônômica, houve o incremento de praças a partir da implantação da Beira-Mar Norte, décadas mais tarde. Na Trindade, continua presente e reconhecida somente a Praça Santos Dumont, apesar serem identificadas outras praças menores; no Saco dos Limões, além da tradicional Praça Abdon Batista, identificou-se o parque infantil Dalva Cardoso. Cada uma dessas praças será detalhada no capítulo 4.

Há também, nesse período, um loteamento aprovado para o Córrego Grande, confirmando a tendência “a uma urbanização descontínua do território”, que adentra a década de 1950 (OLIVEIRA, 1999, p. 85). Segundo a autora, esse processo reflete-se em áreas loteadas na Lagoa da Conceição, Armação, Aeroporto e Canavieiras. Nesta, a prefeitura fez um loteamento nas áreas denominadas “campos comuns”, que foi o primeiro loteamento municipal em áreas balneárias –

<sup>111</sup> Oliveira (1999, p. 84). Em sua tese, a autora apresenta a trajetória dos loteamentos, desmembramentos e condomínios, entre as décadas de 1940 e 1990, com mapeamentos da ilha. Sugai (1994) mapeou os loteamentos do Continente entre as décadas de 1940 e 1990. Há referência aos loteamentos no Estreito (áreas continentais) em Soares (1991).

<sup>112</sup> Dados extraídos de tabela de Marila Gebara (2008, p. 61), relativos somente à ilha.

“para fins balneários”. Segundo Oliveira (1999, p. 59), a localidade já possuía um hotel desde 1929: “O investimento turístico baseado no modelo urbanístico composto por um loteamento e hotel, acompanhado por cassino depois restaurante, seguindo outras urbanizações balneárias brasileiras, passou a ser empregado na ilha.”

Os loteamentos espalham-se também para áreas próximas ao mar e “não visavam à expansão da cidade”, denotando que a construção do próprio conceito de vida urbana se altera. O conteúdo e o significado vinculados à cidade e ao urbano, como relações, através dessas áreas – de lazer para alguns grupos e de residência permanente para outros –, como os loteamentos ao redor do aeroporto, demonstram as diferenças na valorização fundiária.

Ainda que não tenha havido “significativas mudanças nos sistemas de áreas públicas” (Oliveira, 1999), a construção do espaço público urbano, na conotação de espaço público político, começa a ser prejudicada pela compartimentação da cidade.

Fisicamente, esse processo foi definido tanto pelos investimentos viários apresentados por Sugai (1994), reforçados a partir da década de 1960, quanto pela ocupação territorial – apresentada por Oliveria (1999). Dessa autora, ainda resgata-se:

A década de 1950 [e a ulterior], portanto, já apresenta os três movimentos básicos da ocupação urbana sobre a ilha, constituindo um divisor no processo de estruturação física da ocupação. O crescimento contínuo desde o centro, num movimento “radiocêntrico”, e o crescimento descontínuo, voltado também à moradia permanente, das classes de mais baixa renda e o crescimento descontínuo voltado ao uso do veraneio das camadas média e alta renda da população. (OLIVEIRA, 1999, p. 89).

No Brasil, durante a década de 1950, o processo de industrialização é impulsionado<sup>113</sup>, enquanto em Florianópolis percebe-se a perspectiva de se atrair turistas, de especulação imobiliária e de investimentos de ordem estadual e nacional na implantação de instituições, ampliando e fortalecendo o setor terciário.

---

<sup>113</sup> A partir da década de 1950, “[o] Estado passa a se distanciar de um caráter expressamente nacional – nele, as empresas estatais desempenhavam papel principal – para receber o ingresso maciço de capital estrangeiro, quando a indústria automobilística passou a ser o carro-chefe do desenvolvimento industrial, respondendo, de forma direta ou indireta, por um quarto do PIB brasileiro.” (SADER, 2010, p. 13).



A década de 50, no Brasil, é marcada pela ampliação das relações econômicas do país com a economia internacional através de um processo de industrialização impulsionado pelo capital estrangeiro. Esse processo resulta no rápido crescimento das taxas de urbanização das grandes cidades. (SOUZA, 2010, p. 18).

A cidade não passava pelo ímpeto de urbanização observado em outras capitais, gerando “um clima de insatisfação nos grupos sociais influentes”, resultando “[...] na contratação de um escritório de urbanismo para elaboração de um Plano Diretor para Florianópolis, pois se acreditava que o planejamento poderia determinar o desenvolvimento econômico de uma cidade” (SOUZA, 2010, p. 19). Esse plano racionalista, com alto apelo à imagem e à abstração, acaba não sendo implantado em diversos aspectos, mas traçou diretrizes que “[...] contribuíram para a consolidação do processo segregativo que se definia, e colaborou para a priorização da área insular em detrimento da área continental da cidade.” (SOUZA, 2010, p. 119).

Sendo assim, os próprios planos diretores, aprovados em 1954 e 1976, estão inseridos no “ímpeto modernizante em Santa Catarina”, a partir da década de 1950. O pensar urbanístico nesse período é marcado pelas “certezas” na técnica e no desenho, refletindo, em Florianópolis, uma série de alterações baseadas em documentos de cunho tecnocrático: “[...] traduziu-se no Plano de Obras e Equipamentos (1956-1960), na realização do Seminário Socioeconômico, em 1959, e na implantação do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo, em 1961.” (CECCA, 1996, p. 211). Ainda que grande parte dos logradouros tenha sido mantida, com alteração de denominações, obras de modernização foram realizadas ao longo dos últimos anos desse período, resultando em alterações nas áreas central e continental, embora em menor escala na segunda<sup>114</sup>.

Algumas iniciativas estatais, ainda na década de 1940, resultaram em espaços públicos interessantes que se consolidaram e são intensamente utilizados atualmente. É o caso da Praça Abdon Batista, criada com o loteamento Vila Operária, no Saco dos Limões. O bairro consolidou-se e a praça continua como elemento animador e espaço de encontro local (ver capítulo 4).

---

<sup>114</sup> Em Rita Dione Cunha (2002), encontra-se minucioso levantamento da trajetória das áreas de lazer na zona central de Florianópolis; já em Sugai (1994), observa-se os principais empreendimentos viários e seus desdobramentos.

Cabe esclarecer que, em paralelo, próximo ao atual aeroporto, três loteamentos foram aprovados na década de 1950, seguidos de mais um na década de 1970 e outro na década de 1980 (OLIVEIRA, 1999). Eles se destinavam à população de média renda e, em seu contexto atual, ainda não foram localizadas áreas públicas denominadas legalmente de praças<sup>115</sup>.

### 2.1.3.1 Em breve

“O prazer de viver sem ser num equívoco generalizado que sufoca os gestos cotidianos [...]”

Le Corbusier.

A partir do “modelo de desenvolvimento de independência nacional”, que encontrou respaldo na Nova República, o país consolida-se através de um ideal desenvolvimentista, enquanto o planejamento torna-se a estratégia estatal considerada “eficaz”, notadamente o planejamento urbano, que assumiu feições tecnocráticas com alto rigor formal.

Esse processo ficou vinculado à elite econômica (detentora dos meios de produção e das propriedades fundiárias) e ao Estado, como agente ratificador das decisões tomadas pelo grupo hegemônico.

Em Florianópolis, a cidade consolida-se como capital do estado e centro administrativo, mas, ao mesmo tempo, já se vislumbrava um potencial turístico. Há um processo de apropriação das terras comunais (tanto por agentes privados quanto públicos) e das áreas de antigas chácaras e propriedades, segundo Sugai (1994), contribuindo para o processo de especulação imobiliária e gerando um grande número de loteamentos e uma polarização entre ilha e continente. As novas práticas espaciais – através de loteamentos e investimentos no centro –, preconizam “outra vida urbana” ou, ao menos, outra imagem para esta, com os espaços públicos oscilando entre as praças tradicionais e as áreas balneáveis. Os espaços públicos dos pobres continuam sendo as ruas da cidade tradicional, pelo menos os que não foram demolidos em prol das reformas urbanas, e os espaços informais criados em interstícios. Os processos e estruturas que se consolidam reforçam padrões já estabelecidos de fragmentação e propiciaram a pouca efetivação de espaços públicos. A partir desse período, em que a separação espacial já

---

<sup>115</sup> Tramita o processo de adoção de algumas áreas no loteamento Santos Dumont.

evidenciada no centro começa a atingir a ilha e o continente como um todo, cabe questionar: “[...] por que as coisas estão dispostas no espaço dessa maneira? Qual o significado e as consequências de tal ordem espacial?” (GOMES, 2002, p. 171-172).

Essa ordem espacial não é aleatória. E, apesar de ser visível desde um primeiro olhar, não é facilmente compreensível, usando-se de discursos e imagens para minimizar seus efeitos. A observação de Michael Brill (1989), ainda que relativa ao contexto norte-americano, pode, de certo modo, ser analisada à luz do contexto estudado:

*American's economic and class segmentation and stratification reduces localized diversity, offense, and danger, and unfortunately adventure. It makes much of our social learning about a narrower range of strangers. The parallel privatization of public spaces and their use by fairly homogeneous groups leaves tolerance and diversity somewhat untested, and makes moot the anonymity gained through the freedom from social controls that public life can confer. **Our much-vaunted cultural pluralism has seemingly enhanced civility towards diversity, but may simply be masking geographic segmentation, and a loss of diversity.*** (BRILL, 1989, p. 30, grifo nosso).

Com o avançar do século XX, a consolidação do espaço urbano, através da dispersão e das modalidades de espaços públicos que foram sendo consolidadas a partir de um distanciamento físico dos grupos, evidenciando um distanciamento socioespacial, contribuiu para a perda da diversidade como fator primordial à urbanidade e à civilidade. As praças passaram a ser áreas próximas a residências, para grupos de moradores, e, com o advento do lazer esportivo e seus equipamentos, ressignificou-se o espaço público, cada vez mais percebido como bem-estar para atrair os futuros moradores, no âmbito cotidiano, ou como imagem turística e discurso de campanhas, observados nas décadas posteriores.

#### **2.1.4 Entre as décadas de 1960 e 1970: o “milagre” econômico brasileiro**

O período de 1940/70 é decisivo em termos de estruturação da rede urbana catarinense e das funções desempenhadas por suas várias

microrregiões – ainda desarticuladas com frágil integração interna.” (FAYET, 1977, p. 16).

Ampliam-se as redes urbanas e o interior de Santa Catarina estreita relações com as capitais mais próximas: Curitiba e Porto Alegre. No entanto, como capital, Florianópolis continuava isolada fisicamente do estado e do país pelos acessos rodoviários. Por sua condição de capital, no entanto, recebe grande parte dos reflexos do crescimento econômico-urbano do estado, transcendendo a sua função de setor administrativo para o setor turístico, educacional e da construção civil<sup>116</sup>.

No que se refere ao quadro nacional, até o início da década de 1970, o Brasil vivia, aparentemente, um milagre econômico. No entanto, esse “aparente milagre econômico” não passou, segundo Caio Prado Jr. (1970), de um “surto momentâneo dado pela conjuntura nacional”, que não contribuiu para uma evolução do país rumo ao desenvolvimento. Na verdade, a crise que se prenunciava causaria alterações que adentraram as décadas de 1980 e 1990:

[...] se voltarmos as vistas de particularidades do crescimento econômico verificado nesta última etapa de nossa evolução que estamos considerando – a etapa do “modelo milagroso” – para o panorama geral socioeconômico do país, é ainda mais flagrante, talvez, para o observador prevenido que não se deixa enganar por aparências ilusórias, o pouco que andamos no sentido de um real progresso em profundidade e superação do passado. Posta de lado a acelerada urbanização – fruto do defeituoso processo de industrialização [...], e mais ainda que outra coisa qualquer, contrapartida da estagnação e decadência, sob tantos aspectos, das atividades rurais que transportaram para os centros urbanos a miséria tornada intolerável no campo, [...], posto de lado esse congestionamento urbano, com os leves retoques de modernismo que acrescentou aqui e acolá à paisagem brasileira, não se assinala efetivamente no decurso da fase que presenciamos nesses últimos anos [...] nenhum sinal significativo de mudança essencial e fundamental

---

<sup>116</sup> Essa constatação é apresentada tanto no Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Florianópolis (FAYET, 1977) quanto no diagnóstico para o Plano Diretor dos Balneários (IPUF, 1984).

nas arcaicas estruturas herdadas de nosso passado colonial. (PRADO JR., 1970, p. 355).

Quanto ao refletir-se sobre a cidade, a consolidação do planejamento como pensamento e ação avançou tanto em âmbito nacional quanto estadual, e esse momento contribuiu para o acirramento das ideias vinculadas à planificação como instrumento de transformação social brasileira – de certa forma, em implantação desde a década de 1930. Houve uma apropriação do discurso modernista-racionalista, traduzido em arquitetura e urbanismo, mas agora ampliando a visão através de planos setoriais (RIZZO, 1993). Aproxima-se ao já citado modelo fordista que havia encontrado respaldo no hemisfério norte (MASSIAH, 2013 p. 49) e que, no Brasil, vai perceber alguns ecos, reforçando a tecnocracia exacerbada e a crença na busca por uma “estabilidade social” através de normas claras quanto ao desenho e à organização espacial. Cabe lembrar que, tanto esse modelo quanto o vinculado à independência dos estados, tratam de modelos econômicos e de desenvolvimento diferentes, dados os contextos em que se manifestaram. Entretanto, a coincidência está em ambos crerem na importância do planejamento científico.

Ao somar-se essa intervenção mais marcada do Estado em âmbito nacional com a atividade portuária em franco declínio local, culminando com o fechamento do porto florianopolitano, as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais em dois aspectos para o processo de consolidação de Florianópolis<sup>117</sup>, inclusive na constituição de sua atual estrutura socioeconômica e espacial: a implantação de sedes de instituições e órgãos estaduais e federais e a visualização do turismo como possível elemento gerador de renda, tanto para o capital imobiliário quanto para a municipalidade, já no final desse período, e com maior expressão a partir da década de 1980 – definindo políticas urbanas e um novo PD para a década de 1970.

O processo descrito na citação abaixo permitiu que investimentos externos viabilizassem obras, através de bancos e órgãos nacionais (ampliando, em muito, o endividamento nacional), com impacto nas capitais. Em Florianópolis, particularmente, a cidade passa, em certa medida, a ressignificar a vida urbana a partir de alterações no espaço urbano.

O Estado, através dos governos militares, esteve também presente na definição de políticas

---

<sup>117</sup> Como capital, acentuou-se também o fluxo de investimentos econômicos a partir do “desenvolvimento” do interior do estado (FAYET, 1977).

urbanas. Segundo Schmidt (1983), após março de 1964, pela primeira vez na história brasileira uma política urbana de base nacional foi desenhada. A política urbana começou como política habitacional e desenvolveu-se rapidamente. Foram criados, em 1964, o BNH – Banco Nacional da Habitação e o SFH – Sistema Federal (*sic*) de Habitação. O BNH, até 1967, aplicou seus recursos em construção de habitação. Após essa data, começou a operar programas de desenvolvimento urbano, investiu em programas de saneamento, transporte, equipamentos comunitários e urbanização. Em paralelo, foi criado também o SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo para tratamento dos emergentes problemas urbanos, sendo que uma de suas principais tarefas era de fornecer assistência técnica para instituições envolvidas em elaborar planos de desenvolvimento local, dentro e fora do setor governamental. (FACCIO, 1997, p. 56).

Segundo Faccio (1997), até meados da década de 1960, a opção era localizar os órgãos públicos em torno da Praça XV e imediações, assinalando a sua centralidade. A partir de então – década de 1970 –, começaram a ser implantados em áreas mais distantes, empreendendo a ocupação da região da bacia do Itacorubi. Houve a escolha da ilha como sede para a maior parte deles, cabendo ao continente somente a COHAB e alguns almoxarifados.

Através das escolhas para localizar essas sedes, acentuaram-se as tendências de ocupação da área continental por população com rendas média e baixa e de concentração de funcionários com alto poder aquisitivo (se comparado com a média da ilha) nos bairros “trás do morro”: Trindade, Pantanal e Itacorubi. Além disso, acentua-se o processo de estruturação do norte da ilha como segunda residência para as elites, impactando a vida urbana, através de novos padrões de consumo, infraestrutura e a expansão da malha urbana. (FACCIO, 1997). No quadro 3, percebem-se processos traduzidos na dinâmica de loteamentos, ainda que, segundo Oliveira (1999), entre 1940 e 1996, somente uma parte do território urbano é loteada de maneira legal.

O conjunto de loteamentos urbanos aprovados, de 1940 a 1996, totalizando 1458,13 há e 16.563 lotes ainda que sendo apenas uma parte da área urbanizada legalmente na ilha de Santa Catarina,

estão estreitamente vinculados à forma da cidade [...] (OLIVEIRA, 1999).

Cabe esclarecer que esses processos influenciam diretamente a construção de espaços públicos urbanos, que assumem novo caráter e servem a novos usos. Vinculados aos novos loteamentos – com novos moradores, entre os quais muitos migrantes –, o lazer e a proximidade às residências configura-os como extensões das áreas privadas dos lotes, apresentando uma diferença estrutural com relação às áreas centrais: como é visto e reconhecido na trama urbana e nas condições de acesso, devido às distâncias. São áreas remanescentes, sobretudo da década de 1970, que passam, a partir da consolidação do entorno, a receber equipamentos para o lazer infantil e esportivo, diferentemente das praças tradicionais do centro, que servem ao lazer contemplativo, comércio, feiras e, muitas vezes, para manifestações e protestos, servindo a uma gama plural de usuários. As próprias sedes de órgãos públicos no entorno da Praça XV ampliam seu público, sobretudo nos intervalos dos horários de trabalho, nos quais executivos e representantes municipais caminham entre os usuários da praça<sup>118</sup>.

Quadro 3 - Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1960 e 1970.

Ano	Loteamento			Condomínio		
	Ilha	Contín.	T	Ilha	Contín.	T
1940	22	17	39	-	Dno	-
1950	46	57	103	-	Dno	-
1960	32	22	55	-	Dno	-
1970	27	20	47	3	-	3
1980	22	8	30	70	1	71
1990-1996	9	dno*	9	26	1	27
2000-2012	35	2	37	127 <sup>119</sup>	1**	128

Fonte: SUGAI (1994), Oliveira (1999), Gebara (2008) e SUSP (2014).

\* dno – dado não obtido; \*\* entre 2000 e 2007.

<sup>118</sup> Há uma leitura bastante fiel dos usuários da Praça XV, em sua pluralidade, na obra de Vaz (1991). Uma pequena amostra: “Em Florianópolis [...], a rotina das repartições públicas reflete-se no uso dos espaços urbanos, a exemplo da intensificação do movimento e das atividades dos espaços públicos nos horários de trabalho dos órgãos da administração municipal, estadual e federal. A praça XV de Novembro e a Rua Felipe Schimdt são locais de encontro e de lazer de funcionários públicos, aposentados e estudantes em trânsito pelo centro. [...] A presença de autoridades estaduais e federais ligadas às principais instituições públicas nesta área atraiu a realização de manifestações políticas e reivindicatórias dos trabalhadores das diversas categorias, que se manifestam em passeatas e atos públicos, percorrendo as principais ruas comerciais e culminado sempre no adro da catedral.” (VAZ, 1991, p. 66).

<sup>119</sup> Dados extraídos de tabela de Marila Gebara (2008, p. 61), relativos somente à ilha.

Oportuno lembrar que a intervenção do Estado foi além da inserção de sedes de órgãos, consolidando a própria infraestrutura da cidade:

Por outro lado, o poder centralizado dos governos militares, a partir de 1964, até a década de 80, fez acontecer várias ações urbanísticas em muitas cidades, traduzidas em terminais rodoviários, aeroportos, centrais de abastecimento, avenidas expressas, parques, praças e calçadas em áreas centrais ou orlas marítimas. Torres de escritórios e prédios institucionais e públicos tinham grandes largos e praças onde se manifestaram inúmeros projetos paisagísticos e estes colaboravam para compor novas imagens no quadro das cidades. A inauguração do primeiro calçadão para pedestres, em 1972, em Curitiba, fez disseminar pelo Brasil a moda dessa categoria de espaço, já comum nos Estados Unidos e Europa. (CUNHA, 2002, p. 20-21).

No quadro 4, apresenta-se a quantidade de órgãos públicos por década, mostrando-se o crescimento gradual que culmina em números relativamente maiores nas décadas de 1960 e 1970, e posterior declínio com o avançar dos anos 1980<sup>120</sup>.

Quadro 4 - Órgãos públicos estaduais criados por períodos.

<b>Período</b>	<b>Número de órgãos públicos</b>	<b>%</b>
Século XIX	9	5,66
1900 - 1919	6	3,77
1920 - 1929	4	2,52
1930 - 1939	9	5,66
1940 - 1949	9	5,66
1950 - 1959	15	9,43
1960 - 1969	41	25,80
1970 - 1979	51	32,07

<sup>120</sup> Esse processo contribui na caracterização de Florianópolis como “marcadamente terciária. Quer dizer, 34% dos servidores públicos estaduais de Santa Catarina aqui estão concentrados” (CECCA, 1996, p. 212). Já na década de 1970 Florianópolis despontava para essa vocação. “Em síntese, de forma genérica, podemos situar Florianópolis como cidade de função terciária nitidamente caracterizada e relativamente expressiva, com um setor primário e secundário sem maior destaque e mesmo com potencialidades reduzidas tanto pela sua tradição histórica quanto por sua posição locacional e características geográficas.” (FAYET, 1977, p. 17).



1980 - 1991	15	9,43
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>100</b>

Fonte: Faccio (1997, p. 75, destaque nosso).

Além de alterações na vida urbana central da cidade, a locação de novas instituições, entre as quais a UFSC (décadas de 1960 e 1970); a Eletrosul (década de 1970); a TELESC, a CELESC e a UDESC (estas no Itacorubi)<sup>121</sup>, acompanhadas de investimentos viários, consolidam novos loteamentos como Parque São Jorge, Jardim Santa Mônica e Jardim Anchieta, aprovados a partir da década de 1970 (OLIVEIRA, 1999, p. 92). A ocupação da área, no entanto, é anterior à data de aprovação, tendo o povoamento do Santa Mônica iniciado na década de 1950<sup>122</sup>, enquanto o loteamento só foi aprovado na década de 1970, já apresentando um número expressivo de lotes e estrutura com a previsão de **praças e áreas para esportes**.

Essa área era praticamente desprovida de infraestrutura até a década de 1960. A implantação dessas instituições não seguiu somente fatores locacionais, como valor da terra e espaço disponível, mas ocorreu, também, conforme interesses do setor imobiliário – como a implantação da UFSC –, já antevendo a potencialização da ocupação da ilha rumo ao norte (SUGAI, 1994, p. 79).

Até a década de 1960, o Itacorubi era eminentemente rural. A inserção de equipamentos estaduais ao longo da década de 1970 e a instalação da UDESC em 1979 impulsionaram a urbanização e a alteração do perfil da área para eminentemente urbana (FACCIO, 1997, p. 121).

---

<sup>121</sup> “O Estado, ao concentrar as sedes de seus órgãos públicos em determinados lugares da cidade, concentrou também pessoal empregado nesses órgãos. Assim, ocorreu uma concentração de população com capacidade de consumo, criando uma demanda por moradia próxima ao local de trabalho. Com isso possibilitou ao capital imobiliário ampliar sua ação através da produção imobiliária, na lógica do sistema de produção formal de habitação. Esses aspectos da produção do espaço urbano, acrescentados a outros, como investimentos em infraestrutura promovidos pelo Estado, possibilitaram uma constante valorização fundiária e imobiliária, especialmente dos bairros localizados a nordeste e leste da península central.” (FACCIO, 1997, p. 139). A mesma temática é apontada por Sugai (1994), Oliveira (1999) e Marcon (2000).

<sup>122</sup> “O Bairro Santa Mônica teve começo com a compra pelas irmãs da Sociedade Divina Providência, mais precisamente pelas Irmãs Amadea Berchmann e Benevenuta Rolin, de glebas de terras existentes entre os Rios Itacorubi, do Sertão e o Manguê do Itacorubi, de diversos proprietários. Após a compra, retirada parte desapropriada e outras que não foram incluídas, criou-se o Loteamento Jardim Santa Mônica. Tratava-se de um terreno baixo e arenoso que foi dividido em 850 lotes e áreas reservadas para mercado, jardim, praças e praça de esportes.” Informações obtidas no sítio da ACOJAR.

Sobre a Eletrosul, transferida do Rio de Janeiro para o bairro Pantanal na década de 1970, cabe enfatizar o alto poder aquisitivo de seus funcionários em comparação ao nível de renda da ilha, gerando novos padrões de consumo e a demanda por infraestrutura (FACCIO, 1997):

Para os funcionários mais “graduados”, a empresa construiu dois condomínios fechados, na Carvoeira, próximo à Eletrosul, e em Itaguaçu, área residencial de classe mais alta localizada na parte continental da cidade. Também foram adquiridos vários terrenos, entre esses cerca de 50 lotes no Jardim Anchieta. A aquisição de moradia num plano de financiamento oferecido pela Eletrosul teve o caráter de incentivo à transferência dos funcionários.

Para funcionários de outros níveis, foi construído o Condomínio Elos, no início do bairro Córrego Grande, próximo à UFSC. Entre outras alternativas, incluía-se ainda os financiamentos promovidos pela ELOS. Nesse aspecto, a vinda da Eletrosul contribuiu muito para a expansão do mercado imobiliário.<sup>174</sup> O setor imobiliário, principalmente, e os setores de comércio e serviços tiveram um enorme crescimento e expandiram-se no decorrer dos anos seguintes. (FACCIO, 1997, p. 118).

São também alterados os costumes locais, através de maior cosmopolitização da população local<sup>123</sup>, demandando novos tipos de edifícios, como prédios de apartamentos pequenos e abertura a novos modos de vida<sup>124</sup>.

A inserção de sedes institucionais, estaduais e federais, provocou alterações não somente na dinâmica de novos bairros mas também na área central, com a localização de órgãos públicos ao redor da praça cívica, a antiga Praça da Bandeira (atual Praça Tancredo Neves), que, por anos, constituiu-se somente numa grande área de estacionamento – concentrando as sedes dos poderes e, em paralelo, criando uma área de transição com horários de funcionamento bastante específicos e a

<sup>123</sup> O processo migratório contribuiu para “[...] um contexto sociológico mais cosmopolitizado, fato que representa inegável potencial de enriquecimento cultural.” (LAGO, 1996, p. 10).

<sup>124</sup> Mesmo com todas as alterações, a cidade ainda mantinha um caráter provinciano, como se vê na citação de Faccio (1997) ao dizer que os ilhéus não “alugavam apartamentos para solteiros”, justificando a necessidade de apartamentos menores.

geração de espaços ociosos. Durante as visitas, a praça mostrou-se vazia tanto em dias úteis quanto nos finais de semana, sendo caracterizada como local de passagem e “ponto de encontro” de usuários de drogas.

Através das localizações das sedes dos órgãos públicos, novas áreas são incorporadas ao espaço urbano da cidade, como a área das imediações da Praça Cívica, concebida sob influência do urbanismo moderno, para exercer as funções de centro administrativo do Estado. (FACCIO, 1997, p. 103).

Figura 23 - Praça Tancredo Neves, década de 1970.



Fonte: Damião (2014b).

Figura 24 - Praça Tancredo Neves atualmente.



Fonte: Kley (2013).

Em paralelo, na década de 1970, a implantação da infraestrutura na cidade buscava atender a outros objetivos: “[...] é inquestionável que o turismo começou a pesar no prato da balança do processo urbanizador, muito mais do que a maioria dos analistas e sonhadores avaliavam” (LAGO, 1996, p. 267), corroborando as escolhas por acessos físicos às áreas balneáveis.

[...] a década de 70 foi decisiva para a definição do modelo de crescimento de Florianópolis, com o afloramento de novas forças ordenadoras da forma e intensidade do uso do solo.

A crença na economia do tempo livre, como rupturadora (*sic*) da relativa lentidão do crescimento de Florianópolis, estava na década de cinquenta e era até mesmo convicção ardentemente abraçada por algumas visionárias cabeças. (LAGO, 1996, p. 263).

Até esse momento, praticamente toda a estrutura voltada ao comércio, ao serviço e ao lazer, nas palavras de Sugai (1994, p. 179), estava concentrada na área central da ilha, “começando naquela época a dispersar-se pelas vias principais da península central e, também, pelo bairro Estreito, situado no Continente.”

Para dinamizar a cidade, o potencial turístico passou a ser explorado e novas áreas ocupadas demandavam obras viárias<sup>125</sup>. No final da década de 1960, o governo do estado buscava verbas em âmbito nacional para, entre outras obras, viabilizar uma nova ponte (Colombo Salles, concluída em 1975); concluir a BR-101; implantar a BR-282 (conexão com o oeste catarinense); pavimentar as rodovias estaduais em Florianópolis – a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, mais conhecida como Avenida Beira-Mar Norte, a Av. Ivo Silveira (da cabeceira da ponte à BR-101), a ligação aos balneários do norte, através da SC-401, aos balneários do sul e ao aeroporto, e a SC-404, ligação com a Lagoa da Conceição. Nessa mesma década de 1970, foi aterrada a baía sul, ao mesmo tempo que foram desenvolvidos estudos para novas conexões, como a SC-406 (costa leste da ilha – dos Ingleses ao Pântano do Sul, finalizada no início da década de 1980) e a SC-405 (Aeroporto, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul). Em 1977, iniciou-se a Via de Contorno Norte-Ilha (contratando-se projetos para a Avenida Beira-Mar continental e para a Via Expressa Sul, que só seriam implantadas décadas depois). Dessa maneira, foram realizadas intervenções que permitiram a preparação das bases para a consolidação da ocupação da ilha<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Os dados que seguem foram retirados do capítulo *A implantação do complexo rodoviário* (SUGAI, 1994, p. 111 a 122).

<sup>126</sup> A conquista de terras ao mar foi sinteticamente resumida por Lago: “[...] procurou-se concentrar junto ao porto, sobretudo na ilha, na parte que separa as baías Norte e Sul, e à franja marinha; expandiu-se, também em direção aos ‘morros colinosos’ e ao sopé [...]. Posteriormente, rebelando-se contra a exiguidade do espaço terrestre adequado para a expansão, Florianópolis iniciou, na área do Manejo a jornada de incorporação de áreas

Outra ordem de espaços públicos urbanos começa a ser consolidada e se materializa de diversas maneiras. Áreas vão sendo implantadas junto aos locais de maior valor, como as praças na Avenida-Beirar Mar, desde as mais antigas, como as Praças Esteves Júnior e dos Namorados (já existentes), até as mais recentes, como as que fazem parte do sistema viário e as alças e bolsões (Praça de Portugal, do Sesquicentenário da Polícia Militar e da Grécia)<sup>127</sup>. Essas praças marcam o caminho transitado pelos turistas das pontes às praias do norte e servem de cenário para a vida que se desenrola no entorno da Avenida Beira-Mar Norte, ganhando outras significações em momentos pontuais, como feiras e grandes eventos.

As áreas públicas provenientes dos loteamentos – prática responsável pelo expressivo número de praças que surgem na região do Itacorubi, Santa Mônica, Parque Anchieta e, inclusive, no Pântano do Sul (no loteamento Açores), conforme já descrito, com usos vinculados ao entorno imediato, ressignificam o conceito de praça até então conhecido em Florianópolis. Esse conceito foi historicamente vinculado aos espaços de representação das áreas centrais e às áreas em frente às igrejas das freguesias. No quadro de loteamentos e condomínios, nota-se que também são aprovados os primeiros condomínios a partir da década de 1970. Esse dado permite um outro olhar ao espaço público em Florianópolis<sup>128</sup>. É a ação da iniciativa privada que se consolida, amparada pelo poder público em diversos aspectos.

Segundo Oliveira (1999), a partir da década de 1970, o desenho dos loteamentos começa a dificultar o acesso através de “dificuldade de legibilidade e orientabilidade”, o que amplia a segregação espacial.

submersas, mediante onerosas obras de grandes aterros. Anexou ao sítio urbano ampla superfície frontal e conectada ao centro na área da baía Sul. O grande aterro buscou o contorno da baía Norte, não como espaço de imediata conexão com os fluxos das pontes, mas como artéria orientadora de circulação nos bairros emergentes da bacia do Itacorubi, o “campus universitário” e os densos balneários da porção setentrional da ilha. A jornada ao mar continuará, brevemente, como realização integrante da construção da Via Expressa Sul, perfurando-se uma estrutura granítica em torno de 800 metros e aterrando-se parte do tradicional Saco dos Limões.” (LAGO, 1996, p. 29).

<sup>127</sup> O processo de sua implantação é apresentado em Cunha (2002).

<sup>128</sup> Ainda que tratando de conjuntos de tipos arquitetônicos multifamiliares, cabe a reflexão: “[os conjuntos de blocos] constituindo-se num arremedo de comunidade social. É como se fosse um minibairro, mas com escasso poder de exercer um papel de ambiente de encontro, em outros termos, de ambiente dominado pelo conteúdo público. Assim, afora as aleatórias inter-relações sociais condicionadas pelo uso comum dos ‘playgrounds’, os moradores dos blocos habitacionais parecem optar pela privacidade. Num bairro típico, a privacidade é influenciada mais fortemente pelo sentimento de se pertencer a um lugar que não é apenas seu, mas de outros, simultaneamente, o que o torna um ambiente de mais pronunciadas características públicas. Pode-se falar, pois, numa cultura de bairros.” (LAGO, 1996, p. 67).

Além do desenho, começa a se tornar mais evidente a presença de pátios<sup>129</sup> e ou cancelas. De certa maneira, as praças constantes nesses loteamentos tornam-se extensões da vida intraloteamento, com pouca possibilidade de apropriação externa. O que, em certa medida, corrobora a assertiva de Ângelo Serpa (2011) de que espaço público é aquele que não é somente acessível física mas também simbolicamente. No entanto, essas praças constam em listas de adoção e são consideradas praças da cidade de Florianópolis. Conforme demonstrado no trabalho de campo e observado por Oliveira (1999), há uma diferença fundamental entre as praças de centros consolidados e as praças remanescentes de áreas verdes de loteamentos, sobretudo nas décadas da segunda metade do século XX.

Ao retomar as discussões sobre a intervenção do poder público, cabe voltar o olhar para as áreas resultantes de uma intervenção estatal direta, composta pelo projeto CURA, a partir da década de 1970. Em sua versão intitulada *Área piloto do projeto CURA I* (PMF, 1976), é criado, na área continental (que será detalhada no capítulo 3), um número expressivo de praças, segundo uma visão vinculada ao planejamento institucional. Atualmente, muitas dessas praças são remanescentes, poucas apropriadas e outras estão em desuso. O *Projeto Plurianual do CURA* (IPUF, 1978b), que contempla a Ilha, referente a 1977 mas publicado em 1978, apresenta as áreas prioritárias de urbanização relativas a: Área I – Trindade e Saco dos Limões; Área II – Pantanal, Córrego Grande e Jardim Santa Mônica (que somavam, à época, 35.000 habitantes e contavam somente com duas praças); e a Área III, incluindo o Itacorubi e o Saco Grande (para conhecer seus desdobramentos, ver capítulo 4).

Concomitantemente à política nacional desenvolvimentista da década de 1960, é elaborado o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis*, que influenciaria o PD a ser aprovado na década subsequente<sup>130</sup>. A implantação desse Plano

---

<sup>129</sup> Oliveira (1999), p. 153, faz alusão ao loteamento Saulo Ramos. Em consulta ao projeto de loteamento, a AVL, atual praça, já era prevista em seu local atual, ou seja, incorporada à parte interna do loteamento e simbolicamente inacessível pela cancela. O loteamento é da década de 1980.

<sup>130</sup> Em meados dos anos 60, as transformações urbanas marcadas pelos investimentos viários levaram à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis (PDI), tendo a meta de transformar a cidade num grande centro urbano, abrangendo vários municípios. Somente na década de 70, foi elaborado um novo Plano Diretor para a Cidade, derivado do PDI, aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis, em 1976, pela Lei 1440/76 (CUNHA, 2002, p. 126)

vinculava-se “à implantação prioritária do Plano Urbano de Florianópolis e área conurbada” (CUNHA, 2002, p. 126), prevendo:

[...] urgentemente a criação do Centro Metropolitano, localizado na área urbana central insular e continental e voltado para a Baía Sul, onde se desenvolveriam enormes intervenções para consolidar o centro administrativo, institucional e financeiro do Centro. Entre as construções, estava a nova ponte (Colombo Salles) e o Aterro da Baía Sul para suportar as diversas ligações viárias; os terminais rodoviários (estadual e municipal); o Centro Cívico; os prédios institucionais e o acesso a um futuro túnel (Túnel do Morro do Penhasco) (CUNHA, 2002, p. 126).

Trata-se, portanto, de um incremento real na quantidade de áreas públicas de Florianópolis através da incorporação das áreas de aterro e de operações urbanas.

Na década de 1970, outro fator importante é a criação do IPUF em 1977, que contribuiu, naquele momento, dentre muitas outras intervenções, na “humanização” da área central. “Detectando um processo crescente de pedestrianização do Centro, concentrou muitos de seus estudos e projetos no trabalho por ele denominado ‘humanização’ da área.” (CUNHA, 2002, p. 128). Como área para pedestres, o Largo da Catedral data desse momento. Apesar de não ser especificamente uma praça, as áreas que surgem desse processo de pedestrialização, algumas anteriores ao IPUF, contribuem para formar um tipo de espaço público urbano vinculado à efervescência do cotidiano através das atividades comerciais e de fluxos de passagens, atraindo uma miríade de outros usos espontâneos, como jogos, músicos e performances remanescentes atualmente. Cabe ressaltar, no entanto, que essas práticas são extintas após o fechamento do comércio nos dias úteis e aos domingos, contribuindo para o esvaziamento da área<sup>131</sup>.

Concomitantemente a essas operações na área central, nas áreas balneárias, após a ocupação para veraneio sem infraestrutura, inicia-se a dinamização do turismo com a melhoria do sistema viário, interno e externo à ilha. Conforme o *Plano Diretor de Uso do Solo dos Balneários da Costa Norte da Ilha*, publicado em 1978 (IPUF, 1978a), foram três os processos de ocupação dessas áreas: primeiro as colônias

---

<sup>131</sup> Algumas ações têm preconizado o retorno do uso aos finais de semanas, como as feiras. Para mais informações, consultar Moura (2013).



tradicionais, depois a ocupação de veraneio nos núcleos sem infraestrutura e, finalmente, a ocupação mais intensa. Essa constatação demandava uma regulação em sua ocupação e o plano previa tanto recuperar a pesca artesanal quanto manter a paisagem natural para incremento da atividade turística. Entre suas observações, apontava uma clandestinidade nos loteamentos que, somada ao desenho das ruas, gerava pouca integração espacial.

Apesar da disposição diversificada e ampla de documentos normativos, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo urbano da área, não se atingiu com a eficácia necessária, seu controle efetivo. A forma assistemática com que se processavam revisões e atualizações da legislação municipal, impossibilitava uma visão global que permitisse solucionar aqueles problemas de modo adequado. (IPUF, 1978a, n.p.).

No que se refere aos objetivos do plano, destaca-se que, entre os espaços públicos propostos, havia um parque linear e equipamentos na faixa litorânea. Essas áreas seriam equipadas para lazer e recreação com a locação de módulos balneários dotados de vestiários e sanitários, um posto salva-vidas e um pequeno bar, podendo ser acrescidos outros equipamentos. Desse modo, mesmo consolidando-se mais tarde como áreas residenciais, era estreita a visão dos espaços públicos urbanos vinculados ao lazer e ao mar. Cumpre salientar que, se resgatada a relação entre a consolidação dos loteamentos nas áreas balneárias (OLIVEIRA, 1999) e a consolidação das praças, serão delineadas as diferenças de usos preconizados e o tipo de equipamentos implantados. Como já se viu, a BR-101 contribuiu para a consolidação da “capital turística” e ajudou o “turismo balneário a despontar como agente da urbanização da ilha” (OLIVEIRA, 1999, p. 60), atraindo não só turistas como também futuros moradores. Importante lembrar que muitos desses bairros se consolidaram como bairros residenciais, alterando a sazonalidade em sua ocupação e, portanto, no que se refere à implantação de espaços de uso coletivo.

Em linhas gerais, observa-se que, nesse período, com a maior ocupação da ilha e a ampliação de áreas urbanizadas, o processo de fragmentação acentua-se, física e socialmente, traduzindo a legislação em tamanho dos lotes e localização na ilha, conformando áreas e bairros com valores distintos. Nesse sentido, o espaço público espacializou-se de modos diversos, em diferentes contextos, com variados usos vinculados, mas, ao mesmo tempo, homogeneizou-se. As praças dos

loteamentos adquiriram o mesmo caráter de lazer, as do centro tiveram reforçado o seu caráter histórico e cotidiano (conforme cada caso particular), a ampliação da tendência aos calçadões permitiu maior movimento de pedestres durante a semana, mas não houve como evitar seu esvaziamento nos finais de semana.

A visão técnica dos planos para o continente e a ilha e as políticas públicas voltadas à implantação de infraestrutura contribuíram para essa diferenciação (detalhes de dispositivos legais no capítulo 3). Na dinâmica processual de consolidação e ocupação da cidade, há outros elementos cujas análises devem ser somadas, como a consolidação da capital com o crescimento de bairros residenciais e a indução às áreas públicas pela legislação. A descentralização de equipamentos públicos reforça a ocupação em alguns setores e a lógica de construção dos conjuntos habitacionais, ambos elementos centrais na discussão acerca da criação, usos e apropriações dos espaços públicos, os quais, em certa medida, refletem a vida urbana.

#### 2.1.4.1 Em breve

“as cidades são um grande laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano.”

Jane Jacobs

Depois de décadas de estagnação, Florianópolis passou por um “surto modernizante” que se refletiu, também, em sua morfologia urbana – tanto física quanto social.

Antes restrita ao triângulo central, à área continental e às freguesias, a cidade passa a urbanizar núcleos tradicionais de produção agrícola, fazendo conviver moradores cosmopolitas vindos do Rio de Janeiro, ilhéus e turistas argentinos que começam a ser mais frequentes em seus balneários.

Loteamentos são aprovados no centro, nos seus bairros lindeiros, no continente e nas praias. O sistema viário, traçado muitas vezes sobre os antigos caminhos, passa a ser pavimentado, conectando as praias e a Lagoa da Conceição ao centro e, sobretudo, ligando a cidade ao estado e ao país.

Com as sedes de órgãos públicos sendo inseridas no centro, mais executivos passam a conviver com os jogadores de dominó na Praça XV e a ocupar condomínios (raros na ilha em períodos anteriores), e os

loteamentos ampliam uma modalidade de espaços públicos, vinculando grupos próximos aos usos da praça.

A Avenida Beira-Mar Norte e a implantação de calçadas no centro urbano inserem também novas práticas espaciais, enquanto os espaços de representação se homogeneizam ao mesmo tempo que a cidade se torna mais cosmopolita.

A produção de praças atinge um patamar elevado, com mais de vinte na ilha e mais de dez no continente. Resultam das áreas remanescentes dos loteamentos, de sobras do sistema viário, muitas ainda não passam de quadriláteros traçados pelas ruas, com vegetação e sem possibilidades de uso, enquanto outras não passam de canteiros. Assim, passam a ser contabilizadas mais em número, quantitativamente, do que qualitativamente, ainda que através do projeto CURA tenha havido um rigor formal, arquitetônico-projetual, na concepção das praças implantadas na área continental.

A copresença<sup>132</sup>, fator importante para construir a diversidade e a cidadania, continua a ser característica do centro urbano, mas distancia-se das novas áreas públicas que surgem nos loteamentos e nas áreas residenciais.

Houve (sobretudo a partir da década de 1970) e ainda há várias tentativas de resgate de usos dos espaços públicos através de novos desenhos, bem como, através da criação de novas áreas. Mas observa-se, a despeito da assertiva anterior, um acirramento na separação socioespacial dos diversos grupos que migram para Florianópolis; mesmo contida em pequenos perímetros conforme observado na área continental.

Desconexo das reais questões que permeiam a cidade, o PD elaborado naquele momento torna-se um documento obsoleto em seu rigor técnico.

Com a alteração no panorama político brasileiro e considerando-se a conjuntura econômica mundial, a cidade caminha para uma exploração de sua imagem turística nas décadas subsequentes, abrindo-se a uma franca especulação imobiliária.

### **2.1.5 Do final do século XX ao século XXI: acirra-se a ocupação, melhora-se a imagem**

---

<sup>132</sup> Sobre copresença: Gomes (2002, p. 163); Lofland (1989, p. 19), nesse caso falando sobre “*the public realm*”; e Santos (1994b, p. 83 *apud* QUEIROGA, 2001, p. 277): “A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A copresença ensina aos homens a diferença. Por isso a cidade é o lugar da educação e reeducação.”

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI assistem à consolidação da ocupação urbana que foi sendo delineada ao longo do século XX. Amplia-se a urbanização da ilha rumo aos núcleos históricos e áreas próximas ao centro e ratifica-se sua polinucleação<sup>133</sup>. Rumo ao norte, reforça-se a ocupação “em decorrência do fortalecimento do potencial de lazer e do setor turístico” (PIMENTA, 2005). E as áreas de risco ocupadas ilegalmente acentuam-se, tanto entre a população de alto poder aquisitivo quanto entre os estratos mais pobres (PIMENTA, 2005, p. 47)<sup>134</sup>.

Essas alterações ratificam as que foram sendo elencadas, com relação à localização e aos usos e funções dos espaços públicos em Florianópolis, sobretudo no que se refere aos espaços vividos. A partir de tais constatações, observa-se que a tabela proposta no PD elaborado na década de 1990, que descreve as áreas verdes com relação a seus usos, denominações, áreas e raios de abrangência, já proposta em outros dispositivos legais anteriores, é abstrata e distante da realidade (ver capítulo 3). Portanto, quando da elaboração dos planos<sup>135</sup>, as práticas sociais não são de todo compreendidas ou não são levadas em consideração por interesses diversos. Esse plano será discutido no próximo item, mas cabe enfatizar que a ação da PMF e as políticas públicas de fomento ao espaço público não conseguiram compreender e conhecer seus resultados espacializados em praças.

Essa é uma lacuna em relação ao pensar e ao intervir na cidade, que colabora para mitigar interesses específicos. O *Plano Diretor dos Balneários* é aprovado na década de 1980, apesar da tendência a loteamentos de veraneio desde as décadas de 1950, 1960 (sobretudo Canavieiras e Jurerê) e 1970 (sobretudo Daniela e Pântano do Sul), ressaltando-se o descompasso entre o planejamento e a ocupação real.

---

<sup>133</sup> Segundo Pimenta (2005, p. 41), a partir de 1960, os distritos da Lagoa da Conceição, do Ribeirão da Ilha e de Santo Antônio de Lisboa apresentam altos índices de ocupação. A partir da década de 1980, as localidades de Ribeirão da Ilha, Campeche e Pântano do Sul assumem tal função: “As áreas próximas, como Lagoa da Conceição e Santo Antônio de Lisboa, continuam sendo favorecidas, enquanto o distrito sede apresenta declínio de suas taxas de crescimento, sobretudo entre 1970-1991”. A expressão “polinucleada” foi resgatada em Lago (1996).

<sup>134</sup> No que concerne à ocupação do Aglomerado Urbano pela população de baixa renda, indica-se Pimenta e Pimenta (2005a). Já no entorno do Maciço Central, sugere-se Pimenta e Pimenta (2005b).

<sup>135</sup> Exemplo emblemático das inconsistências entre plano e cidade é o fato de o plano excluir a possibilidade de conversão das áreas onde massivamente habitam os estratos sociais menos favorecidos para AIS, ao mesmo tempo que, em encostas de morros e mangues, condomínios e loteamentos para alta renda são aprovados (PIMENTA, 2005).

A avaliação da eficácia do planejamento municipal de Florianópolis mostra a distância existente entre as intenções dos planejadores e a exequibilidade de suas propostas: há uma velada discordância dos políticos com relação às propostas técnicas, pois a realização de obras municipais caminhou em outro sentido, adaptando-se mais às demandas de curto prazo que aos horizontes mais largos dos planejadores. Por outro lado, os planos diretores revelaram sempre os equívocos decorrentes da separação entre proposição e execução, entre planejamento e implementação, entre o técnico e o político ao superestimar a capacidade de realização de obras e a disponibilidade de recursos para elas. Finalmente o Estado privilegiou as classes médias no oferecimento de recursos públicos, atendendo demandas de grupos sociais mais fortes e organizados. (VAZ, 1991, p. 55).

Esse período também é marcado por movimentos internacionais que buscam no “verde” a reconciliação entre o homem e o meio. É nessa conjuntura que surgem os famosos números de doze metros quadrados de área verde por habitante<sup>136</sup>, padrão estabelecido pela OMS, mas que ela não reconhece, enquanto as praças – entendidas como áreas verdes de usos comuns – passam ao discurso oficial e ganham destaque, sobretudo a partir da década de 1990.

Esse processo não pode ser analisado sem que, ao mesmo tempo, sejam revisitadas as novas práticas referentes à vida urbana, manifestadas de diversas maneiras. Citando Gomes (2002, p. 182, 188), o “emuralhamento da vida social” e “o crescimento das ilhas utópicas”<sup>137</sup> são sintomáticas de “um recuo da cidadania” na cidade contemporânea. Um breve olhar no quadro 5 revela, pelo número de condomínios fechados aprovados entre 1980 e 2010, a escolha por um modelo que vincula não somente uma proposta arquitetônica para moradia mas também um impacto no entorno e na vida urbana<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> O IPUF (1996, p. 80) utiliza tal índice. Já Cunha (2002, p. 55) apresenta a não vinculação desse índice com a OMS – a autora realiza uma importante reflexão sobre essa temática.

<sup>137</sup> “[...] a um simulacro da condição de cidadania. Recusa-se dessa maneira a conviver dentro da sociedade variada e multifacetada. Confunde-se sociedade com homogeneidade.” (GOMES, 2002, p. 187).

<sup>138</sup> Recomenda-se a entrevista de Christian Dunker, intitulada *A indústria do sofrimento é uma poderosa força econômica* (VELOSO, 2015).

Data desse período a inauguração de seis dos maiores *shopping centers* da Grande Florianópolis: três localizados na ilha (1993, 2006 e 2007), um no Continente (2012), um na Palhoça (2010) e um em São José (1982). São modos de vida não restritos a Florianópolis que vão sendo agregados ao processo de urbanização e que, em certa medida, ressignificam a vida urbana coletiva.

Quadro 5 - Florianópolis: loteamentos e condomínios aprovados entre os séculos XX e XXI, com destaque para as décadas de 1980 a 2010.

Ano	Loteamento			Condomínio		
	Ilha	Contin.	T	Ilha	Contin.	T
1940	22	17	39	-	Dno	-
1950	46	57	103	-	Dno	-
1960	32	22	55	-	Dno	-
1970	27	20	47	3	-	3
1980	22	8	30	70	1	71
1990-1996	9	dno*	9	26	1	27
2000-2012	35	2	37	127 <sup>139</sup>	1**	128

Fonte: SUGAI (1994), Oliveira (1999), Gebara (2008) e SUSP (2014).

\* dno – dado não obtido; \*\* entre 2000 e 2007.

Ao mesmo tempo que ocorre uma tendência à escolha pela individualização<sup>140</sup>, sobretudo no que tange ao morar e à convivência restrita a espaços privados (*shopping centers*), as praças passam a ser valorizadas no discurso e através de algumas ações práticas.

No subcapítulo 4.3 serão apresentados documentos elaborados pelo IPUF que visavam, sobretudo a partir da década de 1990, reconhecer e compreender a dinâmica relativa aos espaços públicos, incluindo as praças, pois dali em diante acentuam-se os processos vinculados à busca pela adoção e fomento da parceria com o setor privado para manutenção das áreas públicas.

A possibilidade do contato interpessoal público, oferecida pela praça, ainda permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais do cotidiano até as manifestações cívicas. A praça, enquanto espaço do ócio e mesmo do comércio, potencializa a razão comunicativa e uma noção de identidade

<sup>139</sup> Dados extraídos de tabela de Marila Gebara (2008, p. 61), relativos somente à ilha.

<sup>140</sup> Para Cunha (2002), a partir do processo de verticalização da década de 1970, dada a insegurança, o lazer passa a ser concebido dentro dos lotes nos conjuntos para classes médias e altas.

urbana que dificilmente o lazer na esfera privada poderia proporcionar. (QUEIROGA, 2001, p. 6)<sup>141</sup>.

Outro dado fundamental é o número de loteamentos aprovados a partir dos anos 2000, somando 37, mas com uma área muito superior às das décadas anteriores, na ilha e no continente<sup>142</sup>. Desses, somente dois são no Continente, especificamente no bairro Monte Cristo – foi encontrada a área de somente um, que apresenta, aproximadamente, 6.700 m<sup>2</sup>. Na ilha, a tendência observada indica uma ocupação rumo ao norte e ao leste. Ao norte, somam em área mais de 2,6 milhões de m<sup>2</sup>, distribuídos em 15 loteamentos aprovados. Para leste foram aprovados 10 loteamentos, somando 1,354 milhão de m<sup>2</sup>. Para o sul e o oeste, foram aprovados dois loteamentos, somando, respectivamente, 491 mil m<sup>2</sup> e 126,5 mil m<sup>2</sup>. No distrito sede, área insular, foram aprovados cinco loteamentos, somando 328 mil m<sup>2</sup>. Somadas, essas áreas resultam num banco de AVL considerável para ser revertido em espaços públicos. Esses dados, somente de 2000 a 2014, demonstram que a quantidade de áreas públicas denominadas praças existente, se comparada à trajetória de aprovação de loteamentos apresentada por Sugai (1994) e Oliveira (1999), que realizaram estudos até a década de 1990, está aquém das áreas verdes reconhecidas como espaços públicos atualmente. Esse é um descompasso que poderia ser revertido em benefício da população, através do reconhecimento de demandas comunitárias e da localização dessas áreas, problema já assinalado anteriormente:

Florianópolis sofreu um acelerado crescimento, nas últimas décadas, caracterizado por um forte adensamento urbano e a criação de áreas verdes efetivas não se deu na mesma velocidade da verticalização edílica e em correspondência ao aumento da população sofridos na cidade. (CUNHA, 2002, p. 68).

---

<sup>141</sup> Assim o autor se propõe a estudar a praça: “A praça não apenas como forma espacial, um objeto, mas como forma-contéudo, como um subespaço, um subsistema indissociável de objetos e ações. Discute-se, neste contexto, a natureza da praça na contemporaneidade, do espaço público, da cotidianidade nestes lugares.” (QUEIROGA, 2001, p. 5).

<sup>142</sup> Conforme tabela recebida da SUSP em 15/10/2014. Para a análise, as regiões foram divididas por proximidade, conforme os bairros que apareciam na tabela. Assim, no sul constam os bairros: Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul. No norte: Ingleses, Jurerê, Vargem do Bom Jesus, Canavieiras, Cachoeira do Bom Jesus, São João do Rio Vermelho e Rationes. No leste, foram considerados Campeche, Rio Tavares, Morro das Pedras e acrescentamos a Lagoa da Conceição. No oeste, Cacupé e Santo Antônio de Lisboa. Consideramos como Distrito Sede Ilha: Córrego Grande, Saco dos Limões, Itacorubi e acrescentamos o Saco Grande. No continente, somente Monte Cristo.

Se, por um lado, o banco de áreas verdes – gerado pela porcentagem de áreas públicas deixadas pelos loteamentos para serem revertidas em AVV e AVL – não for reconhecido e apropriado; e, por outro, o processo de apropriação privada de áreas públicas que o trabalho de campo revelou<sup>143</sup> não for interrompido, a constatação de Cunha (2002) em relação à carência de áreas públicas efetivas na área central poderá ser generalizada para toda a cidade.

Mesmo brutos, os dados dos loteamentos coletados mostram – ainda que em hipótese, pois essas áreas não foram mapeadas – a tendência da ocupação não mais para segunda residência, mas, sim, para moradia de áreas distantes do centro, muitas delas próximas às praias. Somente em Jurerê foi aprovado quase um milhão de m<sup>2</sup> (971). Esse processo remonta à trajetória de ocupação territorial, sobretudo do último século.

A cidade se divide, ao longo do século XX, entre o centro tradicional e suas praias e áreas balneáveis. Oliveira (1999) esclarece que, mesmo havendo distinção entre os documentos legais relativos ao Plano Diretor do Distrito Sede e o Plano Diretor dos Balneários<sup>144</sup>, a cidade “fragmentada” conforma-se dentro do mesmo processo, sendo, portanto, uma única cidade.

A ocupação nos balneários e no interior da ilha, nas décadas de 1970 e 1980, remontava à ocupação particular, gerada pelos processos de loteamentos e pelas áreas urbanizáveis, previstas nos planos. O diagnóstico realizado para o Plano Diretor dos Balneários, de 1984 (IPUF, 1984), revelava que, no início da década de 1980, cerca de 92% dos lotes ainda não haviam sido ocupados. Considerando-se que o primeiro loteamento remonta à década de 1950 e o documento é publicado na década de 1980, resgata-se a consolidação de um parcelamento que se ainda não possuía infraestrutura condizente, ao menos já indicava os traços de uma ocupação futura.

O quadro 6, construído com dados do Plano Diretor dos Balneários, mostra o que se passava nessas áreas. É importante perceber como o documento, em diversos momentos, encaminhava suas reflexões para a “vocação turística” das áreas balneárias.

---

<sup>143</sup> Esse processo já foi revelado pelos documentos do IPUF, demonstrando que alguns técnicos estão cientes e preocupados com essa apropria o indevida (IPUF, 1996, p. 80), e por Oliveira (1999, p. 133), quando a autora fala da apropria o de arruamentos deixados nos loteamentos em áreas balneárias.

<sup>144</sup> Abrange cerca de 90% do território insular, tendo sido aprovado em 1985 (IPUF, 1996).



O mesmo documento sinaliza infraestrutura precária, tanto na oferta de água quanto na coleta de esgoto e lixo, passando pelo transporte público. Quanto ao lazer e recreação, poucas são as indicações para equipamentos de usos comunitários para a população local, apontando, praticamente, o fomento de áreas e usos vinculados ao turismo e às praias. Apresentava a possibilidade de implantação de um parque na Lagoa e de quadras esportivas próximas aos pequenos núcleos da Lagoa e do Ribeirão – denotando usos para a população residente.

Quadro 6 - Ocupação das áreas balneárias.

Balneário	Processo de ocupação
Canasvieiras	“o Balneário mais acessível da Costa Norte, <b>tendo um maior desenvolvimento urbano e de serviços, o que fez com que, aliado à sua posição geográfica, polarizasse toda a região, funcionando quase como um minicentro de serviços.</b> ”
Daniela	Por sua formação física não permitia uma densa ocupação e à época “já está comprometida pela implantação de um loteamento”.
Ponta Grossa Ponta das Canas, Lagoinha e Cachoeira do Bom Jesus	“pequenos núcleos pesqueiros e agrícolas” por possuírem pequenas praias estão sendo ocupados gradativamente à medida que melhoram os acessos, mas merecem cuidados especiais dado o pequeno porte de suas praias. Ingleses e Santinho apresentam estrutura incipiente, basicamente e linear mas que estão sendo “paulatinamente transformados em balneários”.
Lagoa da Conceição	“teve grande poder de atração, pois além de sua beleza era rica em camarões, e suas águas calmas até hoje são muito apreciadas pelos banhistas. Acrescenta-se a isto a sua proximidade ao centro, o que fez com que cada vez mais <b>aparecessem residências de uso sazonal que se mesclavam com as dos moradores fixos. [...] pode ser considerada como área de expansão da cidade, tornando-se um bairro de Florianópolis.</b> E muitas das casas, outrora de uso sazonal, estão se transformando em residência fixa de moradores vindos do Centro. <b>Poderia também ser caracterizada como bairro gastronômico [...]</b> ”
O canto da Lagoa	à época do estudo era ainda uma área de residentes, com pouca interferência externa “possuindo um pequeno comércio de atendimento local”
São João do Rio Vermelho	Estrutura fundiária típica da ilha, “Aproximadamente 40% das casas são antigas, caiadas ou de pau-a-pique, havendo também vários engenhos. Todas as edificações são térreas, não havendo casas de veraneio na área.”
Barra da	é o maior núcleo pesqueiro da ilha, com uma estrutura

lagoa	fundiária não muito definida e <b>que vem sendo retalhada por pequenos lotes</b>
Rio Tavares	“ao longo da SC-405, a partir do entroncamento com a Avenida Jorge Lacerda (ligação Centro-Aeroporto) <b>está havendo uma expansão urbana indevida, através do aterro das áreas do mangue lindeiro ao acesso.</b> ”
Campeche	entre a ocupação em torno da Igreja de São Sebastião do Mato de Dentro e entorno do campo de pouso; no Pontal está a maior parte das casas de veraneio.
Alto Ribeirão e Tapera	ocupação linear e densa – população residente. ‘A tapera é um pequeno núcleo vizinho à Base Aérea [...] nem sempre atendida pelo sistema viário’; os veranistas, 50% da população, localizam-se próximo à praia; <b>o restante mora próximo à Base.</b> De ocupação antiga, o Ribeirão da Ilha possui uma série de equipamentos urbanos, constituindo-se um núcleo de ocupação, ainda que resguarde seu centro histórico. “... o eixo Ribeirão-Caieira é uma área que devido ao forte declive do relevo e às suas características históricas torna-se de certa forma frágil, não comportando uma ocupação muito densa, que destruiria todo seu potencial atrativo. De modo que não é interessante ocorrerem incrementos que propiciem uma dinamização na ocupação de área. <b>Esta, pela sua beleza, deveria ser aproveitada como estrada de passeio turístico, tendo como suporte equipamentos tipo restaurante.</b> ”
Armação da Lagoinha	“A área situada entre a praia e o Rio Sangrador começou a ser urbanizada a partir de um loteamento gerando ocupação essencialmente de veraneio. A população local, por sua vez, foi se localizando do outro lado do rio, [...] <b>onde se encontra todo o equipamento comunitário.</b> Devido ao tipo de ocupação, aí não houve a formação de núcleo, sendo que os equipamentos encontram-se espalhados, havendo a inexistência de praças.” Apresentava à época um número de equipamentos turísticos entre restaurantes, lanchonetes e barracas de usos temporários.
Pântano do Sul e Costa de Dentro	O pântano tem uma ocupação densa, marcada por pequenas servidões com poucos afastamentos rente à praia. “A Costa de Dentro tem características bem rurais, no entanto <b>existe próximo à praia um loteamento que induzirá a ocupação veranista.</b> ”

Fonte: Adaptado de IPUF (1984, grifo nosso).

O mesmo documento sinaliza infraestrutura precária, tanto na oferta de água quanto na coleta de esgoto e lixo, passando pelo

transporte público. Quanto ao lazer e recreação, poucas são as indicações para equipamentos de usos comunitários para a população local, apontando, praticamente, o fomento de áreas e usos vinculados ao turismo e às praias. Apresentava a possibilidade de implantação de um parque na Lagoa e de quadras esportivas próximas aos pequenos núcleos da Lagoa e do Ribeirão – denotando usos para a população residente.

Em certa medida, o texto final, no que se refere às diretrizes gerais, descarta todo o levantamento anterior, inclusive nas demandas comunitárias, ao preconizar as noções gerais para as diretrizes dos balneários: a vocação e o potencial turístico extraordinário do interior da ilha e das áreas balneárias, submetidos ao processo de ocupação que, ao colocar em risco o sistema natural, poderia comprometer o turismo como “atividade geradora de riqueza para o município.”

Em linhas gerais, esse processo de fragmentação relacionado a uma maior segregação urbana, com a crescente influência dos setores imobiliário e turístico em Florianópolis, representa o terceiro modelo apresentado por Massiah (2013): “*Le modèle de l’ajustement structurel et l’espace fragmenté*”, representando uma tendência do ocidente.

O autor esclarece que, a partir de 1980, inicia-se a “fase neoliberal preconizando um ajustamento das economias e das sociedades ao mercado mundial.” (MASSIAH, 2013, p. 51, tradução nossa). Essa fórmula repete-se nos dois hemisférios, e “[...] le ‘*modèle urbain libéral mondial*’ concrétise le *modèle néo-libéral*”. No que se refere às cidades, esse modelo urbano liberal amplia a degradação nas condições de habitação, desenvolvendo-se ainda mais as favelas.

Os problemas que decorrem desse processo induz à “emergência de políticas urbanas alternativas” (MASSIAH, 2013, p. 57). Particularmente, duas apresentadas pelo autor são observadas em Florianópolis: a proposição das Agendas 21 e o Orçamento Participativo<sup>145</sup>. Uma abertura, ainda que em processo, à participação e à possibilidade de ampliação dos espaços públicos políticos, articulando movimentos sociais e sociedade civil.

Segundo Massiah (2013), aumenta-se a insegurança, nos âmbitos social, ecológico e cívico, induzindo-se a busca por condomínios e loteamentos retirados (e mais: o convívio em *shopping centers*), fator crescente em Florianópolis, como já exposto. Nas palavras do autor, outras práticas espaciais, acompanhadas por “*Elle [a crise urbana] la traduit dans la fragmentation de l’espace et la polarisation par la place*

---

<sup>145</sup> Alguns resultados das discussões da Agenda 21 para Florianópolis e do Orçamento Participativo para 2014 são apresentados no subcapítulo 4.3 e no Apêndice A.

*des couches dominantes et leurs vision de l'espace urbain.*” (MASSIAH, 2013, p. 53).

Ao mesmo tempo, na década de 1980, o Brasil assiste a um processo de redemocratização política “sem alma social”, portanto formal, mas sem alterações nas bases econômicas e sociais – fundamental ao modelo neoliberal, segundo Sader (2010). Essa “redemocratização sem alma” não contribuiu para políticas urbanas capazes de mitigar a ruptura com a segregação e a fragmentação que vinham sendo observadas nas cidades brasileiras. Portanto, ampliou ainda mais a fragmentação do espaço urbano e o Estado assumiu mais uma vez os interesses de determinados setores.

No estado de Santa Catarina, a partir de processos de expulsão de produtores rurais, a migração de contingentes populacionais acentua-se, ao mesmo tempo que o valor da terra na ilha aumenta consideravelmente.

Muitas áreas cujo uso se fazia pela construção de residências de populações de baixas rendas começam a ser disputadas por classes médias que não têm mais acesso às zonas mais privilegiadas. Aos mais pobres cabe escolher entre a periferia continental e as áreas de preservação próximas ao centro da cidade. (PIMENTA; PIMENTA, 2005a, p. 6).

Em paralelo, Pimenta (2005, p. 44) retrata a ilegalidade na ocupação, a qual acaba sendo aceita: “dois processos de ocupação do solo que coexistem durante várias décadas” – por um lado, “a cidade feita através de loteamentos nem sempre legítimos, mas legais”, e, por outro, “mesmo não sendo respeitadas as determinações do plano, algumas intervenções se consolidam de fato, como, por exemplo, a ocupação de áreas de uso público pelas classes mais favorecidas.”

Ao mesmo tempo, para aqueles que não podem pagar pela cidade legal, cabe a cidade informal, negando-se a eles a cidade como possibilidade de participação, de tomada de decisões nos rumos da cidade e de fruição. Falar, portanto, na construção de espaços públicos em Florianópolis, na cidade contemporânea que está posta, é resgatar tanto a abertura à participação quanto a busca por espaços plurais e menos excludentes, ampliando os espaços de inclusão. Ao prefaciá-lo livro *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 2008, p.11), Sérgio Martins argumenta:

Numa sociedade como a nossa, onde prevalece essa aridez de democracia concreta, onde as

possibilidades de superação por nós mesmos engendradas são parcamente realizadas, ou mesmo tornadas impossíveis em nome de uma devoção cega e nauseante ao mundo da mercadoria [...].

Segundo Lefebvre (2008, p. 130): “Os poderes têm sua estratégia, os aparelhos têm seus interesses, que muito frequentemente relegam ao segundo plano essas questões essenciais.” Nesse mesmo panorama de interesses, cabe destacar as políticas públicas voltadas à habitação de interesse social, as quais, em Florianópolis, não fugiram à regra nacional. Deram-se através de uma “recusa do Estado em pensar na integração das habitações populares através de políticas fundiárias mais justas”, de modo que “o Estado institucionaliza a precariedade sob o manto da pretensa inclusão social e urbana” (PIMENTA; PIMENTA, 2005a, p. 7)<sup>146</sup>.

No Aglomerado Urbano de Florianópolis, devido a este predomínio de conjuntos tipologicamente formados por casas, os novos bairros assim constituídos se espalharam pelas periferias continentais, onde o preço da terra era muito mais barato do que na parte insular do conjunto urbano, onde a concorrência pelo uso do solo por residências secundárias, junto às praias e às áreas próximas, já encarecia a terra e, evidentemente, encarecia também a terra estocada das grandes planícies nas partes centrais da ilha, entre as praias. (PIMENTA; PIMENTA, 2005a, p. 2).

Entre os casos emblemáticos estão a Vila Cachoeira e o Chico Mendes, áreas de assentamento para população de mais baixa renda, que não possibilitaram a inserção da população realocada de áreas de risco no entorno. Contudo, convém salientar que esse tipo de intervenção reforça ainda mais o processo de fragmentação descrito e não particular de Florianópolis, mas praticado em âmbito nacional, criando “excluídos

---

<sup>146</sup> Para facilitar a visualização do panorama, busca-se amparo em Faccio (1997, p. 135): “Na Ilha foram implantados, pela COHAB-SC, dois conjuntos habitacionais: Monte Verde e Parque da Figueira, localizados no bairro Saco Grande. Mas a grande maioria dos conjuntos habitacionais populares foram localizados no continente. O Bela Vista, localizado em São José, próximo à BR-101, é o maior e mais antigo conjunto habitacional. Foi construído em várias etapas, somente a primeira, construída no final da década de 60, possuía cerca de mil moradias unifamiliares. Na área conhecido como “Pasto do Gado”, nos limites dos municípios de Florianópolis e São José, próximo à via Expressa, foram construídos os conjuntos habitacionais Promorar, Monte Cristo (lotes urbanizados), Sapé e Panorama, a maioria construídos na década de 80.”

da cidade, às portas do urbano”. (LEFEBVRE, 2009, p. 102). Tais situações não passam despercebidas pelas análises realizadas e contidas nos documentos oficiais, mas nem sempre se transformam em propostas:

[...] onde existe maior densidade populacional não há contato direto com a faixa litorânea adequada, elevando as áreas de praças e parques ao nível de único suporte para o convívio comunitário.

**Os espaços públicos costumam ser privilegiados em localização e situação geográfica.** Em Florianópolis, por falta de atenção sistemática dos segmentos organizados da sociedade, a maioria deles reveste-se de condição imprópria ao **aproveitamento integral pela população**. Assim há a necessidade de um plano de recuperação desses espaços, dentro de uma ação de parceria do poder público e da sociedade organizada, de forma a revitalizar as práticas de convívio social, agregando-se, com tal procedimento, ações de educação, segurança, saúde, esporte e lazer. (PMF, 2000, p. 207, grifo nosso).

Em certa medida, a produção de espaços públicos reproduz essas situações, seja no excesso de visibilidade dada a algumas áreas, tanto pela sua localização quanto pelas campanhas realizadas, seja pela ausência ou pouca interferência em áreas de renda mais baixa, demonstrando o outro lado do mesmo processo – os dois grifos na citação anterior refletem essa constatação. Cabe ressaltar que, no avançar dos anos 2000, algumas iniciativas, como a construção da praça na Costeira, ou a praça inaugurada próxima ao conjunto Chico Mendes (ambas discutidas no capítulo 4), ampliam a discussão sobre a oferta de espaços públicos, mas não necessariamente de inclusão na cidade formal, processo esse observado ao longo da história e que, em momentos específicos, levou à “deterioração de áreas centrais”.

Convém lembrar que o processo de expulsão dos pobres do centro, já mencionado, é observado desde o final do século XIX e ocorre, sobretudo, no século XX, desde suas primeiras décadas. A cidade altera-se socioeconomicamente, com desdobramentos em sua estrutura física, a partir da formação de uma classe de comerciantes (SANTOS, 2009), o que se reflete na utilização das ruas centrais e no entorno próximo ao Mercado e à Praça XV. Padrões são estabelecidos e grupos começam a ser expulsos simbolicamente e fisicamente do convívio –

ainda que necessários à manutenção da vida urbana. Esse movimento tem sido, de certa maneira, sentido no caminho inverso, através da “deterioração da área central”. Essa é uma discussão importante na constituição do espaço público na cidade contemporânea, levantada, entre outros, por Gomes (2002, p. 185)<sup>147</sup>, quando trata dos espaços centrais como “passarelas para o espetáculo da pobreza”, ao mesmo tempo que foi observado pelo IPUF:

É preocupante a substituição do comércio sofisticado por pequenas lojas de produtos baratos ou serviços de alimentação, e a proliferação de mendigos e camelôs, na medida em que isso faz com que **clientes de maior poder aquisitivo iniciem o processo de comprar somente no shopping**. Se essa tendência continuar, **o Centro começará a ser visto como inseguro, mais pessoas passarão a residir nos bairros e Balneários**, os valores imobiliários cairão, e **a imagem negativa aumentará, e a degradação total será inevitável** (IPUF, 1996, p. 62, grifo nosso)<sup>148</sup>.

A citação acima é importante porque demonstra parcialidade na análise. O texto data da década de 1990, e o que se observa, além de um maior número de moradores de rua, é que a dinâmica cotidiana no centro se mantém. Portanto, ao mesmo tempo que se cria uma imagem de um centro deteriorado que não corresponde à realidade, justifica-se a realização de projetos arquitetônico-publicitários – como o Concurso lançado para o Largo do Mercado (2010). Apesar da visão estreita da citação acima, em muitos momentos os contrastes foram negados:

Na grande Florianópolis, embora o fenômeno tenha as mesmas origens e a mesma natureza e até se aproxime na proporção e quantitativamente ao processo similar desses e de outros centros urbanos, **a lista de indesejáveis acompanhantes do processo de urbanização é bem menor e não**

---

<sup>147</sup> Como um dos resultados do “emuralhamento da vida social”, o autor esclarece que os espaços comuns são apropriados por aqueles que não têm “meios para reproduzir privadamente esse estilo de vida”, resultado do “abandono dos espaços comuns e dessa recusa em compartilhar um território coletivo de vida social.” (GOMES, 2002, p. 184).

<sup>148</sup> Cabe ressaltar a assertiva sobre a pluralidade de usos da praça: “O sistema de usos realizados nas praças sempre foi diversificado, complexo, por vezes contraditório, mas majoritariamente ligado à esfera de vida pública. Mesmo o comércio, as feiras, os camelôs, ao se instalarem nas praças, possuem um caráter público dado pela ampla acessibilidade ao lugar (relativa, evidentemente, aos diferentes graus de liberdade social de cada período, de cada formação social).” (QUEIROGA, 2001, p. 57).

**se fazem sentir em escala e intensidade.** Pois enquanto as massas e emigrados das grandes cidades vão na melhor das hipóteses engrossar as fileiras de subempregados, aqui **os emigrados vem sendo absorvidos nas muitas frentes de trabalho** que sustentam o acelerado crescimento de Florianópolis nestes últimos 6 ou 10 anos. De um modo geral, quer dizer que as massas recém-chegadas que vêm compor o núcleo urbano da Grande Florianópolis foram **incorporadas produtivamente a uma atividade econômica em franca expansão**, o que lhes permite ocupação imediata e comum a todo processo de urbanização. Uma coincidência permitiu que ao instante do advento de alguns milhares de emigrados, uma atividade econômica de porte – a construção civil – estará necessitada de alguns milhares de braços. (COLAPSO, 1977, p. 33, grifo nosso).

Tanto o trecho apresentado pelo documento do IPUF quanto o excerto acima revelam uma visão específica sobre a cidade, não compreendendo o processo como um todo na primeira citação ou sendo parcial na segunda, embora o pensamento vigente à época e o contexto fossem outros, o que se evidencia pelas datas de publicação.

Isso posto, cabe apresentar que se amplia para dois os novos personagens constantes nos espaços públicos de Florianópolis: o morador de rua e o espectador. Segundo Vaz (1991, p. 54), surge um novo papel até então não desempenhado nos espaços públicos da cidade, sobretudo nas áreas centrais: o espectador, geralmente um turista, com pouca relação com esses locais, coincidindo com o momento de maior abertura da ilha ao turismo.

As praças, sobretudo as centrais, em estreita relação com a vida urbana, passam a ser invadidas por turistas – o mesmo acontecendo com o centro das antigas freguesias, mormente Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. A interferência desses “espectadores” ou “usuários urbanos” vai além:

A presença de usuários urbanos não residentes não se expressa apenas pela obviedade e imediatismo que frequentemente se reconhece num turista, deslumbrado com o que parece ver pela primeira vez, com sua máquina fotográfica a tiracolo, saindo de um ônibus onde a expressão “tour” se destaca. Não se expressa, também e



somente, pela nitidez da distinção de engravatados “viajantes”, movimentando-se rapidamente para reduzir custos de permanência.

Em verdade, a grandeza de usuários urbanos não residentes se confunde com a densidade urbana, em tudo aquilo que evoca, como no aspecto circulatório [...], na diversidade e intensidade de hotéis, bares, restaurantes, postos de abastecimentos de combustíveis, na efervescência de estações rodoviárias, aeroportos, nos interiores das repartições públicas e das empresas privadas. [...] sutis e profundos [ seus efeitos] na própria estruturação urbana [...] implicam em pressões sobre o uso do solo urbano. (LAGO, 1996, p. 20-21).

São questões que interferem na construção do espaço público, pois a morfologia urbana se molda, por um lado, para se adequar à economia do tempo livre (LAGO, 1996, p. 23) nos bairros de segunda residência e de turismo balneário e, por outro, para a produção do espaço urbano destinado ao cotidiano da cidade, entre capital do estado, cidade universitária e, sobretudo, espaço do habitar (e não do *habitat* simplesmente)<sup>149</sup>, com todas as suas contradições.

Portanto, há intervenções urbanas que qualificam os espaços públicos, adquirindo um duplo sentido: “O princípio se apoia na ideia de que a melhoria da qualidade de vida urbana valoriza a imagem e a atratividade das cidades, as áreas verdes servindo a esse fim.” (SERPA, 2011, p. 91). Concomitantemente, há intervenções urbanas que atingem determinadas situações, como a Praça da Costeira e a Praça próxima ao Chico Mendes, além da reforma em praças dentro dos bairros, muito mais próximas ao cotidiano da população (ver capítulo 4).

---

<sup>149</sup> No que concerne à diferença entre *habitar* e *habitat*, recorremos a Lefebvre: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como o direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à disposição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático sensível.” (LEFEBVRE, 2009, p. 118). “O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao *habitar*. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (LEFEBVRE, 2009, p. 134). “[...] considerada neste nível, a cidade se compõem de espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes ou pequenos. Tanto isso é verdade que o ‘*habitat*’ não constitui a cidade e que ela não pode ser definida por essa função isolada.” (LEFEBVRE, 2009, p. 66).

O período final do século XX e o início do século XXI demonstram como os usos dos espaços públicos foram se transformando ao longo do tempo em paralelo às modificações espaciais, desde o início da implantação do núcleo urbano que originou a cidade e onde, hoje, está o centro. Tais usos variaram em decorrência da alternância do deslocamento das diversas camadas sociais (que fizeram a história de cada época) dentro da malha urbana que cresceu, a princípio muito lentamente, e a partir do século XX, adquiriu um dinamismo maior na sua forma de se expandir. No período dos últimos vinte anos, essa área central sofreu uma significativa alteração na sua paisagem e em particular nos seus espaços públicos, o que implica nos seus modos de uso. (CUNHA, 2002, p. 2).

Ao ampliar o perímetro do trabalho de campo para a análise<sup>150</sup>, com relação à citação acima, é oportuno retomar a assertiva da praça como “o lugar mais democrático urbano”.

No entanto, restringe-se a poucos exemplares encontrados atualmente em Florianópolis, circunscritos a pontos específicos da ilha e do continente, se considerados em sua singularidade. Mas, se analisados em conjunto, tal constatação é fundamental, porque a julgar pelas diferentes vocações e usos dados às praças e pelas distintas situações locais, os conflitos e as ambiguidades são reiterados.

Ao buscar recuperar as praças e as áreas de encontro da cidade, a partir da década de 1980 (iniciando um pouco antes no final da década de 1970), sobretudo a partir da criação do IPUF, campanhas e planos começam a ser traçados, mormente no tocante à área central da cidade, desde “corredores culturais” (1981), “projeto de calçada para a Travessa Ratclif” (1984), *Plano de Reestruturação Urbana da Área Central* (1988), *Plano de Humanização da Área Central* (1990).<sup>151</sup>

Concomitantemente, busca-se a parceria da iniciativa privada para mantê-las. O processo de adoção das praças inicia-se em 1987, através da Lei 2.668, regulamentada pelos Decretos Municipais nº 106, de 10 de maio de 1988, e 195, de 14 de março de 1997<sup>152</sup>. Inicialmente,

---

<sup>150</sup> Cunha (2002, p. 335), em suas indicações de novas pesquisas, recomendava o estudo de diferentes padrões dos outros bairros e a evolução das áreas públicas nos balneários.

<sup>151</sup> Analisados em Cunha (2002, p. 130).

<sup>152</sup> Com relação ao processo de adoção, na década de 1990: “O processo de adoção de praças mostrou-se inoperante em determinadas áreas públicas.” (CUNHA, 2002, p. 313).

formalizava-se através de um contrato firmado entre o poder público e o adotante. Em 2007, o processo foi revisto e, atualmente, pode ser realizado de duas maneiras: através do Pró-Cidadão e da ONG FloripAmanhã, que cuida dos trâmites entre a FLORAM e o adotante<sup>153</sup>. O fluxograma dos trâmites atuais consta no anexo A desta tese.

Campanhas voltadas para os espaços públicos têm sido lançadas com maior ênfase a partir dos anos 2000. Dentre esses projetos, cabe ressaltar o *Viva Bem Floripa* (2006), que tinha como lema estimular a cidadania (FLORIPAMANHÃ, 2006). Recentemente o *Continente Saudável* (2013), da Secretaria Municipal do Continente, retoma a necessidade premente de um olhar mais aproximado ao espaço público urbano (FLORIPAMANHÃ, 2013). O projeto *Viva a Praça – Projeto de Recuperação e Implantação de Praças em Florianópolis*, lançado pelo IPUF em 2013, amplia a discussão sobre os espaços públicos urbanos e busca fomentar a adoção de novas áreas, contribuindo para o quadro de praças existentes<sup>154</sup>. Cabe lembrar que “O Projeto Viva a Praça também visa a valorizar a arte pública e a alavancar praças em loteamentos populares, neste caso com recursos governamentais.” Entre as propostas desse projeto, encontra-se um elemento que seria fundamental para alterar o quadro atual de desconhecimento sobre o que realmente existe na cidade em termos de praças: a criação de uma “Comissão de Praças e Espaços Públicos”, com a participação de diversos órgãos públicos municipais e da sociedade civil. Essa comissão seria responsável por agilizar os trâmites legais e analisar os projetos propostos, mesmo quando elaborados pelo poder público, o que qualificaria aquilo que vem sendo ofertado.

A iniciativa privada também se aproxima desse processo, como o projeto *Boa Praça* (2012), lançado por uma empresa privada<sup>155</sup> em parceria com o poder público, com obras desde 2003. Outras parcerias público-privadas também vêm sendo lançadas (BECKER, 2010; FLORIPAMANHÃ, 2011a). Em certa medida, são ações pertinentes, dadas as condições atuais de muitas praças visitadas, e atingem resultados, sobretudo na qualidade estética e de apropriação de usuários do entorno próximo, embora os projetos e as campanhas não evidenciem as prioridades das áreas a serem adotadas, sobretudo não se faz distinção

---

<sup>153</sup> Informações extraídas de visitas à sede da FloripAmanhã e de FloripAmanhã (2011c).

<sup>154</sup> Informações obtidas no evento de lançamento do Programa (29/07/2013).

<sup>155</sup> Informações extraídas do sítio e de material enviado pela própria empresa (Disponível em: <<http://www.koerichimoveis.com.br/mundo-melhor/boa-praca.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015).

entre os setores da cidade<sup>156</sup>. A construção do espaço público permeia essa discussão. Por ser recente, esse processo é de difícil análise, necessitando de um tempo maior para consolidar-se, mas, num primeiro momento, o que se observa são intervenções pontuais, sem aprofundar efetivamente a discussão do espaço público florianopolitano<sup>157</sup>.

Práticas que têm atraído usos para áreas ociosas, tanto no centro como nas praças de alguns bairros, são a promoção de feiras, não somente de gêneros alimentícios mas também de objetos usados, e a possibilidade de fechamento de ruas em momentos específicos para usos variados (OLIVEIRA, 2013). O trecho abaixo, ainda que retratando um contexto não apenas florianopolitano, exemplifica a assertiva ao relacionar condomínios, vida pública e práticas em espaços públicos. Trata-se de um extrato retirado da entrevista realizada por Amanda Veloso com o psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker (VELOSO, 2015):

AV - Depois do ideal de vida murada dos anos 70, 80, 90 e 2000, observamos um desejo de retorno aos espaços públicos, pelo menos para entretenimento (fluxos, parques etc). Por que isso ocorre?

CD - Quermesse, carnaval, Virada Cultural, mesmo o Minhocão. Obviamente, a asfixia e o empobrecimento de uma vida condominial são percebidos pelas gerações mais jovens. Eles olham pra isso e falam “é isso que eu tenho que sonhar? Ter um carrinho parado numa graminha e o vizinho enchendo a paciência? É muito pouco”. Onde é a saída? É o mundo, a rua.

Outra prática observada é a realização de concursos para áreas públicas, como o *Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura e Urbanismo de Requalificação do Largo do Mercado Público* (CONCURSO, 2010), organizado pelo IPUF, e o *Concurso Nacional de Estudos Preliminares de Arquitetura para o vão central do Mercado Público de Florianópolis* (IAB/SC, 2013), organizado pelo

<sup>156</sup> Sobre a “maquiagem” feita sobre áreas existentes: “Não se pode considerar, no entanto, que o efeito ‘maquiagem’ dado às áreas reformadas seja desprezível, pois, ainda que realizadas por razões subtendidas, as intervenções modificam a qualidade do ambiente.” (CUNHA, 2002, p. 314).

<sup>157</sup> Cumpre enfatizar que há ciência dessas deficiências do processo entre os técnicos do Poder Público, que, inclusive, propõem soluções como a criação da Comissão para Praças sugerida pelo projeto *Viva a Praça*. Apontam, também, que se definam os Termos de Compensação Ambiental e Termos de Ajustamento de Conduta, para que possam ser elencadas as prioridades. (IPUF, projeto *Viva a Praça*, 2013).

departamento catarinense do IAB em parceria com o IPUF e promovido pela PMF. Em 28 de janeiro de 2014, também foi lançado o *Concurso Nacional de Arquitetura para Reconstituição do Antigo Trapiche Municipal Miramar* (PREFEITURA, [200?]), cujo edital (não localizado) seria lançado em março do mesmo ano. Os projetos vencedores nem sempre são implantados, o que, de certa forma, faz com que esses concursos aumentem a visibilidade das áreas, embora tragam poucos resultados efetivos.

Outros dois projetos elaborados recentemente também são relacionados à área central – o *Projeto Passarela Jardim* (MATHIAS, 2014) e o *Projeto de Reorganização do Parque Náutico* (ALVES, 2014), ambos apresentados em 2014 e a cargo do IPUF.

Constatou-se que, nesse período, há maior estratificação nos processos e órgãos que atuam nos espaços públicos urbanos<sup>158</sup>. A separação entre ilha e continente se faz sentir administrativamente. O reconhecimento das praças na área continental está sob a jurisdição da Secretaria do Continente<sup>159</sup>, o que dificulta apreender o conjunto total de praças e distingui-las entre ilha e continente. Esse processo não está restrito somente à criação de praças e, conforme demonstrado em vários momentos, reflete-se na própria estrutura socioeconômica espacializada entre ilha e continente, processo reconhecido historicamente:

A ideologia preservacionista em Florianópolis se direciona para a parte insular do Município, deixando o Estreito, a parte continental urbana, um tanto esquecida.

Isso se explica, entre outras variáveis, pela sua menor fragilidade quanto a impactos da urbanização, circunstância que sugeriria tratamento mais prioritário para a expansão urbana na área continental do município [...].

---

<sup>158</sup> “Como foi visto no capítulo IV, os principais órgãos ligados às áreas públicas são o IPUF, a FLORAM, a SUSP e a COMCAP. Entre os conflitos organizacionais mais observados, percebe-se a falta de um setor único municipal de parques e praças que agregue profissionais dos vários órgãos num trabalho conjunto. Nota-se de um modo geral que os trabalhos dos órgãos necessitam de uma maior coesão no que se refere às áreas de lazer, pelo menos.” (CUNHA, 2002, p. 312).

<sup>159</sup> “Para melhor atender aos interesses do subdistrito do Estreito, pela lei n. 767, de 19 de agosto de 1966, foi criada a Secretaria Municipal para Assuntos do Estreito. Em 27 de dezembro de 1985 a Lei n. 2349 transforma esta em Secretaria Regional do Continente, cuja estrutura foi alterada pela Lei n.2826, de 14 de janeiro de 1988, que passou a ser constituída dos seguintes órgãos: Unidade de Apoio, Departamento de Serviço Público (Divisão de Serviços Públicos e Divisão de Fiscalização) e Departamento de Obras (Divisão de Manutenção de Obras e Divisão de Parques e Jardins)”. (SOARES, 1991, p. 21).

O Estreito, mais aberto, menos desterrável, tendeu a se tornar espaço periférico e, até hoje, para o florianopolitano de quase trezentos anos, é como se fosse outra cidade. (LAGO, 1996, p. 156, 234).

Além das campanhas de adoção e revitalização relacionadas a esse período, da construção de alguns conjuntos habitacionais, como o Sapé e o Monte Verde, que geraram espaços públicos – praças próprias –, descobre-se que muitas praças vinculam-se aos esportes (como skate), à implantação de academias e ao lazer infantil. Outras praças implantadas sobre espaços públicos pré-existentes, como as praças sobre o parque Chico Mendes, na Agrônômica, e sobre o parque Dias Velho, no Centro, são demandas comunitárias antigas. São expressivas as praças que surgem ao longo do sistema viário, como as alças na Beira-Mar Norte, algumas rótulas denominadas praças e praças em loteamentos – clandestinos<sup>160</sup> ou legais. Os mapas e tabelas do caderno de mapas expõem a realidade atual e auxiliam na compreensão desse processo em termos qualitativos, quantitativos e locais.

### 2.1.5.1 Em breve

“A satisfação dos desejos x as necessidades mais primordiais”.

Henri Lefebvre

---

<sup>160</sup> Em Oliveira (1999), encontra-se um estudo sobre os loteamentos e condomínios legalizados, mas há expressivo número de loteamentos clandestinos que não seguem os padrões legais – constatado pela autora e respaldado pelo relatório *Florianópolis: problemas e ações* Florianópolis (IPUF, 1996). “O que ocorreu foi uma grande prática de parcelamento de terras sem título de propriedade, ou seja, desmembramentos de posses, ocorrendo todo tipo de problemas inerentes. Por outro lado, as subdivisões dessas glebas são feitas clandestinamente e sem previsões de áreas públicas, já que as mesmas são em sua maioria em terrenos de posse que não permitem a tramitação legal dos parcelamentos. Acresce-se a isso as invasões e posses clandestinas, registradas em cartório de notas, as quais resultam em titulações múltiplas e grilagem de terras, resultando num emaranhado de vias estreitas e sem áreas públicas, o inverso da urbanização adequada que se pretende.” Isso faz com que haja carência de *playgrounds*, praças e parques nas áreas urbanas. Segundo o mesmo documento, nos balneários, essa carência se atenua pelas possibilidades que as praias representam. O documento também detecta a falta de investimentos em equipamentos esportivos, o que, de certa forma, parece ter-se alterado com as academias e as pistas de *skate* existentes na cidade. Foram localizadas quatro pistas públicas de *skate*: na Costeira, na Trindade, no Estreito e no Jardim Atlântico, além de alguns *halfs*, como o localizado na Praça do Meio, através do sítio da Associação de Skate da Grande Florianópolis (Disponível em: <<http://www.asgf.com.br/p/guia-de-pistas.html>>. Acesso em: 5 ago. 2015).

A análise deste último período permitiu constatações que caminham em duplo sentido.

No primeiro, a pressão dos interesses de grupos hegemônicos que induzem à construção da cidade e do espaço público conforme traços que caracterizam um espaço voltado à visibilidade, à imagem e à parcialidade nas soluções encontradas. Cabe salientar que, nem sempre, os resultados apresentam apenas aspectos negativos, como através da maior visibilidade dada às áreas históricas redescobertas pelo turismo<sup>161</sup>, o que, em certa medida, permite a sua manutenção, sobretudo no centro histórico, que permaneceu à margem das intenções turísticas, recebendo mais intervenções a partir do último quartel do século XX. Esse processo também pode ter desdobramentos negativos, como um distanciamento entre esses espaços e a população local devido ao encarecimento das habitações e dos serviços, voltados para os turistas, sobretudo em Santo Antônio de Lisboa e no Ribeirão da Ilha (que mereceriam um estudo à parte).

A discussão sobre a diferença entre as áreas públicas pode ser ampliada, incluindo as praças centrais, sobretudo as que estão nas principais passagens, em detrimento de áreas em regiões carentes de espaços de encontro, como o Campeche.

O desconhecimento do poder público sobre a situação e a localização das praças hoje existentes (até o momento do trabalho de campo da pesquisa) demonstra um problema estrutural do sistema e das instituições, permitindo que órgãos diferentes trabalhem com listagens distintas e sem reconhecimento para ações integradas.

Desde quando lançada como possibilidade de parceria público-privada até o presente, a procura pela adoção de áreas públicas tem aumentado<sup>162</sup>, contribuindo para melhorar e manter os espaços adotados. Mas, apesar das intenções e dos objetivos (“dos homens de boa vontade” e dos técnicos planejadores municipais), campanhas como as de adoção não conseguem ir ao cerne das questões, gerando “revitalizações” que, em alguns casos, não passam de troca de vegetação e inserção de equipamentos<sup>163</sup>. Esse mobiliário, sem usos constantes, em pouco tempo estará obsoleto e em desuso, o que não significa uma falta de comprometimento com o existente, mas resulta de uma estrutura

---

161 Segundo apontam Cunha (2002), Serpa (2011) e as constatações deste trabalho.

162 Conforme a FloripAmanhã, no início do processo, era necessário um trabalho de “busca” por adotantes; atualmente, ampliou-se a procura “espontânea” por espaços para adoção.

163 Segundo Cunha (2002, p. 314): “No caso das reformas ocorridas no período de observação, a maior parte se deu no ano de campanha eleitoral, quando o Poder Público Municipal do momento aproveitou para ‘capitalizar’ pontos sobre as obras em andamento ou realizadas.”

administrativa consolidada, um processo, de certa forma, generalizado, como se vê na declaração a seguir:

[..] é na sociedade atual, que ele [técnico] é constantemente desprestigiado, ao não ter muitas de suas recomendações levadas a sério e nem sequer ouvidas, e ao não ter muita chance, no interior de ambientes pesadamente burocráticos, como o da maioria das administrações municipais, de desenvolver as suas aptidões e colocar a sua inventividade a serviço da busca de soluções criativas para os problemas urbanos. (SOUZA, 2008, p. 532).

Reforça-se a importância da melhoria física e da manutenção dos espaços para o convite ao uso, mas essa não deve ser a única estratégia de fomento ao espaço público urbano.

O lazer infantil e esportivo tem centrado as discussões sobre as necessidades de praças, demonstrando que, ao longo do século XXI, houve uma alteração de conteúdo e de significado das praças, conforme o processo de urbanização consolidou-se para além do centro urbano, colocando em questão o próprio papel da praça – ou os diversos papéis das diversas praças contidas numa mesma cidade<sup>164</sup>.

O problema da falta de apropriação ou do desuso das praças não está nas praças. Resgatar somente o desenho urbano como possibilidade de apropriar os espaços públicos, atribuir-lhes o papel de mitigador da cidadania e, ao mesmo tempo, de solução para o acesso físico e simbólico são reduções do contexto socioeconômico espacializado que foi brevemente descrito<sup>165</sup>. Pode induzir a respostas superficiais a problemas estruturais, como a segregação, a alienação, o uso recorrente de espaços fechados, a privatização do espaço público<sup>166</sup>, bem como a

---

<sup>164</sup> Quando Cunha (2002, p. 328) analisa a área central florianopolitana, constata que: “A composição e proposta funcional dessas praças também estavam de acordo com a predominância do lazer passivo e contemplativo de épocas mais antigas, não havendo reformulação nem adaptação dos programas de atividades para as novas necessidades que foram surgindo, com o passar do tempo e com a evolução dos tipos de usuários.”

<sup>165</sup> Não se pretende minorar a importância do desenho urbano. Foram localizados, na biblioteca do IPUF e na Secretaria do Continente, projetos para praças arquivados e nunca realizados. Por exemplo: um projeto da Praça Nossa Senhora do Desterro, na Rua Francisco Tolentino, de 1992. Também projetos para pequenas AVLS, como o projeto intitulado *Pracinha Eleutério Vieira*, na Agrônômica, de 1982, entre muitos outros.

<sup>166</sup> “Em algumas cidades grandes há uma crescente privatização na apropriação de diversas praças.” (QUEIROGA, 2001, p. 6).



busca por modelos e soluções externos – resultando, na maior parte das vezes, em soluções estéticas com poucos vínculos com o local<sup>167</sup>.

Esses aspectos levantados, no entanto, indicam uma perspectiva de aprofundamento das questões e a busca por soluções alternativas, além de indicarem que, se a “revitalização” de uma praça em bairro de classes média ou alta é pontual, ela induz, ao mesmo tempo, a uma utilização mais intensa dos moradores do entorno, o que é um primeiro convite, ainda que parcial, à apropriação e ao uso do espaço público.

Há maior demanda por espaços públicos iniciada pelos canais de comunicação entre o poder público e a sociedade, como o Orçamento Participativo e a Prefeitura nos Bairros, que serão analisadas no subcapítulo 4.3.

Outra constatação importante é que o vínculo entre a aprovação de loteamentos com suas reservas legais para áreas públicas e sua utilização como praças e áreas coletivas não é direto. Exemplo emblemático é o loteamento Parque Balneário de Açores, aprovado na década de 1970, que teve cinco praças denominadas por lei, mas somente uma é efetivamente equipada<sup>168</sup>. Esse é só um exemplo dentre muitos que podem ser analisados a partir do banco de reservas de áreas verdes da cidade, tanto através das listagens quanto do sítio do geoprocessamento da prefeitura. Dessa maneira, a compreensão da dinâmica de construção da reserva de áreas verdes florianopolitanas como um processo que pode resultar num considerável banco de áreas públicas permeia o resgate de que, na prática, a relação entre a criação de áreas verdes de lazer e de praças não é direta.

Assim, o panorama vai sendo composto entre a consolidação da estrutura socioeconômica e a espacial, que adquirem contornos mais complexos ao se entrecruzarem “loteamentos para turistas não residentes”, áreas de ocupação clandestina, arranjo e rearranjo de locais para “expansão das repartições públicas” (LAGO, 1996). O “movimento pendular” como conformação de um tipo de cidadania pretendido e as relações que se desenvolvem a partir disso. As distâncias na cidade alteram-se, bairros balneários começam a ser consolidados como bairros residenciais. E a inserção dos discursos, imagens e campanhas voltam o olhar para alguns locais específicos em detrimento de outros. Reforça-

---

<sup>167</sup> A transposição de modelos e ideias de áreas públicas externas para o contexto local não pode ser feita sem critérios rigorosos, sobretudo no que se refere às diferentes conjunturas. Esse é um tema recorrente entre especialistas da área, como Queiroga (2001), Alex (2008) e Macedo e Robba (2010).

<sup>168</sup> Aprovado na década de 1970, o Loteamento Parque Balneário de Açores só teve suas praças denominadas na década de 1996 (SUSP, pasta 23236).

se, portanto, que dada a complexidade do termo “espaços públicos”, demarcada por Leme (ver nota de rodapé 38) e pelas múltiplas definições de autores que embasaram a reflexão, o trabalho de campo foi fundamental para as discussões ampliadas.

### 2.1.6 Um olhar para o continente

Ainda que a área continental tenha sido incorporada a Florianópolis na década de 1940 (1944)<sup>169</sup>, a conformação socioespacial de ilha e do continente, de maneira geral, esteve submetida aos mesmos processos durante o século XX. Esse item, à parte da trajetória da ilha, objetiva apresentar a área continental sem desconsiderar a relação estreita entre ambas, justificando-se, apenas, pela possibilidade de um olhar mais aproximado.

Figura 25 - Vista do Estreito.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Cabe esclarecer que, por região continental florianopolitana, entende-se a área conformada por onze bairros, entre os quais o Estreito. Próxima à área central insular, a região do Estreito era a ligação mais próxima entre ilha e continente, servindo de suporte aos viajantes que iam à capital e desenvolvendo atividades específicas:

---

<sup>169</sup> Soares (1991, p.17).

Tornando-se ponto de convergência de viajantes, antes da construção da ponte Hercílio Luz, fez com que surgissem ali hotéis e casas de pensão. Como as condições climáticas nem sempre permitissem a travessia para a capital, cabia a estes estabelecimentos alojá-los durante dias até que as lestadas ou o vento sul amainassem. (SOARES, 1991, p. 17).

Antes da ponte Hercílio Luz, finalizada em 1926, a travessia entre ilha e continente era realizada por barcos, conforme a citação acima. Alguns edifícios remanescentes desse período, como o que atualmente abriga a sede da Secretaria de Turismo da capital, inaugurado em 1890, era a Hospedaria do Imigrante (SOARES, 1991), demonstrando o fluxo de pessoas que por ali transitava, já no final do século XIX. Dentre as atividades que se desenvolveram pela década de 1930, segundo o Padre Quinto Davide Baldessar, havia um matadouro perto da praia e, de maneira geral, a ocupação em toda a área era demasiadamente simples: “Algumas modestas casas esparsas por estas três estradas formavam o povoado do bairro Continental”<sup>170</sup>. (BALDESSAR, 1991, p. 42). Do mesmo autor, resgata-se que as localidades distribuíam-se em alguns pontos específicos, como a região “[d]os atoleiros que deram o nome Barreiros, [...] Capoeiras havia muita capoeira e uma igreja com alguns moradores em torno. Coqueiros já tinha alguma de suas praias frequentadas” (BALDESSAR, 1991, p. 42). Fato confirmado por Torrens (2006, p. 21): “Na década de 30 do século XX, o bairro de Coqueiros se destaca pelo surgimento de locais de lazer com trapiches, trampolins, bares, entre outros entretenimentos”. Dentre as praias mais procuradas, estavam a da Saudade, do Meio, Itaguaçu e Bom Abrigo, além da Ponta do Leal, um “[...] balneário com instalações próprias e que era muito frequentado no verão” (SOARES, 1991, p. 18) – apesar de, à época, não serem referidos pela imprensa local, predominando a preferência por praias insulares.

Um fator que chama a atenção é que antes da inauguração da ponte Hercílio Luz, no ano de 1926, a imprensa não fala de banhos de mar nas praias do continente. A praia da moda até o momento era a Praia de Fora, ou do Müller,

---

<sup>170</sup> “Foi nos meados da década de 1930 que eu conheci o Estreito. Eram duas estradas, uma do sul para o norte, outra do norte para o sul, que faziam cruzamento na atual esquina da rua Santos Saraiva com a Fúlvio Aducci; mais adiante outra estrada vinda da orla marítima de Coqueiros fazia entroncamento com a mesma Fúlvio Aducci, na cabeceira da ponte Hercílio Luz”. (BALDESSAR, 1991, p. 42).

porém o Estreito fora a primeira praia de banho do Estado de Santa Catarina, antes mesmo de Balneário Camboriú e Canasvieiras. Após a construção da ponte é que os jornais passam a noticiar a ida de banhistas às praias do continente, fazendo delas as praias chiques das décadas seguintes em Florianópolis (FERREIRA, 1994 *apud* TORRENS, 2006, p. 19).

Entre os argumentos que justificaram sua anexação a Florianópolis, estariam: a inferioridade territorial de Florianópolis, se comparada às outras capitais; em função da ponte, estreita-se o vínculo entre moradores do continente que trabalhavam na ilha; e a pouca atenção dispensada pelo município de São José ao seu grande bairro, o Estreito (SOARES, 1991, p. 21). A conclusão da ponte acelera a ocupação local e a estrutura fundiária se forma de maneira espontânea, configurando-se intrincada e praticamente sem planejamento. A anexação da área continental a Florianópolis não apenas permitiu-lhe um incremento territorial mas também contribuiu para a manter sua condição de capital, com forte impacto negativo na cidade de São José, da qual o Estreito fazia parte:

O município de São José perde sua mais rica região e adentra um período de baixa arrecadação, crescimento da dívida pública e conseqüentemente queda na qualidade de vida do seu povo. A capital, Florianópolis, grande interessada na mudança, inicia um período de prosperidade e dá um salto nos quesitos urbanização, industrialização e arrecadação de impostos (TORRENS, 2006, p. 11).

Para Torrens (2006, p. 24), ao anexar-se à capital as regiões de Estreito, Capoeiras, Itaguaçu, Abraão e Coqueiros, estava-se “agregando à capital as praias onde a elite de Florianópolis veraneava, demonstrando que a partir de agora, ir a praia incorporava-se ao cotidiano da alta classe daqueles tempos.” Ao mesmo tempo, as áreas de comércio mais dinâmico também passariam ao domínio da capital, ficando em São José as áreas de menor interesse econômico<sup>171</sup>.

O contato físico com a capital induziu a um processo de ocupação através de loteamentos, em grande parte clandestinos, mais acentuado a partir da década de 1940, mas que já vinham ocorrendo desde a década de 1920. “Entre as décadas de vinte e quarenta, é notável o crescimento

---

<sup>171</sup> Para essas constatações., Torrens baseia-se em Ferreira (1994) e Farias (2005).

populacional do Estreito” (TORRENS, 2006, p. 22)<sup>172</sup>. Segundo o padre Baldessar (1991, p. 44), “[n]a década de 1940 o bairro adormecido começou a despertar”, sobretudo com o advento das madeireiras. Com a comunicação facilitada pela ponte Hercílio Luz entre a ilha e a praia de Coqueiros, militares do batalhão começaram a residir ali<sup>173</sup>; o comércio, as oficinas e o crescimento da população também se ampliaram. “A década de 1950 foi decisiva. O Estreito se expandiu em todas as direções. Chegou a formar um bairro chique: o bairro de Fátima.” (BALDESSAR, 1991, p. 44). Conforme argumenta o padre, a conformação física naquele momento estava atrelada à estrutura socioeconômica que se sedimentava com a chegada de “uma verdadeira invasão de adventícios”:

Não havia infraestrutura preparada. Havia um verdadeiro comércio imobiliário desenfreado que traçava ruas inviáveis e marcava terrenos muito pequenos. Os diversos loteadores não entravam em acordo, muitas vezes, nem mesmo no acerto das ruas que deveriam percorrer os diversos terrenos loteados. Águas e esgotos eram desconhecidos do dicionário dos primeiros moradores. As ruas eram traçadas, mas não terraplanadas. Bueiros não havia na maior parte dos pequenos cursos d’água ou eram muito precários. Luz elétrica chegava sempre atrasada. Não havia transformadores em quantidade suficiente e, por essa razão, os últimos servidos recebiam voltagem muito baixa. (BALDESSAR, 1991, p. 42).

Havia algumas escolas primárias, além de algumas igrejas – entre elas, a mais antiga, do Senhor Bom Jesus. “Ali [em torno das Igrejas do Senhor Bom Jesus e da Santa Cruz de Coqueiros] se reunia a população para fazer suas festas religiosas e eram celebradas missas [...]” (BALDESSAR, 1991, p. 53). Resgata-se, assim, que os usos vinculados aos espaços públicos estariam relacionados ao lazer e às praias ou aos

---

<sup>172</sup> “O Continente, em especial o Estreito (João Pessoa), desenvolveu-se de forma assustadora, seu comércio era parada obrigatória aos que se dirigiam a Florianópolis. O Distrito possuía clubes sociais, o Cine Teatro Império, parques aquáticos, abatedouros e indústrias de subprodutos de boi, bem como fazia a venda de secos e molhados para a capital.” (TORRENS, 2006, p. 37).

<sup>173</sup> “A implantação do Quartel no Estreito foi um grande passo para o continente.” (BALDESSAR, 1991, p. 44).

ritos e festas do calendário da Igreja, somados a brincadeiras e práticas recorrentes também na ilha<sup>174</sup>:

Não faltavam aqueles que gostavam de botar boi no mato para brincar o dia inteiro [...]. O delegado atendia as pessoas em sua própria residência, pois não havia aqui uma delegacia [...]. Naquele tempo existia a sessão das moças, que era baratinha, porque elas, em grande maioria, não trabalhavam fora e por isso não dispunham de dinheiro para os gastos. (SILVA, 1991, p. 27, 30).

Relacionada ao cotidiano da área central insular, a vida local era marcada por tendências modernizantes e, ao mesmo tempo, ainda estava vinculada à presença de práticas e modos de vida provincianos. Essa assertiva, baseada nos excertos que constam na citação acima, mostram diferentes tempos e modos que se encontravam na área continental. Resgata-se que os espaços públicos urbanos usados para o encontro, ao menos no Continente, estavam vinculados aos usos da vida urbana, como as ruas, os vazios em frente às igrejas, os matos próximos ao centro para “o boi”, as proximidades do matadouro; e que as praças (ou espaços similares), nesse contexto, acabaram decorrendo de seus desdobramentos, mesmo porque, nesses espaços públicos que surgiram, a ocupação foi espontânea e não tão marcada por projetos ou operações urbanas, como as reformas preconizadas na área central da ilha. Isso despertava anseios por uma nova imagem, demandando reformas também na área continental:

Oxalá possamos ver, em futuro bem próximo, a nossa bela Niterói [Estreito] ostentando lindas praças ajardinadas e ruas largas, retas e arborizadas, com edifícios simetricamente alinhados, em substituição aos pequenos ‘arranha-terra’ de madeira ali existentes, e a retificação da sinuosa estrada geral, que mais parece uma grande serpente, que enrosca aqui e ali, e se retorce mais adiante, até a reta dos Barreiros, que também não é uma reta muito correta, mas pode ainda ser

---

<sup>174</sup> Com o avançar da primeira metade do século XX, houve certa diversificação no lazer: “Até meados deste século, o lazer no Estreito resumia-se nas atividades dos clubes sociais, o cinema, algumas raras apresentações teatrais e o futebol.” (SILVA, 1991, p. 38). “Os habitantes do Estreito eram festeiros, religiosos e solidários. A primeira festa beneficente de barraquinhas aconteceu na Fúlvio Aducci, em 1947.” (SOARES, 1991, p. 63). “As festas mais populares eram religiosas, como a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, a Festa de Reis e a Festa do Divino Espírito Santo [...]. Presépios vivos costumavam animar as praças da região na ocasião do Natal.” (SOARES, 1991, p. 64-65).

transformada, dando-se-lhe o aspecto de uma quinta Avenida Nova-Iorquina. (JUVENAL, 1991, p. 124-125)

O acelerado processo de ocupação e desenvolvimento insular também se fez sentir na área continental, ganhando maior impulso a partir dos anos 1960. No entanto, a escolha pela localização de equipamentos e órgãos públicos com diferentes funções já delineava a primazia da ilha. Assim, conforme citado anteriormente, foi feita a opção de locar os principais órgãos públicos na ilha, cabendo ao continente a sede da COHAB, no Estreito, e alguns almoxarifados (FACCIO, 1997, p. 101). Esse não é um dado aleatório, sobretudo se considerados os estratos de renda que habitam a área continental, contribuindo para uma cisão não apenas física mas também socioeconômica, entre os dois lados da ponte.

A década de 60 marcava uma nova fase de desenvolvimento em Florianópolis. A velha cidade fundada por Francisco Dias Velho começou a mudar de fisionomia, impulsionada pela corrida imobiliária que progressivamente foi modificando (e transfigurando, para muitos) sua feição provinciana. Nos bairros do continente, esse desenvolvimento fez-se da mesma forma desordenada, assumindo conotações de um verdadeiro caos urbano, pois lhe faltava a estruturação de um Plano Diretor compatível com a nova realidade. (SOARES, 1991, p. 21).

Foi para intervir nesse contexto, de expressiva ocupação durante as décadas de 1940 a 1970 e sem grandes investimentos em infraestrutura e serviços, que o Projeto CURA I foi elaborado na década de 1970<sup>175</sup>. A área constituía-se em uma trama desordenada de vias com inexpressiva presença de espaços públicos além da praia e possuía deficiências e má distribuição de serviços e equipamentos urbanos. Embora o plano diretor de 1950 apresentasse uma proposta de estruturação e planejamento para a área, as primeiras intervenções de

---

<sup>175</sup> Segundo Soares (1991, p. 22), entre as obras realizadas pelo CURA estão: “Além do alargamento e capeamento dos canais pluviométricos de 35 ruas, na oportunidade foram construídas importantes obras públicas, como: o Centro de Abastecimento prefeito Oswaldo Machado, o Centro Social Urbano da Coloninha, a Creche profa. Maria Barreiros, o colégio Aníbal Nunes Pires, a escola Almirante Carvalhal, o Centro Interescolar de Esportes, ao lado do Figueirense, três postos de saúde e mais doze praças, entre pequenas, médias e grandes, todas com tratamento urbanístico e com equipamentos de lazer.”

âmbito abrangente relacionam-se ao CURA I (década de 1970)<sup>176</sup>. Ambos de viés tecnocrático e distantes dos processos de urbanização real, culminaram, até certo ponto, numa reorganização da área para valorizá-la e direcionar sua ocupação (o Plano de 1955 e o Projeto CURA serão analisados no capítulo 3).

O Plano Diretor de 1950 previa para a área continental um distrito industrial e uma zona portuária, além de áreas verdes na cabeceira da ponte e demais áreas residenciais e comerciais, conforme o zoneamento apresentado na figura 26.

As propostas de áreas verdes e espaços públicos previstos no plano não se efetivaram. Já o projeto CURA, mesmo com o “diagnóstico” acurado para a área, ele previu uma série de espaços públicos que atualmente estão em desuso. Ou seja, a maior parte dos espaços previstos foram construídos, mas poucos se efetivaram. Dois exemplos, no entanto, mostram posturas diferentes no tocante à construção de praças em meados do século XX.

O primeiro, a praça Nossa Senhora de Fátima, consolida-se por demanda da comunidade. A primeira praça do Estreito (SILVA, 1991, p. 34), que antes mesmo de ser reconhecida já era “ponto de comícios animados, com foguetórios e bandas de música” (SOARES, 1991, p. 66), foi se consolidando pelo uso. Afinal, entre as décadas de 1930 e 1940, segundo o autor, o “Estreito não tinha praça”.

---

<sup>176</sup> As primeiras referências encontradas por este trabalho, o que não significa que não haja outras anteriores não identificadas por esta pesquisa.



Figura 26 - Zoneamento do Plano de 1955.



Fonte: Foto qualificada por Sozua (2010) a partir de Delorenzo Neto (1957).

A Sode atuou também com vigor na abertura de ruas e praças que deram um novo perfil ao Estreito. A sociedade fazia reunião com os moradores para que cedessem parte de suas chácaras e terrenos para abertura de ruas. Conseguir vias de acesso da Afonso Pena até a Antonieta de Barros exigiu reuniões madrugadas afora. A praça N. S<sup>a</sup>. de Fátima era um terreno com casinhas pequenas e um armazém. Parte dele foi desapropriado pelo prefeito da época, Paulo Fontes, na década de 60 e ali surgiu uma pracinha com um chafariz. Porém, a comunidade queria a quadra toda, temendo um loteamento que acabaria com os espaços de lazer [...]. A comunidade pressionou tanto que o prefeito [Esperidião Amin em 1973] mandou colocar a casa abaixo. O Estreito ganhava uma de suas áreas verdes mais nobres para as crianças brincarem e as pessoas conversarem. (SOARES, 1991, p. 68-69).

A segunda é a Praça Marcílio Dias, cuja data exata de implantação não foi localizada, mas estima-se que resulte da transferência da Escola de Aprendizes Marinheiros (entre as décadas de 1940 e 1950). Dois espaços públicos que são criados por motivos diversos: a Praça Nossa Senhora de Fátima, por demanda comunitária e com vocação para o lazer; e a Praça Marcílio Dias, com vocação simbólica. Foram as primeiras praças encontradas nas referências continentais, posteriormente às localizadas na ilha.

A área continental foi marcada, ao longo do século XX, por contrastes entre as áreas para segunda residência da elite e as áreas loteadas clandestinamente para grupos de menor poder aquisitivo<sup>177</sup>, culminando na construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda, que serão apresentados no capítulo 4. Essa discussão permeia, historicamente, a tentativa de expulsar os “indesejáveis” para as franjas da ocupação urbana – a região central insular foi estudada por Santos (2009), entre o final do século XIX e o início do XX. Ao mesmo tempo, quanto ao Estreito, Romalino Silva (1991, p. 35) diz que, entre o final do século XIX e início do XX, o coronel Pedro Demoro “conseguiu arrumar o Estreito, livrando-o dos indesejáveis.”

---

<sup>177</sup> Mais informações em Sugai (1994, p. 39 a 59).

Durante a década de 1960, o comércio já começava a se desenvolver, mas ainda era bastante grande a procura pela ilha, embora os primeiros bancos começassem a se instalar no continente ainda naquela década. Na década de 1970, houve um processo mais evidente de implantação de infraestrutura urbana e a BR-101 surgiu como importante elemento no processo de desenvolvimento urbano do continente. Aliadas a uma valorização crescente dos espaços na Ilha, essas constatações contribuíram para consolidar o continente como espaço para adensamento populacional (SUGAI, 1994). Segundo Lago (1996), como as políticas de proteção ao sítio eram (e ainda são) mais presentes na ilha, a ocupação do continente se deu de forma bastante intensiva.

Além disso, cabe resgatar que a região continental tem-se consolidado, ao longo das últimas décadas do século XX e início do XXI, como área comercial e residencial, com população aproximada de 100.000 habitantes (IBGE, 2010). É importante salientar que, em 1989, através do Decreto n° 356, foi alterado o gabarito, permitindo-se a construção de edifícios de até 12 pavimentos em alguns trechos do Estreito, e projetado o aterro da Beira-Mar Continental (SOARES, 1991, p. 23).

A periodização da construção dos espaços públicos, notadamente das praças, consta nas tabelas do caderno de mapas, com descrição no capítulo 03. No entanto, cabe salientar que o primeiro impulso na criação de áreas públicas de uso coletivo se dá na área continental, a partir do Projeto CURA I, portanto, próximo ao final dos anos 1970. A partir daí, essas áreas estão vinculadas, sobretudo, aos loteamentos e operações urbanas, como as relacionadas ao sistema viário. Cabe citar o Parque de Coqueiros, exemplo emblemático de espaço público criado a partir de iniciativa comunitária, e a Avenida Beira-Mar Continental, inaugurada em 2012, que recentemente elevou a quantidade de áreas verdes livres<sup>178</sup>.

---

<sup>178</sup> Não aprofundamos as análises sobre o Parque de Coqueiros que, no entanto, mereceria um estudo à parte, inclusive comparativamente ao Parque da Pedreira.



### 3 URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO: DISCURSO E PENSAMENTO NO ESPAÇO, SOBRE O ESPAÇO E DO ESPAÇO URBANO FLORIANOPOLITANO

Os séculos XIX e XX testemunharam o florescimento de uma série de vertentes do pensamento urbanístico que balizaram não somente a reflexão teórica mas também as práticas espaciais e operações urbanas. Críticas e contra-críticas caminharam juntas, ora se aproximando em discurso e afastando-se na prática, ora com discursos diversos mas com práticas similares. Foram elaboradas propostas e matrizes de pensamento, desde o culturalismo, o progressismo, o cientificismo apurado, perpassando a crença na redenção dos problemas sociais através do espaço, da recriação das relações sociais através de nova ordem espacial, atingindo fórmulas e modelos<sup>179</sup>. A partir da segunda metade do século XX, assume-se, ao menos por alguns pensadores, urbanistas e planejadores, as falácias de um urbanismo e de um planejamento urbano utópicos, cujos efeitos, vinculados a interesses econômicos específicos e/ou descompromissados com a estrutura e os processos urbanos, contribuíram sobremaneira para a manutenção da segregação social e a exclusão. Além disso, contribuíram para a maximização do valor de troca em detrimento do valor de uso nas cidades, indo ao encontro dos interesses capitalistas.

No que concerne ao urbanismo, o elevado grau de abstração das propostas e um descomprometimento dos projetistas com o modo de produção e a formação socioeconômica contribuíram para “experimentos urbanos” desprovidos de urbanidade e meramente formalistas. Outras propostas têm sido implementadas, como o *New Urbanism*, nas quais o apelo formal ainda é uma premissa<sup>180</sup>.

Quanto ao planejamento e sua crença no “plano” como documento completo, houve uma série de experimentações, desde as mais tecnocráticas e visionárias, muitas vezes “de gabinete”, elaboradas por técnicos, até alguns casos, parcialmente implementados, de propostas de processos participativos, planos progressistas, ecourbanismos, planejamento sustentável, estratégico,

---

<sup>179</sup> Cabe, mais uma vez, citar as obras de Lamas (2000) e Choay (2010) para um resgate histórico, desde o final do século XIX até o século XX.

<sup>180</sup> Sob Novo Urbanismo, Lamas (2000) reúne uma série de críticas e proposições feitas ao Urbanismo Moderno. Abrahão (2008, p. 149-150) faz referência aos fundadores do *New Urbanism*, articulado em um Congresso na década de 1990 em Chicago – movimento ligado ao *city beautiful* e à cidade jardim.

sistêmico, enfim uma miríade de denominações e formas de pensar sobre a cidade, ainda que, em muitas delas, existam pontos de sombreamento e ideais em comum<sup>181</sup>.

No que concerne aos planos concebidos para Florianópolis durante o século XX, traduziram-se em discursos sobre como ler e tratar o espaço, em memoriais, análises de tendências, diagnósticos e prognósticos, na construção de ideias e no balizamento discursivo sobre alterações na cidade. Destarte, *slogans* foram criados, vocações delineadas e, sobretudo, as diferenças reais – socioeconômicas – apontadas em “diagnósticos” e os conflitos delas provenientes foram mascarados através de intervenções nos arranjos espaciais, ora em prol de um consenso abstrato e fictício<sup>182</sup>, ora em prol de um conflito latente não dialogado e, de certa forma, mantido.

Nesse processo, os agentes de produção do espaço urbano alternaram sua influência na construção da cidade, mas o Estado e a iniciativa privada (através do capital imobiliário) tiveram papel decisivo. Cabe ressaltar a pergunta feita por Pereira (1992, p. 138) em sua dissertação: “Como o Estado, através do poder público municipal, ao organizar jurídica e administrativamente o espaço urbano, garante a continuidade do processo de acumulação do capital privado?”. O autor ratifica suas hipóteses de que o Estado, ao gerir o espaço urbano, age [...] como um regulador dos efeitos negativos da urbanização capitalista, de modo a garantir (a longo prazo) o processo de acumulação privada do capital e ao mesmo tempo como interventor contraditório sobre a socialização das forças produtivas (PEREIRA, 1992, p. 138).

Essas assertivas foram observadas tanto em textos legais quanto em intervenções urbanas reais, sobretudo no que se refere ao direcionamento da ilha como de vocação turística e área residencial para estratos de rendas média e alta, se comparada com a área continental florianopolitana e metropolitana.

Ao serem espacializadas, muitas dessas propostas e planos legais tornaram-se discursos no espaço. Ou seja, a aplicação do planejamento e de conceitos do urbanismo – ainda que parcialmente materializados – induz à leitura do edificado e sua organização espacial segundo ordens e lógicas que estão além do discurso escrito.

---

<sup>181</sup> Sobre o tema, recomenda-se a parte II – *Abordagens Concorrentes* – do livro *Mudar a Cidade*, de Marcelo Lopes de Souza (2008), que apresenta um perfil crítico e detalhado.

<sup>182</sup> “Consenso, em sentido que não seja uma mera mistificação, só pode ser alcançado sobre os alicerces da livre participação de todos os participantes” (SOUZA, 2008, p. 150).

Os grandes investimentos no sistema viário propiciaram a valorização de determinadas áreas, assim como a legislação e o zoneamento. Ao mesmo tempo que camadas da população de renda mais baixa foram direcionadas para áreas específicas, conforme parâmetros legais e infraestrutura que contribuem para a regulação do valor da terra. Assim, a cidade é construída sob escolhas para a construção de parâmetros legais e embates entre os diversos grupos.

Nesse sentido, há um discurso do espaço, traduzido através das análises provenientes da ordem espacial, sua configuração, seus arranjos e sua inércia-dinâmica. O espaço, por seu arranjo físico, propicia, em certa medida, a compreensão dos processos que induziram sua forma.

Muito se fala nos textos legais sobre a vocação turística florianopolitana, por suas belezas naturais, e, mais recentemente (a partir do último quartel do século XX), sobre seu patrimônio material edificado e cultural. Uma cidade com amenidades para turistas e um lugar ideal para se morar. Esse é um discurso sobre a cidade e suas potencialidades, traduzido em intervenções pontuais ou mesmo discursivamente, perpetuando um *city marketing* que exclui de seu discurso o abismo socioeconômico e espacial existente ou, quando assume esses problemas textualmente, pouco avança em intervenções práticas para minorar os problemas socioeconômicos deles advindos.

Essa trajetória de relação entre pensamento, espaço e discurso representa, em certa medida, a trajetória do planejamento urbano florianopolitano e as práticas espaciais consolidadas. Este capítulo discorrerá sobre a trajetória do planejamento urbano e o pensar sobre Florianópolis, de intenções “autorais” à crescente abertura à “participação”. O objeto será o espaço público nos dispositivos legais, notadamente as diferentes conotações acerca dos espaços passíveis de serem denominados praças, para além das demais praças consolidadas ao longo do tempo e advindas de reformas urbanas.

Sobre espaços urbanos que se tornam (ou poderiam se tornar) praças através do uso e de apropriações espontâneas, cabe apresentar alguns exemplos com as figuras 27 a 30. Duas representam cenas cotidianas do espaço público florianopolitano: o jogo de dominó e o curió na rua Felipe Schmidt e a manifestação em frente à Câmara Municipal. São calçadões, criados nas áreas centrais, que permitem uma ampla apropriação, efetivando-se, em algumas ocasiões, como espaços públicos por excelência – **praças**, em sua definição de copresença e livre apropriação. Duas são pretensões de espaços

públicos – a primeira em Palhoça, na recriação de uma pretensa urbanidade proposta pelo *New Urbanism*, com forte apelo visual<sup>183</sup>, mas com poucas conexões à cidade real do entorno. A outra uma imagem ainda em projeto da Beira-Mar Continental, já executada e que tem se consolidado pelo uso, desde sua inauguração. Seus usos, no entanto, estão vinculados ao esporte e ao lazer ativo, diferentemente daquele representado nas duas primeiras imagens. São espaços urbanos, mas públicos?

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo como o espaço da ação política ou, ao menos,, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. É visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos. (SERPA, 2011, p. 9).

---

<sup>183</sup> Ainda que resguardadas as diferenças contextuais, a citação que se segue pode ser aplicada pontualmente a diversos lugares e espaços criados em Florianópolis. “*Everywhere developers are hiring architects and landscape architects to authenticate their deals by making buildings and open spaces which, like advertisements, call attention to the project. It become a form of corporate pimping, if you will. It leaves the architect to serve out his role as what Phillip Johnson calls “a design whore”. The designs are profoundly phony, Disneylandish structures and landscapes without meaning, or profundity, or sense of value. They are full of sound and fury, but signify nothing socially relevant.*” (HALPRIN, 1989, p. 60).



Figura 27 - Jogo de dominó e curió na Rua Felipe Schmidt.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 28 - Manifestação em frente à CMF.



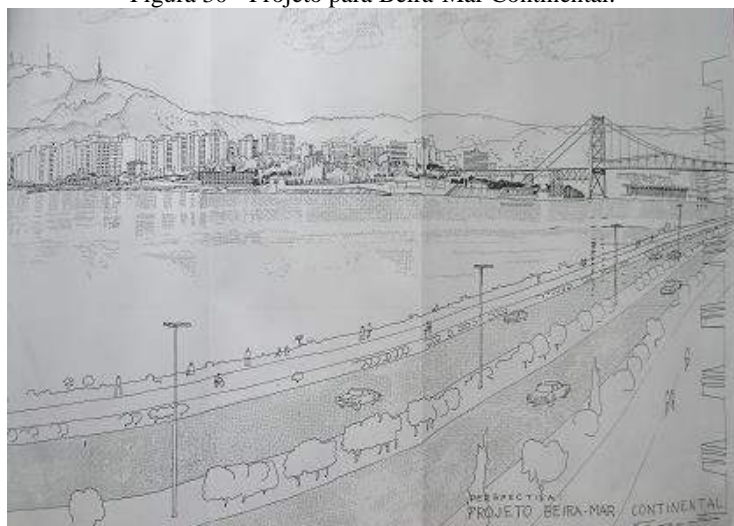
Fonte: Acervo do autor.

Figura 29 – Palhoça.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 30 - Projeto para Beira-Mar Continental.



Fonte: Projeto elaborado pelo IPUF (1991).

### 3.1 DAS INTENÇÕES AUTORAIS AO CIENTIFICISMO E AO TECNOCRATISMO<sup>184</sup>

“Mudar a cidade é uma tarefa coletiva” (SOUZA, 2008, p. 518). Tal assertiva vai de encontro à maneira de pensar vigente durante a segunda metade do século XX, sobretudo no que concerne aos planos elaborados para Florianópolis na décadas de 1950 e 1970. Portanto, conceber um plano e o delineamento de uma cidade não poderia se restringir a uma questão autoral, amparada pela técnica e pelo desenho, mas, sim, deveria ser eminentemente política, balizada pelo diálogo e por discussões. Assim, retoma-se em Lefebvre (2009, p. 30) a ideia de que, muitas vezes, os urbanistas respondem aquilo que conseguem colocar em operações gráficas. É sintomática a criação de modelos espaciais, sobretudo nos planos diretores e documentos afins editados para Florianópolis, entre as décadas de 1950 e 1980. Os modelos, mesmo acompanhados de discursos amparados em “diagnósticos” e levantamentos, revelaram uma ineficácia em sua aplicação, se levado em consideração seu potencial de acesso à cidade e de minimização dos efeitos negativos dos diversos interesses capitalistas.

As confrontações reais, assim como os conflitos de diversas ordens e de diferentes naturezas, fogem, muitas vezes, da concepção de viver estabelecida pelos legisladores e urbanistas, criando uma

---

<sup>184</sup> Fundamental para a compreensão do “tecnocratismo” é a leitura do capítulo *Industrialização e Urbanização*, da obra *O Direito à Cidade*, que diz: “No século XIX, e sobretudo no século XX, toma forma a racionalidade organizadora, operacional nos diversos degraus da realidade social. [...] Como pôr ordem nessa confusão caótica? É assim que o racionalismo de organização coloca seu problema. Essa desordem não é normal. Como instituí-la a título de norma e normalidade? É inconcebível. Essa desordem é malsã. O médico da sociedade moderna se vê como um médico do espaço social doente. A finalidade? O remédio? É a *coerência*. O racionalismo vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que se oferece à sua ação. Esse racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que ele vai sistematizar a *lógica do habitat* subjacente à desordem e à incoerência aparentes, que ele vai tomar por ponto de partida de suas démarches coerentes na direção da inerência do real. De fato, não existe uma marcha única ou unitária da reflexão urbanística, mas diversas tendências referenciáveis em relação a esse racionalismo operacional. Dentre essas várias tendências, umas se afirmam *contra* as outras *pelo* racionalismo, levando-o até suas formulações extremas. O que interfere coma tendência geral daqueles que se ocupam com o urbanismo para só compreender aquilo que podem traduzir em termos de operações gráficas: ver, sentir na ponta do lápis, desenhar.” (LEFEBVRE, 2009, p. 29, 30. Itálicos do original). Reflexões importantes sobre o urbanismo e a cidade contemporânea são apresentadas também por Yves Chalas (1998; 2001).

série de “contravenções cotidianas” no processo de apropriação da cidade.

Retoma-se a assertiva de Lefebvre já apresentada, que o espaço não é neutro, mas político, ou seja, alvo de disputas. Assim como o são o pensar sobre ele, seus usos programados legalmente e sua gestão. “Como poderiam o planejamento e a gestão ser “neutros”, em se tratando de uma sociedade marcada por desigualdades estruturais?” (SOUZA, 2008, p. 83). Portanto, planos autorais, que vinculem-se somente a arranjos físicos e princípios estéticos, com base na visão idealizada do que deveria ser o espaço do habitar humano, não correspondem à complexidade socioeconômica, política e cultural urbana<sup>185</sup>.

Torna-se flagrante que, através dos discursos legais, há um mascaramento de tais disputas dentro das próprias intenções dos textos. Mesmo que, em muitos levantamentos, essas disputas sejam apontadas, nas soluções propostas ocorre a manutenção e a continuidade desses processos, ocorrendo uma apropriação desses dispositivos legais pelo capital hegemônico, a fim de direcionar a produção da cidade aos seus interesses. Essa manipulação ou desconhecimento direcionou (e continua legando) à informalidade e às periferias expressivos estratos populacionais, inclusive em Florianópolis, minorando as possibilidades de mitigação dos espaços públicos urbanos e/ou políticos.

Esse processo induz a uma: “inconsistente ordenação estrutural e fecunda clandestinidade de construções” (LAGO, 1996). Ainda que, em documentos mais recentes, esses problemas sejam abordados com maior ênfase discursiva, inclusive na comparação do plano com um “pacto”, o que se vê, na prática, é a materialização de parâmetros cujo produto final – a cidade edificada – reflete as diferenças na condição de acesso. A citação, retomada do item 2.1.5. apresenta assertivas importantes:

A avaliação da eficácia do planejamento municipal de Florianópolis mostra a distância existente entre as intenções dos planejadores e a

---

<sup>185</sup>As duas assertivas de Carlos Nelson Ferreira dos Santos acerca de seu contato com a “realidade urbana” elucidam essas questões: “De observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados e de candidato a interventor nas suas formas de produção e de consumo, fui me transmutando em observador das inter-relações sociais e das redes de significados. [...] Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores.” (SANTOS, 1980, p. 42).

exequibilidade de suas propostas: - **há uma velada discordância dos políticos com relação às propostas técnicas**, pois a realização de obras municipais caminhou em outro sentido, **adaptando-se mais às demandas de curto prazo que aos horizontes mais largos dos planejadores**. Por outro lado os planos diretores revelaram sempre os equívocos decorrentes da separação entre proposição e execução, entre planejamento e implementação, entre o técnico e o político ao superestimar a capacidade de realização de obras e a disponibilidade de recursos para elas. **Finalmente o Estado privilegiou as classes médias no oferecimento de recursos públicos**, atendendo demandas de grupos sociais mais fortes e organizados. (VAZ, 1991, p. 55, grifo nosso).

Essas constatações corroboram a ideia de Chalas (1998) de que o urbanismo atual é mais político que técnico, menos imbuído de certezas e menos formalista. Cabe uma ressalva acerca do processo de implementação do próprio planejamento florianopolitano, no qual, em diversos momentos, houve discordâncias entre o material elaborado pelos órgãos planejadores (como o IPUF) e as vontades políticas vinculadas aos interesses do capital imobiliário<sup>186</sup>. O Estado intervém, nesse sentido, através de algumas práticas elencadas por Pereira (1992, p. 141), visando interesses específicos: as mudanças de zoneamento, o longo período para aprovação da legislação urbana, a legalização de edificações clandestinas, legislações específicas, a seletividade estrutural<sup>187</sup>, a participação direta do capital na elaboração

---

<sup>186</sup> “Percebe-se também que apesar de necessárias para o sistema como um todo, algumas mediadas reguladoras frente aos diferentes limites da urbanização capitalista, nem sempre conseguiram ser implantadas de acordo com os requisitos ‘técnicos’. A valorização do capital (a curto prazo) também orientou as ações do poder público; isto mostrou um forte componente interventor contraditório (e relação ao papel regulador) do Estado na gestão urbana.” (PEREIRA, 1992, p. 48, 49, 141).

<sup>187</sup> Pode-se resgatar o “o comportamento indutor seletivo do Estado”, justificado por uma política econômica (SANTOS, 2014, p. 16). “[...] pode-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana.” (SANTOS, 2014, p. 110). Para a localização dos grupos: “A princípio se podia falar de uma certa espontaneidade, entendendo-se por essa palavra o simples jogo de fatores do mercado. Nos últimos decênios, porém, o jogo dos fatores do mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal.” (SANTOS, 2014, p. 110).

de leis, demonstrando a “influência preponderante das empresas privadas na gestão do espaço urbano de Florianópolis” (PEREIRA, 1992, p. 142). O cerne de um urbanismo político não está nos ditames políticos que seguem interesses privados em detrimento do coletivo, mas, sim, na ação dialogada. De Chalas também resgata-se a constatação norteadora de que o plano e as soluções não poderiam mais ser dadas a priori, mas construídas processualmente, evitando equívocos como os decorrentes dos planos das décadas de 1950, 1970 e 1990. O que confronta a visão de muitos urbanistas que acreditam a eles caber “enquadrar a vida da população”.

O urbanismo tem de continuar a interrogar-se sobre como se viverá amanhã na cidade, como **enquadrar a vida de uma população crescentemente urbanizada no interior de áreas crescentemente construídas e como recuperar, manter e desenvolver a reconciliação do homem com a cidade e com o espaço urbano**. A este conjunto de questões e a tantas outras poderá o desenho dar uma resposta determinante com os seus modelos próprios, certamente mais capazes de entenderem as necessidades humanas e culturais que os determinantes econômicos e administrativos. (LAMAS, 2000, p. 538, grifo nosso).

Esse discurso de “**reconciliação entre homem e cidade**” mascara a tradição histórica de exclusão nas cidades ocidentais – não se trata, portanto, de uma reconciliação entre homem e espaço urbano, mas uma reconciliação entre o homem e o homem<sup>188</sup>. Em breve, ainda que não seja o foco do presente item, cabe a ressalva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980) sobre a formação de arquitetos e urbanistas no Brasil, que até as décadas de 1960 e 1970 estava desvinculada de problemas socioeconômicos efetivos. Ora, se, no Brasil, o planejamento urbano em última instância cabe legalmente aos arquitetos e urbanistas, uma formação descompromissada com a conjuntura socioeconômica não instrumentaliza os futuros profissionais para a ação sobre o campo dos conflitos e complexidades

---

<sup>188</sup> “A coisificação das relações sociais promove a alienação do homem com relação à sua obra, faz com que apareça como coisa e objeto e não sujeito de sua própria obra, de que apareça como objeto e não como objetivo do que faz.” (MARTINS, 1996, p. 20).

inerentes à dinâmica urbana<sup>189</sup>, ou seja, para o reconhecimento da estrutura, dos processos e, sobretudo, do cotidiano não-programado das cidades<sup>190</sup>. Esse processo influenciou o planejamento em Florianópolis, reconhecível através do seguinte texto: **“A ausência de uma regulamentação a respeito permite que determinadas esquinas se transformem em pontos de reunião, focos de ruído prejudiciais ao sossego dos moradores.”** (PAIVA, 1952, p. 21).

Esse trecho, retirado do Plano Diretor<sup>191</sup> elaborado na década de 1950, demonstra a visão acerca da efervescência cotidiana: a vida urbana passa a ser vista como prejudicial e cabe ao planejamento moderar e controlar as práticas sociais. Percebe-se um marcante esvaziamento do espaço público em sua condição de espaço de debate e possibilidade (e textualmente é tão caricato quanto o filme *Mon Oncle*, já citado). As figuras 31 e 32, extraídas do plano, são elucidativas: na primeira o comércio à beira do mar, “sujeira e caos”; na segunda uma nova relação com o mar – o centro cívico planejado.

---

<sup>189</sup> “Éramos os consolidadores de utopias que não sabiam enfrentar as práticas mais elementares do campo de ação que pretendiam empolgar e orientar.” (SANTOS, 1980, p. 38). A mesma constatação aparece na obra *Morfologia Urbana* e desenho da cidade (LAMAS, 2000, p. 19): “Recordo que, há mais de vinte anos, os estudantes aprendiam a desenhar a cidade dispondo vias, edifícios e manchas verdes no terreno, usando critérios de equilíbrio volumétrico nas regras abstratas de Plan Masse. Sobre a folha de papel, traçavam vias e faziam volumes com sombras até encontrarem uma solução de bom gráfico.”

<sup>190</sup> “O que olhamos na verdade não enxergamos. Quantas pessoas percebem ‘perspectivas’, ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos. Não podem saltar do cotidiano – fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo dos produtos da indústria – para o urbano, que se libertaria desses determinismo e coações. [...] O cegante [os conhecimentos que se adotam dogmaticamente] e o cegado [o desconhecido] são complementares na cegueira”. (LEFEBVRE, 2008, p. 36).

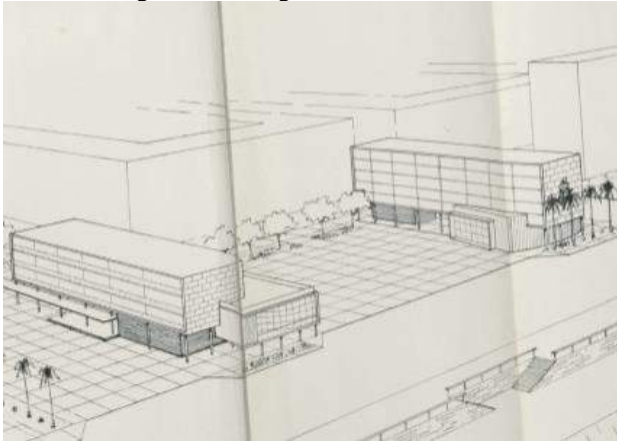
<sup>191</sup> Para uma análise aprofundada desse plano, indica-se a leitura da dissertação de Jéssica Pinto de Souza (2010). Indo além, indica-se as dissertações de Rizzo (1993) e Pereira (1992).

Figura 31 - Comércio local.



Fonte: Paiva (1952, p. 56).

Figura 32 – Imagem do Centro Cívico.



Fonte: Paiva (1952, p. 56).

Já os arquitetos (paisagistas e urbanistas) parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, elaboradas não a partir do percebido e do vivido pelos habitantes da cidade, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto de significações é verbal e discursivo, tendendo para a



metalinguagem; é grafismo e visualização, que tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor e a inviabilizar qualquer crítica ou questionamento (Lefebvre, 1991). Isso também acontece porque o cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado. (SERPA. 2011, p. 38).

O Plano elaborado para Florianópolis, na década de 1950, empreendia uma série de intervenções para a cidade, tanto na área central insular quanto na continental. Idealizado por um escritório de Porto Alegre, com uma visão bastante específica da cidade e do processo de planejamento, o plano apresentava uma proposta diferente dos encaminhamentos definidos posteriormente conforme à dinâmica econômica e espacial da cidade. O documento argumentava que as funções universitária e turística seriam importantes mas secundárias para o desenvolvimento da cidade (PAIVA, 1952, p.19), cuja solução para superação do atraso econômico seria proveniente do porto e de uma zona industrial a ser consolidada<sup>192</sup>.

Demarcava a zona portuária e industrial no continente (PAIVA, 1952, p. 16), o que, em certa medida, segregava ainda mais essa porção da cidade, o que não se validou. Ao aterro da baía sul caberiam os grandes equipamentos da capital: o Centro Cívico, mais tarde consolidado como a Praça Tancredo Neves (ainda que da ideia de “centro do cidadão” pouco tenha sido implementado), a UFSC, negando a localização na Trindade por ser muito distante e ratificando textualmente a imagem de certo atraso pitoresco da cidade.

Os autores conceberam a proposta para Florianópolis amparada no imperativo do desenvolvimento de uma área industrial a partir da implantação de uma grande área portuária na porção continental da cidade. Essa proposta confrontava com os graves problemas de infraestrutura urbana que a cidade sofria, como por exemplo, a grande deficiência nos serviços de abastecimento de água e de energia elétrica. A estética modernista direcionava essa nova proposta de transformação da paisagem urbana

---

<sup>192</sup> “Florianópolis está atrasada, do ponto de vista comercial e industrial e o seu ‘*hinterland*’ não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna.” (PAIVA, 1952, p. 12).

da cidade, até então predominantemente horizontal e com o traçado viário herdado do período colonial. Faziam parte do Plano, entre outras propostas, a implantação de grandes avenidas, de extensos aterros sobre o mar, áreas verdes, bairros jardim, um campus universitário e um grande parque municipal. O Plano Diretor, concluído em 1952, foi aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis apenas em 1955, constituindo-se a Lei nº 246/55. Ficou em vigência durante 21 anos, até 1976, quando foi aprovado um novo Plano Diretor para a cidade. Algumas das proposições relacionadas ao setor produtivo e algumas das intervenções viárias foram executadas, especialmente a Avenida Beira-Mar Norte. **No entanto, esse plano manteve-se como referência por um longo período e teve papel importante nas transformações urbanas que a cidade presenciou a partir da década de 50, influenciando nas ações do capital imobiliário e fundiário e na organização socioespacial da cidade.** (SOUZA, 2010, p. 20-21, grifo nosso).

O plano propunha uma aproximação (discursiva) sobre o cotidiano da cidade (sobretudo em seu pré-plano e diagnóstico), ao mesmo tempo que preconizava alterações estruturais em sua redação final. Ao privilegiar a Avenida Beira-Mar Norte e áreas residenciais mais nobres, o plano influenciava diretamente na construção do espaço público florianopolitano, ratificando uma segregação que se desenvolvia desde o século anterior<sup>193</sup> e preparando o acesso a áreas visadas pelo capital imobiliário.

O documento reconhecia problemas socioeconômicos existentes, como “malocas” e nichos de pobreza na periferia da área central, ao mesmo tempo que apontava vazios urbanos para especulação, mas sem apresentar instrumentos necessários à superação real dessas situações (PAIVA, 1952, p. 14, 15). indicava-se que “um novo perfil de moradores” moraria em zonas mistas na região

---

<sup>193</sup> A função industrial e portuária no Continente seria substituída pela função comercial e a ocupação habitacional com maior densidade. Ao mesmo tempo, na atual Beira-Mar Norte haveria uma zona residencial entrecortada por áreas verdes, sem influência de outras funções urbanas.

continental, enquanto à ilha caberia áreas urbanas residenciais unifamiliares, sem os distúrbios do comércio.

Entretanto, essa planificação não obrigará obras imediatas. Os órgãos nela previstos não precisam ser concretizados no momento, porém, desde já, se fica sabendo qual sua localização futura, que é, verificadamente, a mais funcional e econômica. Além disso, **não se criarão sérios problemas de ordem financeira, pois se procurou tocar o menos possível, nos valores imobiliários existentes.** E, finalmente, o Plano manterá os valores históricos e tradicionais, essa paisagem plástica e arquitetônica tão característica desta cidade. (PAIVA, 1952, p. 8, grifo nosso).

Consideramos que seria fugir às verdadeiras condições atuais em Florianópolis, a previsão de zonas de residências coletivas desligadas das atividades comerciais. Este tipo de residência pode se tornar necessário quando **surgir o tipo de morador correspondente**, num estágio futuro da evolução econômica e social. Isso somente poderá acontecer em função do desenvolvimento industrial, **de sorte que o tipo citado de residência coletiva foi previsto na zona do Estreito e não na Ilha.** (PAIVA, 1952, p. 26, grifo nosso).

O próprio plano previa zonas diferentes para grupos distintos – separando ilha e continente. Essa constatação já demonstra uma fratura no conceito de espaço público como partilhado e lugar para a copresença.

Dentre seus objetivos, estavam a regulamentação da utilização e ocupação do solo urbano, bem como dos gabaritos, e a estruturação do sistema viário através de uma via tronco, consolidando-a desde o Estreito até o Aterro (por atividades comerciais e administrativas, entre elas a UFSC e o Centro Administrativo)<sup>194</sup>. Também visava definir e constituir as zonas residenciais, prevendo arruamentos nas áreas vazias próximas ao centro, sendo as novas praças apreendidas

---

<sup>194</sup> “Ele [o planejamento físico-territorial clássico] consiste na concepção do planejamento como atividade de elaboração de planos para a ‘cidade ideal’. [...] trata-se de planos nos quais se projeta a imagem desejada em um futuro mais ou menos remoto [...], funcionando o plano como um conjunto de diretrizes a serem seguidas e metas perseguidas.” (SOUZA, 2008, p. 123).

como: **“Localizar convenientemente as áreas destinadas à cultura do espírito e do corpo, prevendo, para esse fim, espaços verdes correspondentes (praças), que seriam obtidas por meio de desapropriação de áreas convenientemente localizadas.”** (PAIVA, 1952, p. 21, grifo nosso).

Portanto, as praças já são citadas nos objetivos do pré-plano “como áreas para a cultura do corpo e do espírito”, e não como dotadas de funções cívicas e/ou encontros, salvo a praça cívica prevista. Assim, o conceito de praça vinculada ao lazer utilizado no documento apresenta como sinônimas áreas verdes e praças. As praças antigas da cidade praticamente não aparecem no texto, salvo as Praças XV e Pereira Oliveira. Segundo a figura 33, o zoneamento das áreas verdes visava criar uma lógica de corredores, mas desconsiderava as vocações dos espaços já existentes, apesar de terem sido incorporados ao novo desenho<sup>195</sup>.

Já a visão de espaços verdes como espaços de lazer é uma referência da urbanística modernista, onde a cidade ideal deveria ser disposta em um grande parque, onde os espaços verdes fariam a conexão entre as habitações e abrigariam as atividades de lazer da população. (SOUZA, 2010, p. 109).

Na comparação entre as áreas verdes (praças e parques) previstas no plano (Figura 33) e as praças levantadas pela pesquisa até meados da décadas de 1950 (Figura 34), observa-se que o plano previa que as áreas verdes atingissem 17% da área da cidade, embora poucas tenham sido, naquele momento, implantadas.

---

<sup>195</sup> Em nossa interpretação, a presença dos parques nas cabeceiras da ponte criaria um elemento cênico à entrada da Ilha.

Figura 33 – Proposta de áreas verdes e praças no PD de 1952.

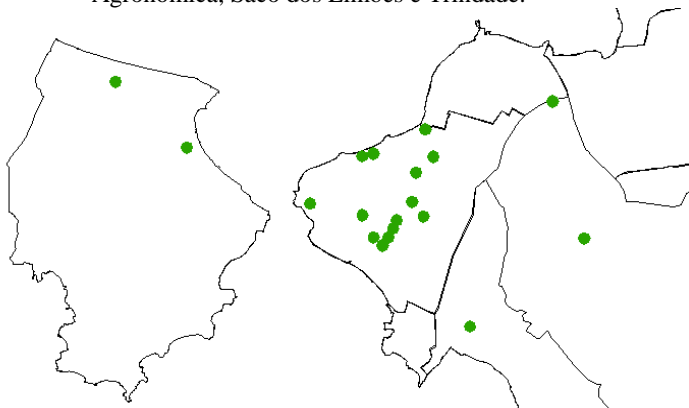
**Figura 36: Planta das Áreas Verdes**

Além de dois grandes parques, a proposta é de áreas verdes espalhadas de forma homogênea, com exceção da área portuária, pelo território. Fazendo a interligação entre elas, por percursos para pedestres.

Fonte: PAIVA, RIBEIRO, GRAEFF (1952) Elaboração: SOUZA, J.

Fonte: Souza (2010, p. 109).

Figura 34 - Praças identificadas até meados da década de 1950, englobando Agronômica, Saco dos Limões e Trindade.



Fonte: Organizado pelo autor a partir do trabalho de campo.

Através do esquema do PD de 1955, nota-se um rigor formal na distribuição das áreas verdes e praças se comparada à existente. O documento previa a existência de áreas verdes em meio às zonas residenciais como fator indispensável à qualidade urbana. Inclusive, ao prever tais áreas, seriam minorados gastos públicos com desapropriações quando fossem necessárias. O texto apontava para lotes de tamanho médio para que o “cidadão médio” pudesse adquirir os lotes, o que interessaria tanto aos “particulares” quanto ao poder público, onerado menos no que concerne à infraestrutura e aos melhoramentos, sobretudo se comparado a áreas dispersas.

A partir de sua localização no plano, as áreas verdes seriam equipadas, gradativamente, “para seu melhor aproveitamento” em meio às zonas residenciais. Foram elencadas áreas prioritariamente vazias, mas, em áreas particulares, o documento previa uma “taxa de melhorias”, pois os proprietários seriam beneficiados com a infraestrutura implantada. Assim, a prefeitura poderia adquirir áreas verdes para usos coletivos, constituindo um banco de terras públicas antes que fossem loteadas. Pela interpretação do texto, não foram consideradas as diferenças socioeconômicas e nem mesmo o acesso a essas terras urbanas<sup>196</sup>, ainda que o documento apresente

<sup>196</sup> Encontra-se a ratificação desse argumento em: “O Plano não apresenta nenhuma proposta residencial para a população de baixa renda que ocupava as encostas de morros em precárias habitações. Como já foi referido anteriormente, os autores fazem menção a essas ocupações, entretanto não propõem soluções.” (SOUZA, 2010, p. 112).

diferenciação de tamanho para lotes a serem vendidos para populações com diferentes rendas (PAIVA, 1952, p.77).

No que concerne ao projeto para a Praça Cívica, intencionava-se não desmerecer a Praça XV, mas seguir-se-ia a necessidade de novos “Edifícios administrativos apropriados com amplas áreas de estacionamento”, pois muitos já estavam obsoletos para suas funções, requerendo um outro local onde os órgãos pudessem ser reunidos. Apontava-se a necessidade de separação entre carros e pedestres; haveria espaços para manifestações coletivas, conexões “íntimas” entre edifícios e o verde, apontando que, como a Praça XV, deveria haver estreita conexão com o mar.

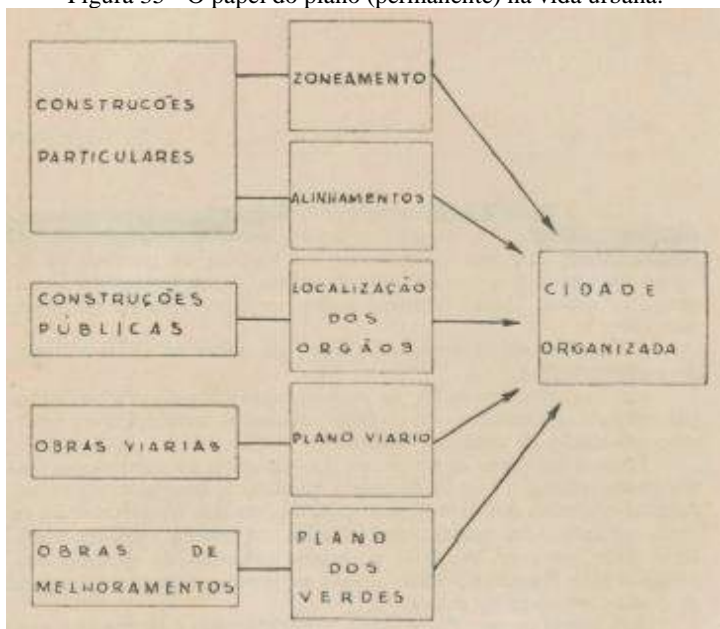
Apesar da decalagem temporal, ainda se encontram resquícios, tanto físicos quanto espaciais, desse plano. No que diz respeito ao texto, há um trecho retomado literalmente no Plano Diretor aprovado em 1997 (FLORIANÓPOLIS, 1998, p. 19), numa visão estreita entre as atribuições relativas à ação do Estado e da iniciativa privada. Esse trecho delimita que ao plano diretor caberia orientar os dois tipos principais de iniciativas existentes na cidade: a pública – através de obras públicas de melhoramentos – e a privada – prédios, loteamentos e fracionamentos e “instalações de locais para qualquer natureza” (FLORIANÓPOLIS, 1998, p. 67). Se, para o plano da década de 1950, tal trecho corresponde a uma visão racional acerca do processo de planejamento, demonstrado no esquema abaixo, retomar tal assertiva no Plano de 1997, sobretudo após a conjuntura de redemocratização nacional e as conquistas dos movimentos sociais, torna-se uma visão ultrapassada. A figura 35 apresenta **o papel do plano na vida urbana**, elaborado pelos idealizadores do plano.

No que concerne à “participação”, o documento apontava a criação de um órgão consultivo intitulado “Comissão do Plano”, visando aproximar o Departamento de Urbanismo da população. Não se pode falar efetivamente em participação, pois a população seria “chamada quando a natureza das questões em debate fosse necessária um contato entre técnicos e população [composta por órgãos de classe, universitários, culturais e esportivos]” (PAIVA, 1952, p. 69).

Dadas as alterações em âmbito nacional e estadual e a crescente migração e aglomeração populacional em torno da capital, resgata-se que, para além das influências espaciais presentes no plano vigente, sua intenção inicial de ordenamento do espaço sucumbiu (ou ratificou) às pressões do capital e do mercado imobiliário e ao crescente interesse da elite local em transformar a ilha em polo turístico.

Contribuiu para a densificação da área continental, no aguardo do porto que nunca foi construído, ao mesmo tempo que aprofundou as diferenças, já ressaltadas, entre ilha e continente<sup>197</sup>.

Figura 35 - O papel do plano (permanente) na vida urbana.



Fonte: Paiva (1952, p. 68).

Apesar de apresentar a **ideia de vida urbana**, a visão totalizante do plano não soube reconhecer a essência cotidiana dessa noção nos espaços públicos intersticiais do centro da cidade, ao não considerá-los em suas particularidades, ao mesmo tempo que demonstrou, em seu diagnóstico, as discrepâncias socioeconômicas entre os grupos locais, mas não conseguiu projetar uma cidade para os homens que nela habitavam, propondo, ao contrário, uma “cidade organizada”<sup>198</sup>, pronta para seu crescimento econômico, distanciando-

<sup>197</sup> “As expectativas da implantação dos equipamentos da área portuária e industrial, de execuções de obras de melhoramentos na infraestrutura urbana da área continental da cidade e do término da BR-101 refletiram em uma dinâmica do mercado imobiliário nessa área durante toda a década de 50.” (SOUZA, 2010, p. 105).

<sup>198</sup> “Os dois modelos [do plano de 1950 e 1970] em estudo têm como referência determinante, na adoção de instrumentos de análise das informações, não a realidade histórica, mas os objetivos desenvolvimentistas previamente definidos para a cidade. Os



se da seguinte assertiva: “Assim como os planos de crescimento econômico deveriam se submeter à lógica do desenvolvimento social, **os planos urbanísticos deveriam colocar a vida urbana como critério principal.**” (PIMENTA, 2005, p. 54, grifo nosso). No entanto, naquele momento histórico, tal procedimento não se restringia a Florianópolis, pois o PD – como documento, em sua concepção e intenções – não estava desconectado do pensamento vigente e da política nacional.

A legislação urbana subsequente, construída ao longo da década de 1960 e aprovada sob a forma de lei na década de 1970, baseou-se, em certa medida, no desenvolvimento econômico como propulsor de um desenvolvimento social<sup>199</sup>.

O plano, realizado pelo CEAU, alinhava-se às novas “orientações em curso no país e em Santa Catarina”, objetivando planejar a região metropolitana (RIZZO, 1993, p.64). Baseava-se na ideia de sistemas, organizando, regulando e buscando construir um modelo sobre o qual as relações estariam estabelecidas<sup>200</sup>. Anterior a esse plano, cabe um olhar ao *Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis* (PDAMF)<sup>201</sup>, elaborado pelo ESPLAN no início da década de 1970:

[...] O PDAMF não se constituiu numa iniciativa isolada e conjuntural, mas, não obstante as particularidades, foi resultado de uma política nacional, com objetivos claros e definidos. E neste contexto que foi idealizado o plano diretor de 1969, aprovado em 1976. (PEREIRA, 1992, p. 90).

Esse documento apresentava uma série de “deficiências” observadas na cidade, desde o processo de favelização até a concentração de equipamentos na área continental, passando pela

dados serão sempre coletados e analisados em função do que anteriormente se fixou como destino da capital catarinense.” (RIZZO, 1993, p. 11).

<sup>199</sup> “Os Planos Diretores de Florianópolis correspondem a dois modelos. O primeiro, ao urbanismo racionalista inspirado nos CIAM, o segundo, ao planejamento integrado instituído no país durante o regime militar pós 64” (RIZZO, 1993, p. VII).

<sup>200</sup> “A ênfase do *systems planning* sobre a necessidade de saber como as cidades e as regiões ‘funcionam’ ênfase essa que representou uma extraordinária chance de ‘cientificação’ do planejamento (ainda que sobre alicerces positivistas, é evidente [...])” (SOUZA, 2008, p. 133).

<sup>201</sup> Esse plano foi elaborado para atender uma demanda do SERFHAU, relativa à liberação de investimentos federais. (RIZZO, 1994, p. 64). “O objetivo principal do PDAMF era a metropolização de Florianópolis, dentro da política desenvolvimentista do Estado brasileiro pós-64 e da doutrina de segurança nacional.” (PEREIRA, 1992, p. 86).

separação entre continente e ilha e pela localização de grupos economicamente favorecidos na região insular. No que concerne especificamente às áreas de lazer e encontro, criticava a existência de “áreas verdes e espaços recreativos, de forma geral, inexpressivos e irracionalmente lançados na trama urbana” (PEREIRA, 1992, p. 92), ou seja, elencava uma série de questionamentos que, a princípio, seriam solucionados através do planejamento. Intencionava, portanto, a “transformação de Florianópolis em um grande centro urbano”<sup>202</sup> (ESPLAN, [1971?], p. 5, v. I).

Dentre as premissas, constavam desde a criação de novos símbolos para a cidade, como a ponte, perpassando terrenos acrescidos de marinha para “rendosos negócios”, até bairros que “disciplinariam” a ocupação. Ao espaço planejado pelo plano caberia, inclusive, “o despertar de sentimentos comunitários.”

Construir uma nova ponte que pudesse substituir, pelo valor de sua arquitetura, a velha ponte como símbolo da cidade e do próprio estado de Santa Catarina.

Soluções que, pela valorização que determinassem em novas áreas ou pela criação de acrescidos de marinha em áreas altamente valorizadas, pudessem transformar-se até em rendosos negócios, atraindo, sempre que possível a iniciativa privada.

Criação de bairros na cidade em condições de propiciarem disciplina à ocupação, pela racional fixação de densidades habitacionais e de conduzirem à organização e ao despertar de sentimentos comunitários (PEREIRA, 1992, p. 95).

O plano demonstrava como a cidade se prepararia para a valorização de áreas específicas, para além da construção de uma imagem vinculada a novos símbolos. Apontava o detalhamento de diferentes “urbanizações” para a ilha, além da execução de projetos específicos, como a praça municipal, no extremo do aterro do continente; a construção da Catedral Metropolitana sobre a antiga Ilha

---

<sup>202</sup> “É evidente que um Estado desintegrado, cada vez mais pobre, entre outros dois cada vez mais ricos, jamais poderá contribuir para o objetivo nacional permanente de integração, ainda mais quando esse empobrecimento é em função de fatores adversos, decorrentes de uma conjuntura que se caracteriza muito mais pela intervenção do planejamento nacional do que pelas potencialidades naturais do crescimento regional.” (ESPLAN, [1971?], p. 5, v. I).

do Carvão; e a construção de equipamentos para turismo e lazer entre as duas pontes, prevendo ainda um porto em Anhatomirim<sup>203</sup>.

Seria necessária a expansão em direção à área continental para a inserção de elementos fundamentais à região metropolitana: o setor militar urbano, o setor universitário estadual (em São José), o setor industrial, o setor industrial pesqueiro, o centro metropolitano (entre ilha e continente). Some-se a isso a expansão urbana da costa atlântica, o setor oceânico de turismo (na ilha) e o aeroporto do Rio Vermelho. Havia a indicação da recuperação da baixada da Trindade, a criação de um sistema viário urbano, a implantação de um parque no Estreito e de um Conjunto Urbano de Turismo. Também previa infraestrutura e serviços, como o projeto de esgotos pluviais, além da necessidade premente por conjuntos habitacionais (ESPLAN, [1971?], p. 52, 58. v. I).

As vocações da ilha e da região metropolitana delineavam-se nessas intenções e propostas de intervenções. Conforme o documento, o problema não era relativo ao planejamento (apesar de esta prática estar em descrédito), mas à sua execução, pois, conforme os desvios, “jamais chegaremos ao desenvolvimento nacional harmônico e programado.” (ESPLAN, [1971?], p. 6. v. I). “[Isto] porque a capacidade de decisão e a visão estratégica, que caracterizam os estadistas não se ensina a ninguém, não havendo planejamento capaz de substituir a autêntica liderança [...]”.

Para o desenvolvimento da área urbana de Florianópolis e da afirmação de todo o estado, o PDAMF recomendava, dentre doze fatores, a existência de um porto continental e de uma base naval, de uma autoestrada que levasse ao Paraguai e à Argentina, de uma ligação entre Lages e Florianópolis, de um complexo industrial e de um complexo turístico, além de uma rede viária metropolitana (ESPLAN, [1971?], p. 33-34. v. I)<sup>204</sup>. Recomendava a salvaguarda de áreas da ação predatória no processo de planejamento, argumentando que:

Os Estados Unidos e a Europa foram surpreendidos pela urbanização acelerada. Aqui não. Todos conhecem o que nas citadas áreas do

---

<sup>203</sup> Propostas extraídas do documento do ESPLAN ([1971?], p. 97, v. I).

<sup>204</sup> Os detalhamentos financeiros e das propostas constam nos volumes II e III. A atividade portuária, a atividades turística, entre outras ganham diversas páginas de detalhamentos. Inclusive, o esporte como “confiança no futuro” e “infraestrutura para o turismo” (ESPLAN, [1971?], p. 318, v. III), propondo-se a criação, dentre uma miríade de outros equipamentos, de praças esportivas.

mundo aconteceu de lamentável, porque inhumano, nos grandes conglomerados que a revolução tecnológica determinou. (ESPLAN, [1971?], p. 37, v. I).

Assim, o plano visava antecipar-se aos processos predatórios e, através do planejamento, regrida e regularia a Região Metropolitana, preparando-a para seu desenvolvimento econômico.

A tradução desses ideais de desenvolvimento<sup>205</sup>, homogeneização e redução das desigualdades pelo planejamento, além da ação técnica conjunta para um reconhecimento da conjuntura em suas complexidades e contradições, resultou na aprovação da lei 1440/76, o PD de Florianópolis (que vinha sendo elaborado desde 1967). No entanto, ressalte-se que, a despeito do PDAMF e das indicações do próprio plano, foi excluída sua abrangência sobre os outros municípios (RIZZO, 1993, p. 69)<sup>206</sup>. Para a capital, deveriam ser feitas intervenções e escolhas não somente legais mas também em obras e operações urbanas<sup>207</sup>, como:

As obras implantadas mais significativas do Plano Diretor idealizado pelo ESPLAN foram a nova ponte, os aterros e o sistema viário que facilitaram os acessos ao centro e direcionaram a expansão urbana. Estas obras permitiram o adensamento de diversos bairros no continente e até mesmo nos municípios vizinhos. Na ilha, a expansão acompanhou a via expressa do contorno em direção à Trindade. (RIZZO, 1993, p. 73).

---

<sup>205</sup> “Os modelos em estudo respondem às ideologias desenvolvimentistas: o nacional desenvolvimentismo do período populista pré 64 [no plano de 1954] e o desenvolvimentismo do ‘fazer o bolo crescer para depois dividi-lo’, do período militar [no plano de 1976]” (RIZZO, 1993, p. VII). “Nas estratégias desenvolvimentistas do regime ditatorial, implantado em 1964, o Desenvolvimento Urbano assume destaque e introduz-se no país uma estrutura de planejamento altamente centralizada. A primeira preocupação que se expressou, no início do regime, foi em relação ao processo de conurbação e geração de regiões metropolitanas.” (RIZZO, 1993, p. 53).

<sup>206</sup> O plano já estava defasado quando foi aprovado, pois “[...] concomitante foi aprovada a criação de uma comissão responsável por sua atualização. Em 1982 o IPUF já apresentava nova versão, mas por iniciativa da administração local foram retirados a área continental e área do distrito sede, tornando-se então Plano da Trindade.” (PEREIRA, 1992, p. 8).

<sup>207</sup> “[...] uma análise das intervenções do poder público no espaço urbano deve ser feita a partir não apenas das leis urbanísticas que o regem, mas também das operações concretamente realizadas pelo Estado; é o par plano/operações de urbanismo que vai proporcionar a percepção do papel desempenhado pelo Estado capitalista na urbanização desse modo de produção.” (PEREIRA, 1992, p. 59).

Esse dispositivo legal, no entanto, sofreu diversas alterações desde sua aprovação, em 1976, até a década de 1990, o que dificultou a compreensão sobre suas áreas de abrangência<sup>208</sup>. Um conjunto de legislações foi sendo implementado através de novos instrumentos legais, de emendas ao plano e de planos setoriais<sup>209</sup>, os quais definiram a feição física da ocupação territorial. Corroborando essa ideia, conforme Pereira (1992), o plano, através do sistema viário, permitiu o acesso e a ocupação de áreas valorizadas, além de criar novas áreas de urbanização. Reformas como os calçadões da área central auxiliaram na expulsão dos “usos indesejados” (PEREIRA, 1992, p. 109)<sup>210</sup>, mas não na compreensão do processo em níveis ampliados.

A contradição maior do planejamento urbano realizado naquele período consistia em definir objetivos finais que implicariam numa alteração de todo aquele modelo de crescimento urbano sem que se propusesse ao mesmo tempo uma estratégia adequada. Outra contradição fundamental era pretender desenvolver ações inovadoras do processo local de urbanização sem que fossem alterados os fatores determinantes desse processo, situados a nível regional ou nacional [...] (PEREIRA, 1990, p. 90)<sup>211</sup>.

O espaço público urbano foi minorado não somente pela valorização de determinadas áreas, pela separação entre os grupos e pela priorização da circulação viária sobre os aterros mas também por ajustes legais que alteraram usos em áreas específicas. Dentre outras, cabe ressaltar a alteração da lei 1.515/77, através da qual a Ponta do Coral e a área do antigo campo de futebol do Avaí tornaram-se áreas verdes. Posteriormente, a lei foi alterada para que tais áreas pudessem ser vendidas (PEREIRA, 1992, p. 91, 125), sendo que a Ponta do

<sup>208</sup> Pereira (1992, p. 8) e RIZZO (1993, p. 74).

<sup>209</sup> Dentre outras, a lei 1.494/77, de criação do IPUF; 1.815/82, proposta pelo IPUF para substituir a lei 1.440/76, mas, para aprovação, foi excluída a área central e o continente; 2.193/85, o Plano Diretor dos Balneários; proposta de substituição do plano diretor, em 1988 (RIZZO, 1993, p. 85). Em consulta às leis 1.440/76, 1.458/76, 1.515/77, 1.516/77, 1.570/78 e 1.715/80, não foram encontradas referências a praças como elementos constantes na vida urbana. Praticamente inexistente também na lei 2.193/85, o Plano Diretor dos Balneários, surgindo, no entanto, as AVL, denominação ainda não constante nas leis citadas.

<sup>210</sup> Mais tarde, tornaram-se palcos para reivindicações, configurando-se como espaços públicos por excelência, em seus contra-usos, como o calçadão em frente à CMF.

<sup>211</sup> Para essa argumentação, o autor baseia-se em Costa (1978).

Coral sofre com disputas legais até hoje, por ter se tornado uma área de alto potencial turístico, enquanto sobre a área do antigo Campo do Avaí foi construído um *Shopping Center*. Nessas duas décadas, foram priorizadas interferências legais que iam desde a possibilidade de aprovação de obras clandestinas até alterações no próprio sentido de espaço público.

A noção de espaço público urbano é praticamente inexistente nesse Plano Diretor, no qual não há referências às praças da cidade, apenas uma citação referente ao Parque Metropolitano, a ser criado sobre o aterro. No que concerne às áreas verdes, o texto legal é bastante sintético, remetendo à futura legislação a ser aprovada: a **lei nº 1.475/76**, a qual, por sua vez, remetia a outra legislação, a 1.516/77. Cabe ressaltar que os levantamentos, diagnósticos realizados, que serviram como base para os objetivos e diretrizes seguem uma racionalidade instrumental que “se volta exclusivamente para a adequação dos meios a fins preestabelecidos, permanecendo estes últimos inquestionados.” (SOUZA, 2008, p. 132).

Esse dispositivo legal (Lei 1516/77) traz um dado importante no que concerne à estrutura da cidade: nas zonas de urbanização prioritária (balneários, áreas de interesse turístico e partes adjacentes à zona urbana), deveria ser mantida a parcela de 45% de áreas públicas nos loteamentos, que combinada aos parâmetros legais de tamanhos de lotes, usos habitacionais unifamiliares e construção de, no máximo, dois pavimentos, além das localizações, seriam preconizadas áreas homogêneas em usos e valores para os mesmos estratos de renda. Portanto, face à aparente imparcialidade da lei, estavam sendo criadas áreas para futura valorização imobiliária, ao mesmo tempo que se minorava os espaços públicos com convivência entre diversos grupos.

Especificamente em seu quarto artigo, a definição de áreas verdes é bastante abrangente e vaga:

[...] são porções do Município, independentemente de dimensões ou localização, que se destinam à criação ou preservação da vegetação ornamental, arbustiva, arbórea ou florestal, à preservação da paisagem, ao desenvolvimento de atividades culturais, de recreação ou lazer que exijam espaço de uso público ao ar livre (Lei Municipal 1.516/77).

Seus usos deveriam estar restritos ao uso público, com atividades de recreação e lazer, conforme raios de influência. Porém, em seu texto legal, diminui a quantidade de áreas verdes urbanas: “**O dispositivo**

**da lei 1440/76 que permitiu a ocupação de áreas verdes e equipamentos de domínio privado, tirando-lhes a condição de ‘non aedificandi’, suprimiu da cidade várias áreas arborizadas.” (PEREIRA, 1992, p. 139).**

O sétimo artigo da lei também apresenta um direcionamento claro:

As regiões de pequenas praias de mar aberto, somente poderão ter seu solo ocupado após aprovação do respectivo plano de uso pelo Executivo Municipal, ouvido o órgão técnico responsável pelo Sistema de Planejamento, com prioridade para empreendimentos de natureza turística (Lei Municipal 1.516/77).

Portanto, ainda que houvesse a intenção de condicionar e, em certa medida, controlar a ocupação em áreas verdes, a vocação para empreendimentos turísticos coincide com a intenção de transformar a ilha em polo turístico, explicitada mais tarde no Plano Diretor dos Balneários (1985).

Ainda sobre o dispositivo legal 1.440/76, em suas análises, Pereira (1992, p. 139) aponta para a “[...] seletividade diante das condições gerais de produção: elas foram hierarquizadas pelo poder público: primeiro aquelas diretamente necessárias à reprodução do capital, depois as demais solicitações.”

Resgata-se que a lei 1.516/77 e o estudo referente ao Plano para o Aglomerado Urbano de Florianópolis<sup>212</sup> não conseguiram mitigar a redução das diferenças, ao contrário, pela interpretação de suas diretrizes, ampliaram ainda mais o abismo entre a legalidade e a ilegalidade, a periferação e a segregação<sup>213</sup>. Um real distanciamento

---

<sup>212</sup> Refere-se ao *Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Florianópolis* – versão março/77 (Convênio n. 08/76: IPEA, CNPU, SUDESUL, Governo do Estado de Santa Catarina, Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e PMF).

<sup>213</sup> A citação a seguir não alude somente a esse dispositivo legal, mas a uma análise das legislações entre 1950 e 1990, por Pereira (1992, p. 140-141): “A capacidade que o solo urbano tem de aglomerar, logo de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social, traz consigo um limite à urbanização capitalista pela fragmentação do solo urbano em diversos proprietários. A principal manifestação espacial deste limite é o fenômeno da segregação urbana que traz uma oposição entre o centro e a periferia., entre zonas de moradia reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular e um esfacelamento generalizado das funções urbanas. Este fenômeno foi percebido na pesquisa, mas constatou-se uma intervenção estatal incipiente em contraposição a ele; as médias de zoneamento da cidade que deveriam desempenhar um papel atenuador desse limite, mostravam-se por demais flexíveis.”

entre a abstração do plano e seus impactos na cidade e em seu cotidiano.

Na apresentação do documento, estava explícito que o turismo seria o elemento gerador de renda e de desenvolvimento. “À privilegiada ‘natureza do sítio’ bastou agregar um mínimo de comunicações, transportes, equipamentos e serviços para provocar o surgimento de um fluxo turístico de crescimento muito acima do previsível.” (PMF, 1977b, p. 5).

Conforme mencionado anteriormente, o olhar volta-se aos balneários da ilha, que vinham recebendo loteamentos desde a década de 1950, bem como à manutenção da história, da cultura e da tradição locais, numa tentativa de resguardar a imagem da vida na ilha<sup>214</sup>. Seriam elementos-chave: a capital em desenvolvimento, os núcleos açorianos de vida pacata e as belas áreas balneárias. Portanto, tanto a expansão para o interior da ilha e para o continente quanto a verticalização que gerava o congestionamento da área central deveriam ser motivos para um ordenamento (PMF, 1977b, p. 5), o que pode ser traduzido na salvaguarda de áreas, não somente visando à manutenção ambiental mas também potencializando sua valorização.

A alta complexidade e concentração das atividades, a corrida imobiliária, a carência de infraestrutura básica, a expulsão para a periferia das camadas de baixa renda, o aumento das distâncias do transporte coletivo, o congestionamento do tráfego, a diminuição da segurança, a poluição do meio ambiente e a degradação da natureza e da paisagem já começam a trazer saudade da vida segura e tranquila do florianopolitano que cultiva a agricultura e o folclore, convive com a natureza e especialmente com o mar. Às populações pobres é cada vez mais difícil manter economias de subsistência, pela redução das áreas devolutas ou ocupáveis, pela diminuição dos recursos naturais de alimentação e pela elevação do grau de mão-de-obra requerida. (PMF, 1977b, p. 6).

---

<sup>214</sup> Entre os elementos naturais e sítios arquitetônicos, tanto novos quanto históricos, o PDAMF, em seu terceiro volume, ressalta as tradições ilhoas como possibilidade de atração turística. Algumas praças centrais, como a Praça XV, a Bulcão Viana e o Largo Benjamin Constant, também são citados. Nesse terceiro volume, são dedicadas mais de 50 páginas ao turismo.



O que está nas entrelinhas do texto perpassa a complexidade da conjuntura socioeconômica, como a ocupação das terras devolutas, tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público, e ressalta que as consequências observadas são de origem exterior ao contexto florianopolitano, mas que se traduzem localmente<sup>215</sup>.

Foi proposto um modelo cujas diretrizes (PMF, 1977b, p. 66, 67) visavam organizar o aglomerado para mitigar os conflitos homem/natureza, ou seja, para minimizar os impactos da ação humana sobre o patrimônio natural da ilha, além de diminuir os custos econômicos e sociais. Nesse sentido, “o respeito à natureza e ao patrimônio natural/cultural seria fundamental” (PMF, 1977b).

Seria necessário “organizar a ocupação conforme a vocação das áreas disponíveis e distribuição das atividades humanas”, o que significava, a partir do zoneamento, demarcar funções, usos e agrupamentos que se apropriariam dos diferentes espaços na ilha. Ainda que ampliando o olhar, em certa medida, o documento manteve-se tão restritivo quanto o plano de 1950. Essa diretriz pode ser analisada conjuntamente à orientação de adensar o continente, descongestionando o centro da ilha – diretriz paradoxal se levado em consideração o processo de verticalização da Av. Beira-Mar Norte (inclusive legalmente, com aprovação da lei 2.090/84, que permite a “construção de edifícios de 18 pavimentos, na Via de Contorno Norte, que se destinassem a abrigar hotel de cinco estrelas” (RIZZO, 1993, p. 91).

Apreende-se que, para além do discurso e das intenções, uma reorganização que vise valorizar o centro e manter o patrimônio natural coincide com as intenções de valorização das áreas balneárias e da tradição local, somados aos investimentos no setor viário, que passam a organizar o espaço da ilha para o turismo<sup>216</sup>. Indo além, o espaço de todo o aglomerado urbano, nas diferentes vocações entre as

---

<sup>215</sup> “Deve-se enfatizar, conclusivamente, que apesar da importância e complexidade dos elementos de preservação natural, os balneários da Costa Norte da Ilha de Santa Catarina, contam ainda com grandes áreas perfeitamente adequadas à expansão urbana.” (IPUF, 1978a, n.p.)

<sup>216</sup> “No caso do Aglomerado Urbano de Florianópolis a Ecologia assume um papel todo especial dada a extraordinária ‘riqueza’ de sua paisagem natural que além do valor ambiental a ser preservado constitui **um capital inestimável para a atividade turística**” (PMF, 1977b, p. 55, grifo nosso). Assim, eram passíveis de tornarem-se ZUP a orla de Gov. Celso Ramos e as águas de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. Indo além, para a Ilha, “áreas verdes, lagoas, praias e outros recursos naturais poderão ser transformados em excelentes ‘áreas verdes planejadas’ desde que se equipem com uma estrutura recreativa adequada reforçando ainda o próprio desenvolvimento do turismo na área.” (PMF, 1977b, p. 55).

idades, começou a ser preparado para a função turística: “Vitalização da função turística através da utilização racional e integrada das potencialidades de todo o Aglomerado.” (PMF, 1977b). Esse foi um direcionamento que impactaria nas escolhas de localização, não somente dos equipamentos mas também dos grupos humanos, o que, de certa maneira, constituía a base para a separação entre os diversos modos de ocupar o espaço, com impacto na construção dos espaços públicos. Cabe ressaltar que o uso de espaços públicos em áreas de apropriação sazonal, como as balneárias, é diverso do uso dos espaços densamente ocupados das áreas centrais ou de bairros densos. Além disso, com muitas dessas áreas tornando-se áreas residenciais permanentes, como o balneário de Ingleses do Rio Vermelho, a demanda por espaços públicos ampliou-se<sup>217</sup>.

A construção do espaço público urbano – que, no plano da década de 1950, faz alusão a algumas praças e áreas verdes e que, no plano aprovado na década de 1970, é insípido – amplia-se para além de projetos específicos. Com o olhar visando alcançar mais do que as praças centrais, os largos e o mercado, ganham novos conteúdos e formas, sobretudo com o acréscimo de áreas públicas remanescentes dos loteamentos, das praças antigas das freguesias e das áreas previstas para lazer nos balneários. Surgem novas modalidades, como os projetos de pedestrialização de ruas no centro urbano<sup>218</sup>, e Planos, como o *CURA Piloto-Continente* (PMF, 1976) e o Plurianual, de 1978 (IPUF, 1978b), que, através de um olhar totalizante e do planejamento, buscam cobrir todas as “deficiências diagnosticadas na cidade”. Como dito acima, retomamos o que Pereira (1992) chama de “intervenção contraditória do Estado”, que visa minimizar os efeitos nocivos do capitalismo e dar sequência à ocupação espacial.

O Programa CURA Continente I foi uma operação urbanística que procurou melhorar várias condições gerais de produção, tanto de meios de circulação material (implantação e pavimentação de ruas, transporte de energia, sistema de distribuição de água, etc) como de

---

<sup>217</sup> Soma-se a isso, “[...] nas situações costeiras [...], raros casos de propostas para espaços públicos” (OLIVEIRA, 1999, p. 132).

<sup>218</sup> A humanização das áreas centrais urbanas através da pedestrialização era um tema recorrente em âmbito nacional e mundial, discutida desde o início da década de 1970. Abrahão (2008) discute o Seminário Internacional de Revitalização de Áreas Centrais, realizado em São Paulo, em 1975, e indica que o tema fora abordado no VIII CIAM. Para referências específicas dos planos de humanização da área central de Florianópolis, buscar Cunha (2002, p 128-131).

meios de consumo coletivo (iluminação pública, espaços públicos, saneamento básico, transporte coletivo de passageiros, etc.). Sua abrangência, no entanto, ficou restrita a algumas áreas do continente. (PEREIRA, 1992, p. 139).

Ao mesmo tempo, os conjuntos habitacionais passam a ser objetos de preocupação, de modo que alguns deles incluem áreas coletivas em seus projetos. Os parques também entram no discurso, ainda que, na prática, poucos sejam efetivados.

Através de uma série de estudos, a cidade passou a ser analisada sob sistemas<sup>219</sup>, com soluções específicas para cada problema apontado, mas com pouca relação entre as soluções e a origem dos problemas encontrados:

Seria desnecessário lembrar que a situação decorre de todo um contexto sócio-econômico-cultural, do qual emerge, por um lado, as liberalidades que se acostumam gozar aqueles que fazem do desenvolvimento urbano um bom negócio e, por outro, a ideia generalizada de que as vantagens locacionais e os recursos tecnológicos disponíveis justificam e permitem ocupar qualquer espaço a qualquer custo. (PMF, 1977b, p. 12).

Trata-se de um diagnóstico fiel dos problemas encontrados, mas com pouca repercussão na busca por soluções combinadas<sup>220</sup>, ainda que houvesse uma série de análises temáticas:

É a cidade essa soma de indícios e indicações, de variáveis e parâmetros, de correlações, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias por que fragmentantes? Não falta rigor a essas decupagens analíticas, mas como já se disse, o rigor é inabitável. O problema coincide com a interrogação geral apresentada

---

<sup>219</sup> O planejamento físico-territorial clássico começou a “[...] absorver elementos do enfoques sistêmicos, tendo o seu vocabulário e o seu instrumental enriquecidos e sofisticados sem que a essência fosse muito modificada”. (SOUZA, 2008, p. 133-134).

<sup>220</sup> O documento aponta para a ocupação descontínua e de baixa renda da região continental e de áreas isoladas no interior da ilha (balneários), assim como para a concentração no centro urbano da Ilha (entre Saco dos Limões e Trindade) e em áreas de ocupação ao longo da BR-101 (de Palhoça a Biguaçu). Demarca que os usos, ao longo da BR-101, mostram uma ocupação descontínua, com grandes equipamentos de serviços e industriais, conjuntos habitacionais e habitação de baixa renda.

pelas ciências especializadas. (LEFEBVRE, 2009, p. 43).

O modelo proposto vigente baseava-se em duas propostas paralelas e complementares, conforme a figura 36, e foi retomado em 1984, no documento elaborado para o Plano dos Balneários (IPUF, 1984). Em primeiro lugar, amparava-se em uma estruturação conformada por centros secundários, “centros de animação” (para evitar o estrangulamento da área central), e por um equilíbrio na distribuição de equipamentos urbanos (públicos e privados) e sociais, com “relativa autossuficiência” (PMF, 1977b, p. 7), diminuindo custos, recursos e congestionamentos e ampliando a “qualidade de vida” e estruturando o sistema viário, buscando inserir um sistema de transportes de massa. Como resultado, formava-se uma ocupação descontínua entre áreas urbanizáveis e áreas de preservação – “[...] não formando um contínuo massificado de baixa qualidade de vida urbana” (PMF, 1977b) –, gerando a presença de áreas vazias.

Em segundo lugar, buscava-se um equilíbrio de distribuição, na medida em que seria formada uma área composta por dois triângulos entre ilha e continente, um de frente para o outro e unidos pelo vértice (que são as pontes), conforme o documento (PMF, 1977b, p. 68, 69) (Figura 36).

Dentre as diretrizes, cabe ressaltar que havia a intenção de:

Manter sempre a preponderância das soluções que visem a melhoria da qualidade de vida urbana real, ao nível do indivíduo e sociedade, sobre aquelas de caráter formal que resultam do uso indiscriminado de um estoque de “clichês” consagrado. (PMF, 1977b, p. 13).

Contudo, as soluções adotadas, em um olhar distanciado, não apresentavam condições capazes de mitigar essas intenções, bem como, ao buscar “um modelo de ocupação e uso do solo que se ajuste da forma mais natural possível o espaço disponível e que o processo de planejamento pudesse ser alimentado constantemente conforme o estudo do fenômeno da urbanização” (PMF, 1977b), não foram processos efetivados tendo sido observado, na prática, uma série de alterações legais pontuais que demonstram a ação do Estado na aprovação de leis em comunhão com os interesses do setor privado<sup>221</sup>, indicando, inclusive, áreas para alocação de conjuntos populares,

---

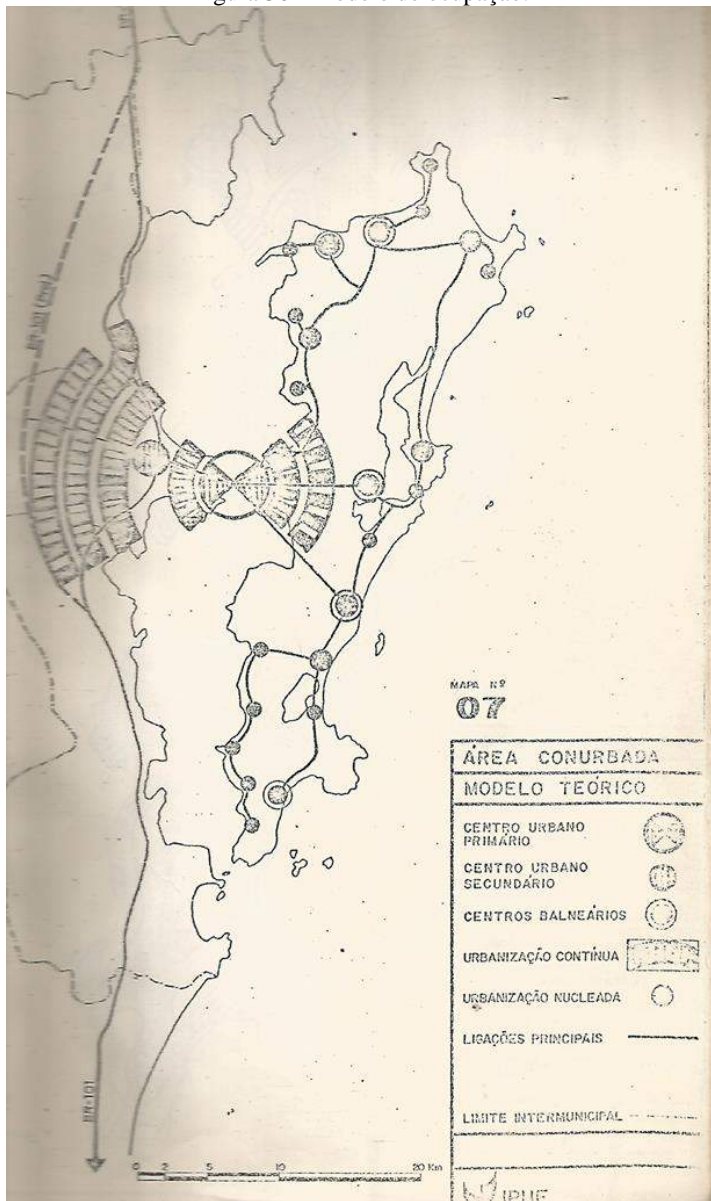
<sup>221</sup> Um levantamento dessas leis pode ser observado em Rizzo (1993).

como o Saco Grande (tornando-o uma ZUP)<sup>222</sup>, e outras áreas com investimentos e equipamentos urbanos.

---

<sup>222</sup> Aa ZUP (Zonas de Urbanização Prioritária) contemplam um conceito bastante extenso, pois agregam desde áreas em ocupação acirrada, carentes de infraestrutura, até áreas balneárias.

Figura 36 - Modelo de ocupação.



Fonte: IPUF (1984, mapa 07).

O Estado ao distribuir social e espacialmente os equipamentos urbanos para as diferentes classes e frações de classe, reflete ativamente as contradições e a luta de classes gerada pela segregação social dos valores de uso urbanos. (PEREIRA, 1992, p. 51).

Esse processo altera as próprias intenções iniciais, que apontavam para a necessidade de conter a especulação imobiliária, adensando as zonas urbanizadas que já possuíam equipamentos e infraestrutura e tributando áreas ociosas (PMF, 1977b, p. 73, 84):

Observa-se ainda, tanto na Ilha quanto, sobretudo no Continente, a existência descontínua e desorganizada de loteamentos que não respeitam as condições geográficas, em áreas insalubres ou alagadiças, em áreas de topografia acidentada devastando morros de grande valor paisagístico/ ambiental e onde a alocação infraestrutural é inexistente e praticamente inevitável. (PMF, 1977b, p. 57).

As questões referentes aos loteamentos não se dão apenas no Continente, mas, conforme o documento, começam a ser observadas nas áreas balneárias, havendo necessidade de maior regulação no processo de ocupação (PMF, 1977b, p. 58). A manutenção da vida nas regiões próximas ao mar estava sendo atingida sob a forma da pesca predatória, de uma diminuição da atividade agrícola e de uma invasão de loteamentos, apontando, portanto, para a necessidade de regulação tanto para a pesca quanto para a indústria da cerâmica, além das atividades agropastoris (PMF, 1977b, p. 58, 59). Em concordância com esse item, resgata-se do Plano Diretor dos Balneários da Costa Norte (IPUF, 1978a) que as duas ocupações principais das faixas litorâneas davam-se a partir de uma pesca decadente e da exploração turística. O documento aponta duas invasões capitalistas – no mar, pelos barcos pesqueiros, e em terra, pela compra de terrenos na fachada litorânea<sup>223</sup>, mas fomenta, ainda que não explicitamente, uma

---

<sup>223</sup> O documento previa uma cooperativa para minimizar o efeito dos intermediários nos ganhos dos pescadores, além da a manutenção da pesca artesanal e da pouca agricultura existente em integração com o complexo turístico, buscando salvaguardar ou usar “corretamente” as áreas de preservação. Propunha-se poucos equipamentos de educação, prevendo-se a instalação de cursos de treinamentos/especialização em Canasvieiras (indicando ênfase em pesca e turismo). É interessante notar como o documento aponta para “que todo o sistema escolar da região deveria funcionar a base de apoio e participação popular na política de preservação dos recursos naturais e de valorização das atividades e da própria cultura local”. (PMF, 1977b).

outra invasão, legalizada, através dos parâmetros legais propostos<sup>224</sup>. Assim, os documentos, ao mesmo tempo que defendem a pesca e a agricultura artesanais, indicam a ocupação turística, sendo paradoxais na manutenção de pescadores em áreas que seriam valorizadas pelos investimentos públicos e privados.

A valorização do patrimônio edificado ratificaria a atividade turística, pois Florianópolis, consolidando-se como capital e centro da organização da produção do estado, sediaria organismos federais e privados, com exploração e aumento do setor terciário. Tudo isso contribui para a justificativa de salvaguardar o patrimônio histórico-cultural e natural da ilha, conforme o plano (PMF, 1977b, p. 19)<sup>225</sup>.

Em seu jogo de escalas, o plano ia do aglomerado urbano ao pontual, voltando-se especificamente para a criação de espaços públicos em pontos determinados da ilha. Nesse sentido, previa um fechamento das áreas centrais ao tráfego de veículos, como o calçadão da Felipe Schmidt, bem como a urbanização da Baía Sul, criando uma “ampla área verde de uso recreativo e cultural” – somada à implantação do terminal de ônibus urbano.

Em outro eixo, previa a recuperação de áreas deterioradas ou carentes de infraestrutura através do CURA I, melhorando as condições de habitabilidade em conjuntos e em áreas invadidas. Finalmente, um terceiro eixo visava organizar as zonas de ocupação prioritária.

Em um olhar aproximado aos problemas sociais, apontava para a presença de mendigos nos municípios aglomerados (PMF, 1977b, p. 106), mas não aprofundava a questão. No que concerne à questão habitacional, previa, além da recuperação de áreas invadidas, a utilização de áreas no Continente, abrangidas pelo projeto CURA para

---

<sup>224</sup> Nos planos e projetos especiais, referentes ao lazer e ao turismo, já se indicava o direcionamento dos investimentos para o norte: Canasvieiras, Jurerê e Daniela; para o leste: Ingleses e Barra da Lagoa; e para o sul: Pântano do Sul, Armação e Ribeirão da ilha. Essas áreas coincidem com as apresentadas em documento posterior, o *Plano Diretor de Uso do Solo dos Balneários da Costa Norte da Ilha de Santa Catarina*, de 1978 (IPUF, 1978a), que indicava duas zonas prioritárias: a costa leste/sul e a norte.

<sup>225</sup> Ainda ressalta que é necessário preservar, para além dos “acidentes geográficos” que se constituem em importantes atrativos turísticos”, o “**Patrimônio Histórico** expresso tanto pelas edificações que retratam a arquitetura colonial, quanto pelos núcleos e vilas que mantêm a cultura ou tradições do passado (São João do Rio Vermelho, Ribeirão da Ilha, Lagoa e Santo Antônio) **que deverão merecer uma atenção em termos de sua preservação e valorização para a atividade turística**” (PMF, 1977b, p. 84, grifo nosso), inclusive no reuso de “edificações de valor histórico e/ou arquitetônico visando seu aproveitamento turístico.” (PMF, 1977b, p. 89-90).



futuras instalações de COHABs do INOCOOP, e de áreas na Ilha de Santa Catarina (Saco Grande, Ratoles, Tapera, Campeche, Carianos) e no município de São José, para conjuntos habitacionais da COHAB<sup>226</sup> e PROFILURB, segundo estudos e análises do Grupo Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Florianópolis, visando “também dotar de infraestrutura algumas áreas no sentido de reter a população e diminuir os bolsões de sub-habitação” (PMF, 1977b, p. 106).

Esses apontamentos, embora relativos aos problemas socioeconômicos e buscando soluções para o problema da moradia, não significavam, no entanto, o acesso à cidade ou a minoração da especulação imobiliária:

[...] sob o ângulo político, embora o modernismo tenha revelado preocupações ‘sociais’, como a produção em massa de habitações higiênicas para a classe operária e o acesso dos pobres urbanos a moradias dignas [...] a perspectiva era a de um disciplinamento e uma melhora das condições de vida da classe trabalhadora no marco do capitalismo, e não uma superação deste. (SOUZA, 2008, p. 129).

[...] as intervenções estatais aconteceram de forma parcializada no espaço estudado [distrito sede], caracterizando-se: 1) pelo desenvolvimento do consumo de luxo para uma minoria: vias expressas, Shopping Centers, Marinas, etc. 2) pela escassa intervenção do poder público na reprodução da força de trabalho, em termos econômicos: em mais e maiores espaços públicos, em transporte de massa, em habitações coletivas populares, etc. (PEREIRA, 1992, p. 142).

No que e refere à recreação e ao lazer, reforçava-se a necessária “dinamização dos serviços de restauração, arborização e animação das praças e espaços destinados à recreação no Aglomerado Urbano de Florianópolis.” (PMF, 1977b, p. 110). Concomitante às alterações no espaço urbano, os espaços públicos passam a ter um forte apelo ao lazer esportivo e turístico, sendo indicada a construção de *campings* e

---

<sup>226</sup> Encontra-se um panorama geral da questão habitacional em Florianópolis em Pimenta e Pimenta (2005a). O problema referente aos conjuntos habitacionais já aparece no PDAMF: “Os núcleos desordenados do BNH, não conseguindo lugar de implantação na Capital, transformaram-se em problemas maiores para a cidade, ocupando espaços de São José [...]” (ESPLAN, [1971?], p. 171, v. I).

motéis e recomendada a meta dos 12m<sup>2</sup> de áreas verdes por morador. Para tanto, preconizava-se a instalação de parques, de um Jardim Botânico, de um Museu do Mar, entre outros equipamentos, buscando-se, também, valorizar as águas termais dos municípios do aglomerado. A bicicleta é citada como possibilidade de lazer, mas não como meio de transporte (o que sofreria uma inflexão a partir da década de 1990).

O documento apresenta, portanto, uma visão abrangente no que diz respeito ao diagnóstico, mas, em se tratando da construção de espaços públicos, ainda está distante de uma aplicabilidade efetiva. O mesmo concerne aos espaços públicos existentes, suas vocações e singularidades, bem como ao encaminhamento de propostas não baseadas no cotidiano dos municípios.

Outro documento que data da década de 1970 e que se alinha às perspectivas já delineadas são os *Estudos Setoriais – diretrizes para ocupação do uso do solo no Aglomerado Urbano de Florianópolis*, datado de 1977 (PMF, 1977a). Para esta pesquisa, a importância desses estudos reside em seu olhar voltado às áreas de maior carência e em suas “propostas para solucionar” as deficiências encontradas. Resgata a ideia de descentralização dos equipamentos através dos já citados centros de animação:

Descentralizar e ampliar os equipamentos sociais existentes através de recuperação e criação de centros de animação visando atingir os “setores que constituem a vida social organizada – ação comunitária, assistência social, educação, lazer e recreação, habitação e saúde. (PMF, 1977a, p. 3)

O distanciamento entre o texto do documento e a ação prática transparece nas leituras que relacionam o contexto socioeconômico – que agrupa desde carências financeiras até a desagregação familiar – à participação organizada da comunidade municipal no processo de planejamento. Essa participação induziria a um possível reajustamento à vida comunitária: “O reajustamento psicossocial do homem com carência financeira e desagregação familiar, requerendo oportunidades de participação ativa e consciente na comunidade.” (PMF, 1977a, p. 3). O diagnóstico apresenta um importante mapeamento dos conjuntos habitacionais, pois demonstra especialmente as questões relativas à inserção dos grupos à trama urbana. Resgata a necessidade de criação de áreas públicas e reforça a marginalização da população de menor renda no que se relaciona à habitação.

É fundamental preservar, recuperar e criar equipamentos recreativos e de lazer, possibilitando que o Aglomerado Urbano de Florianópolis” criando áreas de recreação infantil e jardins. Parques, praças públicas. (PMF, 1977a, p. 4).

O acelerado crescimento demográfico da Capital, acentuando as características marginalizantes, sobretudo em termos habitacionais (PMF, 1977a , p. 7, 8).

Foi constatada a falta ou a ineficiência de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais, a ausência de condições mínimas e de critérios, pela prefeitura, para a liberação desses conjuntos, bem como a presença mínima do setor público em bairros como Estreito, Coqueiros e Barreiros (que foram áreas percorridas pelo técnicos), além de áreas invadidas com elevado contingente habitacional (PMF, 1977a , p. 8).

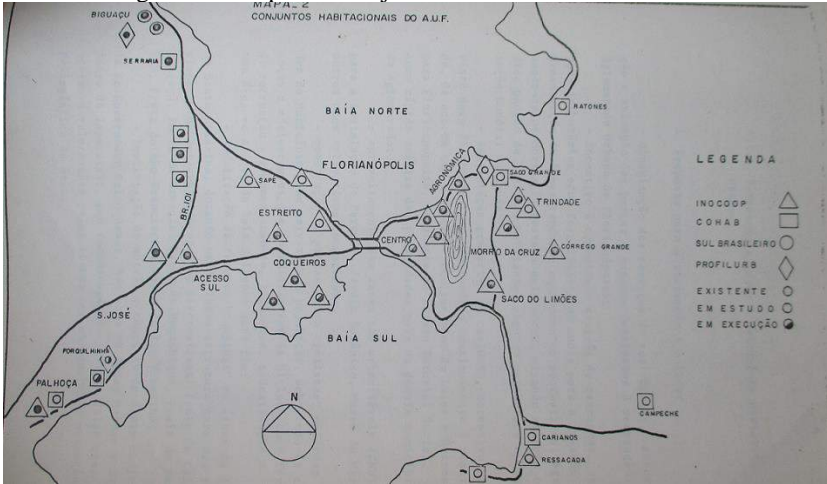
A leitura acerca dos problemas socioeconômicos encontrados é bastante lúcida, no entanto, as propostas não desencadearam, efetivamente, uma inclusão social nas propostas físicas, pois “[p]artindo dessas constatações há a necessidade de reequipar os conjuntos habitacionais existentes e equipar os que serão construídos, bem como dotar de equipamentos comunitários os bairros mais densamente povoados” (PMF, 1977a, p. 8). Isto é, o fato de melhorar as condições de habitabilidade nesses locais, apesar de pontualmente importante, não reforça o acesso à cidade, mantendo as áreas mais valorizadas, ao mesmo tempo que não indica a abertura de canais participativos.

O mapa dos conjuntos habitacionais do AUF (Figura 37) apresenta os conjuntos habitacionais à época, sem que seja considerada a renda dos moradores e os grupos aos quais se destinavam.

Dos 11 conjuntos listados em Florianópolis (realizados pelo INOCOOP), em 10 foi levantada a necessidade de equipamentos: desde áreas verdes até equipamentos comunitários, como centros, recreação infantil, entre outros. O documento aponta que, apesar de “[...] numerosas e belíssimas praias, as alternativas de usar o tempo para o lazer, pelas populações de municípios interiores e de menor renda é inexistente.” (PMF, 1977a, p. 45). Essa constatação é fundamental para o entendimento da oferta de espaços públicos urbanos, tanto nos municípios interiores do AUF como na própria ilha,

dados o acesso às praias ser dificultado pelo valor das tarifas dos transportes coletivos – problema que foi se agravando com o tempo. Foi realizado um levantamento<sup>227</sup> dos parques infantis, conforme o quadro 7, além dos vinculados à escolas e áreas privadas.

Figura 37 - Mapa dos Conjuntos Habitacionais do AUF.



Fonte: PMF (1977a, p. 109).

Quadro 7 - Parques infantis no AUF.

Denominação	Localização	Bairro
Dona Tilinha	Praça Getúlio Vargas	Centro
Abdon Batista	Praça Abdon Batista	Saco dos Limões
Dona Zilda Silveira		Bairro da Penitenciária
Nossa Senhora de Fátima	Colégio Nossa Senhora de Fátima	Estreito
Celso Ramos	Praça Gov. Celso Ramos	Agromônica

Fonte: PMF (1977a).

O quadro acima demonstra que todos os parques estão situados em Florianópolis, bem como a maioria das praças encontradas, duas em São José, uma em Palhoça, duas em Santo Amaro, duas no Estreito e o restante na ilha (9) (PMF, 1977a, p. 46-47). Ou seja,

<sup>227</sup> Nos distritos interiores à ilha, há alguns parques infantis em escolas como no Ribeirão, Santo Antônio, Ingleses, Canasvieiras e Lagoa da Conceição. Nos demais municípios são inexistentes. (PMF, 1977a, p. 46).

aponta uma defasagem na oferta de espaços públicos urbanos, sobretudo no que concerne ao processo de ocupação acirrada no AUF e à densificação de áreas menos valorizadas. Para minimizar os efeitos dessas constatações de carência de equipamentos em determinadas áreas de Florianópolis, o texto previa a construção de centros sociais nos bairros Saco dos Limões<sup>228</sup>, na Trindade e na Coloninha (PMF, 1977a, p. 47 a 49), vinculando-se ao PROCENTRO. Alguns permanecem ativos, como o do Sacos dos Limões.

Essa perspectiva de “diagnósticos” com levantamentos primorosos de dados, ainda que parciais, e de planos abrangentes adentra a década de 1980. Esses materiais puderam ser observados tanto na proposição do *Plano Diretor de Uso dos Balneários e Interior da Ilha* (lei 2.193/85) quanto na proposta de um novo Plano Diretor de 1988 (IPUF, 1988). Outro documento fundamental foi organizado em âmbito nacional IBAM, chamado Projeto Cidades de Porte Médio (IBAM/CNPU/BIRD – 1978), com levantamentos de oito cidades brasileiras<sup>229</sup>.

Os problemas administrativos da cidade foram demonstrados no documento do IBAM (1978), que apontava a necessidade de reorganização de órgãos públicos, como a COMCAP e a Secretaria do Estreito, além de um “desenvolvimento institucional” do IPUF. É importante sob diversos aspectos, mas é aqui apresentado por demonstrar a fragilidade institucional com que se deparava a administração pública, já na década de 1970. Elementos citados no documento, como o parque sobre o aterro da Baía Sul, não se validaram ao longo do tempo.

O Plano Diretor dos Balneários foi aprovado através da lei 2.193/85. Seu “diagnóstico” datilografado data de junho de 1984<sup>230</sup>

---

<sup>228</sup> “No bairro do Saco dos Limões ocorreu uma interessante experiência comunitária que poderá ser estendida a outros bairros – o conselho comunitário organizou-se, fez um recenseamento por conta própria e conseguiu a implantação no local de um Centro Social Urbano – CSU – classe A.” (IBAM, 1978, p. 24 do item Florianópolis).

<sup>229</sup> Com relação à temática pesquisada, cabe citar o item referente à Florianópolis, no que se refere à “Cultura, Lazer e Recreação – A Prefeitura mantém um teatro e três bibliotecas públicas. Na área de lazer e recreação, Florianópolis conta com 13 praças para lazer contemplativo e quatro praças com equipamento de animação. Está sendo concluído o Ginásio de Esportes; foram construídas 10 quadras de esporte polivalentes e projetadas para construção de mais quadras. Há, também, um projeto para a construção de uma grande área de lazer, localizada no centro da cidade – o Parque do Aterro da Bacia Sul. Aos domingos, algumas vias são fechadas ao trânsito de veículos e se transformam em ‘ruas de lazer’.” (IBAM, 1978, p. 5 do item Florianópolis).

<sup>230</sup> Documento integrante do *Plano de Desenvolvimento da Área Conurbada do Aglomerado Urbano de Florianópolis*. Fez-se a escolha, a título de estudo, de analisar prioritariamente o

(IPUF, 1984). Realizado pelo IPUF, o documento desenvolve um modelo a partir de extenso levantamento de dados, já citado anteriormente, no qual se vincula a vocação eminentemente turística da Ilha, sobretudo praias e núcleos históricos, à ocupação territorial. “Nesse modelo, a Ilha de Santa Catarina aparece como o grande espaço turístico da Região.” (IPUF, 1984, n.p.). Vinculando centros balneários e centros interiores como áreas de urbanização, o documento aponta para uma “política demográfica de longo prazo”, visando “fixar as populações locais e reservar sem ocupação urbana áreas para futura expansão.” (IPUF, 1984, n.p.). O texto remonta à necessidade de “democratizar o uso dos recursos marinhos de lazer”. Para tanto, preconiza áreas turístico-residenciais pela orla, o que, em certa medida, conforme a estrutura fundiária proposta legalmente, direciona para determinados grupos essa faixa, processo já observado nos documentos anteriormente citados.

O modelo proposto visava enfatizar a preservação da cultura local, “seja criando áreas históricas [...], seja criando áreas culturais [...]”, discurso aproximado ao *Plano de Estruturação do Aglomerado Urbano de Florianópolis*, de 1977. O projeto intentou criar, através da disposição “estrategicamente escolhida”, uma diferenciação entre áreas mistas centrais, áreas turísticas, residenciais multifamiliares, residenciais unifamiliares, áreas de serviço e comércio, áreas rurais e áreas de preservação.

O dispositivo buscava a “participação do cidadão florianopolitano” em dois momentos: i) demandando críticas e colaborações sobre o documento; e ii) buscando informações sobre as características de cada um dos distritos, bairros e núcleos estudados. Não se pode falar efetivamente em participação, pois, assim como nas consultas previstas na década de 1950, a “participação” se daria no início, para reconhecimento, e *a posteriori*<sup>231</sup>.

Em seu relato sobre a evolução histórica, resgatava que “a evolução da ocupação dos Balneários e Interior da Ilha de Santa Catarina confunde-se com a própria história de Florianópolis, desde a

---

diagnóstico de 1984 ao plano de 1985, pelo teor de informações apresentados. Em determinados aspectos, remonta ao Plano Diretor dos Balneários da Costa Norte, documento de 1978 (IPUF, 1978a).

<sup>231</sup> Segundo Yves Chalas, conforme o urbanismo performativo: “L’urbanisme peut être qualifié d’urbanisme pratique quand son action consiste, non plus à livrer en expert des solutions élaborées par ses seuls soins, pas même à soumettre ses solutions au débat public, mais, dans la visée au moins, à trouver des solutions à partir du débat public. L’urbanisme pratique est l’urbanisme qui n’a pas de véritable projet ou de solution avant le débat public, mais après seulement le débat public.” (CHALAS, 1998, p. 210).

sua função estratégica-militar até o recente desenvolvimento turístico”, e que “os açorianos eram pescadores pobres, sendo-lhes destinadas pequenas faixas de terra (minifúndios), normalmente mal distribuídas” (IPUF, 1984, n.p.). Indo além, resgatava que Santo Antônio fora um movimentado porto. Os balneários e áreas interiores, que não eram objeto de preocupação, tornaram-se alvo de questões urbanísticas: “Não há maiores transformações na estrutura econômica dos Balneários da Ilha de Santa Catarina praticamente até meados deste século (1950/1960) quando se inicia a implantação de casas de veraneio dos moradores de Florianópolis.”

Foi nesse contexto que as modificações a partir dos loteamentos e edifícios particulares começaram a se tornar mais evidentes, transformando áreas ocupadas por pescadores em espaços turísticos, “sobretudo Canasvieiras que é o Balneário mais urbanizado da Ilha de Santa Catarina” (IPUF, 1984, n.p.). O discurso apropria-se da ideia de que:

Ainda persistem alguns núcleos de pescadores, destacando-se os da Barra da Lagoa, Ingleses e Pântano do Sul, mas hoje, **a função dominante dos Balneários é a de centros de recreação e turismo que considerada a tendência histórica de substituição das atividades artesanais, tende a ser hegemônica** (IPUF, 1984, n.p., grifo nosso).

O turismo, na ótica do documento, é “uma das potencialidades mais concretas da Capital”, mas “assume uma característica predatória, desequilibrando o sistema natural e desestruturando as comunidades tradicionais, não apresentando até então, resultados econômicos com maior significado para a Região.” Esse ponto de vista já fora defendido em planos anteriores: o do Aglomerado Urbano de Florianópolis (1977) e o dos Balneários da Costa Norte (1978).

A sobrevivência desses núcleos deveria ser mantida, bem como suas tradições. Os costumes não poderiam ser perdidos, visando tanto à sobrevivência da população local quanto à “sustentação destas áreas como polos privilegiados de atração turística” (IPUF, 1984), ou seja, mesmo na manutenção das tradições a vocação turística prevaleceria.

Portanto, por mais que os documentos visassem manter a vida local, partiam do pressuposto de que seria possível conviver com a tradução e atrair os fluxos turísticos. Seria necessário, também, reforçar o caráter dos “núcleos tradicionais”. Essa análise é um tanto quanto rígida e desconexa do que se passa efetivamente, afinal, trata

dos núcleos sem abordar seus moradores e o modo como eles veem essas alterações. Pode ser ampliada essa argumentação com o trecho:

[...] adoção de uma política que fixe o elemento nativo nos locais de origem, através do fornecimento de condições favoráveis ao desempenho das atividades produtivas tradicionais e que aumente as perspectivas de melhoria no nível de vida das comunidades. (IPUF, 1984, n.p.).

No entanto, as rendeiras, os pescadores e aqueles que possuíam engenhos começam a perder espaço para os atravessadores, assim como seus espaços dão lugar às áreas para residências de verão.

O documento sinaliza que, cada vez mais, esses núcleos transformavam-se em dormitório, recorrendo a população ao núcleo central. Esse processo decorria da “decadência das atividades e da desestruturação das comunidades tradicionais”, observados a partir de maior facilidade de comunicação e influência de novos modos e costumes urbanos. A especulação imobiliária era o outro lado do mesmo processo, utilizando-se das fachadas litorâneas para as residências sazonais e equipamentos voltados à exploração do turismo e do lazer (IPUF, 1984). A taxa de crescimento da população nos balneários, entre 1970/1980, era de 2,3% para a população residente, enquanto a flutuante era de 4,9% (IPUF, 1984). Ambas cresceram, demonstrando que mais pessoas passaram a residir nos balneários, assim como mais turistas passaram a frequentá-los.

Essa constatação indica uma reorganização na estrutura fundiária local, que se direciona para a regularização através de loteamentos, cuja localização e tamanho se remete à ocupação por determinados grupos que pudessem adquirir tais áreas. Além disso, evidencia-se a necessidade de infraestrutura, de serviços e de espaços coletivos de usos públicos.

Se, nos documentos anteriores, Canasvieiras era apresentada como a área balneária com maior procura, a Lagoa da Conceição torna-se o ponto principal de atração turística. Acreditava-se que, a partir da melhoria na infraestrutura, a “iniciativa privada comparceria para contribuir com a construção de centros de turismo e lazer” (IPUF, 1984, n.p.).

A cidade de Florianópolis, por anos circunscrita à área central e que, num segundo momento, passa a ser pensada juntamente com o continente, amplia seu raio de ocupação urbana rumo aos balneários e ao seu interior.



A situação, que já apresentava problemas de oferecimento de água, coleta de lixo e esgoto, entre outros, amplia-se nas áreas balneárias a partir da sazonalidade, revelando a fragilidade dessas áreas na constituição de um espaço urbano desprovido de infraestrutura, serviços e equipamentos. Esse fato pode ser observado ainda hoje, na oferta de espaços públicos urbanos nos balneários, de modo que são poucos e em pequena escala se comparados à área central e, até mesmo, à continental, alvos de reformas e projetos.

As demandas comunitárias apontadas no documento indicam necessidades básicas de acesso aos serviços urbanos e à condição de cidadania, perpassando desde “água encanada” até telefones públicos, além de pavimentação, postos médicos, alargamento da faixa marítima costeira para os pequenos pescadores, grupos escolares, entre outros. Espaços e serviços de lazer e áreas verdes também são citados, de modo que o documento aponta para a existência de poucas praças em toda a sua área de abrangência (o que pode ser parcialmente justificado pelas áreas balneárias e sazonais). Cabe ressaltar que, acompanhando a demanda por áreas verdes, quando se trata de Canasvieiras, é utilizada a expressão **“inclusive para os fluxos turísticos”**. Mais um parágrafo merece destaque na parcialidade e aparente superficialidade:

Nenhuma comunidade, com exceção de alguém do Campeche, levantou qualquer consequência negativa do turismo. Ao contrário, o turismo traz o benefício de algum tipo de trabalho e possibilidade de escoamento dos produtos locais [...] (IPUF, 1984, n.p.).

Os efeitos do turismo predatório foram tratados de forma superficial, apontando um desconhecimento, pela comunidade, da dimensão da própria influência do setor imobiliário e dos desdobramentos dela decorrentes sobre as localidades. O próprio processo de desmembramento do pequeno minifúndio, no qual o pescador guardava para si apenas a área de sua casa e vendia o resto para lotes, é sintomático de grandes alterações nos usos, funções e características dessas localidades. Coincide com a construção de diversas residências para veranistas, sem controle da prefeitura, sem traçado viário ou equipamentos públicos, com muitos loteamentos clandestinos os arruamentos não combinados e sem previsão de áreas públicas (IPUF, 1996), culminado na estrutura fundiária imbricada atual do Campeche, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, entre outras.

Por fim, como aponta do documento, a própria participação da população era “considerada importante”, mas com pouca atenção ao processo participativo (inexistente):

As reivindicações e sugestões aqui colhidas, de forma rápida e empírica, ainda que não possam ser considerados como a expressão acabada dos interesses comunitários são valiosas para a orientação de diversos órgãos públicos que revelam claramente a importância da participação popular no processo de planejamento. (IPUF, 1984).

Ou seja, indicava-se a importância da participação, mas o processo não era participativo. A análise do documento também mostra como o espaço público fora do perímetro central era composto por pequenas praças e largos (como na Lagoa e no Campeche) voltados à Igreja e por áreas de lazer em frente ao mar.

Cabe ressaltar que apresentamos os aspectos relacionados ao turismo, mas havia outras diretrizes voltadas à infraestrutura e a equipamentos comunitários, como formação de adolescentes e equipamentos urbanos, entre outros itens. A escolha pelo turismo resulta do impacto na consolidação dos espaços públicos urbanos, sobretudo no que concerne ao perfil de seus usuários, entre moradores fixos e o uso sazonal crescente através da população flutuante. “Quanto à população flutuante há uma previsão de crescimento muito acentuado nesta década em decorrência de variáveis conjunturais e estruturais em implantação pelas políticas de desenvolvimento urbano local [...]” (IPUF, 1984), sobretudo vinculadas à legislação, à melhoria no sistema viário, aos investimentos estatais e privados. As políticas urbanas e os recursos investidos reafirmavam a vocação turística e reforçavam seu acirramento.

Esse panorama dos dispositivos legais e seus desdobramentos aponta para a construção de um espaço urbano permeado por condições de acesso diversas entre áreas e grupos específicos. Ainda que volte o olhar para graves problemas sociais, poucas propostas se efetivaram para a inserção dos pobres à cidade, o que ratifica o processo de periferização, favelização e a dificuldade em se construir um espaço urbano político amplo e vinculado à cidadania (que será discutida no item 4.3). O rebatimento se dá nas áreas homogêneas e bairros que se formam sobre os loteamentos com áreas públicas de usos coletivos bastante específicos. A aparente confusão conceitual entre áreas verdes e praças é resultado dos próprios textos legais, nos

quais a expressão “espaços públicos” é praticamente inexistente. Mesmo que os dispositivos busquem uma visão totalizante da cidade, suas ações pontuais não conseguem contemplá-la.

Na busca por diagnósticos e levantamentos com muitos dados (e poucas consultas à população) e pouca eficácia na sua aplicação – dados os fatores socioeconômicos, os interesses e os direcionamentos políticos –, essa visão totalizante da cidade leva o planejamento a ser alvo de críticas. As críticas são baseadas tanto no modo de pensar a cidade e o urbano quanto nas intervenções que preconizam uma valorização fundiária e da imagem, além da ação de arquitetos e urbanistas vinculados ao funcionalismo e ao racionalismo<sup>232</sup>.

Essas críticas não são particulares ao contexto florianopolitano, ou mesmo nacional, pois se dão em âmbito mundial. Assim, autores especializados, não especialistas, técnicos, filósofos e uma miríade de campos do conhecimento buscam novas respostas à conjuntura urbana ou, ao menos, visam analisar criticamente os processos e as possibilidades de novos caminhos abertos<sup>233</sup>.

Ao analisarmos os levantamentos, as deficiências, os condicionantes, as potencialidades, os dados quantitativos e os problemas a serem solucionados – criados à luz dos problemas reais e balizados por interesses específicos, o resultado, conforme já apontado, foram planos com poucos ganhos sociais no que concerne ao acesso à cidade. A essência da vida urbana foi decupada, analisada, revertida em dados, mas não atingida nos dispositivos legais, em sua aplicação e nas operações urbanas. Afinal, o problema não estava no espaço em si, mas na constituição desse espaço à luz dos processos que induziram sua conformação – refutando a ideia do “espaço patológico” que, por si só, precisaria de uma intervenção (LEFEBVRE, 2008, p. 142). Essa discussão ampara a própria morfologia urbana florianopolitana atual, em seus diversos aspectos,

---

<sup>232</sup> Na tentativa de compreender o fenômeno urbano e promover a eficiência e a equidade, o urbanismo promoveu, segundo Lefebvre (2008), “uma redução da vida urbana ao mínimo” – o que foi demonstrado nos dispositivos e documentos analisados até agora.

<sup>233</sup> Dentre muitas fontes, pode ser encontrada uma síntese das principais escolas de pensamento urbano em *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (LAMAS, 2000); uma crítica ao urbanismo em *L'Urbanisme comme pensée pratique* (CHALAS, 1998), *Villes Contemporaines* (CHALAS, 2001), *Espace et Politique* (LEFEBVRE, 2000a), *La production de l'espace* (LEFEBVRE, 2000b), *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 2008) e *O direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2009), além da já citada Jane Jacobs (2000). Ainda que de cunho arquitetônico, o livro *História Crítica da Arquitetura Moderna*, de Kenneth Frampton (1997), aponta elementos importantes para a análise, sobretudo nas experiências de bairros residenciais. O livro de Vicente del Río (1990), *Introdução ao Desenho Urbano*, apresenta a análise de algumas experiências contemporâneas à época de publicação do livro.

incluindo a caracterização e a localização dos espaços públicos urbanos como consolidação de processos e escolhas que foram sendo tomadas e se refletiram através de dispositivos legais.

### 3.2 MUDANÇA NA MANEIRA DE PLANEJAR?

As críticas à maneira de pensar e intervir na cidade, apresentadas no item anterior, não resultaram, legal e espacialmente, em uma efetiva diminuição da fragmentação urbana florianopolitana. Inclusive, Rizzo (1993, p. 99-100) aponta que o processo de mudança de uma visão totalizante dos planos para as novas propostas ampliaram, em certa medida, a fragmentação. Dos planos tecnocráticos e de grande abrangência, as operações urbanas tornam-se pontuais, de modo que os órgãos vinculados ao planejamento perdem seu caráter planejador, enquanto o conhecimento sobre a cidade é minorado.

Com a reabertura política, em âmbito nacional, reforça-se a necessidade de maior participação. Conforme Chalas (1998), a visão acerca de um urbanismo e de um planejamento urbano fortes, com modelos e referências a serem seguidos, centralizados nas mãos do Estado, entra em declínio. As décadas de 1980 e 1990 apresentam algumas questões novas ao planejamento urbano. Na escala federal, a retomada das discussões do Movimento de Reforma Urbana impacta o pensamento sobre a cidade e as possibilidades de participação, cujo vigor havia sido retraído durante a ditadura militar.

Temas como inclusão socioeconômica, abordagens não-espacialistas, questionamentos ao individualismo, cidadania e espaços públicos tornam-se centrais, tanto na literatura especializada quanto nos meios de comunicação de massas, ainda que a partir de diferentes abordagens. O lazer e a imagem (através do *city marketing*) despontam e várias contradições discursivas e ideológicas perpassam a construção do pensar e do intervir na cidade.

Nesse contexto, três documentos são analisados: a revisão do Plano Diretor do Distrito Sede (IPUF, 1988) e os planos aprovados nas décadas de 1990 (IPUF, 1998b) e 2000 (lei complementar nº 482/2014).

Em 1988, o IPUF apresenta um documento intitulado PD do Distrito Sede, a partir do qual, “[...] praticamente todo o território Florianopolitano estaria coberto por legislação atualizada” –

considerando-se a publicação da lei 1.851/82 (PD da Trindade) e da lei 2.193/85 (PD dos Balneários).

O documento apresentando no final da década de 1980, não transformado em lei, contém premissas do plano a ser aprovado na década de 1990. No entanto, vários anos decorreram entre sua elaboração e sua aprovação.

Em seu conteúdo, ainda considera a cidade sob um zoneamento funcionalista. Apresenta alguns elementos interessantes que, no entanto, não constam em sua aprovação legal posterior, como a busca pela ampliação da reserva de áreas verdes (referentes aos artigos 75 e 76)<sup>234</sup> –, atribuindo, inclusive, a necessidade de reserva de áreas verdes públicas não só para os loteamentos mas também para os **condomínios**, observando as tendências quantitativas dessa modalidade de habitação, excluída do texto legal 001/97, mas reinserida pela Lei complementar 211/06. Outro ponto importante é a intervenção do órgão de planejamento na escolha da localização dessas áreas, fator que poderia evitar áreas de uso público em áreas de preservação ambiental ou de difícil visibilidade e acesso. Essa dificuldade induziu (e tem induzido) um processo de apropriação privada de áreas públicas (observado em muitos loteamentos implantados posteriormente, mas mantido na legislação aprovada em 1997)<sup>235</sup>. Cabe ressaltar que, com a ocupação urbana através de loteamentos, a maior parte das praças passa a resultar das áreas verdes advindas de suas reservas, por isso a análise sobre a legislação incide também sobre as propostas para as AVL.

Esses dois artigos representavam um ganho para o espaço público florianopolitano, em área e em conceito, ao relacionar a criação de áreas privadas – como condomínios – à geração de áreas públicas a serem compartilhadas pelos moradores da cidade, ou seja, não somente do condomínio. No entanto, entre essa revisão e o plano aprovado na década de 1990, houve um retrocesso legal no que diz respeito à supressão da necessidade desses percentuais de áreas

---

<sup>234</sup> Em seu artigo 75, previa que, para os condomínios: “As áreas de uso comum terão proporção mínima de 35% da área total, nos terrenos situados no Distrito Sede e 45% nos demais distritos”. Complementando, o artigo 76 apresenta que, desses 45%, 10% seriam destinados à AVP e **10 % para a AVL ou ACI, no caso de condomínios maiores que 1,5 he – devendo a localização ser aprovada pelo Órgão Municipal de Planejamento**. “A ACI ou AVL será transferida ao município e terá cesso direto à via pública” (IPUF, 1988, p. 66). Quando não fosse possível, era prevista doação de imóvel de mesma área na mesma UEP.

<sup>235</sup> Oliveira (1999) faz alusão a esse processo em sua tese. O documento *Florianópolis: problemas e ações* (IPUF, 1996) também o menciona .

públicas: quando da aprovação de condomínios, seria necessária uma porcentagem de áreas comuns, não necessariamente públicas (portanto AVP). Os equipamentos de lazer e esportes (entre outros vinculados ao bem-estar da população) seriam contemplados entre as ACI e as AVL.

O texto apresenta uma taxonomia para as áreas verdes<sup>236</sup>, que passam a ser agrupadas em três tipos: áreas verdes de lazer, áreas verdes do sistema viário e áreas de uso privado, mantidas posteriormente. Também são mantidos os critérios textuais para a localização dessas áreas<sup>237</sup>. Alguns detalhes que são arbitrários – como a necessidade de, ao menos, uma árvore a cada 200 metros, para que uma área possa ser considerada AVL – não tem sua origem ou parâmetros especificados.

Nessas áreas, seriam permitidas, apenas, a construção de equipamentos de lazer ao ar livre e a edificação de sanitários, vestiários, equipamentos náuticos, quiosques e dependências necessárias aos serviços de conservação. Assim, eram proibidas (tanto em AVL quanto em AVP) **a construção de quadras descobertas para esportes, bem como associações e similares, academias de ginástica e esportes** (não entra no mérito se públicas ou privadas), sendo possíveis **zoológicos, hortos e parques**, além de locais para recreação infantil. No entanto, algumas praças visitadas ao longo da pesquisa, provenientes de áreas verdes, foram cercadas por associações comunitárias e/ou de bairro – na Trindade, no Córrego Grande e no Santa Mônica, com o aval do poder público, inclusive, com algumas áreas deixando de ser AVL.

Esse documento apresenta vários pontos a serem aprovados através da lei 001/97 (IPUF, 1998b), sendo que, um ano antes da aprovação, o IPUF organiza um documento intitulado *Florianópolis*:

---

<sup>236</sup> As áreas verdes “são os espaços urbanos ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou a preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer e recreação, e à proteção ornamental de obras viárias” (IPUF, 1988).

<sup>237</sup> Art. 92, de 1988: “A localização de Áreas Verdes de Lazer (AVL) obedece a critérios de existência de cobertura vegetal, uso público consagrado, ou proximidade de equipamento comunitários e elementos hídricos” (IPUF, 1988); e art. 101, de 1997: “A definição de Áreas Verdes de Lazer obedece a critérios de localização como a existência de cobertura vegetal, o uso público consagrado, ou a proximidade de equipamentos comunitários e dos elementos hídricos” (IPUF, 1998b). “A atualização do PD do Distrito Sede, de 1988, traz uma nova classificação para os usos em nível de microzoneamento e, entre as áreas de usos urbanos, as Áreas Verdes (AV) são definidas como espaços ao ar livre de uso público ou privado destinados à criação e à preservação da cobertura vegetal, ao lazer e à recreação e à proteção e ornamentação de obras do sistema viário.” (CUNHA, 2002, p. 136)

*Problemas e Ações* (IPUF, 1996), em cuja apresentação ressaltava-se a expectativa face aos próximos anos, justamente o ano que o novo Plano Diretor estava sendo aprovado:

Nos próximos quatro anos Florianópolis atravessará um novo limiar de desenvolvimento que marcará profundamente a face da cidade. Obras como vias expressas, viadutos, parques de beira-mar e habitação popular **resolverão os problemas atuais mais evidentes, e a capital nunca mais será a mesma, assumindo ares de cidade grande**. Todavia, problemas menos evidentes e igualmente graves correm o risco de serem ignorados, gerando entraves ao desenvolvimento (IPUF, 1996, grifo nosso).

O estudo não se “constituía em um documento oficial”, mas “expressa uma primeira tentativa de abordar os referidos problemas de forma ampla e integrada”. Ainda em sua apresentação, a equipe de elaboração é enfática: “As ações incluem muitos projetos existentes no IPUF, mas não implantados por falta de recursos financeiros ou vontade política.” (IPUF, 1996) No documento, são abordados 48 itens, para os quais há uma caracterização do problema e as ações propostas (em curto, médio e longo prazos). As temáticas contemplam desde o meio ambiente, os planos diretores, a região metropolitana, até a sinalização viária e os estacionamento. Deve-se ressaltar que, na leitura do documento, não fica evidente as fontes de dados utilizadas, nem como foram elaboradas as ações previstas.

Em uma breve análise, alguns pontos devem ser ressaltados. Dentre as ações previstas para o item “emprego e renda” (15 ao todo), uma chama a atenção, pois buscava a implantação de uma rede de hotéis “5 estrelas, atraindo grandes cadeias hoteleiras nacionais e internacionais” (IPUF, 1996). Se somada à implantação do Parque Tecnológico do Campeche e à continuidade aos cursos de capacitação profissional em comunidades, resgata-se que são reinterpretações de questões apresentadas desde a década de 1970. Apresentam-se algumas ações de longo prazo, como a implantação de um “Shopping Médico” de Parques Temáticos e Museus de “grande porte e de qualidade” (IPUF, 1996, p. 3), sem que haja maiores definições nas contribuições desses equipamentos à cidade e/ou ao tópico a que fazem referência.

Com relação às ações vinculadas aos “incentivos à atividade econômica”, reforça-se a necessidade de “fazer marketing da cidade a

nível nacional e internacional, para atrair cadeias hoteleiras” (IPUF, 1996), além de implementar uma “premiação para os melhores empresários nas áreas de turismo e alta tecnologia (de um total de 6 ações previstas). Mais uma vez, o mesmo discurso sobre o turismo é revisitado.

Outro tema abordado refere-se a uma “[...] ampliação desregrada do comércio informal em áreas públicas [...], causando uma série de problemas e inconveniências ao funcionamento urbano.” Ressaltam-se os pontos negativos: incompatibilidade com o entorno histórico em detrimento da atividade turística e “uma política populista da SUSP” (IPUF, 1996). Ainda são apresentados fatores como o deslocamento de artesãos representativos da cultura local e a “concorrência com o comércio formal.” Foram propostas seis ações objetivando a relocação e a inserção desse comércio informal, visando seu reconhecimento, a padronização dos equipamentos e uma legislação específica. **O comércio informal é um tópico importante, pois impacta diretamente nos usos dos espaços públicos urbanos, notadamente centrais, e contribui para sua vitalidade.**

Outro tema abordado ressalta a falta de cadastros atualizados e a inconsistência das bases cadastrais do município. Inclusive, nas ações propostas, indica-se a informatização dos dados para acesso mais facilitado pelos munícipes, fator que corresponderia a um acesso ao próprio entendimento da dinâmica urbana. Além disso, indicava a integração dos órgãos da PMF ao sistema de informações do IPUF, evitando inconsistências. Esse acesso à informação é fundamental para o reconhecimento da cidade, e vem sendo parcialmente implementado por meio do sitio de geoprocessamento da PMF.

Um problema urbano enfrentado em Florianópolis refere-se à “titulação das terras”, resultando em desdobramentos que comprometem a cidade:

O que ocorreu foi uma grande prática de parcelamento de terras sem título de propriedade, ou seja, desmembramentos de posses, ocorrendo todo tipo de problemas inerentes. Por outro lado, as subdivisões dessas glebas são feitas clandestinamente e sem previsões de áreas públicas, já que as mesmas são em sua maioria terrenos de posse que não permitem a tramitação legal dos parcelamentos. Acresce-se a isso as invasões e posses clandestinas, registradas em cartório de notas, as quais resultam em titulações múltiplas e



grilagem de terras, resultando num emaranhado de vias estreitas e sem áreas públicas, o inverso da urbanização adequada que se pretende. (IPUF, 1996, p. 22).

Esse fator também influencia a estrutura fundiária, que, ao seguir o “traçado das parcelas coloniais” (IPUF, 1996, p. 26) e muitos desmembramentos clandestinos, **dificulta o reconhecimento e a implantação de infraestrutura condizente à ocupação, inclusive de áreas de uso público.** A urbanização clandestina é vista como um meio de burlar os parâmetros legais de reserva de áreas públicas, onerando o Estado em futuras desapropriações. Uma ação prevista para esse problema visa a “incentivar ações de usucapião, através de um programa de regularização fundiária da ilha” (IPUF, 1996, p. 27). Soma-se a isso o processo de apropriação de imóveis públicos, “por falta de fiscalização da SUSP, a ausência de uma utilização pública e as políticas paternalistas.” (IPUF, 1996, p. 28).

Com relação aos planos diretores, o documento aponta para as alterações pontuais realizadas no plano, as quais, se analisadas conjuntamente ao item referente às edificações clandestinas, muitas vezes aprovadas pela CMF através de leis de regularização de obras clandestinas (IPUF, 1996, p. 42), revelam um processo de alta permissividade.

Como a cidade é uma realidade dinâmica e o Plano Diretor um documento estático quando ocorre a saturação das áreas programadas geram-se sucessivas instalações de atividades comerciais e de serviços que acabam por descaracterizar áreas de ocupação homogêneas, especialmente as residenciais essa dinâmica reforça a necessidade obrigatória de revisões periódicas do Plano Diretor. Como essas não ocorrem, a Câmara de Vereadores aprova alterações pontuais, desacreditando o próprio mecanismo de inadequação de usos. (IPUF, 1996, p. 40).

Entre as ações, o documento aponta uma necessidade maior de fiscalização e a simplificação dos processos de embargo e demolição.

Um tema relevante para a construção do espaço urbano trata da “urbanização de áreas carentes”, apontando a crescente ocupação em áreas como o Morro da Cruz, a Costeira do Pirajubaé e o Saco Grande além da Serrinha. Dentre as ações propostas (ao todo 12), estariam o estímulo à iniciativa privada para “colocar no mercado lotes

populares”, a formação de um banco de terras para a COHAB e a necessidade de educação e profissionalização das populações de áreas carentes.

Esse tema já havia sido estudado pelo IPUF e publicado em 1993, sob a forma de dois relatórios intitulados *Perfil das Áreas Carentes - Continente e Ilha* (IPUF, 1993a; 1993b). Nesses documentos, foram apresentados dados de 46 áreas, 28 na ilha e 18 no continente, com uma população total de 32.202 habitantes – 12,63% do total da cidade. O documento não apresenta propostas, mas ressalta a importância de se conhecer essas áreas como “subsídios para futuros projetos, e fonte de informação sobre a cidade”, buscando caracterizar essas áreas com visitas a campo e entrevistas. O órgão reconhece que essas áreas são consideradas a “cidade informal”, mas que impactam e influenciam a “qualidade de vida de toda a população”. Ao todo, foram identificados 6 centros sociais na ilha e 4 no continente, sendo a ausência de espaço físico, conforme o documento (IPUF, 1993a, p.26), a maior dificuldade para a sua implantação. Com relação às áreas de lazer:

Existe área de lazer em 03 comunidades do Continente, e nas proximidades das demais áreas carentes. São pequenos parques, praças dunas ou praias, ou mesmo terrenos vazios onde as crianças brincam. Todas as comunidades reivindicam esse espaço para a construção de parques infantis ou quadras de esportes, sobretudo para a recreação das crianças. (IPUF, 1993a, p. 26).

Em uma análise sumária do mapeamento e das tabelas apresentados, das 28 áreas encontradas na ilha, 4 localizam-se no Saco Grande, 2 nos Ingleses, 1 no Campeche, 1 no Itacorubi e 1 na Costeira – as demais são no entorno do Maciço Central e adjacências, demonstrando sua concentração e reforçando a tendência observada pelo IPUF em 1996. Na área continental, grande parte localiza-se nas adjacências da BR-282. **Esses dados são fundamentais para a discussão da constituição do espaço público florianopolitano, pois mostram que, aproximadamente, 12 % da população, na década de 1990, vivia à margem da cidade legal, sem acesso à cidade e à infraestrutura urbana, ainda que em proximidade às áreas centrais.** A discussão relativa à inclusão desses grupos não é expressiva no PD aprovado em 1997, ainda que sejam consideradas as

ARP-0<sup>238</sup>. A localização das ARP-0, no PD de 1997, segue, em linhas gerais, o mapeamento de 1993, sofrendo apenas alguns acréscimos.

Ao retomar a análise do relatório *Florianópolis: Problemas e Ações* (1996), o transporte de massa deveria ser integrado em âmbito metropolitano.

Na visão do IPUF o que se requer é um transporte de massa de alta qualidade, que **possa atender ao munícipe e encantar ao turista**. Nesse sentido, a melhor opção seria o automóvel ou VLT em viaduto, por permitir sua passagem à meia encosta, longe das atuais vias e propiciando uma visão de toda a paisagem da ilha. Também poderia ser adequado criar uma estrutura de transportes marítimos, especialmente vinculada ao turismo. (IPUF, 1996, p. 51, grifo nosso).

As ciclovias passam a ser recomendadas como meio de transporte e locomoção, não somente como lazer. Em paralelo, o documento reforça a necessidade de **“humanização da cidade”** através de mais caminhos de pedestres e arborização urbana, porém, com relação a essas propostas, não trata dos bairros interiores da ilha. No que concerne à construção do espaço público central, a seguinte assertiva (já citada no item 2.1.5) aponta alguns dados importantes:

É preocupante a substituição do comércio sofisticado por pequenas lojas de produtos baratos ou serviços de alimentação, e a proliferação de mendigos e camelôs, na medida em que isso faz com que clientes de maior poder aquisitivo iniciem o processo de comprar somente no shopping. Se essa tendência continuar, o Centro começará a ser visto como inseguro, mais pessoas passarão a residir nos bairros e Balneários, os valores imobiliários cairão, e a imagem negativa aumentará, e a degradação total será inevitável (IPUF, 1996, p. 62).

---

<sup>238</sup> “Reconhecendo, de um lado, a necessidade de espaços urbanos para a população de baixa renda próximos às fontes de emprego, e de outro as dificuldades resultantes das leis de mercado, o Plano procura salvaguardar as áreas de baixa renda já consolidadas, mantendo-as como áreas residenciais horizontais (ARP-0). Além disso, estas áreas foram zoneadas como Áreas de Urbanização Específica, onde os recursos financeiros gerados e destinados pelo Plano permitirão planejar em regime urbanístico próprio, adequado à situação fundiária e socioeconômica local.” (IPUF, 1998b, p. 18). Os parâmetros estão definidos nos artigos 97 e 98.

O argumento de que as pessoas irão morar nos balneários nos e bairros devido à insegurança da área central é contraditório, uma vez que os investimentos fomentam infraestrutura de acesso a essas áreas, ou seja, há um direcionamento da ocupação nesse sentido. Portanto, **não há um esvaziamento do centro pelas classes médias e altas, ocasionado por sua “aparência de inseguro”, mas decorre de modelos de expansão urbana desenvolvidos desde a década de 1970, que já apontavam o crescimento da cidade para as áreas balneárias, além de uma concentração de equipamentos em torno das sedes institucionais** da Trindade, Itacorubi, Córrego Grande, entre outras. A própria construção do Centro Administrativo às margens da SC-401 (datada dos anos 2000) induz a descentralização e reconfigura as áreas habitacionais à sua volta. O relatório aponta a necessidade de criação de centros de bairros como possibilidade de descongestionar o centro e prover os bairros de equipamentos.

Outro elemento que demonstra um descompasso entre concepção e implantação de projetos urbanos refere-se ao item “desenho urbano”. O IPUF aponta que o município possui uma “legislação moderna e dinâmica para direcionar o crescimento da cidade” (IPUF, 1996), mas, devido à pequena equipe e ao “despreparo técnico por parte de dirigentes da cidade”, ao não darem importância “para a elaboração de projetos” e “respeitando implantação dos já elaboradas” (IPUF, 1996), ocorre um prejuízo para a paisagem construída. Entre as ações não há referências à inserção social via desenho urbano. Duas aludem especificamente às praças: a de “reimplantar o projeto adote uma praça”<sup>239</sup> e a de “elaborar projetos integrados aproveitando os espaços públicos, as calçadas, largos, e praças, etc., criando circuitos e percursos de caráter diferenciado.” (IPUF, 1996). **Essas propostas, retomadas também no século XXI, demonstram que, para além das intenções, poucas ações assumem, efetivamente, um caráter duradouro que não recaia em intervenções pontuais.**

---

<sup>239</sup> O projeto *Adote uma praça* foi regulado por legislação da década de 1980: “Outros tipos de instrumento muito importantes e bastante específicos e de caráter local são as leis que regem a adoção de áreas públicas, em especial praças, parques e áreas verdes urbanas. Em Florianópolis, é a Lei nº 2.668 de 1997 [1987] que autoriza o poder executivo municipal a conceder, por adoção, a administração de locais públicos como praças, parques, jardins e áreas verdes viárias. Tal administração inclui a manutenção, conservação e melhoria dos equipamentos de lazer e cultura, podendo a adoção ser feita por empresas e entidades privadas ou não ou órgãos da administração interessados.” (CUNHA, 2002, p. 118.) O projeto tem sido reeditado em diversos momentos, como a campanha *Viva a Praça*, lançada em 2013.

O documento aponta para um descompasso entre a carência de AVL e o crescimento populacional, resultado da falta de fiscalização e do não cumprimento legal das premissas referentes às reservas de áreas verdes<sup>240</sup>. **Além disso, algumas áreas verdes existentes são ocupadas pelo próprio poder público ou por particulares.**

O acesso à vida urbana também é demonstrado no item referente aos “equipamentos comunitários”, no qual se demonstra que as áreas onde mora a população de baixa renda sofrem com a carência de equipamentos, além de “uma precariedade generalizada no seu funcionamento”. Soma-se a isso os baixos investimentos nas áreas de cultura e esporte e a “restrita implantação de áreas públicas pela PMF” (IPUF, 1996, p. 85) – são apresentados o Largo da Alfândega, a Escadaria do Rosário e o terminal turístico da Joaquina. É importante ressaltar que, no início do século XXI, equipamentos esportivos começaram a ser instalados, como as praças nas rótulas do Jardim Atlântico e a Praça na Costeira, além da pistas de skate e de um reforço à campanha de adoção de praças (2013). Contudo, ainda não contemplando a totalidade das demandas dos bairros, levantadas pela PMF em 2014.

Com relação ao planejamento, o relatório apresenta que a “visão errada de que não existe planejamento em Florianópolis” (IPUF, 1996, p. 97) advém das dificuldades nos três âmbitos do planejamento (público, privado e dos agentes comunitários)<sup>241</sup>. A visão do órgão, quanto à participação popular, torna-se evidente:

A participação da sociedade civil no processo de planejamento, inclusive na implementação, justifica-se tanto por razões de ordem democrática quanto pela busca da qualidade total no serviço público. O IPUF considera que o processo participativo só é válido se incluir

---

<sup>240</sup> Cunha (2002, p. 312) propõe outra maneira de encarar o descompasso, através daquilo que a autora chama de conflitos organizacionais: “Existe um descompasso entre o planejado ou projetado e o executado nas áreas públicas”, conforme a ação dos diversos órgãos públicos.

<sup>241</sup> “No caso das ações públicas, foi extinto o setor de captação de recursos do IPUF, sem que a PMF conseguisse substituí-lo. No caso da fiscalização, esta foi atribuída a SUSP que possui uma visão privatista e não defende o interesse público. E no caso da comunidade foram desativados o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e as sessões públicas sem que nenhuma forma de participação direta no IPUF fosse institucionalizada; desvinculou-se o orçamento participativo do IPUF, gerando obras ilegais e em desacordo com a legislação; e retirou-se do IPUF a autorização para ligações de água (CASAN) e eletricidade (CELESC), incentivando ocupações clandestinas em áreas proibidas.” (IPUF, 1996, p. 97).

todos os agentes (públicos, privados e comunitários), através de canais institucionalizados e igualitários e que **respeitem a autoridade do órgão oficial de planejamento**. [...] No processo participativo, a suposição de que a comunidade sempre está certa não corresponde ao axioma empresarial “o cliente tem sempre razão”. O poder público, e particularmente o órgão de planejamento que busca resultados globais no espaço e de longo prazo no tempo, **não pode abrir mão de sua responsabilidade social permitindo ações autodestrutivas por parte da comunidade**. (IPUF, 1996, p. 97, 98, grifo nosso).

As dificuldades permeiam a estrutura interna do órgão e a desarticulação com os demais órgãos públicos e com a PMF. Em vários momentos, o documento chama a atenção para a participação popular, ainda que nos termos acima explicitados. Além disso, reforça a necessidade de articulação com a CMF, uma vez que os projetos devem ser aprovados legalmente e esbarram em questões e interesses políticos. A política urbana local encontra barreiras na fragmentação entre os diversos órgãos, no excesso de leis aprovadas alterando o PD e na aparente participação popular. O órgão planejador – o IPUF – não procede a fiscalização, “reforçando a separação administrativa, mas que não deveria ser urbanística” (IPUF, 1996)<sup>242</sup>.

---

<sup>242</sup> Similarmente: “Segundo Sostisso (1991), o processo de gerência da urbanização está dividido e fragmentado a nível da Prefeitura Municipal de Florianópolis, estando a cargo do IPUF a concepção dos planos e da SUSP a gerência, autorização ou aprovação e fiscalização ou controle do processo; esta divisão de funções é questão administrativa, mas não urbanística. **A experiência contudo, vem provando que a divisão de funções conduz à suposição de processos distintos; o gerenciamento do plano diretor está em Florianópolis, desajustado, separado inconvenientemente do grupo que pensou a proposta**, dispõe de argumentos, ou tem a preocupação ,ais sensível de querer garantir o resultado esperado. Isto causa distorções nos planos diretores, principalmente através das **consultas de viabilidade, dos processos de parcelamento do solo e da fiscalização, que estão sob a responsabilidade da SUSP e não do IPUF que idealizou os planos.**” (PEREIRA, 1992, p. 83, grifo nosso). A seguinte citação ratifica a constatação: “O casamento da participação popular com os modelos pré-existentes contribuirá para manter ocultadas as reais relações existentes na sociedade, na produção e apropriação do espaço urbano e manter o mito do ‘bem estar’, da ‘harmonia’ e do ‘progresso’ da sociedade industrial. A não aprovação de novo plano diretor proposto há mais de dez anos, com a Câmara de Vereadores introduzindo emendas às leis originais de uso do solo ou, simplesmente, criando uma série de leis isoladas, tem gerado um quadro complicado e de difícil interpretação para quem pretenda saber quais as leis que realmente valem para cada localidade. Soma-se a isso a divisão organizativa da prefeitura em que as propostas-de-lei são geradas em um órgão, o IPUF, e os projetos de construção aprovados em outro, a SUSP,

Ainda que a década de 1990 presencie, em âmbito nacional, uma discussão relativa à participação popular no processo de planejamento, a leitura do documento aponta para uma centralização do planejamento em torno do órgão municipal, ao mesmo tempo que corresponde, conforme citações, não somente à visão da equipe técnica mas também aos interesses particulares ratificados pela CMF segundo intenções políticas e /ou particulares.

O plano aprovado na década de 1990 (IPUF, 1998b) é resultado desse embate entre o corpo técnico e as vocações pretendidas para a ilha, permeado por leituras dos problemas socioeconômicos, dos interesses privados e das carências apontadas em um discurso entremeado de intenções turísticas e soluções dos problemas sociais. O descompasso entre os órgãos públicos e destes com a PMF possibilitou, e tem possibilitado, inúmeras alterações legais. Adicionalmente, diversas obras clandestinas e problemas identificados nos planos das décadas de 1950 e 1970 continuam sendo observados, senão reforçados. A intenção em retomar o CMDU como abertura à participação seria um caminho inicial, mas ainda distante de processos dialogados, prevalecendo a hegemonia da técnica nos discursos dos dispositivos legais e a preponderância de interesses privados na consolidação da cidade e da vida urbana. O plano aprovado pela lei 001/97 resulta desse contexto.

No PD aprovado na década de 1990, a taxonomia de áreas verdes de lazer é mantida, em certa medida, generalista e distante dos espaços que se efetivam na cidade real<sup>243</sup>. **É sintomático que a praça como espaço de uso seja uma das modalidades das áreas verdes de lazer.** Divididos em áreas de abrangência, tamanho e funções/público usuário, limitam o próprio entendimento das possibilidades de espaços públicos urbanos: “Existe uma distância relativa entre o que se padroniza e o que realmente acontece em espaços fora do mesmo padrão.” (CUNHA, 2002, p. 317). Comparando-se ao documento anterior, continuam sendo apropriados os usos de recreação infantil, zoológicos, hortos e parques, sendo tolerados circos e parques de

---

Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos. Sendo que diversas leis têm tido origem na própria Câmara. Esta situação ‘caótica’ tem favorecido diretamente os empresários e proprietários de terra” (RIZZO, 1993, p. 89).

<sup>243</sup> Amplia o rol de possibilidades das ACI com relação ao documento de 1988 e, ao mesmo tempo, no que concerne às AV, mantém a mesma taxonomia (mantendo também a mesma definição). No caso das ACI, na compatibilização entre as antigas, um terço das áreas deverá tornar-se AVL.

diversão<sup>244</sup>. Amplia-se a proposta de 1988, ao tolerar os usos de serviços de alimentação (bares, lanchonetes, sorveterias, confeitarias, cantinas, restaurantes, pizzarias, chopparias, etc.), conforme o anexo II da lei complementar 001/1997, desde que analisados caso a caso pelo órgão de planejamento. O quadro 8 apresenta um comparativo entre a situação anterior ao plano e suas alterações, com base nas áreas verdes.

Quadro 8 - Avanços do PD aprovado em 1997.

	<b>Situação anterior</b>	<b>Situação atual</b>	<b>Observações</b>
	As áreas verdes/equipamentos servem tanto como áreas verdes de lazer quanto para implantação de equipamentos comunitários	Diferenciação entre Área Verdes de Lazer (AVL) e Áreas Comunitárias Institucionais (ACI), garantindo o espaço adequado a cada atividade de acordo sua especificidade	São atividades distintas funcionalmente
ACI	Não há regulamentação específica	Foram especificadas separadamente das Áreas Verdes de Lazer e contém regulamentação específica	Esta diferenciação evita a redução das Áreas Verdes de Lazer, que até então podiam ser ocupadas com edificações para outras finalidades

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da lei 001/97 (IPUF, 1998b, p. 21).

Atualmente, observa-se um número expressivo de equipamentos comerciais nas praças, com pouca contrapartida aos espaços públicos nos quais estão situados<sup>245</sup>. O quadro 9 apresenta alguns dados referentes à presença de equipamentos comerciais nas áreas públicas. Dentre os 71 espaços listados, 26 encontram-se em praças, com concentração nas áreas centrais.

<sup>244</sup> Para além no Art. 217, “Nas zonas destinadas a ASE, AVL, ACI, ARP-O, ou AST previstas para terminais de transportes, são proibidos os parcelamentos do solo, inclusive sob a forma condominial, sendo admitidas, porém, usos rurais, hortos, floriculturas, quadras esportivas, estacionamentos, garagens, ranchos para guarda de barcos dos pescadores artesanais e depósitos em geral, cessando esta utilização quando a área for desapropriada ou destinada ao uso previsto” (IPUF, 1998b).

<sup>245</sup> O Código de Posturas Florianópolis – lei 1.224/74 – regula (entre outros) a existência de bancas de jornais e revistas nas praças, bem como a ocupação de logradouros públicos com mesas e cadeiras particulares.



Esses dados apontam para uma aproximação das praças centrais aos usos cotidianos, não somente os vinculados ao lazer. Portanto, quadros como o proposto pelo dispositivo legal (Quadro 10) não contribuem para o entendimento desses espaços no que concerne aos seus usos e apropriações nos diferentes bairros, conforme as diferentes vocações<sup>246</sup>.

Quadro 9 - Pontos de comércio em áreas públicas.

Quiosque de lanches (33)	
1	Agronômica
1	Barra da lagoa
17	Centro – 6 em praças
1	Inglese
1	Itacorubi
1	Jose Mendes
2	Lagoa da Conceição – 1 em praça
3	Praia Brava
2	Saco dos Limões – 1 em praça
1	Santinho
1	Sto Antônio de Lisboa
2	Trindade – 1 em praça
Quiosque de roupa (3)	
1	Agronômica
1	Lagoa da conceição
1	Praia da Joaquina
Floriculturas (6)	
5	Centro – 4 em Praça
1	Saco dos Limões – 1 em praça
Bancas de Revista (14)	
13	Centro – 9 em praças
1	Lagoa da Conceição – 1 em praça
Trailer	
1	Trindade – 1 em praça
Quiosque de sorvete (1)	
1	Praia da Joaquina
Quiosque de aluguel de bicicletas e lanche (1)	
1	Centro – documento não aponta, mas, pela

<sup>246</sup> “Em todos os planos ressepte-se da personalização de padrões de orientação para as áreas verdes e de lazer. Mesmo o PD de 1997 não procura rever as nomenclaturas das categorias dos equipamentos nem os índices para adequá-los à situação, forma e intensidade de crescimento do Distrito Sede de Florianópolis, especificamente.” (CUNHA, 2002, p. 137-138). A mesma autora também aponta para esse problema na página 8.

	localização, deve estar em praça
Quiosque de afixação (1)	
1	Centro

Fonte: Dados fornecidos pelo IPUF, em dezembro de 2014.

Quadro 10 - Padrões para áreas verdes de lazer.

	<b>Playground</b>	<b>Jardim</b>	<b>Praça</b>	<b>Parque de bairro</b>	<b>Parque urbano</b>	<b>Parque metropolitano</b>
Funções principais	Recreação infantil	Recreação infantil	Recreação infantil; eventos comunitários	Usos espontâneos; recreação; e esportes programados	Usos espontâneos; recreação; e esportes programados	Usos espontâneos; lazer, recreação e esportes de massa; preservação ambiental
Faixa etária + adultos	0 a 5 + adultos	0 a 5	5 a 14	15 a 20	todas	todas
Localização	UEP	UEP	UEP	Bairro	Distrito	Município
Índice global por habitante	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>	10 m <sup>2</sup>	2,0 m <sup>2</sup>
Capacidade de atendimento	250 (média)	600 (média)	800 (média)	1.000 (mínimo)	3.750 (mínimo)	10.000 (mínimo)
Índice parcial por habitante	0,4 m <sup>2</sup>	0,6 m <sup>2</sup>	2,5 m <sup>2</sup>	3,0 m <sup>2</sup>	3,5 m <sup>2</sup>	2,0 m <sup>2</sup>
Índice por usuário	5,0 m <sup>2</sup>	10,0 m <sup>2</sup>	25,0 m <sup>2</sup>	30,0 m <sup>2</sup>	40,0 m <sup>2</sup>	100,0 m <sup>2</sup>
População vinculada	2.500	2.500	5.000	10.000	50.000	100.000 +
Raio de abrangência	0,2 - 0,4 km	0,2 - 0,4 km	0,4 - 0,8 km	0,8 - 5 km	5 - 20 km	20,0 - 60 km
Área desejável	0,05 - 0,2 Ha	0,2 - 1,0 Ha	1 - 3 Ha	3 - 15 Ha	15 - 100 Ha	100 + Ha

Fonte: Extraída do anexo XII da lei complementar 001/97.

Dados como área desejável, índices por usuários ou faixas etárias são tão abstratos e arbitrários quanto as próprias nomenclaturas estabelecidas, de modo que não conseguem ser seguidos pelo órgão de planejamento, pois não condizem com os espaços públicos reais<sup>247</sup>.

A coluna grifada em cinza no quadro 10, referente às praças, demonstra a estreita visão com relação às praças em suas possibilidades, funções e usos na cidade.

Ao retomar-se a análise textual do plano aprovado em 1997<sup>248</sup>, em sua apresentação, a então prefeita (Ângela Amin) elucida, em linhas gerais, que as “aspirações da população” seriam um elemento fundamental na consecução do documento, no entanto, a participação popular na sua elaboração não se constituiu como um elemento-chave:

As conseqüências mais plausíveis têm sido a clandestinidade do crescimento urbano, a urbanização caótica e a degradação ambiental. Florianópolis, por sua natureza política – sede administrativa do Governo Estadual e Municipal – e econômica – principal polo turístico do Mercosul – não poderia mais postergar o seu ordenamento físico – territorial através de um Plano Diretor que registrasse com fidelidade as legítimas necessidades e aspirações de sua população. (IPUF, 1998b, p. 11).

O plano é encarado como “um duplo instrumental”, sua segunda acepção relaciona-se ao “[...] que lhe possibilita canalizar os interesses da comunidade florianopolitana para a construção do projeto comum.” (IPUF, 1998b, p. 11). A crença em um planejamento e em uma legislação capazes de minimizar os efeitos predatórios e excludentes mostrou-se, no entanto, dobrável face às pressões dos grupos dominantes:

Ao pesquisar este plano e o conteúdo da legislação desde aquele ano [de 1997 a 2007], encontramos quase 100 alterações de zoneamento na Lei 001/1997. Não existe uma única causa para

<sup>247</sup> Cunha (2002) constata que, na área central, esses parâmetros não conseguem ser alcançados, pois muitas áreas são antigas e anteriores à legislação.

<sup>248</sup> Cabe uma ressalva entre o material impresso em 1997 (IPUF, 1998b) e a lei 001/97, que consta no site da MF. No texto digital, aparecem destacadas as leis complementares e que foram modificando o plano ao longo dos anos. Assim, se, em uma análise prévia do documento, algumas diretrizes são apontadas, a quantidade de emendas chega a ressignificar alguns desdobramentos ao longo dos anos. A análise dos dois documentos (ainda que sejam referentes a uma única lei) é expressiva dos processos socioeconômicos que pautaram e pautam a cidade nos últimos anos.

estas modificações e sim razões complementares. É certo que este quadro se insere num contexto político de favorecimentos corporativistas, de erros na elaboração do plano e do próprio crescimento da cidade, cujo uso e ocupação do solo têm gerado significativos conflitos entre grupos sociais. (FAGUNDES, 2008, n.p.).

Contudo, o contraponto pode ser observado em:

[...] as comunidades empenhadas em buscar melhores condições de vida também conseguiram alterar algumas áreas do Plano criando novas áreas verdes, áreas de preservação ambiental áreas de habitação. Por vezes a iniciativa de melhorar a infraestrutura

de algumas áreas, surgiu do próprio Poder Público municipal, dando origem a novas leis de zoneamento. (FAGUNDES, 2008, n.p.).

Nas diretrizes do PD de 1997, propunha-se uma melhoria nos espaços e equipamentos públicos, além de um descongestionamento da área central e de uma maior abertura aos processos participativos através da CMDU<sup>249</sup>.

Entre o descompasso textual e a prática real, ressalte-se que das várias diretrizes do plano, a “de barrar a ocupação de áreas insalubres ou de preservação” não foi efetivada, agravando uma série de conflitos socioespaciais. Já a diretriz de “Reforçar a vocação socioeconômica dos setores continental e insular de Florianópolis” resultou no fato de que as diferentes vocações foram exploradas ao longo do século XX, tanto legal quanto informalmente, gerando uma separação entre a ilha como polo turístico e o continente como marginal à imagem de Florianópolis.

Observou-se, no entanto, que a contínua produção de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda em áreas excêntricas às regiões valorizadas da ilha reforçam um discurso que, não

---

<sup>249</sup> Sobre os processos ditos participativos, cabe a seguinte reflexão: “[...] o discurso do novo planejamento – novo mas só em aparência, porque carente de um conteúdo realmente novo, vale-se de acentos retóricos, como por exemplo, a fastidiosa alusão à *participação*, coisa que, por falta de definição, não se pode reconhecer, e, por falta de uma vontade política, nem pode ser definida nem implementada. As pessoas a quem o planejamento se destina, essas raramente têm acesso aos documentos finais, e ainda muito menos aos documentos de base.” (SANTOS, 2014, p. 159).

necessariamente, traduz-se na prática<sup>250</sup>, mantendo, inclusive, incentivos legais às áreas turísticas.

Para as áreas públicas, cabe ressaltar duas observações: em áreas de expansão urbana, os loteadores seriam responsáveis pela implantação das áreas verdes de lazer, evitando gastos públicos com equipamentos e mobiliário, desonerando, assim, o poder público; além disso, outro ganho seria a obrigatoriedade de reservas de áreas públicas, também em desmembramentos<sup>251</sup>, modalidade que não havia sido considerada em planos anteriores, direcionando-se a um aumento de desmembramento, pois seguia regras menos rigorosas (SUGAI, 1994).

A aprovação da Lei n° 1215, de 1974, que regulamentou os Loteamentos, Desmembramentos e Arruamentos de Florianópolis reduziu as solicitações de aprovação de loteamentos junto à Prefeitura Municipal. A nova legislação urbana definia, para a execução de novos loteamentos, exigências até então inexistentes. (SUGAI, 1994, p. 125).

Havia, dentre as diretrizes, a proposta de criação de mecanismos que permitam a participação:

**A participação comunitária no planejamento é obrigatória dentro do mecanismo de elaboração dos planos específicos.** Este Plano foi elaborado e está sendo divulgado dentro de uma política de participação da comunidade organizada na sua aprovação. O próprio Plano prevê a utilização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e revisões com ampla discussão, como forma de assegurar a participação e fiscalização pelos cidadãos. (IPUF, 1998b, p. 18, grifo nosso).

O artigo referente ao tema da participação remete à outra legislação, que seria apresentada à CMF, juntamente com o CMDU.

---

<sup>250</sup> Miranda (2001) apresenta um estudo com relação aos processos de favelização e de construção de conjuntos habitacionais. Entre seus dados apresentados (de 1967 a 2000), 33% das unidades produzidas em Florianópolis foram destinadas à população de renda de 5 salários mínimos. Em São José, para as mesmas condições, o índice foi de 45%. Para a faixa de renda superior, as taxas alteram-se para 82% e 14%, respectivamente. O autor aponta o crescente índice de favelização. No entanto, um avanço importante, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), seria a salvaguarda de espaços para o assentamento da população de baixa renda, através do qual o documento avança e previa as ARP-0.

<sup>251</sup> “Em todos os projetos de parcelamento do solo o percentual mínimo de AVL será de 10% (dez por cento) e o de ACI 5% (cinco por cento).” (IPUF, 1998b, p. 49).

Em uma breve análise, as inconsistências concernentes aos espaços públicos continuaram na lei 001/97. A separação persistiu através da valorização de áreas para loteamentos e para o turismo, ao mesmo tempo que as políticas habitacionais para a população de baixa renda continuaram canalizando estratos de população para áreas menos valorizadas. Expressa no plano, a intenção por maior participação não encontrou respaldo na execução do próprio PD, visto que muitas de suas prerrogativas já vinham sendo delineadas desde o documento editado em 1988. Sobre os espaços públicos urbanos, a denominação arbitrária não contemplou a diversidade de espaços públicos existentes na cidade real, ao mesmo tempo que, ao situar as praças em termos de área e função bastante específicas, dificultou seu reconhecimento e suas possibilidades de materialização. Alguns avanços foram realizados no sentido de ampliar o banco de áreas públicas municipais, mas, devido à pouca fiscalização, muitas dessas obras retornaram (e retornam), clandestinamente, à iniciativa privada. O contraponto deve ser feito com as alterações legais adicionadas à lei 001/97, que ocasionaram a perda de diversas áreas verdes de lazer, conforme Fagundes (2008, n.p.).

Em uma tentativa de reconhecer e listar as áreas públicas existentes na cidade, o IPUF realizou, em 1998, um levantamento de praças e parques (IPUF, 1998a). O documento apresenta uma série de inconsistências na localização e acesso das praças existentes. Aponta, também, que a legislação de 1997 avançou ao conceder ao órgão de planejamento a premissa de escolha da área, evitando que os próprios loteadores o fizessem. Por fim, apresenta uma lista e a localização das praças e parques em Florianópolis, além de problemas levantados.

É um documento importante, pois, além de uma aproximação com os espaços reais existentes, os técnicos que o elaboraram questionam a qualidade, a distribuição e a tipologia desses equipamentos. Ainda que essas indagações sejam levantadas sumariamente e não intentem dar respostas, elas mostram uma preocupação que perpassa o ideário de quem planeja a cidade e seus espaços para os cidadãos. Em certa medida, o levantamento demonstra que o “engessamento”<sup>252</sup> dos órgãos públicos não condiz com a visão

---

<sup>252</sup> “De um modo geral, a tradição de se implementar intervenções urbanísticas ou planos e executa-los, em Florianópolis, desde muito cedo, foi dependente e/ou muito influenciada pelos interesses das classes dominantes ou pelo tipo de iniciativa política. No passado, a efetivação da construção de áreas públicas foi marcada por poucos recursos financeiros e pela pouca visão das benfeitorias advindas de um ‘urbanismo’ planejado. A partir do século XX, o desenvolvimento urbano foi interpretado como resultado da ocupação maciça do solo com grandes obras viárias e da verticalização da cidade, havendo muito pouca chance das áreas

crítica dos técnicos que neles trabalham e que os espaços públicos materializados, sua deterioração, distribuição e manutenção são resultantes do processo de estruturação do próprio espaço urbano, com todas as suas contradições inerentes, que não coincide, muitas vezes, com a visão analisada tanto pelos usuários quanto por seus planejadores técnicos. Aponta, inclusive, que muitas áreas listadas não deveriam ser consideradas praças – apesar apresentar uma visão estreita sobre esse conceito: “Praça é um lugar de recreação, lazer e descanso. Como tal, deve ser de fácil acessibilidade, tanto para crianças, adultos, idosos e deficientes” (IPUF, 1998a).

No documento são apresentados 53 praças, 1 parque infantil, 6 largos e 2 parques na ilha. No continente, por sua vez, são listados 18 praças e 1 parque. Elucida, também, 12 áreas remanescentes em loteamentos (incluindo três praças do lot. Açores e as áreas verdes do lot. na Daniela) e o parque do Córrego Grande. Na sua leitura, foram identificadas algumas inconsistências, que vão desde nomes de praças coincidentes até áreas sem possibilidades de uso e apropriação. Trata-se de um levantamento sem maiores informações sobre o estado, os equipamentos e os usos das áreas, mas, de qualquer modo, consiste num importante ponto de partida para o reconhecimento das áreas existentes na cidade<sup>253</sup>.

Concomitantemente a esse documento, o município elaborou, através do Fórum da Agenda 21, a *Agenda 21 do Município de Florianópolis* (PMF, 2000). Iniciada em 1997 (portanto, atrasada em relação ao prazo dado pela *Agenda 21 Global*), deu-se a partir dos decretos municipais 246/97 e 179/98, bem como do 342/00, que instituiu o fórum local, cujo funcionamento deveria ser “democrático, participativo e representativo” (PMF, 2000). Visava à participação para a “melhoria na qualidade de vida dos habitantes regionais, incluindo-os no desenvolvimento que preserva o meio ambiente e eleva a produção, fazendo o ser humano mais digno de suas atividades” (PMF, 2000). Organizada em seis áreas temáticas, contemplava, ao todo, quarenta capítulos referentes a diversas questões ligadas a intervenção, programas

---

verdes de lazer se evidenciarem nos projetos e planos urbanos de Florianópolis. Mesmo assim, ações isoladas têm ocorrido, demonstrando que os órgãos de planejamento procuram estar atentos às necessidades da Cidade, ainda que o privilégio seja dado à questão da circulação e a criação de novas áreas verdes de lazer fique em segundo plano.” (CUNHA, 2002, p. 132).

<sup>253</sup> Como ponto de partida para o reconhecimento e não para a proposição de novas áreas, que, aliás, carecia de um estudo e reconhecimento aprofundado sobre a situação atual das praças florianopolitanas, combinadas com outras espacializações de espaços públicos urbanos: “*Planners should build a knowledge of existing spaces and exercise more control over the placement and program of new ones*”. (CHIDSTER, 1989, p. 37).



e projetos, como o desenvolvimento sustentável, a gestão, os planos diretores, a saúde, a educação e lazer.

A *Agenda 21* aponta que a cidade “chega à condição de metrópole com uma massa de subempregados, com favelas integrando-se à paisagem e com os problemas do lixo, transporte, saúde e educação” (PMF, 2000, p. 29). Esses problemas ainda são vistos com certo distanciamento, a exemplo “[d]o déficit habitacional resistente com a falta de terrenos para a construção de casas populares para o assentamento de famílias de baixa renda” (PMF, 2000, p. 33).

Para o tema da cultura e cidadania, o documento indica o resgate da cultura “nos movimentos culturais e nas ações que visam propagar o conhecimento e modos de viver” (tanto em sua produção quanto em seu consumo), a fim de formar e criar cidadãos amparados por lei (PMF, 2000, p. 32). Trata-se de um dos primeiros documentos, por nós analisados, que aborda o tema da cidadania, ainda que de maneira distante da conceituação resgatada no item 4.3.

No que concerne à geração de emprego, o material remete à exploração turística, à administração pública, ao comércio e serviços, à construção e à industrialização no setor de vestuário (iniciando) e na informática como bases econômicas atuais (PMF, 2000, p. 33), indicando como potencialidades a horticultura, a piscicultura, a maricultura, a tecnologia de informática, o turismo e a construção civil. Apresenta, também, o problema vinculado ao alto grau de informalidade. Ainda sobre o turismo, expõe problemas recorrentes há décadas, como a sazonalidade, a falta de infraestrutura e a baixa divulgação de seu potencial, gerando vários desdobramentos negativos, dentre os quais a “especulação imobiliária, que expulsa os nativos, principalmente os pescadores.” (PMF, 2000, p.34).

Com relação aos espaços públicos, apresenta uma conceituação vazia e distante dos outros documentos citados. Na concepção do documento, espaços de convívio e lazer objetivam “garantir uma vivência equilibrada do homem com a natureza e das cidades com o meio ambiente. Para tal, deveriam existir em quantidades suficientes e nos locais adequados para atender à população.” (PMF, 2000, p. 205). Resgata a ideia de déficit de áreas verdes, amparada no índice proposto pelo IBAM, que indica a necessidade de recuperar 1,91m<sup>2</sup> de área verde por habitante, a fim de atingir os 4,5m<sup>2</sup> recomendados. Tratando-se da cidade real e dos seus contrastes demonstrados no item anterior, questiona-se o que significaria esse 1,91m<sup>2</sup> a mais por habitante. Em uma aproximação com a realidade, essa proposta aponta para a

necessidade de se implantar, efetivamente, parques e praças nas áreas remanescentes de loteamentos, bem como de se verificar *in loco* as áreas existentes e onde poderiam ser implementadas novas, realizando-se estudos sobre elas. A discussão ganha maior amplitude quando associada ao item esporte e lazer, vinculado à distribuição dos grupos:

Por razões que passam por questões culturais, de saneamento básico e outras, onde existe maior densidade populacional não há contato direto com a faixa litorânea adequada, elevando as áreas de praças e parques ao nível de único suporte comunitário. (PMF, 2000, p. 207).

Os espaços públicos, segundo o documento, situam-se em “localização privilegiada”, necessitando de uma ação para “revitalizar as práticas de convívio social”. Aponta que muitos balneários possuem “caráter de cidade” e, sobretudo, a diversidade de ocupações na ilha para além da população turística.

Em linhas gerais, reconhece a dificuldade de acesso decorrente da localização de muitos espaços públicos e que as praias não são os espaços públicos para uma grande maioria. O documento, em suas ações apontadas, não aprofunda (ou não considera) os espaços públicos em âmbito urbano, resultantes da diferença estrutural entre os diferentes grupos e da própria valorização fundiária.

### 3.2.1 O Plano Diretor de 2014

Não se pode abordar o plano aprovado em 2014 sem que seja resgatada, primeiramente, sua trajetória<sup>254</sup>. Abordá-la significa tentar entender o conceito de acesso à cidade que se vincula não apenas aos usos da estrutura urbana mas também à participação e à tomada de decisões. Conforme Saboya (2010), o início do processo remonta ao ano de 2006, com o indicativo de que haveria uma participação ampliada da população. Assim, houve a formação do Núcleo Gestor do PD, composto pelos representantes aprovados em audiências públicas de cada um dos 13 distritos, e iniciaram-se as reuniões e assembleias nos vários distritos<sup>255</sup>.

---

<sup>254</sup> A trajetória de execução está descrita em *PD Florianópolis: crônica de uma morte anunciada*, de Renato Saboya (2010), assim como na dissertação de Cunha (2013).

<sup>255</sup> “Seguiu-se um período de intensa participação, tanto nas reuniões no NG quanto nas audiências distritais com vistas a eleger os representantes de cada distrito no NG. As discussões foram muito limitadas nesses eventos, com os participantes discorrendo sobre os mais diversos assuntos, mas proporcionou um bom momento para uma primeira aproximação aos problemas e às realidades específicas das diversas partes do Município. Serviu também

Os processos participativos, ainda em consolidação no Brasil e com alto grau de embate e enfrentamento com as políticas locais voltadas ao interesse do mercado e das elites, não encontraria terreno menos combativo em Florianópolis. Ao mesmo tempo que a prática das discussões, base da democracia e do espaço público, está em construção, ela resultou em processos:

Foi durante essa fase também que começaram os conflitos. A audiência dos Ingleses quase acabou em violência, e os representantes do Centro e do Pântano do Sul tiveram sua legitimidade contestada pelos candidatos derrotados. Eram os **atores políticos lutando para ocuparem os espaços de decisão e, assim, poderem defender seus pontos de vistas e interesses** e, teoricamente, também os interesse das comunidades que estavam representando.

Nos bastidores, era visível a dificuldade do IPUF em conduzir o processo, seja pela falta de experiência em processos participativos, pela carência de pessoal, ou ainda pela **baixa prioridade atribuída ao plano pelo Poder Executivo** (SABOYA, 2010, n.p., grifo nosso).

Os anos de 2007 e 2008, segundo Saboya (2010), foram de “pouco produtividade”, mas de “níveis relativamente altos de participação”<sup>256</sup>. Nesse ínterim, foi realizada a leitura técnica, praticamente não divulgada, na qual não constava o levantamento de áreas de proteção ambiental do município. Em 2009, o autor aponta para um rompimento no processo, através da dissolução do Núcleo Gestor, passando o plano a ser conduzido (em sua fase técnica) por uma empresa argentina, o que, em certa medida, desconsiderava tanto a legislação federal (através do Estatuto da Cidade) quanto o processo participativo dos anos anteriores.

A retomada do “processo participativo” se deu a partir daquilo que o autor chamou de pseudoparticipação e pseudotecnicismo – etapas nas quais muitas propostas não são embasadas no conhecimento real dos conflitos e dos problemas encontrados, enquanto outras propostas

---

como um aquecimento e uma espécie de mobilização e conscientização sobre o Plano Diretor.” (SABOYA, 2010, n.p.).

<sup>256</sup> “A Leitura Comunitária foi realizada nos distritos, que se reuniram inicialmente de forma autônoma para discutirem seus problemas e suas demandas, bem como para obter consenso quanto às propostas a serem defendidas para o Distrito. Posteriormente, o IPUF promoveu audiências em cada um dos distritos para que essas diretrizes fossem oficializadas. Essas diretrizes são a principal fonte dos conflitos das fases posteriores “ (SABOYA, 2010, n.p.).

permanecem injustificadas. O autor aponta para a fase da “morte” do plano, através da não justificação de muitas propostas técnicas, da não recomposição do núcleo gestor e da condução do processo e seus desdobramentos.

Antes de partir para um olhar mais aproximado sobre o documento, cabe buscar algumas referências no documento *Plano Diretor Participativo – diretrizes construídas pela sociedade* e na *Leitura Integrada da Cidade*, ambos de 2008.

O *Plano Diretor Participativo* (2008) apresentava as diretrizes construídas pela sociedade, adotando um tom otimista:

Esse processo começa com o imaginário de ser um movimento social de grande dimensão [21 bases distritais e 60 informais, com mais de 200 entidades comunitárias] para construir um novo Plano Diretor. De fato vem sendo elaborado dentro de um **processo incondicionalmente aberto**, do ponto de vista **territorial, e socialmente** incluyente.

São, portanto, cidadãos indiscriminadamente, que se sentam para discutir e apontar caminhos. São saberes populares que se associam ou se defrontam com saberes formais e acadêmicos com o mesmo objetivo: configurar um novo Plano Diretor para Florianópolis. (IPUF, 2008a, grifo do original).

Esse processo ocorreu sob coordenação e apoio técnico do IPUF. As proposições foram organizadas em demandas (para a gestão continuada junto ao aparelho público municipal) e diretrizes (para políticas públicas), sob oito módulos temáticos: ambiente natural, uso e ocupação do solo, mobilidade, infraestrutura social e urbana, geração de emprego e renda e gestão democrática. Pretendia-se que o plano extrapolasse um documento normativo, tendo dois princípios fundamentais: desenvolvimento sustentável e democrático de Florianópolis. O próprio texto apresenta a intenção de que o plano resultasse de uma construção coletiva.

O conteúdo do Plano Diretor não é um projeto de definição apresentado pelo Poder Público/IPUF à sociedade para discussão, mas um projeto de definição social, fruto de pactuação socioterritorial, coordenado pelo poder público/IPUF, mas envolvendo todos os segmentos sociais. Está sendo elaborado, deverá ser implementado, monitorado, fiscalizado e

revisto dentro desse processo de ampla participação, com certeza com consequências muito significativas e socialmente consentidas. (IPUF, 2008a, apresentação)

Dentre as diretrizes-síntese apresentadas no documento, as que seguem abaixo fazem alusão à construção da cidade a partir de premissas de acesso, reforçando a participação e a inclusão. Algumas também aludem a aspirações antigas, como as relativas à manutenção da pesca e de atividades agrícolas, além daquelas vinculadas aos reconhecidos problemas de infraestrutura e serviços urbanos, bem como mobilidade e a polinucleação a partir de centros sociais. Especificamente com relação aos espaços públicos, pode ser apontada:

[...] a demarcação de todas as áreas verdes de lazer garantindo ampliações e usos comunitários, atualizar e adequar a lei de parcelamento do solo de forma a elevar os percentuais de áreas públicas, priorizando as Áreas Verdes de Lazer, **ampliar a implantação de praças, parques e áreas de lazer, equipadas com espaços multiusos, projetadas e distribuídas de acordo com critérios estabelecidos com a participação da comunidade, criar mais parques públicos, incrementar programas de adoção de praças como forma de revitalizar e melhorar seus equipamentos e manutenção.**” (IPUF, 2008a, grifo nosso).

As demais temáticas citadas encontram respaldo em:

[...] fortalecer as centralidades urbanas em um modelo hierarquizado, condicionado o adensamento habitacional à instalação de serviços e equipamentos públicos, à acessibilidade ao comércio e serviços em geral e ao transporte coletivo. Definir Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para propiciar a inclusão social das populações carentes, bem como a regularização fundiária, urbanística e edílica dos assentamentos subnormais. Instituir um programa de requalificação da imagem urbana de Florianópolis, priorizando o desenho urbano e considerando a cidade como um território de experimentos estéticos, formais e conceituais [...] (IPUF, 2008a).

As ciclovias passam a fazer parte das demandas de mobilidade (entre muitas outras). Além de um planejamento peatonal, a

infraestrutura urbana e de serviços também foram demandados. No que concerne ao saneamento básico, à saúde, à educação e à segurança, pretendia-se:

[...] consagrar a ideia de polinucleação como forma de distribuição dos assentamentos humanos no território do município de modo a reduzir os deslocamentos pendulares mas com a garantia da mobilidade e crescente autonomia com oferta de trabalho, lazer e esporte, entre outros. Implantar efetiva política habitacional, regularização fundiária, dotar áreas carentes de equipamentos e infraestrutura, relativo ao emprego e renda, são resgatados a pesca, a agropecuária a atividade silvícola e agrícola além de outras, além do turismo. (IPUF, 2008a).

O documento delineava um processo participativo intenso e com uma visão bastante ampla acerca da cidade e das possibilidades do planejamento.

No que concerne à temática lazer e recreação, a *Leitura Integrada da Cidade* (IPUF, 2008b) resgata a ausência de áreas verdes e de lazer para toda a cidade devido à clandestinidade dos loteamentos, além dos usos desvirtuados, apontando que as áreas verdes de lazer são negligenciadas como infraestrutura comunitária. O documento indica a suficiência de áreas, em quantidade, mas ressalta a discrepância na sua distribuição entre os bairros. Esse fator leva, conforme observado, a população de determinados bairros a reivindicarem equipamentos de lazer e esportes.

Percebe-se que o discurso textual apresentado no documento legal, e seus efeitos na cidade, podem ser bastante díspares. No que se refere ao texto aprovado em 2014 (Lei complementar n° 482/2014), o plano apresenta uma ampliação da visão de cidade e de acesso, conforme a leitura da sociedade acima explicitada. Expressões como “integração social” e “bem estar dos cidadãos”, a partir da organização do território, são utilizadas já no início do documento, que intenta resgatar a ideia de pacto:

Art. 2° O Plano Diretor do Município de Florianópolis é o pacto que visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população, baseado nos valores sociais e deve garantir o desenvolvimento sustentável, praticado em estreita correlação

**com o meio ambiente e o patrimônio cultural.**

O conjunto de princípios e regras desta Lei Complementar é o compromisso que transcende os interesses da população atual, trata-se de um pacto que protege a herança recebida da natureza e dos que no passado viveram na cidade e configura um trato de responsabilidade das atuais para com as futuras gerações de cidadãos de Florianópolis, para tanto, o Plano Diretor precisa ter como ponto de partida o reconhecimento geral e a proteção que couber ao patrimônio herdado pelas atuais gerações, formado pelas dotações da natureza e realizações do gênero humano. As áreas a serem ocupadas, as transformações que forem introduzidas, em maior ou menor intensidade, não podem deixar de considerar a responsabilidade sobre esses acúmulos. (PMF, 2014, grifo nosso).

Com o discurso ampliado, retoma a perspectiva do patrimônio, tanto cultural quanto paisagístico:

Art. 3º O Plano Diretor do Município de Florianópolis é a legislação de base do planejamento urbano da cidade, e deve ser complementado por planos e projetos setoriais, que podem abarcar setores do território municipal ou temas específicos e se aplica com projetos e ações selecionadas, priorizadas em lugares estratégicos da Cidade, nominam-se alguns desses lugares: a Praça XV de Novembro; os Aterros Urbanos, que devem ser tratados como Parques Urbanos; a orla e as cabeceiras continental e insular da Ponte Hercílio Luz; o Centro Histórico da Cidade e mais especialmente o quadrilátero compreendido entre: o Mercado Público Municipal, a Igreja de São Francisco, a escadaria e Igreja do Rosário, o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) e praça anexa, a escadaria e o Teatro da Ubro, a Travessa Ratcliff e o Forte Santa Bárbara. O Museu Victor Meirelles, a Casa de Câmara e Cadeia, a Alfândega, o Mercado Público Municipal, o Palácio Cruz e Sousa, a Catedral Metropolitana, a Igreja do Rosário e o Hospital de Caridade. Os centros históricos do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição e Sambaqui. A Lagoa da Conceição e a

Barra da Lagoa; o conjunto dos balneários, das áreas florestadas e das áreas mantidas como de usos rurais. Dos costões, dos manguezais e das restingas. (PMF, 2014)

No quinto parágrafo, aborda-se superficialmente a relação entre o público e o privado, mas, discursivamente, deixa em aberto pontos cruciais, como o processo de produção do espaço florianopolitano. No documento, essa produção do espaço urbano resulta em:

**A organização do território é fruto dos valores e das conquistas sociais** e tem como base os limites entre os direitos públicos e os privados e como forma de organizar em bases atuais a fronteira entre o que é direito público e privado, estabelecendo os limites do que é cabível pertencer a cada um, e o que deve ser bem de todos, propriedade comum do conjunto da sociedade. (PMF, 2014, grifo nosso)

Contudo, na prática, o território é demarcado como **um embate entre os diversos grupos**, dos quais determinados interesses foram privilegiados ao longo da história. No mesmo artigo, resgata a ideia da responsabilidade compartilhada:

a vida em sociedade pressupõe direitos e deveres e todos os que habitam a Cidade, **em especial os que possuem porções do território sob sua propriedade e ainda mais especialmente, os que edificam construções sólidas sobre ele**, mas também os que vivem e usam das mais variadas formas o espaço urbano do Município, assumem compromissos permanentes com o conjunto da sociedade e com cada um dos seus membros. (PMF, 2014, grifo nosso)

Termina recaindo em indicadores formais e parâmetros que, não necessariamente, pressupõem consideração ao próximo e compartilhamento de responsabilidades:

[...] esses compromissos devem estar manifestos no trato com a natureza, nas questões de abastecimento e dejetos, na circulação de pedestres e veículos, na civilidade e solidariedades próprias das relações de vizinhança, onde luz, sol, sombras, ruídos, dejetos, trânsitos, uso responsável de espaços comuns, guarda solidária dos bens de todos, são alguns dos fatores que pressupõe **consideração ao**



**próximo e compartilhamento de responsabilidades.** (PMF, 2014, grifo nosso)

As concepções que vinham sendo apresentadas desde a década de 1960 – de acesso à orla e de consolidação de polinucleação – são mantidas, através de um “novo modelo de cidade [...], a função da cidade para o convívio humano como um dos objetivos precípuos do desenvolvimento urbano” (PMF, 2014).

Cabe ressaltar avanços importantes, como as áreas “institucionais, em especial as de uso educacional, cultural, meio ambiente, saúde, segurança, esportes e assistência social, são consideradas como de uso e interesse geral da sociedade e como tal poderão desfrutar de padrões urbanísticos diferenciados”. Tais aberturas, no entanto, podem ser permissivas, sobretudo no que concerne à alteração de parâmetros voltados às especificidades dos temas.

Dentre as definições apresentadas, discussões contemporâneas são postas ao lado de discussões já debatidas em documentos anteriores. Assim, os bicicletários<sup>257</sup>, como forma de mitigar um outro tipo de transporte na ilha, estão definidos (apontamento que vinha sendo delineado desde a década de 1990), ao mesmo tempo que a ocupação polinucleada é retomada. Os parques – um tipo de espaço público que vem sendo discutido nos mais variados contextos – também entram nessa lista, sob o conceito de parque linear. Entretanto, as praças, cujas campanhas por adoção acentuam-se no século XXI, justificadas pela sua importância na vida urbana, não são definidas nesse rol. Importante ressaltar o modo como os parques entram em pauta esse plano, ao mesmo tempo que as praças, praticamente, desaparecem das intenções práticas. Sem aprofundar o tema, recentemente, os parques têm sido estudados como espaços onde a intervenção do setor privado sobre o espaço público pode nortear políticas públicas e, em alguns casos, minimizar o próprio conceito de espaço público<sup>258</sup>.

Sob esse ponto, a seção III do documento refere-se à “Política de Qualificação dos Espaços e Equipamentos Públicos com Desenho Urbano Integrado”, recaindo em um discurso formalista e que representa, em certa medida, as reformas e “revitalizações” que têm sido realizadas sem aprofundamento no reconhecimento e discussões sobre o tema. Prevê “padrões estéticos e funcionais atualizados, em todas as

---

<sup>257</sup> Inclusive, há um item destinado à “Política de Incremento para a Mobilidade do Pedestre e do Ciclista”. (PMF, 2014).

<sup>258</sup> Entre outros: Serpa (2011) e Souza (2013).

localidades<sup>259</sup>”. Retoma-se a assertiva de Rizzo (1993), de que “revitalizações” em pontos específicos não contemplam o todo, recaindo em aspectos estéticos.

São importantes, para o acréscimo de áreas públicas, definições como a do artigo 90, referente aos loteamentos, determinando que “a exigência de áreas para sistema viário e equipamentos urbanos e comunitários será proporcional à densidade proposta para o empreendimento, obedecendo aos mínimos previstos na legislação respectiva”, desvinculando somente o tamanho das áreas a serem parceladas, mas vinculando-se à densidade<sup>260</sup>. Retoma, também, a necessidade de percentual mínimo de AVI em todas as formas de parcelamento<sup>261</sup>, o que inclui os condomínios unifamiliares que haviam sido suprimidos na lei aprovada em 1997 (reinserido por lei complementar em 2006). A própria aprovação do condomínio passa a estar sujeita à aprovação da AVL ou ACI a ser concedida, com outros critérios importantes:

[...] **em área frontal e desimpedida de acessos, a critério do IPUF, segundo o grau de carência de tais equipamentos onde se localizar o condomínio**, de pelo menos vinte por cento da área parcelável do imóvel, com o mínimo de mil e duzentos metros quadrados **de área contínua**, em local compatível com o interesse geral; II - a AVL a que se refere o inciso anterior deverá ser entregue ao Poder Executivo Municipal **com arborização, paisagismo e equipamentos de lazer devidamente implantados**, sem ônus para a municipalidade, devendo o projeto urbanístico ser previamente aprovado pelo IPUF e pela

<sup>259</sup> A qualificação dos equipamentos urbanos pressupõe a atualização dos padrões de calçadas, praças e logradouros, inclusive bancos, floreiras, *playgrounds*, postes e luminárias, bancas de revistas, quiosques, guaritas, sanitários, pontos de ônibus, sinalização de trânsito e informativa, placas de propaganda, antenas de rádio, televisão e telefonia celular.

<sup>260</sup> Em acordo com a lei federal 9.785/99, artigo 4: “I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”. Essa lei complementa a lei 6.766/79 – artigo 4. Conforme a lei 6.766/79, “Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.”

<sup>261</sup> “Art. 87. São modalidades de parcelamento do solo: I - loteamento; II - condomínio unifamiliar; III - desmembramento; IV - reparcelamento; e V - conjunto habitacional na forma de loteamento.” (PMF, 2014).

FLORAM; e III - as áreas verdes previstas no caput deste artigo serão desimpedidas de acessos (PMF, 2014, grifo nosso).

O trecho destacado evita que muitas áreas sejam desprovidas de equipamentos, como as observadas no Santa Mônica, no Pântano do Sul, entre outras, cujo reconhecimento como áreas públicas fica prejudicado. Outro fator importante é que as AVL deverão ter áreas contínuas, evitando que “diversas sobras”<sup>262</sup> sejam consideradas: “§5º As AVLs e ACIs deverão ser localizadas junto as vias principais ou de maior acesso possível, previstas pelo loteamento a aprovadas pelo IPUF.” (PMF, 2014). Esse parágrafo é importante, pois minimiza a possibilidade de localização das AVL nos fundos dos loteamentos, o que, praticamente, implica em uma apropriação privada da área. O reconhecimento da localização e da situação atual das AVL na cidade<sup>263</sup> de Florianópolis não consta no plano aprovado em 2014, indicando que o mapa de localização dessas está em elaboração. Esse tipo de postura, bem como os planos setoriais para as áreas verdes do PD de 1997 (não localizados), contribui para o atual estado de desconhecimento e ilegalidade dessas áreas.

Textualmente, o PD reafirma a função dessas áreas “[...] para a prática de atividades de lazer e recreação, privilegiando quando seja possível a criação ou a preservação da cobertura vegetal” (PMF, 2014). Quanto aos usos, aproxima-se às definições do documento legal anterior, permitindo a construção de equipamentos de apoio ao lazer ao ar livre, como *playgrounds*, sanitários, vestiários, quiosques e dependências necessárias aos serviços de segurança e conservação da área.

Também apresenta a necessidade de estudos de impacto de vizinhança nas áreas que serão loteadas para condomínios multifamiliares, conforme diagnóstico de “carências do entorno”, levando em consideração demandas da região por AVL e ACI.

No que concerne à habitação de interesse social (capítulo VI), o documento apresenta a proposta de demarcação de áreas específicas, visando, quando possível, a regularizar as ocupações. Objetiva

---

<sup>262</sup> O fato de serem usadas sobras para as áreas verdes já havia sido levantado por Cunha (2002, p. 327).

<sup>263</sup> “Parágrafo único. O órgão municipal de planejamento urbano em parceria com a Procuradoria Geral do Município deverá desenvolver o mapa das Áreas Verdes de Lazer existentes no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei Complementar, atualizado a cada ano ou conforme novas áreas sejam incorporadas na forma da legislação específica” (PMF, 2014).

relacionar a oferta habitacional a maiores possibilidades de usos e geradores de renda, além de integração aos corredores viários. Além disso, intenta “promover moradias sociais em todas as regiões da cidade” (PMF, 2014). Dentre suas premissas estão o estímulo à participação popular, a busca por maior celeridade e eficiência na implantação e na tramitação de seus processos e a articulação com outras políticas setoriais. Quanto à oferta de AVL e ACI, apresenta obrigatoriedade de reservas de áreas de uso público nos loteamentos, em áreas especiais de interesse social e em conjuntos habitacionais de interesse social.

A análise dos desdobramentos desse novo PD ainda é superficial, dada sua aprovação ser recente. No entanto, conforme seu processo de elaboração, desde os **ensaios de participação** iniciais até sua finalização e aprovação após vários anos, num embate entre poder público e sociedade civil, observa-se uma possibilidade de abertura ao processo participativo, ainda que se encontrem diversas barreiras. Como será analisado brevemente no subcapítulo 4.3, a relação entre a construção do espaço público e a possibilidade de participação liga-se, diretamente, à cidadania e à produção do espaço urbano. Discursivamente, os textos legais têm avançado: uma análise ainda sumária, como a proposta neste item, revelou elementos-chave para a compreensão do espaço urbano florianopolitano consolidado e seus espaços públicos materializados. No quadro 11 segue, resumidamente, a trajetória dos dispositivos legais do Planejamento Urbano da Grande Florianópolis.

Analisar e encontrar pontos de convergência e divergência para cada uma dessas legislações construídas ao longo dos séculos XX e XXI, em Florianópolis, permite mais de um tipo de interpretação, na medida em que estão vinculadas a diferentes modelos de planejamento urbano, conforme a estrutura local, os processos em âmbito nacional e as escolas de pensamento sobre a cidade.

Do urbanismo modernista ainda resta “o espírito funcionalista de zoneamento de uso do solo”, para além da “modernização da cidade”, recorrendo-se às ideias-força de “ordem e racionalidade”. (SOUZA, 2008, p. 131). A abordagem sistêmica foi absorvida por esse urbanismo racionalista e transparece em vários tópicos dos planos. A crença em um planejamento técnico e pleno de certezas também foi observada em diversos documentos, nos quais, em momentos específicos, percebe-se a busca por respostas para problemas que foram sendo construídos e balizados pelos próprios técnicos, ainda que embasados em problemas

socioeconômicos reais. Atualmente, percebe-se a prática de “revitalização” de diversos espaços dispersos pela ilha e pelo continente, numa atitude que não contempla problemas estruturais, sendo muitos deles de cunho estético.

Quadro 11 - Principais dispositivos legais e documentos que regeram a produção do espaço florianopolitano.

<b>Período anterior à criação do IPUF (1952 a 1977)</b>		<b>Mapas***</b>
1955	Código Municipal de Florianópolis (1955)	x
1969**	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região da Grande Florianópolis	
[1971?]*	Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF)	
1974*	Código de Posturas Municipal	
1976	Plano Diretor de Florianópolis	
1976**	Diretrizes de Uso do Solo para o Aglomerado Urbano de Florianópolis	
1977*	Plano de estruturação do espaço do aglomerado urbano de Florianópolis	
1977*	Lei 1516/1977 - Disciplina o uso do solo, dispõe sobre áreas verdes, equipamentos urbanos e dá outras providências	
1977*	Estudos setoriais; diretrizes para o uso do solo no aglomerado urbano de Florianópolis	x
<b>Período posterior à criação do IPUF (a partir de 1977)</b>		<b>Mapas***</b>
1978*	Projetos CURA	x
1978*	Plano Diretor dos Balneários da Costa Norte	x
1980**	Planos Diretores de São José, Palhoça e Biguaçu	
1981**	Plano Diretor Turístico do AUF	
1982**	Plano Diretor da Trindade	
1984*	Documento para o Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha	
1985	Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha (com seis planos específicos de 1984 a 1999)	
1988*	Plano Diretor – estudos e revisão	
1992**	Plano Específico do Parque tecnológico do Campeche	
1996*	Florianópolis: Problemas e Ações	
1997	Plano Diretor do Distrito Sede	x
1992**	Plano de Desenvolvimento Integrado da Planície Entre mares PDPE	
1998**	Plano de Rezoneamento da Planície Entremares	
2004**	Plano de Desenvolvimento Integrado de Santo Antônio de Lisboa	
2014*	Plano Diretor	x

Fonte: A estrutura do quadro foi extraída do *Atlas do Município de Florianópolis* (IPUF, 2004, p. 115 a 120), mas foram inseridos outros documentos.

\*Inserção nossa. Há outros documentos e dispositivos legais que poderiam ser inseridos, mas acreditamos que essa relação é representativa para as discussões empreendidas. As demais leis consultadas estão citadas ao longo do texto.

\*\*Documentos não consultados.

\*\*\*Documentos em que foram analisados mapas.

Reforça-se, assim, a consolidação de processos e escolhas ao longo do tempo, determinantes do que é a cidade de Florianópolis atualmente<sup>264</sup>. Portanto, ao urbanismo ou ao planejamento urbano, não coube somente os problemas contemporâneos mas também as escolhas que foram sendo feitas, ratificando certos códigos sociais e assumindo vocações específicas. Desde o plano aprovado na década de 1950 até documentos recentes, como os levantamentos realizados pelo IPUF, apresentam problemas e soluções recorrentes, demonstrando que a própria interferência do Estado, conforme interesses diversos, poderia ter minimizado uma série de problemas urbanos ainda existentes, sobretudo no que concerne ao acesso à cidade: “A real interferência do Estado na organização espacial pode significar o reconhecimento aos direitos urbanos.” (PIMENTA, 2005, p. 50).

Este item ampliou a leitura acerca dos espaços públicos urbanos para a construção da cidade como um espaço público político, diverso e baseado em conflitos. Portanto, **ainda que fosse buscado nos diferentes dispositivos legais, o conceito de praça não poderia deixar de abordar a produção do espaço urbano como resultante de diversos fatores que influenciam diretamente na situação e na utilização dos espaços públicos atuais. Temas como habitação, mobilidade, turismo e cultura local corroboram e conformam a vida urbana florianopolitana atualmente.**

A vida urbana foi um tema acessório na legislação, pois parâmetros técnicos e intenções não permitiram a visualização de seus desdobramentos na cidade real, como a especulação imobiliária, a dificuldade de acesso à cidade e a seus equipamentos e o descompasso entre o discurso legal, suas intenções fictícias e reais e os órgãos envolvidos. A abstração do espaço urbano, em diversos momentos, foi profícua para a manutenção desse processo, no qual muitas estratégias de direcionamento da cidade e valorização fundiária foram mascaradas discursivamente, havendo uma redução da vida urbana – vinculada ao

---

<sup>264</sup> “A troca da ‘realidade’ ilusória pela denúncia das ‘ilusões’ do real quer dizer o que? – Que, mesmo, quando se trata de um elemento tão material e tão indispensável às atividades humanas como é o espaço, tudo depende das representações legitimadas por um determinado código social. Sendo o espaço um produto histórico, a história também o é, em certa medida, resultante das construções materiais e simbólicas do espaço através do tempo. A história dos homens, não importa de que período se trate, vai se definir a partir dos espaços que eles inventaram para que aí acontecesse sua história. Espaço significante sem história, ou, pelo menos, mito explicativo é impensável. Vice-versa idem, idem; não pode haver história ou mito sem referência a algum espaço real ou idealizado.” (SANTOS, 1980, p. 51).

consumo e reduzida “através da pobreza das necessidades sociais da ‘sociedade socializada’” (LEFEBVRE, 2009).

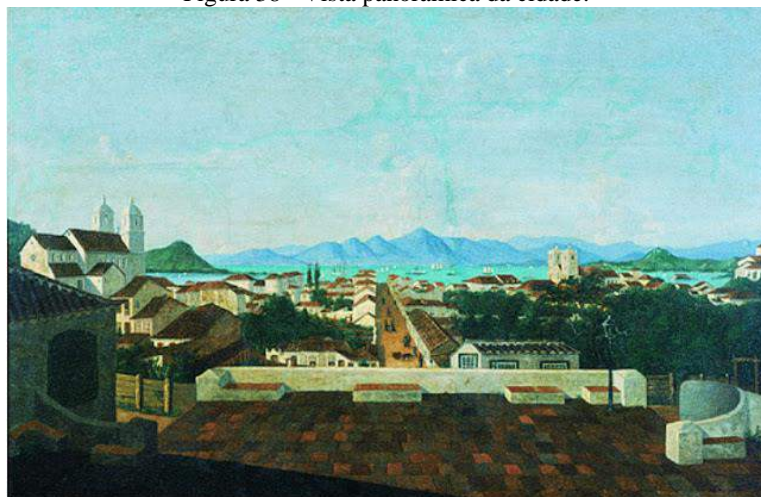
Com base nos exemplos estudados, que serão melhor descritos no capítulo 4, e na legislação, infere-se algumas questões centrais: o sentido de espaço público, em Florianópolis, não está propriamente nas praças, mas nos lugares que assumem o caráter de encontro, trocas, reunião e discussão, “como o espaço mais democrático” da cidade, desde os calçadões e largos até algumas praças consolidadas pelo uso. Vistos somente como AVL, os espaços públicos não são contemplados nos textos legais como a multiplicidade de possibilidades, marcando a diferenciação real entre as áreas consolidadas no centro e as demais.

Essa breve análise da legislação corrobora a reflexão de Serpa (2011, p. 16), de que a cidadania se traduz na materialização do espaço urbano, em sua condição plena de acesso físico e simbólico, através de uma constatação de que a “apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças [...]”, contrapondo, segundo o autor, “uma dimensão simbólica [e abstrata] à concretude física dos espaços públicos urbanos”. Em Florianópolis, para a compreensão de sua função em sua trajetória, especialmente no que concerne ao entendimento da ocupação urbana através da dinâmica de segregação socioespacial, os espaços ditos públicos carecem de um reconhecimento e de sua inserção na morfologia urbana (tanto física quanto social). Sobretudo porque, ao longo da história, o planejamento urbano contribuiu para a formulação da imagem turística e para a valorização fundiária, propondo soluções pontuais para os problemas encontrados. O próximo capítulo discorrerá sobre a relação entre a cidadania e o espaço público florianopolitano, apresentando, resumidamente, as reflexões advindas do trabalho de campo.



#### 4 FLORIANÓPOLIS: A PLURALIDADE SOCIOESPACIAL ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS

Figura 38 - Vista panorâmica da cidade.



**VICTOR MEIRELLES:** *Vista do Desterro*, 1847.  
Óleo sobre tela, 71,7 x 119,2 cm.  
Santa Catarina, Acervo do Museu Victor Meirelles.

Fonte: Disponível em:

<<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

No capítulo 2, discorreremos sobre a trajetória de produção do espaço urbano florianopolitano, à luz do entendimento da cidade como mediação entre diversas ordens. Já o capítulo 3 abordou a trajetória dos dispositivos legais, em sua intrínseca relação com o pensar e o planejar a cidade, analisando a recíproca relação entre o aparato legal e a consolidação da cidade. Neste capítulo 4, aproxima-se do pontual. Portanto, ao discorrer-se sobre a praça e os espaços públicos, permite-se que o olhar enfoque uma dimensão de materialidade espacial que é amparada pelo reatamento de processos ocorridos em âmbito nacional e internacional nos processos locais e seus desdobramentos na vida urbana e no cotidiano. Partindo da ideia de praça e sua breve contextualização, apresenta-se a relação entre praça, construção do espaço urbano e acesso à cidade em Florianópolis.

Foram mais de 160 espaços visitados, fotografados, catalogados, mapeados, periodizados e analisados, ora individualmente, por sua

importância singular, ora em conjunto, pelos processos que aproximam a origem e os usos de muitas praças. Optou-se por apresentá-los em quatro grandes grupos. Decidimos não criar uma taxonomia hermética com base na forma ou na função específica desses espaços, pois, ao generalizá-los e classificá-los, a possibilidade de desconsiderar as particularidades de cada praça visitada poderia incorrer na perda de elementos singulares. Os grandes grupos aproximam-se em similaridades, mas permitem o reconhecimento das diferenças contextuais e particularizadas. Eles são vinculados a seu local de inserção, seu processo de origem e/ou suas características atuais:

1. Praças vinculadas aos núcleos históricos;
2. Praças da Área Central;
3. Praças da Área Continental; e
4. Praças dos loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social.

A organização das praças em grupos permite uma periodização interna a cada grupo, aproximada à conformação da cidade, além de, quando necessária, uma comparação com o todo – sendo que a periodização geral foi analisada no capítulo 2. Desse modo, os grupos não estão organizados em períodos, mas os processos ao longo do tempo estão implícitos nas possibilidades de análise.

Para uma periodização de todo o conjunto, foram organizados quadros constantes no caderno de mapas (Apêndice B), que estão combinados com elementos gráficos (mapas e esquemas espaciais).

Conforme dito anteriormente, o Quadro 1 do caderno de mapas apresenta, uma a uma, as áreas analisadas, permitindo uma compreensão geral da conformação das praças e da cidade e relacionando periodização, usos, formas, funções e localização. Vincula-se à prancha 1, que ilustra e permite sua inserção ao longo do tempo, a partir do conjunto atual, contribuindo para amparar a discussão. O quadro foi dividido em seis grandes grupos, conforme uma periodização não hermética, que pode ser revista a partir de novas descobertas. Divide-se entre as praças mais antigas, vinculadas ao núcleo central da cidade, mas referenciando-as a seus usos atuais; as praças mais antigas situadas nos núcleos de ocupação da cidade fora do perímetro central. Segue-se, então, para os agrupamentos do século XX e do início do XXI.

O quadro 1 do Apêndice B informa, em sua última coluna, se a praça é denominada por lei, denotando que muitas delas são AVL ou ACI (ou ainda AVV) reconhecidas pelo uso, mas não denominadas oficialmente. Esse dado é relevante, pois demonstra o número de

“praças” legalmente denominadas que não possuem condições de uso como tal. Adotou-se o termo “registro não localizado” (RNL) quando as leis de denominações não foram achadas, o que não significa sua inexistência.

Por se tratar de outro tipo de equipamento urbano, foram excluídos dessa análise os parques, ainda que, muitas vezes, suas funções e usos se aproximem, como no caso da Praça da Costeira do Pirajubaé. Os largos que possuem funções similares às praças foram listados na tabela, enquanto os demais, que não apresentam usos afins às praças, aparecem nas áreas não consideradas. A coluna referente à forma pode ser melhor entendida a partir dos mapas de localização e situação, por bairros e distritos (também constantes no caderno de mapas), nos quais são apresentados os contornos das praças separados por bairros.

O segundo quadro relaciona o distrito e/ou bairro com o período/função de cada um dos espaços. Refere-se aos esquemas de periodização constantes na prancha 2 – *Praças e áreas prazeáveis*<sup>265</sup>: *periodização comparativa* –, pois ambos, quadro e esquemas gráficos, permitem o entendimento da trajetória de localização das praças, gradualmente culminando na situação contemporânea.

No caderno de mapas também consta o quadro 3, no qual as praças existentes atualmente estão organizadas por bairro e vinculadas a dois tipos de elementos gráficos: um mapa de Florianópolis que apresenta seus bairros (Prancha 3); e mapas individuais dos bairros e distritos que demonstram o contexto particular de inserção de cada praça, a estrutura fundiária do entorno e sua configuração atual (mapas de localização e situação).

Finalmente, o caderno de mapas apresenta um quadro que sistematiza os principais períodos do primeiro capítulo, os dois primeiros quadros do caderno de mapas (Quadros 1 e 2) e os quatro grupos principais deste capítulo 4. Relaciona, portanto, a localização, o período e o processo de surgimento das praças.

Em meio ao item 4.2, encontram-se alguns títulos denominados “entre aspas”. São questionamentos, pressupostos e curiosidades que norteiam alguns apontamentos.

#### 4.1 PARA CONTEXTUALIZAR

---

<sup>265</sup> Expressão de Eugênio Queiroga.

Analisar a forma urbana, em sua relação com o seu conteúdo, permite o entendimento entre a produção do espaço edificado e a estrutura socioeconômica.

Na sua relação com seu conteúdo, a forma urbana suscita uma contradição (dialética) já indicada, que agora é preciso aprofundar. Como dissemos, no espaço urbano sempre ocorre algo. O vazio, a ausência de ação, só podem ser aparentes; a neutralidade não passa de um caso limite; vazio (uma praça) atrai; ele tem esse sentido e esse fim. Virtualmente, qualquer coisa pode ocorrer não importa onde. Aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoarem-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobrevir. Daí o caráter fascinante do espaço urbano: a centralidade sempre possível. Ao mesmo tempo, se se ousa assim falar, esse espaço pode se esvaziar, excluir seu conteúdo, tornar-se lugar de raridades ou de poder em estado puro. Ele está aprisionado em estruturas fixas, superpostas, hierarquizadas, do imóvel ao conjunto urbano cercado por limites visíveis ou pelos limites invisíveis dos decretos e decisões administrativas. Ele é cuidadosamente recortado em partes e partições, em objetos elementares e em unidades. Se o espaço urbano é fascinante pela disponibilidade, também é pela arbitrariedade das unidades prescritas [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 119).

Assim conformou-se Florianópolis – de colônia portuguesa à capital – e foram sendo traçados os caminhos, os núcleos e os vazios na ilha, desde o século XVII. Seguiu seu processo de consolidação urbana ao longo dos anos, passando de entreposto comercial à cidade turística e vinculada às atividades do setor terciário. As praças, como elementos constantes na trama urbana, narram essa história, pois atendem a uma pluralidade de funções, de formas e de intenções, encontrando respaldo, ao longo do tempo, para sua apropriação ou obsolescência.

Das mais antigas – a Praça XV e as praças vinculadas às igrejas coloniais dos núcleos distantes, sacras e laicas – às contemporâneas, como a Praça Naval (Jardim Atlântico, 2013) e a Alfredo Alberto Munhoz (Ingleses, 2013), vinculadas ao lazer, as praças relacionam o momento de sua criação à função a elas atribuída, podendo ser readequadas ao longo do tempo. Essa readequação pode ser objeto de

intervenção projetual ou acontecer a partir do uso (ou desuso) e da apropriação (ou falta de) pelos usuários.

Seja pela sua localização ou pelos usos vinculados, as praças comunicam o propósito (ou a falta de) que lhes é inerente. Seu uso constante, festivo, ritualístico, de lazer ou cotidiano, ou sua impossibilidade de uso, ou, ainda, o desuso que ocasiona sua obsolescência, narram a vida urbana subentendida nesse espaço, ou seja, nessa estrutura materializada.

São muitas praças, largos, vazios apropriados (AVL, ACI, etc.), canteiros centrais, pequenos lugares que surgem. A cidade é dinâmica e, para o trabalho de pesquisa, foram feitas escolhas. A primeira delas, dado o número de praças estudadas, foi a de analisar seu perfil conforme os equipamentos, o estado e a situação. Não foram feitos estudos vinculados aos usos cotidianos, com entrevistas a usuários em todas as praças, mas buscou-se um entendimento desses usos a partir do encontrado, do mobiliário e das condições de manutenção, além de análises de matérias publicadas.

Àquelas praças que não foram analisadas nesta pesquisa, cabe a indicação de continuidade em trabalhos posteriores, pois, em alguma rua menor, servidão ou conjunto edificado, é provável a existência de espaços reconhecidos como praça<sup>266</sup>. Cabe ressaltar, no entanto, que a lista de espaços visitados foi construída ao longo de dois anos, com base no portal de geoprocessamento da PMF (todas as que constam no mapa foram visitadas) e nas listas fornecidas pelo IPUF e pela FLORAM. Nas visitas a campo e nas idas à CMF, também foram descobertas outras praças. Os espaços não visitados foram sendo descobertos através de matérias publicadas pela mídia, da aprovação de leis de denominação ou, até mesmo, de incursões à cidade.

Outro corte diz respeito ao ciclo temporal de renovação desses espaços. Praças foram reformadas, “revitalizadas”, nesse processo. O atual governo municipal tem preconizado a reforma de várias praças<sup>267</sup>. Fez-se a escolha de mantê-las tais quais estavam no momento inicial da pesquisa, quando foram visitadas. O mesmo concerne às novas

---

<sup>266</sup> “Nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre de edifícios é denominado praça. Na cidade contemporânea, a definição desse espaço é bastante abrangente, incluindo desde pequenas áreas destinadas ao lazer esportivo em bairros habitacionais até grandes complexos de articulação urbana em áreas centrais.” (ROBBA, MACEDO, 2010, p. 16).

<sup>267</sup> Conforme visitas *in loco* e dados da PMF (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=11981>>. Acesso em: 15 ago. 2015).

demandas, sendo que, em muitas praças, houve a inserção de equipamentos de lazer. As academias<sup>268</sup> e os equipamentos para *skates* são, geralmente, os novos mobiliários colocados nas praças<sup>269</sup>. Optou-se por considerar os equipamentos que haviam à época da pesquisa. Algumas praças também foram denominadas e equipadas nesse processo, sendo algumas delas incluídas conforme o grau de acesso à informação<sup>270</sup>.

As demandas que surgem por equipamentos, acompanhadas por campanhas de “revitalização”, remontam à questão primordial da vida urbana e do cotidiano. Conforme dito anteriormente, a praça ressignificou-se ao longo da história, consoante sua imagem e função, conforme sua localização. A própria conformação física (projetual) estava em segundo plano.

Assim eram as praças medievais (ao menos ilustra-se que eram). Cotidiano, práticas vividas, espaços de representação materializados e vividos nos espaços comuns das praças e muitos interstícios urbanos. A Praça Maior de Chinchon corresponde à essa assertiva (Figura 39): espaço aberto, cotidiano, de passagem, destinado às touradas, com relação intrínseca entre o público e o privado, pois sua configuração se dá pelos edifícios mistos do entorno imediato.

Aliás, como exemplo de interação social, a vida na cidade pré-industrial tem sido alvo de intensas comparações, embora a transposição não possa ser efetivada diretamente, uma vez que se tratava de outra conjuntura<sup>271</sup>.

---

<sup>268</sup> Matéria do *Diário Catarinense* apresenta alguns números e informações (ACADEMIAS, 2014).

<sup>269</sup> Através de informações da FLORAM, a *Prefeitura nos Bairros* tem recebido pedidos de pistas de *skates* na praça, os quais serão apresentados no subcapítulo 4.3 e no Apêndice A.

<sup>270</sup> Não serão apresentadas, conforme essa argumentação, as seguintes praças: Praça Maria Faceira, ainda em projeto, no Carianos; a Praça do Soleil, identificada tardiamente a partir da lista da FLORAM; o Largo Rubens de Arruda Ramos; a Praça Manoel Gonçalves e a Praça da Juventude, cujas localizações não foram encontradas; a Praça da Cidadania, na UFSC, também descoberta tardiamente; e a Praça do Sertão da Comunidade do Poção (em obras em 2015), que mereceria um estudo aprofundado (para mais informações, consultar página no *facebook*: Disponível em: <[https://www.facebook.com/cesar.florianodossantos.7/media\\_set?set=a.10202756260342250.1073741848.1672161878&type=1&pnref=story](https://www.facebook.com/cesar.florianodossantos.7/media_set?set=a.10202756260342250.1073741848.1672161878&type=1&pnref=story)>. Acesso em: 15 ago. 2015. Há, ainda, a “Praça no Santos Dumont”, não identificada; o Largo Hipólito do Vale Pereira, não considerado por ser uma área verde de rótula; e o Largo Frei Tito Oliveto ou Frei Tito Oliveira, que não teve sua localização definida, apesar de serem encontradas referências à Agrônômica.

<sup>271</sup> Brill (1989), em *An Ontology for Exploring Urban Public Life*, faz alusão à busca de modelos de referência nos centros históricos europeus, no que tange à relação entre espaço público e vida pública, mesmo quando se buscam respostas para o contexto americano, o que

*A cardinal characteristic of the preindustrial city – wherever located – is the fact that a significant portion of its social life occurs in the public realm. That is, social life and public life overlap in the pre-industrial city to a degree unmatched by any other city form [...].*

*I don't know whether this arrangement was supported by cultural values extolling the moral superiority of being “out and about”, but even in the absence of such support, our urban ancestors didn't have much choice in matter. (LOFLAND, 1989, p. 19-20).*

Figura 39 - Praça Maior de Chinchon, Espanha.



Fonte: Disponível em:

<[http://meuretratodavida.blogspot.com.br/2012\\_04\\_01\\_archive.html](http://meuretratodavida.blogspot.com.br/2012_04_01_archive.html)>.

Acesso em: 15 jun. 2015).

Talvez, o uso constante do espaço público não fosse uma escolha, afinal, segundo a autora, havia uma necessidade premente de se estar em público para questões como compras, ação política, entretenimento, devoção religiosa e assim por diante – a própria vida urbana.

Tanto o desenvolvimento dos meios de transporte quanto da comunicação, a partir dos séculos XVIII, XIX e XX, permitiram a dispersão urbana, diminuindo, ao indivíduo, “*the necessity of actually*

---

pode gerar inconsistências. Segundo o autor: “*They [as cidades] have different densities and different ways of organizing use-locations.*” (BRILL, 1989, p. 26).

*being, in any socially meaningful sense, in the intervening spaces.*” (LOFLAND, 1989, p. 20).

Essas duas constatações – a vida urbana acontecendo no espaço aberto e o processo de dispersão da cidade a partir da região central – resgatam (ou resgataram), parcialmente, a mesma relação de espaço cotidiano e vivido florianopolitano. Isto porque, consoante ao processo de urbanização, ocorre a representação do espaço que se delinea, sobretudo no que concerne à concepção e aos projetos. O espaço urbano, conforme apresentado nos capítulos anteriores, passa a ser quantificado, projetado para além da vivência e da apropriação espontânea, passa a ser previsto. Não há, nesse processo de quantificação e projeção, um aspecto negativo em si, posto que poderia resultar em um conjunto de áreas verdes e praças reconhecível e acessível. No entanto, houve um distanciamento entre o vivido e o projetado, conforme o direcionamento da produção do espaço urbano florianopolitano e da criação e ampliação da quantidade de dispositivos legais e normas.

Entre os documentos produzidos pelos órgãos oficiais<sup>272</sup> e a vivência e apropriação dos espaços neles retratados, há uma diferença radical: do gráfico e do numérico ao vivido. O espaço público, como espaço acessível, física e simbolicamente, para trocas e apropriação, não está contemplado nesses documentos, difere em sua essência e conceito. Cabe, no entanto, a ressalva de que, muitas das características apontadas na pesquisa, como o fato de rótulas e áreas do sistema viário serem consideradas praças, além da pluralidade encontrada e da necessidade de reconhecimento *in loco*, foram apontadas pela *Agenda 21* (PMF, 2000) e pelo relatório *Florianópolis: Levantamento de áreas verdes de uso público* (IPUF, 1998a), o que demonstra que os técnicos da prefeitura e do IPUF estão conscientes das dificuldades enfrentadas para a construção dos espaços públicos.

---

<sup>272</sup> Entre outros:

- Município de Florianópolis: Levantamento de áreas verdes de uso público – Florianópolis (IPUF, 1998a).
- Lista de praças para adoção, IPUF, projeto Viva a Praça (2013) – apresenta o projeto.
- Lista de áreas adotadas. Departamento de praças e arborização pública, FLORAM (recebido em março de 2014) – uma listagem.
- Lista do IPUF recebida em 2012, na qual constam as praças mapeadas e acessíveis através do geoprocessamento da cidade.
- Plano Diretor Participativo, Leitura Integrada da Cidade, Volume I (IPUF, 2008b).
- Agenda 21 Local do Município de Florianópolis (PMF, 2000).



A consolidação das praças e áreas de lazer resulta da lógica de investimentos, do estabelecimento de algumas áreas em detrimento de outras, dos planos diretores, dos novos loteamentos, legais e clandestinos, de demandas e ações comunitárias, das intervenções viárias, ou seja, de estratégias e ações que representam e materializam a produção do espaço urbano durante o século XX e que adentram o XXI. Portanto, as praças antes vinculadas à igreja e/ou à representação do Estado, resultantes de apropriações espontâneas das terras comunais, começam a se tornar resultados de estruturações urbanas e/ou intervenções urbanísticas conforme projetos e linhas de pensamento. esse processo refere-se ao crescimento desmesurado da cidade, ainda que acompanhado de um planejamento. É esse mesmo processo que, a partir da relação entre iniciativa pública e privada, começa a normatizar os usos da praça, o “espaço mais democrático urbano”<sup>273</sup>.

No que se refere às listagens fornecidas pelos órgãos públicos, observa-se que elas não contemplam a totalidade das praças, sobretudo se considerado o continente. Tal constatação não é recente e remonta aos estudos de Cé (1998), que, a partir de dados do IPUF, identificou 23 praças, 3 largos e 3 parques na UEP Centro. O quadro 12, elaborado a partir de Cunha (2002), apresenta uma caracterização dos espaços listados que complementa a lista proposta por Cé, ampliando para 36 o número de áreas no perímetro central (não constam, no quadro abaixo, os parques encontrados pela autora).

Quadro 12 - Espaços públicos da área central.

<b>Denominação dos Grupos</b>	<b>Áreas públicas</b>
Praças de Rótulas ou Ilhas e sistema viário	Praça Etelvna Luz Praça José Mauro da Costa Ortiga Praça da França Praça Prof. Seixas Neto Largo Hypólito do Vale Pereira
Praças de esquina e pontas de quadra	ça Osvaldo Bulcão Viana Pça D. Pedro Pça Lauro Muller* Pça do SESC
Áreas públicas de Zonas Residenciais	Pça. Governador Celso Ramos Pça. Getúlio Vargas

<sup>273</sup> O termo foi emprestado da citação de Miranda Magnoli no prefácio de Robba e Macedo (2010, p.10). Refere-se, aqui, a interdições que surgem a partir de determinadas práticas, como jogos e equipamentos na praça. Esse processo de normatização de espaços públicos foi observado em Souza (2013), que analisa parques em São Paulo e em Porto Alegre.

	Largo Bejamim Constant
Praças e áreas em desníveis	Praça do Desterro Praça Gilberto G. da Fonseca
Complexo das Praças e Áreas Públicas do centro Histórico e comercial	Praça XV de Novembro Largo da Catedral e suas escadarias Largo da Alfândega Praça Fernando Machado Mercado Público Calçadão Felipe Schmidt Largo Fagundes (Pça Pio XII)
Complexo do largo São Sebastião	Largo São Sebastião Praça dos Namorados Praça Esteves Júnior
Complexo da Avenida Hercílio Luz	Pça Const. João J. de Mendonça Pça Jorn. Teixeira da Rosa Pça Olívio Amorim
Complexo da Avenida Beira-Mar	Praça Rep. da Grécia Praça Seq. da Polícia Militar Praça de Portugal Calç. da Av. Beira-Mar
Praça Pereira Oliveira	
Praça Hercílio Luz	
Praça Tancredo Neves	

Fonte: Extraído de Cunha (2002, p. 183 a 185). Foram retiradas algumas colunas, mas o quadro original, a divisão e a nomenclatura dos grupos são da autora.

\*Localizada na Agrônômica.

Para além do quadro 12, o trabalho de campo revelou que, no perímetro central, desde 2002, foram acrescentadas as áreas (sem considerar os parques) apresentadas no quadro 13.

Cunha (2002) também elaborou quadros que relacionam as principais alterações no espaço urbano ao surgimento ou ao desaparecimento das praças centrais, sendo sua tese uma referência única e fundamental para os estudos da área central da ilha, através de diferentes períodos<sup>274</sup>. Ampliou-se a área de estudo tanto para a ilha quanto para o continente, permitindo um outro tipo de análise, menos focado no detalhe e na apropriação cotidiana e mais direcionado a uma comparação ampla. Portanto, periodizar e agrupar as praças

<sup>274</sup> Rita Dione Cunha (2002), em sua tese, fez um levantamento aprofundado da trajetória das áreas verdes de uso público na área central de Florianópolis. A partir de seu quadro, foram inseridos dados relativos ao continente e demais bairros da ilha. Os quadros e esquemas gráficos que narram a origem a evolução e/ou desaparecimento das áreas de usos públicos então disponíveis das páginas 143 a 152.

relacionando o seu momento de formação ao que acontece em âmbito municipal, como reflexo de processos e estruturas ampliados, permitiu a compreensão da história do espaço urbano florianopolitano à luz da história da praça – ou vice-versa.

Quadro 13 - Acréscimo de áreas públicas centrais, a partir dos anos 2000.

<b>Denominação</b>	<b>Caracterização</b>
Praça Senhor dos Passos	Rótula do sistema viário – área gramada sem usos específicos
Praça “Chico Mendes” (Cabe ressaltar que também foi identificada a Praça Chico Mendes no Conjunto Chico Mendes, Monte Cristo)	Sobre o Parque Chico Mendes, conforme lista fornecida pela FLORAM
Praça do Rotary	Em frente a empreendimento imobiliário – impossibilidade de uso por estacionamento – sobre o Parque Chico Mendes, conforme lista fornecida pela FLORAM
Av. do Antão - Morro do Horácio	Área de lazer infantil
Praça - alto da conselheiro mafra	Área em canto de quadra – sem nenhum tipo de equipamento
Praça Conselheiro	Área para estar
Praça Adolfo Luiz Dias/ Praça das Nações	Praça com anfiteatro e mastro para bandeiras
Praça da Fraternidade / praça Maçônica	Possui bancos e uma escultura

Fonte: Organizado pelo autor com base nas listas da Floram e do IPUF e no trabalho de campo.

Esse processo denota uma passagem das praças de caráter central, vinculadas a rituais sacros ou profanos (cívicos, festivos) e a reformas urbanas, a resíduos do sistema viário: pequenas praças de usos infantis, academias, áreas públicas resquícios de loteamentos que, nem sempre, são as mais acessíveis ou equipadas para uso. Além disso, através de veículos de comunicação, são publicadas informações que apresentam “praças” não denominadas por lei, nem reconhecidas pelo uso, sobretudo quando são expostos dados relativos à implantação de equipamentos, como as academias, o que não representa um ganho efetivo na discussão acerca do espaço público. Essa alteração na

produção do espaço público baseia-se em um triplo aspecto: locacional, formal e funcional, todos relacionados.

Frequentemente, falamos de formas que aparecem permanentes no tempo: de praças, por exemplo, espaços abertos entre o casario, espaços estes que podem ser encontrados desde a Antiguidade até os dias atuais. Ao assim procedermos, estamos abdicando da análise que nos mostraria a verdadeira dialética entre espaço e sociedade. Para insistir no mesmo exemplo, basta ver que uma mesma cidade contemporânea dispõe de diversas praças, nem todas apresentando as mesmas dinâmicas sociais ou o mesmo conteúdo. (GOMES, 2002, p. 19).

No que concerne à forma, conforme as análises que se seguem, observam-se práticas recorrentes: a reforma de praças já equipadas, buscando uma linguagem paisagística mais contemporânea, nem sempre mais acessível simbolicamente, como a Praça Lauro Muller, adotada e reformada e que, por muito tempo, foi confundida como ponto de acesso ao empreendimento que lhe adotou; a denominação de “praça” a espaços que não poderão ser apropriados.

A requalificação das praças é salutar para que o público usuário identifique-se e passe a frequentar tais espaços, mas o cerne da apropriação não reside no desenho. Serão vistos exemplos de praças que não possuem “o melhor desenho” e são apropriadas intensivamente, enquanto outras, com projetos coerentes, não são apropriadas (como algumas do CURA Continente). Ao mesmo tempo, a denominação de praça a espaços que não poderão ser apropriados não agrega nenhum valor social, senão dados quantitativos, sem aumento na qualidade da vida urbana. Todos esses aspectos serão retomados na descrição das praças.

Quanto à localização, há uma dispersão paralela à ocupação do solo, contribuindo para a alteração do conteúdo da “praça”. Assim, uma área gramada com espaço suficiente para uma academia torna-se praça. Esse aspecto tem duplo sentido. Trata-se da possibilidade de uso do espaço aberto e coletivo através do lazer, incitando o uso de áreas públicas, portanto, o convívio e as trocas – alteração que mereceria um estudo à parte<sup>275</sup>; e, por outro lado, da vinculação da imagem da praça

---

<sup>275</sup> Caberia uma pesquisa que analisasse a apropriação do espaço público por equipamentos como as academias. O quão efetivas são para fomentar o uso de áreas públicas em detrimento

ao lazer, o que denota uma alteração funcional e de significado do espaço público urbano. Cabe apontar a seguinte assertiva, ainda que, nesta pesquisa, não se tenha chegado a conclusões sobre:

A distribuição e tipos de espaços livres privados também condicionam o uso dos ambientes livres públicos. A concentração de áreas de lazer privadas (ou seja, áreas de shopping-centers, parques de diversões privados e outros) pode se relacionar com a degradação ou mudanças de usos de áreas públicas próximas, transformando a paisagem urbana local, através de um contexto social novo abrangendo troca ou introdução de hábitos dos prováveis usuários. (CUNHA, 2002, p. 13).

Com a periodização proposta, a trajetória de ocupação da ilha explícita e ampara a discussão empreendida no capítulo 2. A ida a campo revelou o processo de construção das praças e outras “pracialidades”, o que, em certa medida, aproxima o olhar do cotidiano, da vida urbana e da cidadania, entendida como acesso à cidade e ao urbano e à possibilidade de participação (tema explorado no item 4.3).

## 4.2 UM OLHAR PRÓXIMO ÀS PRAÇAS

### 4.2.1 As praças e os núcleos históricos

As praças atuais, consolidadas sobre os terreiros das antigas igrejas, continuam presentes no cotidiano das localidades em que estão inseridas. Esses bairros e distritos, que, até a segunda metade do século XX, permaneceram à margem do processo de ocupação densa das áreas centrais e continentais, passam a ser procurados como áreas tanto residenciais quanto de segunda residência e turísticas.

Por seu contexto, as praças vinculadas a esses núcleos adquiriram, ao longo do tempo, o caráter de áreas de atração e de encontro para a população residente, bem como para os turistas, reforçando a imagem dos núcleos de povoamento açoriano, de norte a sul da Ilha. Mais uma vez, reforça-se que é no espaço vivido – no âmbito das diversas possibilidades de apropriação do espaço – que tais praças adquirem seu valor de uso. São bastante simples no que concerne ao mobiliário e à vegetação e a maioria delas não está adotada (ver

---

de áreas privadas, contribuindo, inclusive, para maior segurança de áreas de uso coletivo. Mas essa é uma outra hipótese...

quadro 01 – Apêndice B), o que não impede usos cotidianos. Observa-se que as praças situadas em conjuntos históricos e que, em certa medida, têm recebido atividades turísticas, tendem a manter seu aspecto de pequena praça vinculada à igreja e ao cotidiano. Ao mesmo tempo, praças como a Santos Dumont, cujo entorno tem sofrido alterações estruturais, como a inserção da UFSC e a conseqüente valorização da terra no local, passaram por processos de renovação e continuam objeto de possíveis intervenções.

Algumas praças vinculam-se ao cotidiano, como a Macario da Rocha, a praça Roldão da Rocha Pires e a praça Dona Francisca, enquanto outras voltam-se à sua dimensão de espaço vinculado à igreja e ao cotidiano do entorno, como a praça Clara Eulina de Abreu Soares. Algumas se descaracterizaram, como a Edith Gamas Ramos, em Canasvieiras, e a “Praça da Armação”, que nunca existiu na configuração de praça conhecida atualmente, senão no vazio passível de apropriações. Já na praça Nossa Senhora de Fátima, criada a partir de demandas populares resultantes da densificação da ocupação na área continental, seu potencial de lugar de encontro, de trocas e de “animados comícios” cede espaço para o lazer, sob diversas acepções. Nas praças existentes, reforça-se a seguinte assertiva:

Por sua vez a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo “está” nele como um espaço – quase uma clareira – surgido pelo distanciamento de determinadas porções construídas. A praça “nega” a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade. (SALDANHA, 1993, p.14).

Nesse processo, distinguem-se as praças mais antigas, situadas frente às igrejas, e as praças que surgiram como resultado e suporte da produção do espaço urbano. Entre as mais antigas estão: a Praça Getúlio Vargas, em Santo Antônio de Lisboa; a Praça Clara Eulina de Abreu Soares, em São João do Rio Vermelho; e a Praça Hermínio Silva, no Ribeirão da Ilha. As três apresentam traçado simples, com mobiliário padrão e pouca vegetação, o que não impede, no entanto, sua inserção no cotidiano. Elas ainda mantêm seu caráter de conjunto histórico com as igrejas, caracterizadas, portanto, em seu próprio contexto.

Sobre o Distrito de Santo Antônio de Lisboa (mapa Ilha 02 – Apêndice B), cabe ressaltar:

O seu traçado urbano segue o modelo das vilas portuguesas, constituídas por duas ruas principais

paralelas ao mar e, entre si, algumas transversais. A Igreja matriz fica situada num ponto mais elevado, nela sobressaindo-se a **majestosa fachada branca, em contraste com o verde da retaguarda e o da praça logo em frente.** (SOARES, 1990, p. 20, grifo nosso).

Figura 40 - Igreja Nossa Senhora das Necessidade.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.pinterest.com/pin/134334001357682955/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

A Praça Getúlio Vargas (Figura 41; mapa ilha 02) teve sua denominação publicada no diário oficial em 7 de novembro de 1955 – através da lei nº 241. Ainda que separada da Igreja Nossa Senhora das Necessidades pelo Caminho dos Açores, ambas conformam um conjunto central na vida da localidade. Sua implantação respeita o sítio físico, criando áreas para diferentes usos e ocupações. Semanalmente, ocorre a feira de gêneros alimentícios – contribuindo para sua inserção no cotidiano.

Figura 41 - Vista geral da Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo do autor.

No Distrito de São João do Rio Vermelho foi identificada somente uma praça, situada no núcleo histórico: a praça Clara Eulina de Abreu Soares (mapa Ilha 03 - Apêndice B). Conforme o diagnóstico publicado em 1984 para o PD dos Balneários, à época do levantamento, havia somente uma praça retangular, tipicamente açoriana e sem equipamentos de lazer. O distrito apresentava uma estrutura fundiária típica da ilha: “Aproximadamente 40% das casas são antigas, caiadas ou de pau-a-pique, havendo também vários engenhos. Todas as edificações são térreas, não havendo casas de veraneio na área” (IPUF, 1984) – essa descrição demonstra o caráter da localidade na década de 1980, o qual vem sendo alterado a partir de ocupação mais intensa.

A praça Clara Eulina de Abreu Soares (Figura 42, mapa ilha 01) compõe o conjunto com a Igreja São João Batista (1750). De desenho simples, a praça recebe os fiéis da igreja e os moradores do bairro, vinculando-se ao seu entorno imediato, que inclui uma escola municipal, constituindo parte da história local.

Figura 42 - Praça Clara Eulina de Abreu Soares.



Fonte: Acervo do autor.



As praças do Ribeirão da Ilha também recuperam este “voltar no tempo” (mapa Ilha 05 - Apêndice B). No diagnóstico para o PD dos Balneários (1984) consta que, no Ribeirão, havia somente uma praça em frente à igreja. A praça Hermínio Silva localiza-se em frente à Igreja Nossa Senhora da Lapa, na Rodovia Baldicero Filomeno. Em breve conversa com moradores locais, percebemos que o lugar era um ponto de encontro antes de 1969, data da reforma da praça, sendo então caracterizado como “um campinho” para encontros e jogos. Seu traçado é simples, conformando um conjunto com a Igreja. Em todo o entorno o gabarito é mantido, conformando uma linguagem coerente. Conforme os moradores, havia “até clube de dança” no casario. Sua denominação legal data de 1953.

A área compreendida pela atual Trindade (mapa Ilha 09 - Apêndice B) teve sua ocupação vinculada aos antigos caminhos que partiam do centro urbano, restando como resquícios temporais tanto a Paróquia da Santíssima Trindade<sup>276</sup> quanto a praça localizada junto a ela. A Praça Santos Dumont (Figuras 43 e 44), cujo registro de denominação não foi localizado, é uma praça consolidada no bairro em que se encontra. Está situada na Rua Lauro Linhares, num entorno composto por usos comerciais e residenciais, à entrada da UFSC e em frente à igreja. Possui seu relevo trabalhado em níveis, dispondo de diversos tipos de equipamentos. A única lei encontrada que faz menção à sua denominação é a do Jardim Orlando de Assis Corrêa, situado na praça, que data de 2 de junho de 1955, a qual ressalta que a construção de tal espaço se deu a partir da iniciativa privada de alguns moradores residentes no bairro. Sede da Festa da Santíssima Trindade, popularmente conhecida como “Festa da Laranja”, a praça tem atravessado as décadas, ora com maior apropriação, ora caindo em desuso, mas, nas visitas a campo, observou-se uma diversidade de usuários, desde moradores de rua até usuários do equipamento infantil e da academia, além da feira de gêneros alimentícios<sup>277</sup>.

Evidencia-se, através desses quatro exemplo, que a relação entre a praça e seu contexto é fundamental em sua caracterização. Outras praças são criadas a partir da segunda metade do século XX,

---

<sup>276</sup> “Em 23/03/1853 foi criada pela Lei Provincial nº 352, a Freguesia da Santíssima Trindade de Trás do Morro, desmembrada da Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Pela mesma lei, ficou definido que a capela da Santíssima Trindade, já existente, serviria de matriz à nova freguesia.” Extraído do sítio da Paróquia da Trindade (Disponível em: <<http://www.paroquiadatrindade.com/paroquia/nossa-historia/>>. Acesso em: 20 abr. 2015)

<sup>277</sup> Há várias referências a projetos de reforma para a praça, como as apresentadas no sítio da ONG FloripAmanhã (FLORIPAMANHÃ, 2012<sup>a</sup>; 2012b; 2013b).

acompanhando o processo de inserção desses bairros e distritos na dinâmica urbana.

Dessa maneira, o antigo calçamento em Santo Antônio de Lisboa (a primeira rua calçada da ilha) torna-se a Praça Roldão da Rocha Pires, denominada pela lei nº 1.997/83 (Figura 45). Possui vegetação de médio e grande portes e equipamentos que contemplam bancos, mesa para jogos e um pequeno palco. A praça recebe feira de artesanato nos finais de semana. Fundamental é o apreço que tal lugar desperta em seus moradores e turistas, sobretudo a partir da possibilidade de uso da praça no cotidiano e em eventos tradicionais da localidade. Trata-se de uma praça cujo desenho segue o relevo local, portanto, em desnível rumo ao mar, assentando-se sobre patamares que criam nichos de estar e áreas de sombra. É importante ressaltar que existem edificações comerciais que se abrem para a praça – ainda que não tenha sido feita nenhuma análise a esse respeito.

Figura 43 - Vista parcial da praça Santos Dumont, década de 1960.



Fonte: Disponível em: <<http://jornalocarona.blogspot.com.br/2010/05/um-serie-de-fotos-antigas-para-guardar.html>>. Acesso em: 15 jul 2015.

Figura 44 - Praça Santos Dumond Atual.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 45 - Vista geral da Praça Roldão da Rocha Pires



Fonte: Acervo do autor.

O forte apelo histórico também caracteriza o Sambaqui (mapa ilha 02), localidade que conserva em sua paisagem o gabarito e algumas construções remanescentes de arquitetura colonial. Nesse sentido, e ampliando seu potencial turístico graças aos visuais da Ilha e do Continente, o balneário tem sido explorado como polo gastronômico.

Dois pontos de encontro são bastante presentes nesse local – a Praça Macário da Rocha (Figura 46) e a Ponta do Sambaqui (Figura 47).

Figura 46 - Praça Macário da Rocha, Sambaqui.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 47 - Ponta do Sambaqui.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Conforme placa comemorativa, a Praça Macário da Rocha foi construída em 1983, por iniciativa da Associação do Bairro de

Sambaqui, ainda que a lei que a denomina seja de 2000 (Lei nº 5.656/00). Reformada em 2012, além de equipamentos infantis, apresenta, atualmente, uma quadra de areia, um deque de acesso à praia e mesas que são utilizadas pelos pescadores para manusear as ostras e as redes de pesca. Outra área de encontro identificada é a ponta do Sambaqui, que, na visita a campo, apresentava o cruzeiro e alguns bancos como equipamentos. Seus usos são de caráter mais espontâneo, pois o espaço não apresenta um rigor projetual<sup>278</sup>.

Similar em caráter de uso cotidiano e localizada em frente ao mar, a Praça Maria Francisca da Silva, Dona Chiquinha (Figuras 48 e 49), situa-se no Ribeirão da Ilha (mapa ilha 05). A praça foi denominada pela Lei nº 6.289/03, apesar de existir há mais tempo, conforme os moradores. Ponto de encontro para o “curió tomar sol”, o dominó e as conversas, esse espaço, simples em termos de forma e mobiliário, congrega diversas atividades, inclusive duchas, pois está em frente ao mar. Sua relação com o entorno é tanto física quanto social e, com o incremento turístico que tem sofrido o Ribeirão, busca-se reforçar a imagem do bairro como de antigo núcleo de formação. A praça, o casario e o mar formam um conjunto peculiar e característico, que de certa maneira, é encontrado em Santo Antônio de Lisboa. A tradicional prática de criar curió e levá-lo para o sol tem espaço na antiga praça Dona Chiquinha, na qual turistas e população mantêm um convívio possível. Ainda no Ribeirão, há outra praça, Fermino Manoel da Silva, também situada na Rodovia Baldicero Filomeno, configurando-se mais como área de contemplação do mar que como praça.

---

<sup>278</sup> Foi “revitalizado” em dezembro de 2014, conforme a matéria extraída do sítio da PMF (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=13084>>. Acesso em: 17 jun. 2015).

Figura 48 - Vista geral da praça Dona Chiquinha.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 49 – Curió.



Fonte: Acervo da Arq. Melissa L. Mattos.

Dentre as praças vinculadas às igrejas, cabe ressaltar mais um exemplo. Conforme Soares (1991, p. 66), já no final da década de 1940, no Estreito, havia um terreno em frente à Igreja de Nossa Senhora de Fátima – atual Praça (Jardim) Nossa Senhora de Fátima, no Estreito (mapa continente 04 - Apêndice B) – que era usado como espaço de encontro e de trocas, “ponto de comícios animados, com foguetórios e bandas de música”, quando das campanhas políticas. É um exemplo de consolidação do espaço público ao longo do tempo, pois, entre as décadas de 1930 e 1940, “O Estreito não tinha praça.”

Alguns dias após a mudança territorial, o então prefeito de Florianópolis, Dr. Rogério Vieira, promoveu uma reunião nas instalações do Clube Seis de Janeiro, na rua Santo Saraiva no Estreito (João Pessoa), para ouvir as reivindicações das lideranças locais. As principais reivindicações eram uma praça pública, o calçamento e uma agência bancária [...] A praça tão almejada pela população começou a ser construída somente em 1954, batizada de Paulo Fonte, mais tarde seria rebatizada com o nome de Praça Nossa Senhora de Fátima. (TORRENS, 2006, p. 30).

A praça N. S<sup>a</sup>. de Fátima era um terreno com casinhas pequenas e um armazém. [...] a comunidade queria a quadra toda, temendo um loteamento que acabaria com os espaços de lazer. (SOARES, 1991, p. 68-69).

A citação acima alude ao processo de consolidação do Estreito (e da área continental), que sofreu intenso processo de loteamento a partir



da década de 1940, configurando sua estrutura fundiária atual<sup>279</sup>. O espaço, hoje ocupado pela praça, foi se consolidando por seu valor de uso. Teve sua área ampliada quando da intervenção do projeto CURA I (1976)<sup>280</sup>, que criou várias praças no continente. Atualmente, a praça agrega os mais variados equipamentos, tanto para encontro quanto para práticas esportivas. É dotada de palco, academia, parque infantil, quiosque de alimentação, posto policial e duas quadras esportivas. Encontra-se em bom estado de conservação, com alguns danos no piso e teve a placa de denominação roubada. Foi denominada Jardim Nossa Senhora de Fátima pela lei nº 232/55.

Figura 50 - A Igreja que olha o mar e a ilha, Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

---

<sup>279</sup> Para um mapeamento mais consistente entre as década de 1940 a 1990, recomenda-se SUGAI (1994, p. 80-84), Soares, 1991, também apresenta uma descrição desse processo.

<sup>280</sup> Conforme Soares (1991, p. 22) e o próprio relatório do projeto CURA I.

Figura 51 - Praça (Jardim) Nossa Sra. de Fátima.



Fonte: Acervo do autor.

No processo de consolidação das praças, conforme observado em toda ilha e no continente, algumas praças deixaram de ser praças ou seus projetos nunca foram implementados. Entre as praças de núcleos antigos, situa-se a Praça Edith Gama Ramos, denominada pela lei nº 2.066/84, localizada em frente à Igreja São Francisco de Paula, na Rodovia Tertuliano de Brito Xavier, em Canasvieiras (mapa ilha 01 - Apêndice B). Através de pesquisas realizadas na CMF, junto ao projeto de lei estava anexado o projeto da praça. Contudo, em visita *in loco*, o espaço remanescente não pode ser considerado como praça, pois foi transformado em acesso para automóveis que frequentam a igreja.

No distrito do Pântano do Sul, além de praças mais recentes vinculadas aos loteamentos, que serão apresentadas mais adiante, foi encontrada a referência a uma praça que, no entanto, não existe mais ou nunca tenha existido. Seria localizada em frente à Igreja de Sant'Ana, na Armação. Conforme o diagnóstico para o PD dos Balneários, na Armação da Lagoinha, “[...] a Cia de Pesca de Baleias (1772) construiu a capela de Sant'Ana, hoje situada em um dos poucos locais públicos defronte ao mar” (IPUF, 1984). Porém, conforme o documento:

A área situada entre a praia e o Rio Sangrador, começou a ser urbanizada a partir de um loteamento gerando ocupação essencialmente de veraneio. A população local, por sua vez foi se localizando do outro lado do rio, [...] onde se encontra todo o equipamento comunitário. Devido ao tipo de ocupação, aí não houve a formação de



núcleo, sendo que os equipamentos encontram-se espalhados, havendo a inexistência de praças. (IPUF, 1984, n.p).

À época (década de 1970 e início de 1980), apresentava um expressivo número de equipamentos turísticos, como restaurantes, lanchonetes e barracas de usos temporários. Em pesquisa junto ao acervo de projetos do IPUF, foi localizado um projeto para a área em frente à Igreja de Sant’Ana, na praia da Armação. Dentre os equipamentos eram previstos bancos, quiosque, escadaria de acesso à praia e uma faixa de piso que conduziria à praia. O que há, atualmente, é uma área ampla em frente à Igreja, asfaltada, sem resquícios de praça.

#### 4.2.1.1 Entre aspas nº 1: Os tanques de Santo Antônio – o espaço público abandonado<sup>281</sup>

Trata-se da única fonte de água pública não salobra de Santo Antônio entre o final do século XIX e início do século XX. Tornou-se, nessa época, ponto de trabalho das lavadeiras da região.<sup>282</sup>

Ao ampliarmos o conceito de espaço público como o espaço para trocas e discussões, cabe ressaltar um antigo ponto de encontro, agora abandonado. São os tanques das lavadeiras. Não se trata de uma praça especificamente, mas de um terreno no qual se situam os tanques, um ponto de encontro cotidiano para conversas e trabalhos. Praticamente esquecido, poderia ser considerado um antigo espaço público, ainda que, atualmente, não seja de encontro. Juntamente com as praças, remonta à história do bairro e da dimensão cotidiana do espaço vivido e das trocas.

Em seu conjunto, as praças supracitadas são a “essência da cidade”, senão da cidade como um todo, pelo menos das diversas partes que a compõem; das diversas cidades que conformam a mesma cidade. Em algumas não estão visíveis os conflitos socioeconômicos que compõem o urbano, já em outras eles são bastante evidentes. São espaços consolidados a partir do uso, de sua trajetória espaço-temporal, de seu simbolismo, menos pelo traço projetual e mais por sua conjuntura histórico-locacional. Ao ampliar o olhar para os tanques de Santo Antônio, reforça-se que a trajetória dos espaços públicos perpassa não

<sup>281</sup> A título de curiosidade, pois não foram levantados muitos dados a respeito desse lugar.

<sup>282</sup> Disponível em: <[http://www.labpac.faed.udesc.br/caminhada7\\_rotreiro.pdf](http://www.labpac.faed.udesc.br/caminhada7_rotreiro.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

somente a materialização das praças mas também de espaços outros, que, dadas as formas de convívio, tornam-se “praças pelos usos”.

Figura 52 - Bica de onde ainda jorra água.



Fonte: Acervo do autor.

#### 4.2.1.2 A Lagoa da Conceição

A Lagoa da Conceição e a Barra da Lagoa são representativas de processos que originaram diferentes espaços públicos e praças, com as mais diversas funções. Nas listas fornecidas pelo IPUF e pela FLORAM, foram identificadas sete praças: Praça Bento Silvério, Praça Pio XII, Praça Senador Jardim Saulo Ramos, Praça na Rua Rita Lourenço da Silveira, Praça Renato Antônio de Souza, Praça Capitão Vieira e Praça Aderbal José dos Santos – Bazinho. Algumas são AVL, já a Praça Capitão Vieira, ainda presente na lista oficial, não existe mais (mapa Ilha 04).

A Lagoa constitui-se em um dos núcleos de ocupação açoriana, cuja chegada dos primeiros colonos se deu por volta de 1750. Isolada por sua condição geográfica, manteve conexão com as comunidades de Trás dos Morros por sobre o morro. Através de habitações simples, que desciam do morro da igreja à lagoa, as casas eram rústicas, assim como a vida dos pescadores e agricultores<sup>283</sup>. Uma vida tranquila, permeada pelo ritmo da pesca e da colheita, cujas manifestações culturais e

---

<sup>283</sup> A partir de Cabral (2008, p. 33).

festivas, ou cotidianas e banais, davam-se nas vielas e terrenos vazios. À igreja e seu calendário cabiam seu próprio espaço (Figura 53).

Figura 53 - Igreja Nossa Senhora da Conceição, por Rodrigo de Haro (1996).



Fonte: Moura (2012).

Na década de 1970, consolida-se como bairro residencial e balneário (OLIVEIRA, 1999, p. 94). O acesso ampliado pela estrada leva a presença de visitantes cada vez mais constantes, suscitando maiores interesses turísticos e residenciais. Ressalte-se que, desde a década anterior, já vinham sendo aprovados loteamentos na área, enquanto a ocupação clandestina, tendo seu ritmo próprio, deu-se ao longo do tempo.

Conforme o PD dos Balneários (IPUF, 1984, grifo nosso):

A Lagoa da Conceição é um dos núcleos mais antigos da Ilha, sendo que Dias Velho, o fundador da cidade, já possuía ali uma sesmaria. [...] A Lagoa teve grande poder de atração, pois além de sua beleza era rica em camarões, e suas águas calmas até hoje são muito apreciadas pelos banhistas. Acrescenta-se a isto a sua proximidade ao centro, o que fez com que cada vez mais aparecessem residências de uso sazonal que se mesclavam com as dos moradores fixos. [...] **pode ser considerada como área de expansão da cidade, tornando-se um bairro de Florianópolis. E muitas das casas, outrora de uso sazonal, estão se transformando em residência fixa de moradores vindos do Centro.**

Poderia também ser caracterizada como bairro gastronômico [...].

O Canto da Lagoa, à época deste diagnóstico, ainda era uma área de residentes, com pouca interferência externa, “possuindo um pequeno comércio de atendimento local” (IPUF, 1984).

Atualmente, a Lagoa é um misto de espaço turístico e de habitações fixas, que lhe conferem um caráter particular em relação à Ilha: a diversidade de usuários urbanos. Suas margens, quando acessíveis, são espaços de lazer e descanso, enquanto sua praça mais emblemática, a Bento Silvério, está presente no cotidiano tanto da população residente quanto dos visitantes, sobretudo aos domingos, durante a feira de artesanato. No Plano Diretor dos Balneários (IPUF, 1984) consta que havia somente uma praça e de pequenas dimensões.

Espaço para feiras nos finais de semana, festas de carnaval e apropriações cotidianas, desde as mesas de jogos até o parque infantil, a Praça Bento Silvério (Figuras 54 e 55) é um caso paradigmático. Com um desenho bastante simples, a praça consegue atrair diversos usuários, seja por seus usos previstos, seja por suas apropriações ocasionais

Figura 54 - Praça Bento Silvério, em 2002.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 55 - Praça Bento Silvério, em 2013.



Fonte: Acervo do autor.

Soma-se a isso um contexto em que há diversos usos preconizados em seu entorno, desde o comércio até a habitação, com variados estratos de renda, gerando a diversidade indicada por diversos autores como elemento fomentador de usos constantes. A praça conta com um espaço cultural, o Centro Cultural Bento Silvério, composto pela antiga estação radiotelegráfica e pela Casa de Máquinas, ambas desativadas em 1914 (DANIEL, 2013, p. 53). Há equipamentos comerciais na própria praça, como lanchonete e banca, além da sede dos Correios. Segundo Daniel (2013), a feira de artesanato ocorre na praça desde 2001. Em 2011, iniciou-se um projeto de reforma para a praça, que deverá abranger equipamentos de ginástica, *playground* quadra poliesportiva, coreto para apresentação de bandas e área para feirantes, havendo a indicação de que a feira será transposta para a rua lateral, João Leopoldo Santos, o que tem gerado polêmica (FOLTRAN, 2011).

Em frente à praça Bento Silvério, localiza-se a Praça Pio XII (Figura 56), denominada pela lei 1.210/74. Espaço de contemplação à margem da Lagoa, com algumas mesas de jogos, a praça relaciona-se com a Praça Bento Silvério por sua proximidade. Contudo, devido ao fluxo constante de veículos, o acesso físico fica prejudicado. As mesas de jogos encontram-se quebradas e o piso em *petit pavê* danificado. Grandes bancos curvos em alvenaria complementam o mobiliário, servindo como apoio tanto para aqueles que esperam o ônibus quanto para moradores de rua e ambulantes que se apropriam desse espaço.

Figura 56 - Praça Pio XII.



Fonte: Acervo do autor.

Ilustrando o exemplo de “praças que não podem ser consideradas praças”, ressalta-se a “praça” situada à rua Rita Lourenco Silveira, que não possui atributos para ser compreendida como tal. Trata-se de uma AVL que não tem lei de denominação e, atualmente, é apropriada como ponto de apoio para a prática de esportes aquáticos<sup>284</sup>.

A Praça Renato Antônio de Souza (Figura 57), na Avenida das Rendeiras, condiz com uma área de contemplação. Tendo sido denominada pela Lei 5.060/97 (inaugurada em 1996), tem bancos, deques e mesa para jogos (quebrada).

Figura 57 - Praça Renato Antônio de Souza.



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo em direção à Praia da Joaquina, há o espaço legalmente denominado como “Praça Claudio Ricardo Hahn da Silva”, através da lei nº. 7.120/06. Situa-se na Av. Prefeito Acácio Garibaldi Santiago, no

<sup>284</sup> Foi visitada por constar na lista fornecida pelo IPUF no início da pesquisa.



terminal turístico da praia. Seu local específico, em meio ao terminal, não foi precisado. Trata-se de uma área de acesso à praia, composta por níveis, com escadarias, comércio e uma área de transição entre a avenida e o mar. Praticamente, não há mobiliários ou bancos (ao menos no decorrer da pesquisa), configurando-se mais como área de passagem e possível estar e contemplação que como praça, propriamente dita. O terminal turístico já era previsto no PD dos Balneários (IPUF, 1984), característica do impulso turístico a partir da segunda metade do século XX, através do qual diversos equipamentos são criados<sup>285</sup>.

Conforme o diagnóstico para o *Plano Diretor dos Balneários* (IPUF, 1984), a Barra da Lagoa era, à época, o maior núcleo pesqueiro da ilha, com uma estrutura fundiária não muito definida e que vinha “sendo retalhada por pequenos lotes”, conformando uma malha urbana imbricada e com pequenas ruas e servidões.

Foi localizada somente uma praça na Barra da Lagoa: a Praça Aderbal José dos Santos – Bazinho, nomeada através da Lei 6.339/03. Área residual, estreita e comprimida entre o canal e as edificações, é um espaço de atração vinculado à praia, portanto, ao sítio natural, procurado pela população nativa, turistas e pescadores (Figura 59).

Possui mesas para jogos, quadras de areia, áreas de bancos, sombras, banheiros públicos, comércio ambulante para alimentação e um “rebuliço” de pescadores que chegam com seus barcos para fornecer às peixarias. Além disso, restaurantes turísticos e uma pequena igreja compõem o entorno, sem um desenho ou traço específico. Devido à sua inserção, tanto física quanto social, contempla uma diversidade de usuários nos mais variados dias do ano. Por ser um local onde se desenvolvem as mais variadas atividades, trocas e encontros, mesmo anteriormente à sua denominação legal, é, verdadeiramente, um espaço público. “O fato de não existirem praças na Barra é satisfatoriamente compensado pela ampla faixa de areia junto à foz do canal, onde acontecem inclusive as festas locais.” (IPUF, 1984).

---

<sup>285</sup> “O saudoso colonista Miro (Cláudio Silva), que durante cerca de 15 anos fez, no jornal O Estado, o contraponto ao Cacau Menezes, agora é nome de praça na Praia da Joaquina, que a prefeitura acabou de ‘revitalizar’ (agora ninguém mais reforma nada, só ‘revitaliza’). E o Toló, surfista que morreu num acidente na década de 80, deu nome ao terminal turístico, que passa a se chamar Jucundino Pereira Neto (seria mais simpático chamá-lo apenas de TTT: terminal turístico do Toló).” (Disponível em: <[http://deolhonacapital.blogspot.com.br/2006/08/tera\\_29.html](http://deolhonacapital.blogspot.com.br/2006/08/tera_29.html)>. Acesso em: 3 maio 2015).

Figura 58 - Quadras e áreas infantis em frente ao mar.



Fonte: Acervo do autor.

Ilustrando a discussão sobre praças remanescentes de loteamentos, tendência observada em toda a ilha e no continente, percebe-se a Praça Jardim Senador Saulo Ramos, situada no loteamento de mesmo nome (década de 1980). Como o loteamento fica “fechado” por uma cancela e “protegido por uma guarita”, a percepção de espaço público é prejudicada. Ressalte-se que, embora o acesso físico seja permitido livremente pelos responsáveis da sentinela, para quem não sabe tratar-se de um loteamento e não de um condomínio fechado, o acesso simbólico é bastante restrito. Seu uso é limitado ao lazer infantil e a algumas atividades esportivas, não contemplando, seja por sua localização, implantação, configuração ou equipamentos físicos, um caráter de praça. É representativa da disseminação de loteamentos no último quartel do século XX, criando áreas de lazer que, apesar de públicas, são simbólica e visualmente restritas aos próprios moradores.

O breve panorama das praças localizadas na Lagoa da Conceição corresponde aos diversos momentos de inserção de praças em Florianópolis, exemplificando as discussões empreendidas pela pluralidade de materializações e possibilidades de uso (ou falta de).



#### 4.2.2 Rumo ao Centro<sup>286</sup>

Apresentar e discutir os espaços públicos da área central é narrar o próprio processo de consolidação da cidade (mapas ilha 12 e 13). A área tem acompanhado a história de Florianópolis, consolidando praças e áreas públicas, descartando outras, reformando e metabolizando seu espaço e vida. Na área central, constata-se uma verdadeira profusão de praças, pracetas e rótulas, advindas dos mais variados processos de construção urbana e apropriação. A partir das listas fornecidas e das visitas a campo, foram encontradas 37 praças, sem considerar os parques e alguns largos. Desde sua origem, em torno da matriz, até as praças mais recentes, a alternância de usos – cívicos, lazer, encontros, discussões, estar, esportes, equipamentos infantis, etc. –, sua localização, configuração e origem narram, em certa medida, a disputa de diversos grupos pelo espaço urbano.

Do século XVIII ao início do XX, resgata-se que, desde seu primeiro núcleo em torno da matriz e das áreas em torno da alfândega e do largo da carioca, antiga fonte d'água, a cidade expande-se e, com a consolidação da área central, as obras de embelezamento e melhoramentos expulsam os pobres em direção aos morros. O movimento de expansão residencial gerou jardins e áreas de *promenade*, demarcando territórios no âmbito da cidade, somado a um conjunto de vias, canalização de rios e aterros.

A expansão da cidade rumo ao norte, a densificação da área central e os aterros para o sistema viário permitiram, ao longo do século XX, que novas áreas públicas fossem agregadas, vinculadas a seu entorno próximo, enquanto espaços remanescentes do sistema viário passaram a apresentar pouca ou nenhuma possibilidade de uso. Consolidaram-se as diferenças socioeconômicas através do espaço, e projetos de “revitalização” integraram-se ao vocabulário urbano.

O século XXI tem assistido a denominação de praça em áreas que não apresentam possibilidade de usos ou locação de equipamentos em áreas de difícil acesso ou com nenhum interesse de uso dado o entorno, recolocando a premente necessidade de discussão sobre o papel do espaço público, notadamente das praças na cidade contemporânea.

---

<sup>286</sup> Por área central compreende-se o perímetro que engloba o bairro Agrônômica. Tal recorte já havia sido utilizado por Cunha (2002). Da tese da autora foram extraídas as informações relativas às origens das praças, bem como seus usos e trajetórias. Para um entendimento do processo de consolidação das áreas de lazer na área central, recomenda-se a leitura de sua tese, sobretudo da página 142 à 180, que apresenta o histórico e a evolução dessas áreas, além da recuperação de cada praça da área central e da trajetória de estudos de APO (CUNHA, 2002).

Apresentar-se-á sucintamente as praças existentes atualmente (a luz de seus processos de origem e consolidação).

#### 4.2.2.1 Da Praça XV aos jardins, largos e *promenades*

A história da Praça XV (Figura 59) tem sido narrada desde o resgate histórico de ocupação da cidade (capítulo 2). Portanto, deteremos nossa análise a algumas citações que recuperam elementos-chave para sua compreensão como a praça de maior relevância simbólica para a cidade, constatação que justifica os mais variados estudos. É a praça florianopolitana sobre a qual se encontram mais informações, desde relatos a estudos acadêmicos.

O destaque dado à praça no modelo de cidade colonial portuguesa, assume um significado simbólico e monumental, sinal arquitetônico da presença do Poder real, mas destina-se também a dar guarida às atividades coletivas da população dispersa. (VAZ, 1991, p. 25).

A praça da Catedral recebeu [quando do período logo após a independência] tratamento paisagístico, acolhendo um jardim público à semelhança das cidades europeias, fechado com grades de ferro importadas da Inglaterra e dispendo de monumentos alusivos à sua História. Tornara-se um logradouro adequado ao encontro dos cidadãos, e aos rituais, onde fazia o passeio dominical e às “superiores” categorias sociais permitiam-se estabelecer contato. (VAZ, 1991, p. 33).

Vinculado à Igreja de Nossa Senhora do Desterro, o antigo Largo da Matriz cumpria as funções, definidas por Murilo Marx (1989), de espaço sacro para festividades religiosas e de espaço profano para festividades cívicas e apropriações e usos cotidianos. Quando da implantação do Palácio do Governo, também ficou conhecida como Praça do Palácio<sup>287</sup>, passando a diferenciar os grupos que a utilizavam conforme os horários e as áreas criadas (CUNHA, 2002, p. 155).

---

<sup>287</sup> Cunha (2002, p. 154, 155) faz uma reconstituição breve, mas importante, da trajetória da praça. Muitas informações aqui apresentadas são retiradas de seu trabalho.

Figura 59 – A Figueira.



Fonte: Acervo do autor.

Essa constatação corrobora a separação física e social entre grupos de diferentes rendas que ocorre em Florianópolis. Estudada por Santos (2009), essa segregação torna-se visível a partir da utilização do espaço público, ao longo de sua trajetória, e passa a ser reforçada pela separação entre a habitação das elites – em chácaras rumo à Praia de Fora – e a habitação dos grupos menos favorecidos economicamente – direcionados aos morros entre o final do século XIX e o início do XX.

A praça atravessou a história de Florianópolis e narra, de maneira sintética, a separação socioespacial da vida vinculada à pesca (pois o antigo mercado de peixe situava-se a sua frente) do período de embelezamento, com a inserção do Jardim Oliveira Belo. Tem recebido grupos diários de turistas, assim como as praias, numa demonstração de que reflete os processos ocorridos na cidade. Foi adotada, “revitalizada”, mas ainda mantém seu alto potencial de agregação.

No século XX, a praça é apropriada por camelôs, michês, prostitutas, idosos que jogam xadrez e moradores de rua. A praça passou por uma reforma na década de 1990 que não alterou sua configuração de “praça romântica”, embora tenha ocorrido um processo de retirada do comércio ambulante. Atualmente, o comércio voltou à praça sob a forma de feira semanal. Hoje, reflete a essência do espaço público na diversidade de usuários, na apropriação em diversos momentos do dia e, sobretudo, na comunicação das diferenças socioeconômicas de seus diversos usuários. Essa essência constitui-se historicamente, apesar dos diversos “momentos” da praça:

A praça XV de Novembro tornou-se o primeiro espaço público claramente definido, abrigando as tradicionais atividades coletivas da póvoa do Desterro, constituindo-se no polo original do povoamento. Esta condição de polaridade manteve-se durante trezentos anos, graças à insistente política centralizadora do Estado: os sistemas de transporte por ele regulados sustentaram essa condição. De simples póvoa a vila e a cidade, de pequena propriedade bandeirista a sede de capitania, a capital provinciana e estadual: a centralidade deste espaço urbano pioneiro manteve-se intacta. O espaço simbólico da praça, abrigo de atividades variadas e intensas, persistiu como coração da cidade (“core”) no nível de significação histórica para a população local, isto é, como sítio de fundação do povoamento e também como centro funcional da aglomeração, pois a intensidade da circulação de pedestres, a densidade de ocupação do entorno, a variedade de atividades e, em consequência o valor dos imóveis lindeiros confirmaram isto. (VAZ, 1991, p. 56).

Ao narrar parte dessa trajetória, percebem-se diversos elementos comemorativos, como monumentos, hermas e bustos, que atraem pouco interesse dos passantes. Seus usos são suas principais atrações.

O Largo da Catedral (Figuras 60 a 63) é um espaço contíguo a Praça XV, situado entre ela e as ruas Arcipreste Paiva, dos Ilhéus e Padre Miguelinho. Já foi desde estacionamento até espaço para festas religiosas e manifestações. Praticamente, não possui mobiliário, apenas mesas de jogos próximas ao atual posto policial. Nessas mesas ocorre um uso intenso por idosos, que jogam dominó e cartas durante toda a semana. As escadarias conformam uma “arquibancada” para apropriações ao longo do dia, como espetáculos espontâneos de teatro, música ou descanso. Também servem de apoio para paradas de grupos turísticos e, aos finais de semana, são palco para rodas de capoeira. O Largo recebe uma feira semanal de artesanato e de livros usados.

O conjunto composto pela Praça XV e pelo Largo da Catedral reforça a relação entre espaço público e copresença através da dimensão do cotidiano.

Figura 60 - Largo da Catedral década de 1970 – estacionamento.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 61 - Largo da Catedral em 1906.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 62 – Palco para o Natal no Largo da Catedral.



Fonte: Acervo do autor.

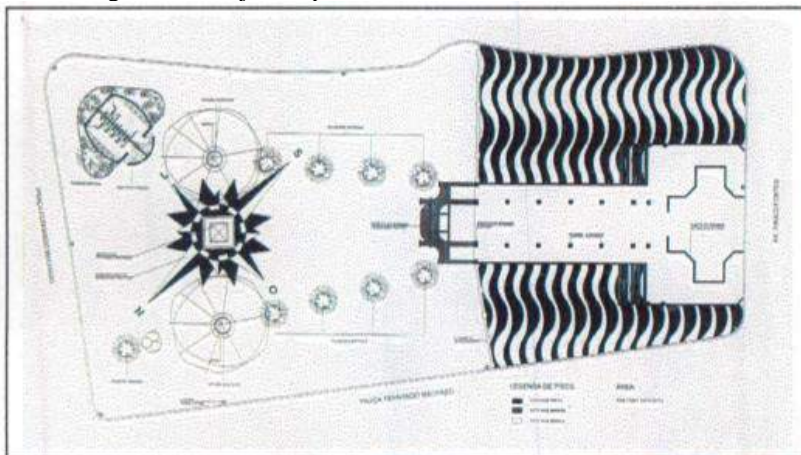
Figura 63 - Largo da Catedral.



Fonte: Acervo do autor.

No mesmo alinhamento entre o Largo da Catedral e a Praça XV situa-se o Largo Fernando Machado (Figuras 64 a 57), que remonta ao final do século XIX (CUNHA, 2002). Também é conhecido como Largo dos Artistas (CÉ, 1998). Trata-se de grande área pavimentada em *petit pavê*, com a estátua do Coronel que dá nome à praça e um monumento ao antigo trapiche e café Miramar. Na década de 1970, passou por uma reforma na qual foram inseridos banheiro e quiosques para comércio (CUNHA, 2002, p. 157). Esses quiosques, conforme a autora, foram retirados na reforma idealizada pelo IPUF nos anos 2000.

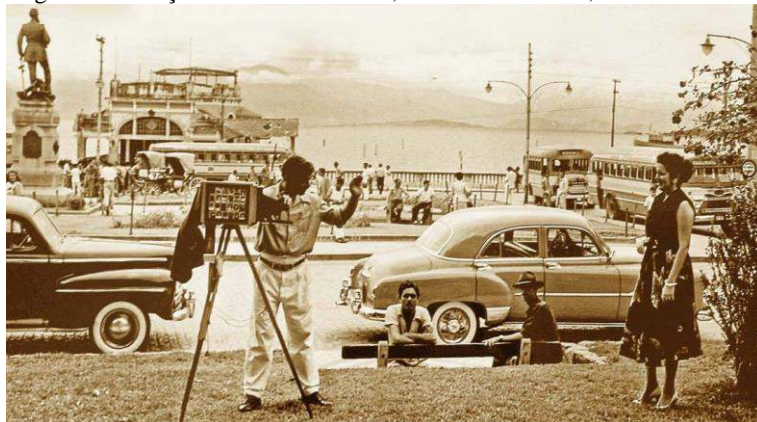
Figura 64 - Projeto implantando no início dos anos 2000 IPUF.



Fonte: Cunha (2002, p. 241).



Figura 65 - Praça Fernando Machado, ao fundo Miramar, antes do aterro.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 66 - Monumento ao Miramar.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 67 - Banheiro Público.



Fonte: Acervo do autor.

Em sua primeira implantação, localizava-se à beira da linha d'água, mantendo uma relação estreita com o mar. O projeto de reforma, ainda que intente, não atingiu o objetivo de referenciar a antiga presença do mar (visto no desenho de ondas do piso), do café e do trapiche, dos quais restam apenas pilares que foram recriados. De praça com usos intensos até a reforma na década de 1990, a aridez espacial observada atualmente apresenta o descompasso existente, muitas vezes, entre as intenções projetuais e a vida urbana.

A realização de feiras de artesanato em alguns dias da semana reocupa o largo, trazendo-lhe usos similares ao largo da Alfândega. O comércio existente foi retirado e, posteriormente, reinserido como fomentador de usos. Com relação ao Largo Fernando Machado:

A prefeitura quis despoluir a praça, destruindo os quiosques e, no entanto, permite a volta dos artesãos fechando a praça com uma “barragem” de barraquinhas. Pergunta-se se não teria sido melhor reformar os quiosques e deixar a feira-livre continuar no local. O lugar adquiriu uma tradição de comércio, a partir dos anos oitenta e que ainda permanece. A intenção de limpar a praça para o seu embelezamento e para atração turística entra em conflito com a função comercial firmada ao longo dos anos. (CUNHA, 2002, p. 242).

No que concerne às áreas criadas, entre o século XIX e o início do XX, no entorno próximo à Catedral, cabe apresentar a Praças Pereira Oliveira (ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho) e Getúlio Vargas (também conhecida como Praça dos Bombeiros) e os Largos da Alfândega<sup>288</sup> e Benjamin Constant. São importantes à compreensão da dinâmica vinculada à produção do espaço urbano e às práticas locais. Foram criados conforme diferentes intenções, de modo que tanto as Praças Pereira Oliveira e Getúlio Vargas quanto o Largo Benjamin Constant adquiriram sua configuração atual a partir de reformas realizadas na primeira metade do século XX. Vale ressaltar que os dois últimos são remanescentes de criação de áreas urbanas sobre antigas chácaras. O largo da Alfândega, desde seus primórdios central na vida da cidade, torna-se, a partir do último quartel do século XX, um grande calçadão de pedestres com usos múltiplos (CUNHA, 2002).

A Praça Pereira Oliveira (Figuras 68 e 69) possui um desenho bastante simples, tendo sido “urbanizada” em 27 de maio de 1933 (CÉ, 1998, p. 69), embora já existisse desde o século XIX, ladeada por casarões e edifícios institucionais. À época, chamava-se Praça Getúlio Vargas. Atualmente, configura-se como área de estar e de passagem, separada do Teatro Álvaro de Carvalho por um estacionamento:

O velho casario colonial ao redor da praça foi cedendo lugar aos edifícios modernos, mas mantendo ainda o caráter institucional da praça, restando somente o tradicional Teatro, já

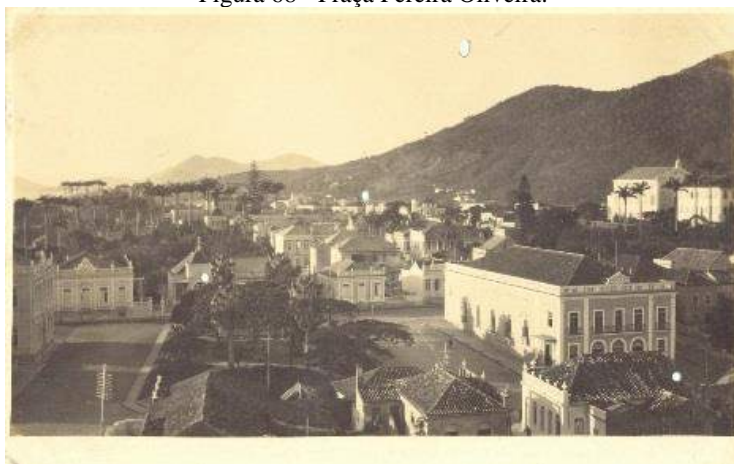
---

<sup>288</sup> “As Alfândegas, nesse período, eram importantes postos de arrecadação e controle dos fluxos das riquezas, ocupando áreas importantes nos centros urbanos, juntamente com a Matriz, a Casa do Governo e a Casa de Câmara e Cadeia. A primeira Alfândega de Desterro foi construída em 1860, junto à Praça XV de Novembro, esquina com a rua Conselheiro Mafra. Em 1866, o prédio sofreu uma explosão e para substituí-lo um novo prédio foi construído pelo Governo Imperial, em 1875. O prédio, que ainda existe, foi localizado junto à atual rua Conselheiro Mafra.” (FACCIO, 1997, p. 61).



denominado Álvaro de Carvalho. Dos poucos registros sobre a memória dos usos das antigas praças, esta, em especial cedia lugar a festa anual dos “Pessegueiros em Flor”, patrocinada por senhora da Sociedade e com fins filantrópicos. Da praça original resistem ainda as antigas palmeiras que compunham seus jardins, atualmente pavimentados. (CUNHA, 2002, p. 160).

Figura 68 - Praça Pereira Oliveira.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 69 - Praça Pereira Oliveira.



Fonte: Acervo do autor.

A Praça Getúlio Vargas (Figura 70) não teve seu registro legal identificado, no entanto, é anterior à década de 1930, sendo então conhecida como Praça 17 de Novembro (CUNHA, 2002). Em seu entorno estão instituições como o IPUF e o Quartel do Comando da Polícia Militar. Apresenta um desenho romântico, com linhas sinuosas, canteiros baixos, chafariz e bancos. O chafariz, sem água, tem sido utilizado como pista de *skate* por adolescentes. Possui um parque infantil bastante utilizado e um quiosque para alimentação, além de alguns bustos e estátuas e generosas áreas de sombra onde se encontram estudantes, trabalhadores do entorno e moradores de rua.

Figura 70 - Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo do autor.

O Largo Benjamin Constant, segundo Cunha (2002, p.145), também era conhecido como Largo da Princesa. Foi criado juntamente com a Praça Getúlio Vargas, quando do desmembramento de uma chácara no antigo bairro Mato Grosso (Figura 71). Conforme nossa pesquisa, era conhecido como “Pracinha do Avião” e continha um ponto de encontro da juventude local, o Kiosk, onde, atualmente, há uma floricultura (DAMIÃO, 2014a). É composto por duas ilhas situadas na Rua Vitor Konder, sendo uma delas adotada por uma construtora, na qual existem apenas bancos e canteiros vegetados. Na outra ilha encontram-se uma floricultura e um ponto de taxi, além de bancos e canteiros vegetados. Não foi localizado registro de denominação legal.

Essas praças adaptaram-se às alterações contextuais de seu entorno, conforme demandas por espaços de encontro e alterações na estrutura fundiária e no sistema viário, permanecendo presentes no cotidiano da vida urbana na área central da ilha.

Idealizada para outros fins, a “Praça Hercílio Luz” também é conhecida como Alameda Adolfo Konder. Sua origem vincula-se à criação da ponte Hercílio Luz (década de 1920), sendo um belvedere com mirante para a Baía Sul. É uma área que possui pouco mobiliário, basicamente bancos e o pergolado, com canteiros floridos e uma estátua do ex-governador Hercílio Luz (Figuras 72 e 73).

Figura 71 - Pracinha do Avião - Largo Benjaimn Constant.



Fonte: Damião (2014a).

Figura 72 - Praça Hercílio Luz.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 73 - Belvedere da Praça Hercílio Luz.



Fonte: Acervo do autor.

Conforme prática recorrente, a praça foi reformada em 2014, após adoção (FLORIPAMANHÃ, 2014) via projeto Boa Praça, sendo realizadas várias intervenções. Do outro lado da via foram inseridos uma área para lazer infantil e uma academia, o que, de certa maneira, ampliou os usos da praça, anteriormente vinculados ao lazer passivo e contemplativo em sua função de mirante.

Uma década antes da inauguração da praça “Hercílio Luz” foi criada a praça Etelvina Luz (Figura 74), em dimensões maiores que o seu formato atual. Uma pequena praça, uma rótula, com notoriedade por

toda Florianópolis, também conhecida como Praça do Banco Redondo. Segundo Cé (1998), foi criada em 18/02/1919 e é a “menor praça da área central”, com 128m<sup>2</sup>, remanescente do movimento de expansão do sistema viário (CUNHA, 2002 p. 163). Além do famoso banco redondo, possui mesa para jogos, totem comemorativo/artístico e placa com nome da praça. A diminuição em sua área não reduziu seu apelo simbólico como “marco” na cidade. Esse exemplo demonstra como a referência simbólica pode ultrapassar, em alguns casos, a dimensão de uso.

Hoje, mesmo com sua função de lazer diminuída e transformada, não se pode negar a função da Pça Etelvina Luz como marco referencial e de localização. As pessoas se direcionam através deste ponto de referência que ficou fortemente evidenciado na sua memória e na construção imaginária da cidade por causa do “banco redondo” (CUNHA, 2002, p. 181).

O Largo Fagundes (Figura 75), antigo largo da Carioca (século XIX), é um local que atravessou o século XX, passando por reformas e intervenções, sobretudo a realizada na década de 1990 (CUNHA, 2002, p. 151). Apesar de denominado largo, por seus usos e equipamentos, pode ser considerado uma praça.

Figura 74 - Praça Etelvina Luz.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 75 - Largo Fagundes.



Fonte: Acervo do autor.

Embora o espaço do largo tenha sido usado, em outras épocas, para encontros e manifestações políticas, esse tipo de uso não foi observado na atual configuração da praça. As faixas etárias mais observadas foram a adolescente e a adulta. O idoso quase não frequenta esta praça, que se configurou como um lugar de identificação de um público mais juvenil. (CUNHA, 2002, p. 254).

Ao longo de sua trajetória, configurou-se como ponto de atração, seja pela fonte de água, seja por eventos e comícios políticos nas décadas de 1970 e 1980 (CUNHA, 2002, p. 160). Atualmente, consiste numa área de estar durante o horário de almoço e de passagem nos dias úteis. O projeto atenta para uma linguagem projetual pós-moderna, criando vários nichos e áreas de estar.

#### 4.2.2.2 A avenida Beira-Mar Norte: de jardins para a elite às áreas remanescentes do sistema viário

Ao longo da avenida Beira-Mar Norte, encontram-se três grupos de praças e áreas públicas. As mais antigas, remanescentes do final do século XIX e início do XX, com usos locais vinculados aos moradores do entorno próximo – Esteves Junior, Lauro Muller e dos Namorados. As mais recentes encontram-se entre alças do sistema viário criadas junto às pistas da Av. Beira-Mar – Praça Sesquicentenário da Polícia Militar, República da Grécia e de Portugal; ou configuram-se a partir da ocupação predial, do sistema viário e da locação de equipamentos em áreas residuais existentes, como as praças Gov. Celso Ramos, Professor Seixas Neto, “Praça do Rotary” e “Praça Chico Mendes”.

A Praça Esteves Junior<sup>289</sup> situa-se no antigo Largo da Praia de Fora, no entroncamento entre a Avenida Beira-Mar Norte e a Rua Esteves Junior. O local configurou-se a partir do desaparecimento do antigo forte com canhões, da ocupação predial e do processo de urbanização (CUNHA, 2002, p. 149) (Figura 76). Atualmente, em meio ao entorno residencial e comercial consolidado, a praça possui quiosque de floricultura e banca de revista, além de bancos e áreas de sombra. Ainda possui um busto de Esteves Junior e os canhões remanescentes do forte.

---

<sup>289</sup> Também conhecida e ainda citada em algumas listas como Praça Floriano Peixoto (CUNHA, 2002, p. 162). Cabe ressaltar que, no levantamento do IPUF (1998a), a praça Floriano Peixoto coincide com o Largo Fernando Machado.



Figura 76 - Praça Floriano Peixoto/Esteves Junior.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Tanto a Praça Esteves Junior (Figura 77) quanto a Praça dos Namorados (Figura 78) fazem parte do cotidiano de seu entorno, seja por sua dimensão e inserção, seja pela proximidade das habitações. Essa constatação tem perdurado ao longo do tempo:

Até um certo período do seu desenvolvimento (meados do século XX), a criação de áreas de lazer em Florianópolis era condizente com o seu ritmo de expansão urbana e com o seu crescimento demográfico. Viu-se que, com a formação dos bairros em direção à beira mar e à linha que derivou a Av. Mauro Ramos, a geração de áreas de lazer foi progressiva, aparecendo uma ou outra, conforme a ocupação do solo nessas zonas, conforme a necessidade de embelezamento do entorno e de acordo com as formas de lazer de cada época. A exemplo disso, tem-se o surgimento das pequenas praças à beira mar, na altura das antigas fortificações, como a Praça Esteves Júnior (antigo Largo da Praia de Fora) e o antigo Jardim Dias Velho, já desaparecido. A formação dessas praças teve, no séc. XIX, relação direta com as chácaras e casas locais, com os passeios vespertinos dos moradores e com a visão contemplativa da praia e do mar. (CUNHA, 2002, p. 326).

Figura 77 - Praça Esteves Jr.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 78 - Banca de Revistas na Praça dos Namorados.

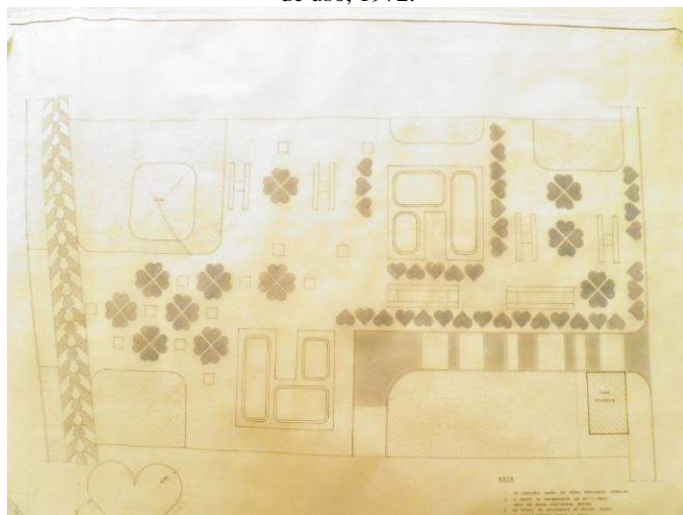


Fonte: Acervo do autor.

Essa assertiva, no entanto, apresenta a formação dos espaços vinculados aos estratos economicamente favorecidos da população, pois essas áreas de passeio tinham esse grupo como seu público específico. Ao mesmo tempo, para as classes com menor poder aquisitivo (que iam ocupando os morros e as áreas fora do perímetro central), os interstícios e terrenos baldios serviam como áreas para trocas, ainda que as ruas do centro também cumprissem esse papel.

A Praça dos Namorados possui uma configuração específica, formada por um lote com as duas laterais fazendo divisa com edifícios residenciais e com as duas testadas para as ruas. Assim, situa-se em uma ilha não conformada pelo sistema viário, mas delimitada pelas edificações. Possui equipamentos infantis, bancos, mesas para jogos e uma cesta de basquete<sup>290</sup>, com o piso delimitando uma quadra, permitindo a apropriação de jovens e adolescentes, além de uma banca comercial. Ambos os edifícios laterais mantêm portões para a praça. Cunha (2002, p. 259) indica uma reforma em 1999, na qual o piso da praça foi preservado .

Figura 79 - Desenho original do piso da Praça dos Namorados delimitando áreas de uso, 1972.



Fonte : Biblioteca do IPUF.

A praça Lauro Muller (Figura 80) foi construída próximo ao antigo Jardim Dias Velho, no Jardim/Praça de São Luís, durante as obras de implantação da Avenida Mauro Ramos em confluência com a Avenida Beira-Mar Norte (CUNHA, 2002, p. 150). Segundo a autora, foi implementada entre o final da década de 1940 e a década de 1970. Em seu lote lindeiro foi construído um hotel que se abre para a praça, tornando-se um de seus acessos. Inicialmente, havia um controle maior

<sup>290</sup> O equipamento para basquete já havia sido identificado através de Cunha (2002, p. 257): “Numa árvore entre o parque e uma mesa de jogos, foi detectada uma adaptação de uso do local, através de uma cesta de basquete pregada no seu tronco”.



dos seguranças do hotel sobre a praça, mas, atualmente, há maior liberdade para o uso desse espaço. Além do monumento a Lauro Muller, a praça conta com espelho d'água e bancos. Configura-se como área de estar e passagem.

Figura 80 - Hotel ao fundo da Praça Lauro Muller.



Fonte: Acervo do autor.

A Praça Rep. da Grécia, juntamente com a Praça do Sesquicentenário da Polícia Militar e a Praça de Portugal, formam um conjunto constituído a partir da implantação da Avenida Beira-Mar Norte. A Praça Rep. da Grécia (Figuras 81 a 83), especificamente, surgiu na ampliação das faixas de rolamento, na década de 1980 (CUNHA, 2002, p. 192). É uma ampla área, cuja superfície maior é asfaltada, constituindo-se em um estacionamento. Possui um ponto comercial para alimentação há quase três décadas, sendo um importante local de encontro na cidade. Com a reforma empreendida na primeira década dos anos 2000, as três praças receberam o mesmo padrão de mobiliário, adotado em toda a extensão da avenida, composto por deques com pergolados e bancos, além de equipamento para ginástica. Possui ponto de ônibus e seus usos vinculam-se ao lazer, com algumas apropriações mais amplas, como festas públicas coletivas, em especial a do dia 31 de dezembro (CUNHA, 2002, p. 277).

Figura 81 - Pergolado da Praça Rep. da Grécia.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 82 - Vista geral da Praça Rep. da Grécia



Fonte: Acervo do autor.

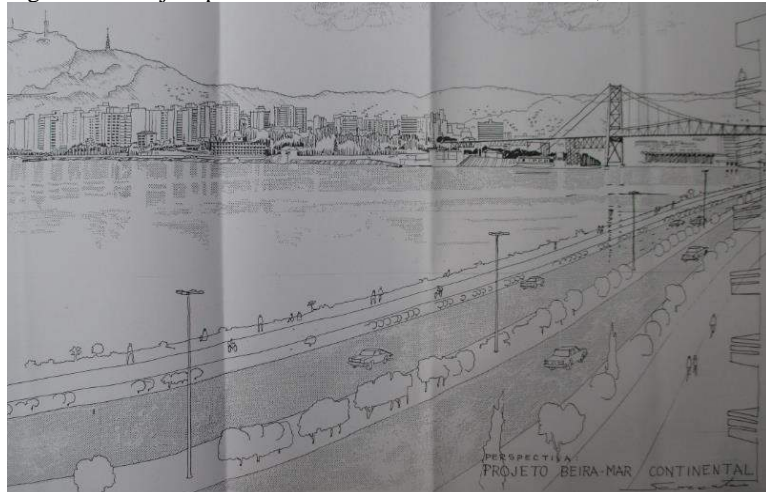
Figura 83 - Quiosque comercial na década de 1980.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Se comparada às demais praças construídas, nas duas últimas décadas do séc. XX, em meio às áreas residenciais, essa e as demais praças situadas na “linha d’água” da Av. Beira-Mar adquirem uma função de equipamento em escala municipal, com forte expressão na composição da imagem local. O mesmo acontece do “outro lado da ponte”, na Beira-Mar Continental, inaugurada em 2012, mas já constante em projeto desde a década de 1980 (Figura 84). São espaços que, aparentemente, não possuem nenhum desenho ou projeto voltado ao estar, apesar dos projetos encontrados no IPUF, o que, portanto, abre múltiplas possibilidades de interpretação.

Figura 84 - Projeto para a Avenida Beira-Mar Continental, década de 1980.



Fonte: Acervo do IPUF.

A Praça do Sesquicentenário da Polícia Militar também é composta por uma alça do sistema viário, a qual se debruça sobre o mar. Denominada pela lei nº 2.423/86, nela se encontra uma estação elevatória da CASAN. Possui o mesmo mobiliário composto por pergolado e bancos, além de dois acessos à areia, um por rampa e outro por escadaria. Foi identificada a presença de moradores de rua “habitando” sob as árvores da área gramada. Assim como as outras praças do “Complexo de Praças da Beira-Mar”<sup>291</sup>, apresenta grande parte de estacionamento asfaltado. Possui um monumento à polícia, academia de ginástica e algumas mesas de jogos. Inclusive, vale notar que a estação elevatória de esgoto foi “revitalizada” em 2010.

A Praça de Portugal (denominada pela lei nº 2.273/85) possui academia para público infantil e adulto e um ponto comercial para alimentação com mobiliário, que se estende sobre a área gramada e, parcialmente, sobre o estacionamento, o qual, aliás, compõe grande parte do espaço. Apresenta busto e monumento, além de um trapiche apropriado por pescadores e barcos de turismo. Mesas de jogos e alguns bancos completam o mobiliário. É, geralmente, a sede de palcos para eventos públicos e um ponto turístico bastante visitado e apropriado por

<sup>291</sup> Juntamente com o calçadão da Av. Beira Mar, compõem o “Complexo da Beira-Mar”, expressão de Cunha (2002).

moradores do entorno. Apresenta o mesmo mobiliário padrão de pergolados e bancos.

A praça revelou-se altamente social, especialmente nos fins de semana, quando a variedade das atividades é mesclada a uma maior variedade de usuários. **Mesmo não possuindo um projeto explícito de áreas de estar e de lazer, a disposição aleatória dos bancos, mesas e artefatos não impede a apropriação do lugar**, embora se constatasse a superposição de fluxos e de usos, principalmente na faixa gramada do aterro. A falta de uma área de lazer infantil com parquinho não chega a comprometer o lugar para as brincadeiras das crianças, mas a mistura de atividades torna-se bastante conturbada, quando há muito movimento. As famílias utilizam a área para usos espontâneos da garotada, além dos passeios com bicicletas e triciclos. As mesas de jogos nunca são usadas para função. (CUNHA, 2002, p. 282, grifo nosso).

Essas três praças são exemplos de áreas públicas que se tornam praças conforme os usos e, não necessariamente, em seu projeto e/ou desenho.

A praça Governador Celso Ramos, localizada entre as Ruas Frei Caneca e a Avenida Governador Irineu Bornhausen, data da década de 1960. Segundo Cunha (2002), foi oficializada pela lei nº 1.629/78, quando o perfil do entorno da praça era outro, sofrendo grandes alterações a partir da década de 1970 devido à implementação do aterro e das obras da avenida Beira-Mar Norte. A praça está dividida em dois trechos: o primeiro caracterizado por usos vinculados à academia e ao parque infantil; e, o segundo, com mesas para jogos, grandes bancos e áreas vegetadas.

Na figura 85, observa-se um desenho bastante coerente no que tange ao mobiliário, à vegetação e aos canteiros propostos. Um partido gerador comum à década de 1980, que utiliza linhas diagonais e áreas de passagem que se abrem em áreas de uso e clareiras.

Figura 85 - Praça Gov. Celso Ramos.



Fonte: Acervo Casa da memória.

Cunha (2002) analisa tanto a trajetória da praça quanto seus usos cotidianos, apontando que, no decorrer de sua trajetória, até o final da década de 1990, a praça era apropriada por diferentes grupos de usuários. No final da manhã, mães e pais do entorno próximo com suas crianças e, no cair da tarde, mães e crianças dos morros do entorno. No final do dia, a praça também era usada como campo de futebol, mesmo que não houvesse um espaço para essa prática em seu desenho original. Tal campo aparece em proposta feita pelo IPUF, em 2001, o que ia ao encontro do desejo do público que utilizava a praça – rapazes entre 14 e 16, segundo Cunha (2002). Na época da pesquisa de Cunha (2002), a praça era adotada pela empresa Porto Belo. Atualmente, está sob responsabilidade da empresa Woa.

Figura 86 - Projeto de reforma da Praça Gov. Celso Ramos.

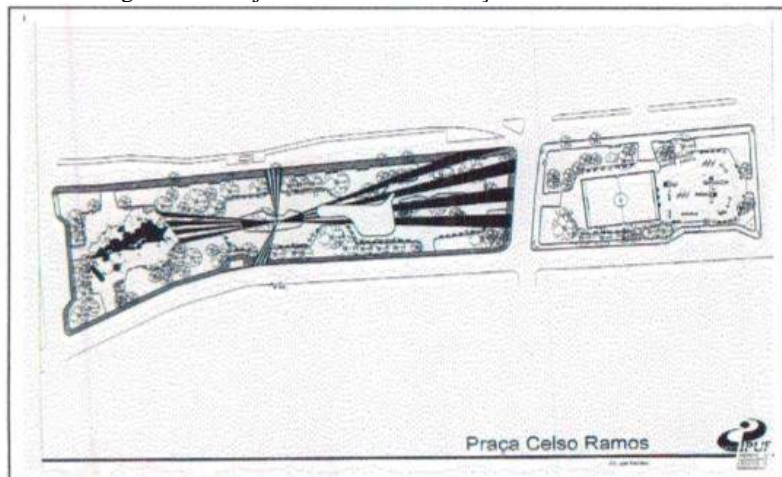


Figura n°55 -Projeto de reforma da Pça Governador Celso Ramos  
 Fonte: IPUF (2001)

Fonte: Cunha (2002, p. 214).

O projeto do IPUF não chegou a ser implementado. Na reforma feita na primeira década dos anos 2000, o campo de futebol não foi implantado, afastando seu público usuário. Em outra reforma, realizada pela empresa WOA, também não se construiu um campo de futebol. Em seu lugar, além de uma academia, foram inseridas grandes áreas de vegetação de forração não pisoteável, o que dificulta a apropriação espontânea para além dos espaços projetados para esse fim. O espaço da praça também passa a ser mais normatizado, através de placas indicando o que pode e o que não pode ser feito, proibindo-se a prática de jogar bola, processo que vem acontecendo em diversos parques, como aponta Souza (2013).

Além de um projeto cujos traços estejam afins às linguagens paisagísticas contemporâneas, a possibilidade de apropriação advém não apenas das linhas projetais, as quais, muitas vezes, podem coibir diversos usos, como no primeiro momento da praça, quando se formava um campo de futebol a partir do uso da área vazia, e, no segundo momento, com a locação de canteiros, coibindo o prática dos jogos com bola. A despeito do desenho original, no qual havia a possibilidade de apropriações que ultrapassassem as previstas, as duas reformas seguintes coibiram determinadas práticas e usos. Condiciona-se o uso da praça a



partir das regras e do desenho, “escolhendo” seus usuários e ratificando a assertiva<sup>292</sup>:

Os espaços públicos são selecionados e “privatizados”, tendo sempre algum esquema de segurança que vai do guardador de carros até tropas policiais mobilizadas para manter os sem-casa longe destes espaços e das propriedades. A “nova” arquitetura, libertada do “totalitarismo” do modernismo, tem se voltado para a produção de dois tipos de simulacros que se podem combinar numa mesma obra. **O primeiro de proposição de espaços públicos que assim o são seletivamente.** O segundo de natureza estética voltado para a ambientação interior ou para a fachada das edificações com uma colagem de estilos. (RIZZO, 1993, p. 101, grifo nosso).<sup>293</sup>

A Praça Prof. Seixas Neto é um quadrilátero em meio ao sistema viário, sendo inaugurada em 1999, segundo Cunha (2002, p.151), proveniente de alterações viárias na Rua Frei Caneca. Foi considerada pela autora como uma “ilha ou rótula do sistema viário”, inaugurada em época eleitoral, o que pode ter contribuído para a sua existência (CUNHA, 2002, p. 196). Constitui-se de uma área gramada com alguns bancos no perímetro da praça, com impossibilidade de uso em sua área central, conforme pode ser observado nas Figuras 87 e 88. Apesar da reforma, continua sendo uma rótula, com pouca possibilidade de uso.

---

<sup>292</sup> Ainda que remetendo a outro contexto, a assertiva de Lefebvre (2008, p. 171) merece atenção em processos de projeção, recuperação e, até mesmo, no pensar sobre a intervenção em áreas públicas: “O usuário? Quem é? Tudo se passa como se os competentes, os ‘agentes’, as autoridades afastassem de tal modo o uso em proveito da troca, que o uso se confundisse com a usura. A partir daí, como o usuário é considerado? Como um personagem muito repugnante que emporcalha o que lhe é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga, que felizmente realiza uma função: a de tornar inevitável a substituição da coisa, de levar a obsolescência a contento. O que muito pouco o desculpa.”

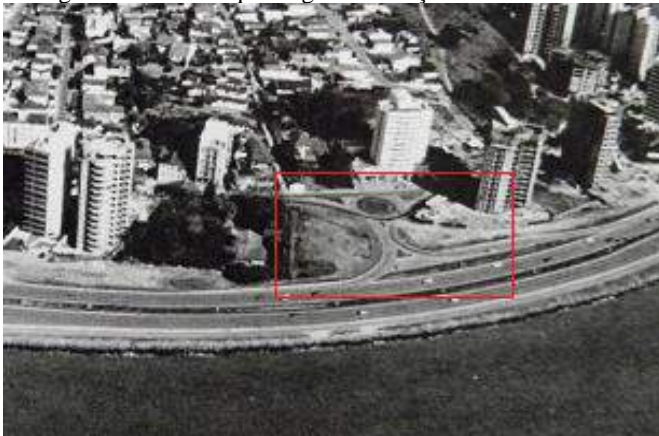
<sup>293</sup> Com relação aos aspectos estéticos, cabe citar, mais uma vez, a tese de Queiroga, na qual o autor alerta que, “no campo da prática profissional da arquitetura paisagística ou do urbanismo [...], as preocupações de natureza estética ou ambiental, não devam ser as únicas a motivar o debate sobre a prática criativa.” (QUEIROGA, 2001, p. 9).

Figura 87 - Praça Prof. Seixas Neto, 2013.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 88 - Rótula que originou a Praça Prof. Seixas Neto.



Fonte: Adaptado de Sugai (1994, p. 301).

Para finalizar, apresentamos duas praças de implantação recente (Figuras 89 e 90), já nos anos 2000, identificadas a partir da lista de adoção da FLORAM. A “Praça Chico Mendes” localiza-se sobre o Parque Chico Mendes, sendo o perímetro de tal parque de difícil identificação. Na década de 1990, contava com algumas quadras



esportivas e equipamentos infantis<sup>294</sup>, mas, atualmente, está bastante desfigurado. A praça possui equipamentos infantis e bancos, configurando-se em um pequeno lote esquina. Já a “Praça do Rotary” é um estacionamento com um canteiro vegetado e uma escultura, em frente a um empreendimento imobiliário, inaugurada em 2008. Ambas localizam-se na Esquina do “Boulevard Paulo Zimmer” com a Rua Constantino Nicolau Spyrides e foram adotadas pela empresa WOA.

Figura 89 - Praça do Rotary.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 90 - Praça "Chico Mendes.



Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>294</sup> As referências do Parque Chico Mendes, foram retiradas de CUNHA, (2002, p. 293-4).

O perfil das praças encontradas ao longo da Av. Beira-Mar Norte representa como as praças florianopolitanas tiveram, com o passar tempo, seu conteúdo e desenho alterados. Sinteticamente, definem a trajetória do espaço público local.

#### 4.2.2.3 Alguns outros exemplos de praças centrais

Duas praças próximas, criadas entre os anos 1950 e 1970, apresentam características díspares, sobretudo no que diz respeito à sua implantação e ao entorno imediato. São as Praças Dom Pedro I (esquina da Av. Othon Gama D'Eça com a Rua Dr. Armínio Tavares), que configura o acesso de pedestres ao HEMOSC e ao CEPON, e Osvaldo Bulcão Viana, situada em meio a entorno residencial e comercial consolidado, com testada lindeira ao muro da maternidade Carmela Dutra.

Entre as décadas de 50 e 70, ocorre o aparecimento de poucas praças (apenas três), mas também ligadas a transformações de certos setores da cidade. A abertura das Avenidas Othon Gama D'Eça e Osmar Cunha, no final da década de 50, além de ligar o norte e o sul ao centro da península, foi responsável pelo reloteamento das áreas centrais, onde havia chácaras antigas ainda não desmembradas. Essas avenidas formaram um corredor viário que além de modificar as características do setor residencial, fez crescer o comércio e a verticalização da área. Observa-se que nas imediações da Av. Othon Gama D'Eça, num setor residencial próximo a uma área hospitalar, surge, na década de sessenta, a pequena Pça Osvaldo Bulcão Viana e, nos anos setenta, a Pça D. Pedro I. (CUNHA, 2002, p. 153).

A Praça Dom Pedro I (Figura 91), conforme a autora, foi reformada no final da década de 1990, o que não fomentou um uso mais intenso. Conforme observamos, a praça foi adotada, reformada e inaugurada novamente em 2013, fazendo parte do projeto *Boa Praça*. Foi denominada pela lei nº 1.094/72, possuindo parque infantil, bancos, um busto de D. Pedro I e um painel dedicado à Nossa Senhora da Esperança. No dia do levantamento fotográfico, havia crianças usando o parque infantil. O mobiliário urbano, por ter sido trocado durante a reforma de 2013, possui uma linguagem contemporânea, aproveitando-

se o desnível existente no terreno para a criação de áreas diversas, incluindo um ponto de ônibus com abrigo para passageiros.

Figura 91 - Praça D. Pedro I.



Fonte: Acervo do autor.

A Praça Osvaldo Bulcão Viana situa-se em uma esquina das ruas Barão de Batovi e Diniz Junior. Trata-se de uma área com duas frentes voltadas para as ruas e as duas outras com muros e gradis de imóveis particulares. Durante a visita, estava sendo utilizada como local para consumo de drogas por um grupo de adolescentes. Os canteiros criam algumas áreas de estar isoladas que possuem bancos. A lei n° 789/66 indica a denominação de praça “Oswaldo Bulcão Viana” para terreno localizado no final da Av. Marechal Gama D’Eça, confrontado com terrenos da UFSC. No entanto, na CMF não consta o anexo dessa lei para comparação entre os endereços.

A Praça Gilberto Guerreiro da Fonseca, apesar de denominada somente em 1991, já constava como área verde em loteamento da década de 1970. Na figura 92, de 1975, o loteamento já está presente, mas ainda sem residências.

É uma das três praças construídas na área central, entre os anos 1990 e 2001, juntamente com as Praças Seixas Neto e José Mauro da Costa Ortiga (CUNHA, 2002, p. 154). Foi considerada pela autora como uma área de passagem em desnível. Em 2013 foi realizada a visita de campo que identificou a presença de um parque infantil. É uma praça de

difícil visualização na trama urbana e com forte caráter para uso local. Seu ajardinamento e iluminação são bem mantidos (Figuras 93 e 94).

Figura 92 - Loteamento que deu origem à Praça Gilberto G. Fonseca.



Fonte: Adaptado de Sugai (1994, p. 298).

Figura 93 - Praça Gilberto G. Fonseca.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 94 - Praça Gilberto G. Fonseca.



Fonte: Acervo do autor.

#### 4.2.2.4 As praças da Hercílio Luz: da canalização do rio à homogeneização da paisagem

Apesar de a Avenida Hercílio Luz, como obra do sistema viário, remontar ao início do século XX, das três praças construídas ao longo de sua trajetória, duas datam da segunda metade do século XX:

[...] considerada para a época uma moderna avenida de extensa largura, fez valorizar as

margens do rio convertido em canal e atravessava, na maior parte do seu trajeto, os fundos de chácaras antigas. Só mais tarde, com a valorização imobiliária, é que os terrenos foram cedendo lugar aos edifícios atuais. (CUNHA, 2002, p. 99).

São as Praças Jornalista Teixeira da Rosa e Construtor José Mendonça. Através de seu entorno movimentado, com diversos usos comerciais, de serviços e residenciais, a Avenida Hercílio Luz, no trecho sobre o rio canalizado, apresenta um caráter de grande praça linear e contínua, alternando usos de estar e mesas para jogos, dispondo de ciclofaixa vermelha. Reforça esse caráter a maciça vegetação e alguns usos em suas margens, como bares colocam cadeiras sobre o canteiro central aos finais de semana.

Além das duas praças citadas anteriormente, existe a Praça Olívio Amorim (Figuras 95 e 96), de mais fácil identificação. Destaca-se do conjunto por não estar sobre o canteiro central, como as demais, e por ser um terreno retangular circundado por vias. Em 2014, foi instalada uma academia na praça. Conforme Cunha (2002), sua origem relaciona-se à “Urbanização e Ocupação residencial da Av. Hercílio Luz”, encontrando-se, em placa comemorativa situada na praça, a data de 1937 (CÉ, 1998). Com a “consolidação da pedestrialização da Av. Hercílio Luz” na década de 1980, as outras duas praças efetivam-se sobre o canteiro central. Tanto a Construtor José Mendonça quanto a Jornalista Teixeira da Rosa foram “revitalizadas” por trechos, juntamente com a Av. Hercílio Luz, o que homogeneizou a paisagem da avenida e, em certa medida, dificultou a percepção de que há duas praças no conjunto de canteiros centrais.

Figura 95 - Praça Olívio Amorim.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 96 - Praça Olívio Amorim.



Fonte: Acervo do autor.



A obra de revitalização da avenida Hercílio Luz inclui a cobertura do canal de drenagem que antes escorria a água de córregos da região central. O local ganhou ciclovia, bancos e mesas para jogar xadrez e dominó, além de árvores e calçadas [...] (FLORIPAMANHÃ, 2008).

Conforme já mencionado, após a reforma da Avenida Hercílio Luz, em que vários trechos de seu canteiro central receberam mobiliários semelhantes, é difícil reconhecer as praças nos trechos da avenida, sobretudo a partir da reforma de 2008 (Figuras 97 e 98).

Figura 97 - Praça Jornalista Teixeira da Rosa.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 98 - Praça Construtor José Mendonça.



Fonte: Acervo do autor.

#### 4.2.2.5 A tentativa de criação do Centro Cívico e os remanescentes do sistema viário e do Parque Dias Velho

A exemplo de outros centros cívicos previstos e criados a partir da segunda década do século XX, a Praça Tancredo Neves (Figuras 99 a 101) é uma área composta por uma esplanada para manifestações em meio aos edifícios públicos. Nos estudos de Cé (1998) e Cunha (2002), também é denominada Centro Cívico Tancredo Neves, quando já apresentava pouca apropriação. Cunha (2002), inclusive, apresenta a ocupação por moradores de rua, no início dos anos 2000, e reforça a falta de apropriação do espaço da praça, situações ainda observadas no trabalho de campo, entre 2013 e 2014.

O executivo estadual deslocou-se para a antiga sede da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.), para compor com o legislativo e o judiciário o complexo urbano que, em conjunto com a Praça Tancredo Neves, forma o centro cívico. (VAZ, 1991, p. 66, nota de rodapé).

Inaugurada em 1989, já era prevista como proposta desde a década de 1950.

O relatório de Graeff (1952) referente ao Plano Diretor justificou a proposição de criar um centro cívico deslocando atividades da Praça XV de Novembro: “Será preciso adotar uma nova forma de praça cívica, projetada especialmente para satisfazer as necessidades desse conteúdo funcional”. Necessidade que foram identificadas como áreas para estacionamento, separação entre pedestre e veículo e separação entre “espaço verde” e espaço para manifestações coletivas. Todavia propôs a preservação do antigo centro cívico com suas funções remanescentes : a Praça XV de Novembro. [...] devemos atê-la em sua forma tradicional, como berço que foi da velha cidade, deixando-a com a função de centro religioso e comercial. (VAZ, 1991, p. 56).

Sua localização e as funções específicas do entorno contribuem para um esvaziamento da praça, utilizada, sobretudo, como passagem.

Figura 99 - Praça da Bandeira, década de 1970.



Fonte: Damião (2014b).

Figura 100 - Cartazes de manifestação, Pça Tancredo Neves.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 101 - Praça Tancredo Neves.



Fonte: Acervo do autor.

Próximas à Praça Tancredo Neves, outras duas “praças” constituem vazios sem usos identificados: a Praça do SESC e a Praça Senhor dos Passos. A Praça do SESC é um canteiro com forração em grama e algumas outras espécies vegetais, sem apropriação. Não foi localizado registro de denominação, apesar de tal praça constar na lista do IPUF. Sua localização foi considerada em concordância ao trabalho de Cunha (2002), na via Silva Jardim.

Em visita à área, identificou-se um bom estado de conservação. Com as mesmas características, foi localizada a praça Senhor dos Passos, reconhecida através do trabalho de campo, pois não consta nos levantamentos do IPUF e da FLORAM. Tem forma de cunha, configurando-se como uma área gramada sem usos identificados.

Remanescente da década de 1980, a Praça da França (Figuras 102 e 103) é proveniente de “Obra viária no antigo bairro Rita Maria, depois do aterro” (CUNHA, 2002, p. 151). Possui forma alongada e não apresenta mobiliário para apropriação.

A Praça José Mauro de Costa Ortiga constitui-se em um canteiro do sistema viário, recebendo tratamento paisagístico na década de 1990 (CUNHA, 2002, p. 151). Situa-se na confluência entre a rua Felipe Schmidt e a Servidão Corvina, sendo denominada pela lei nº 3.373/90.

A Praça na Avenida do Antão (Figuras 104 e 105), no Morro da Cruz, recentemente adotada pela RIC TV (FLORIPAMANHÃ, 2013c), é proveniente de um loteamento aprovado na década de 1970. Caracteriza-se como um parque infantil em uma rótula, em bom estado de conservação, tendo como possibilidade de uso o lazer infantil vinculado às residências do entorno.



Figura 102 - Praça da França.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 103 - Praça da França.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 104 - “Praça na Avenida do Antão”.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 105 - “Praça na Avenida do Antão”.



Fonte: Acervo do autor.

Duas outras praças, que possuem mais de uma denominação cada, foram construídas a partir dos anos 2000. Tratam-se de obras vinculadas ao sistema viário, realizadas sobre o Parque Dias Velho (Figura 106).

A Praça da Fraternidade e a Praça Maçônica coincidem com o mesmo espaço – sendo, portanto, analisadas conjuntamente. A praça da Fraternidade, denominada pela lei nº 7.231/2006, situa-se na confluência da rua Deputado João Bertoli com a Av. Paulo Fontes. Pela legislação, foi encontrado apenas Praça da Fraternidade, sendo as demais denominações identificadas por placas colocadas na própria praça. Como equipamentos, existem bancos e uma escultura em homenagem aos maçons. A justificativa da escultura evidencia-se na mensagem

enviada (nº41/ 2006) pelo então prefeito, Dario Berger, à CMF, pedindo a denominação da praça:

A implantação da praça da Fraternidade vem atender antiga reivindicação da comunidade maçônica do Município, e tem o propósito de homenagear expressivo segmento da sociedade cujos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento social e político da nossa gente são reconhecidos por toda a sociedade florianopolitana. Como o próprio nome destaca, a Praça da Fraternidade se propõe a ser um espaço comunitário de integração de diferentes segmentos sociais onde a amizade e o respeito sejam a tônica das relações humanas.

Por outro lado, a urbanização daquele espaço situado entre duas importantes vias de circulação central propiciará o embelezamento e a humanização de uma área antes deteriorada e que agora passará por um processo de qualificação da zona central da cidade. (BERGER, mensagem nº 46, 2006).

Apesar das intenções, o espaço permanece vazio a maior parte do tempo, e a única população usuária, reconhecida nos dias de visita, foram transeuntes e moradores de rua.

No mesmo conjunto, encontra-se a Praça Adolfo Luiz Dias, lei nº 5.658/00, localizada entre as vias João Bertoli e Abelardo Gomes, dotada de um anfiteatro, uma escultura, alguns bancos, uma placa indicando a inauguração da Praça das Nações Unidas – em homenagem aos boinas azuis, datada de 2008 –, além de grandes áreas pavimentadas. Foi identificada a presença de moradores de rua. O entorno de tais praças é marcado pelo sistema viário, havendo, inclusive, estacionamentos com canteiros entre as praças. Soma-se a isso o terminal velho, o camelódromo e o Largo Fernando Machado, que configuram áreas sem possibilidade de apropriação e sem usos específicos. Na Praça Adolfo Luiz Dias, percebe-se a presença de mastros, o que denota a possibilidade de uso da praça para fins cívicos. No entanto, não identificados essa apropriação nos dias de visita.

A prática de denominar a mesma praça mais de uma vez contribui para a falta de conhecimento sobre o número real de praças existentes na cidade, o que foi constatado com o trabalho de campo, gerando inconsistências entre as listas utilizadas pelo IPUF e pela FLORAM. Nesse conjunto de espaços há, ainda, um terceiro canteiro com uma

rocha e um desenho de piso em tabuleiro de xadrez, que não teve denominação identificada. Nesse local, surge uma inconsistência de denominação em relação ao mapeamento do IPUF, que o considera como a Praça Maçônica. No entanto, adotou-se a localização conforme as placas encontradas *in loco*.

Essas três áreas são emblemáticas da discussão acerca da relação entre localização, projeto e uso das praças, pois, devido ao seu entorno imediato, elas não suscitam usos, apesar do mobiliário e da vegetação.

Figura 106 - Conjunto de Praças.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.

#### 4.2.2.6 As “praças” da Conselheiro Mafra

A rua Conselheiro Mafra possui três áreas identificadas como “praças”, mas, por conta de suas configurações físicas, não é possível usá-las como tal, a não ser uma delas – uma pequena área de estar.

A primeira, identificada como Praça do Desterro, apresenta inconsistências quanto à sua real localização, fato observado tanto por Cé (1998) quanto por Cunha (2002), que fazem alusão à uma escadaria existente na Rua Conselheiro Mafra – o que coincide com o croqui

anexo à lei que lhe denomina (nº 3.360/90), indicando a confluência com a Rua Francisco Tolentino. Cunha (2002, p. 222) ressalta que, apesar dessa aparente confusão e da falta de possibilidade de uso, a praça apareceu em vários catálogos turísticos. No entanto, no alto da Conselheiro Mafra, há uma área em cunha, com pouca vegetação e um muro de arrimo em pedra, na qual foi encontrada uma placa de identificação da prefeitura, que indica ser esta a Praça do Desterro (a autora também havia feito uma citação a esse respeito). Nesta pesquisa, segue-se Cunha (2002) e Cé (1998), utilizando-se a denominação Praça do Desterro para a escadaria, enquanto para o espaço encontrado (dormitório de moradores de rua) utilizar-se-á a denominação “Praça no Alto da Conselheiro”.

A terceira “praça”, a Praça Conselheiro, é uma cunha formada pelo entroncamento entre a Conselheiro Mafra e a Francisco Tolentino, cujo registro legal não foi localizado, embora a praça esteja adotada, apresentando equipamentos de estar.

Das três praças, somente a do Desterro consta na lista do IPUF, e nenhuma das três aparece na lista fornecida pela FLORAM.

A este subcapítulo coube a apresentação e a descrição das praças e áreas de uso coletivo visitadas na área central da ilha. A discussão sobre sua origem, evolução e estado atual remete ao processo de consolidação da própria cidade. Optou-se por apresentá-las com alguns detalhes, ainda que brevemente, como exemplos de um amplo panorama configurado ao longo do tempo. As reformas, os projetos criados, implementados ou não, bem como o estado atual ampararam as discussões empreendidas nos capítulos anteriores, e a história particular de cada praça soma-se à história da cidade como um todo, perpassando a construção dos conceitos de vida urbana e cidadania. Agrupá-las a partir da sua proximidade ou características permite uma visualização dos processos que lhes deram origem, conforme alterações na estrutura fundiária, desmembramentos, alterações no sistema viário, loteamentos, planos e colocação de mobiliário sobre áreas públicas existentes, alterando sua importância como espaço vivido e/ou concebido.

### **4.2.3 O Continente: constituição urbana e suas praças**

A área continental foi anexada à Florianópolis na década de 1940<sup>295</sup>. No perímetro analisado, não foram observadas praças relativas à implantação de igrejas nos séculos XVIII e XIX, nem resultantes de

---

<sup>295</sup> Segundo CECCA (1996, p. 20), foi incorporado à capital em 1º de janeiro de 1944.

obras de “embelezamento” e “melhoramentos”, conforme a área central da ilha. Após a criação das Praças Nossa Senhora de Fátima e Marcílio Dias, na metade do século XX, o principal período de planejamento e implantação de áreas públicas aconteceu na década de 1970, através do Projeto Cura – Continente, e na década de 1980, quando ocorreu um reconhecimento e intervenção em praças e áreas existentes, através do CURA II. Esses projetos visavam dotar de infraestrutura a área continental, após desmesurado processo de ocupação nas décadas anteriores. Houve, também, um direcionamento de conjuntos habitacionais para a área continental, resultando em algumas praças ainda hoje remanescentes (que serão analisadas no próximo item). A relação com a tendência dos loteamentos, apresentada por Sugai (1994) no que se refere à década de 1990 e ampliada com os dados da SUSP para os anos 2000, permitiu uma compreensão do processo de implantação das demais praças encontradas, já em estreita consonância com a ilha e sob a égide da especulação imobiliária e da exclusão de grupos de estratos de renda inferiores. Cabe ressaltar a existência de praças resultantes da implantação de equipamentos de lazer em frente ao mar e de equipamentos esportivos em algumas rótulas do sistema viário, entre o final do século XX e a primeira década do XXI.

Ao todo, foram listadas 54 áreas públicas, das quais não foram consideradas para esta tese o Parque de Coqueiros e as praças não localizadas: Humaitá, Eugenio Cordeiro Dutra e Felipe Neves (que, conforme o mapeamento do IPUF, parecem ter sido extintas). A Praça Humaitá, conforme técnico da Secretaria do Continente, foi fechada por demanda da comunidade, exemplificando a seguinte constatação: “A ociosidade de ‘espaços livres públicos’ leva, muitas vezes, a uma lamentável imagem de que eles não são necessários.” (QUEIROGA, 2001, p. 227).

O “continente”, como é atualmente conhecida a região continental de Florianópolis, é constituída por onze bairros e possui população de, aproximadamente, cem mil habitantes (IBGE, 2010). Assim como a parte insular da cidade, apresenta contrastes socioeconômicos entre seus bairros, sobretudo no que concerne à utilização da orla e de sua faixa interior. Esses contrastes, materializados tanto na estrutura fundiária quanto no conjunto edificado, revelam-se na própria organização espacial, como mostra a Figura 107, na qual se aponta a discrepância entre o tamanho e a distribuição dos lotes e das edificações, em um pequeno perímetro. Esses contrastes foram se consolidando ao longo do tempo, conforme o estreitamento das relações

entre ilha e continente, e de Florianópolis com o resto do estado e do país, através da construção da BR-101, que conectou a parte insular à malha viária nacional.

Figura 107 - Bairro Itaguaçu: contrastes socioeconômicos espacializados a partir da análise do grão.



Fonte: Imagem extraída do *Google.Maps*.

No “lado de lá do mar” eram desenvolvidas atividades similares às da ilha, vinculadas à pesca, rurais e comerciais. A construção da ponte, na década de 1920, facilitou às elites a compra de áreas de veraneio<sup>296</sup>, dando origem aos bairros de Coqueiros, Balneário e Itaguaçu, permitindo um maior loteamento de áreas para usos balneários.

Até a década de 1960, poucas eram as praças existentes “do outro lado da ponte” por nós identificadas. Existiam apenas a Praça Nossa Senhora de Fátima (década de 1950 – ver item relativo às praças dos núcleos históricos) e a Praça Marcílio Dias (1958), além das áreas de uso comum, interiores ou à beira do mar. Segundo Silva (1991, p. 28-30), os primeiros loteamentos não tinham a preocupação de deixar áreas livres. A partir da consolidação socioeconômica e espacial da área continental e do avanço da legislação, esse quadro foi revisto na década

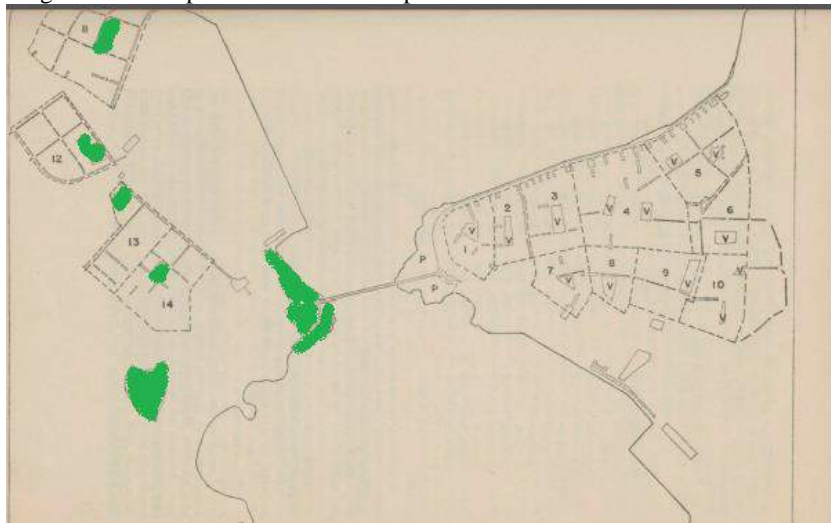
---

<sup>296</sup> Segundo Oliveira (1999, p. 58).



de 1970, após a aprovação do PD de 1976 e, sobretudo, através do Projeto CURA I – Continente. Cabe ressaltar, conforme Souza (2010), que o PD de 1952 continha uma rede de áreas verdes prevista (Figura 108).

Figura 108 - Proposta do PD de 1952 para as áreas verdes da área continental.



Fonte: Inserção de cores do autor a partir de Paiva (1952).

Em linhas gerais, observando a produção do espaço urbano no continente, no tocante às praças, encontram-se especificidades conforme o período analisado. O primeiro refere-se à criação segundo demandas comunitárias, exemplificado pela Praça Nossa Senhora de Fátima. Relaciona-se com a localização de espaços em frente à igreja, o que segue o próprio fazer característico da cidade brasileira. Seguida pela Praça Marcílio Dias, provavelmente vinculada à transferência da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina – fundada na ilha, na década de 1857 – para o Estreito, na década de 1940, sendo a escola inaugurada em 1950 (SOARES, 1991, p. 93). Alinha-se, nesse sentido, às praças criadas junto a sedes institucionais.

Figura 109 - Praça Marcflio Dias, 2013.



Fonte: Acervo do autor.

A chegada de grande contingente de novos residentes, a partir de 1940, não foi acompanhada por um planejamento ou ordenamento, gerando a falta de infraestrutura, inclusive de espaços públicos. “A partir de 1948 surgiram loteamentos de outros comerciantes como André Maykot [...], que fez o Loteamento Jardim Atlântico (1951), um dos maiores de Florianópolis” (SUGAI, 1994, p. 46). Segundo a autora, na década de 1950, o setor que mais cresceu no continente foi o imobiliário, no entanto, praticamente sem infraestrutura, conforme relato de moradores da época:

A década de 1950. O estreito se expandiu em todas as direções [...]. Não havia infraestrutura preparada. Havia um verdadeiro comércio imobiliário desenfreado que traçava ruas inviáveis e marcava terrenos muito pequenos. Os diversos loteadores não entravam em acordo, muitas vezes, nem mesmo no acerto das ruas que deveriam percorrer os diversos terrenos loteados. Água e esgoto eram desconhecidos do dicionário dos primeiros moradores. As ruas eram traçadas mas não terraplanadas. Bueiros não havia [...], luz elétrica chegava sempre atrasada. (BALDESSAR, 1991, p. 44).

Essa descrição ilustra como se deu a conformação espacial presente, ainda hoje, na região do Estreito e no continente de maneira



geral. O mapa abaixo apresenta os principais loteamentos por décadas, de 1940 a 1990 (Figura 110):

Figura 110 - Localização dos loteamentos aprovados no Continente, de 1940 a 1992.



Fonte: Sugai (1994, p. 288).

As áreas amarelo (1940-1959), cinza (1960-1969) e verde (1970-1979) representam a maior parte dos loteamentos e configuram o contexto urbano, apresentando áreas densificadas e com pouca oferta de infraestrutura e de serviços, o que se estende à oferta de praças e de áreas de encontro. Esse foi o contexto de intervenção do Projeto CURA I (1976), que, entre várias propostas, continha “[...] mais doze praças, entre pequenas médias e grandes, todas com tratamento urbanístico e

com equipamentos de lazer”<sup>297</sup> (SOARES, 1991, p. 22). O programa CURA, segundo o relatório do IBAM (1978), seria executado pela COMCAP. Sob a ação do Estado, portanto, há dois grandes projetos de intervenção, CURA I e II (décadas de 1970 e 1980, respectivamente), financiados pelo BNH<sup>298</sup>. Ambos apresentam impacto direto sobre uma estrutura pré-existente, além de um olhar, ainda que técnico, voltado à criação de um conjunto de praças e áreas públicas voltadas à vida urbana.

Cabe ressaltar que, entre os objetivos do projeto, em âmbito geral e nacional, constava a redução da capacidade ociosa de infraestrutura urbana existente – através do adensamento de ocupação do solo. No que concerne a Florianópolis, segundo o documento, foi realizado o CURA-Piloto na área Continente I, composta pelos bairros Canto, Morro do Geraldo, Capoeiras, Vila São João, Coloninha, Balneário e Praia de Matadouro<sup>299</sup>:

De 1928 a 1970, observa-se um crescimento cada vez mais acentuado na área continental, consolidando o processo de conurbação entre as sedes dos municípios [São José, Palhoça e Biguaçu] [...]. Apesar da existência da Ponte Hercílio Luz, durante este período, os serviços

---

<sup>297</sup> “Neste elenco merecem menção especial a praça Renato Ramos da Silva, no Balneário, com área de 1250 m<sup>2</sup> e a ampliação da praça Nossa Senhora de Fátima, que teve seu espaço acrescido em mais dois terços da área.” (SOARES, 1991, p. 22). Cabe mencionar, também, o projeto Sapé.

<sup>298</sup> As informações referentes ao projeto CURA I foram obtidas a partir do Estudo de Viabilidade, publicado em 1977. Foi idealizado a partir de “diversos órgãos da administração direta, municipal e estadual, bem como entidades para-estaduais”, somados a uma revisão e diagramação, além de confecção dos mapas pelo IPUF. Para sua elaboração, foram realizadas pesquisas “físico-urbanísticas”, socioeconômicas e econômico-financeiras, para a viabilidade do projeto. O mapeamento das praças e áreas verdes existentes, propostas e construídas, consta no mapa síntese no caderno de mapas (Apêndice B).

“Em 1969 o BNH passou a aplicar recursos do FGTS em obras de saneamento, sendo o principal indutor do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA. Já em 1972 o BNH passa a também investir no Projeto CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, que estimulava o adensamento da população urbana, sob o discurso de conter males como a especulação imobiliária. A partir daí, o banco passa a investir majoritariamente em saneamento básico e desenvolvimento urbano, sendo principal investidor de diversos projetos federais que abrangiam essas áreas. Interessante perceber que exatamente no período do milagre econômico o banco inverteu seus objetivos iniciais e passou a funcionar majoritariamente como investidor de projetos de infraestrutura urbana, em detrimento das habitações populares.” (FREIRE, 2010, p. 31).

<sup>299</sup> O perímetro do projeto compreendia trechos dos atuais bairros de Capoeiras, Estreito e Jardim Atlântico; os bairros completos da Coloninha, Canto e Balneário. Informações obtidas a partir do cruzamento atual do perímetro dos bairros e da linha de delimitação do projeto CURA.

públicos, equipamentos comunitários, sociais e institucionais concentram-se maciçamente na ilha, mantendo o Continente, numa carência generalizada de todos os serviços fundamentais. (PMF, 1976, n.p.).

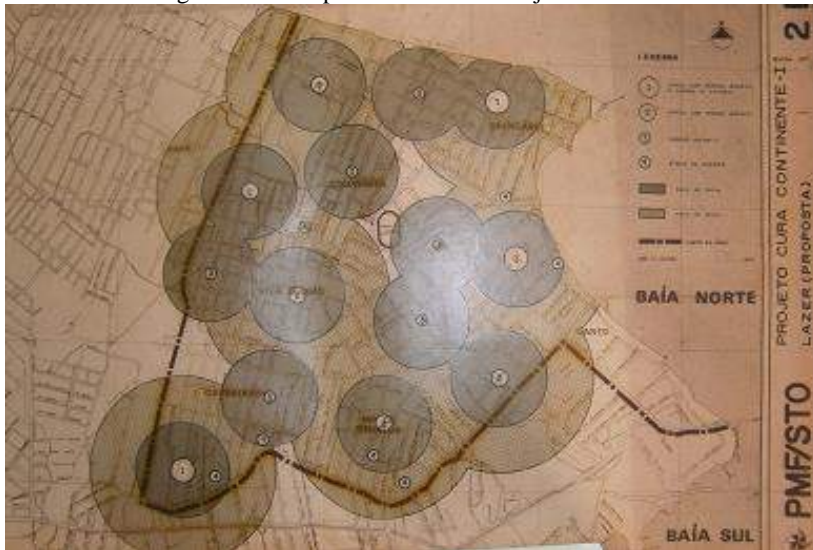
Dada a ocupação acentuada do centro de Florianópolis e a especulação imobiliária, a partir da década de 1970, a ocupação começa a se tornar mais acentuada no continente. À época, a densidade baixa de ocupação da área foi uma das justificativas para a localização dos conjuntos habitacionais. “[...] foram realizados contatos pela municipalidade com o INOCOOP, visando a implantação de conjuntos habitacionais” (IBAM, 1978), com base na renda familiar média. Essa escolha essa definiria o padrão de ocupação local. Outro olhar sobre o CURA I resgata importante reflexão:

O resultado desta operação, em termos urbanísticos, foi a transformação desta área em zona de excelente retorno de investimentos do setor imobiliário pelo financiamento dos Meios de Comunicação Material (pavimentação e implantação de ruas) e de Meios de Consumo Coletivos (transporte coletivo, iluminação pública, educação, lazer, centro de abastecimento alimentar, etc.) A implantação de rede coletora de esgotos, por sua vez, permitiu a elevação do gabarito de edifícios para 12 pavimentos naquela áreas (decreto 157/90) [...] (PEREIRA, 1992, p. 113).

As propostas referentes às áreas verdes e de lazer previam, além da manutenção das existentes, a criação de equipamentos para praças, quadras de esportes, parques infantis e miolos de quadra (PMF, 1976). Esse mesmo tipo de taxonomia para espaços livres de uso coletivo persiste até a década de 1990, apresentando o PD de 1997 quadro similar (ver capítulo 3). O projeto baseava-se em raios de abrangência desses equipamentos, enquanto os raios iam de 250 a 500 metros, com a intenção de beneficiar todo o perímetro do CURA I (Figura 111). A partir da cada área pública prevista, o cinza escuro representa raio de abrangência de 250m e o sépia de 500m. Da área delimitada pelo perímetro do programa, 70% foi ocupada espontaneamente – sem plano de urbanização –, acarretando o cenário encontrado. Esse cenário era composto por uma área urbana, não só de caráter residencial, pois previa equipamentos de saúde, educação, setor hoteleiro, sedes de instituições, como a Marinha, a Secretaria Municipal para assuntos do Estreito, etc.,

além de comércio diversificado. As habitações, em sua maioria, compreendiam estratos médios de renda.

Figura 111 - Proposta de lazer do Projeto CURA I.



Fonte: PMF (1976).

O “diagnóstico” das áreas verdes e da vegetação na área, feito à época, apontava que “o poder público dispõe de poucas áreas verdes para a população, sendo que as praças, à exceção da Nossa Senhora de Fátima, são pequenas e de reduzida importância paisagística local” (PMF, 1976). Somavam-se alguns bosques em miolos de quadra e propunha-se o fechamento de ruas e cruzamentos “com características exclusivamente residenciais”, a fim de torná-las ruas de recreação. “[...] além da dimensão paisagística, a preservação das áreas verdes possui uma significação social evidente, sobretudo no que tange aos setores: educação, saúde e recreação.” Previa-se, também, a criação de canchas esportivas espalhadas pela área.

O documento apontava o baixo número de áreas destinadas à recreação, principalmente para a população que não tinha poder aquisitivo para participar de clubes, o que já demonstrava uma busca pela criação de espaços públicos de lazer. Previa que a concepção e a manutenção de áreas de recreação cabiam à prefeitura, exceto o Centro Social Urbano, que deveria ser a cargo do estado.



A partir das entrevistas realizadas pelo diagnóstico, dos 14 principais problemas levantados, as praças apareciam em 9º lugar. Devido ao fato de a infraestrutura e os serviços urbanos serem deficitários, havia outras prioridades a serem solucionadas. As propostas foram divididas em 8 temas: sistema viário; recuperação de áreas; transporte e sinalização; lazer; equipamentos urbanos; relocação de subhabitações; saneamento; e projetos. Esse quadro se altera em comparação às demandas expostas no documento do *Prefeitura nos Bairros*, de 2014, referenciado no subcapítulo 4.3.




Para as áreas de lazer, o programa previa desapropriações para criar uma reserva de áreas voltadas à sua implementação, além de iluminação pública especial para elas. A área do Programa CURA I corresponde a, aproximadamente, 30% da área continental atual, sendo contemplada, na década de 1970, com 6 praças que permanecem atualmente (Quadro 14). Com exceção da Praça Nossa Senhora dos Navegantes, que já existia, foram visitadas as 6 praças criadas, dentre as quais a Praça Renato Ramos da Silva, que possui diversos equipamentos de esporte. O quadro abaixo apresenta 7 praças, pois existem duas pequenas áreas reconhecidas como Praça Guilherme Forkamp, mas somente uma corresponde ao projeto original.

Em relação à forma, essas praças possuem partido gerador formal, coerente e forte. São resultados de projetos de desenho urbano e, mesmo necessitando de manutenção, mantêm características originais. Nos terrenos em desnível, elas foram construídas em patamares, dispondo os equipamentos juntamente com a vegetação. Ressalte-se, portanto, que os aspectos formais não são os responsáveis pelo seu estado de obsolescência. Afinal, apresentam subsídios arquitetônico-projetuais necessários a um “bom projeto de praça”: áreas de sol e de sombra, espaços com possibilidade de apropriação espontânea e, a não ser os miolos de quadra, mais de um tipo de atrativo: quadra, bancos, mesa para jogos e parques infantis – elementos vistos como fomentadores de uso.



É sabido que o uso caracteriza qualquer espaço físico, seja público ou privado porque indica como o homem se apropria dele. No caso dos espaços públicos o uso indicará a sua obsolescência (pelo baixo nível de apropriação) ou sua estabilidade e durabilidade (pelo alto poder de atração e continuidade de circulação e utilização pelas pessoas). (CUNHA, 2002, p. 44).

Quadro 14 - Caracterização atual das praças resultantes do Projeto CURA I.

DENOMINAÇÃO, LOCALIZAÇÃO	USOS, MOBILIÁRIO, ESTADO DE CONSERVAÇÃO	IMAGENS
<p>Praça João Batista Vieira, Rua Irmã Bonavita, esquina com Barão von Wangenheim. Bairro: Jardim Atlântico. Lei de denominação: RNL</p> <p>(mapa continente 01) No CURA, denominada praça com parque infantil.</p>	<p>Possui bancos e quadra de areia. Aparentemente abandonada. Possui um projeto interessante, com um claro partido formal. Apropriação espontânea por artesão. Estacionamento arborizado Originalmente praça com parque infantil. Não possui mais o parque infantil.</p>	
<p>Praça Marcelino Vieira Filho, Rua Tupinambá, esquina com André Maykot . Bairro: Canto. Lei de denominação: 3.540/91.</p> <p>(mapa continente 04) No CURA, denominada parque infantil</p>	<p>Possui bancos e equipamento infantil. Áreas de sombra. Piso cimento, areia e grama. Desnível na rua. Originalmente: área de lazer infantil.</p>	

<p>Praça Guilherme FortKamp (Primeira parte), Rua Sérgio Gil. Bairro: Balneário “Vila da Caixa” Lei de denominação: RNL.  (mapa continente 01)</p>	<p>Possui mesa para jogos, área de sombra e banco. Piso areia, bloco, grama cimento. Obelisco sem placa. Pequena área de estar em miolo de quadra. Originalmente não aparece no projeto CURA I.</p>	
<p>Praça Guilherme FortKamp (Segunda parte), Rua Sérgio Gil. Bairro: Balneário “Vila da Caixa”. Lei de denominação: RNL.  (mapa continente 01) No CURA, denominada parque infantil.</p>	<p>Possui: bancos, equipamento infantil , áreas de sombra e mesa para jogos. Área de estar e lazer infantil.</p>	
<p>Praça Renato Ramos da Silva, Rua Sérgio Gil. Bairro: Balneário. Lei de denominação: 1.650/79.  (mapa continente 01) No CURA, denominada Praça com parque infantil e quadra.</p>	<p>A ser adotada por ajustamento de conduta. Possui estacionamento, palco, teatro arena, bancos, equipamento infantil, áreas de sombra, mesa para jogos, quadra areia/cimento com cerca. Praça consolidada com usos variados. Originalmente praça com parque infantil e quadra.</p>	



<p>Praça Roberto de Oliveira, Rua Santiago Dantas. Bairro: Estreito. Lei de denominação: RNL.</p> <p>(mapa continente 04) No CURA, denominada Praça com parque infantil</p>	<p>Estacionamento na praça. Vestiário fechado, bancos, áreas de sombra, mesa para jogos, quadra gramada cercada e pista de caminhada. Segundo técnico da secretaria vai ser adotada. Há presença de moradores de rua. Originalmente seria uma praça com parque infantil.</p>	
<p>Praça Eugênio de Melo, Rua Dr. Gil Costa. Bairro Capoeiras. Lei de denominação: RNL.</p> <p>(mapa continente 03) No CURA, denominada Praça com parque infantil</p>	<p>Possui academia, quadra de esporte em areia e equipamento infantil.</p>	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em PMF (1976), no trabalho de campo realizado em 2013 e em entrevistas com técnico da Secretaria do Continente.

Obs.: A Praça Felipe Neves, não localizada, consta tanto no geoprocessamento do IPUF quanto nas listas fornecidas pelo órgão. Cabe ressaltar que existe uma discrepância entre os mapas fornecidos pelo IPUF e o geoprocessamento da PMF no que concerne à localização das Praças Antonieta de Barros e Felipe Neves – ambas no mesma área que o Bosque Pedro de Medeiros.



#### 4.2.3.1 Entre aspas nº 2: Nem sempre o desenho é responsável pela apropriação<sup>300</sup>

O desuso das praças acarreta a perda de oportunidades de sociabilização e de fortalecimento da cidadania, contribuindo para o aumento da dependência de espaços privados para a prática da vida pública e, conseqüentemente, das desigualdades sociais e da exclusão. (ALEX, 2008, p. 279).

Quais motivos geraram o desuso das praças?<sup>301</sup> A Praça João Batista Vieira (Figura 112), situada no bairro Jardim Atlântico (mapa continente 01), possui um projeto coerente e que contempla diversas possibilidades de uso. Implementada durante o projeto Cura Continente, tem quadra em areia, arquibancada e área sem usos específicos, mas dotada de bancos e áreas de sombra. No momento da visita de campo, constava na lista das praças para adoção. A praça está em estado de abandono (apesar de o gramado estar bem mantido). Foi encontrado, inclusive, um morador que faz artesanato e habita na praça. Cabe compará-la à Praça Bento Silvério, na Lagoa da Conceição (Figura 113). Com desenho simples, devido ao contexto em que se insere, consiste em um ponto central na vida da Lagoa. A localização das praças e áreas públicas é, portanto, responsável por sua manutenção e obsolescência, assim como a função a elas atribuídas. Inserir, arbitrariamente, praças em um projeto, sem que se conheça as relações locais, não contribui para a efetivação desse espaço como lugar de convívio e de trocas. Desse modo, praças extremamente simples em termos de desenhos e equipamentos, constituem-se em centros da vida urbana, como a Praça dos Navegantes, extinta a partir da construção da Beira-Mar continental (Figura 114)<sup>302</sup>.

Nem todas as propostas contidas no estudo de viabilidade do Programa CURA I foram executadas. Foram realizadas supressões e acréscimos, com alterações no projeto inicial. Cabe reforçar que a urbanização de 7 miolos de quadra foi suspensa pelo entendimento de que seria um equipamento de uso restrito à quadra do entorno, em detrimento do investimento público. Essas alterações no projeto

<sup>300</sup> Tal constatação também é feita por Eugênio Queiroga (2001), em sua tese de doutorado.

<sup>301</sup> Cunha (2002, p. 43) apresenta alguns parâmetros definidos por autores para a apropriação dos espaços públicos, muitos, no entanto, observados nesses projetos.

<sup>302</sup> Para aprofundar esses apontamentos, seria importante um estudo do tipo APO, assim as assertivas acima delineadas poderiam ser corroboradas ou refutadas.

indicam uma aproximação com necessidades mais amplas, como a criação do Instituto Estadual de Educação e o Centro Regional Interescolar de Esportes. A alteração que concerne, efetivamente, aos miolos, ainda que não cite, antevê uma prática bastante observada nos loteamentos, onde áreas verdes ficam bastante restritas aos moradores do entorno, com pouca possibilidade de trocas.

Figura 112 - Praça João Batista Vieira.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 113 - Praça Bento Silvério.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 114 - Praça dos Navegantes, antes da implantação da Beira-Mar Continental.



Fonte: Acervo da Arquiteta Melissa Laus Mattos.

#### 4.2.3.2 O Projeto CURA II: a década de 1980<sup>303</sup>

Conforme o material gráfico analisado, o projeto CURA II (IPUF, 1985) foi mais abrangente, em termos territoriais, contemplando áreas continentais e insulares. No que concerne ao continente, foram contempladas partes dos bairros de Capoeiras e Estreito, bem como os bairros Itaguaçu, Coqueiros, Abraão e Bom Abrigo (ver mapa síntese CURA I e II – Apêndice B).

O projeto previa equipamentos sociais (saúde, educação e cultura, serviço social, abastecimento e comércio, recreação e lazer), cruzando dados relativos às propostas do sistema viário e do Plano Diretor. Os conjuntos residenciais do sistema financeiro habitacional também foram mapeados, conforme intervenção do INOCOOP e do IPESC na área continental.

Segundo o mapa analisado (Anexo B desta tese), quando da proposta, já existiam as seguintes praças<sup>304</sup>:

<sup>303</sup> Referente ao projeto CURA II, o material pesquisado foram os mapas arquivados no IPUF, não sendo localizadas referências textuais. As informações, portanto, são da produção gráfica referente ao ano de 1985.

<sup>304</sup> No mapa estão identificados: praças existentes, terrenos públicos destinados a áreas verdes, áreas verdes definidas por legislação ainda não edificadas, quadras de esportes, ginásio de esportes, áreas com potencial para esportes náuticos, campos de futebol e áreas com potencial para expansão e áreas verdes de lazer.

1. Praça Nagib Jabour, ou Jardim do Estudante - Capoeiras;
2. Praça Duque de Caxias - Estreito;
3. Praça Paulo Schlemper - Capoeiras;
4. Praça José Boabaid (também identificada como Manoel David Chaves ou Praça do Meio, apesar de não denominada por lei) - Coqueiros;
5. Praça Osvaldo de Oliveira - Capoeiras (apesar de não denominada por lei);
6. Praça Alziro Zarur (à época, ainda não denominada por lei, com exceção do triângulo do sistema viário. Atualmente, a praça é composta por três trechos) - Estreito;
7. Quadrilátero no Saco da Lama, onde hoje é o Parque de Coqueiros (ainda não denominada)<sup>305</sup>;
8. Praça Roberto Sampaio Gonzaga ( não denominada à época) - Itaguaçu.

Nas possíveis áreas de lazer previstas (Anexo B) consta uma área que engloba, atualmente, parte do Parque Academia Duas Meninas (ainda em projeto e, à época, não denominado), em Itaguaçu, classificado como área para expansão de área verde lazer.

Foram propostos alguns equipamentos de lazer, observáveis Anexo B, que correspondem, atualmente, à Praça Patrício Caldeira de Andrade (área remanescente do sistema viário), em Capoeiras. A proposta também contemplou mais equipamentos nas Praças José Boabaid e Nagib Jabour, além de outros equipamentos distribuídos pela orla e pelo interior do continente. O projeto previa áreas de lazer em vários trechos à beira do mar, muitos dos quais hoje ocupados por edificações. Dessas, quatro são conformadas por rótulas ou ilhas do sistema viário, como as Praças Duque de Caxias, sem usos específicos; Alziro Zarur, que, no projeto inicial, também não possui usos; Paulo Schlemper, com ponto de alimentação e alguns bancos; e Roberto Sampaio de Oliveira, com equipamentos infantis.

Ainda que numa visão bastante técnica, o fundamental desses projetos é a preocupação, por parte do poder público, em estruturar áreas públicas, criando vários espaços (CURA I) e buscando investimentos em novas áreas e em áreas consolidadas (CURA II). A partir de então, campanhas têm sido lançadas pontualmente, mas, sobretudo, para a adoção ou melhoria de espaços públicos existentes. Não contemplam, portanto, uma visão conjuntural e de ações

---

<sup>305</sup> No documento do IPUF (1996) aparecem várias referências à necessidade de criação do parque.

combinadas. A maior parte das praças construídas no continente após o CURA I são provenientes de loteamentos, muitas situadas junto a empreendimentos imobiliários ou a equipamentos em áreas existentes.

Conforme apresentado no item relativo às praças provenientes de conjuntos habitacionais, algumas praças remanescentes da área continental surgem a partir da inserção desses conjuntos. As que se localizam nas margens desses loteamentos e conjuntos são mais visíveis e utilizadas, enquanto as mais internas estão mais degradadas.

Em paralelo aos processos descritos acima, os loteamentos nas áreas balneárias e residenciais têm gerado a demanda por áreas públicas de lazer. Dessa maneira, algumas áreas na orla foram equipadas com o propósito de atender aos grupos residentes locais e reconhecidas como praças, apesar de não serem denominadas legalmente. Exemplificam essa constatação os bairros de Itaguaçu e Bom Abrigo (mapas continente 02 e 04). Os usos das praças nesses dois bairros vincula-se, especificamente, ao lazer, o que demonstra uma relação intrínseca entre o entorno residencial e a vocação e apropriação, responsável pela boa manutenção das praças ali encontradas. Tal situação é bastante diversa das praças do conjunto Chico Mendes (no bairro Monte Cristo), onde ambas estão bastante deterioradas e não adotadas.

Os bairros de Itaguaçu e Bom Abrigo contam, respectivamente, com 2.144 e 1.510 habitantes (IBGE, 2010). São os bairros que apresentam o melhor IDH de Florianópolis<sup>306</sup>. Conforme dito anteriormente, a ocupação da orla intensificou-se com a busca por áreas balneárias no século XX. Ao analisar a Figura 110, apresentada no item 4.2.3, observa-se, na década de 1970, um expressivo crescimento das áreas loteadas – dado que, se cruzado ao fator renda, mostra uma ocupação pela população de renda alta na região compreendida por esses dois bairros. No Bom Abrigo foi identificada apenas uma “praça”, conforme visita acompanhada por técnico da Secretaria do Contiente, intitulada “Largo do Bom Abrigo” (Figuras 115 e 116). Possui equipamento infantil, bancos, áreas para jogos, mesas e áreas de sombra, além de uma quadra em frente ao mar.

---

<sup>306</sup> A partir de pesquisa publicada no sítio do SEBRAE (Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/noticias/default.asp?materia=4681>>. Acesso em: 23 jul. 2015).

Figura 115 - Praia do Bom Abrigo, década de 1950.



Fonte: sítio Florianópolis, ontem e hoje.

Figura 116 - “Largo do Bom Abrigo”.



Fonte: Acervo do autor.

Em Itaguaçu foram localizadas quatro praças, sendo que três delas apresentam equipamentos infantis e uma caracteriza-se como área do sistema viário, em formato triangular (Praça Calístrato Sales). Similar ao equipamento anterior, na Praia de Itaguaçu foi identificada

uma “praça” que, além de alguns bancos, conta com brinquedos em frente ao mar, na rua Des. Pedro Silva (Figura 117).

Figura 117 - Equipamento na Praia de Itaguaçu.



Fonte: Acervo do autor.

Em áreas de urbanização mais antiga, a relação entre tempo de ocupação, densidade e oferta de áreas públicas não é direta. Assim, pode ser mencionado o bairro de Coqueiros (mapa continente 02), que se consolidou ao longo do século XX como área balneária e de segunda residência, sobretudo a partir da construção da Ponte Hercílio Luz (Figura 120). Atualmente, é composto, em sua maior parte, por população residente.

Em Coqueiros, além do parque – espaço construído a partir da iniciativa comunitária –, foram encontradas três “praças”. São de tipologias diferentes e, em certa medida, representam a diversidade de espaços encontrados. A primeira é uma rótula do sistema viário, denominada por lei como Praça Cientista Dr. Alfred Sabin, sem possibilidade de uso. A segunda teve sua implantação recente, na primeira década dos anos 2000, localizada na rua Dr. Abel Capela (Figura 119). Compreende uma área em final de rua, composta por parque infantil e bancos, além de um deque. Por sua localização, é de difícil visualização, ficando restrita a moradores do seu entorno.



Figura 118 - Coqueiros vista da Ponte Hercílio Luz, década de 1930.



Fonte: Disponível em: <<http://floripendio.blogspot.com.br/2010/05/florianopolis-antigo.html>>. Acesso em: 26 jun. 2015).

Figura 119 - Praça sem denominação na rua Dr. Abel Capela.



Fonte: Acervo do autor.

A terceira praça existente em Coqueiros é citada conforme três denominações: Praça José Boabaid / Manoel David Chaves / Praça do Meio. Denominada pela lei nº 4.949/96<sup>307</sup>, localiza-se na Rua Desembargador Pedro Silva, costeando o mar. Possui diversos usos, vinculados à Sede da AMPIMS, ao posto policial e a uma área de deques junto às ruínas de salga, com atracadouro e trapiche. Como mobiliário, possui bancos, equipamento infantil, diversas áreas de sombra e mesa para jogos quebrada. Os equipamentos esportivos na praça são vinculados à ginástica, além de uma quadra de areia e um *half* para skate.

<sup>307</sup> Foi localizada uma lei (998/71) que compreendia o perímetro da praça, mais uma área que a circunda, uma doação para um Museu do Mar e um Aquário Público. O plano Direto (lei 1.440/76) autorizava a criação de praça pública, até que esse fim pretendido fosse edificado.



Em áreas de ocupação mais recente, novas praças são vinculadas a empreendimentos imobiliários, reforçando a relação entre áreas de residência e proximidade de espaços para atividades cotidianas. Como exemplo, apresenta-se a Praça Arlindo Francisco Philippi (Figura 120), proveniente de AVL do loteamento Costa Azul (1996). Foi adotada pela Koerich Empreendimentos Imobiliários em 2009, a partir do projeto Boa Praça. Trata-se de uma área com múltiplos usos: lazer infantil, contemplativo e esportivo. Possui caminhos sinuosos, um pergolado com mirante, áreas gramadas e com piso de areia, equipamento infantil e bancos. Seu entorno é basicamente residencial, mas faz divisa com a praça Marcílio Dias, portanto, com a Escola de Aprendizes Marinheiros, além de uma creche municipal. Situa-se em área de baixa densidade, mas com verticalização eminente, conforme a foto aérea (Figura 122) e visita ao local, em 2013.

Figura 120 - Praça Arilindo Phillippi.



Fonte: Acervo do autor.

O mesmo acontece com a Praça Naval (Figura 121), também adotada pelo Projeto Boa Praça, em 2013, no Jardim Atlântico (mapa ilha continente 01). Configura-se como uma pequena praça com uso vinculado aos edifícios residenciais do seu entorno, estando pronta e inaugurada antes da finalização dos edifícios. Essa foi a última praça visitada construída no Continente, o que reforça um dos processos de criação das praças – como áreas de lazer vinculadas aos edifícios do entorno, sem uma análise maior de necessidades para sua inserção.



Conforme demonstra a análise das demandas do “orçamento participativo” e do “prefeitura nos bairros”, é crescente a solicitação por áreas de lazer vinculadas ao esporte. Tanto na ilha quanto no continente, observa-se a criação de praças, sobretudo no século XXI, a partir da locação de equipamentos esportivos em áreas residuais. Essas praças são representativas, assim como as encontradas em diversos pontos da ilha, como a Praça da Costeira do Pirajubaé, das reformas ligadas à tendência de praças vinculadas ao esporte, sendo presentes, em muitas, as academias de saúde, que homogeneízam os equipamentos e os usos.

As “praças” situadas na rótula localizada na Av. PC3, no Jardim Atlântico, exemplificam esse argumento. Separadas em dois setores pela Avenida Atlântica, foram construídas na primeira década dos anos 2000<sup>308</sup>, sendo classificadas como áreas para esporte com equipamento infantil. A primeira, Praça Willian Silva Pereira de Souza (Figura 123), foi inaugurada em 2003, em homenagem a um jovem *skatista*. Dentre seus equipamentos, consta pista de *skate*, academia e equipamento infantil. O *half* foi projetado junto com os *skatistas*, através de uma oficina realizada pelo arquiteto da praça. Existe a presença de um córrego, mas sem tratamento de borda.

Figura 123 - Praça Willian Silva Pereira de Sousa.



Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>308</sup> Periodização realizada a partir da comparação das fotos aéreas do geoprocessamento da PMF.

A segunda praça (Figura 124), sem denominação, foi executada posteriormente. Também possui equipamento infantil, além de área para ginástica e quadra poliesportiva. O córrego compõe o conjunto, mas, a exemplo da anterior, não possui tratamento de borda.

Figura 124 - Praça sem denominação – rótula.



Fonte: Acervo do autor.

Algumas áreas tornam-se praças a partir da apropriação de remanescentes do sistema viário, como a Praça Arno Schaffer (Figuras 125 e 126), situada em área residual do traçado da PC3. Apresenta apenas uma pista de caminhada e é apropriada por *skatistas*.

Figura 125 - Praça Arno Schaffer.



Fonte: Acervo do autor.



Figura 126 - Localização das Praças Arno Schaffer e João Demaria Cavalazzi.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.

São áreas de lazer em meio a entornos residenciais, cujo estado indica apropriação pela população. Ressalte-se que as atividades para esporte, como *skate* e academias, tornam-se cada vez mais constantes nas praças construídas a partir dos anos 2000, apesar de já estarem presentes em projetos da década de 1980, conforme a Praça no Rio Buschele (cujo projeto encontrado no IPUF data da década de 1980).

Um exemplo de praça polivalente é a Praça Mestre Dica (Praça do Canto – Figura 127), denominada pela Lei nº 8.191/10, situada no Canto. Inaugurada em 2010, constitui-se em área de lazer esportivo e infantil. Possui um mirante, devido à posição da praça, e uma sede abandonada da associação de moradores.

Figura 127 - Praça Mestre Dica.



Fonte: Acervo do autor.

Ao discorrermos sobre praças polivalentes com locação recente de equipamentos em áreas públicas, cabe um olhar para a ilha. A praça da Costeira do Pirajubaé (mapa ilha 10 e Figura 128), inaugurada pela prefeitura em 2010, não consta na lista do IPUF, mas a listagem fornecida pela FLORAM a considera adotada, sem informar os dados do adotante, como nas demais áreas. É um espaço polivalente. No sítio da prefeitura sua área é de 48 mil m<sup>2</sup>, mas, segundo a FLORAM, seriam apenas 28 mil m<sup>2</sup> (PREFEITURA, 2010).

Essa praça é um sonho antigo da Costeira e nada mais justo do que, no aniversário da cidade, a população receber de presente uma estrutura como essa, que resgata a autoestima dos jovens e adultos que moram aqui”, afirmou o Prefeito Dário Berger.

De acordo com Sandra Maria Raimundo, presidente da Associação dos Moradores da Costeira do Pirajubaé, a região precisava de um espaço democrático como o inaugurado nesta terça-feira. “Nossa comunidade, especialmente os jovens e as crianças, necessitava de um espaço como esse. Hoje essa praça atende as diferentes classes sociais e as diferentes faixas etárias da comunidade da Costeira do Pirajubaé”, destacou Sandra.

Para o Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, a obra é mais um

exemplo da importância da parceria entre o município e o governo estadual.

O estado atual da praça é regular, necessitando, no entanto, de reparação na área coberta e, sobretudo, de manutenção vegetal. Pela sua configuração, equipamentos, área e população do entorno – estimada em 12 mil habitantes –, poderia ser caracterizada como um parque. Dentre seus equipamentos, constam campo de futebol em concreto e em areia, vestiário (quebrado), lanchonete (sem uso), ciclovia, quadras poliesportivas (2) e pista de *skate*, além de estacionamento. A praça é muito utilizada pela comunidade do entorno.

Figura 128 - Vista parcial da quadra e lanchonete.



Fonte: Acervo do autor.

Voltando novamente o olhar para o continente, cabe ressaltar que, como na ilha, foram identificadas diversas praças que são resquícios do sistema viário, algumas equipadas para uso, como as da PC3, outras conformando áreas gramadas denominadas praças, como as Praças Duque de Caxias e Professor Ângelo Ribeiro (área residual de ocupação – figura 129), ambas situadas no Estreito (mapa continente 04).

Figura 129 - Vista da Praça Professor Ângelo Ribeiro.



Fonte: Acervo do autor.

Um caso emblemático situa-se no bairro Balneário: a Praça dos Navegantes<sup>309</sup> (Figuras 130 e 131). Em conversa com antigos moradores do bairro, o local foi citado como ponto de encontro e de lazer, além de utilizado pelas crianças, fomentando diversidade de usos ao longo do dia. Assim como as demais praças da ilha que sofreram modificações com os aterros, a praça ficou bastante descaracterizada no que concerne à sua antiga relação com o mar. No entanto, diversamente do que ocorreu com as Praças dos Namorados, Gov. Celso Ramos e Esteves Junior – mantendo mobiliário que permitisse sua utilização –, a Praça dos Navegantes tornou-se um espaço residual do sistema viário, com uma área de estacionamento. O equipamento infantil foi retirado, restando apenas dois bancos e uma mesa de jogos quebrada. Entretanto, a praça ainda figura na lista de espaços para adoção.

Além da Praça dos Navegantes, outras áreas foram desativadas ou deixaram de ser utilizadas, como o Parque da Pedreira. Dele caberia uma análise aprofundada, pois se trata de um caso singular, (denominado pela lei nº 6.806/2005), cujo projeto e implantação, a partir de 2003<sup>310</sup>, apesar de comemorado pela possibilidade de mais um

<sup>309</sup> As fotos que demonstram o avanço do aterro são do acervo pessoal da arquitetura Melissa Laus Mattos.

<sup>310</sup> Matéria que apresenta o Parque como área pública: Disponível em: <<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2003/11/08/Pedreira-em-Florianopolis-vai-virar-parque-de-esportes-radicaais-763.html>>. Acesso em: 24 maio 2015.



espaço qualificado de lazer, demonstra, em menos de uma década, a obsolescência e o descaso com investimento de dinheiro público<sup>311</sup>.

Figura 130 - Praça dos Navegantes – usos anteriores ao aterro.



Fonte: Acervo da Arquiteta Melissa Laus Mattos.

Figura 131 - Praça dos Navegantes atual.



Fonte: Acervo do autor.

---

<sup>311</sup> Apesar da série de matérias apresentadas no sítio da FloripAmanhã, em visita ao local, em 2013, foi constatado o estado de desuso. Disponível em: <<http://floripamanha.org/tag/parque-da-pedreira-do-abraao/>>. Acesso em: 25 ago. 2015).

A lista geral de “praças” na área continental reúne 54 espaços, dos quais 51 puderam ser localizados e visitados (ver quadros do caderno de mapas - Apêndice B). Muitas denominações não são oficiais, isto é, não foram denominadas legalmente, sendo definidas juntamente com o técnico da Secretaria do Continente, que acompanhou a visita a 39 áreas. Essa lista não esgota as AVL’s contidas na área continental, assim como não exclui a possibilidade de que existam outras praças não identificadas.

A análise do panorama construído a partir dessas visitas revela uma discrepância em seus perfis. Não se descarta que, em bairros onde existe a presença da orla marítima, as áreas de encontro e de lazer situam-se à beira mar. No entanto, áreas carentes são desassistidas de equipamentos públicos, como o conjunto Chico Mendes, a ser discutido no próximo item, apesar da proximidade com a Praça “ACI Monte Cristo” ou “Praça do BIG”.

A periodização, ainda que sumária e não pormenorizada, aponta para um olhar em conjunto para as áreas públicas, que não devem ser consideradas, somente, em sua implantação e em projeto, mas, sobretudo, na sua inserção como elementos vinculados à habitação e às áreas comerciais. Infere-se, também, uma dificuldade de encontrar dados relativos a esses espaços. A sistematização e o reconhecimento de seu estado de conservação resultam do observado em campo.

A observação *in loco* dessas áreas apontou uma lacuna nas discussões a respeito do espaço público, nas ações e nas campanhas. O lançamento da *Campanha Continente Saudável* (2013) retoma a necessidade premente de um olhar mais aproximado ao espaço público urbano. Na sequência, foi lançada a campanha *Viva a Praça* (2013), que, ampliando discursivamente sua visão, buscava fomentar a adoção de novas áreas, expandindo o quadro de praças existentes. Conforme suas intenções: “O Projeto Viva a Praça também visa a valorizar a arte pública e a alavancar praças em loteamentos populares, neste caso com recursos governamentais.” São ações pertinentes, dadas as condições atuais de muitas praças visitadas, que atingem resultados vinculados à melhoria física de tais espaços, embora as prioridades das áreas a serem adotadas não são evidenciadas, sobretudo no que concerne a uma discussão ampliada e conjuntural. A construção do espaço público na cidade perpassa essa discussão.

#### **4.2.4 Praças de Loteamentos e conjuntos habitacionais: segunda metade do século XX**

Conforme vem sendo apresentado, as praças e áreas públicas são criadas a partir de diferentes processos: vinculadas a instituições religiosas ou laicas, por demanda popular, projetos ou políticas públicas, relativos à dinâmica de construção do espaço urbano, etc. Conforme o desenrolar do século XX, a ocupação territorial expandiu-se para além do perímetro central florianopolitano, assumindo diferentes vocações, seja em áreas balneárias, seja em conjuntos e loteamentos para população de baixa, média ou alta renda. A partir da década de 1970, a reserva de áreas públicas passa a resultar de áreas loteadas por determinação legal, com grande impacto na quantidade de praças e áreas públicas de usos coletivos.

Para ilustrar esse processo, este item apresenta três abordagens. A primeira conforme a ocupação residencial a partir da inserção de equipamentos e instituições próximas à área central, contemplando os bairros Santa Mônica, Córrego Grande, Itacorubi, Trindade e Carvoeira. Numa segunda abordagem, fundamental para a compreensão da relação entre oferta de espaços públicos, cidadania e acesso, aborda-se as praças e áreas públicas de alguns conjuntos habitacionais e loteamentos, incluindo Monte Cristo, Jardim Atlântico, Monte Verde e Saco dos Limões. E, na terceira, o processo de ocupação rumo às áreas balneárias, em duplo viés – turístico e residencial –, contemplando Canasvieiras, Jurerê, Daniela, Pântano do Sul, Ingleses e Campeche.

A partir da dispersão da ocupação na ilha, observou-se uma densificação da área continental e também em torno do maciço central, devido à sua proximidade ao centro da cidade. A localização de instituições e universidades, a partir da década de 1960, demandou novas áreas de moradia, ampliando a necessidade de áreas públicas. Ao mapear as praças de três loteamentos aprovados a partir da década de 1970, Parque São Jorge, Jardim Anchieta e Jardim Santa Mônica, encontraram-se, aproximadamente, 15 áreas denominadas legalmente e/ou reconhecidas como praças, além de AVLs ainda não denominadas. Percebe-se uma relação entre a prática do loteamento, a reserva de áreas públicas obrigatórias pela legislação e a construção de um perfil de áreas residenciais, com áreas verdes e praças vinculadas à vida de bairro e ao lazer da população vizinha. São praças com caráter diverso das situadas nos núcleos históricos e ao longo da Av. Beira-Mar, menos visíveis e mais vinculadas ao cotidiano de seus moradores. O perímetro

contemplado pelos três loteamentos citados foi também inserido no projeto CURA (IPUF, 1978b).

O projeto CURA teve, na década de 1970, duas ações principais: de um lado, a já descrita no item referente à área continental, e, de outro, as referentes ao Plano Plurianual (Triênio 1978-1980), em Convênio de Adesão ao Programa Complementação Urbana firmado entre a PMF e o BNH<sup>312</sup>.

No que se refere à área piloto continental, já foram descritos e analisados alguns pontos em item anterior. O Plano Plurianual CURA, relativo à área insular, foi realizado pelo IPUF. O documento indica que a coordenação efetiva da implantação, tanto do piloto quanto do plurianual, caberia à COMCAP.

O texto publicado em janeiro de 1978 aponta que o projeto, além de “permitir a gradativa implantação do Plano Diretor” (IPUF, 1978b, p. 2), visava promover

[...] a devida redistribuição espacial da população urbana, permitindo a ocupação racional de áreas ociosas e viabilizando, conseqüentemente, a melhor oferta de equipamentos e serviços públicos necessários à melhoria da qualidade de vida de amplos segmentos populacionais que até então estavam à margem desses benefícios. (IPUF, 1978b, p. 2).

Cabe ressaltar que as áreas sinalizadas como de urbanização prioritária seriam as que haviam recebido equipamentos e órgãos institucionais públicos, a partir da década de 1960, sofrendo, portanto, pressões de ocupação e crescente valorização imobiliária. Além dos órgãos públicos, as rodovias (SC-401 e SC-404) também se configuravam como “vetores de dinamização nessa região”. Dentre as áreas potenciais do CURA estavam, na ilha, a Av. Mauro Ramos e os bairros Agrônoma, Prainha, José Mendes, Trindade, Saco dos Limões, Pantanal, Córrego Grande, Santa Mônica e Itacorubi; e, no

---

<sup>312</sup> No que concerne às suas intenções, cabe uma interpretação mais abrangente quanto aos conjuntos construídos pelo BNH (fundado em 1964): “Como banco e responsável por administrar os altos volumes financeiros do FGTS, o BNH, que iniciou suas atividades voltadas para o financiamento de moradias populares, vai, rapidamente, desviando-se de seus objetivos iniciais moldando-se, cada vez mais, como os bancos privados, a objetivos lucrativos. Se o conjunto dos bens públicos passa a ser pago pelos usuários, o BNH vai ampliando a sua área de atuação para o financiamento de obras de infraestrutura urbana, materiais de construção, planejamento urbano e transforma-se, segundo um de seus ex-vice-presidentes, Rubens Vaz da Costa, em um ‘banco de desenvolvimento urbano’” (RIZZO, 1993, p. 79).

continente, os bairros Coqueiros, Capoeiras, Abraão, Bom Abrigo, Barreiros e Sapé.

As áreas escolhidas deveriam seguir as diretrizes da urbanização municipal e as normas do BNH, intencionando melhoria na qualidade de vida da população e equidade de equipamentos e serviços públicos. Desse modo,

[...] reflete não apenas a eleição de áreas que devem merecer um tratamento prioritário, em termos de renovação urbana mas define a estratégia do poder público municipal no sentido de promover adequado processo de ocupação dos espaços periféricos. (IPUF, 1978b, p. 2).

Finalmente, foram elencadas as áreas prioritárias para intervenção na ilha, uma vez que as áreas prioritárias do continente haviam sido atendidas pelo CURA-Piloto, conforme documento do IPUF (1978b, p. 16). Juntas, as três áreas insulares somavam 35.000 habitantes, constituídas pela Área I (Trindade e Saco dos Limões), Área II (Pantanal, Córrego Grande e Jardim Santa Mônica) e Área III (Itacorubi e Saco Grande) – próximas ao Centro e que vinham sendo loteadas e ocupadas.

Os objetivos do projeto consistiam em: racionalizar a infraestrutura e o estabelecimento de critérios para seleção de áreas de urbanização prioritária, visando a promoção social; atualizar o PD no que concerne às normas reguladoras do solo nas áreas do CURA; diminuir os efeitos negativos da especulação imobiliária, procurando otimizar o uso do solo urbano mediante taxaço que levasse à utilização dos terrenos beneficiados com investimentos da coletividade, induzindo o adensamento proposto e viabilizando financeiramente os projetos (IPUF, 1978b, p. 9). O documento citava a importância de se atentar às demandas comunitárias, mas, conforme o organograma constante no projeto, elas só eram consideradas em fase avançada do processo. A elaboração das propostas deveria seguir as diretrizes municipais de urbanização, como a minimização dos conflitos homem/natureza e a maximização dos benefícios sociais. A constituição de um modelo de ocupação estruturado em centros secundários (apresentado no item 3.2), no equilíbrio da distribuição espacial (tendências de ocupação e localização adequada) e na busca por padrões de assentamentos diminuiria os custos de urbanização e transporte, viabilizando a expansão dos serviços públicos.

Com base nas diretivas acima, os critérios para seleção final do CURA foram: a oferta habitacional – maior disponibilidade de áreas e

possibilidade de ocupação; maior número de pessoas beneficiadas; distribuição de renda que beneficiasse a população mais carente e permitisse viabilizar economicamente os investimentos programados; área de maior carência de estrutura; custo de urbanização e transportes – menor custo *per capita*. Além disso, buscava-se manter a paisagem natural e entender o processo de construção da paisagem urbana, à luz, inclusive, da especulação imobiliária (IPUF, 1978b, p. 21).

Os dados apresentados no documento apontam que as áreas I e II possuíam renda média equivalente a quase o dobro da renda da área III, indicando uma tendência para diferentes estratos de renda, conforme os dados de 1977 (IPUF, 1978b, p. 27). A renda média familiar global na área CURA situava-se em torno de 5,7 salários mínimos regionais, fazendo com que, de acordo com as normas do programa, o BNH financiasse 90% do Plano Plurianual (IPUF, 1978b, p. 29). Ao somarem-se duas áreas de renda média com uma área de renda mais baixa, toda a área atingiu o patamar necessário para inserção nas demandas do BNH.

Fez-se um levantamento da infraestrutura, especialmente do sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública, abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo e comunicação. Também buscou-se dados referentes às escolas, áreas públicas, conjuntos habitacionais existentes, em construção e previstos, elaborando-se um diagnóstico para a intervenção. Apontou-se que, face a população residente e a que seria recebida, havia uma carência de equipamentos de educação, lazer e saúde na área, somando-se à influência atrativa da UFSC. Pelas tabelas que previam centros comunitários, nota-se que, ao longo do tempo, poucos elementos foram mantidos, desfazendo-se a ideia original de criar “autênticos centros sociais de bairro” (IPUF, 1978b, p. 42). **Apesar dos loteamentos aprovados na área, no que concerne aos espaços de lazer e convívio, o documento apresenta poucas praças disponíveis, indicando a criação de novas áreas através da utilização das áreas públicas existentes e da compra de novos lotes com localização estratégica.**

O perímetro delimitado pelo CURA possuía apenas duas praças: A Praça Abdon Batista, no Saco dos Limões, e a Praça Santos Dumont, na Trindade, “[...] não dispondo praticamente de nenhum equipamento de recreação, [uma] absoluta carência de equipamentos de lazer e recreação” (IPUF, 1978b, p. 43).

As propostas para áreas verdes e de lazer buscavam compatibilizar-se entre a localização “ideal” e os terrenos públicos

existentes, evitando desapropriações. O documento remetia às diretrizes do *Plano Verde do Município* (lei nº 1.516/77) que, ao fixar em 450m<sup>2</sup> as áreas mínimas dos lotes, já direcionava a ocupação para determinados estratos de renda. Em sua área III (Saco Grande), previa locais para a COHAB, visando à construção de 400 casas. Atualmente, essa área conta com três praças públicas que apresentam traçado original (ver praças no Monte Verde).

O mapa síntese do CURA Plurianual (Apêndice B), foi reconstituído a partir de mapas e informações extraídos do documento datilografado, demonstrando uma síntese das informações apresentadas no que se refere aos conjuntos habitacionais, áreas verdes e centros sociais previstos e/ou em implantação.

A partir da leitura do documento, reforça-se que se intentava intervir a partir de uma visão do todo. O texto indicava a existência de pressões do mercado imobiliário, interessado em adensar a área, mas não faz alusão à estrutura dos loteamentos feitos à época, que, dadas as configurações e o tamanho dos lotes, contribuiriam para uma valorização futura da área – fator para o qual contribuíram tanto a via de Contorno-Norte quanto o direcionamento da cidade para a região norte e voltado ao turismo. O texto, posterior (embora praticamente contemporâneo) ao PD, indica que o documento de 1977 deveria ser revisto à luz da aproximação feita por meio do Projeto Cura Plurianual. Há grandes áreas remanescentes e não ocupadas dentro do perímetro escolhido que sofreram processos constantes de ocupação, cujos parâmetros não ficam claros no Plurianual – sobretudo as áreas de mangues e de declividade marcada, como no Saco Grande.

A área compreendida pela Trindade e Carvoeira (mapa ilha 09) possui poucas praças, apesar de ter sofrido um impulso de ocupação a partir de meados da década de 1960.

A quantidade de loteamentos aprovados na área da Trindade obteve um leve crescimento, passando de 27% na década de 60 para 29% do total de loteamentos aprovados na década de 70. Deve-se considerar, no entanto, que as glebas loteadas na região possuíam grandes dimensões, vindo a reorganizar os bairros da Trindade, Itacorubi, Córrego Grande e Pantanal. (SUGAI, 1992, p. 124).

Por serem anteriores à legislação que previa a obrigatoriedade de espaços públicos, poucas foram as áreas implementadas. Foram visitadas oito áreas na Trindade e na Carvoeira, com os perfis variando

de áreas infantis a rótulas do sistema viário. Cabe ressaltar que, do conjunto de praças visitado nessa área, a mais expressiva é a Praça Santos Dummont (apresentada no item referente às praças dos núcleos de ocupação). Dentre as áreas do sistema viário, as Praças Agenor Povoas Junior e Jor. Gustavo Lacerda são similares, sendo constituídas por extensas áreas gramadas sem uso, apesar de, sobre a última, ter sido publicada matéria tratando de um projeto para o local.

O Prefeito em exercício, Rubens Bita Pereira apresentou hoje na Associação Catarinense de Imprensa o projeto de uma nova praça para cidade, que será construída na avenida Beira Mar Norte, no terreno em frente ao prédio da Secretaria Municipal da Saúde, ao lado da pista de skate e do Campo da Gruta (PREFEITURA, 2008, n.p.)

Entre as áreas infantis, duas foram identificadas: uma na Trindade e outra na Carvoeira. A praça na rua Agenor Cardoso é também conhecida como “Pracinha da Penitenciária” ou “Praça Koerich”, embora nenhuma denominação seja oficial, posto que não foi localizada a lei competente. Referem-se a um pequeno espaço para estar, com equipamento infantil, situado na Trindade. Adotada pela empresa Koerich desde 2009, trata-se de um terreno em forma de cunha, marcado pela rotatória em frente à penitenciária, com alto tráfego de veículos, além de estar próximo ao CIC e a condomínios residenciais multifamiliares recentes. Em conversas com moradores do entorno, ficou evidente a presença de moradores de rua na praça, fator que, segundo os entrevistados, compromete o uso da praça pelas crianças (Figura 132 e 133).



Figura 132 - Em frente ao muro da penitenciária, década de 1930/40.



Fonte: Disponível em:

<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/05/no-inicio-do-seculo-xx-bairro-trindade-era-uma-freguesia-ocupada-por-imigrantes-acorianos-4496514.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

Figura 133 - Pracinha da Penitenciária.



Fonte: Acervo do autor.

A Praça Miroslau Casemiro Woloski situa-se na Carvoeira (Figura 134). É uma praça disposta em terreno conformado por um “canto fechado” pelos muros das edificações que a circunda, cujo entorno é predominantemente residencial e comercial.

Figura 134 - Praça Miroslau Woloski.



Fonte: Acervo do autor.

Além da área infantil na Carvoeira, as outras duas áreas não podem ser consideradas praças, pois tratam-se de uma cunha em esquina com pouca possibilidade de uso, a Praça frei Jaci Bachi, e uma área verde sem nenhum tipo de equipamento, nominada “praça jardim universitário”.

Conforme revelou o trabalho de campo, a relação entre áreas públicas e áreas apropriadas por associações de bairro, a partir do último quartel dos anos 2000, pode configurar casos de privatização dos espaços públicos, sobretudo no que concerne à possibilidade de acesso simbólico, visto que algumas dessas áreas são cercadas, o que visual e fisicamente dificulta o entendimento do grau de acesso a essas praças. A Praça Atílio Ferreira situa-se na via Presidente Gama Rosa (Figura 135), na Trindade, e foi denominada pela lei nº 7.041/06. No IPUF consta como Praça da Associação de Moradores da Vila Nova. O entorno é composto por residências térreas, alguns edifícios residenciais em altura, comércio e serviços. Possui uma especificidade: composta em três trechos, sendo que um deles é fechado com cercamento e portão e dispõe de área coberta com churrasqueira.

No projeto de lei consta uma matéria publicada no jornal *A Notícia*, não datada, na qual é apresentado o processo de apropriação desse espaço pelos moradores locais para formação do jardim público: “Vizinho à praça, seu Atílio tomou a iniciativa de transformar o terreno baldio em uma área urbanizada [...]. Ele fundou a associação, que

reuniu moradores de cinco ruas próximas.” Isso demonstra um esforço coletivo para a criação de um espaço de uso comum. Exemplos como esse reforçam a possibilidade de construção de espaços de uso coletivo que ultrapassam as áreas oficiais. Esses espaços apresentam uma utilização constante que os mantém importantes para a vida da comunidade do entorno. De certa maneira, a parte cercada e com portão denota aos passantes uma área privada e com pouca possibilidade de acesso a seu interior. Cabe ressaltar que esse último trecho não consta mais como AVL. No IPUF, o projeto da praça data de 1987.

Esse exemplo é similar à Praça do Conselho Comunitário do Parque São Jorge, no Itacorubi, anteriormente denominada Praça Miguel Angelo Sedrez, e à área referente à ACOJAR, no Santa Mônica. Referem-se a áreas verdes vinculadas às associações, que, a partir do final do século XX, equipam esses espaços e conformam pequenos centros de lazer e atividades.

Figura 135 - Vista geral da Praça Afílio Ferreira.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.

Outas áreas assumem caráter de praça de lazer e esportes sem serem denominadas oficialmente, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000. A área situada ao lado do Campo da Gruta (Figura 136) possui intensa apropriação por *skatistas*, com usos em diferentes momentos do dia (similar à Praça da Costeira e das praças implantadas na PC3 no Jardim Atlântico). É um local de encontro para praticantes de esporte, havendo equipamento para ginástica, quadra de basquete, mesas de jogos, equipamento infantil e bancos.

Figura 136 - Vista geral e equipamentos esportivos.



Fonte: Acervo do autor.

Dentre os loteamentos que, a partir da década de 1970, previram áreas verdes, cabe apresentar o Santa Mônica (mapa ilha 06), que, nessas quatro décadas, consolidou-se como área comercial e de serviços ao longo do eixo constituído pela Av. Madre Benvenuta, contrapondo-se ao projeto original de uso estritamente residencial. Foram visitadas cinco “praças” no Santa Mônica, mas somente uma pode ser, de fato, considerada como espaço de encontro: a Praça Irmã Teresa Kock (Figura 137), denominada pela lei nº 5.646/00. Possui equipamentos para ginástica, parque infantil, estacionamento e a sede do 4º Batalhão da Polícia Militar. Esta última, conforme a poligonal que consta nos anexos de sua lei de implantação, não pertence à praça. Também apresenta bancos, mesa para jogos, equipamentos infantis e áreas de estar, além de receber feiras de artigos usados como elemento mitigador de usos. Já as praças José Carneiro Junior e João di Bernardi são áreas verdes, sem uso, enquanto a praça Donato Silva encontra-se com os bancos e o mobiliário quebrados.



Figura 137 - Praça Irmã Maria Teresa Kock.



Fonte: Acervo do autor.

Vários “momentos” configuraram o atual bairro Córrego Grande (mapa ilha 07). Além dos loteamentos, que impulsionaram sua ocupação no século XX, desde os séculos XVIII e XIX a população que ali habitava mantinha contato com a comunidade residente na Freguesia Nossa Senhora da Conceição, na Lagoa. Um bairro culturalmente marcado pelas práticas dos ilhéus, manifestadas através da farra do boi, da rinha de galos e de um cotidiano baseado na ruralidade. Atualmente, é caracterizado por contrastes socioeconômicos espacializados, acentuando-se seu caráter urbano, o que implica diferentes formas de ocupação. Portanto, suas áreas públicas de uso coletivo, inicialmente comunais, vêm sendo substituídas por áreas verdes públicas remanescentes de loteamentos e praças, além do Parque do Córrego Grande.

No Córrego Grande situa-se o loteamento Jardim Anchieta (aprovado na década de 1970), no qual foram visitadas duas praças: Padre José de Anchieta e Breno Pinheiro Valadares (Figura 138). Situam-se em rótulas ao longo da Avenida Gov. José Boabaide, em meio a entorno residencial unifamiliar consolidado. Apresentam, no entanto, caráter diferenciado nos seus usos e mobiliário, sendo a primeira apenas uma rótula gramada e a segunda uma área de lazer esportivo e infantil, com bancos, equipamentos infantis, campo gramado para futebol, pista de caminhada pavimentada e equipamentos

de ginástica. Nos dias de visita, estava sendo utilizada por residentes do entorno.

Figura 138 - Praça Breno Pinheiro Valadares.



Fonte: Acervo do autor.

Três outras praças do Córrego Grande são similares em origem (loteamentos), usos e funções (parques infantis, bancos e quadras): a Praça da Árvore, que resulta de denominação legal (lei nº 6.210/03) de uma AVL do loteamento Jardim Universitário, aprovado na década de 1970; a “Praça da Comunidade”, no Jardim Albratoz; e a Praça Edson Pereira do Nascimento.

A Praça Edson Pereira do Nascimento (Figuras 139 e 140) resulta de um loteamento aprovado na década de 1970 e apresenta equipamentos de lazer e esportivos. Atualmente, passou por processo de “revitalização”, apesar de já ter sido revitalizada em 2008, conforme placa indicativa no local. Apresentava, no momento da visita, equipamentos de uso infantil, bancos e mesas de jogos e quadra de esporte, não se justificando seu novo processo de reforma em 2014.

Figura 139 - Loteamento implantado na década de 1970.



Fonte: Fragmento de foto área cedida pelo IPUF (1977).

Figura 140 - Praça Edson Pereira do Nascimento.



Fonte: Acervo do autor.

#### 4.2.4.1 Entre aspas nº 3: sobre o teor das reformas

Na discussão sobre a cidade fragmentada e a possibilidade de uma leitura ampliada entre seus problemas pontuais e prementes, cabe citar a revitalização de praças, em áreas já consolidadas, por empresas que estão sob termos de ajuste de conduta. As praças da Comunidade (no Jardim Albatroz) e Edson Pereira do Nascimento, equipadas por equipamentos de lazer e esportes, necessitando de manutenção, como iluminação e poda, e obras de drenagem, passaram por reformas



completas, restando áreas em regiões desassistidas que não são “adotadas”, segundo dados da FLORAM. Reflete-se uma pontualidade nas ações, quando a discussão sobre acesso a equipamentos públicos de qualidade deveria perpassar a cidade como um todo (THOMÉ, 2014). A Praça Edson Pereira do Nascimento já havia sido reformada no ano de 2008. Há um descompasso entre o planejamento para as áreas públicas e essas ações, que resultam em desperdício tanto de investimentos públicos quanto privados, os quais poderiam ser direcionados para ações de maior abrangência. Mais uma vez, ampliam-se as possibilidades de discussão acerca do traço projetual e da apropriação de espaços de usos públicos.

Localizadas no bairro Itacorubi (mapa ilha 08), as Praças Caiçara e Miguel Ângelo Sedrez e a área do Conselho Comunitário do Parque São Jorge fazem parte do conjunto de áreas públicas previstas pelo loteamento parque São Jorge, aprovado na década de 1980. Também foram visitadas as praças do Conselho Comunitário do Itacorubi e a praça sem denominação localizada na rua Itapiranga.

A Praça Caiçara (Figura 141) situa-se entre a Rodovia Admar Gonzaga e a via Brejauna. Foi denominada pela lei nº 2.643/87, apresentando relevo com grande desnível, o que não impede usos não programados ao longo da semana. Seu entorno é composto por residências (uni e multifamiliares), além de sedes de instituições e a própria Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi. É um exemplo interessante, pois, apesar de seu desenho simples, é utilizada de diferentes maneiras. Conforme análise de fotos aéreas disponibilizadas pelo IPUF, a praça só foi equipada a partir da primeira década dos anos 2000 (FLORIPAMANHÃ, 2007).

Figura 141 - Vista geral da Praça Caiçara.



Fonte: Acervo do autor.

A atual praça Vereador Miguel Ângelo Sedrez (Figuras 142 e 143) localiza-se entre as vias Admar Gonzaga, Buriti e Baraúna, ainda no loteamento Parque São Jorge. Segundo a mensagem nº 75 de 1999, da então prefeita Angela Amin:

Já está pronta, conforme projeto elaborado pelo [...] IPUF, a Praça de Lazer do parque São Jorge, junto à Rodovia Admar Gonzaga, no bairro Itacorubi, defronte à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC. A Praça abre oportunidade de lazer àquela comunidade, agregando maior qualidade de vida aos habitantes do bairro.

Esse tipo de discurso, utilizado nas inaugurações de muitas praças, tanto criadas quanto reformadas, nem sempre se efetiva através da apropriação do espaço ofertado pela comunidade local, pois conforme observado, a praça não apresenta usos frequentes. Ela possui pequenos taludes que separam o equipamento infantil da via, pergolados e bancos, localizando-se no final das vias e conformando-se em curva.

Figura 142 - Projeto da Praça Miguel Ângelo Sedrez.



Fonte: Acervo do IPUF.

Figura 143 - Praça Miguel Ângelo Sedrez.



Fonte: Acervo do autor.

Ao finalizar as análises das praças do Itacorubi, são apresentadas mais duas praças que representam concepções diversas de áreas de uso público – com diferentes mobiliários e possibilidades de uso. O Conselho Comunitário do Itacorubi, ou Praça Itacorubi<sup>313</sup> (Figuras 144 e 145), é um espaço para lazer e esportes, além da realização semanal de feiras de gêneros alimentícios. Possui equipamentos infantis, bancos, áreas de sombra, mesas para jogos, quadras em areia e grama, pista de caminhada, academia, além de uma área de estacionamento. Situa-se na margem da Rodovia Admar Gonzaga e seu entorno é tanto residencial multifamiliar quanto comercial. Não foi encontrada lei de denominação, mas é física e simbolicamente mais acessível pela sua implantação e pela ausência de cercas em seu entorno.

A Praça na Rua Itapiranga (Figura 146) é uma área de estar que possui área vegetada e uma escultura contemporânea. Foi adotada em 2003 por uma construtora, cuja intervenção caracterizou a praça tal como está atualmente. Não apresenta amplas possibilidades de uso, mas configura-se como uma área vegetada com bancos.

---

<sup>313</sup> Em mapa fornecido pelo IPUF, consta como Conselho Comunitário do Itacorubi, já na lista do mesmo órgão, aparece como Praça Itacorubi. Na lista da FLORAM, Praça do Conselho Comunitário.

Figura 144 - Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 145 - Área infantil na Praça do Conselho Comunitário do Itacorubi.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 146 - Praça na Rua Itapiranga.



Fonte: Acervo do autor.

Algumas áreas residuais de loteamentos demonstram que, apesar de serem públicas, nem sempre são reconhecidas como tal. Serão apresentadas três áreas em bairros distintos, mas com as mesmas características. No João Paulo (mapa ilha 06) foi visitada uma AVL situada no Jardim Baía Norte (loteamento aprovado na década de 1980) (Figura 147). Trata-se de área verde em ótimo estado de conservação, com área gramada e quiosque, além de alguns equipamentos para ginástica. Por situar-se dentro do loteamento e por ele possuir pórticos de entrada, é de difícil entendimento como área pública. Foi identificada a partir de lista fornecida pela FLORAM. O mesmo ocorre com a praça situada no loteamento Nova Cachoeira, na Cachoeira do Bom Jesus (mapa Ilha 03), que se encontra separada por uma cancela situado no final do loteamento. Apresenta somente bancos e uma área com areia, constando na lista do IPUF das praças existentes em Florianópolis. Exemplo similar encontra-se na Lagoa da Conceição, no loteamento Sen. Saulo Ramos (exemplo já discutido em item anterior).

Figura 147 - AVL no Jardim Baía Norte.



Fonte: Acervo do autor.

#### 4.2.4.2 Praças dos conjuntos habitacionais: continente e ilha

A diferença entre o valor da terra urbana na ilha e no continente, bem como o acirramento da atividade turística, contribuíram para a implantação de conjuntos habitacionais em número mais expressivo na área continental em relação à insular, sobretudo no que se refere ao tamanho dessas duas áreas, processos já observados em itens anteriores.



Tais inserções refletem um impacto fundamental nas áreas públicas e na construção do espaço público florianopolitano, especialmente no que diz respeito à possibilidade de trocas e de acesso. Constroem-se espaços diferentes entre a ilha e o continente e, mesmo nos conjuntos habitacionais da Ilha, como na Vila Cachoeira (Monte Verde), a inserção urbana em relação ao entorno é bastante restrita. O conjunto Chico Mendes possui desenho similar e suas áreas de uso comum encontram-se deterioradas e localizadas em áreas internas ao conjunto.

Os dados relativos à construção de conjuntos habitacionais pela COHAB, entre 1967 e 2000, apontam para 824 unidades habitacionais na ilha e 1.197 no continente<sup>314</sup>. Representam 27% do total construído pela COHAB na Grande Florianópolis, o que demonstra a escolha por situar a maior parte deles fora da capital. Se consideradas as 1.197 habitações produzidas no continente, cabe ressaltar que, durante a década de 1980, foi construída parte do Conjunto Habitacional Panorama<sup>315</sup>, totalizando 800 habitações (ao todo seriam 2.200). Situado à margem da BR-282, tem como equipamento público de lazer, no seu entorno, a praça (sem denominação) situada na Rua Professor Egídio Ferreira, no Monte Cristo (mapa continente 03). Essa praça serve não apenas ao conjunto mas também às áreas próximas. A inserção dessa praça é bastante recente se comparada à data de implantação do conjunto, não estando vinculada ao mesmo processo de construção do conjunto habitacional. No interior do quadrilátero formado pelos prédios, cercado por muro, há também um espaço de uso coletivo.

Retomando a área pública (Figuras 148 e 149), trata-se de uma área de lazer e esporte, dotada de equipamentos como áreas gramadas, quadras de areia e grama, pista de caminhada, bancos, equipamento infantil e mesas para jogos. A praça é elevada em relação à rua, o que melhora a visualização do que nela acontece, influenciando as questões de segurança. Também conhecida como “Praça do Big”, essa área foi visitada duas vezes, o que não representa uma amostra expressiva para conclusões sobre usos e apropriações, mas, na visita realizada no meio da tarde de um dia útil (08/10/2013), o espaço encontrava-se vazio

---

<sup>314</sup> Informações a partir de Pimenta (2013).

<sup>315</sup> “O Conjunto Habitacional Panorama, este que teria sido o maior conjunto habitacional do Estado de Santa Catarina, só pôde realizar a sua primeira etapa, tendo ficado com um número de 800 apartamentos, sendo, ainda assim, o maior conjunto de edifícios multifamiliares do Estado. A diminuição dos recursos da COHAB-SC e a ocupação, por movimentos organizados, do restante do terreno destinado à continuidade das obras, impediram a conclusão da implantação do projeto.” (PIMENTA, 2013, n.p.)

(FLORIPAMANHÃ, 2011b). No entanto, durante visita em dia de domingo, o local estava sendo usado por crianças e pais, nas áreas infantis, e por adolescentes na quadra.

Figura 148 - Praça em frente ao conjunto Panorama / “Praça Monte Cristo” / “Praça do Big”.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 149 - Praça em frente ao Conjunto Panorama.



Fonte: Acervo do autor.

Ampliando-se a análise, em termos quantitativos, a população dos bairros Jardim Atlântico (mapa continente 01) e Monte Cristo são equivalentes<sup>316</sup>. No entanto, a oferta de espaços públicos é bastante díspar, dadas as quantidades de praças ou áreas reconhecidas como tal

<sup>316</sup> Monte Cristo (12.707) e Jardim Atlântico (12.158) (IBGE, 2010) são, respectivamente, o 10° e o 11° bairros mais populosos de Florianópolis.

nesses bairros: 12 e 4, respectivamente. Essa diferença resulta dos perfis socioeconômicos e históricos vinculados à construção desses bairros. O Jardim Atlântico recebe loteamentos desde a década de 1950, tem contato direto com o mar, recebeu a Escola de Aprendizes-Marinheiros e tem se consolidado como área comercial e residencial. Além disso, tem recebido incentivos para suas áreas públicas através de parceria público-privada, como as Praças Naval e Arlindo Phillipi, e foi contemplado no Projeto CURA I com investimentos na Praça Marcílio Dias e com a construção da Praça João Batista Vieira.

No que concerne ao bairro Monte Cristo, para a compreensão de sua formação, cabe entender que, além do conjunto Panorama e outras áreas residenciais consolidadas, também estão em seu perímetro áreas de ocupação vinculadas à população de baixa renda, dentre elas as comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte:

[...] são originárias do processo de ocupação em área pública da Cooperativa Habitacional de Santa Catarina (COHAB), tendo cada comunidade similaridades em relação às configurações das demandas sociais, mas com uma história de ocupação diferenciada. (CARDOSO, 2010, p.159).

Mesmo que os históricos de suas ocupações sejam diferentes, iniciam-se, em média, vinte anos depois dos primeiros loteamentos do Jardim Atlântico. Nesse processo, somente a comunidade Novo Horizonte ocupou a área de “maneira ordenada”.

A comunidade Chico Mendes teve sua formação a partir de 1991, de forma desordenada; a comunidade Novo Horizonte formou-se a partir de 1989 como uma ocupação organizada assessorada por movimentos sociais ligados à questão da terra; a comunidade Nossa Senhora da Glória formou-se a partir de 1975, portanto a mais antiga. O processo de ocupação foi irregular, o que ocasionou um traçado desordenado da estrutura viária. A situação de adensamento populacional foi agravada nos anos 90. (CEF, Laudo Conjunto, 2000). (CARDOSO, 2010, p.159).



Cardoso (2010) aponta que os equipamentos existentes, anteriores à regularização fundiária<sup>317</sup>, não supriam as demandas da comunidade, inclusive no que concerne ao lazer. Mesmo a proposta prevista no projeto não contemplara todas as demandas, pois as três comunidades tiveram de ser encaixadas dentro de uma poligonal abstrata, conforme as premissas do Plano Diretor. As propostas gerais não levaram em consideração a formação e a história de cada agrupamento. Assim, uma vez executada, a creche, as quadras e o centro comunitário, que deveriam atender a toda a área do projeto, passaram a ser apropriados somente pela sua comunidade do entorno próximo. No trabalho de campo, em outubro de 2014, foram identificados dois espaços com campos de futebol, sendo que um possui equipamento infantil. Para catalogação, foram identificadas como Praça Chico Mendes 01 e Praça Chico Mendes 02 (Figuras 150 e 151).

---

<sup>317</sup> O estudo “investiga os efeitos da regularização fundiária urbana para famílias moradoras de assentamentos precários de Santa Catarina, que foram beneficiadas com projetos financiados pelo Programa Habitar Brasil BID”. Para tanto, a autora estudou, entre outras áreas, o Projeto Chico Mendes, que engloba a Comunidade Chico Mendes, a Nossa Senhora da Glória e o Novo Horizonte, especialmente no que se refere ao “[...] projeto integrado proposto pela Prefeitura pelo Programa Habitar Brasil BID-HBB [...]”. O projeto de urbanização consistiu de ações relativas à implantação de infraestrutura como readequação da rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto, drenagem pluvial, sistema viário, coleta de lixo, iluminação pública e contenção de encostas e construção dos seguintes equipamentos comunitários: posto de saúde; creche; quadra de esportes; centros de atividades integradas; galpões para reciclagem; parques infantis, espaços de lazer e praças de encontro.” (CARDOSO, 2010, p. 174).



elites, cujos olhares voltavam-se às áreas balneárias, como Coqueiros e Itaguaçu.

[...] disseminava-se nos bairros situados no interior da área continental – Monte Cristo, Coloninha e parte de Capoeiras – a ocupação pela população de mais baixa renda e, mais tarde, também de algumas favelas próximas à BR -282. A ocupação territorial da população mais pobre, desenvolvia-se principalmente, nos eixos que se direcionavam para a BR 101 e para os caminhos que levavam para os municípios [...] em processo de conturbação com a Capital. (SUGAI, 1994, p. 84).

Outras duas praças, cuja análise de implantação contribui para a compreensão dessa dinâmica de formação socioespacial, estão situadas no Jardim Atlântico, na área do Projeto Sapé, datando do início da década de 1980 (mapa continente 01).

O Projeto Sapé faz parte do Programa Municipal de Habitação, e se propõe a desenvolver de forma sistemática um trabalho de atendimento dessa carência, objetivando a promoção dos moradores em habitações precárias, com baixa renda, e sem qualquer possibilidade de ascensão econômica social para a aquisição da casa própria. (IPUF, 1982, n.p.).

Dentre os objetivos específicos do projeto, cabe ressaltar os de “assegurar a localização das habitações em área ainda disponível, próxima às fontes de emprego, e bem servida de transportes coletivos [e de] “possibilitar na área a criação de uma paisagem urbana com aspectos diversificados, de acordo com os padrões estéticos dos que nela estarão residindo.” (IPUF, 1982, n.p.). Esses dois aspectos abrangem a construção do espaço público no que concerne à localização do conjunto, sua inserção no entorno e à criação de paisagem conforme “padrões estéticos”. Quanto a esses padrões, ficou evidente no documento a busca pela apropriação dos moradores, num processo de transformação da paisagem. Percebe-se que o conjunto tem se consolidado, ao menos fisicamente, com o bairro do entorno, que, à época da inserção, já possuía ocupação, conforme a Figura 152. Vale ressaltar que o desenho do conjunto (Figura 153) conecta-se com o exterior, prevendo suas áreas de uso público nas margens e possibilitando o acesso de moradores do entorno.

A avaliação realizada pelo IPUF, em 1982, ressalta dois apontamentos feitos pela comunidade:

[...] a aquisição da casa própria no núcleo, em si, não soluciona o seu problema social de marginalização” pois eram vistos como antigos moradores da favela, e a transferência da comunidade inteira para outro local não contribui para a relação com a vizinhança do entorno – sendo ainda vistos como “favelados”. (IPUF, 1982, n.p.).

Outro ponto chave trata da localização, pois um número expressivo de moradores veio da ilha, ficando distante de seu cotidiano, de suas relações e de seu trabalho. Esses extratos corroboram a própria compreensão da construção fragmentada do espaço urbano.

A primeira etapa, iniciou-se em setembro de 1979, “com base em solicitação efetuada pela Fundação Hospitalar de Santa Catarina”. Visando ampliar o Hospital Nereu Ramos, seria necessário realocar a população que habitava no entorno do hospital (no Pedregal) e melhorar sua condição de subhabitação (IPUF, 1982). Cabe ressaltar que a construção foi em mutirão e, conforme o relatório, com maior atividade nos finais de semana, afinal, durante a semana, a comunidade executava outras atividades. A primeira etapa ficou pronta um ano depois.

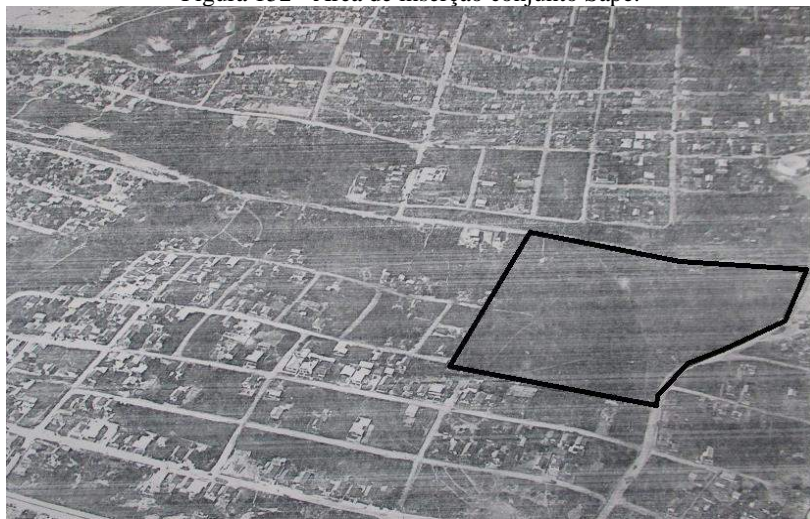
Em análise do perfil da população, o documento identificou que, à época de implantação do conjunto, a maior parte provinha do êxodo rural do interior do estado. Antes da realocação, a água era obtida em uma torneira do hospital e em uma bica, “carregada em latas e baldes”, enquanto coleta de lixo ou esgoto não existia, havendo melhorias dessas questões. Contudo, o acesso ao trabalho, ao Centro e aos ônibus piorou.

A segunda etapa iniciou-se em agosto de 1981. No relatório de avaliação do IPUF, consta uma análise do perfil desses dois grupos residentes:

A diferença marcante existente entre os dois grupos consiste no fato de que o primeiro grupo de moradores foi condicionado a aderir ao projeto por residir em área pertencente à Fundação Hospitalar de Santa Catarina, e estar sob a pressão de remoção. Por não possuírem condições financeiras para adquirir um terreno ou se transferir para outro local, o Projeto Sapé foi a única alternativa encontrada face à urgência da remoção. Já o segundo grupo aderiu espontaneamente ao projeto por considera-lo bom

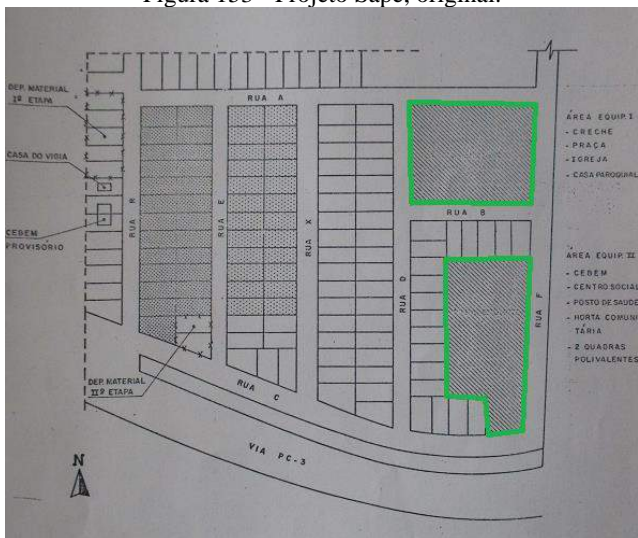
e possibilitar a aquisição da casa própria. (IPUF, 1982, n.p.).

Figura 152 - Área de inserção conjunto Sapé.



Fonte: Adaptado de IPUF (1982).

Figura 153 - Projeto Sapé, original.



Fonte: Adaptado de IPUF (1982).

Figura 154 - Projeto Sapé atualmente. Em amarelo perímetro inicial, em vermelho as áreas de uso público visitadas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.



O projeto se desenvolveria em duas etapas, com duas áreas para equipamentos comunitários, creche, praça, igreja, centro social e horta comunitária, além de duas quadras polivalentes. A horta comunitária e o centro social remontam à ideia de constituição de uma comunidade, fortalecida através do cotidiano em comum. A horta não foi localizada na visita de campo. A avaliação da equipe do IPUF aponta que, “[ao] que parece, propostas não adequadas de núcleos habitacionais provocam uma segregação espacial, agravada quando este núcleo é destinado às populações marginais.” (IPUF, 1982, n.p.). Ainda segundo o documento, em núcleos menores há maior integração, menor marginalização e a utilização de equipamentos e serviços existentes.

No reconhecimento de campo, em 2013, foram identificadas duas praças remanescente na área do projeto Sapé, no Jardim Atlântico (Figura 154). Não foram localizados seus registros legais de denominação, portanto, foram identificadas como praça Jardim Atlântico, conforme o IPUF, e Praça do Conselho Comunitário do Sapé, conforme técnico da Secretaria do Continente (Figuras 155 e 156, respectivamente). A praça do Jardim Atlântico localiza-se onde eram previstos lotes residenciais, em frente à área de equipamentos nº 1. Trata-se de área pavimentada, com uma árvore e alguns bancos. Na Secretaria do Continente, foi localizado um projeto que data de 2007, nunca implementado.

Figura 155 - Praça Jardim Atlântico.



Fonte: Acervo do autor.

A Praça do Conselho Comunitário do Sapé encontra-se na área nº 2, prevista para os equipamentos, não ocupando, entretanto, a totalidade da área prevista. Possui quadra em areia, sede de associação e parque infantil. No momento da visita, necessitava de manutenção.

Figura 156 - Praça do Conselho Comunitário do Sapé.



Fonte: Acervo do autor.

O estado de abandono observado na foto é corroborado por testemunhos dos moradores do bairro, conforme matéria publicada no sítio da prefeitura<sup>318</sup>, que apresenta tanto a falta de uso e apropriação de tal espaço quanto a pontualidade das medidas tomadas.

Com diferente inserção no entorno e consolidação como bairro, também na década de 1980 é finalizado o conjunto Habitacional Monte Verde (mapa ilha 07), dando origem a três praças: Antônio Machado, Osni Ferreira e Djair Kurt. Segundo Freire (2010), esse foi o primeiro conjunto habitacional popular implantado pela COHAB na cidade de Florianópolis. Os anteriores haviam sido direcionados para as demais cidades da Grande Florianópolis.

Do desenho original do loteamento, recupera-se a área verde referente à Praça Osni Ferreira e os dois triângulos menores, nos quais situam-se, atualmente, as outras praças, que possuem equipamentos para ginástica e lazer infantil (Figura 157).

318

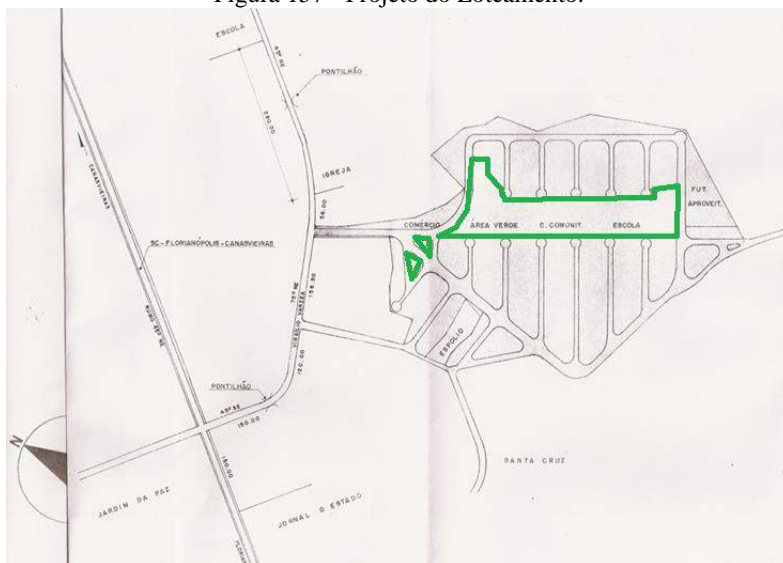
Disponível

em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=8425>>. Acesso em: 22 jun. 2015.



Figura 157 - Projeto do Loteamento.



Fonte: Adaptado de Tomasi *et al.*, [200?].

O projeto do conjunto habitacional teve início em 1976, desenvolvido pelo escritório Etapa e entregue em 7 de agosto de 1981, pela construtora A. Gonzaga S.A. O órgão responsável pelo empreendimento foi a COHAB/SC, dando continuidade ao Plano Nacional de Habitação Popular. O banco financiador foi a Caixa Econômica Federal. (TOMASI *et al.*, [200?], n.p.).

A Praça Osni Ferreira (Figura 158) localiza-se em uma AVL, cuja implantação é linear ao longo do rio. É a única praça visitada que incorpora o visual do rio em seu projeto. No projeto de lei, encontra-se um ofício da Associação Pró-Comunidade do Monte Verde, que solicita a denominação da praça, sendo aprovada pela lei nº 3.346/90. Possui diversidade de mobiliários e equipamentos que lhe possibilita, distintos usos, também vinculados ao Conselho Comunitário do Monte Verde. A praça, conforme placa, foi revitalizada em 2008.

Figura 158 – Vista geral da Praça Osni Ferreira.



Fonte: Acervo do autor.

Outro exemplo de inserção de conjunto habitacional que conforma a trama do bairro no qual se localiza situa-se no Saco dos Limões e vem se consolidando há mais de 70 anos. Na década de 1940, é construída a Vila Operária, que já previa a praça Abdon Batista (Figura 159) e, posteriormente, em sua extensão, a Praça-Parque Infantil Dalva Cardoso.

A Vila Operária do Saco dos Limões - Município de Florianópolis, inaugurada em 1º de Maio de 1942, foi o primeiro conjunto habitacional produzido e entregue pelo extinto IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - no território nacional. São 100 unidades habitacionais térreas, construídas duas a duas, erguidas em duas ruas paralelas, conformando um pequeno agrupamento de casas na entrada do bairro. (SZÜCS; TRIVEL; SOUZA, 2003, n.p.)

Atualmente, a Praça Abdon Batista está integrada ao bairro, tanto por seus equipamentos quanto por sua localização, às margens da via principal que conecta o bairro ao centro: Rua João Motta Espesim. Conforma-se por um quadrilátero entre denominado pela lei nº 761/66, anteriormente intitulada Praça da Vila Operária. Possui bancos, equipamentos infantis, áreas de sombra, mesas para jogos, academia, ponto de ônibus e lanchonete, estando vinculada à vida cotidiana do bairro. O parque infantil Dalva Cardoso é uma pequena rótula do

sistema viária, com equipamento para uso infantil e sede para associação (em desuso).

Figura 159 - Praça Abdon Batista.



Fonte: Acervo do autor.

Os exemplos acima recuperam algumas das áreas de usos públicos remanescentes dos conjuntos e loteamentos habitacionais, que, ao longo do século XX, foram implantados tanto na ilha quanto no continente. Diversos são os elementos que influenciam sua inserção física e social no entorno, tanto vinculadas ao desenho quanto aos processos de realocação e/ou consolidação dos bairros nos quais estão inseridos.

#### 4.2.4.3 A ocupação das áreas balneárias

As áreas de usos balneários na Ilha de Santa Catarina sofreram diferentes processos de ocupação, com forte impulso no último quartel do século XX, tornando-se áreas residenciais e, para tanto, desassistidas de áreas públicas de convivência, senão aquelas voltadas ao mar ou as remanescentes dos loteamentos. Apresentamos alguns casos emblemáticos, como Canasvieiras, Campeche, Jurerê, Ingleses do Rio Vermelho, Daniela e Pântano do Sul, compreendendo um panorama que vai desde áreas mais antigas, como Canasvieiras e Ingleses, às mais recentes, como os loteamentos no Pântano do Sul e em Jurerê.

Na ilha, a ocupação das áreas balneárias, com objetivo de recreação, inicia-se por volta da metade do século XX, sendo Canasvieiras a primeira área balneária loteada por intervenção da prefeitura. Essa localidade, contendo um núcleo histórico que remonta ao século XIX, consolidou-se por ser o caminho para o Forte São José da Ponta Grossa e para os Ingleses, além de possuir um excelente ancoradouro. Conforme intervenções estatais para o loteamento balneário, ainda na década de 1950, tem atraído cada vez mais turistas, ao mesmo tempo que se consolida como bairro residencial.

Em Canasvieiras foram encontradas três praças, a partir das tabelas do IPUF e das idas a campo. Através da última listagem fornecida pela FLORAM, mais um espaço foi reconhecido: a “Praça de Guadalupe”, a exemplo da AVL “Praça das Areias”, no Campeche. As três áreas denominadas praças são dotadas de características diversas.

A praça Edith Gama Ramos foi descrita no item referente às praças de núcleos históricos. A praça República do Líbano fica em frente ao mar, em local bastante procurado por turistas, e possui uma capela e alguns bancos. Já a Praça Virgílio Várzea, também denominada Francisco Germano da Costa – Chico Camarão –, é, na verdade, um entroncamento de vias dotado de mobiliário de estar e mesa de jogos. O perfil dessas três áreas demonstra como o termo praça pode assumir diferentes acepções, inclusive com pouca relação a usos cotidianos, de estar ou lazer. A consolidação do bairro tem fortalecido os usos de equipamentos esportivos e infantis localizados à beira do mar, enquanto as demandas comunitárias almejam a concretização da AVL intitulada “Praça Guadalupe”, para que seja mobiliada, a fim de tornar-se um espaço de encontro e lazer. Essa área verde resulta de um loteamento realizado pela PMF, na década de 1950. Segundo Oliveira (1999, p. 142), foi o primeiro loteamento balneário da PMF. Em malha xadrez, previa quatro quadras de áreas verdes (mapa ilha 01 - Apêndice B). Desde 2008, é uma área adotada pela “Ação Social Nossa Senhora de Guadalupe” e, atualmente, conta com um campo de areia, embora a comunidade local lute para a efetivação da área como praça (FLORIPAMANHÃ, 2010):

Similar ausência de espaços públicos é encontrada no distrito do Campeche. Para iniciar a apresentação sobre suas praças, é importante que seja resgatada sua estrutura fundiária, consolidada sobre parcelamentos clandestinos, baseados nas glebas originais de produção rural, gerando alguns interstícios e uma malha intrincada de quadras longilíneas e com poucas conexões. Uma organização que remonta às

propriedades rurais que seguiam do morro ao mar. Além de balneário, o bairro tem se consolidado como um bairro dormitório, com movimento pendular diário (NEVES, 2003, p. 76). Segundo o autor, duas intervenções são fundamentais para a compreensão da estruturação do Campeche: a via expressa sul (1997) e o PDC (1995).

As aspirações da sociedade florianopolitana com relação à região do Campeche podem ser divididas em dois grandes grupos: as aspirações dos residentes na localidade e as aspirações dos residentes nas demais áreas do Município. As aspirações dos moradores da Capital com relação ao futuro da região do Campeche não foram objeto de pesquisa específica, visto serem evidentes em sua ambiguidade social (PMF, 1995, p. 50 *apud* NEVES, 2003, p. 22).

Portanto, por ter sido alvo de loteamentos e apresentar tendência a consolidar-se como bairro residencial, o Campeche distancia-se de suas referências rurais e culturais, vinculadas à pesca e à agricultura.

Neves (2003) aponta que, em 2000m conforme dados do IBGE, a população do Campeche era de cerca de 18.500 pessoas, embora o PDC/95 previsse 450.000 para 2015. Essas projeções refletem a inconsistência do texto legal, sobretudo dadas as condições de implementação de infraestrutura observadas.

Esse perfil sintético permite a compreensão das duas “praças” encontradas no Campeche, a partir da lista do IPUF, e da “Praça das Areias”, identificada a partir do trabalho de campo, sendo apenas uma denominada legalmente. São relativamente recentes, uma vez que o diagnóstico do PD dos Balneários (1984) aponta que, no Campeche, não havia praças, apenas um largo em frente à Igreja de São Sebastião do Mato de Dentro. Das três praças encontradas, duas são em lotes residuais, sendo uma mobiliada com bancos e equipamentos infantis, a Praça na rua dos Laranjais, enquanto a Praça da Luz (denominada legalmente) não apresenta qualquer tipo de mobiliário. Configura-se como um terreno gramado que contém uma árvore e um balanço improvisado. As casas do entorno possuem portões de pedestre voltados à praça, fazendo com que ela seja utilizada como extensão do terreno particular, portanto, depositando-se materiais para obras e móveis.

A “Praça das Areias”<sup>319</sup> (Figura 160), como é reconhecida a AVL que existe no Campeche, faz parte do projeto do loteamento

---

<sup>319</sup> Já no final da pesquisa, foram encontradas matérias que utilizam a mesma denominação, como a publicada no sítio *Notícias do dia* (ROSA, 2013).

Morro das Pedras, aprovado em 1996<sup>320</sup>. Não denominada como praça, até a realização do trabalho, esta AVL recebeu equipamentos como quadra para futebol de areia, bancos e mobiliário infantil, além de apresentar uma apropriação efetiva por *skatistas* que “construíram” seus próprios equipamentos. Talvez a classificação como praça facilitasse sua inserção em listas para adoção, tornando-a mais qualificada para o uso público. Cabe ressaltar que há diferenças de renda em seu entorno próximo. Se comparada às demais “praças oficiais” do Campeche, tanto a da Luz quanto a situada na rua dos Laranjais, está melhor equipada e mais acessível no que tange à sua localização e visualização. Em conversas com moradores locais, alguns a identificam como “Praça das Areias”, devido à localização. Das três, é a única que pode ser considerada uma praça.

Figura 160 - Praça “das Areias”.



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo a análise das praças de loteamentos balneários aprovados na década de 1970, cabe apresentar a Praia da Daniela e o Pântano do Sul. O loteamento Açores (Figura 161), no Pântano do Sul, deu origem a cinco “praças” denominadas legalmente, ainda que algumas não contemplem tal definição.

---

<sup>320</sup> Para um estudo sobre a conformação socioespacial do Campeche, com base em dois loteamentos: Novo Campeche (legal) e Areias do Campeche (à época em litígio), recomenda-se a leitura de Neves (2003) e Amora (1996).

Figura 161 - Praças no loteamento Açores.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.

Conforme o PD dos Balneários, o Pântano do Sul, à época, possuía uma ocupação densa, marcada por pequenas servidões com poucos afastamentos rente à praia: “A Costa de Dentro tem características bem rurais, no entanto existe próximo à praia um loteamento que induzirá a ocupação veranista” (IPUF, 1984).

Segundo o IBGE, o distrito do Pântano do Sul foi criado pela Lei Municipal n.º 531/1962. Apresenta população estimada de 2.528 habitantes, sendo que 30% do bairro é formado por domicílios não ocupados. Sua área total é de 7.811km<sup>2</sup>, com densidade populacional em torno de 32,36 habitantes por km<sup>2</sup>. Conforme o novo PD (2014), estão previstos basicamente dois padrões para a área: ZR-2 (praças 01, 03, 04 e 05) e ZMR-3 (praça 02).

O Pântano do Sul, analisado sob a lógica desta pesquisa, é um caso paradigmático. Todas as praças que constam nas listagens oficiais, até o recorte temporal da tese, situam-se no loteamento Açores, sendo denominadas legalmente na década de 1990, duas décadas depois da aprovação do loteamento.

No entanto, um olhar aproximado para cada uma dessas praças aponta que somente duas apresentam possibilidades de uso. Na Praça

da Lagoa (05), o mobiliário consiste em um deque e uma pérgola que ladeia a rodovia e a lagoa. Desse modo, além do uso contemplativo, outra forma de uso possível é a pesca. Já as Praças dos Brilhantes, dos Cristais e dos Granitos são áreas verdes sem equipamentos ou usos. A Praça das Pedras (nº 04) apresenta diversos equipamentos, como quadras de areia para futebol e vôlei, academia, equipamento infantil e campo de bocha, além de um salão de festas e da sede da associação. Não há uma distribuição equitativa de equipamentos pelo bairro e, desde a implementação do loteamento e da nomeação das praças, na década de 1990, duas décadas se passaram sem que equipamentos tenham sido colocados nas cinco áreas previstas.

O loteamento na praia da Daniela também data da década de 1970. Conforme o PD dos Balneários, essa área cuja formação física não permitiria uma densa ocupação “já está comprometida pela implantação de um loteamento”<sup>321</sup> (IPUF, 1984). Ele é composto por uma malha xadrez com intervalos de áreas verdes que conduzem ao mar, além de uma faixa de preservação na área costeira.

Uma dessas áreas verdes consta na lista do IPUF como praça denominada “AVL Praça da Integração”, embora não tenha sido encontrada lei de denominação. Situa-se na avenida das Palmeiras, entre a Rua dos Gerânios e a rua dos Girassóis. Conforme consulta ao projeto original, previa-se outra área coletiva no loteamento, mais próxima ao seu acesso, ocupada por quadra esportiva. Há, na rua das Papoulas, uma quadra poliesportiva aberta.

Entre a década de 1970 e o início da década de 1980, Ingleses e Santinho apresentavam estrutura incipiente, basicamente de ocupação linear. Com o avançar da década de 1980, passaram a se constituir como áreas balneárias cada vez mais procuradas (IPUF, 1984). Ingleses também tem se configurado como bairro residencial, apresentando população maior que a do Estreito (IBGE, 2010), embora tenha sido, historicamente, uma localidade em que a vida cotidiana foi pautada pela pesca e pelas atividades rurais de subsistência, possuindo calendário festivo vinculado ao calendário religioso e à farra do boi.

O contato com o centro ampliou-se com a primeira linha de ônibus na década de 1940 e a partir das décadas posteriores com a implantação das SC-403 e 401 (FERREIRA, 1999, p. 16).

---

<sup>321</sup> Conforme o Diagnóstico para o PD dos Balneários (IPUF, 1984), Ponta Grossa, Ponta das Canas, Lagoinha e Cachoeira do Bom Jesus, “pequenos núcleos pesqueiros e agrícolas”, por possuírem pequenas praias, estavam sendo ocupados gradativamente, à medida que os acessos eram melhorados, mas mereciam cuidados especiais dado os pequenos portes de suas praias.



A explosão urbana que ocorreu no Distrito é reflexo de um desenvolvimento acelerado e mal estruturado sem planejamento trazendo como resultado a falta de infraestrutura, a poluição dos ambientes naturais, a marginalidade.

Grandes empreendimentos continuam a serem planejados e executados atraindo cada vez mais turistas e novos moradores, enquanto isto a desordem vai se materializando. (FERREIRA, 1999, p. 141-142).

Mesmo com o adensamento ao longo do tempo, conforme a citação acima e o crescente número de moradores, foram localizadas somente duas praças, sendo uma recente, de 2013. A mais antiga intitula-se Praça Professor Manoel Emídio Silveira, em formato de cunha, possuindo equipamento infantil, bancos, mesas de jogos e academia. Situa-se ao lado da sede da Polícia Militar e do Posto de Saúde. A Praça Alberto Alfredo Munhoz (Figura 162) é uma área pública equipada recentemente, com equipamentos infantis e academia.

Figura 162 - Praça Alfredo ALberto Munhoz.



Fonte: Acervo do autor.

Em Jurerê, as duas praças identificadas têm origens distintas. A Praça de Santa Luzia localiza-se em um terreno em cunha, em esquina, semelhante à praça Prof. Manoel Emídio Silveira, nos Ingleses. Possui uma academia, bancos e mesa para jogos. O entorno é marcado por residências, comércio e pelo sistema viário. Existe um ponto de comércio, ficando indefinidos os limites entre o que é público e o que é privado. Há, também, uma pequena gruta dedicada à santa.

A “Praça dos Dourados” (Figuras 163 e 164) ocupa uma AVL em meio ao setor residencial multifamiliar e unifamiliar consolidado, não sendo denominada por lei. Possui espelho d’água, quiosque, equipamento infantil, mesas de jogo e bancos, constituindo-se, sobretudo, em área de lazer infantil proveniente de área remanescente do Loteamento Praia de Jurerê (área 03) (pasta do loteamento 49.249/01 – acervo da SUSP). É uma praça recente, datando do início dos anos 2000. No local há uma placa da AJIN indicando que a praça é adotada pela associação.

Figura 163 - “Praça dos Dourados”.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem extraída do *Google.Maps*.

Figura 164 - “Praça dos Dourados”.



Fonte: Acervo do autor.

No que concerne à tendência de ocupação por meio de loteamentos, cabe ressaltar que, durante os anos de 1980, observa-se uma redução quantitativa, acompanhada de um aumento em termos de área. “Mantém-se a predominância de loteamentos no setor norte da ilha e o interesse na área junto ao aeroporto destinada à moradia permanente” (OLIVEIRA, 1999, p. 94-95), cabendo ressaltar a Praia Brava e Jurerê Internacional. Entre 1990 e 1996, houve uma diminuição ainda mais expressiva no número de loteamentos, de modo que a maioria se deu sobre áreas já urbanizadas, visando, em muitos casos, a “[...]regularização de ocupações existentes por camadas da população de baixa renda em terrenos de propriedade do Estado de Santa Catarina, localizados no Morro da Cruz” (OLIVEIRA, 1999, p. 97).

Para a construção e a discussão acerca do espaço público, esses dados são fundamentais, pois, se os loteamentos recriam bairros homogêneos com suas próprias áreas de lazer e convívio, sobretudo quando distantes do Centro, outra forma de ocupação do solo para habitação começa a se evidenciar: **os condomínios**. Os condomínios são herméticos à entrada de estranhos e constituem um rompimento físico e social na trama urbana. Com suas áreas de lazer privativas, tornam-se mais excludentes que os loteamentos. Somando-se a excentricidade dos conjuntos habitacionais de baixa renda e as ocupações ilegais, compreende-se a dificuldade em se manejar áreas públicas apropriáveis e frequentadas por diversos grupos em Florianópolis.

[...] em apenas duas décadas – a aprovação de condomínios inicia-se em 1978 – foram aprovados para a ilha de Santa Catarina 106 condomínios, número que se torna expressivo se comparado aos 158 loteamentos para o período de cinco décadas e meia (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

Sem aprofundar a discussão sobre os condomínios e seu impacto, cabe ressaltar que as praças e áreas prazeáveis acima descritas, desde a Trindade até Jurerê, foram construídas, em sua maioria, em diferentes décadas a partir da segunda metade do século XX. Apresentam diversos usos e mobiliários, no entanto, voltam-se à vida cotidiana do seu entorno, vinculadas aos bairros e/ou loteamentos que as originaram. Conservam a pluralidade observada na área continental, desde as AVL até as áreas do sistema viário, sendo que algumas constituem-se em rótulas. Algumas praças são centrais e presentes, como a Abdon

Batista, a do Conselho Comunitário do Itacorubi, a Maria Teresa Kock e a Osni Ferreira, enquanto outras não poderiam ser reconhecidas como áreas de uso comum e coletivo. Exemplos como a praça da Costeira aproximam-se, em equipamentos e usos, a um pequeno parque (como o Parque de Coqueiros), ao mesmo tempo que outras praças poderiam ser consideradas jardins, como a Praça na rua Itapiranga.

Ao analisar os quatro grandes grupos em que foram reunidas as praças e áreas prazeáveis, infere-se que uma miríade de outros pequenos espaços não foram citados, desde jardins com pouco mobiliário até terrenos baldios que se tornam espaços de encontro, além de algumas praças que, por serem similares às citadas, não foram apresentadas, embora constem nos quadros e mapas do caderno de mapas. Mais de 150 locais foram visitados, contemplando e ilustrando a diversidade de materializações que, atualmente, denominam-se “praça” em Florianópolis, sendo importantes pontual e globalmente.

#### 4.3 QUEM TEM DIREITO À CIDADE E À PRAÇA?

Ao findarmos a apresentação das praças, este item objetiva apresentar, sem esgotar nem definir univocamente, o conceito de cidadania utilizado para amparar as questões centrais desta pesquisa, em sua relação com o espaço urbano (e público) florianopolitano. Estrutura-se a partir de algumas reflexões sobre a relação entre esses conceitos e seu rebatimento em Florianópolis, sob dois aspectos: de um lado, através de autores que embasam a discussão sobre geografia e cidadania e, de outro, por meio de autores que conceituam praça como espaço público. Em seguida, analisamos algumas praças de Florianópolis como exemplos de espaços públicos, especialmente no que concerne ao existente e às demandas encontradas.

A questão apresentada no título não pode ser respondida de maneira direta. Para respondê-la, resgata-se duas assertivas de Santos (2014, p. 27, 155): “Além do que, para seus moradores menos móveis, a cidade é impalpável”; complementada por: “Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais”. Portanto, ao tentar contestar a pergunta inicial, vinculada ao acesso à cidade e à vida urbana, a resposta perpassa as relações entre geografia, cidadania e espaço público, demonstrando que, no caso florianopolitano, essa discussão ainda está em construção.

Apesar dos avanços parciais observados, tanto na legislação quanto na construção de moradias e equipamentos, a vida urbana, suas benesses e o direito à participação e decisão ainda é “impalpável” para grande parte da população florianopolitana. A demarcação de áreas residenciais predominantes (ARP-0) e a construção dos conjuntos habitacionais, ao mesmo tempo que permitem o habitar dentro do perímetro urbano, não correspondem, necessariamente, ao acesso aos serviços urbanos. O mesmo processo é observado em relação aos espaços públicos (em sua condição de livre acesso), como as praias e balneários que são acessíveis somente por transporte coletivo pago ou carro particular, nesse ponto residindo a necessidade de espaços públicos de lazer próximos às áreas residenciais, conforme comentado no capítulo 3.

Outro aspecto relaciona-se à possibilidade de participação e às demandas feitas através de alguns canais de diálogo, como o Orçamento Participativo e o Prefeitura nos Bairros. Serão apresentadas, neste item, algumas demandas por espaços públicos físicos que representam a premente demanda por áreas de troca e de convívio, apontadas também em documentos como a Agenda 21 para Florianópolis. Essas demandas apresentam caráter diferentes conforme seus grupos de origem, vinculando-se às áreas da cidade onde habitam.

Se são conformados lugares e áreas distintos, inclusive com diferentes possibilidades de participação numa mesma cidade, encontra-se respaldo para a necessidade de estudos geográficos vinculando território e cidadania<sup>322</sup>. Cabe ressaltar a perspectiva, assumida por alguns técnicos no processo de planejamento, que relaciona o poder aquisitivo dos diversos grupos com “diferentes necessidades essenciais”. Conforme Santos (2014, p. 19), tais parâmetros acabam sendo “aceitos por uma classe média não culta”. Destarte, segundo o autor, aceita-se a construção de habitações mínimas (podendo-se

---

<sup>322</sup> O livro pioneiro no Brasil, conforme Gomes (2002, p. 138), é o *Espaço do Cidadão*, de Milton Santos, cuja primeira publicação data de 1987. “Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção do ponto do território onde se está.” (SANTOS, 2014, p. 107). Com relação ao estudos vinculando território e cidadania, Gomes (2002) desenvolve um trabalho referencial no livro *A condição Urbana*. No que concerne ao embasamento necessário à discussão de espaços público, a obra *O Espaço público na cidade contemporânea*, de Angelo Serpa (2011), é leitura obrigatória. Queiroga (2001) também ressalta a importância da praça em relação à cidadania.

acrescentar) desassistidas de investimentos públicos, em áreas que deveriam ser prioritárias. Esse processo precisaria ser invertido, pois a pauta deveria ser uma “explícita definição da cidadania concreta (SANTOS, 2014, p. 158). Portanto, se habitações mínimas são aceitas, o tratamento e o acesso aos espaços públicos são ainda menos valorizados.

Ao mesmo tempo, o individualismo cresce sobremaneira nas cidades e a busca por uma pretensa segurança cria verdadeiras “ilhas utópicas” (GOMES, 2002), conceito consoante às “ilhas urbanas” de Oliveira (1999), através de condomínios e espaços para grupos homogêneos. O processo de consolidação de condomínios em Florianópolis foi brevemente analisado no capítulo 2. As assertivas abaixo evidenciam a relação entre o individualismo, o consumo e a segregação.

Sofrem as metrópoles contemporâneas, especialmente no Brasil, com a fragmentação do tecido sociopolítico espacial e a formação de enclaves territoriais no tecido urbano, sofisticando as formas de autosegregação dos habitantes. Esses enclaves formam, nos bairros com urbanização de *status*, circuitos exclusivos, cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer (parques temáticos) e consumo (*shopping centers*) [...] (SERPA, 2011, p. 35)<sup>323</sup>.

Essa questão é fundamental para a compreensão da cidadania, afinal são observados diferentes tipos de cidadão conforme o acesso ao consumo e à localização: “quantos habitantes, no Brasil são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não o são?” (SANTOS, 2014, p.19). “[H]á aqueles que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo o são” (SANTOS, 2014, p. 24.). Essa constatação resulta de um processo através do qual o consumo foi exacerbado em detrimento do “exercício da cidadania”<sup>324</sup>.

---

<sup>323</sup> Cabe ampliar a discussão com Abrahão (2008, p. 54-55), que retoma o urbanista David Gosling para discutir a mesma questão: “Para ele, tais lugares [*shoppings*] eram meios de se participar de uma vida pública entre iguais, ficando os espaços públicos urbanos destinados apenas aos mais pobres e marginais. A seu ver, essa dinâmica estava contribuindo com o desaparecimento dos fóruns tradicionais de troca de opiniões e de um jeito civilizado de liberar as tensões de classes.”

<sup>324</sup> “O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava às massas eram por demais sedutoras, e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse e a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada.” (SANTOS, 2014, p. 15-

Cidadania é aqui entendida sob dupla acepção: ligada aos direitos políticos, civis e sociais (COVRE, 2003; SANTOS, 2014); e como prática de reivindicação à vida plena (COVRE, 2003). “O cidadão é multidimensional”, não é, portanto “consumidor”, nem “forçosamente eleitor”. “O consumidor (e mesmo o eleitor não-cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetos de suas ações, públicas ou privadas.” (SANTOS, 2014, p. 56, 57). Esse argumento exemplifica o fato de que, nos documentos analisados (Prefeitura nos Bairros e Orçamento Participativo), de maneira geral, as demandas são bastante pontuais, havendo, em poucos momentos, uma visão mais ampla.

Além disso, é crescente o número de não-cidadãos, pois não se enquadram nos padrões de consumo. É premente olhar, conforme abordado anteriormente, a condição dos moradores de rua expulsos dos espaços públicos centrais através de obras e políticas públicas. No trabalho de campo, sua presença foi constatada em diversas praças, tanto na área central quanto nas praças dos bairros e balneários. A professora e historiadora Rosalyn Deutsche, citada por Abrahão (2008), resgata o conflito entre os interesses de valorização imobiliária e a “presença de indesejáveis” ao estudar o processo de expulsão em alguns espaços públicos, notadamente os parques norte-americanos:

Contrária a essa percepção de espaço coerente, separável daquilo que representa uma ameaça para si, argumentava que os sem-teto e os novos espaços públicos eram produtos duais dos conflitos econômicos-espaciais que constituíam a produção contemporânea do espaço urbano. Para ela [Rosalyn Deutsche], esse redesenvolvimento destruiu as condições de sobrevivência de residentes não mais necessários à nova economia da cidade, seguindo da expulsão dos parques que passaram a representar um papel chave na condução desse processo. (ABRAHÃO, 2008, p. 157).

---

16). “O morador-cidadão, e não o proprietário-consumidor, veria a cidade como um todo, pedindo que a façam evoluir segundo um plano global, e uma lista correspondente de prioridades, em vez de se tornar o egoísta local, defensor dos interesses do bairro ou da rua, mais condizentes com o direito fetichista da propriedade que com a dignidade de viver. O eleitor teria sua individualidade liberada, para reclamar que, primeiro, o reconheçam como cidadão” (SANTOS, 2014, p. 157).

O acesso à vida urbana plena em um contexto de “urbanização voltada ao consumo”, no qual “em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*.” (SANTOS, 2014, p. 25, grifo do original), pressupõe que haverá diferentes graus de acesso, conforme o poder aquisitivo dos diversos grupos e seus graus de influência e interesses, o que foi demonstrado no capítulo 3. Ocupada devido aos interesses da coroa portuguesa, Florianópolis desenvolve-se, durante o século XX, em torno de sua função de capital e como polo turístico, com diferentes graus de incentivos (financeiros e legais) para cada uma dessas “vocações”.

Os modelos urbanos apresentados no capítulo 3, se intentavam distribuir os equipamentos e serviços urbanos, não influenciavam (ou melhor, contribuía para) a lógica de valorização fundiária e a segregação socioespacial, cada vez mais evidente. Portanto, com áreas de maior visibilidade e grupos deslocados para a periferia, os próprios conceitos de espaço público e cidadania adquiriram diferentes contornos. Historicamente, a cidade fragmentada espacialmente por seu relevo e ocupação inicial, compartimentou-se em áreas relativamente homogêneas e com espaços públicos voltados, sobretudo, ao moradores do entorno. Assim, reforça-se uma minoração do conceito de vida pública, com a preponderância de interesses pontuais, esvaziando as possibilidades de práticas de cidadania<sup>325</sup> vinculadas à noção de espaço público<sup>326</sup>.

A cidadania (conforme apresentado na introdução), um “tema que passou a ser mais ventilado no mundo contemporâneo [...], aparece na fala de quem detém o poder político, na produção intelectual, [...]

---

<sup>325</sup> “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população.” (COVRE, 2003, p. 10). Para facilitar o entendimento do conceito, a autora detalha a cidadania em termos de direitos políticos, civis e sociais. A discussão amplia-se em: “As cidades de cidadãos exibem representações espaciais do exercício dessa cidadania, definindo ao mesmo tempo os espaços de exclusão, assim o foi desde a Grécia Clássica até a moderna aglomeração urbana, que exprime com complexidade toda uma rede espacial de pertencimento diferencial.” (GOMES, 2002, p. 135).

<sup>326</sup> “Os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública. [...] Dessa forma, o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos. [...] O desafio é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refunda-la como um espaço da política.” (GOMES, 2002, p. 160-161).



nos meios de comunicação e nas camadas mais desprivilegiadas”. Nesse sentido, a autora coloca a cidadania como “categoria estratégica para uma sociedade melhor” (COVRE, 2003, p. 7). O reconhecimento de que a cidadania – como ideia – está em discussão, sob diversas acepções, é reforçado por Gomes (2002, p. 129), para quem a “cidadania está em moda”, sendo, portanto, “hoje simultaneamente uma ideia muito valorizada, mas, ao mesmo tempo, imprecisa em suas significações e contornos.” São temas que voltam à discussão após a reabertura política da década de 1980, começando a fazer parte, mesmo que discretamente, dos textos dos PD de Florianópolis, de 1997 e 2014, e da Agenda 21 Local, discutida desde 1997, mas publicada em 2000, **sem, no entanto, relacionar-se à sua dimensão espacial.**

Ao relacionar a “rede espacial de pertencimento diferencial” com a própria produção do espaço urbano, o espaço público, que é também social, contém as representações das relações de produção e enquadra as relações de poder (SERPA, 2011, p. 19). Segundo Santos (2014, p. 141): “A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo.”

Houve uma relação intrínseca entre a ocupação territorial da cidade e a criação de espaços públicos, de modo que a grande parte dos espaços públicos oficiais vieram de ações do Estado, através de obras públicas, e do setor privado, por meio das reservas preconizadas pelos loteamentos. Algumas surgiram de demandas populares, mas efetivamente poucas, além de algumas centrais, conseguem contemplar usos para além do lazer e do esporte. Assim a própria noção de praça se altera e merece reflexão.

*Plazas today have little in common with those of ancient Greece and Rome and medieval Europe. On the whole, they have been cut from a different bolt of urban fabric. Civic plazas are, to an extent, an exception. What connects them with the Greek agora, the Roman forum, and the medieval piazza is the image of the plaza as an open-air, heterogeneous concentration of activity and focus of the city. (CHIDSTER, 1989, p. 32).*

No artigo *Public Places, Privative lifes: Plazas and the Broader Public*, Chidster (1989) apresenta as praças antigas relacionadas às obrigações com a sociedade, locais onde os cidadãos eram, em um momento que a comunicação de massa não existia, informados dos acontecimentos e requisitados para as mais diversas atividades. Talvez

essa seja uma das diferenças fundamentais da contemporaneidade, em conteúdo e significado para tais espaços: “*Life was lived in the streets and plazas because of the inhabitants acute awareness of their dependence on one another and the societal obligations that dependence spawned.*” (CHIDSTER, 1989, p. 35). Sobretudo em uma inconsistência fundamental no pensamento e na prática: “[...] *the ability of a plaza to unify a city or foster a sense of community merely by its presence is a myth. Forces that shape or break down a sense of community are determined by much more than architecture.*” (CHIDSTER, 1989, p. 37). O mesmo autor coloca que as praças são vinculadas ao lugar e, por isso, devem estar analisadas em relação ao contexto e a seus usuários.

O desenho da praça, formal, é fundamental para sua apropriação imediata, a fim de que seus usuários ou passantes sintam-se acolhidos e passíveis de se apropriarem desse espaço<sup>327</sup>. Contudo, entende-se que a localização é o primeiro elemento para a apropriação, para “a construção da democracia” e o “exercício da cidadania”, ao menos no caso de Florianópolis.

[...] mesmo desenhos de paisagistas e arquitetos extremamente competentes não são capazes de criar boas praças, fortemente apropriadas pelo uso da população quando situadas em lugares impróprios para este fim. No máximo, em lugares de fraca potencialidade para encontros públicos, pode-se criar, um bom desenho, vazios referenciais, com forte imagem; não chegam, no entanto, efetivamente a se constituir como praça. Tem-se nestes casos, contra a praça, a força negativa dos lugares. (QUEIROGA, 2001, p. 203).

A questão ultrapassa o projeto do espaço em si, reforçando a assertiva de Chidister (1989) apresentada acima, relacionando a estrutura socioeconômica espacializada como “forças que conformam ou destroem o senso de comunidade.” Sobre a relação entre desenho (projeto) e a efetiva apropriação espacial, cabe ressaltar que

[...] a praça, como subespaço, será não apenas fruto de seu sistema de objetos (entorno edificado, área livre em si e seus diversos

---

<sup>327</sup> O trabalho de Sun Alex (2008), *Projeto da Praça*, é fundamental para essa discussão: “[...] a preocupação central é o projeto da praça, cuja configuração e transformação afetam diretamente o convívio social e, portanto, o exercício da cidadania, assim como a construção da democracia.”

elementos – pisos, mobiliário, vegetação, água, etc.), mas da interação indissociável deste com o sistema de ações. Só há praça se ela se presta ao encontro no âmbito da esfera de vida pública. Desta forma, vários logradouros oficialmente denominados praça não o são, outros se “pracializam” em determinados momentos de apropriação pública, outros são híbridos entre praça e jardim, entre praça e edifício. (QUEIROGA, 2001, p. 9).

Assim, mesmo que haja uma discussão importante sobre o que são as formas (edificadas ou vazias) que compõem o espaço urbano – construções, ruas, parques (SPIRN, 1989, p. 84) –, além de estudos vinculados a diferentes espaços públicos, conforme Cunha (2002), as formas correspondem a abstrações que, muitas vezes, não traduzem suas reais implicações à conformação da sociedade urbana. As duas citações contribuem com essa discussão:

Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se a seu valor histórico, bem como sua participação contínua na vida da cidade (ALEX, 2008, p. 23).

Há momentos, pois, em que os espaços públicos deixam de fazer parte dos instrumentos da produção da sociedade, deixam por alguns instantes suas significações normais e cotidianas. São momentos fugazes em que, transformando-se em lugares de comemoração, servem a objetivos de transmissão de cultura. São os dias consagrados a celebrações religiosas, cívicas e festivas que ocorrem anualmente. Ali o centro de atenções é a própria massa de participantes. (VAZ, 1991, p. 74).

A citação de Vaz está imbuída de elementos fundantes do conceito de espaço público. Utilizaremos sua citação para interpretar o espaço público sob três possibilidades: o primeiro relaciona espaços públicos aos instrumentos de produção da cidade. O capítulo 3, referente à análise dos dispositivos legais, demonstrou, sob diversos aspectos, como esses instrumentos legaram pouco significado e atenção à importância dos espaços públicos, abstratos e distantes de suas materializações, ao mesmo tempo que contribuíram para a produção de um espaço urbano florianopolitano vinculado aos interesses do capital

imobiliário, valorizando áreas específicas direcionadas grupos de rendas específicas.

O segundo relaciona os espaços públicos e suas significações “normais” e “cotidianas”. No item referente à trajetória histórica de Florianópolis, bem como na análise de autores que estudaram outras cidades, as praças deixam de ser espaços para trocas e diálogos e assumem um caráter eminentemente de lazer. São esses, portanto os usos vinculados a tais espaços, sobretudo quando situados nos bairros em contraposição às áreas centrais, nas quais o comércio, as manifestações e a “moradia”, bem como a presença de arte pública, são evidenciadas.

O terceiro, em nosso entendimento, relaciona momentos fugazes, a transmissão de cultura, enquanto a atenção volta-se aos cidadãos. Além das celebrações, essa relação pode ser vinculada aos manifestos, às expressões marginais, como o grafite, às apropriações não previstas. As fotos abaixo ressignificam o espaço público de Florianópolis:

Figura 165 - Manifestação em frente à Praça XV.



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Figura 166 - Cartazes na Praça Tancredo Neves.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 167 - Intervenção na Praça Gov. Celso Ramos.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 168 - Manifestação por não destruição de praça.



Fonte: Oliveira (2014).

Ainda que com diversas motivações, as imagens acima resgatam a alteração dos usos cotidianos no que concerne à expressão de diferentes formas de apropriação dos espaços públicos. As quatro figuras referem-se às áreas centrais de Florianópolis, locais de tráfego intenso e com visibilidade (excluindo a quarta foto, que ganhou notoriedade pela mídia). Tais manifestações não foram vistas nas praças dos núcleos históricos fora do Centro, naquelas vinculadas aos bairros residenciais ou nas áreas de conjuntos habitacionais, salvo algumas pichações. “A praça é, ainda hoje, um local próprio para manifestações políticas, comemorações e protestos.” (QUEIROGA, 2001, p. 332). Segundo o autor: “[N]a praça, como lugar de interação pública marcado pela diversidade [...], estimulam-se relações de identidade e de alteridade, urbanidade como civilidade, cidadania como ação política.” (QUEIROGA, 2001, p. 333)

Ao buscar exemplos de demandas referentes às praças e espaços públicos florianopolitanos, das várias situações analisadas, duas são representativas: a primeira, vinculada a uma “praça” situada no Campeche, conhecida usualmente como “Praça das Areias” (ROSA, 2013). Consolidada como área para lazer infantil, com quadra e equipamentos improvisados de *skate*, essa área não era citada, à época da pesquisa de campo, nas listas dos órgãos oficiais (IPUF e FLORAM). Portanto, era desconhecida e desvinculada das campanhas de adoção.

O Campeche vem se consolidando como zona residencial, entre ocupações legais e ilegais, que não possui áreas qualificadas para usos

cotidianos de lazer, a não ser a praia, enquanto o não reconhecimento de suas AVL para possíveis qualificações não contribui nesse contexto. Ao mesmo tempo, o acesso à praia (por onde chegam os turistas) foi reformado no início da segunda década dos anos 2000, ganhando novos mobiliários e pavimentação. **Esse descompasso entre o espaço público suporte ao cotidiano da comunidade e o espaço “público” visível é sintomático do direcionamento dos investimentos.**

Em outra acepção, cabe um olhar à Praça Gilberto Guerreiro da Fonseca. É uma pequena praça que, até meados dos anos 2000, possuía poucos equipamentos. No estudo de Cunha (2002), já era apontada como área de passagem e com pouca apropriação. Foi inserido um pequeno parque infantil para uso das crianças do entorno, mas ainda se configura como área verde de passagem para pedestres.

O que chama a atenção nessa área foi uma manifestação realizada, em 2014, por moradores do entorno, objetivando evitar que a praça fosse aberta como via vinculada ao sistema viário (OLIVEIRA, 2014). O foco da discussão volta-se à praça, sua “importância” e usos. **A praça “esquecida e de passagem” torna-se “importante para a comunidade”, apesar de passar grandes parcelas do dia vazia.** Espaços como esse (e como tantos outros apresentados nas listas dos órgãos públicos) estão presentes no discurso, mas não no cotidiano.

Essa constatação denota as diferentes acepções do termo praça, no sentido de espaço público, em Florianópolis. Observou-se uma homogeneização dos espaços públicos, sobretudo no que se refere aos usos e equipamentos vinculados ao lazer e ao esporte nos diversos bairros. Paralelamente, percebe-se um reforço do discurso sobre a história nos núcleos de formação<sup>328</sup>, o que permite um incremento em seu potencial turístico. Discutir espaço público no contexto local é tentar entender o que significou e significa a vida urbana ao ar livre:

A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos dois mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade no país, tendo, desde os primeiros tempos da Colônia, desempenhado um papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento. De simples terceiro a

---

<sup>328</sup> Reproduzindo, em certa medida, o apontamento: “Essa imagem ‘histórica’, cooptada pelo *marketing* turístico, é ‘interiorizada’ na percepção dos moradores, mesmo daqueles que não moram nas áreas com maior potencial turístico, que acabam por reproduzir uma ‘representação hegemônica, estilizada, dos bairros onde moram.” (SERPA, 2011, p. 35). Assim, podem ser citados Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui, Freguesia do Ribeirão da Ilha.

sofisticado jardim de campo de jogos incultos a centro esportivo complexo, a praça é, por excelência, um centro, um ponto de convergência da população, que a ela acorre para o ócio, para comerciar, para trocar ideias, para encontros românticos ou políticos, enfim para o desempenho da vida urbana ao ar livre. (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 11).

A “vida urbana ao ar livre” não se dava igualmente para a população: as áreas de usos coletivos que faziam parte do cotidiano de diferentes grupos, como a Praia de Fora, no caso das famílias abastadas que moravam nas chácaras distantes do Centro, e a praia do Menino Deus, no caso das camadas de menor poder aquisitivo, foram sendo retiradas do cotidiano da população, sobretudo as situadas no perímetro central. Seja por obras, como os aterros, seja pelo baixo nível de balneabilidade, dadas as condições de poluição, o acesso às praias foi sendo negado como espaço para o cotidiano<sup>329</sup>, mesmo que os banhos de mar só tenham se disseminado em Florianópolis a partir do século XX.

Essa é uma primeira constatação que se infere da utilização dos espaços ditos públicos na região central e da compreensão da “privatização” do uso e do acesso às praias balneáveis, cujos meios de acesso não prescindem de algum tipo de veículo. Cabe a ressalva de que o acesso físico e, portanto, simbólico às praias florianopolitanas é dificultado pela distância entre as áreas centrais, os bairros periféricos e o Maciço Central, sobretudo em relação às praias de maior balneabilidade.

O parque que antigamente era mais usado pelas classes ascendentes, nos anos 70 e 80, tornou-se menos elitizado com as políticas públicas que enfocavam a construção de novos parques. Por outro lado, neste período, a classe média é incentivada a utilizar mais os espaços públicos

---

<sup>329</sup> “Durante o século XIX, meninos, mesmo que tivesse família, ligados a mestres de ofício ou escravistas, faziam das ruas, do porto e do mercado local de sobrevivência, trabalho e ‘vadiagem’. Parte desses meninos era dos que tinham nascido em bordéis, senzalas e cortiços, abandonados, enjeitados, órfão, entregues a miséria e às epidemias. Depois de criados no Hospital ou por alguma ‘mulher criadeira’, quando tinham cerca de doze anos, eram entregues à mestres de ofícios, para viver em oficinas onde deveriam crescer e aprender uma arte. A rigidez e disciplina nas oficinas, quando ligada à exploração e maus tratos, levavam meninos a encontrar **na proximidade da rua uma liberdade sedutora que se estendia às brincadeiras nas praias, nos rios, no porto, nas fontes.**” (SANTOS, 2009, p. 154, grifo nosso).



abertos e o lazer ativo (como caminhada, o “jogging”, o “cooper” e outros) é fortalecido. O parque começa a ser revisitado e demandado por essa mesma classe. **Lembra-se que nas cidades marítimas são as praias que cumprem esse papel e quando estão localizadas dentro das cidades são apoiadas pelos calçadões à beira-mar.** (CUNHA, 2002, p. 21, grifo nosso).

Ao redor da área central, o mar tornou-se um elemento contemplativo para o lazer passivo, quando acessível visualmente, como no caso das Avenidas Beira-Mar continental e insular, sendo que, em diversos trechos, como no aterro da Baía Sul, dada a inserção de equipamentos urbanos, ele sequer é acessível visivelmente. O mesmo desaparecimento acontece com as antigas áreas comunais para a farra do boi e outras manifestações coletivas, incorporadas, conforme dito anteriormente, ao processo de ocupação fundiária, separando áreas de lazer conforme a localização das habitações.

Esse apontamento coloca as praças como elementos-chave da vida cotidiana florianopolitana, na medida em que “o mar se afasta” e os campos comuns passam a ser privatizados, o que não significa uma relação direta entre a oferta e o uso e apropriação. Outras formas de espaços “para sociabilidade” se formam, sejam privados ou voltados ao lazer ativo, vinculados à lógica da dispersão urbana no loteamento de áreas para habitação e áreas voltadas para a unidade de vizinhança.

À praça central vieram se juntar outras praças ou “áreas prazeáveis”, com usos distintos e “necessidade” de outros equipamentos. Há, ao mesmo tempo, um processo de homogeneização desses espaços e a busca por sua diferenciação, conforme os interesses a eles voltados<sup>330</sup>. Esses exemplos foram apresentados no item 4.2.

A não visualização dos contrastes, seja pela “busca incansável em atingir índices – números – de áreas verdes por habitantes”<sup>331</sup>, seja por desconhecimento da situação real, não tem contribuído para o fomento da discussão e para a amplitude das ações voltadas aos

---

<sup>330</sup> Através da análise de documentos elaborados pelo IPUF no final do Século XX, resgata-se que as práticas vinculadas à criação de espaços públicos, notadamente as praças, não atingiu, em certa medida, resultados amplos (IPUF, 1996).

<sup>331</sup> Cunha (2002) apresenta que os 12 m<sup>2</sup> não são reconhecido pela OMS. Além disso, “[c]onceitualmente ocorrem confusões na utilização de termos para as áreas públicas. Área verde é confundida com área de lazer e não há uma discriminação funcional mais abrangente para os espaços públicos. Percebe-se também uma falsa tentativa de adicionar pontos aos índices de áreas verdes, através da consideração de áreas de lazer sem vegetação.” (CUNHA, 2002, p. 331). A autora retoma a discussão na página 315 de seu trabalho.

equipamentos de lazer e às praças. Afinal, a discussão em âmbito urbano seria a compreensão do processo de ocupação como um todo, cujas ações pontuais (através dos dispositivos legais ou intervenções urbanas) não poderiam ser desvinculadas da própria urbanização. As reclamações contra moradores de rua em Canasvieiras<sup>332</sup> e o policiamento ostensivo da Praça XV “limpam” os espaços públicos, afastando os indesejáveis. Mas, se moradores de rua não dormem mais na Praça XV, o fazem no Ed. das Diretorias, no antigo Clube 12 e em diversas marquises do Centro, além de começarem a migrar para os bairros, como a Praça Santos Dumont, na Trindade, e a Pracinha Infantil em frente à Penitenciária, e rumo às praias.

Discutir pontualmente as ações incidentes sobre os espaços públicos remete à esfera do desenho urbano, à imagem das praças e suas reformas. Contudo, discutir o processo de urbanização da cidade, sua “imagem” propagada pela mídia, que tem atraído diversos migrantes, e sua fragmentação socioespacial alude a outra esfera de discussão sobre o espaço público, ampliando o olhar à cidadania e ao acesso. A alteração momentânea no uso das pequenas praças, como espaços de manifestação legítima, é importante, pois exemplifica os contrastes encontrados na cidade, embora não abranja nem contemple essa discussão em âmbito maior.

De forma resumida, o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido. Desse ponto de vista, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável de formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (GOMES, 2002, p. 172).

---

<sup>332</sup> No entanto, tem surgido discordâncias sobre as manifestações contra moradores de rua, tentando ampliar o teor da discussão para além da marginalização (PROTESTO, 2013).

As praças, entendidas como espaços públicos e alvo de campanhas para seu fomento e uso, devem ser discutidas para além de sua forma, ou seja, através da compreensão de a quem se destinam ou do motivo pelo qual praças “revitalizadas” em 2008 já se encontram degradadas, passando por novos processos de “revitalização”. Somente o reconhecimento da dinâmica de ocupação do espaço, à luz da trajetória de criação ou apropriação das praças, remete a seu contexto atual, reforçando a assertiva de que: “A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público.” (SERPA, 2011, p. 37).

Portanto, observa-se que, ao longo do processo de produção do espaço urbano de Florianópolis, inclusive a partir da legislação urbana, constituem-se localizações bastante valorizadas na cidade, legando-se à ilegalidade ou à periferia grandes contingentes populacionais. A reorganização espacial – desde as reformas urbanas do Centro (ainda no final do século XIX e início do XX) até as premissas do plano da década de 1950 – marcaram alterações no sistema urbano, com desdobramentos nas áreas de expansão e de urbanização. Consolidaram-se, assim, as bases físicas para as diferenças socioeconômicas encontradas na ilha e no continente.

Nos textos legais, expressões como espaço público, cidadão e cidadania<sup>333</sup> ainda são esparsas e vagas. O plano de 1997 aponta que o documento só poderá ser efetivado como “instrumento da política urbana” se for “adotado pelos cidadãos”.

Finalmente, é preciso fazer deste Plano um exercício de conscientização e cidadania. Que cada cidadão - empresário ou operário, homem ou mulher, jovem ou velho - faça deste o seu Plano. O Plano Diretor da nossa cidade, transformado em Lei pela representação popular - a Câmara de Vereadores - e sancionado pelo Titular do Poder Executivo, deve ser Plano de Vida para a nossa Comunidade (IPUF, 1998b).

---

<sup>333</sup> Seguem extratos dos artigos do PD aprovado em 2014: “Art. 2º O Plano Diretor do Município de Florianópolis é o pacto que visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população, baseado nos valores sociais.”; e “Art. 4º A ocupação do território e o desenvolvimento urbano devem atender ao interesse geral da sociedade, sendo princípio elementar que o uso do espaço geográfico tem por finalidade maior promover a qualidade de vida, a integração social e o bem-estar dos cidadãos.” (PMF, 2014, grifo nosso).

Na Agenda 21, a cidadania está vinculada à cultura e às diversas formas e expressões de manifestação cultural, tornando-se difícil extrair qual o conceito de cidadania efetivamente pretendido no documento.

Uma abordagem do cinema, do teatro, da música, da literatura e das artes plásticas; uma análise das manifestações histórico-culturais; um enfoque sobre sítios históricos e arqueológicos; um relato da forma de organização das comunidades; um registro de direitos humanos e minorias; tudo por si só valioso e imprescindível, mas quando, feitos com vistas à cidadania, tornam-se valiosíssimos.

Qualquer pessoa naturalmente pode ter a oportunidade de se manifestar para a sociedade e ser bem ou mal recebido por seus pares. Pode, inclusive, ganhar dinheiro e aplausos com peças de teatro, por exemplo. Mas, a responsabilidade da cidadania de seu ato transcende à própria apresentação da peça. **Nesse tipo de atividade, é que se manifesta o cidadão e se formam os cidadãos de uma comunidade. Nela defende-se valores e adquire-se outros. Institui-se como fonte de lei para o ser humano livre, criativo e democrático.**

Transversalmente, passa pela cultura e cidadania as possibilidades de alteração dos padrões de consumo de uma sociedade. O consumismo exagerado das classes mais abastadas, que cria uma pressão de demanda sobre os produtores – usuários dos recursos naturais e ambientais – tem aqui uma das possibilidades de ser pensado. (PMF, 2000, p. 32).

Já no PD aprovado em 2014, a palavra cidadania é citada mais vezes, embora o cidadão seja encarado como o habitante da cidade a quem seus direitos e interesses deveriam ser preservados (art. 2º, 4º, 23, 143, 167 e 324), sem ressaltar seu caráter ativo no processo.

O papel ativo do cidadão, com referência às possibilidades de demanda e participação, é vinculado, sobretudo, às audiências públicas e à Conferência da Cidade (art. 299 e 316). Já o termo cidadania aparece vinculado ao “Sistema Municipal de Gestão da Política Urbana” (art. 297) e à possibilidade de participação popular na gestão municipal, sobretudo no que concerne ao planejamento e seus

desdobramentos. Os espaços públicos, por sua vez, assim como no plano de 1997, aludem aos espaços públicos urbanos de usos coletivos.

Novamente, faz-se alusão às críticas realizadas pelo próprio órgão de planejamento no Plano Diretor Participativo, que já apresentava a má distribuição de equipamentos e áreas de lazer – intitulados praças – entre os diversos bairros, apontando para a suficiência em algumas áreas e a insuficiência em outras (IPUF, 2008, p. 186), ressaltando que a distribuição desigual diminui as condições de acesso.

O cerne da questão se volta ao fato de que, embora existam diversas áreas ditas praças ou áreas verdes de lazer, o pensar sobre a cidade que preconiza índices de áreas públicas compreende uma visão global descompassada entre o virtual e o real. A título de exemplo, o loteamento Santa Mônica, de todas as suas áreas verdes, somente a Praça Irma Maria Teresa K. poderia ser considerada praça, sendo as demais grandes áreas vegetadas em meio a um bairro consolidado.

Ao acompanharmos a trajetória dos espaços públicos em Florianópolis, através do mapa de localização (prancha 1), percebe-se que foram escolhidas as áreas a serem mantidas e recuperadas. As áreas de embelezamento consolidaram uma imagem de espaço público presente, até os dias atuais, no Centro, ao mesmo tempo que negaram conflitos eminentes e geraram novos, na medida em que localizaram conjuntos habitacionais fora da ilha, nos quais os espaços públicos não são reconhecidos. A periodização no mapa (pranchas 1 e 2) demonstra a dinâmica que relaciona ocupação territorial e oferta de espaços públicos.

Com o avançar do século XX, observa-se que áreas de lazer infantil, áreas esportivas, áreas denominadas praças, embora sem possibilidade de uso, e uma profusão de áreas verdes advindas das reserva de loteamentos se somam às praças para *promenade* e amenidades e às praças efervescentes. Esse processo é acompanhado por uma demanda crescente de acesso aos fóruns de discussão, por parte da população, que passa a reivindicar espaços públicos urbanos. Esse comportamento é importante para uma abertura à participação, seguindo na contramão dos projetos tecnocráticos (conforme os analisados no capítulo 3). Contudo, as demandas ainda são bastante pontuais, não contemplando melhorias estruturais na trama urbana.

Algumas demandas realizadas através do *Prefeitura nos Bairros e do Orçamento Participativo*<sup>334</sup> amparam duas argumentações: a crescente preocupação voltada aos espaços públicos; e a presença de fóruns de discussão, ampliando-se os olhares sobre a cidade. Os documentos demonstram como é crescente a demanda por áreas de lazer e esporte nos diversos bairros da ilha e no continente, revelando a discrepância na oferta desses espaços ao longo do processo de densificação dos bairros, mesmo com a legislação urbana demandando áreas de reserva para AVL<sup>335</sup>.

A título de exemplo, das, aproximadamente, 100 propostas redigidas através do *Projeto Orçamento no Bairro*<sup>336</sup>, lançado para 2014, 27 referem-se à implementação de novas áreas e/ou manutenção de áreas existentes. Ou seja, aproximadamente um terço reporta-se a esse tema, sem levar em conta as demandas relativas à pavimentação de ruas, entre outras. Das 30 microrregiões, 16 apresentaram demandas por espaços públicos, oriundas tanto de bairros carentes de áreas livres quanto de bairros com ampla oferta desses espaços.

Quanto às demandas da ilha, se analisadas por região, das 37 propostas advindas das seis regionais, 18 referem-se ao tema de espaços de usos coletivos, ou seja, quase 50%.

No que se refere às “obras da cidade”, das nove propostas, três dizem respeito a espaços públicos urbanos, enquanto uma prevê a “Criação de uma Casa dos Conselhos Comunitários para o Município de Florianópolis”.

Tanto na escala da microrregião quanto nas escalas da região e da cidade, as demandas acerca de espaços públicos são consideráveis. Sobre elas, cabe uma análise a partir de um duplo aspecto: no âmbito dos usos e equipamentos notadamente voltados ao lazer, corroborando a valorização lazer ligado ao esporte nas áreas de uso público. Mesmo em

---

<sup>334</sup> Maiores informações no sítio da PMF (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/onb/index.php?pagina=home&menu=0>>; <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/onb/index.php?cms=o+que+e&menu=2>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

<sup>335</sup> A diferença entre as reservas de AVL preconizadas legalmente e o processo de densificação também foi analisado por Cunha (2002).

<sup>336</sup> No Apêndice A desta tese encontram-se a tabela e o mapa que apresentam as demandas separadas em obras microrregionais, obras regionais e, por último, obras da cidade. Informações extraídas do site da PMF, do link *Orçamento no Bairro* (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/onb/index.php?pagina=home&menu=0>>. Acesso em: 23 jun. 2015). Cabe ressaltar que, ao todo, foram inscritas 996 propostas. Após a inscrição e seleção, que, segundo a cartilha do projeto, não julga o mérito das propostas, realizando análises técnicas, começam as votações nas assembleias para eleger quais serão efetivamente executadas.

bairros com praia, a demanda é por espaços não necessariamente ligados ao mar.

A demanda por praças, academias, ciclovias, equipamentos de lazer e esporte pode apontar para usos específicos do espaço público, vinculados a atividades do cotidiano. Se, por um lado, essas demandas são legítimas, não se pode deixar de levar em consideração as dezenas de praças em abandono, não somente por falta de manutenção do setor público mas também (e sobretudo) por falta de usos – o segundo aspecto mencionado no parágrafo anterior. **Esse processo é revelador de que, entre a demanda e a apropriação efetiva, há um caminho a ser trilhado que vai além da quantidade e da forma física desses espaços, ou seja, que envolve a compreensão de sua localização e das possibilidades de apropriação.**

Essa discussão sinaliza um olhar direcionado à vida urbana na dimensão cotidiana. **Afinal, em dias festivos – de grandes eventos a comícios e ações políticas –, o espaço público se transforma, mas é no cotidiano que se ampara sua obsolescência ou vigor** – a Praça Tancredo Neves (localizada no centro cívico) é um exemplo real.

Esse ponto pode ser ampliado a partir do processo de adoção de diversas áreas públicas e praças. As áreas adotadas que são visíveis, de maneira geral, são melhor mobiliadas e mantidas, podendo beneficiar a população do entorno. A partir da lista recebida da FLORAM, em março de 2014, entre ilha e continente, das 92 áreas adotadas, somente 20 são consideradas praças (ainda que, entre elas, existam AVLs e ilhas do sistema viário não denominadas legalmente). Dentre outros espaços, o restante é formado por canteiros, áreas verdes de menor porte e jardins. Não se pretende minorar a importância do processo de adoção de áreas públicas para a manutenção da qualidade visual da cidade, o que acaba aumentando a atração de usuários, almeja-se, apenas, ampliar a discussão acerca de seus efeitos na mitigação dos espaços públicos urbanos.

O projeto da Praça Governador Celso Ramos (analisado no item 4.2), quando suprime o campo de futebol apresentado no projeto do IPUF, de 2001<sup>337</sup>, por ser um equipamento voltado à comunidade do entorno, representa uma escolha acerca do público-alvo para tal espaço. Afinal, ao não dispor de campo de futebol e proibir o “jogo de bola na praça”, os jovens que moram nos morros vizinhos deixaram de estar contemplados na reforma.

---

<sup>337</sup> O projeto foi obtido a partir de Cunha (2002), que critica o processo de reforma.

Dentre as ideias originais do programa de adoção de praças, a exclusão não estava prevista, pois “[a]s **benfeitorias realizadas pelos adotantes não podiam alterar a natureza do uso e gozo da área pública[...]**” (MATTOS, 2007, p. 297). Tais constatações demonstram a complexidade e as contradições do pensar e do intervir sobre o espaço público e a lacuna existente nesse âmbito. Além disso, infere-se que a listagem das demandas apresentadas não consegue demonstrar os processos de construção do espaço urbano, baseados em segregação, ainda que revestidos com a roupagem de espaços para trocas e encontros capazes de mitigar a cidadania (CHIDSTER, 1989, p. 37).

Esses apontamentos indicam o segundo caminho para a análise dessas demandas como dados. Não cabe referir-se, somente, ao sentido material e físico, mas, sim, aos canais de abertura ao diálogo. Praticamente, as demandas surgem de todos os bairros, não importando a faixa de renda ou o modelo de ocupação, o que sinaliza uma maior participação da população nas escolhas para a cidade. Essa segunda constatação, no entanto, requer um olhar mais aprofundado para a origem das demandas, o que, em certa medida, pode revelar a dinâmica de construção do espaço público como espaço para participação e cidadania. Conforme Milton Santos (2014), há cidadãos e cidadãos.

Na história florianopolitana, o espaço público, notadamente as áreas centrais, tem sido palco de conflitos cotidianos e recebido diferentes usuários. O espaço aparece como palco para o debate e o diálogo, enquanto a ação política – em sentido pleno – surge em alguns momentos de inflexão. Esse processo não esvazia o conteúdo público do espaço em sua cotidianidade, sobretudo no que concerne à copresença. Nos demais bairros e áreas balneárias, os usos vinculam-se ao cotidiano da comunidade e ao lazer, sobretudo à recreação infantil e adulta (*playgrounds* e jogos).

Outra constatação feita por Cunha (2002) – e que foi validada através da ampliação do perímetro estudado: da área central insular para o restante da ilha e para o continente – refere-se aos usos e modos de lazer concomitantes a cada momento. Esse dado é observável tanto na prancha 1 quanto no quadro que periodiza a criação dessas praças (Apêndice B). **Indo além, a ampliação do perímetro estudado embasou a análise sobre os reflexos da construção desigual de espaços públicos, reforçando a necessidade, demarcada por Serpa (2011), de que a matriz espacial deve ser considerada nos estudos voltados ao entendimento do espaço público.**



Nos dispositivos legais florianopolitanos, ao menos textualmente, a “compreensão do movimento social [...] com vistas à intervenção pelo planejamento – ou, simplesmente, pelas ações cotidianas do poder público” –, baseada nas necessidades econômicas no comando “da vida social aos instrumentos e à sua utilização racional, em nome do lucro” (SANTOS, 2014, p. 16), deixa de ser o mote que justifica as intervenções, inclusive no que concerne ao “comportamento indutor seletivo do Estado”. Representando o que o autor anunciava como a “mudança de enfoque no tratamento dos problemas humanos ligados à recuperação do cidadão” (SANTOS, 2014, p. 17), os textos e dispositivos começam a voltar-se para os pormenores e para uma aproximação com o termo cidadania. Ainda não foi possível constatar se essa alteração é somente discursiva ou se o acesso à cidade por meio dos espaços públicos será efetivado entre o existente e novas demandas.

O próximo (e último) capítulo apresenta as considerações sobre o processo estudado e os questionamentos levantados, apresentando as relações que não ficaram evidentes no corpo do texto. Desse modo, ilustra e reforça algumas discussões, sem, no entanto, buscar a generalização como mote para as assertivas apresentadas.



## 5 CONCLUSÃO

“Mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções.”

John Turner<sup>338</sup>

A discussão sobre os espaços públicos, nos âmbitos conceitual e material, está em construção, assim como o entendimento sobre a urbanização como fenômeno e seus desdobramentos. A abordagem ora empreendida, se permite aproximações com os termos “espaço público” e “praça”, não intenta defini-los univocamente. Há uma complexidade inerente à concepção e às relações que permeiam as intervenções no espaço urbano. Consequentemente, a inserção de novas praças na cidade torna seu conjunto mais plural e diverso, ao mesmo tempo que pode reforçar os processos de fragmentação e homogeneização. Como o cerne do espaço público está tanto no arranjo físico quanto nas relações socioeconômicas, discutir a construção de espaços públicos em Florianópolis é resgatar a abertura à participação e a busca por espaços plurais e menos excludentes, ampliando as possibilidades de inclusão.

Em Florianópolis, a “Praça” materializada nas “praças” revelou-se através de uma pluralidade de formas, significados e usos. Ao percorrermos a ilha e o continente, a assertiva de Turner ganhou significação através da trajetória de consolidação dessas áreas. Essa constatação remete ao fato de o espaço urbano “não ser neutro, mas, sobretudo, político”, onde os diversos interesses materializam-se e expressam-se espacialmente. O próprio direcionamento da ocupação territorial, a partir de diversos agentes (sobretudo do Estado), demonstra a não neutralidade do espaço. As soluções vistas como capazes de mitigar a construção do espaço público, como os índices de áreas verdes e as reformas em áreas existentes – as “revitalizações” –, não necessariamente resultam em um acréscimo qualitativo real. Ao mesmo tempo, áreas de uso não programado encontradas durante o trabalho de campo, muitas delas não denominadas praças, efetivaram e efetivam-se pelos usos. Essa constatação corrobora a assertiva de Queiroga (2001, p. 310): “Quem define a praça é o que nela se realiza [...]”.

Ainda que o traço projetual seja fundamental para o uso cotidiano dos espaços públicos, o trabalho de campo demonstrou que o

---

<sup>338</sup> A partir de Abrahão (2008, p. 115).

motivo da falta de apropriação da praça pode não estar na praça, sobretudo se essa questão estiver relacionada com “[...] *internal and invisible boundaries began to divide space*[...]”, o que demonstra que a resposta não estará apenas nos traços dos “homens de boa vontade”.

A primeira abordagem desta pesquisa partia do pressuposto de que seriam encontradas várias praças com características diversas, conforme as lógicas de investimento e de visualização. Foram encontradas. Presumia que haveria praças com investimentos da iniciativa privada, próximas a grandes investimentos, o que se confirmou. Há áreas desassistidas de áreas públicas, outra assertiva conhecida e reforçada pelas visitas a campo. Contudo, somente o reconhecimento dos espaços públicos existentes, como levantamento isolado, não contribui para a discussão. Mas, se tal reconhecimento estiver amparado pela compreensão acerca da origem e das intenções na inserção desses espaços, a reflexão recai sobre o processo e não somente sobre a forma final.

Analisar o processo é tentar compreender as barreiras e limites (internos e invisíveis), o que permitiria buscar intervenções não apenas pontuais, ao mesmo tempo que, em sua abrangência, não sejam abstratas. Esse entendimento induz à reflexão sobre “*the threshold of sociability*” na construção da cidade, tanto legal quanto real. As praças são entendidas, portanto, no âmbito desta tese, como espaços para sociabilidade, espaços públicos, onde se desenvolvem “[...] práticas interativas, conflitivas ou não que ocorre na vida cotidiana pública.” (LEITE, 2004, p. 287). Essa definição situa a praça como espaço para além da ideia de lazer. A vida urbana coletiva altera-se, mas resiste. Essa é a dimensão (cotidiana) que dá suporte e faz com que os espaços públicos perdurem e apresentem significados.

Através das análises aproximadas à cidade e ao urbano, em diferentes ordens, e com o extrapolar do olhar para além da área central, as reflexões tornaram-se mais abrangentes. Ao não serem realizados estudos de APO, categorizar as praças conforme grupos específicos, em nosso entendimento, seria uma tarefa redutora. Ao optarmos por não criar uma taxinomia específica, mas analisar os grandes conjuntos de praças, atingiu-se um resultado propício a dois encaminhamentos: permitir que futuras pesquisas reúnam, a partir de investigações mais detalhadas, as áreas estudadas (e outras); e, em paralelo, abrir espaço para que as reflexões realizadas refiram-se à consolidação da cidade e das relações, sem, no entanto, reduzir a vasta observação que é um recorte de múltiplas outras possibilidades.

Tentativas de reunir as praças em grupo menores ocorreram, mas deparamo-nos, em vários momentos, com coincidências de mais de um tipo de uso, forma, localização, processo de origem ou mobiliário atual, o que ocasionou uma diversidade de grupos e áreas de sombreamento que não contribuiriam para um estudo aplicável.

As áreas referentes aos núcleos históricos apresentam pequenas praças vinculadas aos usos cotidianos das diversas localidades, passando a sofrer influência a partir da atividade turística. Para aquelas que ainda perduram, a manutenção do conjunto edificado é uma premissa na construção da imagem vinculada ao momento de sua criação, ao mesmo tempo que outras praças deixam de existir ou são inseridas já no século XX. Com uma maior procura por essas localidades a partir da década de 1980, também como residência, suas pequenas praças inserem-se na lógica do lazer voltado à escala das localidades, recebendo, em alguns casos, mobiliários para lazer infantil, ginástica, entre outros.

As praças da área central são variadas em tamanhos, formas e proporções, algumas apresentam valor simbólico e/ou paisagístico, outras compõem o sistema viário ou transformam-se em praça conforme eventos específicos, narrando as transformações urbanas pelas quais a cidade passou. Acompanharam os processos de expulsão dos pobres e de higienização e embelezamento, os investimentos no sistema viário e os loteamentos. Aquelas vinculadas ao cotidiano das atividades centrais de comércio, de passagem e de áreas residenciais guardam, em certa medida, as possibilidades de encontro e de copresença.

Conforme apontado anteriormente, a discussão da origem, da evolução e do estado atual da praça remete ao processo de consolidação da própria cidade. As reformas, os projetos criados, implementados ou não, bem como o seu estado atual ampararam as discussões e, assim, a história particular de cada praça soma-se à história da cidade como um todo, perpassando a construção dos conceitos de vida urbana e de cidadania. A maior parte dos estudos encontrados trata das praças da área central, sobretudo da Praça XV.

Agrupá-las de acordo com a proximidade ou com as características particulares permitiu uma visualização dos processos que lhes deram origem, conforme alterações na estrutura fundiária, desmembramentos, alterações no sistema viário, loteamentos, planos e colocação de mobiliário sobre áreas públicas existentes, alterando sua importância como espaço vivido e/ou concebido. Ilustram, em certa

medida, a constatação de Lefebvre de que “Uma forma, que se tornou função, entra em novas estruturas.” (LEFEBVRE, 2009, p. 60).

As praças nos bairros surgiram a partir de loteamentos, inserções de conjuntos habitacionais, intervenções estatais, programas e projetos em parceria com setores públicos, adoções privadas ou demandas comunitárias, ao mesmo tempo que outras praças deixam de existir por reformas urbanas ou por solicitação da própria comunidade. Demonstram, embora não intencionalmente, a lógica de investimentos e os interesses que permeiam a cidade. Em muitos casos observados, resultam de textos legais que preconizam porcentagens de áreas verdes distantes de usos cotidianos. A relação entre a reserva de áreas verdes preconizada por lei e a quantidade de áreas de usos públicos não é direta, apesar de, a partir da década de 1970, a legislação priorizar essa demanda – uma justificativa para a análise da trajetória das áreas verdes de lazer nos dispositivos legais, constante no capítulo 3.

As observações oriundas do trabalho de campo remetem a áreas menores, com usos próximos ao cotidiano, no caso dos bairros residenciais, além de apropriações vinculadas às associações de moradores e mobiliário constituído de equipamentos de lazer infantil e/ou esportivo. Sem generalizações, foram encontradas áreas de loteamentos clandestinos, nas quais a ausência de áreas públicas coincide com seu processo de ocupação, assim como áreas onde, mesmo seguindo as leis de parcelamento, as áreas verdes remanescentes não constituem espaços de uso público.

O mapa que ilustra a evolução temporal dessas áreas, ao abranger todas as praças, áreas de esporte, áreas verdes e áreas de uso público visitadas, merece atenção por não demonstrar não somente as praças oficiais e reconhecidas (mesmo porque não se buscou defini-las) mas também as demais áreas, apresentando um panorama da evolução e da inserção dos espaços públicos na ilha e no continente.

As praças da área continental, resultantes de maior intervenção a partir da anexação à capital, refletem a trajetória das escolhas estatais por investimentos e locação de equipamentos fora da ilha, resultando na necessidade de intervenções nas décadas de 1970 e 1980. Essas observações contrastam com a criação recente de praças na ilha, provenientes de loteamentos, a partir de uma dinâmica semelhante.

As áreas de ocupação mais intensa e clandestina, ou anteriores à legislação de parcelamento do solo, ainda são carentes de praças e espaços públicos, salvo as que sofreram intervenção estatal. A análise de seu conjunto é fundamental, pois permite a discussão do próprio

conceito de espaço público à luz da produção do espaço urbano. Se analisada a trajetória de sua consolidação, ainda que esse não seja o foco desta tese, constatam-se similaridades e diferenças entre a ilha e o continente.

No que concerne às similaridades, vale reforçar que tais áreas resultaram dos desdobramentos e da influência de políticas nacionais e estaduais sobre a capital e sua área de abrangência. Em relação às diferenças, como o continente foi incorporado à capital na década de 1940, interesses específicos levaram a processos distintos, direcionando a densificação e a ocupação da área continental por extratos médios de renda, exceto nas orlas com interesses balneários. Essas diferenças explicitaram-se na trajetória de consolidação de seus espaços públicos. No entanto, do final do século XX ao início do XXI, a partir das novas áreas loteadas e das demandas por equipamentos esportivos, os espaços públicos continentais tornam-se semelhantes aos da ilha.

Pelo panorama geral das praças, levantado ao longo desta tese, infere-se que diversos são os fatores que as originaram. Contudo, sua durabilidade como espaço público, urbano e de trocas vincula-se tanto à sua localização quanto à sua capacidade de adaptação a novos contextos – fatores observados nas praças dos núcleos históricos, das áreas centrais e dos bairros.

As ideias de adoção e de “revitalização” têm sido implementadas, atraindo o olhar para os espaços de uma forma pontual, o que demanda um maior respaldo para sua compreensão como um conjunto inserido em um contexto urbano, permeado de contrastes e conflitos. As recentes campanhas de realização de feiras nas áreas centrais em obsolescência, atraindo diversos usuários, colocam em questão a relação entre uso e forma, demonstrando que a atração de usuários por alternância de usos, em muitos casos, é mais profícua que a reforma física. No entanto, há que se ressaltar o extremo cuidado no fomento ao uso do espaço público a partir da lógica do consumo.

Essas constatações também encontram respaldo no fato de que o século XXI tem assistido, por um lado, à denominação, como praças, de áreas que não apresentam possibilidades de uso; e, por outro, à locação de equipamentos em áreas de difícil acesso ou com nenhum interesse de uso, recolocando a necessidade de discussão sobre o papel do espaço público, notadamente das praças, na cidade contemporânea. Paralelamente, ressalte-se que foi observado um processo de homogeneização das praças, sobretudo na inserção de mobiliários e equipamentos.

A praça não prescinde de um espaço físico, porém, conforme observado em Florianópolis, o termo é aplicado a diferentes relações sociais que se dão sobre diferentes suportes físicos. Destarte, além dos parâmetros designados pelos dispositivos legais, diversas são as suas possibilidades formais. Assim, os espaços “praceáveis” ou “situações de pracealidade” de Queiroga (2001), , ultrapassam muitas das praças florianopolitanas encontradas, materializando-se a partir de condições específicas, como acontece em muitos largos e alças do sistema viário visitados, como as praças da Beira-Mar Norte. Essa observação, sem minimizar a importância dos estudos formais e das propostas projetuais para os espaços públicos, reforça a ideia de que o fomento de uso de áreas públicas não cabe somente ao desenho urbano e ao projeto.

A noção de localização aqui empreendida não se vincula exclusivamente ao seu entorno imediato, envolve, também, a localização na trama urbana, tanto física quanto socioeconômica. Assim, a localização constitui um elemento fundamental para o entendimento da trajetória histórica das praças e para amparar a discussão acerca do acesso simbólico e social a esses espaços. Essa questão resulta das diferenças (e, em certos casos, similaridades) percebidas entre os quatro grupos de espaços públicos analisados, assim como das distinções encontradas no interior de cada grupo.

A localização revela como o espaço urbano da capital consolidou-se a partir da valorização da terra, de interesses específicos – como os vinculados ao turismo – da implantação de infraestrutura, equipamentos e instituições (públicas e privadas) e das diferenças de espaços públicos, sobretudo no que concerne aos investimentos e à visibilidade. Consolidou-se, também, a partir da resistência de movimentos que demandaram melhorias, regularizações, infraestrutura e acesso, que criaram praças e áreas públicas próprias (as quais não foram objeto deste estudo).

A periodização, ainda que sumária e não pormenorizada, aponta para um olhar em conjunto para as áreas públicas, que não devem ser consideradas somente em sua implantação ou em seu projeto, mas (e sobretudo) na sua inserção como elementos vinculados à habitação e às áreas comerciais. Também indicou uma dificuldade de encontrar dados relativos a esses espaços. A sistematização e o reconhecimento de seu estado de conservação resta a quem do observado em campo. Essa constatação ratifica o objetivo central da tese:



**Com base na ideia de que o espaço urbano não é neutro, pretende-se relacionar o modo de pensar e intervir na cidade, em cada momento distinto, com os processos socioeconômicos que se desdobram sobre o espaço urbano e o configuram, através da trajetória de usos e localizações das praças em Florianópolis, culminado com sua configuração atual.**

A relação entre o público e o privado permeia diversas instâncias: pública, social, privada, do lazer e do consumo, denotando que a conexão entre a acessibilidade física e a social nem sempre é unívoca. Nos espaços visitados (ao menos os que apresentam alguma possibilidade de uso), a possibilidade de acesso e de apropriação se dá a partir de diferentes gradientes. Assim, a condição de possuir um “*habitar*” na cidade nem sempre corresponde à possibilidade de “habitar” a cidade e de ter acesso a ela: “[...] a aquisição da casa própria no núcleo, em si, não soluciona o seu problema social de marginalização [...]. Ao que parece, propostas não adequadas de núcleos habitacionais provocam uma segregação espacial, agravada quando este núcleo é destinado às populações marginais.” (IPUF, 1982).

Essas constatações indicam que olhar para a praça é olhar para a cidade como um todo, em todos os seus processos de consolidação. Já olhar para o conjunto das praças é compreender o momento atual a partir de camadas de ideologias, planos, práticas espaciais e práticas sociais consolidadas. Ao retomar a ideia de que as coisas “não estão dispostas aleatoriamente no espaço”, incorre-se em: “Mudar o lugar de uma praça é mudar na cidade ou mudar de cidade?” (LÉVY, 1983 *apud* GOMES, 2002, p. 27).

A resposta ao questionamento acima adquire dupla significação. Se considerado o conjunto de espaços visitados, aproxima-se do “mudar na cidade”, posto que, ao falar-se de um conjunto de praças, não se contempla seus usos particulares, pois a significação é construída a partir da reiteração das diferenças pelo conjunto. Mas, se levados em conta os locais que compreendem trocas e discussões, copresença e conflitos, aponta-se para o “mudar de cidade”, pois as relações socioespaciais consolidadas em seu entorno e suas trajetórias históricas fazem com que praças, como as Praças XV e Nossa Senhora de Fátima, não sejam destituídas de sua condição de condensadoras de relações sociais e propiciadoras do encontro (QUEIROGA, 2001).

**A hipótese lançada nesta pesquisa** foi corroborada pelo trabalho de campo e pelos estudos vinculados à inserção das praças.

Ampliou-se a discussão acerca do próprio conceito de espaço público, ainda em debate e distante de conceituações unívocas. Essa reflexão induziu a uma ampliação do olhar para além da praça e de seu entorno, voltando-se ao processo de estruturação urbana e lançando-se *zooms* sobre casos específicos.

**Retomamos nossa hipótese, de que o reconhecimento das praças e a periodização de sua implantação em Florianópolis, a partir do entendimento da relação intrínseca entre as diversas ordens que são mediadas na cidade (incluindo a próxima e a distante), permitem a compreensão da conformação urbana florianopolitana no que concerne aos interesses que interferem na produção do espaço urbano, incidindo sobre o acesso físico e simbólico, portanto, no próprio entendimento da cidadania.**

**A hipótese ressalta a relação entre a criação de praças, suas possibilidades de uso e apropriação e os aspectos da segregação espacializada ao longo do tempo.**

A localização dos objetos e dos grupos na cidade é fundamental para a compreensão do conceito de cidadania aqui adotado. Uma cidadania que atinge significados diversos a partir do poder aquisitivo de cada grupo, de modo que, a alguns deles, apenas as necessidades primordiais são atendidas, ao passo que, para outros, a possibilidade de inserção social evidencia-se. “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra”. (SANTOS, 2014, p. 151).

A clandestinidade e a legalidade fazem parte do mesmo processo de urbanização, pois conformam produtos espaciais que, apesar de formalmente diferentes, nem sempre possuem conteúdos distintos, pois a busca por espaços para o lazer tem sido o mote da criação de praças, independente do grupo a que se destinam. Entretanto, conforme a localização e o grau de investimento, percebem-se diferenças nos projetos e mobiliários das praças. A relação entre o público e o privado, especialmente no que concerne aos espaços públicos urbanos, perpassa o direito ao “acesso físico e simbólico”, cujo fundamento está na própria democratização do espaço urbano.

A legislação urbana tem avançado no sentido de garantir, ao menos textualmente, a inserção e o acesso à cidade, sobretudo no que diz respeito à participação e à possibilidade de decisão. No entanto, o processo participativo ainda é recente e imaturo na sua condução e efetivação, vinculando-se aos diversos interesses que permeiam a

cidade e sendo freado, muitas vezes, nas esferas de atuação do poder público.

Se analisados os dispositivos legais entre o “espaço concebido” e o “espaço vivido”, é possível perceber uma aproximação. Observou-se uma crescente demanda por espaços públicos, praticamente distribuída por todos os bairros florianopolitanos. Contudo, entre a demanda e o uso efetivo, há um caminho a ser trilhado. Em Florianópolis, a trajetória dos dispositivos legais e planos diretores, além dos documentos e relatórios produzidos pelos órgãos públicos, enquadra-se no panorama nacional, através de planos vinculados a um planejamento racional atrelado ao rigor do traço, com forte apelo formalista. Seguiu-se para um plano com forte apelo científico, fundamentado em diagnósticos aprofundados, mas com pouca eficácia na subversão da lógica de construção do espaço urbano voltada a interesses específicos. Posteriormente, com a inserção da cidade no modelo neoliberal, diversas alterações e emendas são feitas ao plano, permitindo uma série de flexibilizações a partir de interesses particulares. Finalmente, tem-se a aprovação de um plano concebido com ensejos participativos, mas aquém das diversas demandas. A análise desse processo aponta para o descolamento entre os dispositivos legais e a efetiva construção do espaço público.

Ainda que o projeto da praça em si seja fundamental para seu uso, é necessário um aprofundamento das discussões, a fim de que o traço não se aproxime de uma exacerbação do esteticismo, sem vínculos ou amparo de usos, ao mesmo tempo que as medidas e áreas, por si só, não contribuem para a efetivação dos espaços públicos. Cabe ressaltar que o tamanho previsto para a conformação das praças atravessou o tempo, desde aquelas localizadas em frente às igrejas dos primeiros núcleos, que já apresentavam um número estimado de passos, até os planos diretores, como o de 1997, que delimitava áreas para diferentes tipologias de espaços públicos. Reforça-se, portanto, que, nos dispositivos legais, o espaço público ainda é um conceito abstrato, apesar de vir sendo incorporado juntamente com o termo cidadania.

A mediação entre as diversas ordens materializa-se na cidade, conforma o urbano e contribui para o arranjo formal; “programa seu cotidiano, mas, ainda assim, não é capaz de conter os “contra-usos” que propiciam condições de retomada da cidadania e da apropriação espontânea, “politizando as diferenças”. Reforça-se a busca por um maior entrelaçamento entre as dimensões do espaço vivido, concebido e

imaginado, na possibilidade de abertura à compreensão da construção espacial.

Portanto, ao tentar responder a questão da tese – **como a condição atual das praças em Florianópolis reflete a produção do espaço público ao longo da história, materializando a relação entre as diversas ordens que atravessam o espaço, ressignificando seus usos e configuração espacial e incidindo sobre o acesso à cidade?** –, a resposta perpassa as relações entre geografia, arquitetura e urbanismo, ciências sociais e história, apontando para o fato de que os conceitos de cidadania e espaço público, no caso florianopolitano, ainda estão em construção.

Finaliza-se o texto mas não as reflexões, indicando-se que, para além das definições empreendidas e dos espaços visitados, a praça – em essência e em constante processo –, se analisada pela ótica de Souza (2001, p. 12), “[...] verdadeira representação do espaço banal, espaço de todos os homens”, é uma possibilidade ainda em construção, mas que pode ser compreendida através da produção do espaço urbano e da relação entre as praças e a vida urbana.

Permitimo-nos, nessas reflexões finais, a proposição de um estudo dos usos do espaço público em diferentes períodos do ano<sup>339</sup>, conforme as alterações e os projetos preconizados, o qual poderia contribuir para novas reflexões, possibilitando críticas ao presente trabalho e abrindo novas abordagens à ideia de praça como espaço público em Florianópolis (ilha e continente) – sem contar os parques que começam a se consolidar e as praias como espaços de trocas e convivência.

Além disso, novas chaves de leitura para os espaços públicos estão sendo abertas em Florianópolis, o que mereceria estudos à parte, abordando temas como o vínculo entre os moradores de rua e os espaços públicos; as demandas comunitárias por espaços que se consolidam, como o Parque de Coqueiros e a Praça do Poço; e as alterações, oriundas do turismo, nos núcleos tradicionais de Florianópolis. Outro estudo fundamental poderia tratar do processo de adoção de praças, desde sua primeira proposta, na década de 1980, até as recentes campanhas do século XXI, avaliando quais as contribuições dessa prática para o fomento do espaço público florianopolitano.

---

<sup>339</sup> Tal estudo foi detalhadamente feito por Cunha (2002), no que se refere à área central. Indica-se, aqui, uma ampliação de perímetro para toda a ilha e o continente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2008.
- ABREU, Beto. *Florianópolis: uma viagem no tempo*. Florianópolis: Pentagrama, 2004.
- ACADEMIAS ao ar livre devem chegar a 32 novos pontos de Florianópolis. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/02/academias-ao-ar-livre-devem-chegar-a-32-novos-pontos-de-florianopolis-4416423.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: SENAC, 2008.
- ALVES, Felipe. Florianópolis se volta para o mar com revitalização do Parque Náutico. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/150126-proposta-do-ipuf-pretende-reurbanizar-area-utilizada-por-clubes-de-remos-de-florianopolis.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. *O lugar do público no Campeche*. 1996. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BALDESSAR, Quinto David. Eu vi o Estreito Crescer. In: SOARES, Iaponan (Org.). *Estreito: vida e memória*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.
- BECKER, Zena. Adoção de praças e cidadania. *FloripAmanhã*, 9 dez. 2010. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2010/12/artigo-adocao-de-pracas-e-cidadania/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.
- BRILL, Michael. An Ontology for Exploring Urban Public Life Today. *Public Space*, v. 6, n. 1, 1989. Disponível em:

<<https://placesjournal.org/print-archive/public-space/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1971.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Beatriz Kauduinski. *Efeitos da regularização fundiária: estudo de caso em assentamentos precários de Santa Catarina*. 2010. 298 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?* 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CÉ, Maria. R. *As praças, parques e largos (áreas verdes públicas) do centro de Florianópolis*. 1998. Monografia (Pós- Graduação em Educação e Meio Ambiente) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1996.

CHALAS, Yves. L'urbanisme comme pensée pratique. *Annales de la recherche urbaine*, n. 80-81, p. 205-214, 1998. Disponível em: <[http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Chalas\\_ARU\\_80-81.pdf](http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Chalas_ARU_80-81.pdf)>. Acesso em: 5 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Villes Contemporaines*. Paris: Cercle D'Art, 2001.

CHIDSTER, Mark. Public places, private lives: Plazas and the Broader Public. *Public Space*, v. 6, n. 1, p. 32-37, 1989. Disponível em: <<https://placesjournal.org/print-archive/public-space/>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COLAPSO social a vista? *O Estado*, Florianópolis, 11 set. 1977, p. 33.

CONCURSO Nacional – Largo do Mercado – Florianópolis – SC. *Concurso de Projeto*, 12 abr. 2010. Disponível em: <<http://concursosdeprojeto.org/2010/04/12/concurso-largodomercado-sc/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CRUZ, Karina Martins da. A Iconização Turística das Edificações Religiosas em Florianópolis (SC), Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias Do Sul. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/gt03/arquivos/03/A%20Iconizacao%20Turistica%20das%20Edificacoes%20Religiosas%20em%20Florianopolis%20%28SC%29,%20Brasil.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt03/arquivos/03/A%20Iconizacao%20Turistica%20das%20Edificacoes%20Religiosas%20em%20Florianopolis%20%28SC%29,%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

CUNHA, Luis Felipe. *A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis*. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CUNHA et Al. *O terror superposto: uma leitura lefebvriana do conceito de terrorismo e suas relações com o mundo contemporâneo*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ppgeo-uff/20121204013217/dos.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CUNHA, Rita Dione Araújo. *Os usos, funções e tratamentos das áreas de lazer da área central de Florianópolis*. 2002. 361 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DAMIÃO, Carlos. A esquecida Praça do Avião. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 12 fev. 2014a. Disponível em:

<<http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/ponto-final/143501-a-esquecida-praca-do-aviao.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Memória de Florianópolis – nossas praças maltratadas. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 14 mar. 2014b. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/ponto-final/151097-memoria-de-florianopolis-nossas-pracas-maltratadas.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Memória de Florianópolis: o progresso que matou Florianópolis. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 24 out. 2014c. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/colunas/carlos-damiao/289471-memoria-de-florianopolis-o-progresso-que-matou-o-miramar.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

DANIEL. Débora M.. B. *Se essa rua fosse minha: espaços urbanos, políticas públicas, e percurso de artistas de ruas em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1717.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: PINI, 1990.

DI MÉO, Guy. *La géographie en fêtes*. Paris : Orphys, 2001.

ESPLAN - ESCRITÓRIO CATARINENSE DE PLANEJAMENTO INTEGRADO. *Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis*. Florianópolis: ESPLAN, [1971?]. 3 v.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. *O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60, 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FAGUNDES, Júlia. R. As mudanças de zoneamento urbano em Florianópolis: Processos, atores e contradições. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. *Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo: AGB, 2008.



FAYET, Carlos Maximiliano. *Plano de estruturação do espaço do aglomerado urbano de Florianópolis*. Florianópolis: IPUF, 1977. 131p.

FERREIRA, Sergio Luiz. O banho de Mar na Ilha de Santa Catarina: o lazer na orla marítima de Florianópolis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 1993. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, 1993, Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/395>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

FERREIRA, Tânia Marcia Machri. *Distrito de Ingleses do Rio Vermelho – Florianópolis: um espaço costeiro sob a ação antrópica*. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PGCN0150-D.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FLORIANÓPOLIS: Cidade Unesco da Gastronomia. *FloripAmanhã*, Florianópolis, dez. 2014. Disponível em: <<http://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/florianopolis-cidade-unesco-da-gastronomia-unesco-city-of-gastronomy/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

FLORIPAMANHÃ. Campanha Viva Bem Floripa estimula exercício da cidadania. *FloripAmanhã*, 8 nov. 2006. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2006/11/campanha-viva-bem-floripa-estimula-exercicio-da-cidadania/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeito divulga pacote de obras. *FloripAmanhã*, 24 ago. 2007. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2007/08/prefeito-divulga-pacote-de-obras/>>. Acesso em: 14 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Entregues obras de melhoria na avenida Hercílio Luz. *FloripAmanhã*, 18 abr. 2008. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2008/04/entregues-obras-de-melhoria-na-venida-hercilio-luz/>>. Acesso em: 14 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Comunidade de Canasvieiras quer praça. *FloripAmanhã*, 7 jul. 2010. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2011/02/depois-da-praca-celso-ramos-woa-vai-revitalizar-outras-areas-nobres-de-florianopolis/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Depois da Praça Celso Ramos, WOA vai revitalizar outras áreas nobres de Florianópolis. *FloripAmanhã*, 7 fev. 2011a. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2011/02/depois-da-praca-celso-ramos-woa-vai-revitalizar-outras-areas-nobres-de-florianopolis/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Praça do Big no Monte Cristo terá Iluminação Pública. *FloripAmanhã*, 16 jun. 2011b. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2011/06/praca-do-big-no-monte-cristo-tera-iluminacao-publica/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Como adotar um espaço público? *FloripAmanhã*, 21 out. 2011c. Disponível em: <<http://floripamanha1.hospedagemdesites.ws/2011/10/como-adotar-um-espaco-publico/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Demolições preparam Praça Santos Dumont para revitalização. *FloripAmanhã*, 16 ago. 2012a. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2012/08/demolicoes-preparam-area-da-praca-santos-dumont-para-revitalizacao/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Movimento para Revitalização da Praça da Trindade avança mais um passo. *FloripAmanhã*, 13 nov. 2012b. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2012/11/movimento-para-revitalizacao-da-praca-da-trindade-avanca-mais-um-passo/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Comunidade começa a colher os frutos do Movimento Pró-Revitalização da Praça da Trindade. *FloripAmanhã*, 14 abr. 2013a. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2013/04/comunidade-comeca-a-colher-os-frutos-do-movimento-pro-revitalizacao-da-praca-da-trindade/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. “Continente Saudável” será lançado segunda-feira, dia 24. *FloripAmanhã*, 21 jun. 2013b. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2013/06/continente-saudavel-sera-lancado-no-dia-24/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Grupo RIC adota praça pública da Avenida do Antão em Florianópolis. *FloripAmanhã*, 4 nov. 2013c. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2013/11/grupo-ric-adota-praca-publica-da-avenida-do-antao-em-florianopolis/>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Mirante da Ponte Hercílio Luz revitalizado através do Programa Adote uma Praça. *FloripAmanhã*, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://floripamanha.org/2014/01/mirante-da-ponte-hercilio-luz-revitalizado-atraves-do-programa-adote-uma-praca/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FOLTRAN, Mônica Amanda. Artesãos da Lagoa da Conceição temem transferência da feira. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/artesaos-da-lagoa-da-conceicao-temem-transferencia-da-feira.html>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREIRE, Felício Mourão. *A vida vai melhorar? Ditadura, casa própria e política habitacional em Florianópolis (1974–1985)*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GEBARA, Marila Filártiga. *A difusão espacial dos condomínios residenciais horizontais fechados em Florianópolis - SC*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALPRIN, Lawrence. Design as a Value System. *Public Space*, v. 6, n. 1, 1989. Disponível em: <<https://placesjournal.org/print-archive/public-space/>>. Acesso em: 6 ma. 2015.

IAB/SC – INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL/SANTA CATARINA . Prefeitura de Florianópolis anuncia hoje (26) os projetos vencedores do Concurso Nacional do vão central do Mercado Público.

IAB-SC, Florianópolis, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://iab-sc.org.br/2013/11/convite-divulgacao-resultado-do-concurso-do-vaodo-mercado-publico-de-florianopolis/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Administração e serviços municipais de oito cidades de porte médio* - Projeto Cidades de Porte Médio. Rio de Janeiro: IBAM, 1978.

IPIUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. *Plano diretor de uso do solo dos balneários da costa norte da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: IPIUF, 1978a.

\_\_\_\_\_. *Plano plurianual CURA*. Florianópolis: IPIUF, 1978b.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de avaliação*: Projeto Sapé. Florianópolis: IPIUF, ago. 1982.

\_\_\_\_\_. *Plano diretor dos balneários e do interior da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: IPIUF, 1984. 169 p.

\_\_\_\_\_. *Projeto Cura II*. Mapas de levantamentos e propostas. Florianópolis: IPIUF, 1985.

\_\_\_\_\_. *Plano diretor de Florianópolis*: distrito sede. Florianópolis: IPIUF, 1988.

\_\_\_\_\_. *Perfil das Áreas Carentes – Continente*. Florianópolis: IPIUF, 1993a.

\_\_\_\_\_. *Perfil das Áreas Carentes – Ilha*. Florianópolis: IPIUF, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Florianópolis*: problemas e ações. Florianópolis: IPIUF, 1996.

\_\_\_\_\_. *Levantamento das áreas verdes de uso público*. Florianópolis: IPIUF, 1998a.

\_\_\_\_\_. *Florianópolis*: plano diretor do distrito sede. Florianópolis: IPIUF, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Atlas do Município de Florianópolis*. Florianópolis: IPIUF, 2004.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor Participativo de Florianópolis: Diretrizes construídas pela sociedade*. Florianópolis: IPUF, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor Participativo de Florianópolis: Leitura Integrada da Cidade*. Florianópolis: IPUF, 2008b. v. 1.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUVENAL, Idelfonso. A Nossa Futura Niterói. In: SOARES Japonan (Org.). *Estreito: vida e memória*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

KLEY, Edinara. Praça Tancredo Neves deve se tornar um local de lazer na capital. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/66242-praca-tancredo-neves-na-capital-deve-se-tornar-um-local-de-lazer-e-convivencia.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

LAGO, Paulo Fernando. *Florianópolis: a polêmica urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996.

LAMAS, Jose M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 25, p. 33-44, 2005.

LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva SA, 1971.

LEFEBVRE, Henri. Reflexions sur la politique de l'espace. *Publication numérique Société Française*, n. 39, 2º trim. 1991a. Disponível em: <[http://revuesshs.u-bourgogne.fr/societe\\_francaise/document.php?id=1178](http://revuesshs.u-bourgogne.fr/societe_francaise/document.php?id=1178)>. Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *The production of space*. Cornwall: Blackwell, 1991b.

\_\_\_\_\_. *Espace et politique*. Paris: Anthropos, 2000a.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000b.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2009.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ppgeo-uff/20121204013217/dos.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

LOFLAND, Lyn. The Morality of Urban Public Life: The Emergence and Continuation of a Debate. *Public Space*, v. 6, n. 1, 1989. Disponível em <<https://placesjournal.org/print-archive/public-space>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. *A metropolização de Florianópolis o papel do estado*. 2000. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MARCUS, Clare. The Future of Urban Open Spaces. *Public Space*, v. 6, n. 1, 1989. Disponível em <<https://placesjournal.org/print-archive/public-space>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

\_\_\_\_\_. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel; Edusp, 1991.

MASSIAH, Gustave. La crise urbaine face aux nouvelles politiques urbaines. *Nouveaux Cahiers du Socialisme*, n. 10, 2013.

MATHIAS, Letícia. Projeto de revitalização do Aterro da Baía Sul em Florianópolis tem aval positivo do Iphan. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 10 fev. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/142104-projeto-de-revitalizacao-do-aterro-da-baia-sul-em-florianopolis-tem-aval-positivo-do-iphan.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

MATTOS, Fernando Marcondes de. *Saga de um visionário*. Florianópolis: EDEME, 2007.

MIRANDA, Rogério. Habitação popular e favelas, em Biguaçu Florianópolis, Palhoça e São José. Florianópolis: [s.n.], 2001. Disponível em: <[http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24\\_05\\_2010\\_16.48.45.0484708a3bbef731e3721691ef46e10a.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_05_2010_16.48.45.0484708a3bbef731e3721691ef46e10a.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

MORETTI, Bruno. *O planejamento governamental como discurso: tensões entre política e técnica (1930-2003)*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11685/1/2012\\_BrunoMoretti.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11685/1/2012_BrunoMoretti.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MOURA, Carolina. Sandra Makoviecky lança livro que analisa a representação de Florianópolis nas obras de artistas. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 16 out. 2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/plural/35801-sandra-makoviecky-lanca-livro-que-analisa-a-representacao-de-florianopolis-nas-obras-de-artistas.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Feira de usados do Centro Histórico de Florianópolis gera resultado para lojistas e expositores. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/92099-feira-de-usados-do-centro-historico-gera-resultado-para-lojistas-e-expositores.html>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

NESBITT, Kate. *Uma Nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

NEVES, Paulo César da Fonseca. *Do valor do espaço ao valor no espaço no distrito do Campeche (Florianópolis - SC): loteamento Novo Campeche e loteamento Areias do Campeche*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

OLIVEIRA, Alessandra. Moradores se mobilizam para evitar abertura de rua em praça no Centro de Florianópolis. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 3 nov. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/210366-moradores-se-mobilizam-para-evitar-abertura-de-rua-em-praca-no-centro-de-florianopolis.html>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

OLIVEIRA, Fernanda. Projeto leva feira de usados e calçados temporários ao Centro de Florianópolis. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/entretenimento/noticia/2013/07/projeto-leva-feira-de-usados-e-calcadoes-temporarios-ao-centro-de-florianopolis-4209276.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

OLIVEIRA, Lisete Terezinha Assen de; *Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na Ilha de Santa Catarina*. 1999. 253 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PASSOS, Elsom Bertoldo dos; OROFINO, Flávia Vieira Guimarães. *O saneamento básico na ilha*. Florianópolis: PMF, [200?]. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23\\_11\\_2011\\_16.04.08.3c549ad278f65913f5e26edb9314b811.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_11_2011_16.04.08.3c549ad278f65913f5e26edb9314b811.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991.

PEREIRA, Elson Manoel; *Gestão do espaço urbano: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis*. 1992. 161 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro



Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

PIMENTA, Luís Fugazzola. As políticas públicas e o problema habitacional na dinâmica dos espaços urbanos de Santa Catarina – Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. *Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina*. Lima: [s.n.], 2013. Disponível em: <[http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra\\_Lu%C3%AAs-Fugazzola-Pimenta.pdf](http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra_Lu%C3%AAs-Fugazzola-Pimenta.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2014.

\_\_\_\_\_; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A institucionalização da precariedade: Estado e habitação popular no aglomerado urbano de Florianópolis. *Scripta Nova*, Barcelona, v. IX, n. 194(49), 2005a. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-49.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

\_\_\_\_\_; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis – SC. In: PIMENTA, Margareth de C. A. (Org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005b. p. 123-148.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço do público. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005. p. 35-60.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PMF - PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Projeto cura*: continente I. Florianópolis: PMF, 1976

\_\_\_\_\_. *Estudos setoriais*: diretrizes para o uso do solo no aglomerado urbano de Florianópolis.. Florianópolis: PMF, 1977a.

\_\_\_\_\_. *Plano de Estruturação do Espaço Urbano do Aglomerado Urbano de Florianópolis*. Florianópolis: PMF, 1977b.

\_\_\_\_\_. *Agenda 21 Local do Município de Florianópolis*: meio ambiente quem faz é a gente. Florianópolis: PMF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis*. Florianópolis: PMF, 2014.

PREFEITURA lança projeto de nova praça em homenagem a Gustavo de Lacerda. *Portal da Ilha*, 5 set. 2008. Disponível em: <<http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=717>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

PREFEITURA inaugura praça poliesportiva na Costeira do Pirajubaé. *Prefeitura Municipal de Florianópolis*, 23 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=1332>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PREFEITURA lança concurso para recriar o Miramar. *Prefeitura Municipal de Florianópolis*, [200?]. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=11101>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PREMIADOS - Largo do Mercado Público de Florianópolis – SC. *Concurso de Projeto*, 7 jun. 2010. Disponível em: <<http://concursosdeprojeto.org/2010/06/07/premiados-largo-do-mercado-florianopolis-sc/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

PROTESTO contra moradores de rua em Canasvieiras provoca polêmica. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/12/protesto-contra-moradores-de-rua-em-canasvieiras-provoca-polemica-4361752.html>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RIZZO, Paulo Marcos Borges; *Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia: caso de Florianópolis, 1950 a 1990*. 1993. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras = Public Squares in Brazil*. São Paulo: Ed. USP, 2010.

ROSA, Edson. Estimulados por alunos da Udesc, moradores se reorganizam em Areias do Campeche, em Florianópolis. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/78691-estimulados-por-alunos-da-udesc-moradores-se-reorganizam-em-areias-do-campeche-em-florianopolis.html>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

SABOYA, Renato. PD Florianópolis: crônica de uma morte anunciada. *Urbanidades*, 25 abr. 2010. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2010/04/pd-florianopolis-cronica-de-uma-morte-anunciada/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Livro Estatuto da Cidade: os desafios da cidade justa. *Urbanidades*, 16 fev. 2012. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2012/02/livro-estatuto-da-cidade-os-desafios-da-cidade-justa/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurelio. *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça*. São Paulo: Edusp; 1993.

SALIM Miguel participa do Projeto Cidade Contada. *Prefeitura Municipal de Florianópolis*, 19 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/franklincascaes/index.php?pagina=notpagina&noti=4380>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (Org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campos, 1980. p. 37-57.

SANTOS, André Luiz. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Florianópolis, 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2014.

SERPA, Ângelo. *O Espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Quíncio Romalino da. Memórias de um comerciante do Estreito. In: SOARES Iaponan (Org.). *Estreito: vida e memória*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

SOARES, Iaponan., *Estreito: vida e memória*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

\_\_\_\_\_. *Santo Antônio de Lisboa: vida e memória*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SOUZA, Felipe Silveira de. *A produção de espaços públicos pela iniciativa privada: a criação de parques urbanos por empreendedores imobiliários*. 2013. 398 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOUZA, Jéssica Pinto de. *O Plano Diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis*. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPIRN, Anne. The Poetics of City and Nature: Toward a New Aesthetic for Urban Design. *Public Space*, v. 6, n. 1, p. 82-93, 1989. Disponível em: <<https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/the-poetics-of-city-and-nature.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha*. 1994. 2 v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SZÜCS, Carolina Palermo; TRIVELL, Luciana M. A.; SOUZA Marina Ester F. Preservando o Patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São

Carlos. *Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil*. São Carlos: DOCOMOMO, 2003. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/033R.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

THOMÉ, Leandro. Duas praças do Córrego Grande, em Florianópolis, são revitalizadas pela iniciativa privada. *Notícias do Dia*, Florianópolis, 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/183130-duas-pracas-do-corrego-grande-sao-revitalizadas-pela-iniciativa-privada.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TOMASI, Ana L. *et al. Análise Territorial do Conjunto Habitacional do Monte Verde*. Trabalho da disciplina Teoria Urbana, UFSC, Florianópolis, [200?]. Disponível em: <<http://proj4ufsc.files.wordpress.com/2011/08/teoria-urbana-monte-verde-certo.pptx>>. Acesso em: 22 abr. 2015.:

TORRENS, Welinton Luiz. *Estreito, um bairro entre dois municípios*. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VAZ, Marcelo Cabral. *Lagoa da Conceição : a metamorfose de uma paisagem*. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VAZ, Nelson Popini. *O Centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

VELOSO, Amanda Mont'Alvão. "A Indústria do Sofrimento É uma Poderosa Força Econômica" – Uma Entrevista com o Psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker. *Vice*, 17 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.vice.com/pt\\_br/read/a-industria-do-sofrimento-uma-poderosa-forca-economica-uma-entrevista-com-o-psicanalista-christian-ingo-lenz-dunker](http://www.vice.com/pt_br/read/a-industria-do-sofrimento-uma-poderosa-forca-economica-uma-entrevista-com-o-psicanalista-christian-ingo-lenz-dunker)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

VOIGT, André Fabiano. Memória do bairro Trindade em Florianópolis. *Ágora*, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 111-123, 2011. Disponível em: <[agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/387/pdf](http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/387/pdf)>. Acesso em: 22 set. 2015.

YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas*: por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas, 2000.

## Legislação

BRAIL. LEI 6766/79 Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Publicado no diário oficial.

FLORIANÓPOLIS. LEI 168/53. Denomina Praça Hermínio Silva, Atual 24 de Outubro, Distrito de Ribeirão da Ilha

\_\_\_\_\_. LEI 230/55 Denomina jardim Público Municipal Orlando de Assis Corrêa, Praça Santos Dumont, no sub-distrito da Trindade

\_\_\_\_\_. LEI 232/55. Denomina Jardim Nossa Senhora de Fátima.

\_\_\_\_\_. LEI 241/55. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, Praça Getúlio Vargas, distrito de Santo Antonio de Lisboa

\_\_\_\_\_. LEI 329/58. DENOMINA MARCÍLIO DIAS PRAÇA PÚBLICA NO ESTREITO.

\_\_\_\_\_. LEI 363/1958. DENOMINA LOGRADOURO PUBLICO largo pio XII, o conhecido largo do Fagundes

\_\_\_\_\_. LEI 580/63. DENOMINADA PRAÇA Governador Celso Ramos.

\_\_\_\_\_. LEI 761/66. denomina “Abdon Baptista”, a Praça Pública da Vila Operária, no Sub-Distrito

de Saco dos Limões

\_\_\_\_\_. LEI 789/66 DENOMINA PRAÇA OSWALDO BULCÃO VIANA A LOGRADOURO PÚBLICO DA CAPITAL.

\_\_\_\_\_. LEI 1094/72 DENOMINA "DOM PEDRO I" , A PRAÇA SITUADA NA AVENIDA OTHON GAMA D' EÇA, ESQUINA DA RUA ARMÍNIO TAVARES

\_\_\_\_\_. LEI 1116/1972. Restaura nome de Largo Fagundes, a atual Praça Pio XII

\_\_\_\_\_. LEI 1182/73. DENOMINA PRAÇA PÚBLICA, “Clara Eulina de Abreu Soares”, no Distrito de São João do Rio Vermelho

\_\_\_\_\_. LEI 1210/74 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA Pio XII, na lagoa da conceição

\_\_\_\_\_. LEI 1222/74 ALTERA ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR - praça Paulo Schlemper no sub-distrito do estreito

\_\_\_\_\_. LEI 1224/ 74. INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL.

\_\_\_\_\_. LEI 1440/76. ALTERA O PLANO URBANO DA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

\_\_\_\_\_. LEI 1458/76. ALTERA ARTIGOS E ACRESCENTA PARÁGRAFOS A LEI Nº 1440 DE 04.06.76

\_\_\_\_\_. LEI. 1475/76. INTRODUZ ALTERAÇÃO DE PRAZO NA LEI 1440, DE 31.05.76, áreas verdes e equipamentos do Município de Florianópolis."

\_\_\_\_\_. LEI 1494/77 CRIA O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

\_\_\_\_\_. LEI 1515/77. COMPLEMENTA O ARTIGO 27, DA LEI Nº 1440/76, DE 31 DE MAIO DE 1976, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

\_\_\_\_\_. LEI 1516/77 DISCIPLINA O USO DO SOLO, DISPÕE SOBRE ÁREAS VERDES, EQUIPAMENTOS URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

\_\_\_\_\_. LEI 1570/78 DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO E ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

\_\_\_\_\_. LEI 1629/78 ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 580, DE 28.03.63.

\_\_\_\_\_. Lei 1650/79. denomina praça Senhor Renato Ramos da Silva, Estreito

\_\_\_\_\_. LEI 1715/80 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1440, DE 31 DE MAIO DE 1976 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. rua padre roma, rua frederico rola, rua francisco tolentino no centro

\_\_\_\_\_. LEI 1787/81. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, praça "Roberto Oliveira" Sub-Distrito do Estreito

\_\_\_\_\_. LEI 1821/81 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO "João Demaria Cavallazzi", no Estreito

\_\_\_\_\_. LEI 1851/82. DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO EM SETOR URBANO DA ÁREA INSULAR DE FLORIANÓPOLIS.

\_\_\_\_\_. LEI 1922/83 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO praça "República da Grécia", Baía Norte, Ponta do Coral

\_\_\_\_\_. LEI 1997/83 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO "Roldão da Rocha Pires", Cônego Serpa

\_\_\_\_\_. LEI 2047/84. Denomina via pública a rua Aracuã, no bairro do Pantanal [TÍTULO ERRADO, DENOMINA PRAÇA]

\_\_\_\_\_. LEI 2066/84. Denomina praça pública Edith Gama Ramos, em Canasvieiras

\_\_\_\_\_. LEI 2070/84 Denomina praça Alziro Zarur, no Sub-distrito do Estreito

\_\_\_\_\_. LEI 2193/85 DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO NOS BALNEÁRIOS DA ILHA DE SANTA CATARINA, DECLARANDO-OS ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\_\_\_\_\_. LEI 2270/85. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, PRAÇA JOÃO DI BERNARDI, LOTEAMENTO JARDIM SANTA MÔNICA

\_\_\_\_\_. LEI 2273/85 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, PRAÇA PORTUGAL, NO CENTRO



\_\_\_\_\_. LEI 2309/85. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, PRAÇA ALDO PEDRO BROERING (ALDO FERREIRO), NO SACO DOS LIMÕES

\_\_\_\_\_. LEI 2323/85. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO, LARGO DA ALFÂNDEGA, NO CENTRO

\_\_\_\_\_. LEI 2397/86 Denomina via pública rua Roberto Sampaio Gonzaga, no Campus Universitário, Trindade [TÍTULO ERRADO]

\_\_\_\_\_. LEI 2423/86 Denomina logradouro público a praça Sesquicentenário da Polícia Militar

\_\_\_\_\_. LEI 2567/87 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA DE PRAÇA ANTONIO MACHADO, SACO GRANDE

\_\_\_\_\_. LEI 2643/1987. Denomina praça Desembargadora Thereza Grisólia Tang, logradouro público no loteamento Parque São Jorge, no bairro Itacorubi.

\_\_\_\_\_. LEI 2668/87 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER, POR DOAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO DE LOCAIS INDICADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

\_\_\_\_\_. LEI 2731/1987. DENOMINA VIA PÚBLICA DE RUA PROFESSOR SEIXAS NETO

\_\_\_\_\_. LEI 2764/87. DENOMINA PRAÇA PÚBLICA DE PRAÇA REPÚBLICA DO LÍBANO, DISTRITO DE CANAVIEIRAS

\_\_\_\_\_. LEI 2843/88 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DE PRAÇA CALISTRATO SALLES

\_\_\_\_\_. LEI 2947/88 DENOMINA VIA PÚBLICA DE PRAÇA BRENO PINHEIRO VALADARES

\_\_\_\_\_. LEI 2948/88 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DE PRAÇA PADRE JOSE DE ANCHIETA

\_\_\_\_\_. LEI 3032/88 DENOMINA VIA PÚBLICA DE PRAÇA AQUILES PAULO DE SOUZA (KILA)

\_\_\_\_\_. LEI 3054/88 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DE PROFESSOR MANOEL EMIDIO SILVEIRA.

\_\_\_\_\_. LEI 3159/88 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA DE JOÃO JOSE MENDONÇA (CONSTRUTOR

\_\_\_\_\_. LEI 3192/89 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DE "JORNALISTA TEIXEIRA DA ROSA "

\_\_\_\_\_. LEI 3230/89 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DE "PRAÇA DA FRANÇA" avenida da frança avenida paulo fontes e osvaldo rodrigues cabral e frente ao hotel diplomata centro

\_\_\_\_\_. LEI 3282/89. OFICIALIZA DENOMINAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA praça Tancredo neves, rua José da costa Moelmann e Álvaro Mullen da Silveira

\_\_\_\_\_. LEI Nº 3336/89 ALTERA DENOMINAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\_\_\_\_\_. LEI 3346/90. DENOMINA PRAÇA "OSNI FERREIRA", LOGRADOURO PÚBLICO NO SACO GRANDE

\_\_\_\_\_. LEI 3360/90 DENOMINA "PRAÇA DO DESTERRO", LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

\_\_\_\_\_. LEI 3373/90 DENOMINA "PRAÇA JOSÉ MAURO DA COSTA ORTIGA", LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

\_\_\_\_\_. LEI 3540/91. DENOMINA "PRAÇA MARCELINO VIEIRA FILHO", LOGRADOURO PÚBLICO NA COLONINHA.

\_\_\_\_\_. LEI 3686/91 DENOMINA PRAÇA "DR. GILBERTO GUERREIRO DA FONSECA", LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS

\_\_\_\_\_. LEI 3709/92 DENOMINA PRAÇA "EDSON PEREIRA DO NASCIMENTO", LOGRADOURO PÚBLICO NO CÓRREGO GRANDE

\_\_\_\_\_. LEI 3784/92. ALTERA A REDAÇÃO DA LEI 1156 DE 25 DE JULHO DE 1973.

\_\_\_\_\_. LEI 4044/93 DENOMINA PRAÇA CIENTISTA DR. ALBERT SABIN, LOGRADOURO PÚBLICO EM COQUEIROS.

\_\_\_\_\_. LEI 4146/93. DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO.

\_\_\_\_\_. LEI 4403/94 ALTERA ARTIGO 1º DA LEI 3325/89

\_\_\_\_\_. LEI 4622/95 ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI 3100/88.

\_\_\_\_\_. LEI 4716/95 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA "MARINHEIRO ANIZIO DA SILVEIRA MACHADO", LOGRADOURO PÚBLICO NO ESTREITO.

\_\_\_\_\_. LEI 4753/95 DENOMINA PRAÇA "VEREADOR MIGUEL ÂNGELO SEDREZ", LOGRADOURO PÚBLICO NO ITACORUBI. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.  
Publicadas

\_\_\_\_\_. LEI 4836/96 DENOMINA PRAÇA "FERMÍNIO MANOEL DA SILVA", LOGRADOURO PÚBLICO NA FREGUESIA DO RIBEIRÃO DA ILHA

\_\_\_\_\_. LEI 4891/96 DENOMINA "PRAÇA DOS BRILHANTES", VIA PÚBLICA NO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL

\_\_\_\_\_. LEI 4916/96. DENOMINA "PRAÇA DOS CRISTAIS", VIA PÚBLICA NO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL

\_\_\_\_\_. LEI 4981/96. DENOMINA "PRAÇA DA LAGOA", LOGRADOURO PÚBLICO NO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL.

\_\_\_\_\_. LEI 4892/96. DENOMINA "PRAÇA DOS GRANITOS", VIA PÚBLICA, NO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL.

\_\_\_\_\_. LEI 4949/96. DENOMINA "PRAÇA MANOEL DAVID CHAVES", LOGRADOURO PÚBLICO EM COQUEIROS

\_\_\_\_\_. LEI 5004/96 DENOMINA “PRAÇA MIROSLAU CASEMIRO WOLOWSKI”, LOGRADOURO PÚBLICO NA CARVOEIRA

\_\_\_\_\_. LEI COMPLEMENTAR 001/97 . DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO DISTRITO SEDE DE FLORIANÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\_\_\_\_\_. LEI 5047/97. DENOMINA "PRAÇA DAS PEDRAS", LOGRADOURO PÚBLICO NO DISTRITO DO PÂNTANO DO SUL.

\_\_\_\_\_. LEI 5060/1997. DENOMINA PRAÇA "RENATO ANTÔNIO DE SOUZA", LOGRADOURO PÚBLICO NO DISTRITO DA LAGOA DA CONCEIÇÃO.

\_\_\_\_\_. LEI 5076/97. DENOMINA PRAÇA "HERCÍLIO LUZ", LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO.

\_\_\_\_\_. LEI 5122/97 DENOMINA "PRAÇA DOS NAVEGANTES", LOGRADOURO PÚBLICO NO ESTREITO.

\_\_\_\_\_. LEI 5141/97 DENOMINA PRAÇA "DONATO DA SILVA", LOGRADOURO PÚBLICO NO LOTEAMENTO JARDIM SANTA MÔNICA.

\_\_\_\_\_. LEI 223/1998 Fica denominada praça “Francisco Germano da Costa - Chico Camarão”

\_\_\_\_\_. LEI 5615/1999. MODIFICA A LEI 2731, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987.

\_\_\_\_\_. LEI 5646/00. DENOMINA "PRAÇA IRMÃ MARIA TERESA KOCK", LOGRADOURO PÚBLICO EM SANTA MÔNICA.

\_\_\_\_\_. LEI 5656/2000. DENOMINA PRAÇA "MACÁRIO DA ROCHA", LOGRADOURO PÚBLICO NO BAIRRO SAMBAQUI

\_\_\_\_\_. LEI 5658/00. DENOMINAÇÃO PRAÇA "ADOLFO LUIZ DIAS", LOGRADOURO PÚBLICO ENTRE AS VIAS JOÃO BERTOLI E ABELARDO GOMES, CENTRO

\_\_\_\_\_. LEI 5675/00 ALTERA ARTIGO 1º DA LEI 4753/95

\_\_\_\_\_. LEI 5707/00 DENOMINA "PRAÇA DE SANTA LUZIA", LOGRADOURO PÚBLICO EM JURERÊ, DISTRITO DE CANASVIEIRAS.

\_\_\_\_\_. LEI 5976/02 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA O LOGRADOURO "CECI ALMEIDA FABRO".

\_\_\_\_\_. LEI 6034/02. DENOMINA PRAÇA PÚBLICA "CORONEL ROMARIZ", NA LOCALIDADE DE BALNEÁRIO.

\_\_\_\_\_. LEI 6055/02 DENOMINA "JACQUES SCHWEIDSON", PRAÇA PÚBLICA NO JARDIM ATLÂNTICO.

\_\_\_\_\_. LEI 6139/02. DENOMINA PRAÇA PÚBLICA O LOGRADOURO PÚBLICO "PRAÇA DA LUZ", DISTRITO DO CAMPECHE.

\_\_\_\_\_. LEI 6174/2003 DENOMINA "WILLIAM SILVA PEREIRA DE SOUSA", A RÓTULA DA AVENIDA ATLÂNTICA, LOCALIZADA NO JARDIM ATLÂNTICO.

\_\_\_\_\_. LEI 6210/03. DENOMINA "PRAÇA DA ÁRVORE", LOGRADOURO PÚBLICO NO BAIRRO DO CÓRREGO GRANDE.

\_\_\_\_\_. LEI 6289/03 DENOMINA PRAÇA "MARIA FRANCISCA DA SILVA (DONA CHIQUINHA), LOGRADOURO PÚBLICO NO DISTRITO DO RIBEIRÃO DA ILHA.

\_\_\_\_\_. LEI 6339/03. DENOMINA "ADERBAL JOSÉ DOS SANTOS (BAZINHO)", PRAÇA PÚBLICA NA BARRA DA LAGOA.

\_\_\_\_\_. LEI 6562/04. DENOMINA PRAÇA "ARLINDO FRANCISCO PHILIPPI", LOGRADOURO PÚBLICO NO JARDIM ATLÂNTICO

\_\_\_\_\_. LEI 6685/05 DENOMINA "PROFESSOR ÂNGELO RIBEIRO", PRAÇA PÚBLICA NO BAIRRO DO ESTREITO.

\_\_\_\_\_. LEI 6727/2005. DENOMINA BEM PÚBLICO "PREFEITO DAKIR POLIDORO", O LARGO DA ALFÂNDEGA, NO CENTRO.

\_\_\_\_\_. LEI 6806/2005 CRIA PARQUE MUNICIPAL NOS BAIRROS DE ABRAÃO E COQUEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\_\_\_\_\_. LEI 6823/2005. Denomina Largo São João Paulo II o Largo da Catedral, logradouro público localizado entre a praça XV de Novembro e as ruas Arcipreste Paiva, Padre Miguelinho e dos Ilhéus, Centro.

\_\_\_\_\_. LEI COMPLEMENTAR 211/06. TRATA DA APROVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

\_\_\_\_\_. LEI 7019/2006 DENOMINA PRAÇA PÚBLICA "JOSÉ CARNEIRO JÚNIOR", O LOGRADOURO PÚBLICO NO BAIRRO SANTA MÔNICA.

\_\_\_\_\_. LEI 7041/06 DENOMINA PRAÇA "ATILIO FERREIRA", LOGRADOURO PÚBLICO NO BAIRRO DA TRINDADE.

\_\_\_\_\_. LEI 7120/06. DENOMINA PRAÇA "CLÁUDIO RICARDO HAHN DA SILVA - MIRO", O LOGRADOURO PÚBLICO NO DISTRITO DA LAGOA DA CONCEIÇÃO.

\_\_\_\_\_. LEI 7231/06. DENOMINA "PRAÇA DA FRATERNIDADE", LOGRADOURO PÚBLICO NO CENTRO.

\_\_\_\_\_. LEI 7325/07. ALTERA ART. 1º DA LEI Nº 2309 DE 1985.

\_\_\_\_\_. LEI 8015/09. Denomina praça Jornalista Gustavo de Lacerda, o bem público municipal localizado no bairro Trindade.

\_\_\_\_\_. LEI 8086/09 Denominada praça Senhor dos Passos, logradouro público no bairro Centro.

\_\_\_\_\_. LEI 8101/09 Denominada praça Antônio Cabreira, logradouro pública localizado no bairro João Paulo.

\_\_\_\_\_. LEI 8191/10. Denominada praça do Canto, logradouro público no bairro Canto.

\_\_\_\_\_. LEI 9299/13. Denomina praça Alfredo Alberto Munhoz, logradouro público localizado no distrito de Ingleses do Rio Vermelho.

\_\_\_\_\_. LEI 9370/13 Denomina praça Arno Schäffer, logradouro público no bairro Estreito.

\_\_\_\_\_. LEI COMPLEMENTAR n° 482/2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão.

### **Arquivos e acervos:**

Biblioteca do IPUF.

Casa da Memória.

Câmara Municipal de Florianópolis.

Geoprocessamento Corporativo da PMF (Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>).

Secretaria Municipal do Continente.









## ANEXO B - Mapas do Projeto Cura Continente

### Mapa 1



Mapa 2







## APÊNDICE A: Apontamentos e dados a partir do *Prefeitura nos Bairros e do Orçamento Participativo*<sup>340</sup>

São aqui apresentadas algumas demandas a partir do *Prefeitura nos Bairros* e do *Orçamento participativo*, que amparam duas argumentações: a crescente preocupação voltada aos espaços públicos; e a presença de fóruns de discussões ampliando os olhares sobre a cidade.

A título de exemplo, das aproximadamente 100 propostas redigidas através do Projeto Orçamento no Bairro<sup>341</sup>, lançado para 2014, 27 são referentes à implementação de novas áreas e/ou manutenção de áreas existentes. Aproximadamente um terço refere-se a esse tema, sem ter sido levada em consideração as demandas referentes à pavimentação de ruas, entre outras. Ao todo, são 30 microrregiões, das quais 16 fizeram demandas relativas aos espaços públicos. As demandas surgem tanto em bairros carentes de áreas livres quanto em bairros com grande quantidade desses espaços.

Quanto às demandas por região da ilha, das 37 propostas advindas das 6 regionais, 18 referem-se ao tema de espaços de usos coletivos, ou seja, quase 50%.

No que se refere às obras da cidade, das nove propostas, 3 dizem respeito a espaços públicos urbanos, enquanto uma prevê a “Criação de uma Casa dos Conselhos Comunitários para o Município de Florianópolis”, o que influencia diretamente o espaço público, em âmbito de discussões e de trocas.

O quadro 1 apresenta as obras microrregionais, bem como traz o mapa para cruzamento de informações. Em sequência, apresenta as obras regionais e, por último, as obras da cidade.

---

<sup>340</sup> Informações extraídas de documentos cedidos pelo IPUF e do sítio da PMF.

<sup>341</sup> Cabe ressaltar que, ao todo, foram inscritas 996 propostas. Após a inscrição e seleção, que, segundo a cartilha do projeto, não julga o mérito das propostas, mas faz análises técnicas, começam as votações nas assembleias para eleger quais serão, efetivamente, as que serão executadas (Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/onb/index.php?cms=o+que+e&menu=2>>. Acesso em: 22 ago. 2015).

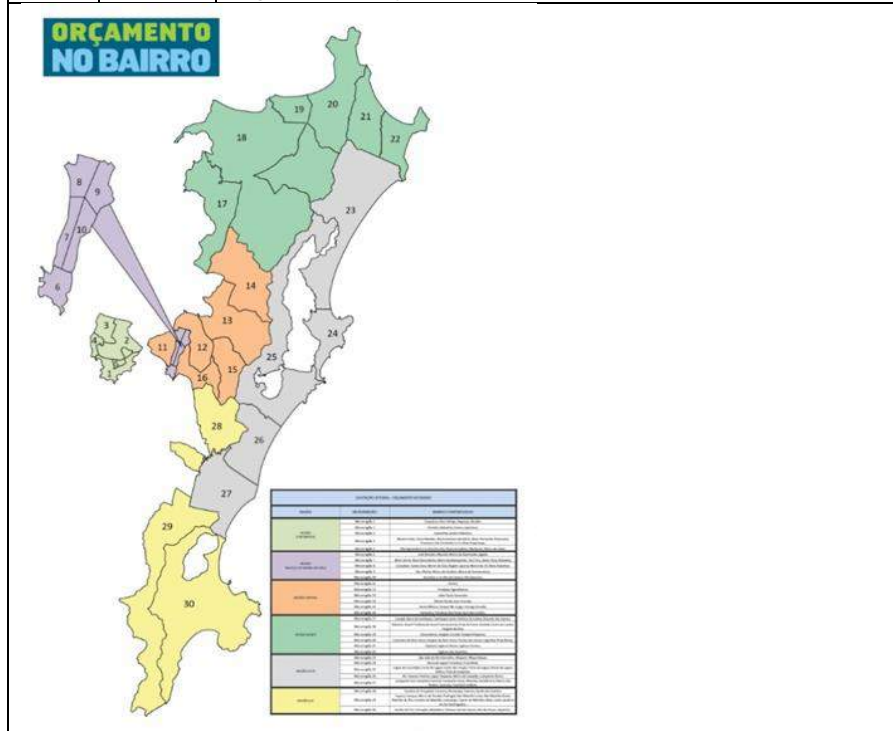
Quadro 1: Orçamento participativo de Florianópolis - demandas de e para espaços públicos, por microrregiões, regiões e cidade.

<b>Descrição da obra</b>		
<b>MICRORREGIÃO</b>	01	Revitalização da Praça Manoel Félix Cardoso e construção de parque infantil - Abraão
		Revitalização dos decks da Praia do Bom Abrigo - Bom Abrigo
	04	Área de lazer - Nova Esperança
		Reforma do Centro Comunitário Novo Horizonte com construção de quadra poliesportiva
	05	Reforma do Centro Comunitário - Morro da Caixa, Ilha-Continente
	09	Área de Lazer - Santa Vitória
	10	Área de lazer no campinho do Alto da Caieira com academia de ginástica ao ar livre.
		Área de lazer na Serrinha próximo à Servidão dos Lageanos.
		Área de lazer no Alto da Caieira
	11	Reforma da Praça Bulcão Viana, Centro (Próximo ao Hospital Celso Ramos).
		Revitalização dos canteiros centrais das avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz.
		Requalificação paisagística da Praça Getúlio Vargas
	12	Reestruturação e adequação da rótula da UFSC conforme projeto de melhorias do entorno da Praça Santos Dummont com revitalização e paisagismo em outros canteiros e rótulas do bairro.
	13	Revitalização da ligação entre a Rodovia Amaro Antônio Vieira (próximo ao Posto de Saúde) e Rodovia Admar Gonzaga (próximo ao Supermercado Rosa) e revitalização da Praça (entroncamento da Rodovia Antonio Amaro Vieira com a Rodovia Admar Gonzaga) - Itacorubi
		Pista de Skate no terreno atrás do Colégio José do Vale Pereira – João Paulo
	15	Construção de dois banheiros públicos para atender as quadras de esporte que atendem o Conselho Comunitário dos Jardins Flor da Ilha, Anchieta e Jardim Germânia - Córrego Grande
		Revitalização da Praça João Di Bernardi - Santa Mônica
	17	Revitalização das Praças Roldão da Rocha Pires e Getúlio Vargas - Santo Antônio de Lisboa.
	20	Construção de praça com bancos, mesas com tabuleiros fixos, calçamento com blocos de concreto e obstáculos que impeçam que veículos estacionem sob a praça na Estrada Jornalista Jaime de Arruda Ramos - Ponta das Canas.
22	Reforma da área esportiva escolar da EBM Maria Tomázia Coelho	
	Criação de área de lazer e esporte e Revitalização da rótula e seu entorno - Rua Raul Pereira Caldas	



	27	Revitalização da Servidão Sol e Lua - Campeche
	28	Construção parcial da Praça Santos Dumont - Carianos
		Construção do Centro Comunitário do Carianos na área pública ao lado da Creche Dra. Zilda Arns - Carianos
		Academia da Saúde na área verde entre as ruas Recanto dos Girassóis, Ipê Rosa, Hibisco Colibri e Raimundo Starosky - Carianos
	29	Reforma da Praça Dona Chiquinha na Freguesia do Ribeirão da Ilha
	30	Uma escadaria ampla ao lado do ponto de salva-vidas, para implantar o Projeto Esporte e Lazer da PMF, escadarias para sentar, deitar e simples descanso
REGIÃO	01 - Continen- tal	Revitalização e reforma da Praça Senador Renato Ramos Silva, Balneário.
		Revitalização e readequação da Praça Arlindo Philipe (Rua Eugenio Raulino Koerich, com Rua Marcilio Dias).
	02 – Maciço	Investimento em Centros Comunitários em algumas comunidades do Maciço do Morro da Cruz (a ser decidido pelo Grupo Gestor do Maciço do Morro da Cruz).
		Salão para Reunião, Palestra e pista de skate no Parque Municipal do Maciço do Morro da Cruz.
	03 – Central	Reforma do ginásio de esportes e quadras do Conselho Comunitário do Saco dos Limões.
		Revitalização e reforma da Praça Santos Dumont, Trindade.
		Revitalização e reforma da Praça João Di Bernardi, Santa Mônica: Construção de uma pista de ciclovia/corrida e de uma calçada para passeio entorno de toda a praça, instalação de uma academia da saúde e bancos
		Urbanização do canal de drenagem do Parque São Jorge com calçadas/passeio e arborização nos dois lados do canal.
		Construção de uma ciclofaixa e revitalização da Avenida Mauro Ramos.
		Pista de Skate na Praça Caiçara, Itacorubi.
		Revitalização da Praça Padre José Anchieta, Santa Mônica: Construção de uma pista de ciclovia/corrida e de uma calçada para passeio entorno de toda a praça, instalação de uma academia da saúde e bancos.
	Revitalização da Praça Breno Pinheiro Valadares, Santa Mônica: ampliação e reforma do parque infantil, conserto das calçadas e pista de corrida no entorno da praça, instalação de pelo menos mais duas lixeiras e pintura dos bancos da praça.	
	04 -	Construção do ginásio de esportes na Associação AMOCAMAR.

	Norte	Praça com quadras de esporte, pista para caminhada e academia de ginástica na Rua Três Marias, área doada pela CASAN à PMF, fundos Vila Futebol Clube, próximo a subestação de tratamento da CASAN, Ingleses
	05 - Leste	Implantação do Parque Municipal da Lagoa Pequena.
		Centro desportivo, praça e espaço com pista de skate bicicleta e com aparelhos de ginástica, Campeche.
		Readequação, reforma e melhoria da Praça Bento Silvério, Lagoa da Conceição.
		Ajardinamento e Horta Comunitária, Barra da Lagoa.
	06 – Sul	Construção de praça na Avenida Deputado Diomício Freitas (Conforme projeto elaborado pela Secretaria de Obras) - Carianos
CIDADE		Reforma das calçadas e implantação de banheiros públicos da Avenida Beira Mar Continental
		Investimento em melhorias e readequação do Parque da Luz
		Revitalizar a Avenida das Rendeiras e aumentar a faixa de areia da Lagoa da Conceição.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados e imagem extraídos do sítio da PMF.

Ao cruzarmos o quadro acima, referente ao Orçamento Participativo, com os dados obtidos a partir das demandas do “Prefeitura nos Bairros”<sup>342</sup>, aponta-se a crescente demanda por espaços públicos de usos coletivos. Foram contabilizadas 196 propostas, distribuídas entre ilha e continente, sendo que, 190 correspondem a esse tema. Os números são aparentemente iguais porque em diversas demandas constam mais do que um pedido, e estes foram desmembrados conforme os temas. A sistematização do quadro 2 foi uma escolha com base nos dados encontrados<sup>343</sup>.

---

<sup>342</sup> Tabela fornecida pelo IPUF em 30/10/2014.

<sup>343</sup> Algumas demandas contemplam mais de um tema, várias demandas contemplam o mesmo tema. Só foram desconsideradas demandas iguais, feitas pelo mesmo solicitante. Demandas iguais, feitas por solicitantes diferentes foram contabilizadas. Foram contabilizadas também as solicitações sobre dúvidas e informações sobre a temática. Alguns pedidos foram separados por temas.





				futebol)												
Vila do Arvoredo		01		02 01 (futebol)			03									07
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>27</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>02</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>02</b>	<b>06</b>	<b>20</b>	<b>08</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>196</b>

## APÊNDICE B: Caderno de Mapas

1. Quadro 01. Periodização geral e características das áreas visitadas
  2. Mapa de Periodização e localização geral.....Prancha 01
  3. Quadro 02. Periodização por bairros e distritos
  4. Praças e áreas prazeáveis: periodização comparativa.....Prancha 02
  5. Quadro 03. Praças e áreas visitadas distribuídas por distritos, bairros e localidades.
  6. Mapa de distribuição atual nos distritos, bairros e localidades.  
.....Prancha 03
  7. Quadro Geral
  8. Mapa síntese CURA I e II Continente
  9. Mapa Síntese CURA Plurianual
  10. Mapas de localização e situação por distritos e bairros
- Jardim Atlântico e Balneário.....Continente 01
- Abraão, Coqueiros, Itaguaçu .....Continente 02
- Capoeiras, Coloninha, Monte Cristo.....Continente 03
- Bom Abrigo, Canto, Estreito.....Continente 04
- Distrito de Canavieiras
- Canasvieiras, Daniela, Jurerê.....Ilha 01
- Distrito de Santo Antônio de Lisboa
- Cacupé, Samabaqui, Sto Antônio de Lisboa
- Distrito de Ingleses do Rio Vermelho.....Ilha 02
- Distrito do Pântano do Sul .....Ilha 03

Distrito da Lagoa da Conceição Lagoa e Praia da Joaquina Distrito da Barra da Lagoa.....	Ilha 04
Distrito do Ribeirão da Ilha Distrito do Campeche.....	Ilha 05
João Paulo e Santa Mônica.....	Ilha 06
Córrego Grande e Monte Verde.....	Ilha 07
Itacorubi.....	Ilha 08
Carvoeira e Trindade.....	Ilha 09
Costeira do Pirajubaé e Saco dos Limões.....	Ilha 10
Agronômica.....	Ilha 11
Centro.....	Ilha 12
Centro.....	Ilha 13



## QUADRO 01 DE PERIODIZAÇÃO GERAL E COM CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS VISITADAS:

Definição geral		Forma	Denominação	Localização	Usos vinculados ao mobiliário, equipamentos e apropriações	Lei de denom. Situação legal	Periodização aproximada	Observação	Mapa	Lista de adoção da FLORAM em março de 2014
Praças vinculadas a Igrejas e/ou núcleos de ocupação do território até o início do século XX – área central	1.	Isolada em lote – quadrilátero	Praça XV de Novembro	Centro	Áreas de estar, floricultura, ponto de taxi, mesas de jogos, ponto de engraxates, banca de jornal . Feiras semanais. Manifestações culturais	RNL Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado, há somente uma lei que nomeia o jardim dentro da praça	Século XVIII (primeira capela século XVII)	Praça símbolo de Florianópolis	Ilha 13	Adotada em 2010 por construtora e loja de sapatos.
	2.	Lote isolado, quadrilátero	Praça Esteves Júnior	Centro	Estar, com floricultura e banca de revista. Elementos simbólicos como canhões.	3336/89 Praça denominada por lei.	Final do século XIX e começo do século XX.	Antigo forte com canhões do século XVIII	Ilha 12	Adotado em 2006 por floricultura
	3.	Lote isolado	Praça Fernando Machado	Centro	Estar, banheiro público, e monumento. Recebe feira semanalmente.	4146/93 Praça denominada por lei.	Remonta ao final do XIX e início do XX.	Junto à Praça XV.	Ilha 13	
	4.	Lote isolado, com quatro testadas	Praça Getúlio Vargas	Centro	Estar, passagem, equipamentos infantis, chafariz desativado usado como pista de skate, quiosque de alimentação.	RNL Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Segundo PDP/PMF 2008 - data de 1933. Porém como Praça 17 de Novembro, é anterior, remonta o começo do XX.	Casario histórico no entorno	Ilha 13	
	5.	Lote isolado com três testadas	Praça Pereira Oliveira	Centro	Área de estar, passagem e quiosque de alimentação	RNL Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Existente desde o final do XIX urbanizada na década de 1930.	Junto ao teatro Álvaro de Carvalho.	Ilha 13	
	6.	Lote isolado trapezoidal	Praça Olívio Amorim	Centro	Estar, bancos, quiosque – floricultura e alimentação, recentemente academia.	RNL Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Década de 1930	Ocupação residencial da Av. Hercílio Luz	Ilha 13	Adotada em 2009 por associação cultural.
	7.	Calçada em frente à Catedral	Largo da Catedral e suas escadarias	Centro	Estar (bancos e jogos). Nas escadarias da Catedral acontecem espetáculos, bem como no calçada, e feiras. Há um posto da polícia.	6823/2005 Denominada por lei como largo, mas foi aqui considerada praça pelos usos.	Data do século XVIII junto com a Igreja.	O calçada é da década de 1980.	Ilha 13	
	8.	Calçada no entorno do antigo edifício da Alfândega	Largo da Alfândega	Centro	Área de estar, eventos, feiras, passagem. Chafariz, palco, posto policial, bancos, comércio fixo e carrinhos de alimentação.	2323/85 6727/2005 Denominada por lei como largo, mas foi aqui considerada praça pelos usos.	Como área de uso público data de 1985 (calçada) mas utilizado desde o século XIX.	Núcleo central de formação da ilha. Ponto de encontro e trocas, junto à antiga Alfândega e ao Mercado	Ilha 13	Adotado por companhia telefônica e rede de TV - em 2010.

	9.	Ilha do sistema viário Triangular	Praça Etelvina Luz	Centro	Estar com bancos e mesa de jogos.	RNL Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado.	Década de 1910 (1919 - segundo PDP/ 2008)	Proveniente do sistema viário. Pequena área triangular.	Ilha 13	Adotada em 2003 por imobiliária.
	10.	Ilha do sistema viário – em dois trechos	Largo Benjamin Constant	Centro	Ambos os trechos são áreas de estar, sendo que o trecho norte possui floricultura e ponto de taxi.	RNL Largo reconhecido como praça pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Final do século XIX e começo do XX.	Desmembramento de chácara	Ilha 13	Adotada em 2004 por construtora
	11.	Em desnível com duas testadas.	Largo Fagundes (Praça Pio XII)	Centro	Passagem, estar, estacionamento no subsolo, quiosques de alimentação e banca. Área de estar durante a semana, com uso intenso.	1116/72 363/58 Denominada por lei, como largo e como praça.	Como praça reformada, na década de 1990, sendo que já era ponto de encontro desde a década de 1970 e 1980.	Como fonte desde o século XIX	Ilha 13	
	12.	Lote entre edifícios, duas testadas	Praça dos Namorados	Centro	Estar, equipamento infantil, esportivo e banca.	RNL. Praça reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Final do XIX e começo do XX		Ilha 12	
	13.	Em curva, entre rua e declive.	Praça Hercílio Luz	Centro	Estar, contemplação, mirante.	5076/97 Denominada por lei.	Década de 1920	Obras de cabeceira da ponte	Ilha 13	Adotada por construtora (conforme material fornecido pela mesma)
	14.	Esquina em cunha	Pça Lauro Muller	Agrônômica (considerada aqui como área central pelo processo histórico de ocupação e consolidação).	Estar, com bancos e fonte.	3336/89 Denominada por lei.	Primeira metade do século XX	Sobre a confluência da Av. Mauro Ramos com o antigo Forte São Luís	Ilha 11	
Praças vinculadas a Igrejas e/ou núcleos de ocupação do território Fora do perímetro central	15.	esquina com três frentes em frente ao mar	Praça Getúlio Vargas	Santo Antônio de Lisboa	Área de estar, bancos. Uso vinculado ao lazer infantil, estar e contemplação. Quiosque fixo e carrinhos de alimentação.	241/55 Denominada por lei.	Século XVIII (data da ocupação e igreja, não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)		Ilha 02	
	16.	lote isolado com quatro	Praça Hermínio	Ribeirão da Ilha	Estar, com bancos e canteiros.	168/53 Denominada por lei.	Século XVIII (data da ocupação e	Anteriormente conhecida como	Ilha 05	

	testadas	Silva				igreja, não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)	praça 24 de Outubro		
<b>17.</b>	lote isolado com três testadas	Praça Clara Eulina de Abreu Soares	São João do Rio Vermelho	Estar e contemplação. Com bancos e canteiros.	1182/73 Denominada por lei.	Século XVIII (data da ocupação e igreja, não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)		Ilha 03	
<b>18.</b>	dois trechos – cunha e rótula	Praça Edith Gama Ramos	Canasvieiras	Sem uso	2066/84 Denominada por lei.	Século XIX (data da ocupação e igreja, não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)	Não pode ser considerada praça, dada sua configuração	Ilha 01	.
<b>19.</b>	Triangular – com três testadas	Praça Santos Dumont	Trindade	Bancos e equipamentos para lazer infantil, área de estar, equipamentos esportivos. Carrinho de alimentação. Posto policial em desuso.	RNL Reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado, há somente uma lei que nomeia o jardim dentro da praça.	Século XIX (data da ocupação e igreja, não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)	Alteração a partir da inserção da UFSC, mas já consta nas fotos aéreas desde 1938	Ilha 09	
<b>20.</b>	linear em frente ao mar	Praça Macário da Rocha	Sambaqui	Área para estar com bancos, equipamentos infantis, e área de trabalho para pescadores. Deque e campo de futebol.	5656/00 Denominada por lei.	Em frente à antiga alfândega de Sambaqui.  Século XVIII e XIX (data da ocupação e do distrito de Santo Antônio de Lisboa), não necessariamente de consolidação da praça como conhecida atualmente)	A área já existia- (praça data da década de 1980) Identificada na foto aérea de 1957 área com trapiche em frente à Alfandega.	Ilha 02	

							Último quartel século XX pela lei			
	21.	lote isolado com quatro testadas	Praça Nossa Senhora de Fátima	Estreito	Múltiplos usos, quadras esportivas, áreas de estar, posto policial, equipamentos infantis e bancos.	232/55 Denominada por lei.	Primeira metade do século XX	Por lei denomina-se “Jardim Nossa Senhora de Fátima” – década de 1940	Continente 04	
Primeira metade do século XX Fora dos centros históricos	22.	Lote isolado com quatro testadas	Praça Marcílio Dias	Jardim Atlântico	Área de estar e com elemento comemorativo	329/58 Denominada legalmente.	Década de 1940, primeira metade do século XX.	Provavelmente criada com a relocação da Escola de Aprendizizes da Marinha	Continente 01	
	23.	Lote isolado com quatro testadas	Praça Abdon Batista	Saco dos limões	Equipamentos infantis, áreas de estar, mesa para jogos, ponto comercial para alimentação equipamentos para ginástica, estacionamento e chafariz. Múltiplos usos	761/66 Denominada legalmente.	Primeira metade do século XX	Conjunto habitacional implantado na década de 1940.	Ilha 10	
	24.	Esquina, final de quadra	Pracinha Koerich ou da Penitenciária	Trindade	Lazer infantil e área de estar com bancos.	RNL Praça reconhecida pelo uso – registro não localizado	Primeira metade do século XX	Por foto antiga, década de 1930 e 1940, a praça já existia como área verde.	Ilha 09	Adotada em 2009 por construtora
Segunda metade do século XX	25.	Lote com uma testada	“Praça Cacupé”	Cacupé	Área de estar e contemplação, possui bancos.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Sem data definida	Século XX, provavelmente a partir da segunda metade, quando acentua-se a ocupação da área. Esta nessa lista por constar na listagem fornecida pelo IPUF.	Ilha 02	
		Linear em frente ao mar	Praça José Boabaid/ Manoel David Chaves/ Praça do Meio (pela localização da associação)	Coqueiros	Equipamentos esportivos, infantis, ranchos de pescadores, sede de associação de moradores, áreas de estar e deck com mirante	4949/96 Denominada legalmente.	Segunda metade do século XX	É citada no CURA II, como praça existente. Mas conforme Sugai, seu entorno foi loteado entre as décadas de 1940 a 1959	Continente 02	
	26.	Em final de rua – frente para ao mar	Praça Marcelino Champagnat	Jardim Atlântico	Área de estar e contemplação. Difícil caracterização como praça.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX.	Estimativa conforme Sugai, seu entorno foi loteado a partir da década de 1940. Bastante	Continente 01	

							descaracterizada como praça. Está citada por ter sido localizado projeto para área.		
28.	Em final de rua – frente para ao mar	Praça Coronel Romariz	Balneário	Área de estar e contemplação. Difícil identificação como praça.	6034/02 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX.	Estimativa conforme Sugai, seu entorno foi loteado entre 1940 e 1959. Bastante descaracterizada como praça.	Continente 01	
29.	Ilha do sistema viário	Praça / Parque infantil “Dalva Cardoso”	Saco dos Limões	Equipamentos infantis, bancos e sede de Associação de Moradores	RNL Praça reconhecida pelo uso– registro não localizado	Século XX	Data não estimada- provavelmente na continuidade do conjunto habitacional implantado na década de 1940.	Ilha 10	
30.	Rótula - alongada	Praça Roberto Sampaio Gonzaga	Itaguaçu	Equipamentos infantis e área de estar	2397/86 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX	Aparece no CURA II como praça existente	Continente 02	
31.	Ilha - alongada	Praça dos Navegantes	Balneário	Deixou de ser praça com aterro da Beira- Mar, possui um banco	5122/97 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX	Descaracterizada como praça. Praticamente deixou de existir com o aterro para a Avenida beira-mar continental	Continente 01	
32.	Ilha - alongada	Praça Paulo Schlemper	Capoeiras	Área de estar e ponto comercial de alimentação	1222/74 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX	Aparece no CURA II como praça existente	Continente 03	Adotado em 2009, por empresa do ramo automobilístico.
33.	Ilha - triangular	Praça Francisco Germano da Costa - Chico Camarão - Praça Virgílio Várzea	Canasvieiras	Estar com mesas de jogos	CMF 223/98 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX	Pelas fotos aéreas, insere-se a partir do sistema viário entre 1957 e 1977.	Ilha 01	
34.	Triangular	Praça Ceci Almeida Fabro	Capoeiras	Parque infantil	5976/ 02 Denominada por lei.	segunda metade do século XX	Pelas fotos aéreas, sistema viário	Continente 03	
35.	Ilha e também em esquina	Praça Alziro Zarur	Estreito	Equipamento esportivo (academia), infantil e rótula, estar	2070/84 Denominada por lei.	segunda metade do século XX	Sistema viário, já consta no CURA II. Pela lei e pelo plano	Continente 04	

								são duas rótulas. Acrescentamos mais duas áreas com o trabalho de campo.		
36.	Praça em três trechos	Praça Atilio Ferreira	Trindade	Estar e mesa de jogos, com área fechada para associação de moradores.	7041/06 Denominada por lei	Segunda metade do século XX	Acompanha evolução da ocupação do bairro	Ilha 09		
37.	Lote isolado com três testadas	Praça Bento Silvério	Lagoa da Conceição	Equipamentos infantis, mesa de jogos, bancos e equipamentos culturais. Quiosque de alimentação.	RNL Reconhecida pelo uso e importância simbólica – registro não localizado	Segunda metade do século XX (estimativa)	Baixa definição das fotos aéreas e ausência de registro legal.	Ilha 04		
38.	Lote isolado – em dois trechos	Praça Gov. Celso Ramos	Agrônômica	Parque infantil, bancos, mesas de jogos, academias e pet play	580/63 1629/78 Denominada legalmente	Década de 1960	Reformada nos anos 2000.	Ilha 11	Adota por empresa de empreendimentos imobiliários em 2010.	
39.	Lote isolado com três testadas	“Praça Guadalupe”	Canasvieiras	Campo de futebol improvisado. Não é praça.	RNL Reconhecida a partir de demandas da comunidade local e processo de adoção.	Sem data definida	Década de 1950 – loteamento É um AVL, está nessa lista por ter sido adotada e haver demandas para seu reconhecimento como praça.	Ilha 01	Adotado em 2008 por ação social vinculado à Igreja.	
40.	Esquina	Pça Osvaldo Bulcão Viana	centro	Área de estar com bancos	789/66 Denominada por lei	Entre as décadas de 1950 e 1970 – segunda metade do século XX		Ilha 13		
41.	Esquina com três frentes	Pça D. Pedro I	Centro	Equipamento infantil, estar com bancos, quiosque.	1094/72 Denominada legalmente	Entre as décadas de 1950 e 1970		Ilha 13	Adotada em 2013 por construtora.	
42.	Esquina em divisa com córrego – retangular	Praça sem denominação ou Praça na rua Pintor Eduardo Dias ou Praça no Rio Buschle	Jardim Atlântico	Equipamentos infantis	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Século XX	Conforme áreas loteadas na décadas de 1940 e 1950 – encontrado projeto no IPUF do final da década de 1980.	Continente 01	Consta na lista por ser reconhecida pela Secretaria Municipal do Continente como praça.	
43.	Cunha	Praça Osvaldo de Oliveira	Capoeiras	Área de estar	2047/84 Denominada legalmente	Segunda metade do século XX (pelas fotos aéreas) .	É citada no CURA II, como praça existente. Alterações do sistema viário.	Continente 03		
44.	Esquina com três frentes	Praça Anízio Silveira	Canto	Pista de skate	4716/95 Denominada por lei.	Segunda metade do século XX	Estimativa pela ocupação do bairro a partir da década de	Continente 04		

		Machado						1960. Não se caracteriza propriamente como uma praça, só há uma pista de skate.		
45.	Esquina com três frentes	Praça Manoel Felix Cardoso	Abraão	Possui alguns bancos, mas não configura-se como área de estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX.	Por foto aérea reconhece-se área verde, mas reforçada pelo sistema viário na segunda metade do século XX. Consta na lista por ser reconhecida pela Secretaria Municipal do Continente como praça.	Continente 02		
46.	Em cunha - esquina	Pça do SESC	Centro	Sem uso	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX	Somente uma área gramada. Está aqui por aparecer nas listagens de praças.	Ilha 13		
47.	Em cunha - esquina	Pça Senhor dos Passos	Centro	Sem uso	8086/2009 Denominada por lei	Segunda metade do século XX	Somente uma área gramada.	Ilha 13		
48.	Final de quadra, esquina	Praça Professor Ângelo Ribeiro	Estreito	Sem uso definido, possui equipamento de estar. Sem caráter de praça.	6685/05 Denominada por lei	Segunda metade do século XX.	Pelas fotos aéreas, sistema viário	Continente 04		
49.	Esquina em cunha	Praça Pio XII	Lagoa da Conceição	Estar e contemplação. Bancos, mesa de jogos quebrada e ponto de ônibus.	1210/74 Denominada por lei	Segunda metade do século XX (estimativa)	Baixa definição das fotos aéreas e ausência de registro legal.	Ilha 04		
50.	Esquina, dois trechos	Praça João Demaria Cavalazzi	Estreito	Equipamentos esportivos e infantis.	1821/81 Denominada por lei	Segunda metade do século XX.	Pelas fotos aéreas, processo de ocupação	Continente 04		
51.	Esquina	Praça sem denominação	Colônia	Equipamentos infantis e esportivos	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX.	Não há citação dessa área no CURA I, mas são as mesmas linhas projetuais das demais praças criadas. Consta nessa lista por ser reconhecida pela Secretaria Munic. Do Cont.	Continente 03		
52.	Esquina com três frentes	Praça sem denominação	Monte Cristo	Equipamentos infantis e área de estar	RNL Registro não localizado ou praça não	Segunda metade do século XX.	Pelas fotos aéreas. Consta nessa lista por	Continente 03		

			ão na Rua Luis Carlos Prestes			oficial.		ser reconhecida pela Secretaria Munic. Do Cont.		
	53.	Em esquina em cunha	“Praça Conselheiro Mafrá”	centro	estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX	Data estimada	Ilha 13	Adotada (mas não consta na lista da FLORAM)
	54.	Esquina em cunha	Praça “no alto da Conselheiro”	centro	Sem usos	RNL Registro não localizado ou praça não denominada legalmente	Segunda metade do século XX	Estimativa – há uma placa no local na qual consta praça do desterro. Sem usos ou apropriação. Não deveria ser considerada praça. Consta dessa lista a partir de informações obtidas com técnicos do IPUF.	Ilha 13	
	55.	Lote com duas testadas	Praça sem denominação na rua Patrício Caldeira de Andrade	Abraão	Equipamentos infantis.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Sem data definida, segunda metade século XX.	Pelas fotos aéreas. Consta nessa lista por ser reconhecida pela Secretaria Munic. Do Cont.	Continente 02	
	56.	Esquina em desnível	Praça Arno Schaffer	Estreito	Equipamento esportivo (pista de caminhada)	9370/13 Denominada por Lei.	Segunda metade do século XX, mas denominada no século XXI.	Pelas fotos aéreas	Continente 04	
	57.	Em desnível	Praça do Desterro	centro	Sem usos específicos.	3360/90 Denominada legalmente.	Segunda metade do século XX	Ocupação e verticalização da área central.	Ilha 13	
Último quartel do século XX	58.	calçada	Praça Roldão da Rocha Pires	Santo Antônio de Lisboa	Estar e passagem. Também ocorrem feiras. Há bancos, mesa de jogos e um pequeno palco.	1997/83 Denominada por lei.	Considerado como último quartel do século XX, apesar de ser utilizada ao longo da história.	A data da praça não foi localizada, senão na lei de denominação. O calçamento data do século XIX, conforme placa comemorativa. Na foto aérea de 1977 aparece como via e já vegetada na de 1994.	Ilha 02	.
	59.	Linear em frente ao mar	Praça Maria	Ribeirão da Ilha	Bancos, ducha, mesas para jogos. Área de estar, contemplação, ponto	6289/2003.Denominada por lei	Núcleo com arquitetura	Área em frente ao mar, com casario	Ilha 05	



		Francisca da Silva (Dona Chiquinha)		comercial para alimentação.		colonial. Área em frente ao mar, com casario histórico no entorno. Será considerada como segunda metade do século XX, aproximadamente ao último quartel do século XX.	histórico no entorno. Na foto aérea de 1977 aparece como espaço em frente ao mar, mais definido na foto de 1994		
60.	linear em frente ao mar	Praça Fermino Manoel da Silva	Ribeirão da Ilha	Área de estar e contemplação.	4836/96 Denominada por lei	Provavelmente último quartel século XX	Área em frente ao mar, sem casario histórico no entorno. Na foto aérea de 1977 aparece como espaço em frente ao mar, mais definido na foto de 1994	Ilha 05	
61.	Esquina com três frentes	Praça Jacques Schweidson	Jardim Atlântico	Equipamentos esportivos e infantil, área de estar.	6055/02 Denominada legalmente	Século XX – a partir da década de 1970 – provavelmente entre os anos 1990 e 2000	Levando em consideração periodização com fotos aéreas	Continente 01	
62.	Esquina em cunha	Praça Antônio Cabreira	João Paulo	Equipamentos infantis, estar, academia	8101/09 Denominada por lei	Último quartel do século XX	Conforme fotos aéreas	Ilha 06	
63.	Esquina, final de quadra	Praça Frei Jaci Bachi	Carvoeira	Alguns bancos, sem caráter de praça.	4403/94 Denominada legalmente	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX	Loteamento da década de 1970, na foto aérea de 1977, o loteamento já aparece traçado e com alguma ocupação. Não possui caráter de praça.	Ilha 09	
64.	Cunha	Praça Santa Luzia	Jurerê	Equipamentos de esporte (academia) e estar (bancos e mesa de jogos)	5707 / 00 Denominada legalmente	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX.	Pelas fotos áreas entre 1977 (não aparece) e 1994.	Ilha 01	
65.	Esquina	Praça do Conselho Comunitário do Sapé	Jardim Atlântico	Equipamentos esportivos e infantis e com sede de associação de moradores	RNL Registro legal não encontrado ou não denominada oficialmente.	Década de 1980- último quartel do século XX	Pela data de inserção do Conjunto Sapé. Consta nessa lista por ser reconhecida como praça.	Continente 01	

<b>66.</b>	Esquina	Praça Miroslau Casermiro Woloski	Carvoeira	Equipamento infantil e bancos Recentemente foi implantada academia	5004/96 Denominada legalmente	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX.	Loteamento da década de 1970, na foto aérea de 1977, o loteamento já aparece traçado e com alguma ocupação. A praça aparece como área verde	Ilha 09	
<b>67.</b>	Esquina	Praça sem denominação no IPUF Praça jardim Atlântico	Jardim Atlântico	Área de estar	RNL Registro legal não encontrado ou não denominada oficialmente.	Década de 1980 – último quartel do século XX.	Pela data de inserção do Conjunto Sapé. Consta nessa lista por ser reconhecida como praça.	Continente 01	
<b>68.</b>	Esquina	Praça Joao Batista Vieira	Jardim Atlântico	Equipamentos esportivos e de estar	RNL Registro legal não encontrado ou não denominada oficialmente. Praça reconhecida pelo uso.	Década de 1970 – último quartel do século XX.	Pela data do Projeto CURA I	Continente 01	
<b>69.</b>	Dois trechos em esquina	Praça na Rua dos Laranjais	Campeche	Estar com bancos, equipamentos infantis	RNL Registro não encontrado ou praça não denominada oficialmente.	Início dos anos 2000. Final da década de 1990 – último quartel do século XX.	Pela foto aérea a rua dos Laranjais não aparece em 1994, mas na ortofoto de 2002. Consta aqui pela listagem fornecida pelo IPUF.	Ilha 05	
<b>70.</b>	Esquina	Praça Arlindo Francisco Philippi	Jardim Atlântico	Equipamentos esportivos, infantil, mirante e estar	6562/2004 Denominada legalmente	Década de 1990 – último quartel do século XX.	Loteamento Costa Azul	Continente 01	
<b>71.</b>	Esquina	Praça Marcelino Vieira Filho	Canto	Equipamentos infantis	3540/91 Denominada por lei.	Década de 1970 – último quartel do século XX.	CURA I	Continente 04	
<b>72.</b>	Esquina com três frentes	Praça na Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho conforme IPUF Antonieta de Barros,	Canto	Equipamento esportivo e infantil	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX.	A biblioteca data da década de 1980. Apesar de já haver indicação do CURA I, década de 1970, para implantação de equipamento na área.	Continente 04	

		(sem confirmação)							
<b>73.</b>	Final de quadra, esquina	Praça sem denominação na rua Kurt Rantour	Capoeiras	Equipamento infantil	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX. – último quartel do século XX.	Não aparece definida na foto de 1994. Consta nessa lista por ser reconhecida pela Secretaria Munic. Do Continente.	Continente 03	
<b>74.</b>	esquina	“Praça Chico Mendes”	Agrônômica	Parque infantil e bancos	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Re-inaugurada em 2008 – último quartel do século XX.	Sobre o parque Chico Mendes, no complexo há academia e campo de futebol em areia. No PDP/PMF (2008) consta de 1989. Está aqui por ter sido adotada como praça.	Ilha 11	Adotada em 2009 por associação recreativa e cultural.
<b>75.</b>	Esquina com três frentes	Praça no Chico Mendes 01	Monte Cristo	Equipamento esportivo	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Final do século XX, último quartel do século XX.	Coincide com a implantação do Chico Mendes, na foto de 1994 só há a área vazia, os equipamentos aparecem na foto de 2002.	Continente 03	
<b>76.</b>	Esquina em cunha	Praça Donato da Silva	Santa Mônica	Bancos (quebrados). Área de Estar	5141/97 Denominada legalmente.	Último quartel do século XX	O loteamento data da década de 1970	Ilha 06	
<b>77.</b>	esquina	Praça José Carneiro Junior	Santa Mônica	Não identificados, área verde sem uso	7019/2006 Denominada legalmente.	A partir da década de 1980 (foto aérea de 1977) – último quartel do século XX.	Implantação do loteamento. Não se caracteriza como praça, está aqui pela legislação.	Ilha 06	
<b>78.</b>	Em cunha	Praça Professor Manoel Emídio Silveira – antiga Praça João José da Cruz (Janga)	Inglese	Lazer infantil, estar (bancos e mesa de jogos) e esportivo (academia) Sede da PM e posto de saúde	4622/95 3054/88 Denominada legalmente.	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX.	Pelas fotos aéreas, provavelmente posterior à década de 1970.	Ilha 02	Adotada em 2011 por associativa recreativa.

<b>79.</b>	Praça em cunha, final de quadra	Praça Miguel Ângelo Sedrez	Itacorubi	Áreas de estar e equipamentos de lazer infantil	5675/00 Denominada legalmente.	Década de 1990 – último quartel do século XX.	Loteamento aprovado na década de 1980	Ilha 08	
<b>80.</b>	Esquina, final de quadra	Praça do Conselho do Itacorubi	Itacorubi	Equipamentos esportivos, de lazer infantil, áreas de estar.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial. Reconhecida como praça.	Último quartel do século XX	Pelas fotos aéreas, depois da década de 1980	Ilha 08	
<b>81.</b>	Rótula - gota	Praça Cientista Alberto Sabin	Coqueiros	Sem equipamentos	4044/93 Denominada por lei	Último quartel do século XX	Alterações no sistema viário. Aparece entre as fotos áreas de 1977 e 1994. Não pode ser considerada praça, é uma rótula.	Continente 02	
<b>82.</b>	cunha	Praça Patrício Caldeira de Andrade	Capoeiras	Sem uso definido, possui equipamento de estar (banco). Dificil visualização como praça.	RNL Registro legal não encontrado, no entanto aparece no mapeamento do CURA II	Último quartel do século XX	Remanescente do sistema viário, aparece no CURA II como proposta para área verde, não aparece na foto de 1977.	Continente 03	
<b>83.</b>	Ilha - alongada	Praça Duque de Caxias	Estreito	Sem equipamentos, sem usos.	RNL Registro legal não encontrado, no entanto aparece no mapeamento do CURA II	Último quartel do século XX	Sistema viário, já consta no CURA II. É remanescente do sistema viário. Não é praça.	Continente 04	
<b>84.</b>	rótula	Praça Padre José de Anchieta	Córrego Grande	Sem usos definidos, sem usos.	2948/88 Denominada por Lei	Último quartel do século XX	Data do loteamento – 1970. Não caracteriza-se como praça, está aqui pela legislação.	Ilha 07	
<b>85.</b>	Ilha- linear	Praça da França	Centro	Sem usos definidos, área de passagem.	3230/89 Denominada por lei.	Década de 1980 – último quartel do século XX	Remanescente de alterações viárias	Ilha 13	
<b>86.</b>	Rótula em Gota	Praça Agenor Povoas Junior	Trindade	Sem equipamentos , não identificada como praça.	RNL Registro não localizado ou inexistente.	Último quartel do século XX.	Sistema viário – remanescente do sistema viário, não é praça. Analisada por estar em lista de adoção.	Ilha 09	Adotada em 2007 e renovada em 2008, por empresa de mídia.
<b>87.</b>	Ilha	Praça José Mauro da Costa Ortiga	centro	Sem usos definidos	3373/90 Denominada por lei.	Último quartel do século XX		Ilha 13	

88.	rótula	Praça / parque infantil no Morro do Horácio – Av. do Antão	centro	Equipamento infantil em rótula.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Último quartel do século XX	Consta aqui por informações de adoção.	Ilha 13	Adotada em 2013 por empresa de comunicação (conforme placa no local)
89.	Ilha triangular	Praça Calístrato Salles	Itaguaçu	Área com totem comemorativo de Franklim Cascaes e bancos	2843/88 Denominado por lei	Último quartel do século XX	Data do loteamento – década de 1970	Continente 02	Adotado em 2011, por clínica.
90.	Ilha - alongada	Praça Edson Pereira do Nasciment o	Córrego Grande	Equipamentos infantis, esportivos, quadra e mesa de jogos.	3907/92 Denominada por lei.	Último quartel do século XX	Data do loteamento – década de 1970. Conforme foto aérea (1977) o loteamento já aparece implantado.	Ilha 07	
91.	rótula	Praça Breno Pinheiro Valadares	Córrego Grande	Equipamentos de lazer e esportivos. Área de estar, rótula do sistema viário	2947/88 Denominada por lei.	Último quartel do século XX	Data do loteamento – década de 1970	Ilha 07	
92.	Calçada com ciclovía - linear	Pça Const. João J. de Mendonça	centro	Estar (bancos e mesas de jogos)	3159/88 Denominada por lei.	Efetivada a partir da década de 1980 – último quartel do século XX.	Sobre o Rio da Bulha.	Ilha 13	
93.	Calçada com ciclovía - linear	Pça Jorn. Teixeira da Rosa	centro	Estar (bancos e mesas de jogos)	3192/89 Denominada por lei.	Efetivada a partir da década de 1980 – último quartel do século XX.	Sobre o Rio da Bulha	Ilha 13	
94.	Alça do sistema viário	Praça Rep. da Grécia	Agrônômica	Estar, contemplação, esportivo (equipamentos) e quiosque de alimentação.	1922/83 Denominada por lei	Década de 1980 – último quartel do século XX.	Remanescente do aterro da Av Beira- Mar norte	Ilha 11	
95.	Alça do sistema viário	Praça Seq.da Polícia Militar	Centro	Estar, contemplação, estação elevatória da CASAN	2423/86 Denominada por lei	Década de 1980– último quartel do século XX.	Remanescente do aterro da Av Beira- Mar norte	Ilha 12	
96.	Alça do sistema viário	Praça de Portugal	Centro	Estar, contemplação, esportivo (equipamentos) e quiosque de alimentação.	2273/85 Denominada por lei.	Década de 1980– último quartel do século XX.	Remanescente do aterro da Av Beira- Mar norte	Ilha 12	
97.	Ilha - triangular	Djair Kurt	Monte Verde	Equipamento infantil e bancos. Área do sistema viário.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	A partir da década de 1980 – último quartel do século XX.	Inserção do conjunto habitacional Monte Verde (década de 1980). Consta aqui por se encontrar em	Ilha 07	

							listas recebidas.		
<b>98.</b>	Ilha Triangular	Antônio Machado	Monte Verde	Equipamento esportivo (academia) e bancos. Área do sistema viário.	2567/87 Denominada por lei.	A partir da década de 1980 – último quartel do século XX.	Inserção do conjunto habitacional Monte Verde (década de 1980)	Ilha 07	
<b>99.</b>	Em cunha	Praça Aquiles Paulo de Souza (Kila)	Jardim Atlântico	Área de estar	3032/88 Denominada legalmente	Sem data definida, mas as alterações do sistema viário que a originaram datam entre final da década de 1970 e início da década de 1990.	Levando em consideração periodização com fotos áreas	Continente 01	
<b>100.</b>	Ilha - quadrada	Praça Prof. Seixas Neto	Agronômica	Área de estar. Rótula com área de estar.	2731/87_5615/99 Denominada legalmente.	Inaugurada em 1999	Proveniente de reforma no sistema viário	Ilha 11	
<b>101.</b>	Linear ao longo do canal da lagoa	Aderbal José dos Santos - Bazinho	Barra da Lagoa	Equipamentos infantis, quadra de areia, banheiro, equipamento infantil, ponto de alimentação.	6339/03 Denominada legalmente.	último quartel do século XX (estimativa).	Pode tratar-se de uma área de antiga ocupação. Há a presença de uma capela, São Pedro. Pelo documento referente ao Plano Diretor dos Balneários (diagnóstico de 1984), indica que na Barra não havia praças	Ilha 04	
<b>102.</b>	Linear em frente ao mar	Largo do Bom Abrigo	Bom Abrigo	Equipamentos infantis, esportivo e áreas de estar	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Sem data definida. Último quartel do século XX	Século XX. Consta por ser reconhecida pela Secret. Do continente e pelo tipo de equipamento implementado	Continente 04	
<b>103.</b>	Linear em frente ao mar	Praça sem denominação na Praia de Itaguaçu	Praia de Itaguaçu	Equipamentos infantis. Área de lazer infantil.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Sem data definida. Último quartel do século XX	Calçadão e melhorias na orla. Consta por ser reconhecida pela Secret. Do conti. e pelo tipo de equipamento implementado	Continente 02	
<b>104.</b>	Linear entre duas vias	Praça Martinho	Saco dos Limões	Equipamento esportivo (quadra), equipamento infantil, banco. Em	2309/85 7325/2007 Denominada	Segunda metade do século XX – último	Conforme fotos aéreas	Ilha 10	

		Lutero re-denominada Praça Aldo Broering		alguns trechos confunde-se com canteiro do sistema viário.	legalmente.	quartel do século XX	Sofreu grande influência do aterro, em sua relação com o mar. Aparece no CURA-Plurianual.		
<b>105.</b>	Linear	Praça Jardim Senador Saulo Ramos	Lagoa da Conceição	Equipamento esportivo e infantil . Difícil visualização como área pública.	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Último quartel do século XX. , a partir da década de 1980	Loteamento década de 1980. Consta aqui por listagem recebida pelo IPUF. É uma AVL. De difícil visualização como praça dada sua localização	Ilha 04	
<b>106.</b>	Linear em frente ao mar	Renato Antônio de Souza	Lagoa da Conceição.	Bancos, deque. Mesa de jogos. Contemplação	5060/97 Denominada legalmente	Placa de inauguração de 1996. Último quartel do século XX	Pelas fotos aéreas, resultante da ocupação da orla da Lagoa e pelo traçado da avenida das Rendeiras.	Ilha 04	
<b>107.</b>	Linear ao longo de rio	Osni Ferreira	Monte Verde	Equipamentos infantis, de estar esportivos e sede de Conselho comunitário. Diversos equipamentos de lazer.	3346/90 Denominada legalmente	A partir da década de 1980. Último quartel do século XX.	Inserção do conjunto habitacional Monte Verde (década de 1980)	Ilha 07	
<b>108.</b>	Composição de várias AVL, linear	AVL "Praça da Integração"	Daniela	Lazer infantil, estar (bancos)	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Na década de 1970 (foto aérea de 1977) o bairro já apresentava alguma ocupação, consolidada a partir de então (comparação foto de 1994). Último quartel do século XX.	Loteamento data da década de 1970. É uma AVL, consta aqui por listagem recebida do IPUF.	Ilha 01	
<b>109.</b>	Linear em frente à lagoa	"Praça na Rua Rita Lourenço da Silveira"	Lagoa da Conceição	Não definido	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Data não identificada Será estabelecida como área utilizada a partir do último quartel do século XX.	Trata-se de uma área à margem da lagoa sem nenhum tratamento. É uma AVL, consta aqui por listagem recebida do IPUF. Não poderia ser considerada praça.	Ilha 04	
<b>110.</b>	linear	AVL - Jardim Baía Norte	João Paulo	Área de estar com quiosque e equipamentos para ginástica . Não é praça.	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Último quartel do século XX	Proveniente de loteamento, consta aqui por lista de	Ilha 06	Em 2002, por associação de moradores.

								adoção, e pelo tipo de equipamentos e uso. Não é praça.		
<b>111.</b>	Em desnível	Praça Claudio Ricardo Hahn da silva	Praia da Joaquina	Passagem, estar e contemplação.	7120/ 06 Denominada por Lei.	Segunda metade do século XX	Seguindo a tendência de ocupação turística da praia. Não caracteriza como praça. Não se caracteriza como praça.	Ilha 04		
<b>112.</b>	Em desnível e final de rua	Praça Gilberto G. da Fonseca	Centro	Parque infantil, área de passagem.	3686/91 Denominada por Lei.	Último quartel do século XX (década de 1990)	Loteamento década de 1970.	Ilha 13		
<b>113.</b>	Com quatro testadas	Praça Renato Ramos da Silva	Balneário	Equipamentos esportivos, infantis, quiosque, teatro de arena	1650/79 Denominada legalmente	Década de 1970, segundo quartel do século XX.	Projeto CURA I	Continente 01	Adotado em 2010 por associação recreativa.	
<b>114.</b>	Com quatro testadas, sendo boa parte de uma ocupada pela PM	Praça Maria Teresa Kock	Santa Mônica	Equipamentos infantis, áreas de estar, mesa para jogos, equipamentos para ginástica, estacionamento e chafariz. Múltiplos usos	5646/00 Denominada legalmente	Aparece na foto aérea de 1977. No PDP/PMF (2008) 1978. Último quartel do século XX.	A partir do loteamento	Ilha 06		
<b>115.</b>	Com quatro testadas	ACOJAR	Santa Mônica	Não considerada praça. Há diversos usos incluindo usos específicos da ACOJAR Equipamentos infantis, esportivos e academia.	RNL Registro não localizado, encontra-se aqui pela listagem do IPUF	Aparece na foto aérea de 1977 mas como loteamento.	A partir do loteamento. De difícil visualização como praça pelo cercamento do seu perímetro. Deixou de ser AVL sendo agora do conselho, o que talvez não a configure mais como praça/ espaço público	Ilha 06		
<b>116.</b>	Com quatro testadas	Praça Tancredo Neves	Centro	Praça cívica	3282/89 Denominada legalmente	No PDP /PMF (2008) 1989. Último quartel do século XX.	Já era prevista dedes o PD da década de 1950.	Ilha 13		
<b>117.</b>	Com quatro testadas	Praça dos Brilhantes	Pântano do Sul	Área sem uso	4891/96 Denominada legalmente	Na foto aérea de 1977 o loteamento já aparece traçado mas sem ocupação, em 1994 já parece	A partir do loteamento, década de 1970. Não caracteriza-se como praça, está aqui pela	Ilha 03		



							em consolidação Último quartel do século XX.	legislação.		
<b>118.</b>	Triangular, três testadas	Praça de Cristais	Pântano do Sul	Área sem uso.	4916/96 Denominada legalmente	Na foto aérea de 1977 o loteamento já aparece traçado mas sem ocupação, em 1994 já parece em consolidação. Último quartel do século XX.	A partir do loteamento, década de 1970. Não caracteriza-se como praça, está aqui pela legislação.	Ilha 03		
<b>119.</b>	Em forma de cunha, com três esquinas.	Praça do conselho comunitário do PQ São Jorge	Itacorubi	Há diversos usos incluindo usos específicos do Conselho Municipal do Parque São Jorge Equipamentos infantis, esportivos.	RNL. Registro não localizado, encontra-se aqui pela listagem do IPUF. Deixou de ser a Praça Miguel Angelo Sedrez, por alteração legal.	Não aparece na foto aérea de 1977 mas na de 1994.	De difícil visualização como praça pelo cercamento do seu perímetro. Deixou de ser AVL sendo agora do conselho, o que talvez não a configure mais como praça/ espaço público.	Ilha 08		
<b>120.</b>	Com quatro testadas	Praça dos Granitos	Pântano do Sul	Área sem uso – alguns caminhos traçados por caminhadas.	4892/96 Denominada legalmente	Na foto aérea de 1977 o loteamento já aparece traçado mas sem ocupação, em 1994 já parece em consolidação. Último quartel do século XX.	A partir do loteamento, década de 1970. Não caracteriza-se como praça, está aqui pela legislação.	Ilha 03		
<b>121.</b>	Com quatro testadas	Praça das Pedras ou das Areias	Pântano do Sul	Equipamentos esportivos, infantis e edificação	5047/97 Denominada legalmente	Na foto aérea de 1977 o loteamento já aparece traçado mas sem ocupação, em 1994 já parece em consolidação. Último quartel do século XX.	A partir do loteamento, década de 1970	Ilha 03		
<b>122.</b>	Com três testadas	Praça da Lagoa	Pântano do Sul	Apenas um deque com banco. Área de contemplação	4981/96 Denominada legalmente	Na foto aérea de 1977 o loteamento já aparece traçado mas sem ocupação, em 1994 já parece em consolidação. Último quartel do século XX.	A partir do loteamento, década de 1970 Último quartel do século XX	Ilha 03		

<b>123.</b>	Lote isolado com quatro testadas	Praça João di Bernardi	Santa Mônica	Não identificados – área gramada sem equipamentos. Possui traços de apropriação espontânea	2270/85 Denominada legalmente	A partir da década de 1980 (em foto aérea de 1994 seu entorno não estava consolidado). Último quartel do século XX.	A partir do loteamento. Não caracteriza-se como praça, está aqui pela legislação.	Ilha 06	
<b>124.</b>	Lote isolado frente ao mar	Praça do Líbano	Canasieiras	Capela, quiosque, posto da policia militar (inativo) e bancos	2764/87 Denominada legalmente.	Década de 1980, conforme placa inaugural	Loteamento década de 1950	Ilha 01	Adotada em 2007. Por empresa.
<b>125.</b>	Pequena cunha	Praça Guilherme FotrKamp Primeira parte	Balneário	Não é praça. Área de estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Década de 1970 – último quartel do século XX	Apesar de não estar implícito, no CURA I discute-se a inserção de equipamentos em miolos de quadra. Reconhecida como praça pela Secretaria Munic. Do Cont.	Continente 01	
<b>126.</b>	quadrilátero	Praça Guilherme FortKamp segunda parte	Balneário	Equipamentos infantis e área de estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Década de 1970 – último quartel do século XX	CURA I, reconhecida como praça.	Continente 01	
<b>127.</b>	Em final de rua	Praça sem denominação na rua Papa João Paulo	Capoeiras	Equipamento esportivo e infantil	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX. – último quartel do século XX.	Na foto aérea de 1977 a área já aparece com servidão de acesso aberta, mas sem ocupação. Reconhecida como praça pela Secretaria Munic. Do Cont.	Continente 03	
<b>128.</b>	Em final de rua, topo de encosta	Praça Jardim Universitario	Carvoeira	Não é praça. É uma área verde sem usos específicos	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Segunda metade do século XX – último quartel do século XX.	O loteamento é da década de 1970. Não pode ser considerada praça, está aqui pela lista recebida do IPUF.	Ilha 09	
<b>129.</b>	Uma testada	Praça Nagib Jabor/	Capoeiras	Equipamentos esportivos, infantis e de estar	3784/92 Denominada legalmente.	Sem data definida, provavelmente segunda metade do	Praça já existente no CURA II	Continente 03	

			Jardim do Estudante				século XX. Último quartel do século XX.			
	<b>130.</b>	Uma testada	Praça Eugenio Melo	Capoeiras	Equipamentos esportivos e infantis	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Década de 1970. Último quartel do século XX.	CURA I. Reconhecida como praça.	Continente 03	
	<b>131.</b>	Uma testada	Praça Roberto de Oliveira	Estreito	Equipamentos esportivos e estar	1787/81 Denominada legalmente.	Década de 1970. Último quartel do século XX.	CURA I	Continente 04	Data da adoção não consta, mas adotado por ótica.
	<b>132.</b>	Uma testada	Praça da Luz	Campeche	Área sem uso, área gramada.	6139/02 Denominada legalmente.	Último quartel do século XX.	Pelas fotos aéreas o entorno parece ocupado na década de 1990. (Na de 1977 não aparece ocupação). Está aqui pelo texto legal, não é praça.	Ilha 05	
Século XXI	<b>133.</b>	Ilha	Praça sem denominação Rótula PC3	Jardim Atlântico	Equipamento esportivo e estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Início anos 2000	Levando em consideração periodização com fotos aéreas. Reconhecida pela secretaria municipal do cont.	Continente 01	
	<b>134.</b>	Ilha	Praça Willian Silva Pereira de Souza	Jardim Atlântico	Equipamentos esportivo e infantil, área de estar	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Início anos 2000	Levando em consideração a data da inauguração Reconhecida pela secretaria municipal do cont.	Continente 01	
	<b>135.</b>	Ilha do sistema do viário	Praça da Fraternidade e Praça Maçonica	Centro	Área de estar com bancos	7231/2006. Denominada por lei.	Primeira década do século XXI	Sobre o Parque Dias Velho	Ilha 13	
	<b>136.</b>	Ilha do sistema do viário	Praça Adolfo Luis Dias/ Praça das Nações	centro	Estar e há um palco de arena.	5658/00. Denominada por lei.	Primeira década do século XXI	Sobre o Parque Dias Velho. Presença de moradores de rua.	Ilha 13	
	<b>137.</b>	Rótula em gota	Praça Jornalista Gustavo Lacerda e	Trindade	Não é praça, sem uso-- é uma rótula	8015/09 Denominada por lei.	Primeira década dos anos 2000	Na foto aérea de 2002 ainda são inexistentes. A praça advém de alterações no sistema viário. E 2007 ambas	Ilha 09	

							são existentes. Não é praça.		
<b>138.</b>	Ilha Triangular	Praça Alfredo Alberto Munhoz	Inglezes	Lazer infantil, estar (bancos) e equipamentos esportivos (Academia)	9299/2013 Denominada por lei.	Segunda década dos anos 2000. Inaugurada em 2013	Solicitação dos moradores, área pública existente.	Ilha 02	
<b>139.</b>	Esquina em desnível	Praça Mestre Dica (Praça do Canto)	Canto	Equipamentos infantis, esportivos, mirante e associação de moradores	8191/10 Denominada por lei	Primeira década dos anos 2000 - implantação	Sem levar em conta a data do loteamento	Continente 04	
<b>140.</b>	Em final de rua	Praça sem denominação na Rua Dr. Abel Capela	Coqueiros	Equipamentos infantis e área de estar	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Implantação no começo dos anos 2000	Não foi localizada a data de ocupação de seu entorno. Reconhecida pela Secreta. Munic. Do Cont.	Continente 02	
<b>141.</b>	Área em esquina	Pista de Skate	Trindade	Não é uma praça, está aqui localizada pelo tipo de uso. A área do skate possui parque infantil, academia e equipamento de skate e quadra	RNL A pista de skate e quadras não têm registro ou não localizado.	Primeira década dos anos 2000	Na foto aérea de 2002 ainda são inexistentes. A praça advém de alterações no sistema viário. Em 2007 ambas são existentes. Consta dessa lista pelos usos.	Ilha 09	
<b>142.</b>	Esquina	"Praça do Rotary"	Agrônômica	Não é praça, sem uso, estacionamento	RNL Registro não localizado ou praça não oficial.	Primeira década de 2000.	Não é praça, consta aqui pelas listas de adoção.	Ilha 11	Adotada em 2013 por construtora.
<b>143.</b>	Esquina com três frentes	Praça sem denominação "Praça Monte Cristo" localiza-se em ACI	Monte Cristo	Equipamentos esportivos e infantis	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Recebeu mobiliário no século XXI.	Por foto aérea, consta aqui pelos usos.	Continente 03	
<b>144.</b>	Esquina	Praça Naval	Jardim Atlântico	Equipamentos infantis e área de estar	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Inaugurada em 2013	Pode ser outra data conforme loteamento. Consta aqui pelo uso e projeto, além da adoção. Depois do aterro não possui mais caráter de praça.	Continente 01	

	145.	Com quatro testadas	Praça “da Comunidade”	Córrego Grande	Equipamentos esportivos (quadra de areia) e de lazer infantil. E área de estar.	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Final da década de 1990, começo da década de 2000.	Apesar do loteamento ser anterior, a data foi estimada por fotos aéreas. Consta aqui por projeto, uso e adoção.	Ilha 07	
	146.	Com quatro testadas	“Praça dos Dourados”	Jurerê	Equipamentos infantis e estar (quiosque, bancos e mesa de jogos)	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Primeira década dos anos 2000	Etapa do loteamento aprovada em 2001. Consta aqui por projeto, uso e adoção	Ilha 01	Adotado em 2005 e renovado em 2008 por Associação de Moradores.
	147.	Lote isolado - trapezoidal	Praça Caiçara coincide com a Praça Des. Thereza Grisolla Tang	Itacorubi	Equipamentos esportivos (academia), mesas de jogos e áreas de estar.	2643/87 Denominada legalmente.	Primeira década dos anos 2000	Já existe conforme o traçado viário na década de 1970, mas pelas fotos aéreas só é Equipada a partir dos anos 2000.	Ilha 08	
	148.	Lote isolado sobre aterro	Praça “da Costeira”	Costeira do Pirajubaé	Equipamentos esportivos, infantis de estar, mesas para jogos e vestiários quebrados	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Inauguração em 2010	O aterro data da década de 1990. Consta aqui por usos e projeto. Bastante usada conforme conversa com moradores.	Ilha 10	
	149.	Lote isolado	Praça no loteamento Nova Cachoeira	Cachoeira do Bom Jesus	Não identificado – há um banco	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Primeira década do século XXI	Loteamento aprovado em 2003. Não é praça, consta aqui pela lista fornecida pelo IPUF.	Ilha 03	
	150.	Lote isolado	“Praça das Areias”	Campeche	Equipamentos infantis, equipamentos esportivos (quadra), bancos	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Primeira década dos anos 2000	Na foto de 1994 não aparece nem em traçado, já em 2002 sim. No entanto os equipamentos só aparecem na ortofoto de 2009. Costa aqui pelos usos e equipamentos.	Ilha 05	
	151.	Uma testada	“Praça na Rua Itapiranga”	Itacorubi	Áreas de estar . Jardim.	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Primeira década dos anos 2000	Segundo construtora adotante, em 2003. Consta aqui pela adoção.	Ilha 08	

	152.	Uma testada	Praça Chico Mendes 02	Monte Cristo	Equipamentos esportivos e infantis	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Anos 2000	Conforme relatório da prefeitura de 2008, conforme reurbanização de trecho da área, apesar da ocupação datar das décadas de 1970 e 1980. Consta aqui por projeto obtido na secretaria munic. Do cont.	Continente 03	
	153.	Uma testada	Academia da Saúde Parque duas meninas	Itaguaçu	Equipamentos infantis e área arborizada	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	2010 - inauguração	Pelos mapas do CURA II – parece já ter sido previsto na década de 1980. Consta aqui pro ser reconhecida pela Secret. Municip. Do cont.	Continente 02	
	154.	Uma testada – córrego	Praça da Árvore	Córrego Grande	Equipamentos de lazer, esportivos e de estar.	6210/03. Denominada legalmente.	Primeira década dos anos 2000	Loteamento implantado na década de 1970. Os equipamentos são recentes conforme foto aérea	Ilha 07	
	155.	Pequena península	Ponta do Sambaqui	Sambaqui	Alguns bancos e cruzeiro.	RNL. Registro não localizado ou praça não oficial.	Sem data definida	Não é praça, mas configura-se como área de uso para lazer e encontro. Consta aqui pelo uso e projeto de reforma.	Ilha 02	

Obs.: Essas foram as praças e demais áreas encontradas (entre 2013 e 2014), o que não significa que não existam outras que pudessem ter sido acrescidas à tabela. Segue no rol abaixo algumas áreas mais não consideradas no presente estudo.

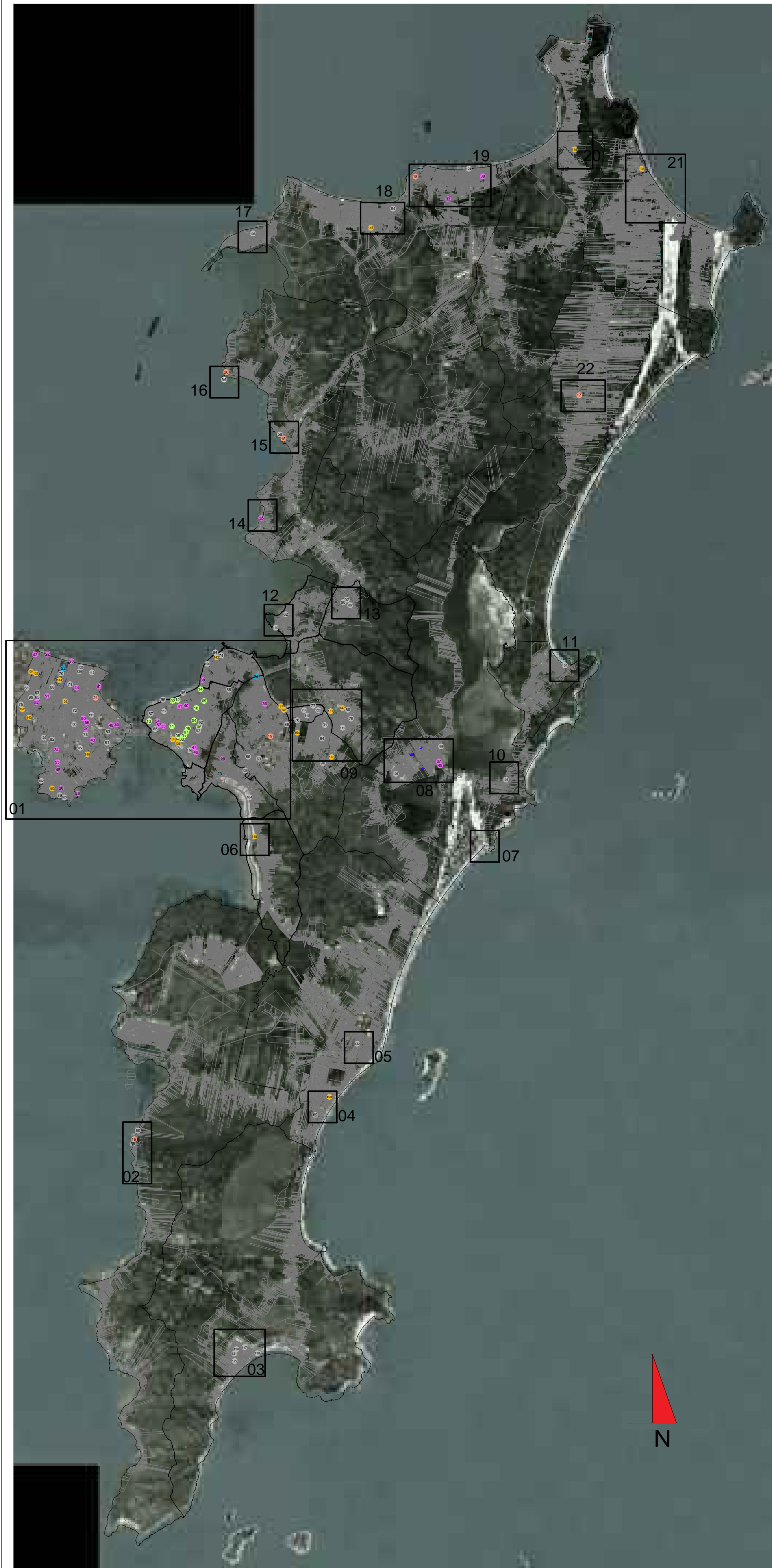
As informações referentes à origem das praças do perímetro central são provenientes de Cunha (2002); do PDP/PMF (2008); Cé, (1998) . Das demais praças a síntese é apresentada na descrição de cada praça, que apresenta os autores utilizados – também foram comparadas as fotos aéreas do geoprocessamento do IPUF e da PMF, para contribuir na periodização. No continente as informações foram obtidas, também, na Secretaria do Continente. No documento intitulado Plano Diretor Participativo, leitura Integrado da PMF de 2008 é sistematizada uma tabela referente às AVL e praças, sem que o documento explicita a diferença entre as mesmas. Ao reconhecer que há uma série de discrepâncias entre a nomenclatura e as materializações, cria tabelas separando os locais entre parques, parques de bairro - entre parques e parques de bairro foram apresentadas (08), praça (35), pracinhas (18), jardim (31), largos (06) levando em consideração às áreas. Foram excluídas todas as AVV e foram consideradas as AVL municipais, (equipadas, ajardinadas, ou não). Em documento anterior, no levantamento de áreas de uso público, parques e praças, IPUF (1998), foram apresentadas 03 tabelas, a primeira relativa a ilha, apresenta praças, parques e largos, somando 63 áreas. A segunda tabela refere-se ao continente apresentando 19 praças e a última tabela a áreas verdes não implantadas e ao Parque do Córrego Grande, somando 13 áreas, entre as quais as praças do Pântano do Sul, o Jardim Universitário, e mesmo a ACOJAR e as áreas verdes da Daniela.

A localização das praças advém de Cunha (2002); Cé, (1998), IPUF (1998), de consultas ao IPUF e FLORAM, de consultas a Floripamanha e também do trabalho de campo, no caso da área continental cabe ressaltar que as visitas foram acompanhadas por técnico da Secretaria do Continente e de demais trabalhos conforme referências da tese. As informações de usos e formas e mobiliário são oriundas do trabalho de campo, as denominações legais vieram do sítio da Prefeitura e da Câmara Municipal bem como fornecidas pelo IPUF, e de Adoção da FLORAM. Foram consultados também a Floripamanha, em reuniões e no sítio da internet, bem como diversos outros sítios conforme referências da tese.

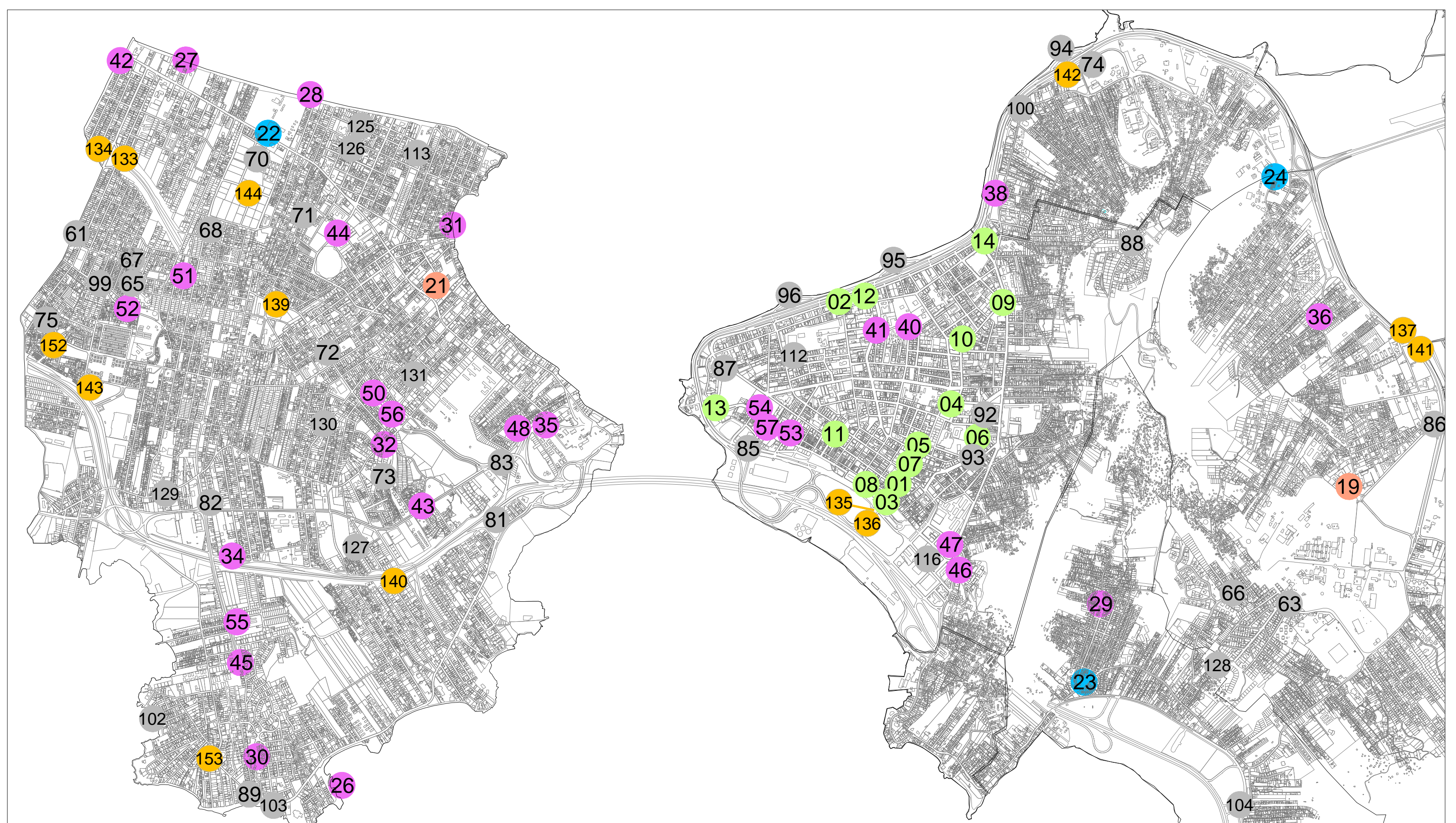
ÁREAS NÃO CONSIDERADAS		
ÁREAS E LOCAIS	Largo Hypólito do Vale Pereira	Diferente dos largos expostos na tabela acima, não apresentam possibilidade de apropriação, pela sua localização e ausência de mobiliários. O largo Hypólito do Vale Pereira e o largo Frei Tito Olivetto são áreas gramadas do sistema viário, sem possibilidade de apropriação e não denominadas praça. Quanto ao largo Rubens de Arruda Ramos, sua localização não foi identificada, podendo ser uma área com deck e mesa para jogos no encontro da Rua Alm. Lamego com a Av. Beira-Mar Norte.
	Largo Frei Tito Olivetto	
	Largo Rubens de Arruda Ramos	
	Mercado Público	Corresponde à situações de “pracialidade”, podendo se transformar em grandes praças conforme o uso e ou dias da semana. Não estão na tabela acima por suas características específicas.
	Calçadão Felipe Schmidt	
	Calç. da Av. Beira-Mar	
	Largo São Sebastião	
	Praça de Esportes Aldo Silva	Não localizada ou inexistente, constam em algum tipo de lista (IPUF, PMF, sites)
	Praça Capitão Vieira	
	Praça Humaitá	
	Praça Eugênio Cordeiro Dutra	
	Praça Manoel Gonçalves	
	Praça Felipe neves	
	“Praça Loteamento Biterra”	Área Verde de Lazer proveniente de loteamento, mas sem nenhum equipamento ou possibilidade de uso. Como muitas outras na ilha. Não são denominadas legalmente. Diferente da AVL do Jardim Baía Norte ou da “Praça Guadalupe” que apresentam algum tipo de apropriação. Diferente também das praças loteamento Açores que não possuem usos, mas são denominadas legalmente praças.
	“Praça Village IP”	
Praça do Sertão da Comunidade, Praça do Poção.	Áreas em processo de implantação, apesar de já possuírem algum tipo de apropriação, poderiam estar na tabela acima, mas não foram levantados dados suficientes durante a pesquisa.	
“Praça Santos Dumont” em Carianos		
Praça de Soleil	Praças ou áreas identificadas tardiamente na pesquisa.	
Praça na Ponta da Ilhota - Coqueiros		
Praça da Juventude		
Praça da Cidadania UFSC		
PARQUES	Parque da Baía Sul	Parques identificados na Leitura Integrada da Cidade, Vol. I. PDP/ PMF 2008.
	Parque no Saco dos Limões	
	Metrop. Francisco Dias Velho	
	Parque Urbano do Córrego Grande	
	Saco da Lama (atual Parque de Coqueiros)	
	Beira-Mar Norte	
	Nautico Walter Lange	
	Bosque Vereador edro Medeiros	Continente
Parque da Pedreira (desativado)	Identificados na pesquisa em campo. Há ainda os parques estaduais e as APP, conforme lista publicada no site da PMF.	



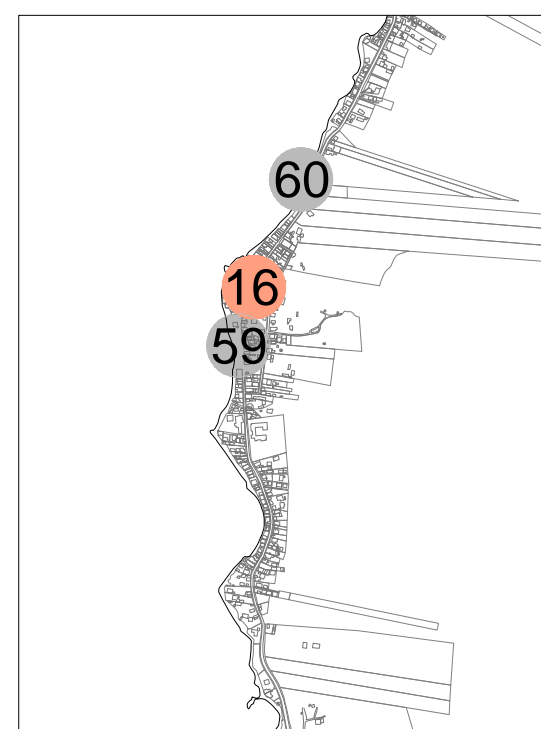




LOCALIZAÇÃO GERAL  
ILHA E CONTINENTE



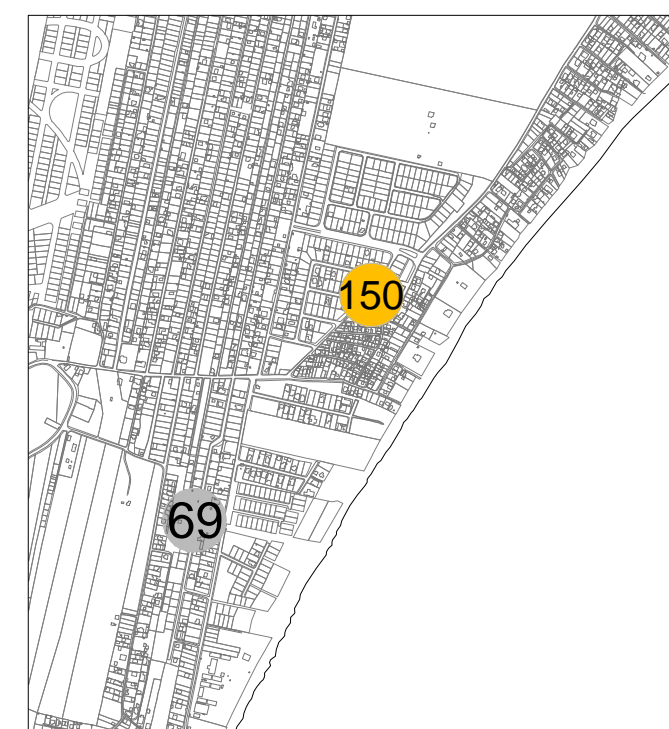
01 ÁREAS CONTINENTAL E CENTRAL INSULAR (CENTRO / SACO DOS LIMÕES / AGRONÔMICA / CARVOEIRA / TRINDADE)



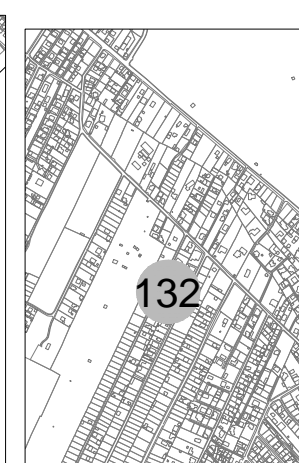
02 FREGUESIA DO  
RIBEIRÃO DA ILHA



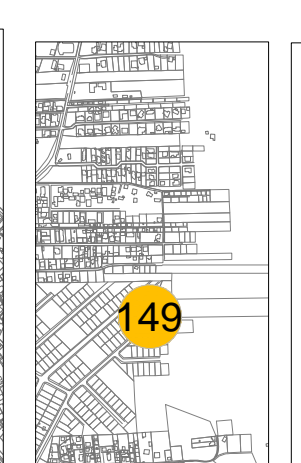
03 PÂNTANO DO SUL  
LOT. AÇORES



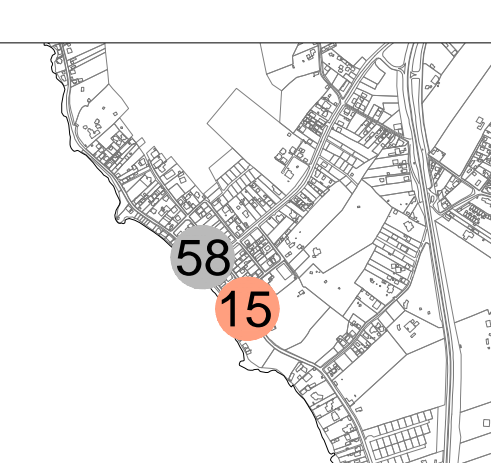
04 CAMPECHE



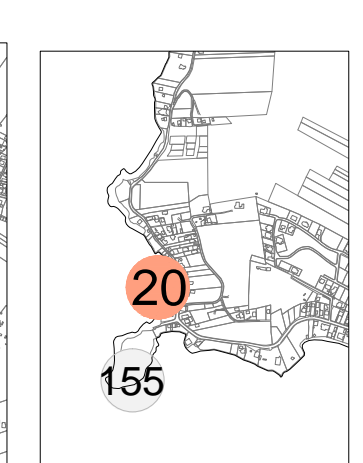
05 CAMPECHE



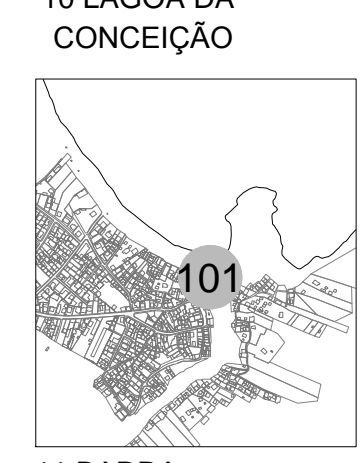
20 CACHOEIRA  
DO BOM JESUS



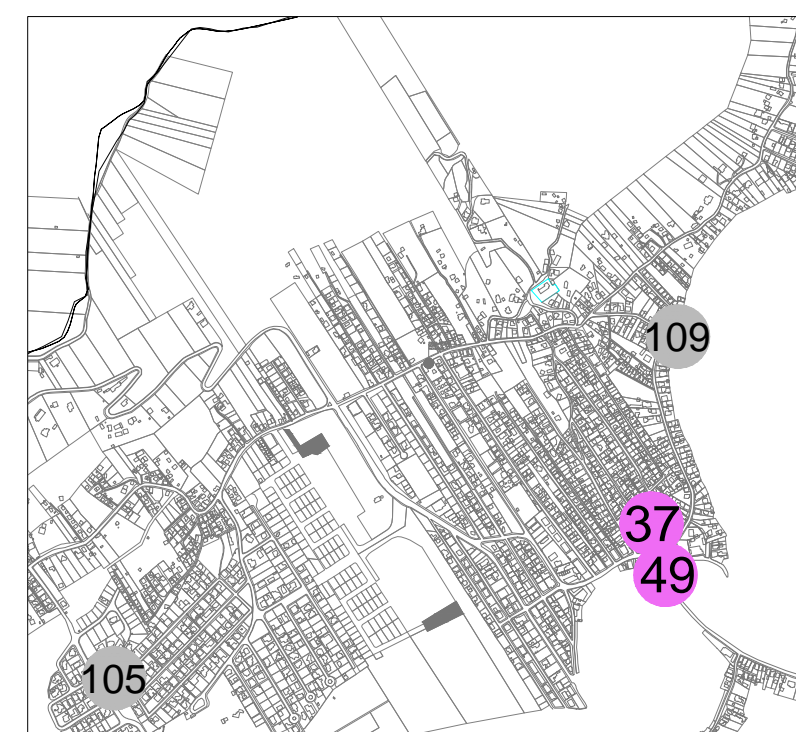
15 SANTO ANTÔNIO



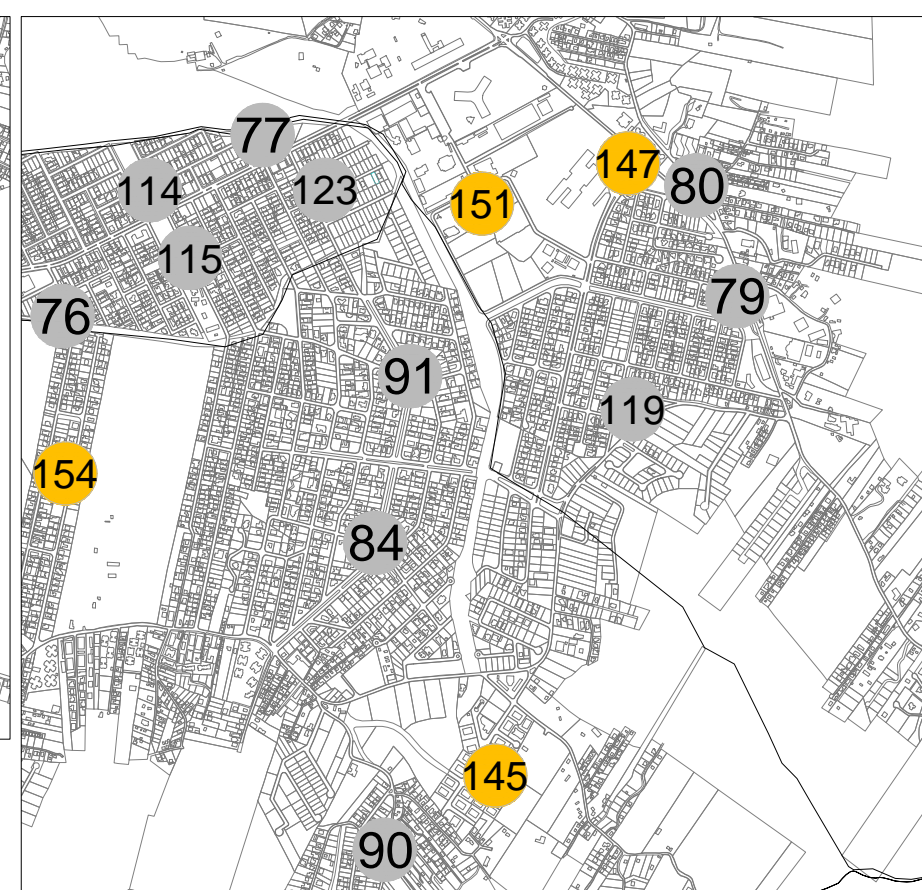
16 SAMBAQUI



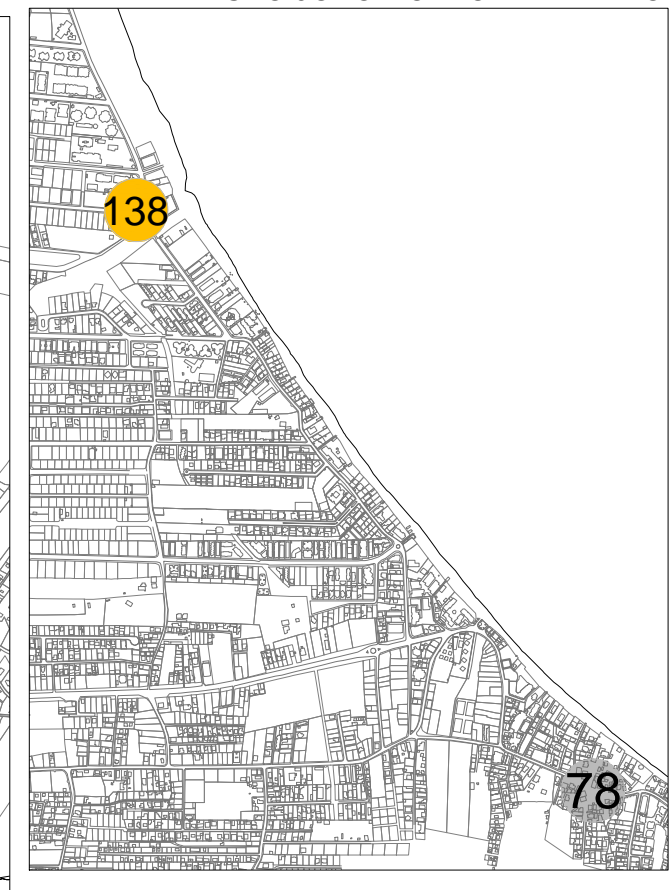
11 BARRA  
DA LAGOA



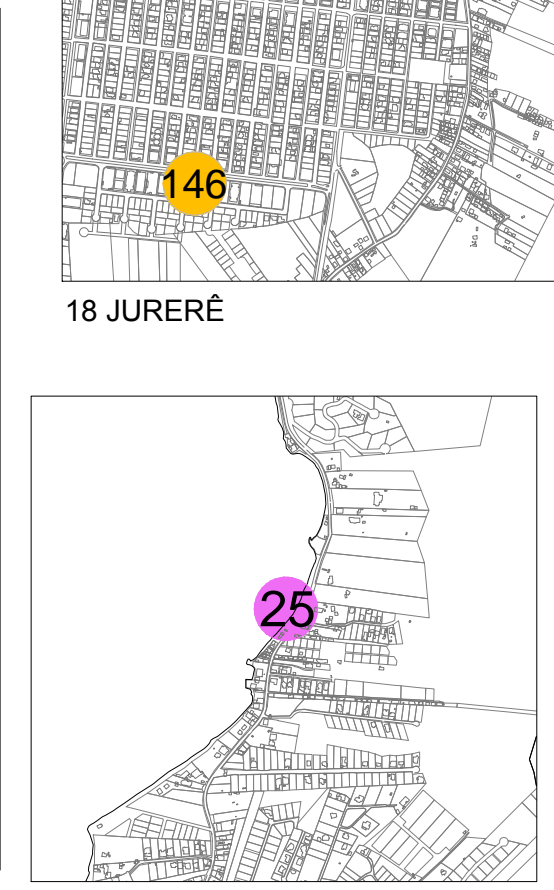
08 LAGOA DA CONCEIÇÃO



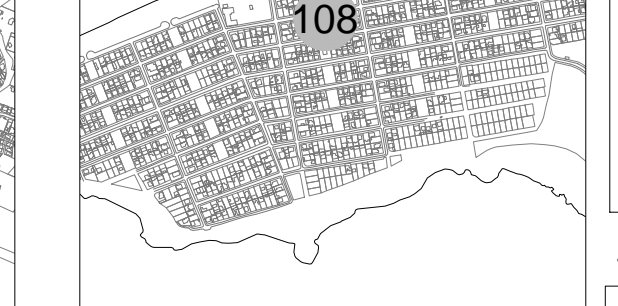
09 SANTA MÔNICA /  
CÓRREGO GRANDE  
PARQUE SÃO JORGE / ITACORUBI



21 INGLESES DO  
RIO VERMELHO



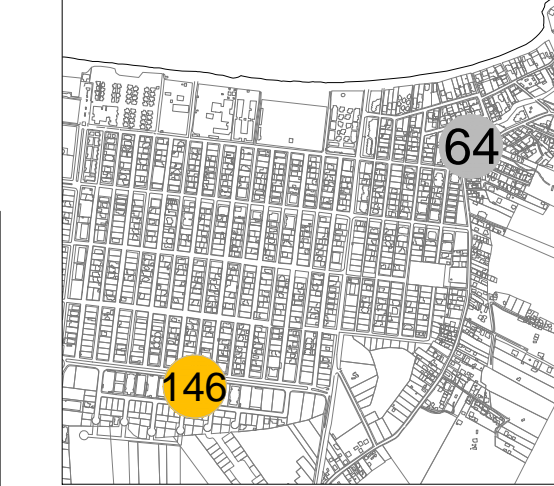
22 SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO



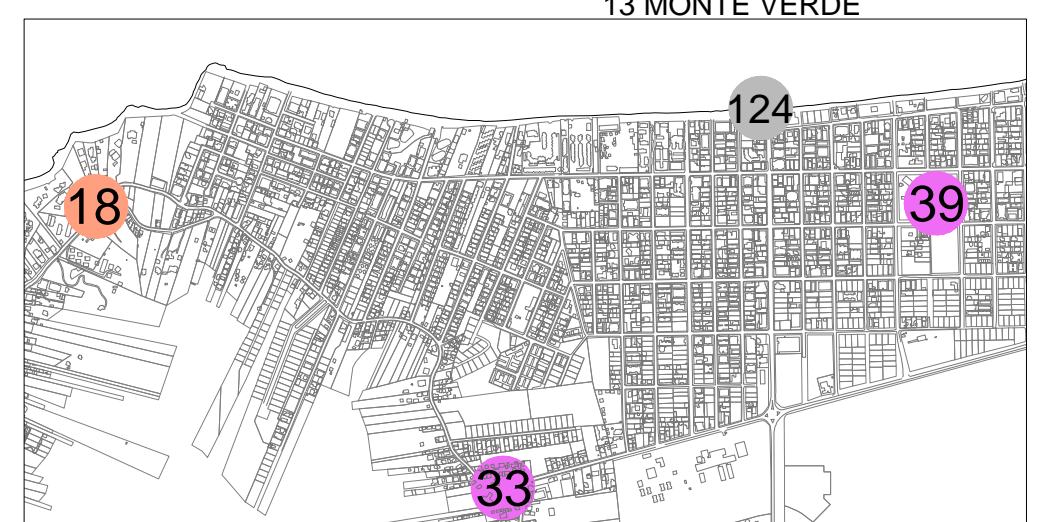
17 DANIELA



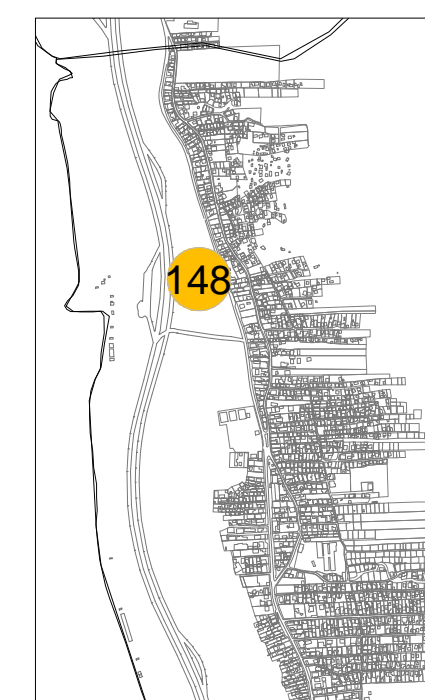
12 JOÃO PAULO



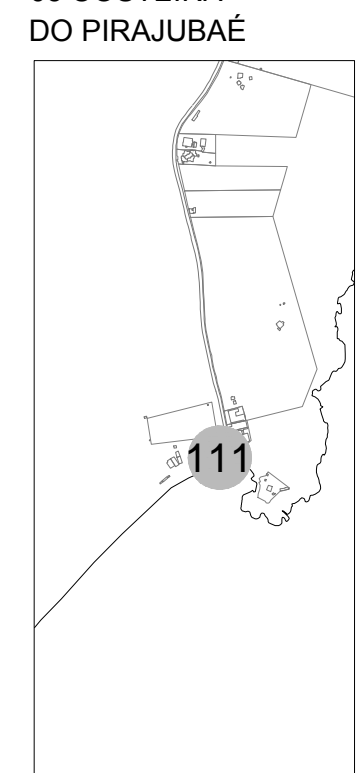
18 JURURÉ



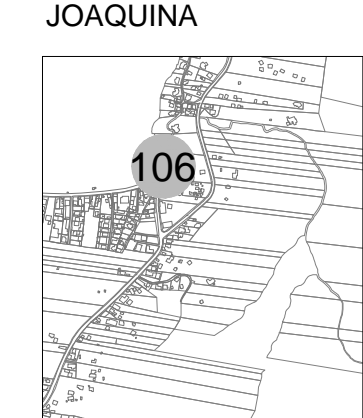
19 CANASVIERAS



06 COSTEIRA  
DO PIRAJUBÁ



07 PRAIA DA  
JOAQUINA



10 LAGOA DA  
CONCEIÇÃO





densificação urbana	3. Praça Olivio Amorim										
Segunda metade do século XX sistema viário Ocupação residencial, verticalização da área central Aterros Loteamento	1. Praça Osvaldo Bulcão Viana 2. Praça “no alto da conselheiro” 3. Pça D. Pedro I 4. Pça do SESC 5. Pça Senhor dos Passos 6. “Praça Conselheiro Mafra 7. Praça do Desterro	1.Praça Dalva Cardoso 2.Praça Atílio Ferreira 3.Praça Gov. Celso Ramos	1.Praça Francisco Germano da Costa - Chico Camarão - Praça Virgílio Várzea 2.AVL “Praça Guadalupe”	1.Praça Maria Francisca da Silva 2.Praça Cacupé	1.Praça Pio XII						
Segunda metade do século XX praça em núcleo de ocupação					1.Praça Bento Silvério						
Último quartel do século XX – intervenção Criação de Centro Cívico	1.Praça Tancredo Neves										
Último quartel do século XX Demanda popular em área histórica/ denominação de calçamento existente / mobiliário em área de contemplação Adaptação sobre área existente.		1.“Praça Chico Mendes”	1.Praça do Líbano	1.Praça Macário da Rocha (apesar do edifício da alfândega de Santo Antônio remontar à ocupação açoriana) 2.Praça Roldão da Rocha Pires 3.Praça Fermino Manoel da Silva	1.Renato Antônio de Souza 2.“Praça na Rua Rita Lourenço da Silveira” 3.Praça Aderbal José dos Santos 4. Praça Claudio Ricardo Hahn da Silva						
Último quartel do século XX- loteamentos / conjunto habitacional Ocupação urbana	1.Praça Gilberto G. da Fonseca	1. Praça Padre José de Anchieta 2. Osni Ferreira 3. Praça Edson Pereira do Nascimento 4. Praça Breno Pinheiro	1.AVL “Praça da Integração”		1.Praça Jardim Senador Saulo Ramos		1.Praça da Luz	1.Praça dos Brilhantes 2. Praça de Cristais 3.Praça dos Granitos 4.Praça das Pedras ou das Areias 5. Praça da			

		Valadares 5. Djair Kurt 6. Antônio Machado 7. Praça Frei Jaci Bachi 8. Praça Miroslau Casermiro Woloski 9. Praça Donato da Silva 10. Praça Miguel Angelo Sedrez 11. Praça José Carneiro Junior 12. Praça Maria Teresa Kock 13. Praça João di Bernardi 14. Praça Jardim Universitário 15. AVL no Jardim Baía Norte 16. Conselho do Parque São Jorge 17. AVL + ACOJAR						Lagoa			
Último quartel do século XX- sistema viário, locação de mobiliário em rótula , canalização de rio	1. Praça infantil no Morro do Horácio – Av. do Antão 2. Praça da França 3. Pça Const. João J. de Mendonça 4. Pça Jorn. Teixeira da Rosa 5. Praça Seq.da Polícia Militar 6. Praça de	1.Praça Rep. da Grécia 2.Praça Prof. Seixas Neto 3. Praça Antônio cabreira 4. “Praça do Conselho do Itacorubi” 5. Agenor Póvoas Junior 6. Praça	1. Praça Santa Luzia			1.Praça Professor Manoel Emídio Silveira – antiga Praça João José da Cruz (Janga)					

	Portugal 7. Praça José Mauro da Costa Ortiga	Martinho Lutero re- denominada Praça Aldo Broering (aparece no CURA)									
Início dos anos 2000 ocupação residencial							1. “Praça na Rua dos Laranjais”				
Início dos anos 2000, Loteamento		1.Praça Caiçara coincide com a Praça Des. Thereza Grisolla Tang 2.“Praça na Rua Itapiranga” 3.Praça da Árvore 4.Praça “da Comunidade”	1. “Praça dos Dourados”						1.Praça no loteamento Nova Cachoeira		
Início dos anos 2000 ocupação sobre área pública existente, sistema viário	1.Praça da Fraternidade e Praça Maçônica 2.Praça Adolfo Luis Dias/ praça das Nações	1.Praça Jornalista Gustavo Lacerda 2.Pista de Skate 3.Praça do Rotary - Agronômica 4.Praça da Costeira				1.Praça Alfredo Alberto Munhoz	1. “Praça das Areias”				

Continente										
	Estreito	Itaguaçu, Bom Abrigo	Abrãao	Balneário	Coloninha	Jardim Atlântico	Capoeiras	Canto	Monte Cristo	Coqueiros
Primeira metade do século XX – área em frente à Igreja e demanda popular. Relocação institucional	1. Praça Nossa Senhora de Fátima					1. Praça Marcílio Dias				
Segunda metade do século XX sistema viário Ocupação residencial, verticalização	1. Praça Alziro Zarur 2. Praça Professor Ângelo Ribeiro 3. Praça João Demaria Cavalazzi 4. Praça Arno Schaffer	1. Praça Roberto Sampaio 2. Sampaio Gonzaga	1. Praça na rua Patrício caldeira de Andrade 2. Praça Manoel Felix Cardoso	1. Praça dos Navegantes 2. Praça Coronel Romariz	1. Praça sem denominação	1. Praça do Rio Buschle 2. Praça Marcelino Champagnat	1. Praça Paulo Schlemper 2. Praça Ceci Almeida Fabro 3. Praça Osvaldo de Oliveira	1. Praça Anízio Silveira Machado	Praça sem denominação na Rua Luis Carlos Prestes	1. Praça José Boabaid/ Manoel David Chaves/ Praça do Meio (pela localização da associação)
Último quartel do século XX Praça junto a equipamento público							1. Praça Nagib Jabor/ Jardim do Estudante			
Último quartel do século XX- loteamentos / conjunto habitacional		1. Praça Calistrato Salles (também pelo desenho viário)				1. Praça do Conselho Comunitário do Sapé 2. Praça Arlindo Francisco Philippi 3. Praça sem denominação no IPUF Praça jardim Atlântico	1. Praça Jacques Schweidson		1. Praça no Chico Mendes 01	
Último quartel do século XX- sistema viário, apropriação de rótula , canalização de rio, equipamentos em orla	1. Praça Duque de Caxias	1. Largo do Bom Abrigo 2. Praça sem denominação na Praia de Itaguaçu				1. Praça Aquiles Paulo de Souza (Kila)	1. Praça sem denominação na rua Kurt Rantour 2. Praça sem denominação na rua Papa João Paulo 3. Praça Patrício Caldeira de Andrade			1. Praça Cientista Alberto Sabin
Último quartel do século XX- plano municipal a partir de plano nacional	1. Praça Roberto de Oliveira			1. Praça Renato Ramos da Silva 2. Praça Guilherme FotrKamp Primeira parte 3. Praça Guilherme		1. Praça Joao Batista Vieira	1. Praça Eugenio Melo	1. Praça Marcelino Vieira Filho 2. Professora Antonieta de Barros		

				FortKamp segunda parte						
Início dos anos 2000 uso e mobiliários em ilhas de sistema viário / ocupação e áreas remanescentes de loteamentos / demanda comunitária		1..Academia da Saúde Parque Duas Meninas				1.Praça sem denominação Rótula PC3 2.Praça Willian Silva Pereira de Souza 3..Praça Naval		1.Praça Mestre Dica (Praça do Canto)	1, Praça sem denominação "Praça Monte Cristo" ACI 2.Praça Chico Mendes 02	1.Praça sem denominação na Rua Dr. Abel Capela

Obs.: periodização estimada, utilizando as mesmas fontes do QUADRO 01 – Periodização geral e características das áreas visitadas. Conforme novas pesquisas, ajustes podem ser feitos.



LEGENDA

- Século XVIII
- Século XIX e início do XX
- Século XX - primeira metade
- Século XX - segunda metade
- Século XX - último quartel
- Século XXI



**QUADRO 03. Praças e áreas visitadas distribuídas por distritos, bairros e localidades.**

		Denominação	Bairro	Equipamentos e usos
<b>1.</b>	1.	Praça sem denominação na rua Patrício Caldeira de Andrade	Abraão (mapa continente 02, caderno de mapas)	Equipamentos infantis
	2.	Praça Manoel Felix Cardoso		Possui alguns bancos, mas não configura-se como área de estar
<b>2.</b>	3.	Praça Prof. Seixas Neto	Agrônômica (mapa Ilha 11)	estar
	4.	“Praça do Rotary”		Sem usos identificados - estacionamento
	5.	“Praça Chico Mendes”		Parque infantil e bancos
	6.	Praça Gov. Celso Ramos		Parque infantil, bancos, mesas de jogos, academias e pet play
	7.	Praça República da Grécia		Estar, contemplação, área de alimentação, estacionamento, equipamentos esportivos, pergolado com deque.
	8.	Praça Lauro Muller		Estar, acesso ao hotel, espelho d’água e estátua.
<b>3.</b>	9.	Praça Guilherme FotrKamp Primeira parte	Balneário (mapa continente 01, caderno de mapas)	Área de estar
	10.	Praça Guilherme FortKamp segunda parte		Equipamentos infatis e área de estar
	11.	Praça Renato Ramos da Silva		Equipamentos esportivos, infantis, quiosque, teatro de arena - centralidade
	12.	Praça dos Navegantes		Deixou de ser praça com aterro Beira-Mar, possui um banco
	13.	Praça Coronel Romariz		Área de estar
<b>4.</b>	14.	Aderbal José dos Santos - Bazinho	Barra da Lagoa (mapa Ilha 04)	Equipamentos infantis, quadra de areia, banheiro, equipamento infantil, ponto de alimentação.
<b>5.</b>	15.	Largo do Bom Abrigo	Bom Abrigo (mapa continente 04, caderno de mapas)	Equipamentos infatis, esportivo e áreas de estar
<b>6.</b>	16.	Praça do Jardim Nova Cachoeira	Cachoeira do Bom Jesus (mapa Ilha 03)	Não definidos (há um banco)
<b>7.</b>	17.	“Praça Cacupé”***	Cacupé (mapa Ilha 02)	Estar e contemplação
<b>8.</b>	18.	Praça na Rua dos Laranjais	Campeche (mapa Ilha 05)	Estar, equipamentos infantis
	19.	Praça da Luz		Área sem uso
	20.	Praça das Areias		Equipamentos infantis, equipamentos esportivos (quadra), bancos
<b>9.</b>	21.	Praça do Líbano	Canasieiras (mapa Ilha	Capela, quiosque, posto da policia militar (inativo) e bancos

	22.	Praça Edith Gama Ramos	01)	Área em frente à Igreja – seu usos
	23.	Praça Francisco Germano da Costa - Chico Camarão - Praça Virgílio Várzea		Estar com mesas de jogos
	24.	“Praça Guadalupe”**		Apresenta somente uma quadra de futebol improvisada
<b>10.</b>	25.	Praça Marcelino Vieira Filho	Canto (mapa continente 04, caderno de mapas)	Equipamentos infantis
	26.	Praça Anízio Silveira Machado		Pista de skate
	27.	Praça Mestre Dica (Praça do Canto)		Equipamentos infantis, esportivos, mirante e associação de moradores
	28.	Praça na Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho conforme IPUF Antonieta de Barros, sem confirmação		Equipamento esportivo e infantil
<b>11.</b>	29.	Praça Osvaldo de Oliveira	Capoeiras (mapa continente 03, caderno de mapas)	Área de estar
	30.	Praça Nagib Jabour/ Jardim do Estudante		Equipamentos esportivos, infantis e de estar
	31.	Praça sem denominação na rua Papa João Paulo		Equipamento esportivo e infantil
	32.	Praça sem denominação na rua Kurt Rantour		Equipamento infantil
	33.	Praça Paulo Schlemper		Área de estar e ponto comercial de alimentação
	34.	Praça Eugenio Melo		Equipamentos esportivos e infantis
	35.	Praça Patrício Caldeira de Andrade		Sem uso definido, possui equipamento de estar
	36.	Praça Ceci Almeida Fabro		Parque infantil
<b>12.</b>	37.	Praça frei Jaci Bachi	Carvoeira (mapa Ilha 09)	Alguns bancos, sem caráter de praça.
	38.	Praça Miroslau Casermiro Woloski		Equipamento infantil e bancos
	39.	Praça Jardim Universitário		Recentemente foi implantada academia Não é praça. É uma área verde sem usos específicos
<b>13.</b>	40.	Praça Etelvina Luz	Centro mapas Ilha 12 e 13	Área de estar – composta por banco e uma árvore
	41.	Praça José Mauro da Costa Ortiga		Sem uso específico – jardim gramado
	42.	Praça da França		Sem uso definido passagem
	43.	Largo Benjamin Constant		Área de estar com bancos Um dos trechos possui floricultura e ponto de taxi
	44.	Av. do Antão - Morro do Horácio		Parque infantil com bancos
	45.	Praça Adolfo Luiz Dias/ Praça das Nações		Área de estar com bancos e há um palco de arena.
	46.	Praça da Fraternidade / praça Maçônica		Área de estar com bancos
	47.	Praça Osvaldo Bulcão Viana		Uso de estar, bancos e canteiros.
	48.	Praça – no Alto da Conselheiro Mafra		Sem usos
	49.	“Praça Conselheiro”		Área de estar com banco e mesa de jogos

	50.	Praça Dom Pedro I		Equipamento infantil, área de estar com bancos, quiosque comercial.
	51.	Praça do SESC		Sem uso definido, área gramada
	52.	Praça Senhor dos Passos		Sem uso definido, área gramada
	53.	Praça Getúlio Vargas		Área de estar, passagem, equipamentos infantis, chafariz desativado usado como pista de skate, quiosque de alimentação.
	54.	Praça XV de Novembro		Área de estar, floricultura, ponto de taxi, mesas de jogos, ponto de engraxates, e à noite “carrinho de cachorro quente, banca de revista, feiras semanais. Valor simbólico.
	55.	Praça do Desterro		Sem usos/ passagem
	56.	Praça Gilberto G. Fonseca		Equipamentos infantis e passagem
	57.	Largo Fagundes (PIO XII)		Passagem e área estar, estacionamento, quiosques de alimentação e banca. Restaurante que se abre para a praça.
	58.	Largo da Catedral e suas escadarias		Estar (bancos e jogos). Nas escadarias da Catedral acontecem espetáculos, bem como no calçadão – feiras. Há um posto da polícia.
	59.	Largo da Alfândega		Estar, eventos, feiras. Bancos quiosques comerciais, chafariz e palco.
	60.	Praça Fernando Machado		Estar e passagem, banheiro público, feira e espaço memorial.
	61.	Praça dos Namorados		Estar, equipamento infantil, esportivo e banca
	62.	Praça Esteves Junior		Estar, com floricultura e banca de revista.
	63.	Praça Const. João J. de Mendonça		Área de passagem e de estar (bancos e mesas de jogos)
	64.	Praça Jorn. Teixeira da Rosa		Área de passagem e de estar (bancos e mesas de jogos)
	65.	Praça Olívio Amorim		Área de estar, quiosque – floricultura e alimentação, recentemente academia
	66.	Praça Seq. da Polícia Militar		Área de estar, contemplação, estação elevatório da CASAN
	67.	Praça de Portugal		Área de estar com bancos, contemplação, esportivo (equipamentos) e quiosque de alimentação, trapiche, pesca.
	68.	Praça Pereira Oliveira		Área de estar com bancos e quiosque de alimentação
	69.	Praça Hercílio Luz		Área de Estar com bancos, contemplação com mirante Recentemente recebeu academia.
	70.	Praça Tancredo Neves		Praça cívica, com bancos, palco, chafariz e banca comercial
<b>14.</b>	71.	Praça sem denominação	Coloninha (mapa continente 03, caderno de mapas)	Equipamentos infantis e esportivos
<b>15.</b>	72.	Praça José Boabaid/ Manoel David Chaves/ Praça do Meio (pela localização da associação)	Coqueiros (mapa continente 02, caderno de	Equipamentos esportivos, infantis, ranchos de pescadores, sede de associação de moradores, áreas de estar e deck com mirante

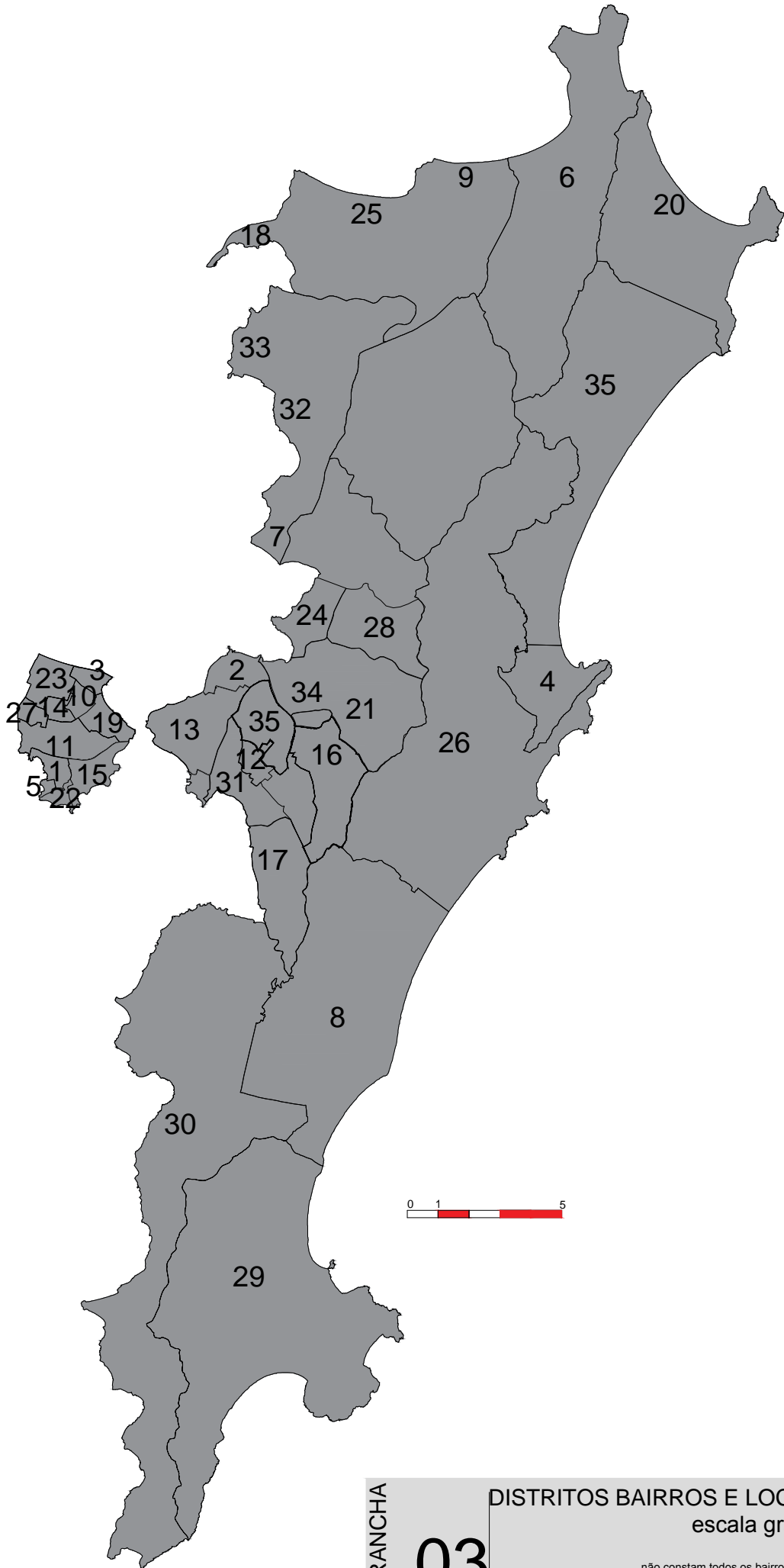
	73.	Praça sem denominação na Rua Dr. Abel Capela	mapas)	Equipamentos infantis e área de estar
	74.	Praça Cientista Alberto Sabin		Sem equipamentos
<b>16.</b>	75.	Praça Padre José de Anchieta	Córrego Grande (mapa Ilha 07, caderno de mapas)	Sem usos definidos.
	76.	Praça Breno Pinheiro Valadares		Equipamentos de lazer e esportivos. E de estar
	77.	Praça da Árvore		Equipamentos de lazer, esportivos e de estar.
	78.	Praça “da Comunidade”		Equipamentos esportivos (quadra de areia) e de lazer infantil. E estar.
	79.	Praça Edson Pereira do Nascimento		Equipamentos infantis, esportivos (quadra e mesa de jogos.
<b>17.</b>	80.	Praça “da Costeira”	Costeira do Pirajubaé (mapa Ilha 10)	Equipamentos esportivos, infantis de estar, mesas para jogos e vestiários quebrados
<b>18.</b>	81.	AVL “Praça da Integração”	Daniela (mapa Ilha 01)	Lazer infantil, estar (bancos)
<b>19.</b>	82.	Praça Professor Ângelo Ribeiro	Estreito (mapa continente 04)	Sem uso definido, possui equipamento de estar
	83.	Praça Alziro Zarur		Equipamento esportivo (academia), infantil, estar em rótula
	84.	Praça Roberto de Oliveira		Equipamentos esportivos e estar
	85.	Praça João Demaria Cavalazzi		Equipamentos esportivos e infantis
	86.	Praça Arno Schaffer		Equipamento esportivo (pista de caminhada)
	87.	Praça Duque de Caxias		Sem equipamentos
	88.	Praça Nossa Senhora de Fátima		Equipamentos esportivos, infantis, alimentação, posto policial, teatro arena –centralidade
<b>20.</b>	89.	Praça Professor Manoel Emídio Silveira – antiga Praça João José da Cruz (Janga)	Ingleses (mapa ilha 02)	Lazer infantil, estar (bancos e mesa de jogos) e esportivo (academia) Sede da PM e posto de saúde
	90.	Praça Alfredo Alberto Munhoz		Lazer infantil, estar (bancos) e equipamentos esportivos (Academia)
<b>21.</b>	91.	Praça na Rua Itapiranga	Itacorubi (mapa Ilha 08, caderno de mapas)	Áreas de estar
	92.	Praça Miguel Ângelo Sedrez		Áreas de estar e equipamentos de lazer infantil
	93.	Praça do Conselho do Itacorubi		Equipamentos esportivos, de lazer infantil, áreas de estar.
	94.	Praça Caiçara		Equipamentos esportivos (academia), mesas de jogos e áreas de estar.
	95.	Área do Conselho Comunitário do parque São Jorge* (antiga Praça Miguel Ângelo Sedrez)		Diversos equipamentos de lazer e esportivos, mais edificações.
<b>22.</b>	96.	Academia da Saúde_Parque duas meninas	Itaguaçu (mapa continente 02, caderno de mapas)	Equipamentos infantis e área arborizada
	97.	Praça Calístrato Salles		Área com totem comemorativo de Franklim Cascaes
	98.	Praça sem denominação na Praia de Itaguaçu		Equipamentos infantis

	99.	Praça Roberto Sampaio Gonzaga		Equipamentos infantis e área de estar
<b>23.</b>	100.	Praça sem denominação ou Praça no Rio Buschle	Jardim Atlântico (mapa continente 01, caderno de mapas).	Equipamentos infantis
	101.	Praça sem denominação Rótula PC3		Equipamento esportivo
	102.	Praça Willian Silva Pereira de Souza		Equipamentos esportivo e infantil, área de estar
	103.	Praça Jacques Schweidson		Equipamentos esportivos e infantil, área de estar
	104.	Praça Aquiles Paulo de Souza (Kila)		Área de estar
	105.	Praça do Conselho Comunitário do Sapé		Equipamentos esportivos, infantil e com sede de associação de moradores
	106.	Praça sem denominação no IPUF Praça jardim Atlântico		Área de estar
	107.	Praça Joao Batista Vieira		Equipamentos esportivos e de estar
	108.	Praça Arlindo Francisco Philippi		equipamentos esportivos, infantil, mirante e estar
	109.	Praça Marcílio Dias		Área de estar e com busto
	110.	Praça Naval		Equipamentos infantis e área de estar
111.	Praça Marcelino Champagnat	Área de estar		
<b>24.</b>	112.	Praça Antônio Cabreira	João Paulo (mapa Ilha 06, caderno de mapas)	Em reforma
	113.	AVL no Jardim Baía Norte		Quiosque e equipamentos de ginástica
<b>25.</b>	114.	Praça de Santa Luzia	Jureê (mapa Ilha 01)	Equipamentos esportivos (academia), e estar (bancos e mesa para jogos)
	115.	“Praça dos Dourados”		Equipamentos infantis e estar (quiosque, bancos e mesa de jogos)
<b>26.</b>	116.	Praça Bento Silvério	Lagoa da Conceição (mapa Ilha 04, caderno de mapas)	Equipamentos infantis, mesa de jogos, bancos e equipamentos culturais
	117.	Praça Pio XII		Estar e contemplação
	118.	Praça Jardim Senador Saulo Ramos		Equipamento esportivo e infantil
	119.	Praça na Rua Rita Lourenço da Silveira		Não definido
	120.	Renato Antônio de Souza		Bancos, deque. Mesa de jogos. Contemplação.
	121.	Praça Claudio Hahn da Silva (praia da Joaquina)		Passagem, estar e contemplação.
<b>27.</b>	122.	Praça sem denominação na Rua Luis Carlos Prestes	Monte Cristo (mapa Continente 03)	Equipamentos infantis e área de estar
	123.	Praça no Chico Mendes 01		Equipamento esportivo
	124.	Praça no Chico Mendes 02		Equipamentos esportivos e infantis
	125.	Praça sem denominação "Praça Monte Cristo"		Equipamentos esportivos e infantis
<b>28.</b>	126.	Osni Ferreira	Monte Verde (mapa Ilha 07)	Equipamentos infantis, de estar, esportivos e sede de Conselho Comunitário.
	127.	Djair Kurt		Equipamento infantil e bancos
	128.	Antônio Machado		Equipamento esportivo (academia) e bancos.
<b>29.</b>	129.	Praça dos Brilhantes	Pântano do Sul	Área sem uso
	130.	Praça de Cristais		Área sem uso

	131.	Praça dos Granitos	(mapa Ilha 03)	Área sem uso – alguns caminhos traçados pelo caminhar
	132.	Praça das Pedras ou das Areias		Equipamentos esportivos, infantis e edificação
	133.	Praça da Lagoa		Área de contemplação
<b>30.</b>	134.	Praça Hermínio Silva	Ribeirão da Ilha (mapa Ilha 05)	Estar, com bancos e canteiros.
	135.	Praça Maria Francisca da Silva (Dona Chiquinha)		Bancos, ducha, mesas para jogos. Área de estar, contemplação, ponto comercial para alimentação.
	136.	Praça Fermino Manoel da Silva		Área de estar e contemplação.
<b>31.</b>	137.	Praça Abdon Batista	Saco dos limões (mapa Ilha 10)	Equipamentos infantis, áreas de estar, mesa para jogos, ponto comercial para alimentação equipamentos para ginástica, estacionamento e chafariz. Múltiplos usos
	138.	Parque infantil - Praça “Dalva Cardoso”		Equipamentos infantis e sede de Associação de Moradores
	139.	Praça Martinho Lutero re-denominada Praça Aldo Broering		Equipamento esportivo (quadra), equipamento infantil, banco
<b>32.</b>	140.	Praça Getúlio Vargas	Santo Antônio de Lisboa (mapa Ilha02)	Equipamentos infantis, bancos. Múltiplos usos.
	141.	Praça Roldão da Rocha Pires		Calçadão com bancos, palco e feiras.
	142.	Praça Macário da Rocha (Sambaqui)		Equipamentos infantis, de esporte, deque, áreas de estar e de uso dos pescadores.
<b>33.</b>	143.	Ponta do Sambaqui		Alguns bancos e cruzeiro
<b>34.</b>	144.	Praça Maria Teresa Kock	Santa Mônica (mapa Ilha 06, caderno de mapas)	Equipamentos infantis, áreas de estar, mesa para jogos, equipamentos para ginástica, estacionamento e chafariz. Múltiplos usos
	145.	Praça Donato da Silva		Bancos (quebrados). Estar
	146.	Praça José Carneiro Junior		Não identificados
	147.	Praça João di Bernardi		Não identificados – área gramada sem equipamentos. Possui traços de apropriação espontânea
	148.	Área ACOJAR* + AVL		Usos diversos, com quadras, equipamentos infantis e algumas edificações. Na testada da Madre Benvenuta, possui academia.
<b>35.</b>	149.	Praça Clara Eulina de Abreu Soares	São João do Rio Vermelho Mapa Ilha 03)	Praça de estar em frente à Igreja
<b>36.</b>	150.	Praça Santos Dumont	Trindade (mapa Ilha 09)	Bancos e equipamentos para lazer infantil, área de estar, equipamentos esportivos. Carrinho de alimentação. Posto policial em desuso.
	151.	Praça Jornalista Gustavo Lacerda		Sem usos- rótula
	152.	Praça Agenor Povoas Junior		Sem equipamentos , não identificada como praça.
	153.	Pracinha Koerich ou da Penitenciária		Lazer infantil e área de estar com bancos.
	154.	Pista de Skate		Não é uma praça, está aqui localizada pelo tipo de uso. A área do skate possui parque infantil, academia e equipamento de skate e quadra

	155.	Praça Atílio Ferreira		Estar e mesa de jogos, com área fechada para associação de moradores.
--	------	-----------------------	--	---

OBS.: as fontes seguem as fontes do QUADRO 01: Periodização geral e características das áreas visitadas



PRANCHA

03

DISTRITOS BAIRROS E LOCALIDADES  
escala gráfica em km

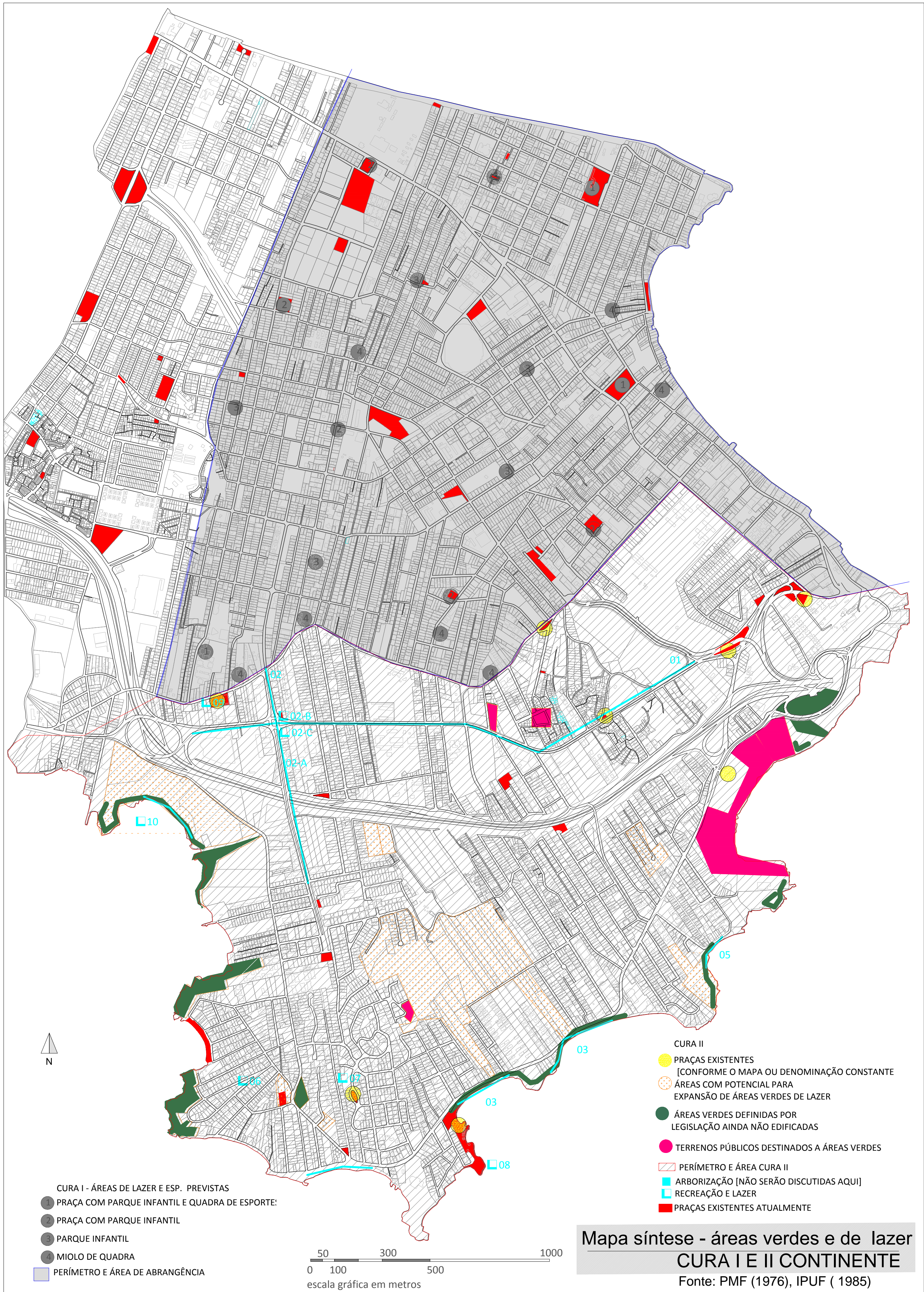
não constam todos os bairros, distritos e localidades, apenas os considerados nas tabelas



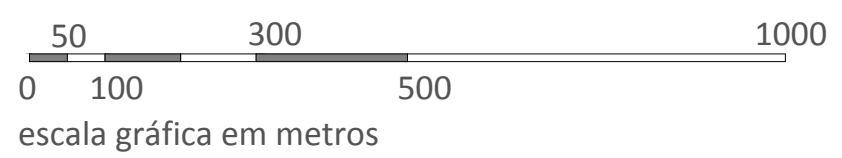
QUADRO GERAL							
ORDEM DISTANTE	ORDEM PRÓXIMA						
Periodização da produção do espaço urbano florianopolitano	Relação entre origem, forma, função, usos e localização	Grupos organizados por similaridades funcionais, locacionais, de uso.				Relação entre localização e período de origem	
Capítulo 01	Grupos da Tabela 01 – Caderno de Anexos	Capítulo 03				Grupos da tabela 02 – Caderno de Anexos	
		Praças vinculadas aos núcleos históricos e Freguesias - das mais antigas as mais novas.	Praças das áreas centrais	Praças dos conjuntos habitacionais Praças dos loteamentos e ocupação territorial	Praças da Área Continental		
Do centro Às freguesias. Entre adros sagrados e rocios profanos	Praças vinculadas a Igreja e/ou núcleos de ocupação do território. Fora do perímetro central					Século XIX Vinculada à ocupação e à Igreja	
						Século XVIII Vinculada à ocupação e à Igreja	
Alterações na cidade e na vida urbana – a dinamização da área central	Praças vinculadas a Igreja e/ou núcleos de ocupação do território até o início do século XX – área central.					Séc. XIX e início do XX Sistema viário, desmembramento de chácaras, intervenções, <i>embelezamento</i>	
						Século XIX e início do XX Área de uso comunal, fonte de água.	
A crença no planejamento - as primeiras décadas do século XX	Primeira metade do século XX Fora dos centros históricos					Primeira metade do século XX Sistema viário/ ocupação e densificação urbana/ demanda comunitária	
						Primeira Metade do Século XX – vinculada a conjunto habitacional	
Entre as décadas de 1960, 1970 – “O milagre econômico brasileiro”	Segunda metade do século XX					Segunda metade do século XX Sistema viário /ocupação residencial, verticalização da área central /Aterros /Loteamento/ Projetos	
						Segunda metade do século XX - praça em núcleo de ocupação	
	Último quartel do século XX					Último quartel do século XX – intervenção Criação de Centro Cívico	
Do final do século XX ao século XXI. Acirra-se a segregação, melhora-se a imagem						Último quartel do século XX Demanda popular em área histórica/ denominação de calçamento existente / mobiliário em área de contemplação Adaptação sobre área existente.	
						Último quartel do século XX- loteamentos / conjunto habitacional Ocupação urbana	
						Último quartel do século XX- sistema viário, locação de mobiliário em rótula , canalização de rio	
	Século XXI					Início dos anos 2000 ocupação residencial	
						Início dos anos 2000 Loteamento	
						Início dos anos 2000 ocupação sobre área pública existente, sistema viário	

Quadro de sistematização e relação entre os tópicos apresentados na tese. Organização nossa.





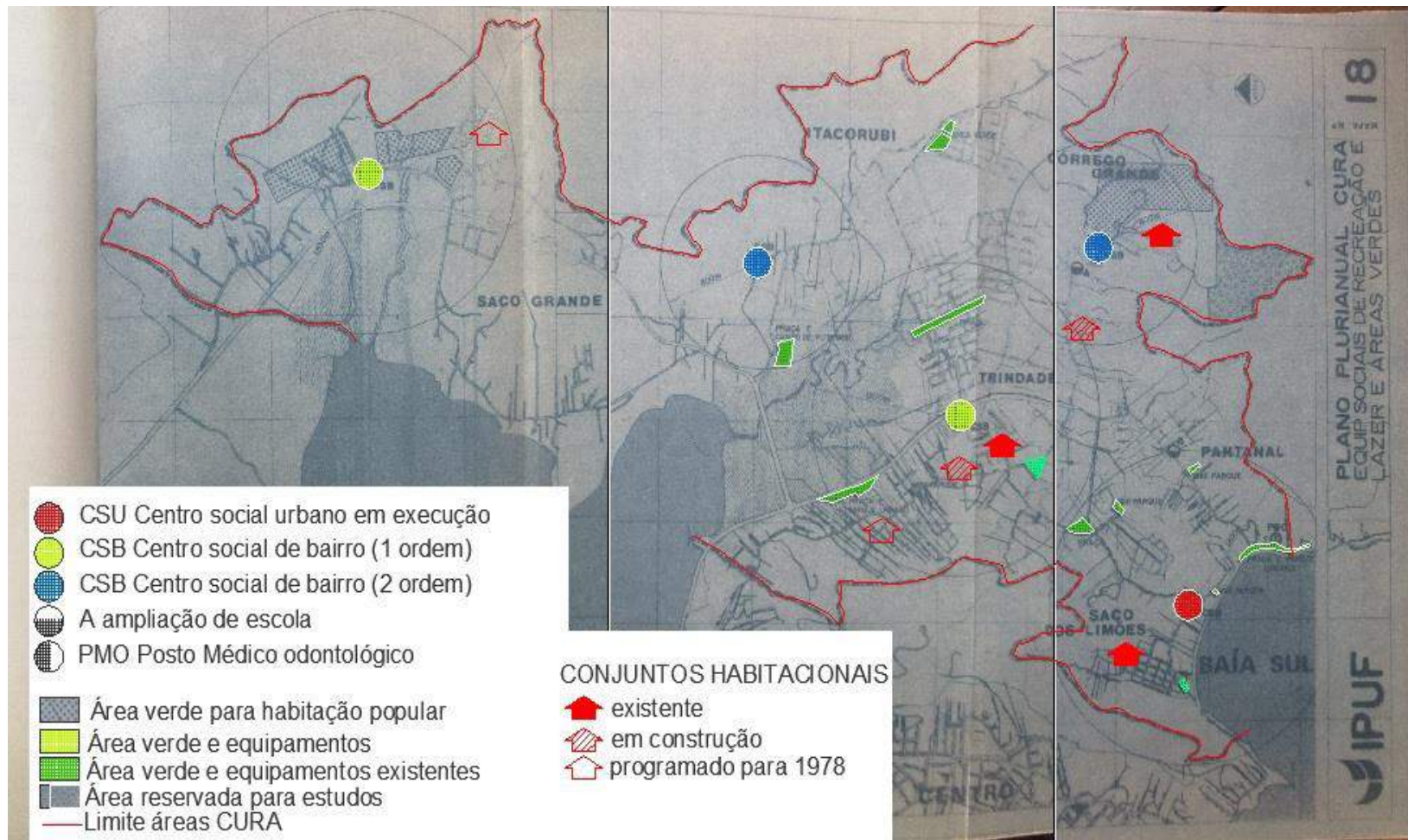
- CURA I - ÁREAS DE LAZER E ESP. PREVISTAS**
- 1 PRAÇA COM PARQUE INFANTIL E QUADRA DE ESPORTE!
  - 2 PRAÇA COM PARQUE INFANTIL
  - 3 PARQUE INFANTIL
  - 4 MIOLO DE QUADRA
  - PERÍMETRO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA



- CURA II**
- 01 PRAÇAS EXISTENTES [CONFORME O MAPA OU DENOMINAÇÃO CONSTANTE]
  - 02 ÁREAS COM POTENCIAL PARA EXPANSÃO DE ÁREAS VERDES DE LAZER
  - 03 ÁREAS VERDES DEFINIDAS POR LEGISLAÇÃO AINDA NÃO EDIFICADAS
  - 04 TERRENOS PÚBLICOS DESTINADOS A ÁREAS VERDES
  - 05 PERÍMETRO E ÁREA CURA II
  - ARBORIZAÇÃO [NÃO SERÃO DISCUTIDAS AQUI]
  - RECREAÇÃO E LAZER
  - PRAÇAS EXISTENTES ATUALMENTE

**Mapa síntese - áreas verdes e de lazer**  
**CURA I E II CONTINENTE**  
 Fonte: PMF (1976), IPUF (1985)  
 organização nossa





## SÍNTESE CURA PLURIANUAL

Fonte de dados e imagens: IPUF (1978)  
 Organização nossa sem escala



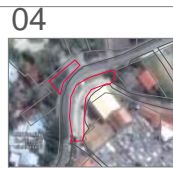
# DANIELA



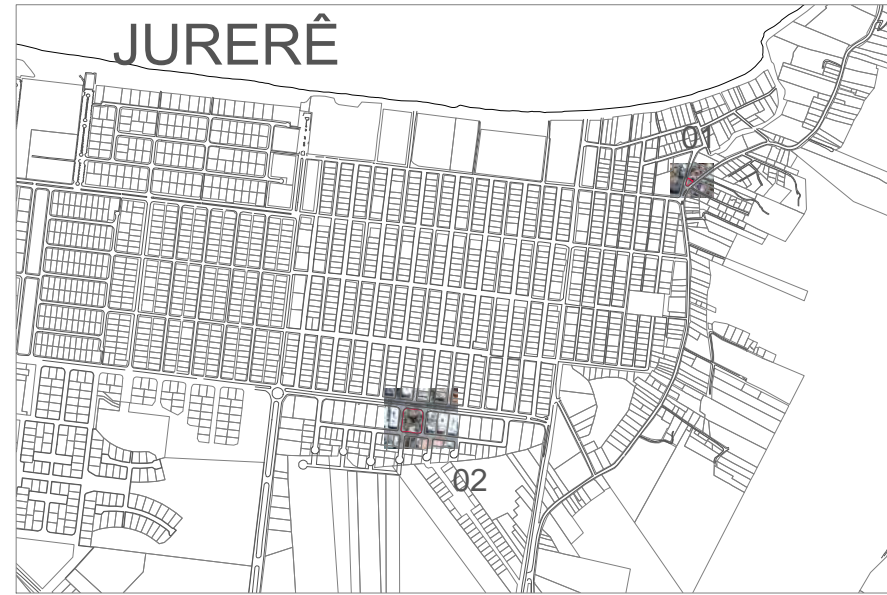
PRAÇA AVL DA INTEGRAÇÃO



# CANASVIEIRAS



PRAÇA EDITH GAMA RAMOS\*



# JURERÊ



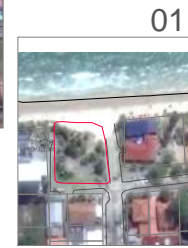
PRAÇA "AVL" GUADALUPE\*



PRAÇA DE SANTA LUZIA



PRAÇA DOS DOURADOS



PRAÇA DO LÍBANO



PRAÇA VIRGÍLIO VÁRZEA / CHICO CAMARÃO  
\* PERÍMETRO ESTIMADO

DANIELA  
CANASVIEIRAS  
JURERÊ

**DISTRITO DE CANASVIEIRAS**

ILHA 01

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000





# SAMBAQUI

01



PRAÇA MACÁRIO DA ROCHA

02

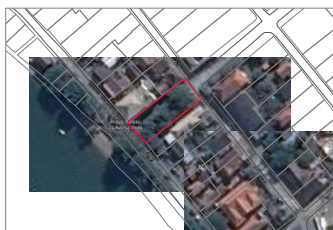


PONTA DO SAMBAQUI\*



# STO. ANT. DE LISBOA

01



PRAÇA RODÃO DA ROCHA PIRES

02



PRAÇA GETÚLIO VARGAS\*



# CACUPÉ

01

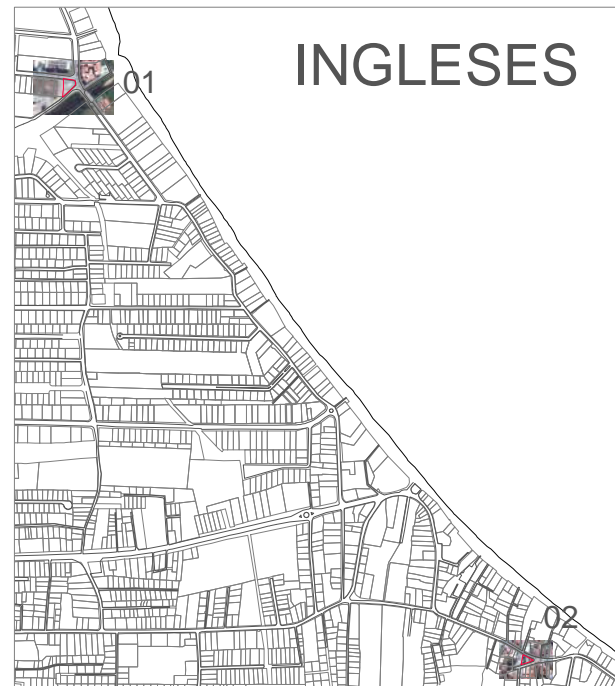


PRAÇA CACUPÉ\*

## DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

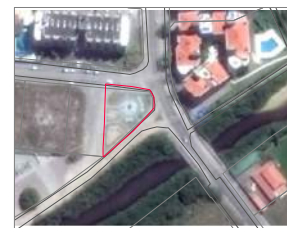
STO ANT. DE LISBOA  
CACUPÉ / SAMBAQUI

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000



# INGLESES

01



PRAÇA ALFREDO ALBERTO MUNHOZ

02



PRAÇA PROF. MANOEL EMÍDIO SILVEIRA  
JÃO JOSÉ DA CRUZ (JANGA)

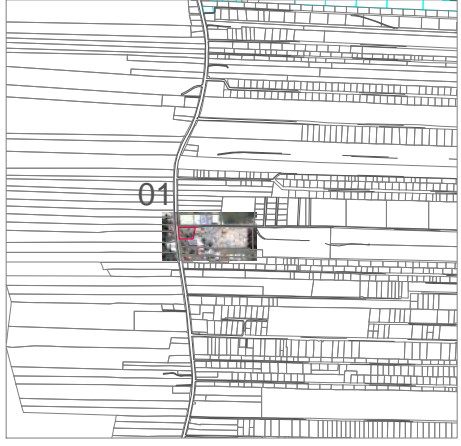
\* PERÍMETRO ESTIMADO

## DISTRITO DE INGLESSES DO RIO VERMELHO

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização: nossa

# ILHA 02



# SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO



PRAÇA CLARA EULINA DE ABREU SOARES

## DISTRITO SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000



# CACHOEIRA DO BOM JESUS

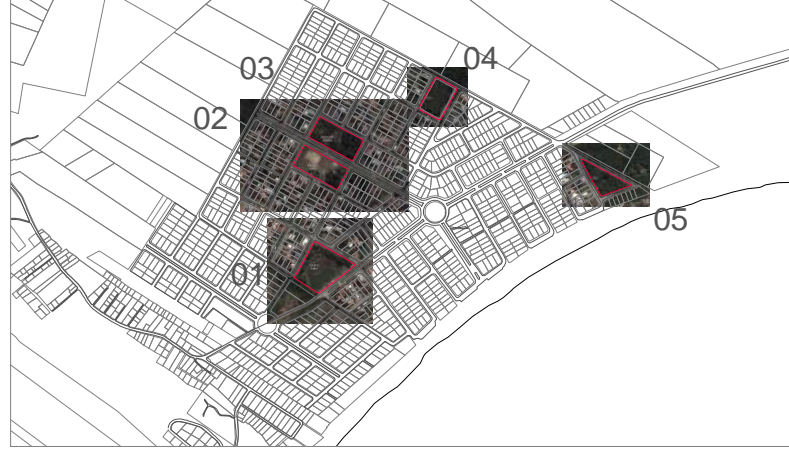


PRAÇA no lot. "NOVA CACHOEIRA"

## DISTRITO CACHOEIRA DO BOM JESUS

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000



# PANT. DO SUL



PRAÇA da LAGOA



PRAÇA das PEDRAS  
PRAÇA dos GRANITOS



PRAÇA dos BRILHANTES



PRAÇA dos CRISTAIS

\* PERÍMETRO ESTIMADO

## DISTRITO PÂNTANO DO SUL

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

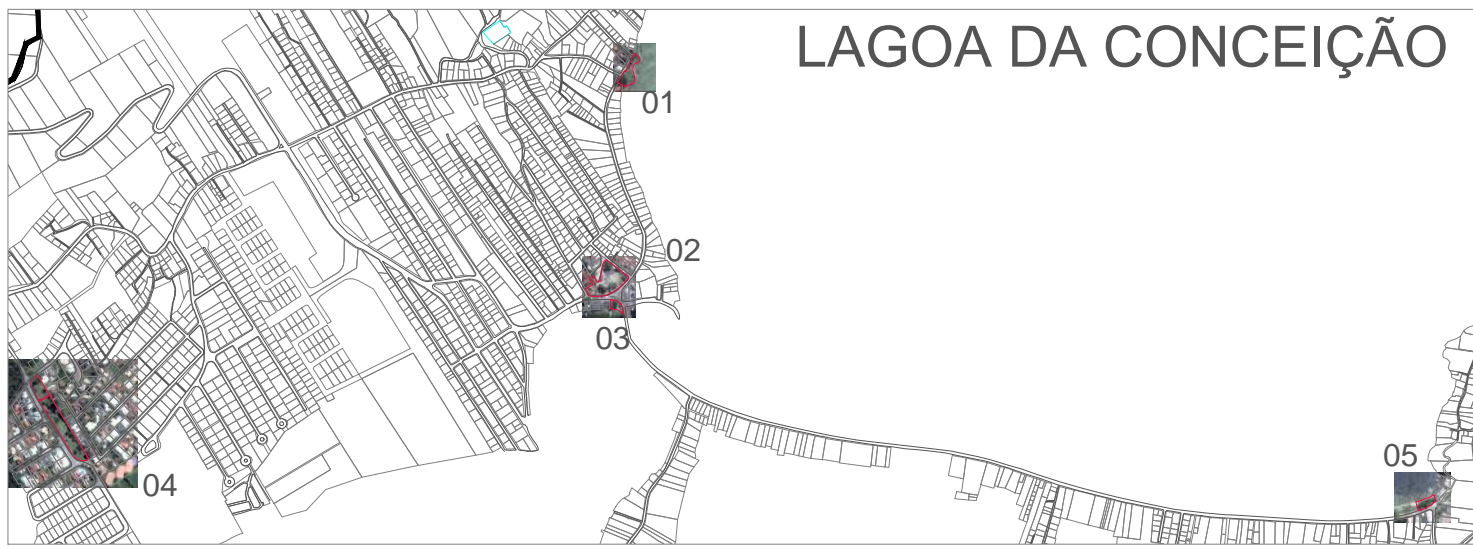
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

LOTEAMENTO AÇORES

**ILHA 03**





# LAGOA DA CONCEIÇÃO



01  
\*PRAÇA na rua RITA LOURENÇO da SILVEIRA\*\*

03  
PRAÇA PIO XII

02  
PRAÇA BENTO SILVÉRIO\*

05  
PRAÇA RENATO ANTÔNIO DE SOUZA\*



04  
PRAÇA JARDIM SENADOR SAULO RAMOS\*



01  
PRAÇA CLÁUDIO RICARDO HAHN DA SILVA\*

## PRAIA DA JOAQUINA

## DISTRITO DA LAGOA DA CONCEIÇÃO



01  
PRAÇA ADERBAL JOSÉ DOS SANTOS - BAZINHO\*

\* PERÍMETRO ESTIMADO

## DISTRITO BARRA DA LAGOA

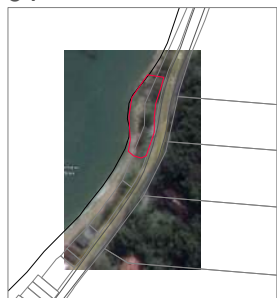
LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

# RIBEIRÃO DA ILHA

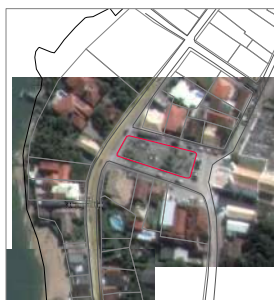


01



PRAÇA FERMINO MANOEL DA SILVA\*

02



PRAÇA HERMÍNIO SILVA

03



PRAÇA MARIA FRANCISCA SILVA (D. CHIQUINHA)\*

## DISTRITO DO RIBEIRÃO DA ILHA

01



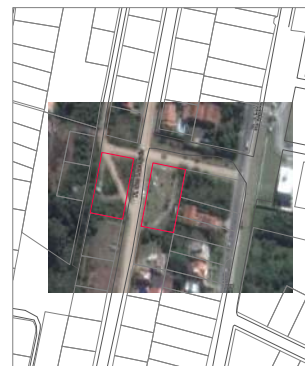
PRAÇA DA LUZ

02



"PRAÇA DAS AREIAS"

03



PRAÇA DA RUA DOS LARANJAIS\*

# CAMPECHE



## DISTRITO CAMPECHE

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC: 1/5.000

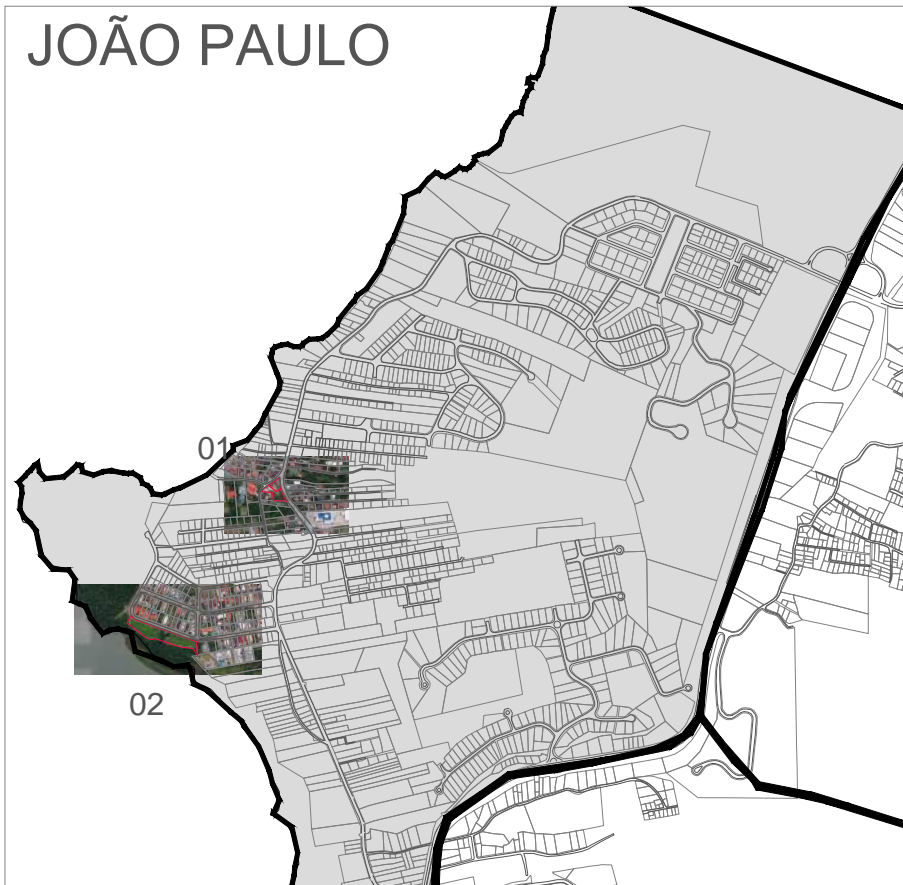
foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

ILHA 05

\* PERÍMETRO ESTIMADO



# JOÃO PAULO



01



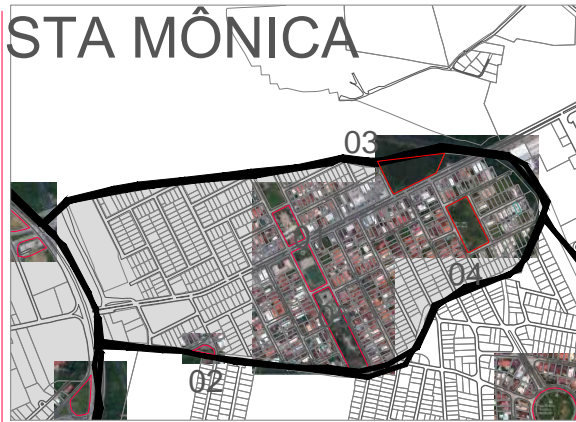
PRAÇA ANTÔNIO CABREIRA\*

02



AVL JARDIM BAÍA NORTE\*

# STA MÔNICA



01



PRAÇA MARIA TERESA KOCK

03



PRAÇA JOSÉ CARNEIRO JR.\*

02



04 PRAÇA DONATO DA SILVA



05 PRAÇA JOÃO DI BERNARDI



AVL + ACOJAR

\* PERÍMETRO ESTIMADO

JOÃO PAULO  
STA MÔNICA  
foto aérea: google maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

**DISTRITO SEDE**  
LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

**ILHA 06**





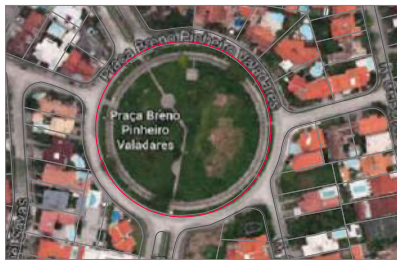
# CÓRREGO GRANDE

01



PRAÇA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

02



PRAÇA BRENO PINHEIRO VALADARES

05



PRAÇA EDSON PEREIRA DO NASCIMENTO

03

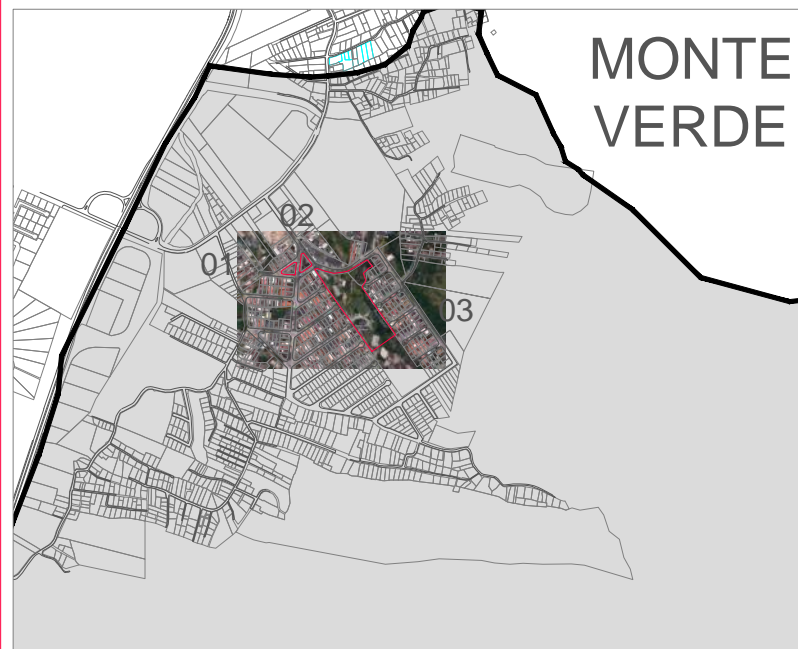


PRAÇA DA ÁRVORE

04

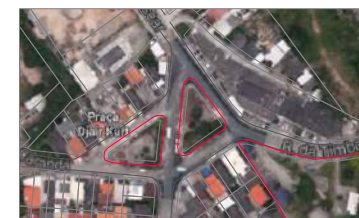


"PRAÇA DA COMUNIDADE"



# MONTE VERDE

01



PRAÇA ANTÔNIO MACHADO  
PRAÇA DJAIR KURT

02

03



PRAÇA OSNI FERREIRA

\* PERÍMETRO ESTIMADO

CÓRREGO GRANDE

foto aérea: google.maps

MONTE VERDE

localização: trabalho de campo

organização nossa

**DISTRITO SEDE**

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

ILHA 07

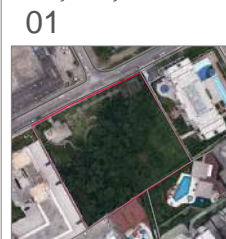




# ITACORUBI



PRAÇA DO CONSELHO DO ITACORUBI  
PRAÇA CAIÇARA



PRAÇA na rua ITAPIRANGA



PRAÇA MIGUEL  
ÂNGELO SEDREZ



ÁREA DO CONSELHO COMUNITÁRIO  
DO PARQUE SÃO JORGE

\* PERÍMETRO ESTIMADO

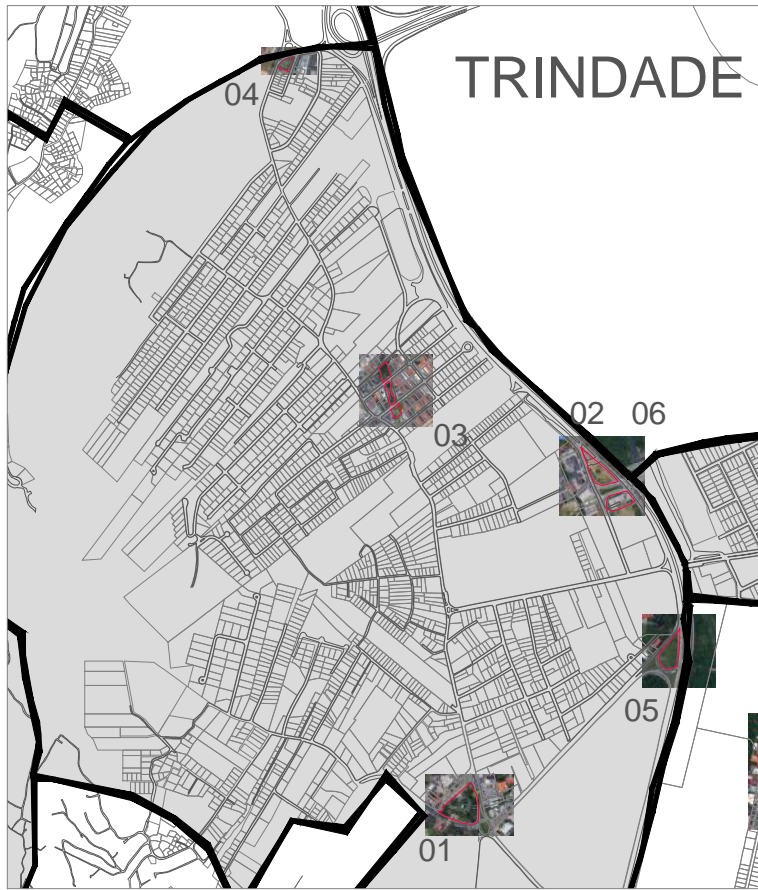
ITACORUBI

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

DISTRITO SEDE

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

ILHA 08



# TRINDADE



PRAÇA SANTOS DUMONT



"PRAÇA DA PENITENCIÁRIA"



PRAÇA JORNALISTA GUSTAVO LACERDA  
PISTA DE SKATE



PRAÇA ATÍLIO FERREIRA



PRAÇA AGENOR PÓVOAS JUNIOR

02 06



# CARVOEIRA



PRAÇA JARDIM UNIVERSITÁRIO\*



PRAÇA MIROSLAU CASEMIRO WOŁOSKI



PRAÇA FREI JACIR BACHI

\* PERÍMETRO ESTIMADO

TRINDADE  
CARVOEIRA

foto aérea: google .maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

**DISTRITO SEDE**

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

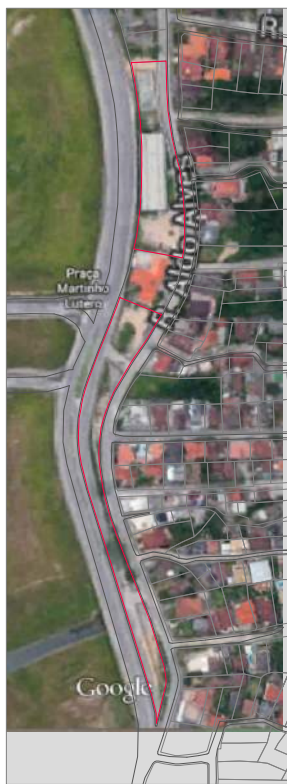
ILHA 09





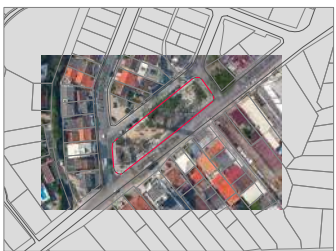
# SACO DOS LIMÕES

01



PRAÇA MARTINHO LUTERO\*

03



PRAÇA ABDON BATISTA

02



PRACINHA PARQUE INFANTIL DALVA CARDOSO



01



PRAÇA DA COSTEIRA\*

# COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ

\* PERÍMETRO ESTIMADO

## DISTRITO SEDE

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

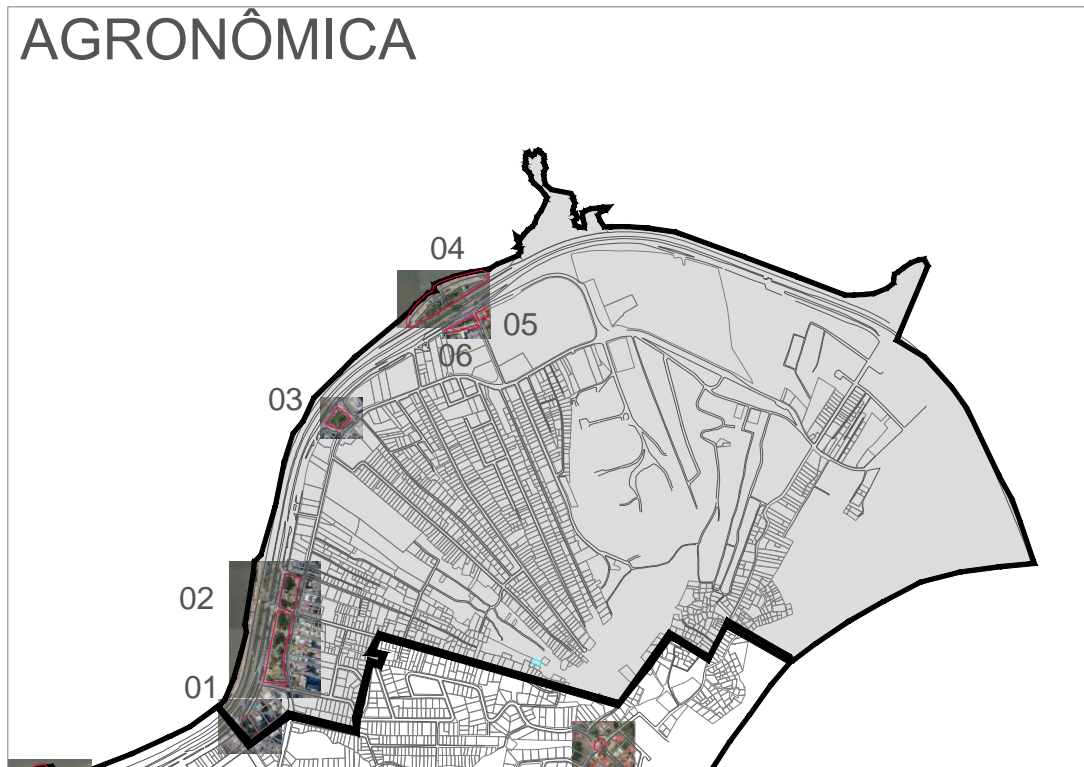
SACO DOS LIMÕES

COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

ILHA 10

# AGRÔNÔMICA



04 05 06



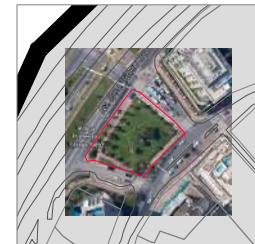
PRAÇA REPÚBLICA DA GRÉCIA  
PRAÇA "CHICO MENDES"  
"PRAÇA DO ROTARY"

01



PRAÇA LAURO MULLER

03



PRAÇA PROF. SEIXAS NETO

02



PRAÇA GOV. CELSO RAMOS

AGRÔNÔMICA

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

**DISTRITO SEDE**

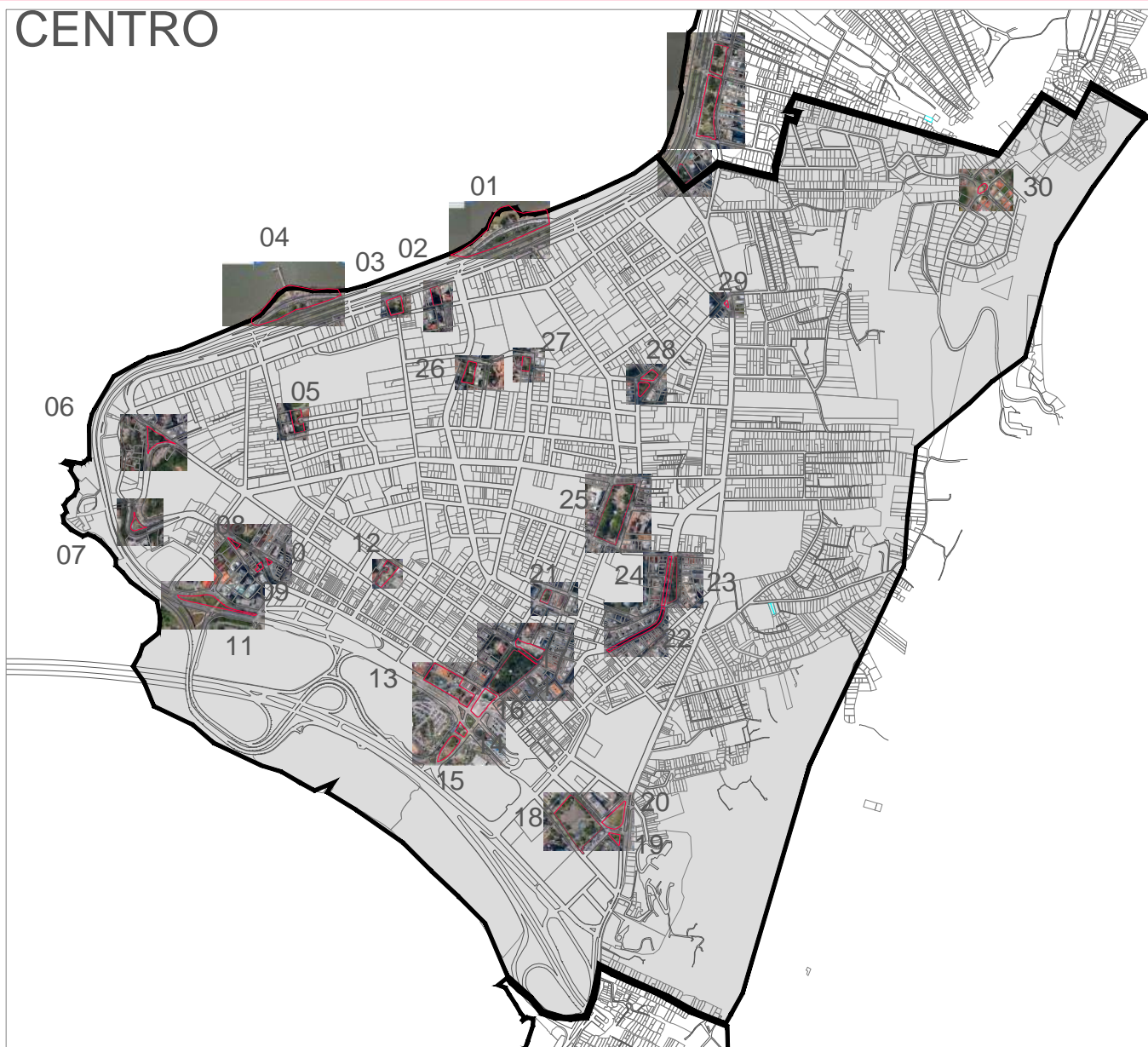
LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

**ILHA 11**

\* PERÍMETRO ESTIMADO



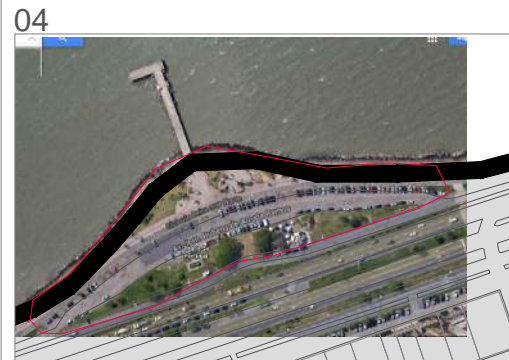
# CENTRO



01  
PRAÇA SEICENTENÁRIO  
DA POLÍCIA MILITAR\*



03  
02  
PRAÇA ESTEVES JUNIOR  
PRAÇA DOS NAMORADOS - LARGO SÃO  
SEBASTIÃO



04  
PRAÇA DE PORTUGAL\*

\* PERÍMETRO ESTIMADO

CENTRO

**DISTRITO SEDE**

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000

LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

**ILHA 12**



05



PRAÇA GILBERTO G FONSECA\*

06



PRAÇA JOSÉ MAURO DA COSTA ORTIGA

07



PRAÇA HERCÍLIO LUZ BELVEDERE\*

08 09 10



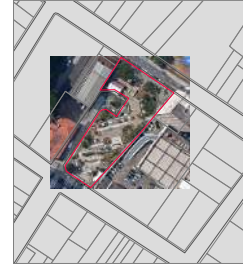
"PRAÇA NO ALTO DA CONSELHEIRO MAFRA"  
"PRAÇA DO DESTERRO"  
"PRAÇA CONSELHEIRO"

11



PRAÇA DA FRANÇA

12



LARGO FAGUNDES

13



LARGO DA ALFÂNDEGA\*

14



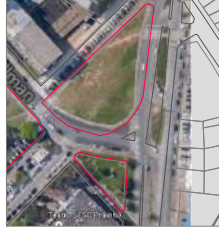
PRAÇA MAÇÔNICA/ DA FRATERNIDADE

16



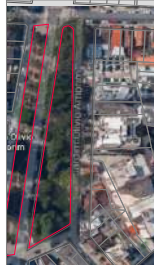
PRAÇA FERNANDO MACHADO  
"LARGO DOS ARTISTAS"

20



PRAÇA SENHOR DOS PASSOS

23



PRAÇA OLÍVIO AMORIM

25



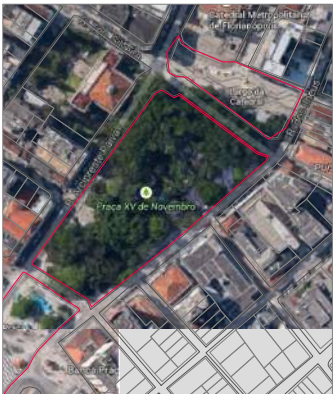
PRAÇA GETÚLIO VARGAS

29



PRAÇA ETELVINA LUZ

17



LARGO DA CATERDAL E ESCADARIAS  
PRAÇA XV DE NOVEMBRO

31



PRAÇA ADOLFO LUIZ DIAS/  
DAS NAÇÕES

19



PRAÇA O SESC\*

21



PRAÇA PEREIRA OLIVEIRA

24



PRAÇA JORN  
TEIXEIRA ROSA

26



PRAÇA DOM PEDRO I

27



PRAÇA OSVALDO BULCÃO  
VIANA

18



PRAÇA TANCREDO NEVES

22



PRAÇA CONST. JOÃO J. DE MENDONÇA

28



LARGO BENJAMIN  
CONSTANT

30



PRAÇA / PARQUE INFANTIL NA AV. DO  
ANTÃO- MORRO DO HORÁCIO

\* PERÍMETRO ESTIMADO

CENTRO

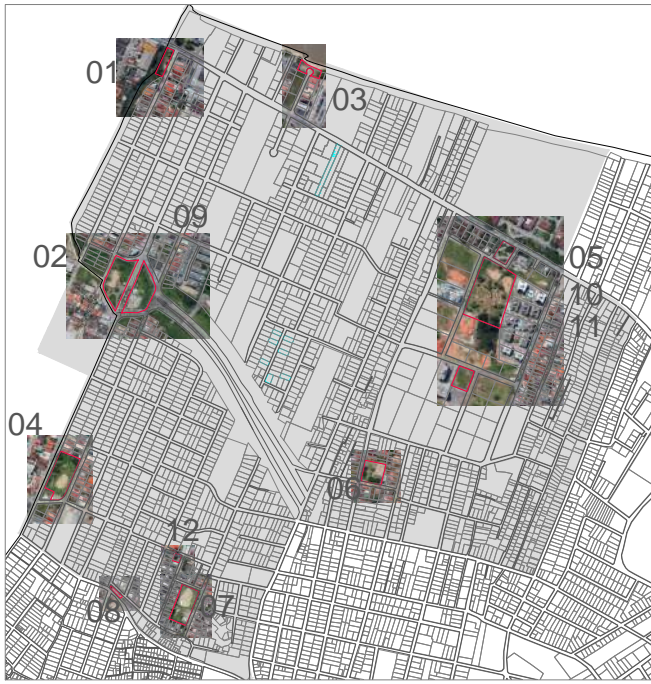
foto aérea: google.maps  
localização: trabalho de campo  
organização nossa

DISTRITO SEDE

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

ILHA 13





# JARDIM ATLÂNTICO



PRAÇA NA RUA PINTOR EDUARDO DIAS/ NO RIO BUSCHLE



PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO NA PC3  
PRAÇA WILLIAM ILVA PEREIRA DE SOUZA



PRAÇA MARCELINO CHAMPAGNAT\*



PRAÇA JOÃO BATISTA VIEIRA



PRAÇA JACQUES SCHWEIDSON



PRAÇA PAULO AQUILES DE SOUZA (KILA)



PRAÇA MARCÍLIO DIAS  
PRAÇA ARLINDO PHILLIPPI  
PRAÇA NAVAL



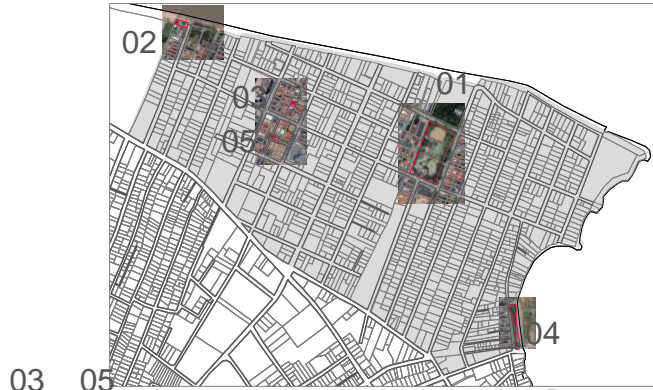
PRAÇA "JARDIM ATLÂNTICO"/ SEM DENOM.  
PRAÇA DO CONSELHO COMUNITÁRIO DO SAPÉ



PRAÇA dos NAVEGANTES\*



PRAÇA RENATO RAMOS DA SILVA



# BALNEÁRIO



PRAÇA GUILHERME FORTKAMP  
PRAÇA GUILHERME FORTKAMP



PRAÇA CEL ROMARIZ\*

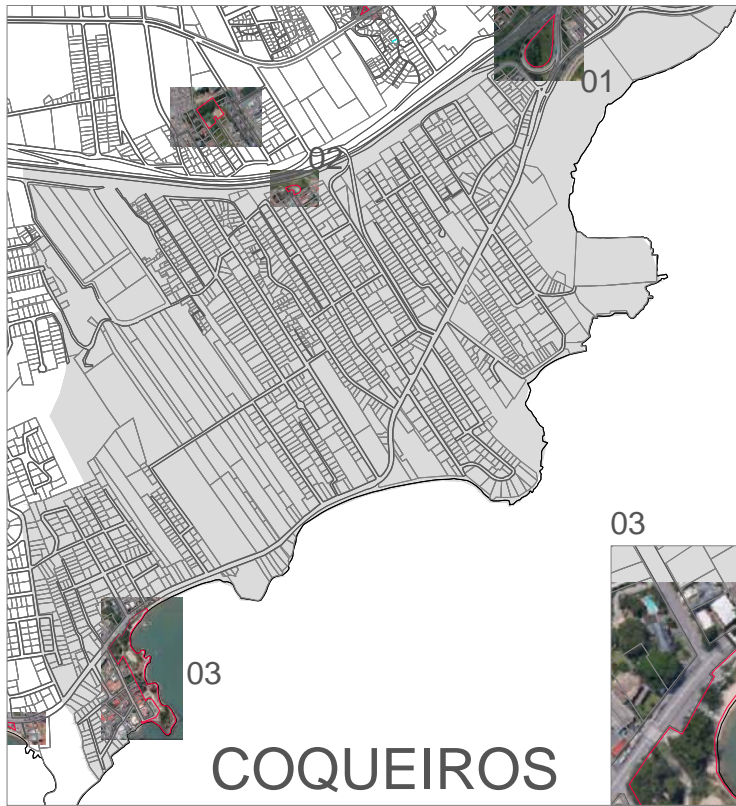
**JARDIM ATLÂNTICO E BALNEÁRIO**  
 foto aérea: google.maps  
 localização trabalho de campo  
 organização nossa

**CONTINENTE 01**

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
 LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000

\* PERÍMETRO ESTIMADO





# COQUEIROS

01



PRAÇA CIENTISTA ALBERTO SABIN

02



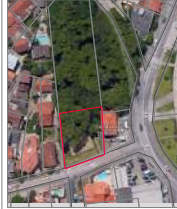
PRAÇA sem DENOMINAÇÃO  
RUA DR. ABEL CAPELA\*

03



PRAÇA MANOEL DAVID CHAVES / JOSÉ BOABAIDE, PRAÇA do MEIO\* (perímetro diferente do levantamento do IPUF/1998)

01



ACADEMIA de SAÚDE  
PARQUES DUAS MENINAS\*

02



PRAÇA ROBERTO  
SAMPAIO GONZAGA

03

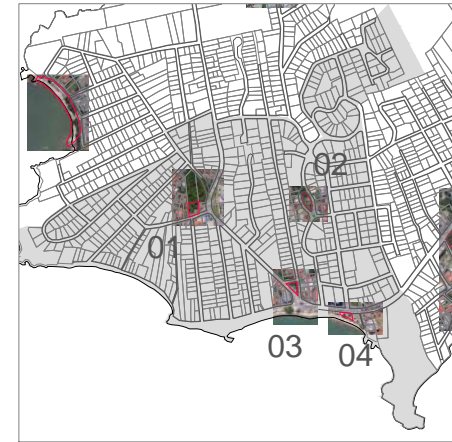


PRAÇA CALÍSTRATO  
SALES

04



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO  
PRAIA DE ITAGUAÇU\*



# ITAGUAÇU

01 02



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO NA RUA  
PATRÍCIO CALDEIRA DE ANDRADE\*  
PRAÇA MANOEL FÉLIX CARDOSO\*

# ABRAÃO



\* PERÍMETRO ESTIMADO

# COQUEIROS, ITAGUAÇU, ABRAÃO

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
 LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000  
 foto aérea: google.maps  
 localização trabalho de campo CONTINENTE 02  
 organização nossa





# MONTE CRISTO



PRAÇA "CHICO MENDES 01"



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO NA RUA LUIS CARLOS PRESTES



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO  
PRAÇA MONTE CRISTO  
PRAÇA BIG\*



PRAÇA "CHICO MENDES 02"



# COLONINHA



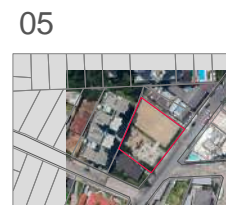
PRAÇA sem DENOMINAÇÃO



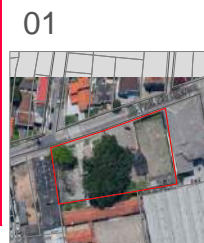
PRAÇA PATRÍCIO CALDEIRA DE ANDRANDE



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO RUA JOÃO PAULO



PRAÇA EUGENIO DE MELO



PRAÇA NAGIB JABOR DO ESTUDANTE



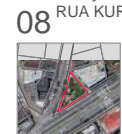
PRAÇA CECI ALMEIDA FABRO



PRAÇA PAULO SCHLEMPER



PRAÇA sem DENOMINAÇÃO RUA KURT RANTOUR



PRAÇA OSVALDO DE OLIVEIRA



# CAPOEIRAS

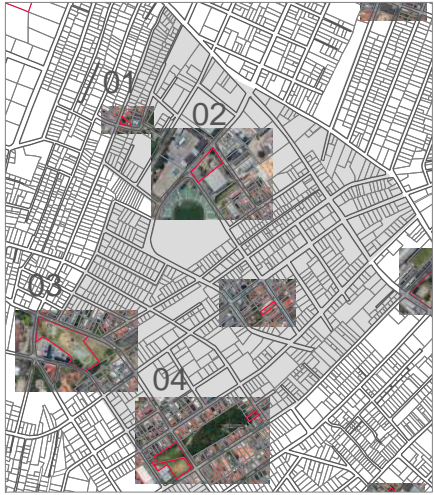
\* PERÍMETRO ESTIMADO

**MONTE CRISTO, COLONINHA, CAPOEIRAS**  
 foto aérea: google.maps  
 localização trabalho de campo  
 organização nossa

**CONTINENTE 03**

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
 LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000





## CANTO



PRAÇA MARCELINO VIEIRA FILHO



PRAÇA ANÍZIO SILVEIRA MACHADO\*



PRAÇA ANTONIETA DE BARROS\*



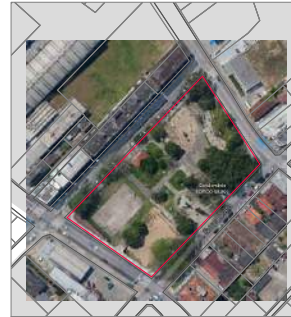
PRAÇA MESTRE DICA/ DO CANTO



## ESTREITO



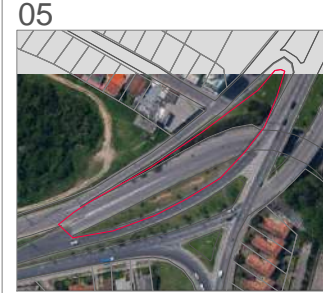
PRAÇA RNO SCHAFFER  
PRAÇA JOAO DEMARIA CAVALAZZI



PRAÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA



PRAÇA PROF. ANGELO RIBEIRO  
PRAÇA ALZIRO ZARUR



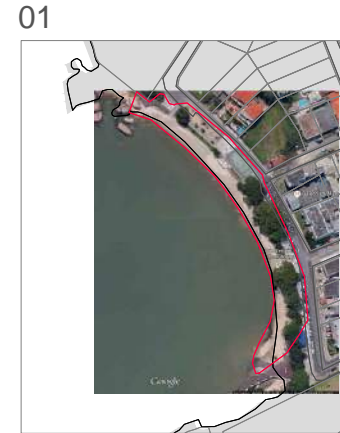
PRAÇA DUQUE DE CAXIAS



PRAÇA ROBERTO DE OLIVEIRA



## BOM ABRIGO



LARGO DO BOM ABRIGO\*

\* PERÍMETRO ESTIMADO

# ESTREITO, BOM ABRIGO, CANTO

foto aérea: google.maps  
localização trabalho de campo  
organização nossa

CONTINENTE 04

LOCALIZAÇÃO GERAL ESC: 1/20.000  
LOCALIZAÇÃO DE CADA PRAÇA ESC 1/5.000